

Desporto, Recreação e Turismo em Áreas Protegidas

Modelo de Gestão Participada para o Parque Natural das
Serras de Aire e Candeeiros

TESE DE DOUTORAMENTO

Paulo Filipe da Rosa

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

julho | 2014

Desporto, Recreação e Turismo em Áreas Protegidas

Modelo de Gestão Participada para o Parque Natural das
Serras de Aire e Candeeiros

TESE DE DOUTORAMENTO

Paulo Filipe da Rosa

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO

ORIENTAÇÃO

Luís Alberto Dias Carvalhinho

CO-ORIENTAÇÃO

Jorge Alexandre Pereira Soares

Dedico este trabalho à Ana Nobre e aos meus pais

Agradecimentos

Este trabalho de investigação é o fruto de alguns anos de investimento, estudo e trabalho árduo, cuja dedicação levou a um afastamento das pessoas de quem gosto, da natureza, da minha terra e da própria atividade física e desportiva, aspetos até então prioritários na minha vida. É por isso que devo um sincero agradecimento a algumas pessoas que fizeram parte desta jornada e sem as quais este trabalho não teria sido possível.

- O primeiro dirige-se ao Prof. Dr. Luís Carvalhinho, orientador principal deste trabalho de investigação, colega de trabalho, amigo e companheiro de cordada. Um muito obrigado pela competência e pelo apoio demonstrados desde 2009 e em especial durante este trabalho de investigação.
- Em segundo, ao Prof. Dr. Jorge Soares, coorientador desta investigação, cuja competência, disponibilidade e prontidão foram de louvar.
- Aos meus colegas de trabalho mais próximos (Frazão, Teresa, Vitor, Gil, Teotónio, Ana Conceição), pelo respeito e compreensão pela minha ausência e pelos momentos em que o meu desempenho profissional foi menos positivo.
- Aos meus alunos, em especial aos do 3º ano da Licenciatura em DNTA (2013/2014), pelo apoio na aplicação dos questionários. Que a relação de companheirismo que construímos ao longo destes anos se mantenha pelo tempo.
- A todos os respondentes (individuais e instituições nacionais, regionais e locais) que mesmo com dificuldades temporais se mostraram disponíveis e abertos à inquirição e à discussão.
- À minha irmã, Susana Rosa, pelas revisões atentas e pelos conselhos sábios.

Escrever uma dissertação de doutoramento é um trabalho solitário, caracterizado pela ausência e pelo afastamento. Da mesma forma, expresso a minha gratidão àqueles que fazem parte da minha vida e cujo apoio foi fundamental atingir este objetivo.

- Aos meus amigos (do Continente e dos Açores), pela compreensão de muitos “nãos”, “não tenho tempo”, “gostava mas não posso”, pelo encorajamento e pelo apoio.
- Aos meus pais, Odília e Simão. Porque acredito que este resultado começou a ser construído quando ainda não sabia ler ou escrever. Obrigado pela educação sólida, baseada no trabalho, no esforço e na luta por aquilo em que se acredita. Obrigado por compreenderem a minha ausência e me apoiarem ao longo dos últimos anos.

- À Ana Nobre. Sem a tua presença, o teu apoio e perseverança, as últimas linhas que escrevo neste trabalho não seriam possíveis.

A todos aqueles que aqui refiro e aos restantes, que por motivos de cansaço ou esquecimento não estão aqui presentes, expresso o meu mais sincero agradecimento.

Resumo

O usufruto de áreas protegidas com propósitos recreativos e turísticos é um fenómeno atual e em crescimento em todo o mundo e os desportos de natureza revelam-se uma manifestação moderna destas tendências. É por isso que o desporto merece atenção nos quadros do planeamento e gestão destes espaços, temática desta investigação, e consiste num estudo de caso desenvolvido no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Teve como principal objetivo a formulação de um modelo de iniciação à gestão participada do subsetor do desporto, desenvolvido nos âmbitos da recreação e do turismo nesta área protegida.

Metodologicamente adotou-se um método misto, predominantemente interpretativo e complementado com a aplicação de questionários. Fez-se recurso à triangulação de dados como principal processo metodológico de confirmação, inferência e validade dos resultados. O *corpus* de estudo é constituído por documentos (n=103) e por instituições de abrangência nacional, regional e local, denominados de *stakeholders* (n=36).

Num primeiro nível de interpretação dos resultados, deparamo-nos com um país cuja história relacionada com as práticas de gestão deste subsetor tem sido caracterizada pela ausência e por oscilações constantes em termos ideológicos, revelando-se a falta de estratégia e de coordenação entre institutos públicos os principais fatores causadores deste estado. Num segundo, especificou-se o estudo de caso e os resultados revelaram um conjunto de *stakeholders* motivados para o desenvolvimento das atividades desportivas, recreativas e turísticas na área em estudo, com pontos de vista consonantes e reconhecedores dos seus benefícios, mas ao mesmo tempo, fortemente críticos face às atuais condições encontradas no planeamento e gestão.

Concluimos que existem condições humanas que tornam possível o desenvolvimento de um processo de gestão participativo e o modelo proposto sugere que uma série de considerações prévias devem ser tidas em conta antes da iniciação efetiva de um processo desta natureza.

Palavras-chave: Desporto de natureza, recreação, turismo, áreas protegidas, gestão participativa, *stakeholders*.

Abstract

The use of protected areas for recreational and tourism purposes is a current and growing phenomenon around the world and nature-based sports are a modern manifestation of these trends. That's why sports deserve attention in the contexts of planning and management of these areas, the main theme of this investigation. It consists of a case study developed in the "Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros". The main objective was the creation of a model for the initiation of participatory management of the subsector of sport developed in the fields of recreation and tourism in this protected area.

Methodologically, we adopted a mixed method approach, mainly interpretive and complemented with questionnaires. Data triangulation was the main methodological process for results confirmation, inference and validity. The sample consists of documents (n = 103) and institutions at national, regional and local levels, called stakeholders (n = 36).

Regarding a first level of results interpretation, we found a country where the history of these management practices in protected areas has been characterized by absence and constant fluctuations in ideological terms. The lack of strategy and coordination between public institutions were revealed as the main factors responsible for these conditions. In a second level, the case study was specified, and the results revealed a set of motivated stakeholders for the development of sport, recreation and tourism activities in the study area, with common views and recognizers of its benefits, but at the same time, strongly critical of the current conditions found in planning and management.

We conclude that there are human conditions that make possible the development of a participatory management process and the proposed model suggests that a number of preliminary considerations should be taken into account before the effective initiation of such a process.

Key-words: Nature-based sports, recreation, tourism, protected areas, participatory management, stakeholders.

Résumé

L'utilisation des zones protégées afin récréatifs et touristique est un phénomène actual en croissance dans le monde entier, ainsi comme les sports en plein air qui révèlent une manifestation moderne de ces tendances. C'est pour cette raison que le sport mérite toute l'attention dans le cadre de la planification et gestion de ces espaces, ceci étant la thématique de cette recherche qui concerne le «Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros». Le principal objectif de cette recherche, est de créer un modèle d'initiation de gestion participatif dans le domaine du sport encadré dans le secteur du tourisme et des loisirs pour ces espaces protégés.

Méthodologiquement, une méthode mixte a été adoptée à prédominante interprétative et complémentée par l'application de questionnaires. La triangulation de base de données a été utilisée comme principal processus méthodologique de confirmation et validité des résultats. Le *corpus* de cette étude est constitué par le documents (n=103) e par des institutions nationales, régionales et locales (n=36), nommées *stakeholders*.

Dans un premier niveau d'interprétation de résultats, nous rencontrons un pays don't les pratiques relationnées à la gestion de ce sous-secteur ont été caractérisées par l'absence et oscillation constante en terme idéologiques, révélant un manque de stratégie et de coordination entre les entités publiques, principaux responsables de cet état. Dans un second niveau il a été spécifié le cas de l'étude et les résultats ont révélés un ensemble de *stakeholders* motivés par le développement du sport encadré dans le secteur du tourisme et des loisirs dans le secteur en étude, avec des points de vue convergeant et reconnaissant de ces bénéfices, mais en même temps, fortement critiques face aux actuelles conditions rencontrées au niveau de la planification et gestion.

Nous concluons qu'il existe des conditions humaines qui rendent possible le développement d'un processus de gestion participatif et que le modèle proposé suggère qu'une série de considérations soient tenues en compte avant l'initiation de ce processus.

Mots-clés: Sport en plein air, récréatif, tourisme, zones protégées, gestion participatives, *stakeholders*

Resumen

El disfrute de las áreas protegidas con fines recreativos y turísticos es un fenómeno actual y creciente en todo el mundo y los deportes en la naturaleza se revelan una manifestación moderna de estas tendencias. Es por eso que el deporte merece atención en los contextos de planificación y gestión de estas áreas, tema de esta investigación, consistente en un estudio de caso desarrollado en el «Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros». El estudio tuvo como objetivo, la formulación de un modelo de introducción a la gestión participativa del subsector del deporte desarrollado en los sectores de recreación y el turismo en el área protegida.

Metodológicamente hemos adoptado un método mixto predominantemente interpretativo y que se complementó con cuestionarios. Se hizo uso de la triangulación de datos como el principal proceso metodológico de confirmación, inferencia y la validez de los resultados. El corpus de estudio consiste en los documentos (n = 103) y las instituciones de nivel nacional, regional y local llamados de *stakeholders* (n = 36).

En el primer nivel de interpretación de los resultados, encontramos con un país cuya historia relacionada con las prácticas de gestión de este subsector se ha caracterizado por la ausencia y por fluctuaciones constantes en términos ideológicos, que muestra una falta de estrategia y coordinación entre los institutos públicos, factores claves de esta condición. En un segundo, se especificó el estudio de caso y los resultados revelaron un conjunto de actores motivados para el desarrollo del deporte, recreación y turismo en el área de estudio, con vistas concordantes y reconocedores de sus beneficios, pero al mismo tiempo, muy crítico con las condiciones actuales encontrados en la planificación y la gestión.

Llegamos a la conclusión de que existen las condiciones humanas que hacen posible el desarrollo de un proceso de gestión participativa en el área de estudio y el modelo propuesto sugiere que una serie de consideraciones preliminares se debe tener en cuenta antes de la iniciación efectiva de un proceso de este tipo.

Palabras clave: Deportes en la naturaleza, recreación, turismo, áreas protegidas, gestión participativa, *stakeholders*.

Índice geral

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
RESUME.....	VII
RESUMEN	VIII
ÍNDICE GERAL	IX
ÍNDICE DE QUADROS	XV
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XVI
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	XVII
ÍNDICE DE ANEXOS	XVIII

PARTE I | ENQUADRAMENTO E ORGANIZAÇÃO GERAL 21

INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO EPISTEMOLÓGICO E METODOLÓGICO	22
1. INTRODUÇÃO GERAL	22
1.1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	24
1.2. QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	25
1.3. OBJETIVOS	25
2. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO NO CAMPO PARADIGMÁTICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	26
2.1. PARADIGMA INTERPRETATIVO	26
2.2. O OBJETO E O SUJEITO	27
2.3. ESPECIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	28
2.4. ESTRUTURA DA PROVA: O ESTUDO DE CASO	28
2.5. AMOSTRAGEM, INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE ANÁLISE	30
2.6. ESCOLHA E JUSTIFICAÇÃO DO CAMPO DE ESTUDO	30
2.7. QUESTÕES DE VALIDADE E FIDELIDADE	32
2.7.1. <i>Validade</i>	33
2.7.2. <i>Fidelidade</i>	36
2.8. MODELO DE ANÁLISE: PRINCÍPIO DE TRIANGULAÇÃO DE DADOS.....	40
2.9. A TRIANGULAÇÃO.....	45
3. PRINCÍPIOS ÉTICOS	48
4. REFERÊNCIAS	49

PARTE II|CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL E JUSTIFICAÇÃO DO SUBSETOR EM ESTUDO NAS ÁREAS PROTEGIDAS (FASE MACRO)..... 51

INTRODUÇÃO DA FASE MACRO

52

CAPÍTULO 1. A GESTÃO DA RECREAÇÃO E DO TURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: FUNDAMENTOS E PARADIGMAS ATUAIS.....	53
1. INTRODUÇÃO.....	53
2. ENQUADRAMENTO.....	55
2.1. RETROSPECTIVA HISTÓRICA	55
2.2. EVOLUÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO	57
2.3. CONCEITO, CATEGORIAS E OBJETIVOS DAS ÁREAS PROTEGIDAS ATUAIS	61
3. SUSTENTABILIDADE	66
3.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	66
3.2. TURISMO SUSTENTÁVEL	71
3.3. O FENÓMENO DA VISITAÇÃO E OS BENEFÍCIOS DO TURISMO SUSTENTÁVEL NAS ÁREAS PROTEGIDAS	74
4. A GESTÃO DA RECREAÇÃO E DO TURISMO EM AP	80
4.1. AS ESTRUTURAS DE GESTÃO.....	80
4.2. A GESTÃO DA VISITAÇÃO	82
4.3. GESTÃO DA EXPERIÊNCIA RECREATIVA: A GESTÃO DE ATRIBUTOS	85
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
6. CONCLUSÃO.....	91

7. IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	91
8. REFERÊNCIAS	92

CAPÍTULO 2. CONCETUALIZAÇÃO DA RECREAÇÃO, TURISMO E DESPORTO DE NATUREZA	95
1. INTRODUÇÃO.....	95
2. ATIVIDADES RECREATIVAS E TURÍSTICAS: LIMITES ENTRE CONCEITOS.....	96
2.1. RECREAÇÃO E LAZER	97
2.2. TURISMO	101
2.3. A ADOÇÃO DE CONCEITOS E A DEFINIÇÃO DE UM MODELO DE COMPREENSÃO	105
3. DESPORTO DE NATUREZA	109
3.1. O CONCEITO, A ATUALIDADE E O FUTURO	109
3.1.1. <i>O conceito</i>	110
3.1.2. <i>A atualidade</i>	113
3.1.3. <i>Perspetivas para o futuro</i>	115
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
5. CONCLUSÃO.....	119
6. REFERÊNCIAS	119

CAPÍTULO 3. DESPORTO DE NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	123
1. INTRODUÇÃO.....	123
2. DESPORTO DE NATUREZA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	123
2.1. O DESPORTO DE NATUREZA E OS BENEFÍCIOS ECONÓMICOS	124
2.1.1. <i>O Desporto no desenvolvimento e capacitação local</i>	124
2.2. O DESPORTO DE NATUREZA E OS BENEFÍCIOS AMBIENTAIS	128
2.2.1. <i>Desporto na valorização e educação ambientais</i>	129
2.3. DESPORTO DE NATUREZA E OS BENEFÍCIOS SOCIOCULTURAIS	133
2.3.1. <i>Desporto de natureza na educação para a cidadania e desenvolvimento pessoal</i>	133
2.3.2. <i>O Desporto de Natureza na promoção do bem-estar e qualidade de vida</i>	135
2.3.3. <i>O Desporto de Natureza na valorização cultural</i>	137
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
4. CONCLUSÃO.....	140
5. REFERÊNCIAS	141

FASE MACRO: CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS.....	145
ESTABELECIMENTO DA TEORIA.....	145
CONCLUSÃO	148
IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	148

PARTE III CONTEXTO NACIONAL FACE À GESTÃO DO DESPORTO, RECREAÇÃO E TURISMO EM AP (FASE MESO).....	151
INTRODUÇÃO DA FASE MESO	153
REFERÊNCIAS	155

CAPÍTULO 4. ANÁLISE POLÍTICA, ECONÓMICA, SOCIAL E TECNOLÓGICA (PEST) (ANÁLISE DO CONTEXTO I).157	157
1. INTRODUÇÃO.....	157
1.1. AS ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL: CONSIDERAÇÃO GERAIS	158
1.2. A ADAPTAÇÃO DO MODELO PESTLE	160
2. METODOLOGIA	162
2.1. A METASSÍNTESE	162
2.2. A PESQUISA	164
2.3. A SELEÇÃO (CORPUS DE ESTUDO).....	164
2.3.1. <i>Seleção da tipologia de documentação a analisar: Critérios de seleção</i>	164
2.4. EXTRAÇÃO E REDUÇÃO DOS DADOS: METASSUMARIZAÇÃO	166
2.4.1. <i>Sistema categorial</i>	166
2.4.2. <i>Análise da documentação: Técnicas de análise</i>	168

2.5. CÁLCULO DA FIDELIDADE INTRAINVESTIGADOR.....	170
2.6. TRATAMENTO DOS DADOS.....	171
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	171
4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	173
5. CONCLUSÃO.....	181
6.REFERÊNCIAS.....	182

CAPÍTULO 5. ANÁLISE EVOLUTIVA DO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO, RECREAÇÃO E TURISMO NAS AP (ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO II).....185

1. INTRODUÇÃO.....	185
2. METODOLOGIA.....	186
2.1. A PESQUISA DOCUMENTAL.....	186
2.2. A SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ESTUDO.....	186
2.2.1. <i>Seleção da tipologia de documentação a analisar.....</i>	<i>186</i>
2.2.2. <i>Seleção dos documentos dentro de cada tipologia.....</i>	<i>187</i>
2.3. TÉCNICAS DE ANÁLISE.....	189
2.4. VARIÁVEIS EM ESTUDO E MODELO DE ANÁLISE.....	190
3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	191
3.1. ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	191
3.1.1. <i>A 1ª fase de desenvolvimento: A introdução do regime de conservação da natureza em Portugal Continental.....</i>	<i>191</i>
3.1.2. <i>A 2ª fase de desenvolvimento: Introdução do turismo de natureza no território nacional.....</i>	<i>195</i>
3.1.3. <i>3ª Fase de desenvolvimento: Potenciação da visitação nas AP nacionais.....</i>	<i>201</i>
3.1.4. <i>Considerações gerais da análise da legislação.....</i>	<i>204</i>
3.2. ESTRATÉGIAS E PLANOS DE DESENVOLVIMENTO.....	206
3.2.1. <i>Considerações gerais da análise de estratégias e planos.....</i>	<i>214</i>
3.3. PROJETOS E RESULTADOS EFETIVOS.....	214
3.3.1. <i>Considerações gerais da análise de projetos e dados efetivos.....</i>	<i>222</i>
4.DISCOSSÃO DOS RESULTADOS.....	222
5. CONCLUSÃO.....	226
6. REFERÊNCIAS.....	228

CAPÍTULO 6. A PERSPETIVA DAS POLÍTICAS SECTORIAIS: DESPORTO, AMBIENTE E TURISMO (STAKEHOLDERS NÍVEL 1).....229

1. INTRODUÇÃO.....	229
2. METODOLOGIA.....	230
2.1. CAMPO DE ESTUDO.....	230
2.2. INSTRUMENTO.....	231
2.2.1. <i>Seleção do instrumento – A entrevista semiestruturada.....</i>	<i>231</i>
2.2.2. <i>Construção do guião de entrevista.....</i>	<i>231</i>
2.2.3. <i>Identificação e objetivos das questões.....</i>	<i>232</i>
2.3. OBJETIVIDADE DO INSTRUMENTO DE MEDIDA: VALIDADE E FIDELIDADE.....	232
2.3.1. <i>Validade do instrumento de medida.....</i>	<i>232</i>
2.3.2. <i>Fidelidade do instrumento de medida.....</i>	<i>233</i>
2.4. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO.....	234
2.5. TÉCNICAS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	235
2.6. SISTEMA CATEGORIAL.....	235
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	235
3.1. DIMENSÃO I: A IMPORTÂNCIA DO D,R & T NAS AP.....	235
3.2. DIMENSÃO II: CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO.....	241
3.3. DIMENSÃO III: GESTÃO E PROMOÇÃO DO D,R&T NAS AP.....	247
3.4. DIMENSÃO IV: DESENVOLVIMENTO DE UM PGP.....	249
4. CONCLUSÕES.....	250
5. REFERÊNCIAS.....	253

CAPÍTULO 7. TRIANGULAÇÃO DA FASE MESO	255
1. INTRODUÇÃO.....	255
2. TRIANGULAÇÃO	256
2.1. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA.....	256
2.2. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL OU EXPLICATIVA	265
3. REFERÊNCIAS	268

FASE MESO: CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS	271
CONCLUSÃO	271
IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	272

PARTE IV | ESTUDO DE CASO: PARQUE NATURAL DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS (FASE MICRO)

.....	275
INTRODUÇÃO DA FASE MICRO	276
REFERÊNCIAS	277

CAPÍTULO 8. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: O PARQUE NATURAL DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIROS	279
1. INTRODUÇÃO.....	279
2. CARACTERIZAÇÃO GERAL, CLASSIFICAÇÃO, ESTATUTOS E GESTÃO	279
2.1. CLASSIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO	279
2.1. PLANEAMENTO E GESTÃO	282
3. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA FAUNA E DA FLORA	283
3.1. O PATRIMÓNIO GEOMORFOLÓGICO	283
3.2. FAUNA E FLORA	284
4. A CULTURA E O PATRIMÓNIO	285
5. DEMOGRAFIA E SOCIOECONOMIA	286
6. O TURISMO DE NATUREZA, A RECREAÇÃO E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO	287
7. OS STAKEHOLDERS	293
8. A CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA	294
9. CONCLUSÕES	297
10. REFERÊNCIAS	300

CAPÍTULO 9. PROCESSOS DE GESTÃO PARTICIPATIVOS E TEORIA DE STAKEHOLDERS	303
1. INTRODUÇÃO.....	303
2. PROCESSOS PARTICIPATIVOS	304
2.1. FUNDAMENTOS E CONCEITOS DE UM NOVO PARADIGMA DE GESTÃO	304
2.2. CONDIÇÕES E BENEFÍCIOS VS BARREIRAS E PROBLEMAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS PARTICIPATIVOS.....	307
3. STAKEHOLDERS	313
3.1. CONCEITO E LEGITIMAÇÃO DE STAKEHOLDERS.....	313
3.2. STAKEHOLDERS COMO FONTE DE INFORMAÇÃO	315
4. REFERÊNCIAS	320

CAPÍTULO 10. A PERSPETIVA DOS STAKEHOLDERS: OS MUNICÍPIOS E A AGÊNCIA DE GESTÃO DO PNSAC (STAKEHOLDERS NÍVEL 2).....	323
1. INTRODUÇÃO.....	323
2. METODOLOGIA	324
2.1. CAMPO DE ESTUDO	324
2.2. INSTRUMENTO	324
2.2.1. Seleção do instrumento - a entrevista semiestruturada	324
2.2.2. Construção do guião de entrevista	325
2.3. OBJETIVIDADE DO INSTRUMENTO: VALIDADE E FIDELIDADE	326
2.3.1. Validade do instrumento de medida	326

2.3.2. Fidelidade do instrumento de medida	327
2.4. METODOLOGIA DE APLICAÇÃO	327
2.5. SISTEMA CATEGORIAL	328
2.6. TÉCNICAS DE ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	329
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	329
3.1. DIMENSÃO 1: IMPORTÂNCIA DO D,R&T NO PNSAC	330
3.2. DIMENSÃO 2: CARACTERIZAÇÃO DO PNSAC	333
3.3. DIMENSÃO 3: CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO.....	337
3.4. DIMENSÃO 4: GESTÃO DO DN NO PNSAC	341
3.5. DIMENSÃO 5: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS, CAUSAS E SOLUÇÕES	346
3.6. DIMENSÃO 6: POSSIBILIDADES DE UM PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVO (PGP)	354
4. CONCLUSÕES	364
5. REFERÊNCIAS	370

CAPÍTULO 11. A PERSPETIVA DOS STAKEHOLDERS: OS PROMOTORES DE ATIVIDADES DE D, R & T NO PNSAC (STAKEHOLDERS NÍVEL 3).....

1. INTRODUÇÃO.....	373
2. METODOLOGIA.....	374
2.1. INTRODUÇÃO.....	374
2.2. ABORDAGEM INTERPRETATIVA: O ESTUDO EXPLORATÓRIO	374
2.2.1. <i>Objetivo</i>	374
2.2.2. <i>Campo de estudo</i>	374
2.2.3. <i>Instrumento</i>	376
2.2.4. <i>Objetividade do instrumento: Validade e fidelidade</i>	377
2.2.5. <i>Metodologia de aplicação</i>	377
2.2.6. <i>Análise e tratamento dos dados</i>	377
2.2.7. <i>Sistema Categorial</i>	378
2.2.8. <i>Principais resultados</i>	378
2.3. ABORDAGEM POSITIVISTA	379
2.3.1. <i>Caracterização da amostra</i>	379
2.3.2. <i>Variáveis</i>	380
2.3.3. <i>Instrumento de medida- O questionário</i>	380
2.3.4. <i>Objetividade do instrumento de medida</i>	381
2.3.5. <i>Revisão final do questionário</i>	383
2.3.6. <i>Finalidade e estrutura do Questionário</i>	384
2.3.7. <i>Metodologia de aplicação do questionário</i>	384
2.3.8. <i>Tratamento dos dados e procedimentos estatísticos</i>	385
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	385
3.1. DIMENSÕES I, II E III: CARACTERIZAÇÃO DO REPRESENTANTE, DA ENTIDADE E DA ATIVIDADE	386
3.2. DIMENSÃO IV: CARACTERIZAÇÃO DO PNSAC	388
3.3. DIMENSÃO V: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E SOLUÇÕES DE FORO AMBIENTAL.....	393
3.4. DIMENSÃO VI: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E SOLUÇÕES DE FORO SOCIAL.....	397
3.5. DIMENSÃO VII: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS E SOLUÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DO PNSAC	404
3.6. DIMENSÃO VIII: PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVO	408
4. CONCLUSÕES	416
7. REFERÊNCIAS	421

CAPÍTULO 12. TRIANGULAÇÃO DA FASE MICRO

1. INTRODUÇÃO.....	425
2. PROCESSO DE TRIANGULAÇÃO E CONCLUSÕES.....	426
2.1. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OBJETIVO ESPECÍFICO 4	428
2.1.1. <i>Triangulação inferencial: Objetivo específico 4</i>	432
2.2. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OBJETIVO ESPECÍFICO 5	434
2.2.1. <i>Triangulação inferencial: Objetivo específico 5</i>	437
2.3. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OBJETIVO ESPECÍFICO 6	439

2.3.1 <i>Discussão: Objetivo específico 6</i>	442
2.4. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OBJETIVO ESPECÍFICO 7	444
2.4.1. <i>Triangulação inferencial: Objetivo específico 7</i>	449
2.5. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OBJETIVO ESPECÍFICO 8	453
2.5.1. <i>Triangulação inferencial: Objetivo específico 8</i>	456
3. REFERÊNCIAS	458
 FASE MICRO: CONCLUSÕES	461
 PARTE V CONCLUSÃO DO ESTUDO	465
 CAPÍTULO 13. MODELO DE INICIAÇÃO À GESTÃO PARTICIPATIVA DO D,R&T NO PNSAC	467
1. INTRODUÇÃO	467
2. PRESSUPOSTOS INERENTES AO MODELO PRELIMINAR PARA A EXECUÇÃO DE UM PGP (MP-PGP)	467
2.1. COMPONENTE SOCIAL: INTRÍNSECA E SUBJETIVA	467
2.2. OCORRE ANTES DA FORMALIZAÇÃO	468
3. O PROCESSO ADAPTADO À REALIDADE DO PNSAC: MODELO PRELIMINAR PARA A EXECUÇÃO DE UM PGP (MP-PGP)	468
3.1. DEFINIÇÃO DO CONTEXTO NACIONAL (AP E D,R&T)	470
3.2. DEFINIÇÃO DO CONTEXTO LOCAL (PNSAC)	472
3.3. A PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA	483
4. REFERÊNCIAS	485
 CONCLUSÃO GERAL, LIMITAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	487
CONCLUSÃO GERAL	487
CONSIDERAÇÕES FINAIS	488
REFLEXÕES SOBRE A METODOLOGIA UTILIZADA	490
LIMITAÇÕES	491
RECOMENDAÇÕES	492
ANEXOS	494

Índice de quadros

QUADRO 1. FATORES E CRITÉRIOS DE VALIDADE.....	36
QUADRO 2. FATORES E CRITÉRIOS DE FIDELIDADE.....	39
QUADRO 3. EVOLUÇÃO NOS MODELOS DE GESTÃO DAS AP. FONTE: PINTO (2008)	58
QUADRO 4. BREVE RESUMO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO DAS AP. ADAPT. SOROMENHO-MARQUES (1998A)	60
QUADRO 5. CATEGORIAS E DESCRIÇÃO DAS DIFERENTES TIPOLOGIAS DE AP	64
QUADRO 6. OBJETIVOS DETERMINADOS PARA AS AP EM FUNÇÃO DAS DIFERENTES CATEGORIAS	64
QUADRO 7. POSIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE E CARACTERÍSTICAS. FONTE: HUNTER (2002).....	69
QUADRO 8. BENEFÍCIOS DA RECREAÇÃO E DO TURISMO EM AP	78
QUADRO 9. CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS: TIPOLOGIA E OBJETIVOS. ADAPT. DE LOPES, CASTRO, POETA, E BRIGAS (2005)	159
QUADRO 10. ÁREAS PROTEGIDAS EM PORTUGAL: QUANTIFICAÇÃO POR ÂMBITO E TIPOLOGIA	159
QUADRO 11. TRIAGEM DA DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA.....	165
QUADRO 12. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ESTUDO	166
QUADRO 13. RESULTADOS DO ÍNDICE DE FIDELIDADE PARA CADA PASSO METODOLÓGICO	170
QUADRO 14. RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA O FATOR E SUBFACTORES POLÍTICOS	171
QUADRO 15. RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA O FATOR E SUBFACTORES ECONÓMICOS.....	172
QUADRO 16. RESULTADOS QUANTITATIVOS PARA O FATOR E SUBFACTORES SOCIAIS	173
QUADRO 17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO	188
QUADRO 18. TIPOLOGIA E QUANTIDADES DA DOCUMENTAÇÃO ANALISADA	188
QUADRO 19. TÉCNICAS DE ANÁLISE POR TIPOLOGIA DE DOCUMENTAÇÃO	189
QUADRO 20. TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÕES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE VISITAÇÃO DA RNAP	212
QUADRO 21. PRINCIPAIS INDICADORES DE CARACTERIZAÇÃO DOS AGENTES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA (2013)	220
QUADRO 22. INDICADORES DAS ESTATÍSTICAS DO TURISMO (2012)	221
QUADRO 23. SATISFAÇÃO E MOTIVOS DE VISITA	222
QUADRO 24. RESULTADOS DO CÁLCULO DA FIDELIDADE QUIXOTESCA	234
QUADRO 25. TEMAS ANALÍTICOS UTILIZADOS NA TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA.....	257
QUADRO 26. MODELOS DE GESTÃO DAS AP EM PORTUGAL. ADAPT. DE PINTO (2008).....	261
QUADRO 27. TIPOLOGIAS E RECURSOS RECREATIVOS E TURÍSTICOS NO PNSAC	289
QUADRO 28. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO PNSAC ENTRE 2004 E 2009. ADAPT. DE ALVES(2012)	289
QUADRO 29. PRINCIPAIS PROMOTORES DE ATIVIDADES DESPORTIVAS DESENVOLVIDAS NO PNSAC ENTRE 2004 E 2009. ADAPT. DE ALVES(2012)	290
QUADRO 30. <i>STAKEHOLDERS</i> DO PNSAC.....	293
QUADRO 31. ATIVIDADES CONSIDERADAS NO REGULAMENTO DA CDN DO PNSAC (ADAPT. DE ROSA,2011)	296
QUADRO 32. ENTIDADES EM ESTUDO E CÓDIGOS IDENTIFICATIVOS	330
QUADRO 33. VISÃO ESTRATÉGICA	337
QUADRO 34. NECESSIDADES PARA O FUTURO	340
QUADRO 35. SENTIDO E OBSERVAÇÕES ACERCA DA GESTÃO DO DN NO PNSAC	342
QUADRO 36. PROBLEMAS AMBIENTAIS	347
QUADRO 37. SOLUÇÕES PARA OS PROBLEMAS AMBIENTAIS.....	348
QUADRO 38. PROBLEMAS SOCIAIS	349
QUADRO 39. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO UNIVERSO INQUIRIDO	376
QUADRO 40. CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO INQUIRIDO.....	379
QUADRO 41. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA EM ESTUDO	380
QUADRO 42. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE: UTILIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO PNSAC E SAZONALIDADE	387
QUADRO 43. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE: ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	388
QUADRO 44. CONCEÇÃO DO PNSAC	389
QUADRO 45. FATORES DE DIFERENCIAÇÃO POSITIVA DO PNSAC	391
QUADRO 46. FATORES DE IMPORTÂNCIA DO D,R&T NO PNSAC	392
QUADRO 47. FORO AMBIENTAL: PROBLEMAS E CAUSAS	394
QUADRO 48. FORO AMBIENTAL: SOLUÇÕES	396
QUADRO 49. FORO SOCIAL: PROBLEMAS E CAUSAS	398
QUADRO 50. FORO SOCIAL: CORRELAÇÃO PROBLEMAS-CAUSAS	400
QUADRO 51. FORO SOCIAL: SOLUÇÕES.....	402
QUADRO 52. FORO GESTÃO: PROBLEMAS E SOLUÇÕES	404
QUADRO 53. FORO GESTÃO: CORRELAÇÃO "PROBLEMAS-SOLUÇÕES"	406
QUADRO 54. CDN: APRECIACÃO, PROBLEMAS E NECESSIDADES	407
QUADRO 55. PGP: APRECIACÃO, VANTAGENS, BARREIRAS, INICIADORES E CONDIÇÕES	409
QUADRO 56. PGP: FATORES DE LEGITIMAÇÃO	413
QUADRO 57. PGP: ENTIDADES RELEVANTES	415
QUADRO 58. TEMAS ANALÍTICOS UTILIZADOS NA TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA.....	427

Índice de figuras

FIGURA 1. FORMULAÇÃO DA PROBLEMÁTICA	24
FIGURA 2. RELAÇÃO ENTRE OS ATORES EM ESTUDO	31
FIGURA 3. OBJETIVIDADE DO DESENHO DA INVESTIGAÇÃO.....	34
FIGURA 4. MODELO DE ANÁLISE	41
FIGURA 5. CONSTITUIÇÃO DOS TEMAS ANALÍTICOS E INFERENCIAIS	47
FIGURA 6. CRESCIMENTO DO NÚMERO DE AP NACIONAIS E INTERNACIONAIS (1911-2011)	62
FIGURA 7. CRESCIMENTO (DIMENSÃO) DE AP DE ÂMBITO NACIONAL (1911 - 2011)	63
FIGURA 8. DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	70
FIGURA 9. MODELO DE COMPREENSÃO DA SUSTENTABILIDADE NO SISTEMA DE AP ATUAL.....	79
FIGURA 10. GESTÃO CONTEMPORÂNEA DA VISITAÇÃO EM AP	88
FIGURA 11. RECREAÇÃO E TURISMO: LIMITES ENTRE CONCEITOS	108
FIGURA 12. EXEMPLO DA EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE DN: DO SKYDIVING AOS WINGSUITS.....	116
FIGURA 13. ESTABELECIMENTO DA TEORIA	146
FIGURA 14. MODELO DE ANÁLISE: FASE MESO	155
FIGURA 15. SEQUÊNCIA DE FASES ADOTADA PARA A REALIZAÇÃO DA METASSÍNTESE.....	164
FIGURA 16. PROPOSTA DE MODELO PEST: SISTEMA DE CATEGORIAL	167
FIGURA 17. FIGURA REPRESENTATIVA DA EXECUÇÃO GRÁFICA DA CRIAÇÃO DOS TEMAS DESCRITIVOS: FAMÍLIAS DE CÓDIGOS.....	169
FIGURA 18. TEMAS ANALÍTICOS	174
FIGURA 19. RELAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE OS TEMAS ANALÍTICOS.....	175
FIGURA 20. MODELO DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO	190
FIGURA 21. EVOLUÇÃO DO STAFF NA AGÊNCIA NACIONAL. FONTE: PINTO (2008)	193
FIGURA 22. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DAS 3 FASES DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E RECREATIVAS NAS AP NACIONAIS	204
FIGURA 23. FATORES DE VALORIZAÇÃO TURÍSTICAS NA AP NACIONAIS. FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA COM BASE NA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO ..	207
FIGURA 24. CARACTERIZAÇÃO DOS MERCADOS ASSOCIADOS AO DESPORTO DE NATUREZA. FONTE: PENT (2007)	210
FIGURA 25. TOTAIS ANUAIS DO NÚMERO DE VISITANTES NAS AP (1996-2011)	218
FIGURA 26. EVOLUÇÃO NO REGISTO DE AGENTES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA COMO TURISMO DE NATUREZA	219
FIGURA 27. Nº DE PRATICANTES FEDERADOS EM MODALIDADE DE DESPORTO DE NATUREZA (1996-2011)	220
FIGURA 28. REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO CRUZAMENTO DE RESULTADOS.....	223
FIGURA 29. FASES DA EVOLUÇÃO DE TURISMO E DA RECREAÇÃO NAS AP NACIONAIS: AS NECESSIDADES DE PLANEAMENTO E GESTÃO.....	226
FIGURA 30. ÍNDICE DE BELLACK PARA CÁLCULO DA FIDELIDADE QUIXOTESCA	234
FIGURA 31. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO I: A IMPORTÂNCIA DO D,R & T NAS AP.....	236
FIGURA 32. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO II: CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO	241
FIGURA 33. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO III: GESTÃO E PROMOÇÃO DO D,R&T NAS AP	247
FIGURA 34. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO IV: DESENVOLVIMENTO DE UM PGP	250
FIGURA 35. COOCORRÊNCIA DE OBJETIVOS NA FASE MESO: TRIANGULAÇÃO [ABC]	255
FIGURA 36. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL E TEMAS INFERENCIAIS.....	266
FIGURA 37. LIMITES GEOGRÁFICOS DO PNSAC	281
FIGURA 38. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RECURSOS DO PNSAC.....	290
FIGURA 39. CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA DO PNSAC.....	295
FIGURA 40. FUNDAMENTOS, BENEFÍCIOS, CONDIÇÕES, PROBLEMAS E BARREIRAS DOS PROCESSOS DE GESTÃO PARTICIPATIVOS.....	312
FIGURA 41. STAKEHOLDERS DO D,R&T EM AP	318
FIGURA 42. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO I: A IMPORTÂNCIA DO D,R & T NO PNSAC	330
FIGURA 43. CONTRIBUTOS DO DN PARA O DESENVOLVIMENTO DO PNSAC	331
FIGURA 44. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO II: CARACTERIZAÇÃO DO PNSAC	333
FIGURA 45. FATORES DE DIFERENCIAÇÃO DO PNSAC.....	334
FIGURA 46. CARACTERÍSTICAS DO PNSAC POTENCIADORAS DO DN	335
FIGURA 47. CARACTERIZAÇÃO DO PNSAC	336
FIGURA 48. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO III: CONDIÇÕES E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO	337
FIGURA 49. IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES/PROJETOS NO PNSAC	339
FIGURA 50. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO IV: GESTÃO DO DN NO PNSAC	341
FIGURA 51. ESTRUTURA MAIS ADEQUADA PARA A GESTÃO	344
FIGURA 52. NECESSIDADES AFETAS À CDN DO PNSAC	346
FIGURA 53. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO V: IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS, CAUSAS E SOLUÇÕES.....	347
FIGURA 54. PRINCIPAIS CRÍTICAS À GESTÃO	350
FIGURA 55. PROBLEMAS ESPECÍFICOS DA GESTÃO	352
FIGURA 56. SISTEMA CATEGORIAL DA DIMENSÃO VI: POSSIBILIDADES DE UM PGP	355
FIGURA 57. VANTAGENS/BENEFÍCIOS Vs DIFICULDADES/BARREIRAS DO PGP	357
FIGURA 58. MAIS-VALIAS DAS INSTITUIÇÕES INQUIRIDAS	360
FIGURA 59. MAIS-VALIAS DAS INSTITUIÇÕES INQUIRIDAS: POSSIBILIDADE DE COMPETÊNCIAS COMUNS E ESPECÍFICAS	362
FIGURA 60. COOCORRÊNCIA DE OBJETIVOS NA FASE MICRO: TRIANGULAÇÃO [CDEF]	426

FIGURA 61. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OE.4	428
FIGURA 62. CONCEÇÃO DO PNSAC	429
FIGURA 63. FATORES DIFERENCIADORES DO PNSAC	430
FIGURA 64. RECURSOS DO PNSAC	431
FIGURA 65. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL: OE4	433
FIGURA 66. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OE5	434
FIGURA 67. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL: OE5	437
FIGURA 68. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OE6	439
FIGURA 69. FATORES POTENCIADORES DA ESTRATÉGIA	441
FIGURA 70. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL: OE6	442
FIGURA 71. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OE7	445
FIGURA 72. PRINCIPAIS CRÍTICAS À GESTÃO DO PNSAC	447
FIGURA 73. SOLUÇÕES PARA A GESTÃO DO PNSAC	449
FIGURA 74. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL: OE7	450
FIGURA 75. TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA: OE8	453
FIGURA 76. TRIANGULAÇÃO INFERENCIAL: OE8	456
FIGURA 77. PROPOSTA DO MP-PGP	469
FIGURA 78. FATORES DE INFORMAÇÃO PROVENIENTES DOS <i>STAKEHOLDERS</i> DO PNSAC	474
FIGURA 79. ESTABELECIMENTO DA ESTRATÉGIA	482
FIGURA 80. PROPOSTA DE UMA ESTRUTURA PARA O PGP	484

Índice de abreviaturas

AAT	AGENTE DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA
AFN	AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL
AG	AGÊNCIA DE GESTÃO
AP	ÁREA PROTEGIDA
BTT	BICICLETA TODO-O-TERRENO
C	CATEGORIA
CDN	CARTA DE DESPORTO DE NATUREZA
CED	CARTA EUROPEIA DO DESPORTO
CETS	CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL
CM	CÂMARA MUNICIPAL
DN	DESPORTO DE NATUREZA
DP	DESVIO PADRÃO
D,R&T	DESPORTO NO ÂMBITO DA RECREAÇÃO E DO TURISMO
EAT	EMPRESA DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA
EEAP	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO DAS ÁREAS PROTEGIDAS: TURISMO DE NATUREZA
ENCNB	ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE
ECO	FATOR ECONÓMICO
IB	ÍNDICE DE BELLACK
ICNB,I.P.	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE, I.P.
ICNF,I.P.	INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA FLORESTAS, I.P.
IPDJ,I.P.	INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO DE DA JUVENTUDE,I.P.
IUCN	THE WORLD CONSERVATION UNION
LBAFD	LEI DE BASES DA ATIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO
LBD	LIVRO BRANCO DO DESPORTO
M	MÉDIA
MA	MOVIMENTO ASSOCIATIVO
MCE	MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO
ME	MOVIMENTO EMPRESARIAL

OE	OBJETIVO ESTRATÉGICO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
PA	PROBLEMAS AMBIENTAIS
PENT	PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL DO TURISMO
PEST	POLITICAL, ECONOMIC, SOCIAL AND TECHNOLOGICAL
PG	PROBLEMAS DE GESTÃO
PGP	PROCESSO DE GESTÃO PARTICIPATIVO
PNSAC	PARQUE NATURAL DAS SERRAS DE AIRE E CANDEEIRO
PNTN	PLANO NACIONAL DE TURISMO DE NATUREZA
POL	FATOR POLÍTICO
PS	PROBLEMAS SOCIAIS
QCA	QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO
RH	RECURSOS HUMANOS
RNAP	REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS
RM	RECURSOS MATERIAIS
SIVETUR	SISTEMA DE INCENTIVOS A PRODUTOS TURÍSTICOS DE VOCAÇÃO ESTRATÉGICA
SOC	FATOR SOCIAL
WTO	WORLD TOURISM ORGANIZATION
TA	TEMA ANALÍTICO
TEC	FATOR TECNOLÓGICO
TER	TURISMO NO ESPAÇO RURAL
TI	TEMA INFERENCIAL
TN	TURISMO DE NATUREZA
TP,I.P.	TURISMO DE PORTUGAL, I.P.
TT	TODO-O-TERRENO
UC	UNIDADE DE CONTEXTO
V	VARIÁVEL

Índice de anexos

ANEXO 1-	ÁREAS PROTEGIDAS CONSTANTES DA RNAP
ANEXO 2-	OUTPUTS DO SOFTWARE DE ANÁLISE DE CONTEÚDO (CAP.4)
ANEXO 3-	CÁLCULOS DA ÍNDICE DE FIDELIDADE (CAP.4)
ANEXO 4-	MATRIZ DOS SUBFATORES GERAIS (CAP.4)
ANEXO 5-	ORGANIGRAMA DO ICNF,I.P.
ANEXO 6-	RESULTADOS DA ANÁLISE PEST (CAP.4)
ANEXO 7-	CORPUS DE ESTUDO (TIPOLOGIAS DE DOCUMENTAÇÃO) (CAP.5)
ANEXO 8-	RESULTADOS DA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO (CAP.5)
ANEXO 9-	GUIÃO DE ENTREVISTA AO IPDJ,I.P. (CAP.6)
ANEXO 10-	GUIÃO DE ENTREVISTA AO TP,I.P. (CAP.6)
ANEXO 11-	IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 1 (CAP.6)
ANEXO 12-	CÁLCULOS FIDELIDADE DAS ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 1 (CAP.6)
ANEXO 13-	UNIDADES DE CONTEXTO DAS ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 1 (CAP.6)
ANEXO 14-	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DAS ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 1 (CAP.6)
ANEXO 15-	IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 2 (CAP.10)
ANEXO16-	CÁLCULOS FIDELIDADE DAS ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 2 (CAP.10)
ANEXO 17-	GUIÃO DE ENTREVISTA AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 2 (CAP.10)
ANEXO 18-	ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO (ANEXO À ENTREVISTA) (CAP.10)
ANEXO 19-	TEMAS ANALÍTICOS (CAP.10)
ANEXO 20-	ANÁLISE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 2_UNIDADES DE CONTEXTO (CAP.10)
ANEXO 20A-	CÓDIGOS/CATEGORIAS GERADOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO ÀS ENTREVISTAS DOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 2 (CAP.10)
ANEXO 21-	TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA DOS TA RESPEITANTES AO CAPÍTULO 10
ANEXO 22-	LISTAGEM DAS ENTIDADES (UNIVERSO INQUIRIDO) (CAP.11)
ANEXO 23-	GUIÃO DA ENTREVISTA AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 24-	IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVOS DAS QUESTÕES DA ENTREVISTA AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 25-	DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DA ENTREVISTA AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 26-	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3_UNIDADES DE CONTEXTO (CAP.11)
ANEXO 27-	ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3_UNIDADES DE REGISTO E ENUMERAÇÃO (CAP.11)
ANEXO 28-	PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 29-	PROCESSO DE TRIAGEM DA AMOSTRA (CAP.11)
ANEXO 30-	DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS PRESENTES NO QUESTIONÁRIO AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 31-	QUESTIONÁRIO AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 32-	BASE DE DADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 33-	OUTPUTS DOS CÁLCULOS ESTATÍSTICOS
ANEXO 34-	TEMAS ANALÍTICOS GERADOS NA ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS AOS STAKEHOLDERS DE NÍVEL 3 (CAP.11)
ANEXO 35-	TRIANGULAÇÃO CONFIRMATÓRIA DOS TA RESPEITANTES AO CAPÍTULO 11

PARTE I | Enquadramento e organização geral

Introdução e enquadramento epistemológico e metodológico

Todo o percurso da investigação social mergulha num contexto social, económico, político, cultural e organizacional particular. É este contexto que produz questionamento sobre o estado do conhecimento, que identifica uma lacuna problemática, que coloca uma dificuldade organizacional

Benoît Gauthier

Este trabalho, emergindo do seio das ciências sociais e humanas, não deve ser visto unicamente como um relatório científico, mas também como uma história, uma filosofia ou uma referência, isto porque foi escrito num determinado momento do desenvolvimento da sociedade. Representa a sua época e é enquadrado dentro de um contexto histórico, sem o qual deixaria certamente de fazer sentido, resultando da dúvida da realidade e do conseqüente desejo de, em busca de uma verdade (verosímil), contribuir para a melhoria de um setor da sociedade. Por isso mesmo, as etapas desta investigação social, no que diz respeito ao processo de observação-teorização, e pela sua complexidade, merecem explicação prévia.

1. Introdução geral

O usufruto de áreas protegidas para fins recreativos e turísticos é um fenómeno atual e em potencial crescimento em todo o mundo, sendo os dados atuais do ecoturismo exemplificadores dessa realidade. O desporto de natureza, enquanto manifestação destas práticas, tem sido alvo de uma cada vez maior notoriedade junto dos mais variados públicos e hoje congratula-se quer como um produto turístico, quer como um fenómeno moderno de ocupação do tempo de lazer com um papel determinante em algumas economias nacionais.

Enquanto espaços de visitação, as áreas protegidas são um dos palcos de prática preferenciais para estas novas tendências e por isso mesmo, o desporto merece atenção no quadro atual do planeamento e gestão destes territórios. Um pouco por todo o mundo, a gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas é uma realidade vigente nos sistemas de gestão das  g ncias, tendencialmente governamentais. Alguns países como o Canadá, EUA ou Nova Zelândia, apresentam níveis de conhecimento e atuação bastante avançados.

Em Portugal, todavia, o historial de desenvolvimento destas práticas no território protegido tem sido caracterizado pela carência ou ausência. Exemplo disso é a escassa publicação de Cartas de Desporto de Natureza na generalidade da Rede Nacional de áreas Protegidas e a crítica constante de *stakeholders* face   gestão destas práticas (ou ausência dela). Por isso, e dadas as tendências atuais referidas inicialmente, é importante que as áreas protegidas portuguesas se preparem para as

alterações sociais que se avizinham, adotando uma postura preventiva, inovadora (no quadro nacional) e de aprendizagem, em vez de regulamentadora e corretiva. Isto quer dizer que, do nosso ponto de vista e mais do que nunca, é necessária a adoção de princípios de gestão do desporto, desenvolvido nos âmbitos da recreação e do turismo, mais fundamentados e adequados à realidade nacional.

Esta investigação enquadra-se assim na temática da gestão do desporto, mais especificamente nas práticas de desporto de natureza em áreas protegidas. Porque o desporto de natureza, pelas suas peculiaridades enquanto fenómeno desportivo, se relaciona com outros setores e fenómenos, esta investigação estabelece uma relação próxima com os setores do turismo, mais especificamente, o turismo de natureza e a recreação.

O desenvolvimento deste trabalho de investigação assenta em duas premissas iniciais: 1) É desadequada a transposição direta de uma determinada metodologia de gestão de uma realidade para outra (entenda-se um país, região ou área protegida) sem que se conheça o contexto e as características que moldam determinada forma de estar face à gestão do desporto, recreação e turismo; 2) A participação ativa de *stakeholders* na gestão destes territórios é um fator complexo, difícil, mas essencial para o alcance do sucesso e do cumprimento com os princípios da sustentabilidade. O capital social é assim um elemento determinante para o desenvolvimento de processos de gestão para o subsetor em estudo.

Neste sentido, e porque seria demasiado vasto o estudo da gestão do desporto, recreação e turismo na generalidade das áreas protegidas nacionais, recorreremos ao estudo de caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), como forma de realizar um aprofundamento no conhecimento deste subsetor e dos processos de gestão inerentes e mais adequados.

O trabalho de investigação divide-se em dois grandes momentos de compreensão do fenómeno: 1º) Fazemos uma retrospectiva histórica do desenvolvimento deste subsetor (entenda-se o desporto, recreação e turismo nas AP portuguesas), no sentido de encontrar características, ideologias ou outros fatores que, por um lado, permitam compreender o atual estado de arte deste subsetor e, por outro, definir variáveis que possam influenciar a adoção de determinada estrutura de gestão; 2º) Baseados nos resultados anteriores, procedemos à especificação do estudo de caso, evidenciando resultados, que embora não generalizáveis, podem servir de linha orientadora para uma reflexão direcionada para a realidade nacional. Neste, aborda-se uma estrutura de gestão participativa como a base para o desenvolvimento.

1.1. Apresentação e justificação da problemática

O estabelecimento da problemática parte de uma visão integral do desenvolvimento das áreas protegidas (AP) e é alcançado quando se atinge a especificidade do estudo de caso. Esta parte de uma visão *macro* (perspetiva internacional), onde se avaliam as bases estruturais das AP e a sua evolução no tempo, especificando-se posteriormente no subsector em estudo. Segue-se uma visão *meso* (perspetiva nacional), onde se avaliam o histórico das AP nacionais, as suas características e, numa perspetiva mais específica, a evolução, o estado atual e as perspetivas de futuro. Para a compreensão destas duas primeiras fases, concorrem a primeira e segunda partes desta investigação. A especificação da problemática do estudo de caso surge aquando da compreensão da visão *micro* (área protegida em estudo), cujas características permitem apontar definitivamente para a solução determinada. A figura 1 reflete o sentido deste estabelecimento.

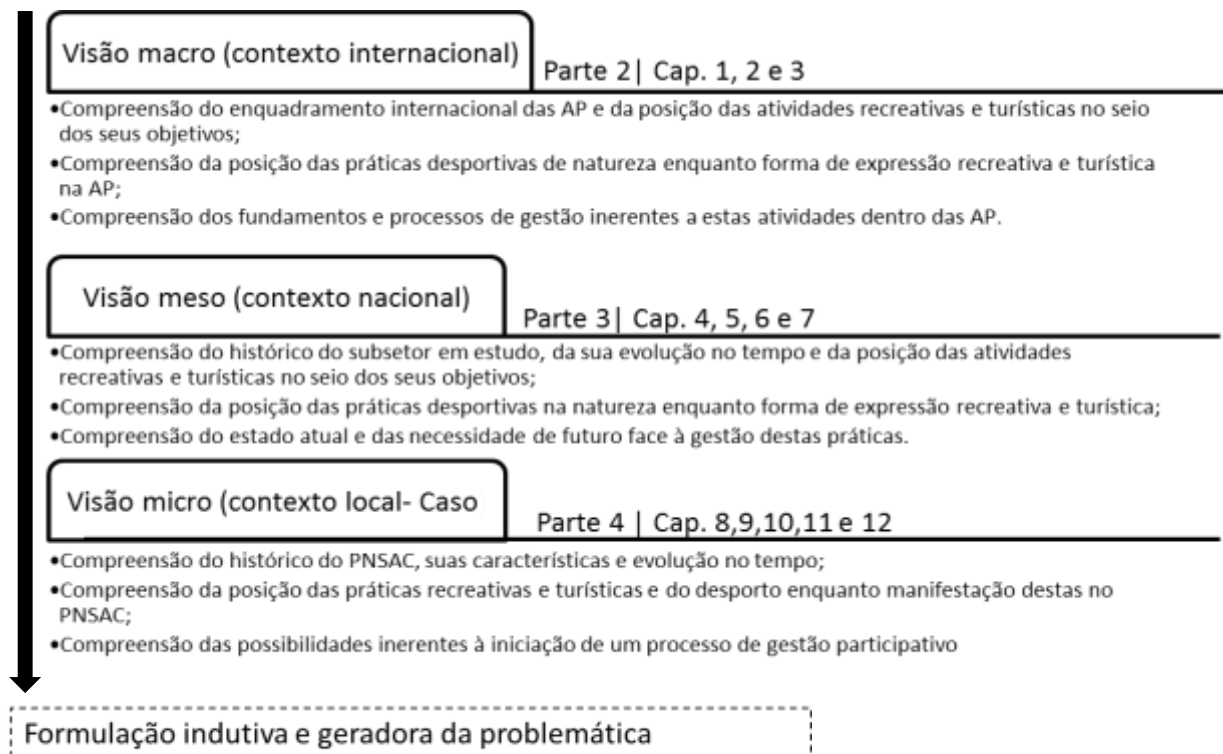


Figura 1. Formulação da problemática

A formulação da problemática partiu da análise das três visões identificadas, mas é complementada com recomendações verificadas noutros trabalhos (Haukeland, 2011a; B. Pinto, 2008), posteriormente refletidas e selecionadas em função da realidade obtida nesta análise inicial.

Neste sentido, estabelece-se a problemática desta investigação da seguinte forma:

- A gestão das práticas desportivas desenvolvidas nos âmbitos da recreação e do turismo no PNSAC: O estado atual, os atores, os problemas, os recursos, as críticas e as necessidades de melhoria, com vista à obtenção de um modelo teórico que permita a iniciação de um processo de gestão participativa adaptada à realidade desta área protegida.

1.2. Questões de investigação

Com base na reflexão sobre a problemática apresentada, surgem questões de investigação que deverão nortear o desenvolvimento do trabalho e o estabelecimento de objetivos específicos. Estas questões de investigação derivam dos indicadores anteriormente apresentados e são formuladas da seguinte forma:

1. Qual o estado atual do desenvolvimento das atividades desportivas desenvolvidas nos âmbitos da recreação e do turismo nas áreas protegidas?;
2. Quais as influências das políticas adotadas e dos principais decisores na conceção do seu estado atual?;
3. Quais as estratégias para o futuro?;
4. Como se caracteriza o PNSAC em termos ambientais, demográficos e socioculturais? Quem são os atores envolvidos?;
5. Como se caracteriza o PNSAC em termos administrativos e qual a estrutura de gestão que melhor se adequa ao subsetor da recreação e do turismo?;
6. Quais as opiniões e pontos de vista dos diferentes *stakeholders* em relação aos problemas e necessidades do PNSAC, face à gestão das práticas desportivas nos âmbitos da recreação e do turismo?;
7. Qual a perspetiva dos diferentes *stakeholders* face à introdução de um processo participativo de gestão para este subsetor?
8. É possível a formulação de um modelo teórico, devidamente adaptado à realidade do PNSAC, e que contribua para a gestão participada do desporto de natureza nos âmbitos da recreação e do turismo?

As opções metodológicas adotadas para o alcance das respostas pretendidas são alicerçadas no estabelecimento destes dois pontos anteriores (problemática e questões).

1.3. Objetivos

Formula-se assim o objetivo geral desta investigação:

- A formulação de um modelo de iniciação à gestão participada do Desporto realizado nos âmbitos da Recreação e do Turismo (D,R&T) adaptado à realidade do PNSAC.

Do objetivo geral, emergem objetivos específicos cuja relação com cada uma das partes do trabalho é identificada posteriormente no modelo de análise (ver figura 4).

Obj.Esp.1: Compreender a estrutura de base das AP a nível internacional e os fundamentos da gestão da recreação e do turismo que acontecem nestes espaços;

Obj.Esp.2: Compreender e justificar a pertinência das atividades desportivas enquanto manifestações de práticas recreativas e turísticas nas AP;

Obj.Esp.3: Conhecer a evolução do subsector em estudo no território português, assim como a perspectiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento;

Obj.Esp.4: Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsector em estudo;

Obj.Esp.5: Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Obj.Esp.6: Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsector nesta AP;

Obj.Esp.7: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsector em estudo;

Obj.Esp.8: Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsector em estudo.

2. Enquadramento metodológico no campo paradigmático das ciências sociais

2.1. Paradigma interpretativo

Esta investigação enquadra-se num paradigma misto (maioritariamente qualitativo) e interpretativo. No campo da gestão do desporto, J. Soares (2006) refere que a investigação interpretativa deve ser entendida como aquela que procura compreender e interpretar os significados das intervenções dos elementos que trabalham em interação, tomam decisões e que fazem parte de uma determinada organização e sistema. Dentro do largo espetro da investigação social, o estudo é conduzido com base numa metodologia sobretudo **subjativista**, na medida em que procura o sentido da realidade social na própria ação em que ela se produz, para lá das causas e dos efeitos observáveis, sem todavia os esquecer (Gingras, 2003). Desta forma, temos a preocupação de não olhar as ações humanas como um fenómeno isolado ou condensado, mas antes enquadrado num determinado tempo e espaço. Neste sentido, o paradigma interpretativo é possuidor de uma realidade múltipla

(holística) e socialmente construída, e cada realidade forma um todo que não pode ser compreendido se estiver isolada do contexto.

Assim, a epistemologia que rege esta investigação assume, por um lado, uma **visão Holística**, no sentido em que procura enquadrar o tema em estudo como um todo, numa tentativa de apreender a realidade social como uma totalidade social em movimento, e na ausência da qual, segundo Guerra (1998), se perderia a complementaridade entre subjetividade e objetividade, entre ser e consciência e entre a teoria e prática. Por outro lado, assume também uma **visão Hermenêutica**, na medida em que tenta englobar uma grande diversidade de elementos no processo interpretativo (e.g. Documentos de variadas naturezas, entrevistas, questionários e diversidade amostral), que contribuam para uma explicação mais coerente e objetiva da realidade social, através de um procedimento metodológico denominado de **triangulação**.

Um aspeto que caracteriza a evolução da fonte de conhecimento neste trabalho, ou seja, da intuição para o raciocínio, é de extrema importância numa investigação social e foi denominada por Gingras (2003) de **ruptura epistemológica**. A primeira dificuldade por nós identificada na definição da investigação, partiu da capacidade de autodistanciamento das ideias pré-concebidas que se têm da sociedade que se pretende estudar, e implicou uma focagem nos princípios teóricos que deverão concorrer para a resolução da problemática, numa tentativa de não ser influenciados pelas primeiras. Isto reflete-se, na realidade, pela proximidade do autor à realidade da AP em estudo (Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), aos setores do desporto e do turismo de natureza (enquanto docente destas áreas) e às instituições relacionadas com a AP (e.g. Clubes, associações, empresas), cuja visão da gestão atual (conhecida em encontros e conversas de natureza variada) tende a ser crítica e pejorativa. Este importante momento implicou um grande número de leituras focadas na temática em estudo, para o estabelecimento de uma teoria/modelo de análise inicial que rompesse com eventuais preconceitos pré-estabelecidos. Foi com este intuito que o conhecimento aqui produzido foi construído mediante um esforço de escolha, organização e interpretação sistemática. Este princípio pressupõe a “acumulação de informações das quais a nova situação é avaliada e contraposta às experiências passadas, como elementos da situação presente e com uma antevisão do futuro” (Guerra, 1998).

2.2. O objeto e o sujeito

O objeto de estudo desta investigação consiste nos fenómenos sociais. De acordo com Guba (1990, cit. in Soares, 2006), e perante os postulados científicos que orientam os paradigmas qualitativos, não há uma diferenciação clara entre o sujeito e o objeto de estudo de conhecimento, ambos se fundem numa única entidade epistemológica. Nesta investigação, o **objeto** em estudo é um

fenómeno: um processo de gestão específico [gestão participativa], dentro de um subsetor específico [desporto de natureza e turismo ativo] e num contexto específico [áreas protegidas]. No entanto, esta realidade só se torna objeto porque é criada, moldada e constantemente influenciada pelo sujeito. Os **sujeitos** são aqueles que denominamos de *stakeholders* e que, de forma mais ou menos ativa e diferenciada, estão relacionados com o subsetor e com o contexto, atuando nestes das mais variadas formas tendo sobretudo em conta (como premissa) que afetam e são afetados pelo seu desenvolvimento. No entanto, o sujeito é também constituído por documentos e dados secundários que visam a possibilidade de relacionar factos sociais (resultantes do ponto de vista dos atores) com indicadores do desenvolvimento histórico do subsetor e do seu estado atual. Desta forma, este trabalho relaciona uma tentativa de compreender, simultaneamente, o processo que levou este subsetor ao seu estado atual e o estado atual em si, perspetivando assim uma decisão mais fundamentada face às necessidades de futuro.

2.3. Especificação da problemática

A especificação da problemática partiu de uma relação entre um saber atual (insatisfatório) e um saber procurado (desejado). Desta relação derivou não só a procura de uma **pertinência social**, que demonstra o modo como esta investigação responde a certos problemas dos sujeitos e dos decisores sociais, mas também de uma **pertinência científica**, no sentido em que se crê que a investigação contribui quer para o avanço dos conhecimentos até ao momento, quer para a nova investigação. Para estabelecer a problemática, partiu-se então (i) da constatação (empírica) de um determinado problema na sociedade (subsetor e contexto específicos), derivante da experiência e vivência pessoal em contato com a sociedade em questão (subsetor, contexto e seus participantes), e (ii) de uma extensa leitura de obras (livros, teses de doutoramento e artigos científicos) que permitiram compreender variáveis e relações entre estas, problemáticas, dificuldades de investigação e resultados atuais e evidentes. Seguindo a perspetiva de Chevrier (2003), a problemática surge também de (iii) forma **indutiva e geradora**, ou seja, partimos de princípios teóricos que por si só não formulam uma teoria, e a partir da constatação da realidade concluímos o trabalho numa tentativa de alcançar ou contribuir para a sua formulação. Por outras palavras, a problemática construiu-se à medida que o contexto social, em que se desenrola a investigação, foi sendo especificado (no sentido do caso), sofrendo reformulações e refinamentos que influenciaram e permitiram uma maior objetividade na formulação das questões de investigação.

2.4. Estrutura da prova: o estudo de caso

A partir da definição da problemática é determinada a **estrutura da prova** ou, segundo Gauthier, “o arranjo dos modos de comparação adotados para verificar hipóteses, assegurar as relações entre as

variáveis retidas e eliminar as influências de outras variáveis” (Gauthier, 2003a). De acordo com o autor, a escolha da estrutura de prova deve ser antecedida de uma questão de investigação clara e facilmente enquadrável nos paradigmas da investigação em ciências sociais. Neste trabalho, as questões de investigação (derivantes da problemática) têm duas naturezas distintas. A mais evidente é de **natureza exploratória**, visto que visa a compreensão de um tema pouco analisado no âmbito das ciências do desporto, e do qual o investigador não está em condições de estabelecer uma representação a partir dos conhecimentos existentes. Esta é também uma abordagem que permite ao investigador impregnar-se da essência de uma situação, captar a sua complexidade e interpretar o seu sentido. Por seu lado, a **natureza descritiva**, a qual visa a descrição de estados, de um grupo relativamente numeroso e constituinte do caso, com o intuito de ser representativa e descrever bem o conjunto do objeto de investigação.

Perante a compreensão deste passo, a estratégia de prova associa-se ao **estudo de caso**. Esta abordagem de investigação caracteriza-se, simultaneamente, pelo número restrito de situações analisadas, pela profundidade da análise e pela importância acordada com uma abordagem indutiva que alimentará uma fase de desenvolvimento de teorias ou de modelos.

De acordo com Gauthier (2003a), alguns autores determinam que “Esta estrutura é ao mesmo tempo forte e fraca, justamente devido a esta atenção a muito poucas situações [...] e foi frequentemente desacreditada porque torna difícil a generalização, porque pode levar à confusão se o caso se revela desviante, porque apresenta frequentemente lacunas no plano teórico, porque termina frequentemente na descrição, sem procurar explicação, etc.”. Estas críticas poderão ser válidas e, por isso, espelhando aqui o que defendemos neste capítulo, tentamos respeitar três exigências essenciais: 1) O desenvolvimento da investigação foi sistemático, ou seja, resultou de uma tentativa de reter todos os factos significativos e não somente aqueles que correspondem à expectativa do investigador; 2) O estudo é indutivo e interpretativo, o que significa que se deve apoiar numa teoria, em questões de investigação e em conceitos que servem de princípio diretor à colheita de observações e do caminho para a sua interpretação; 3) todas as decisões efetuadas foram claramente identificadas e justificadas pelo investigador, de forma a permitir a sua compreensão por parte do leitor ou de painéis avaliativos.

Apesar de não permitir a generalização, o estudo de caso adotado permitiu a descrição em profundidade e o desencadear de um processo indutivo que permitiu delinear um caminho para a formulação de teorias, as quais, por sua vez, poderão servir de base à replicação e ao desenvolvimento de novos estudos neste âmbito.

2.5. Amostragem, instrumentos e métodos de análise

Beaud (2003) refere que a escolha da técnica de seleção da amostra não poderá estar dissociada do questionamento que está na origem da investigação, da população estudada e dos diversos constrangimentos (e.g. Financeiros e humanos) com os quais o investigador se deve harmonizar. No caso particular desta investigação, a **amostra** ou **campo de estudo** (como é geralmente denominada no campo da investigação qualitativa) revelou-se variada e de acordo com as diferentes fases da investigação. Entre diferentes níveis de *stakeholders*, à análise de documentos, teve-se em conta o princípio da representatividade social. A **Estratificação** foi a técnica de amostragem probabilística mais utilizada, com o intuito de garantir a representatividade social.

A **entrevista semiestruturada** ou semidirigida, por se constituir como uma técnica de colheita de dados frequentemente utilizada na investigação associada aos paradigmas interpretativos e construtivistas (Savoie-Zajc, 2003); o **questionário**, quer por permitir obter, de forma mais rápida e estruturada, informação sobre os conceitos que se pretendem medir, quer por permitir olhar o indivíduo como unidade de análise (Blais & Durand, 2003) e as **grelhas de análise** de documentação, foram os instrumentos utilizados para a recolha dos dados, adequando-se em cada momento da investigação aos propósitos para estes estipulados. A **análise de conteúdo**, enquanto uma das mais importantes técnicas de investigação das ciências sociais (se devidamente executada de acordo com etapas pré-estabelecidas) (Bardin, 2009; Landry, 2003), a **metassíntese** e a **análise estatística** foram os métodos analíticos utilizados para a compreensão dos dados e consequente discussão.

Podemos assim afirmar que o presente trabalho de investigação segue um **modelo não linear de investigação social**, visto que implica retornos, novos entendimentos e, inclusive, reformulações do estado investigativo. Para além disso, as diferentes fases da investigação influenciam-se num sentido cronológico, sendo por isso necessárias reflexões intermédias, com vista à melhor compreensão do objeto em estudo.

2.6. Escolha e justificação do campo de estudo

Como referido no primeiro ponto desta investigação, o campo de estudo é alargado e constituído por: (i) **indivíduos** (i.e. representantes de instituições), denominados de *stakeholders*, cujo primeiro critério de inclusão/exclusão é o seu envolvimento com o subsetor em estudo, a sua capacidade de influenciar ou de serem influenciados (positiva ou negativamente) pelo seu desenvolvimento. Estes são caracterizados por “níveis” que revelam, num sentido lato, a sua posição hierárquica, social ou política. Esta hierarquização por níveis advém da necessidade de se diferenciarem estes atores, já que surgem em diferentes fases do trabalho e com diferentes propósitos de acordo com os objetivos

específicos já estipulados. A figura 2 representa a relação entre os atores em estudo, no sentido em que reflete a influência (descendente) das decisões e/ou políticas adotadas.

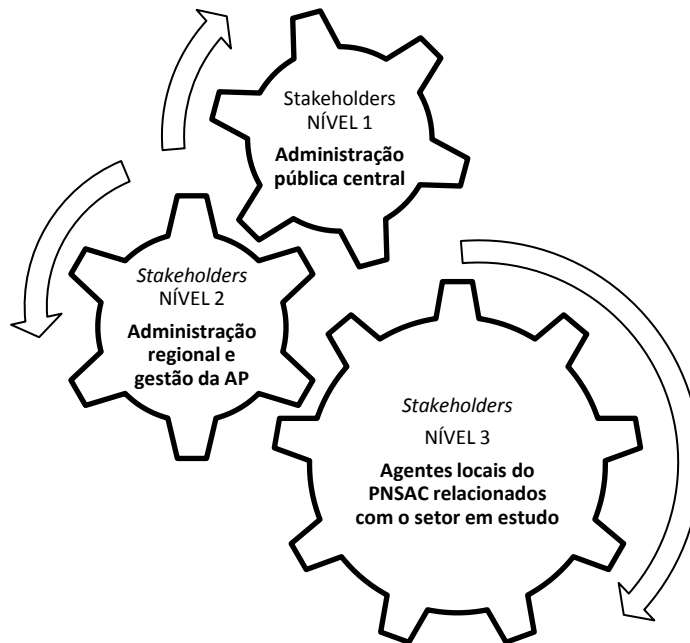


Figura 2. Relação entre os atores em estudo

No nível 1, encontramos a administração pública central (*visão macro*), representada pelos institutos públicos relacionados com o subsetor em estudo, nomeadamente o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF,I.P.), o Turismo de Portugal (TP,I.P.) e o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ,I.P.).

Estes institutos são os primeiros decisores e consequentes influenciadores das políticas de desenvolvimento das práticas desportivas, recreativas e turísticas nas áreas protegidas (n=2)¹.

No nível 2, centramo-nos na administração regional e nas entidades responsáveis pela gestão da AP em estudo (*visão meso*), constituídos pelas sete Câmaras Municipais inseridas na área geográfica do PNSAC e pela gestão do PNSAC (especificação do ICNF para a AP em estudo). Esta AP tem uma gestão centralizada (entidade gestora do PNSAC), em partilha com os municípios incluídos nos seus limites territoriais (n=8).

No nível 3, encontramos os agentes que intervêm no território protegido e que estão diretamente relacionados com o subsetor em estudo (*visão micro*). Estes são constituídos por organizações que desenvolvem atividades no PNSAC, dividindo-se por, clubes/associações, empresas de animação turística; empreendimentos turísticos, escutismo, escolas, entre outros. Estes agentes são os

¹ O ICNF,I.P. ficou ausente deste trabalho de investigação. A justificação é apresentada no capítulo 6.

principais atuantes no território, possuindo opiniões claras sobre as problemáticas existentes e as soluções para a sua melhoria. É a sociedade civil que põe em prática as atividades em estudo e que, num sentido positivo ou negativo, influenciam a realidade deste subsetor no PNSAC. Após triagem efetuada na aplicação dos questionários perfizeram um n=26.

(ii) **documentação** que permitiu a contextualização organizacional, social, económica e política do desenvolvimento do subsetor em estudo nas AP nacionais. À semelhança do grupo anterior, serviram a metodologia de metassíntese n=16 documentos. Posteriormente e com vista aos procedimentos de análise documental são também identificadas tipologias de documentação, nomeadamente: Documentos legais (n=50); Documentos estratégicos/Planos/programas (n=24); Projetos implementados e/fontes de dados resultados efetivos (n=13).

(iii) **dados secundários** derivantes de outros trabalhos ou publicações de outras instituições, que visaram complementar a análise documental e, consequentemente contribuir para uma melhor compreensão do subsetor em estudo.

Numa visão geral, considerando a totalidade de indivíduos inquiridos e documentação, o *corpus* de estudo desta investigação é constituído por n=139 fontes de dados.

A especificidade dos aspetos metodológicos relacionados com a seleção de cada um dos elementos do campo de estudo é apresentada em cada um dos capítulos.

2.7. Questões de validade e fidelidade

“Por uma utilização planificada e controlada de ferramentas de medida reutilizáveis noutros contextos sociais e por outros investigadores, a investigação social adquire uma característica de intersubjetividade que o senso comum não conhece. Esta mesma medida consciente, planificada, sistemática e refletida permite o alcance, senão assegurado pelo menos avaliável, de graus satisfatórios de validade e de fiabilidade na operação de extração de um sentido, de um significado, do corpo social” (Gauthier, 2003b).

Aspetos específicos relacionados com processos de validade e fidelidade dos instrumentos de medida e análise dos dados são especificados nos capítulos correspondentes e em secções devidamente identificadas. No entanto, a subjetividade inerente à investigação qualitativa levou-nos a considerar um conjunto de aspetos generalistas que devem ser tidos em conta, e que são apresentados nos pontos seguintes. Estes dizem respeito a fatores de validade e posteriormente de fidelidade (e respetivos critérios neles incluídos).

2.7.1. Validade

Um indicador é válido quando representa adequadamente um conceito. Esta adequação corresponde à própria função do indicador, devendo ser este um equivalente empírico do conceito (Durand & Blais, 2003). Os pressupostos gerais relativos à validade desta investigação são apresentados seguidamente em função dos seus fatores (títulos) e os critérios nestes inseridos.

Proximidade investigador-contexto-participantes

A primeira questão que deverá concorrer para a validade do estudo está relacionada com a proximidade do investigador ao contexto em estudo e aos seus participantes. Esta proximidade tem consequências positivas e negativas que foram tidas em conta:

a. Proximidade ao contexto: O investigador tem algum conhecimento sobre a temática em estudo e sobre a AP em particular (PNSAC). A carreira docente até ao momento do desenvolvimento desta investigação tem sido focada nesta temática e mais especificamente no PNSAC, ressaltando-se a realização da dissertação de mestrado, alguns artigos publicados e comunicações em congressos. Este fator concorre, positivamente no nosso entender, para o processo de validação, já que reduz a possibilidade de interpretações erróneas do contexto social em que é produzida a investigação. Isto significa que já existe um constructo de conhecimento teórico relativamente forte na temática, o que beneficia a sua especificação e a correção de fragilidades cometidas em trabalhos anteriores.

b. Proximidade aos participantes: O investigador já possui, em determinados casos, uma relação e um conhecimento prévio de alguns agentes (*stakeholders*) relacionados com o PNSAC, inclusivamente com outras AP nacionais (e.g. por motivos profissionais; em encontros técnico-científicos; em conversas informais). Se, por um lado, este fator favorece a investigação, no sentido em que poderá facilitar o contato e criar um clima de maior confiança e sinceridade nos momentos de recolha de dados, por outro concorre para a necessidade da já referida rutura epistemológica, ou seja, a necessidade de afastamento de ideias pré-concebidas, transpondo o campo da intuição para o campo do raciocínio e objetividade. Para resolver este problema, contribuíram, antes de mais, as leituras focadas em obras de metodologia de investigação. Posteriormente, a literatura específica na temática e o desenvolvimento das visões *macro* e *meso* com especial ênfase na segunda, que veio contextualizar a envolvente social e política por detrás do desenvolvimento das AP nacionais e que por conseguinte, veio descortinar algumas das possíveis razões para muitas das críticas a que as AP são aparentemente sujeitas.

Consistência no trinómio: Estabelecimento da problemática – Questões de investigação – Estrutura de prova

A segunda questão que se coloca, e que influencia fortemente a validade da investigação, está relacionada com a coerência entre a problemática estabelecida, a natureza das questões derivantes e a estrutura de prova mais adequada para a sua resolução.

A problemática foi formulada de um modo **a. indutivo e gerador**, perante um complexo moroso e no sentido da especificidade (*macro-meso-micro*). Este fator (refletido anteriormente, ver figura 1) contribui, no nosso entender, como reforço a este estabelecimento, não deixando de parte todo o contexto social em que se desenrola a investigação. Consequentemente, a formulação objetiva de **questões de investigação** e a definição da sua natureza (**exploratória e descritiva**) demonstraram-se um passo essencial. Tendo em conta que diferentes questões de investigação têm a elas associadas uma **b. estrutura de prova** privilegiada (Gauthier, 2003a), esta objetividade permitiu selecionar o estudo de caso como a estratégia mais adequada para resolver as problemáticas consideradas e, consequentemente, o restante desenho da investigação seguiu um padrão lógico exemplificado na figura seguinte (figura 3):

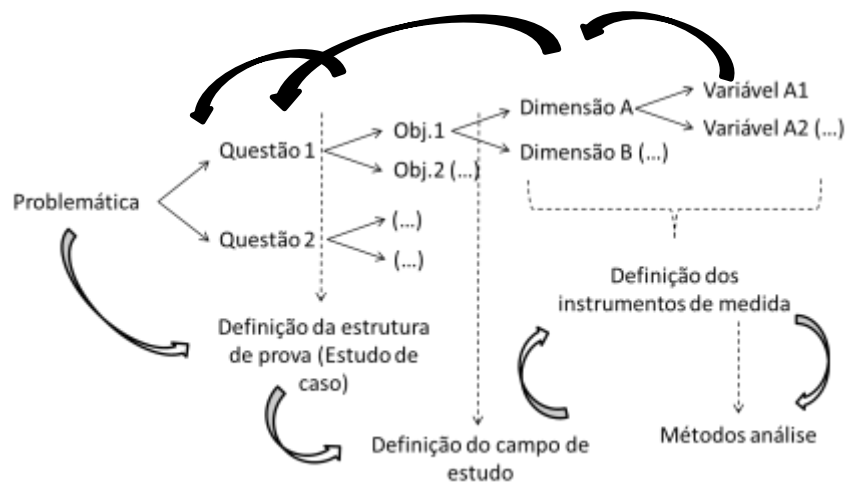


Figura 3. Objetividade do desenho da investigação

A figura representa a objetividade com que foi desenvolvido o desenho da investigação. As principais fases do processo investigação (e.g. definição da estrutura de prova; definição do campo de estudo, etc.) partem todos da formulação da problemática e vão sendo adaptados à medida que as questões, objetivos, dimensões e variáveis vão sendo reformulados (reformulação representada pelas setas negras no topo da figura).

Coerência entre o trinómio anterior e a definição do modelo de análise

O modelo de análise foi criado em consonância com as diferentes fases de formulação da problemática. Uma comparação entre as figuras 1 e 4 (apresentada na secção 2.8) demonstra esta ligação, relativamente às três fases já referenciadas anteriormente. A manutenção desta consistência contribui para:

a. A Consolidação e refinamento das questões de investigação (e o processo daqui derivante identificado na figura anterior). Sendo o processo de investigação longitudinal, as questões de investigação foram revisitadas e adaptadas à realidade dos resultados observados, contribuindo para a validação dos resultados finais. Poderíamos assim considerar que a figura 3 se repete três vezes ao longo do estudo, sendo a triangulação um dos mais importantes fatores contribuidores para este refinamento.

Triangulação e triangulação múltipla

Este fator contribuiu para um aumento da validade teórica, visto que se procedeu à triangulação, quer de várias técnicas de medida, quer de conteúdos, contribuindo para a prova de resultados. Este processo **a. decorreu em cada uma das fases** (exceto *macro*) e, no final, procedeu-se a uma **b. “triangulação múltipla”**, confrontado os resultados obtidos em ambas as triangulações anteriores (ver figura 4 [continuação]), concorrendo para a validade da proposta final (modelo de gestão) (J. Soares, 2006).

Validação dos instrumentos de medida

Todos os instrumentos de medida utilizados foram sujeitos a processos de verificação da sua validade e fidelidade, segundo pressupostos determinados por vários autores e baseados noutros trabalhos de investigação nas ciências do desporto (Bardin, 2009; Carvalhinho, 2006; Hébert, Goyette, & Boutin, 2010; M. Hill & Hill, 2005; Sá-Silva, Domingos de Almeida, & Guindani, 2009; J. Soares, 2006).

Insuficiência em número e diversidade de provas

a. A abrangência do campo de estudo tendo em conta que tem uma representatividade importante do contexto social em que é desenvolvida a investigação, e os **b. processos de triangulação de dados** concorreram para que as tipologias de participantes e as variáveis estudadas se revelassem aparentemente suficientes para a compreensão do fenómeno, aumentando assim o poder de validade (Hébert et al., 2010; J. Soares, 2006).

Explicitação de todos os procedimentos metodológicos adotados

A contínua explicitação de todos os procedimentos é um fator que contribui para a fidelidade e validade do estudo (Crête, 2003; Gauthier, 2003b). O quadro 1 resume os fatores agora apresentados e a sua justificação.

Quadro 1. Fatores e critérios de validade

Fatores	Critérios	Caracterização/Justificação
1. Proximidade investigador-contexto-participantes	a. Proximidade investigador contexto	Fator positivo/ conhecimento prévio do tema derivado da carreira profissional; possibilidade de redução de interpretações/opções metodológicas desadequadas.
	b. Proximidade investigador participantes- Rutura Epistemológica	Fator positivo/ Clima de maior confiança e sinceridade na relação investigador-participante. Fator negativo/ Necessidade de rutura epistemológica constituída por leituras diversas e a execução das duas primeiras fases da investigação (<i>macro e meso</i>).
2. Consistência no trinómio: Estabelecimento da problemática – Questões de investigação – Estrutura de prova	a. Formulação indutiva e geradora da problemática e questões derivadas	A problemática foi formulada ao longo da investigação; A estrutura adotada permitiu a (re) formulação de questões de investigação e um conhecimento profundo da sua natureza (exploratória e descritiva)
	b. Escolha da uma estrutura de prova	A estrutura de prova foi escolhida em consonância com a natureza das questões de investigação; Permitiu um desenho lógico da investigação.
3. Coerência entre o trinómio anterior e a definição do modelo de análise	a. Consolidação e refinamento das questões de investigação	Existe coerência entre a formulação da problemática e o modelo de análise utilizado no que diz respeito às 3 fases da investigação (<i>Macro, Meso e Micro</i>); A triangulação de dados permitiu o refinamento das questões de investigação nas duas últimas fases.
4. Triangulação e triangulação múltipla	a. Triangulação nas fases <i>Meso</i> e <i>Micro</i>	A triangulação em cada uma das fases contribuiu para o refinamento das questões de investigação e para a prova de resultados.
	b. Triangulação múltipla	Contribuiu para a prova de resultados e o aumento de validade da proposta teórica do modelo de gestão, objetivo geral da investigação.
5. Validação dos instrumentos de medida	--	Os instrumentos de medida foram todos sujeitos a processos de validação documentados especificamente em cada um dos capítulos correspondentes.
6. Insuficiência em número e diversidade de provas	a. Abrangência do campo de estudo	Existência de um campo de estudo vasto representativo do contexto social em que se constrói a realidade da investigação.
	b. Triangulação	Mesma justificação que 4b

2.7.2. Fidelidade

De acordo com Durand e Blais (2003), “A medida empírica deve ser fiel, isto é, deve dar resultados constantes”. Por outras palavras, a fidelidade está relacionada com a replicabilidade das conclusões ou a possibilidade de diferentes investigadores, através da utilização dos mesmos procedimentos,

poderem chegar a conclusões semelhantes acerca de um mesmo fenómeno em estudo. É importante compreender, de acordo com J. Soares (2006), que “na investigação qualitativa, a fidelidade tem a ver, não com os instrumentos *per si*, mas sim com a consistência do estilo interativo do investigador, do tipo de registo dos dados e da interpretação que este faz dos significados individuais, recolhidos durante o trabalho de campo com os participantes. Por isso mesmo, podemos considerar o investigador como o principal instrumento de recolha de informações.” Neste sentido, alguns critérios gerais relacionados com a fidelidade desta investigação foram tidos em conta e são apresentados seguidamente.

Efeitos de contaminação

Uma das estratégias para limitar os efeitos da contaminação está relacionada com critérios de operacionalização. Neste caso, a grande maioria das recolhas e análises (e.g. entrevistas e análise documental) foram efetuadas pelo próprio investigador. Por outro lado, no que diz respeito à aplicação dos questionários, foi desenvolvido um **a. treino específico de aplicação com todos os investigadores responsáveis pela aplicação**. Para além deste problema, o **b. fomento de um relacionamento** com os entrevistados, uma **c. posição neutra** e a **d. recolha de dados num contexto em circunstâncias ditas normais²**, e de acordo com a vontade dos entrevistados, contribuem para o efeito de não contaminação, ou seja, uma tentativa de medir uma realidade produzida que, na ausência do instrumento (e do próprio investigador), poderia modificar comportamentos.

A pertinência das questões colocadas

A vontade de não contaminar um instrumento conduz à preocupação para com a pertinência das questões colocadas. Esta conduz aos conceitos de neutralidade e precisão das questões. Neste aspeto, é importante que se garanta que não se coloquem questões de opinião a pessoas que não estão, de todo, familiarizadas com o assunto sobre o qual se lhes pede o seu parecer, ou que nunca refletiram sobre ele. Para além disso, a linguagem deve ser clara e compreendida por todos os participantes.

Para este critério, contribuíram algumas preocupações. A primeira diz respeito à **a. construção dos instrumentos de medida**, que partiram de um constructo teórico alargado, proveniente de várias fontes (e.g. revisão de literatura, análise documental, entrevistas exploratórias e dados secundários). Posteriormente foram efetuados **b. momentos de avaliação dos instrumentos**, por representantes

² Nesta perspetiva, Durand e Blais (2003) apresentam um interessante exemplo, afirmando que “...não se fará um inquérito sobre a perceção das condições de trabalho durante um conflito laboral.”

do universo social a inquirir e painéis de especialistas. Esta avaliação incidiu sobre vários parâmetros, inclusive a compreensão das questões e dos assuntos abordados.

Teve-se também em conta a necessidade de reflexão prévia sobre os assuntos estudados. Uma **c. explicitação prévia do contexto do trabalho**, assim como **d. uma aplicação não pressionada** e um **e. envio prévio dos guiões a todos os participantes** contribuem, no nosso entender, para reduzir a influência desta variável. A própria **f. formulação das questões** teve em conta o quão importante é não deixar perceber que um ponto de vista é mais apropriado que um outro.

Explicitação de todos os procedimentos metodológicos efetuados e possibilidade de replicação

Neste aspeto, tivemos em conta a pertinência de explicitar todas as opções metodológicas adotadas. Soares (2006) refere que investigadores qualitativos recomendam que o projeto de investigação seja o mais completo e explícito possível quanto ao método e às técnicas, de modo a que os autores independentes possam repetir os mesmos procedimentos em contextos comparáveis (possibilidade de transferibilidade).

O resultado final desta investigação consiste na proposta teórica de um modelo que permita a iniciação de um processo de gestão devidamente adaptado à realidade do PNSAC. É de alguma forma lógico que a profundidade e especificidade com que é abordado o tema, torne mais difícil a sua replicabilidade no futuro, tendo em conta que cada país, região, cultura e área protegida é diferente em si, facto que requer adaptações (Aas, Ladkin, & Fletcher, 2005; Li, 2006). No entanto, julgamos que a **a. explicitação dos procedimentos adotados**, a tipologia das conclusões retiradas e os grupos de participantes abordados, constituem uma base de trabalho que se poderá considerar transversal. Tendo ainda em conta a fragilidade desta aproximação, o estudo culmina também com um **b. novo momento de discussão**, onde surgem recomendações sobre os pontos mais suscetíveis de sofrer adaptações e que poderão orientar novos trabalhos nesta temática.

Um resumo dos fatores e critérios de fidelidade é apresentado no quadro seguinte (quadro 2).

Quadro 2. Fatores e critérios de fidelidade

Fatores	Critérios	Caracterização/Justificação
1. Efeitos de contaminação	a. Treino dos investigadores	A aplicação de instrumentos (questionário) foi antecedida de um treino com os investigadores, incidido sobre o instrumento, variáveis, procedimentos de aplicação e de inserção na base de dados.
	b. Fomento de um relacionamento positivo	Foi fomentado um relacionamento positivo com todos os participantes no estudo, através de uma linguagem acessível, uma posição sincera, humilde e de agradecimento face ao interesse em participar.
	c. Posição neutra	Foi assumida uma posição neutra nos momentos de aplicação sobretudo das entrevistas, estando o investigador desprovido de opinião própria acerca das variáveis em estudo.
	d. Recolha de dados em circunstâncias “normais”	Os dados foram recolhidos em circunstâncias ditas normais, em locais selecionados pelos participantes e num momento que não revela revoltas sociais e/ou políticas evidentes relacionadas com o contexto em estudo.
2. Pertinência das questões colocadas	a. Construção dos instrumentos de medida	A construção dos instrumentos parte de um constructo teórico alargado, resultante da revisão de literatura, análise documental, entrevistas e uso de dados secundários.
	b. Avaliação da precisão dos instrumentos por representantes sociais do universo inquirido	Os instrumentos foram sujeitos a avaliação (em vários parâmetros) por parte de representantes sociais do universo inquirido para aferir a sua adequabilidade ao problema em estudo, a compreensão das questões, entre outros.
	c. Explicitação prévia do contexto em que é desenvolvida a investigação	Todos os participantes foram devidamente informados do contexto em que é desenvolvido o trabalho e dos seus objetivos.
	d. Aplicação não pressionada	A aplicação foi realizada num contexto selecionado pelo participantes (entrevistas) e de forma não pressionada ou espaçada no tempo (questionários) o que significa que todos tiveram tempo para responder às questões e na ausência do investigador (questionários) evitando assim efeitos de contaminação.
	e. Envio prévio dos guiões/instrumentos	Todos os guiões dos instrumentos de recolha foram enviados previamente para os participantes, ou seja, houve tempo disponível para se inteirarem da problemática em estudo, refletindo sobre esta.
	f. Formulação cuidada das questões	As questões foram formuladas de forma a não contaminarem as respostas ou dar a perceber que determinado ponto de vista é mais adequado ou desejado pelo investigador.
3. Explicitação de todos os procedimentos metodológicos e possibilidade de replicação	a. Explicitação de todos os procedimentos metodológicos	Procedeu-se a uma tentativa de explicitar todos os procedimentos adotados no desenvolvimento da investigação, no sentido de concorrer para a sua transparência e ao mesmo tempo para a possibilidade de utilização por outros investigadores no futuro.
	b. Nova discussão	Procedeu-se a uma nova discussão, de modo a especificar/identificar aspetos no modelo de gestão proposto, mais suscetíveis à necessidade de especificação.

2.8. Modelo de análise: princípio de triangulação de dados

Nesta secção apresenta-se o modelo de análise. Este é o culminar de todos os procedimentos e raciocínios efetuados ao longo deste capítulo. A figura 4 é bastante extensa, o que implica a sua continuidade em duas folhas. O modelo está dividido em quatro fases (*macro*, *meso*, *micro* e *triangulação múltipla*). Dentro de cada uma são identificados os propósitos gerais (quadros em linha tracejada), a sequência lógica de cada um dos estudos realizados (identificados pelas letras A,B,C...) e os objetivos específicos a que respondem (e.g. OE2, OE4) em acordo com o estipulado na secção 1.3. Os triângulos no final de cada fase representam o processo de triangulação, sendo identificados em cada vértice os estudos/conteúdos (A,B,C...) sujeitos a este arranjo.

PARTE I | Enquadramento e Organização Geral

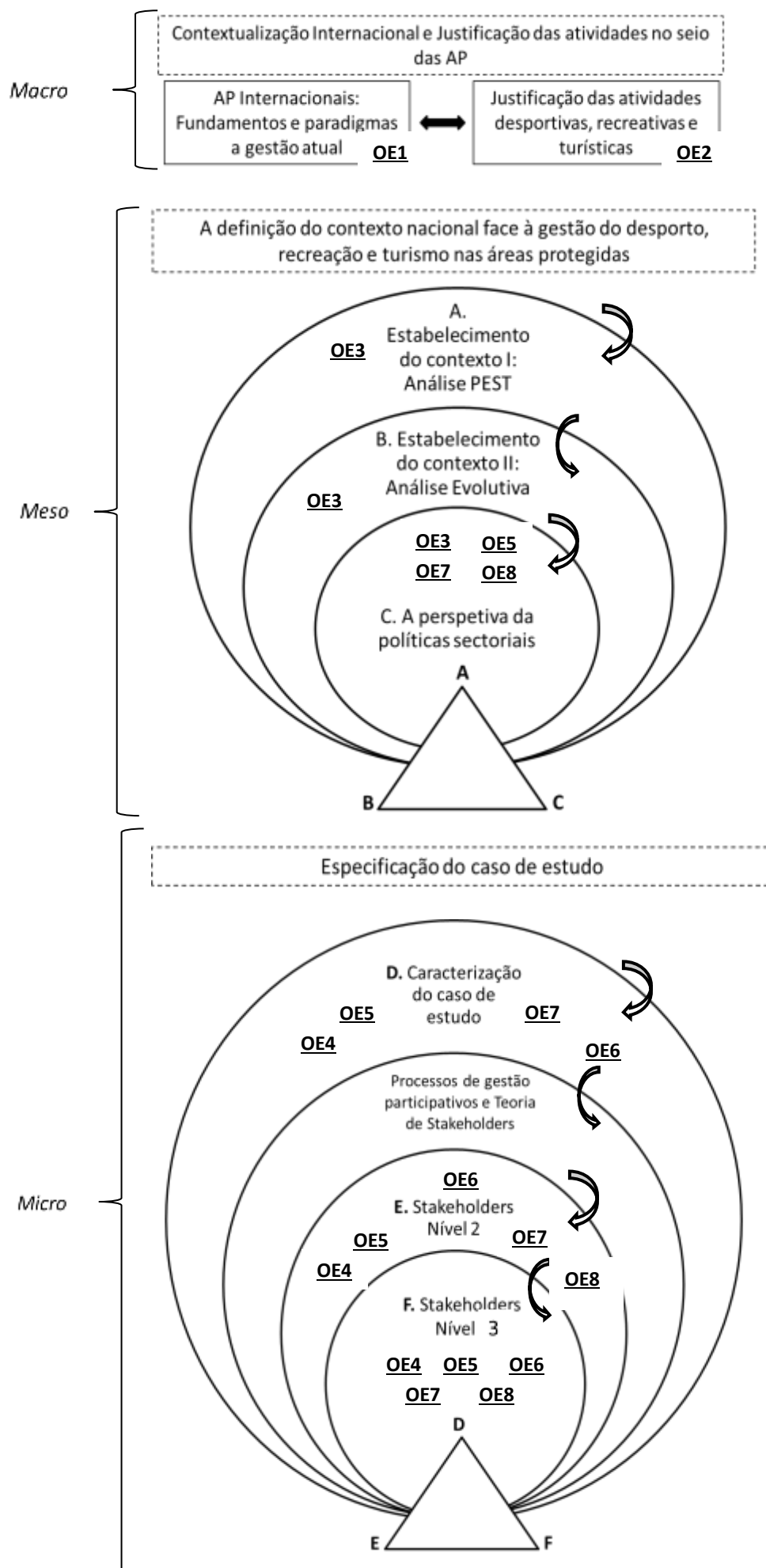


Figura 4. Modelo de análise

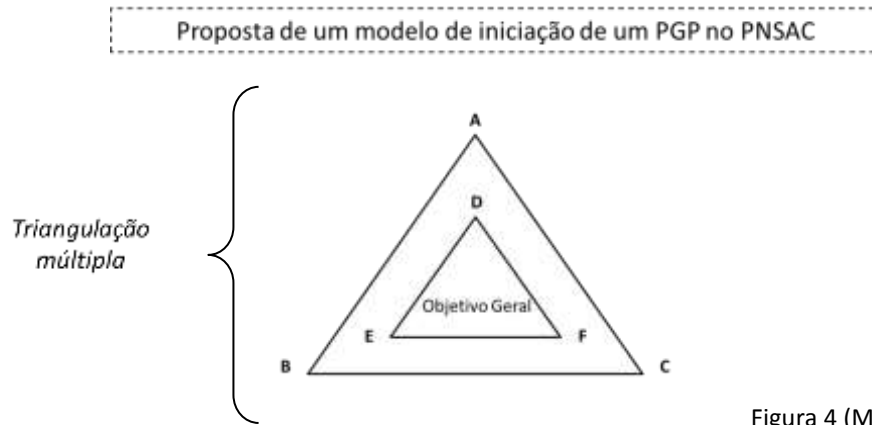


Figura 4 (Modelo de análise)

O modelo de análise representa um desenvolvimento metodológico no sentido da especificidade. Os resultados de uma fase anterior influenciam a fase seguinte. No entanto, as triangulações efetuadas em cada uma das fases, estando relacionadas com atores e fenómenos que caracterizam determinado nível de *stakeholders*, têm obrigatoriamente de contribuir para aquilo a que denominamos de “triangulação múltipla”, identificada pelos dois triângulos no final da figura. O modelo apresentado divide-se assim em quatro fases:

i) Fase *Macro: Contextualização e justificação das atividades no seio das AP*

Esta fase dividiu-se em dois estudos correspondendo aos objetivos específicos identificados na figura 4. Teve como principal intuito a contextualização das AP a nível internacional, procurando fazer uma retrospectiva histórica do seu desenvolvimento no mundo e das dinâmicas associadas à sua gestão no que diz respeito aos fenómenos do turismo e recreação. Esta compreensão é fundamental para iniciar o enquadramento do caso nacional, já que serve de base de comparação para a realidade portuguesa. O segundo momento consistiu num entendimento mais profundo da importância que as atividades recreativas e turísticas ocupam no seio dos objetivos das AP e, mais especificamente, a justificação da pertinência de se considerarem as atividades desportivas enquanto manifestação recreativa e/ou turística. É por isso que, a partir desta análise, é utilizada frequentemente a expressão “atividades desportivas, recreativas e turísticas em AP”, já que o desporto surge debaixo do escopo destes âmbitos enquanto uma das suas manifestações. Para além disso, a própria literatura existente, sobretudo no que concerne à recreação e turismo nas AP, não tende a focar especificamente o desporto dentro destas atividades.

A compreensão desta fase *macro* permitiu o agrupamento de algumas dimensões e respetivas variáveis, aprofundadas na fase seguinte e especificadas numa perspetiva nacional.

ii) Fase *Meso: A definição do contexto nacional face à gestão do desporto, recreação e turismo nas áreas protegidas*

A fase *meso* corresponde à especificação do caso nacional e inicia-se, à semelhança da fase anterior, com (A) uma retrospectiva aos três setores da tutela, nomeadamente o Desporto, o Turismo e o Ambiente. Esta fase tem características descritivas e é resolvida com recurso à metassíntese numa tentativa de descortinar fatores políticos, económicos, sociais e tecnológicos que afetaram o desenvolvimento. Seguidamente, (B) especifica-se a análise anteriores nos subsectores em estudo, nomeadamente o desporto de natureza, o turismo de natureza e a conservação da natureza. Neste caso, realizamos uma perspetiva evolutiva, utilizando documentos legais e outros, com recursos à análise documental. Variáveis de natureza organizacional e legal são aqui estudadas.

Esta fase culmina com um primeiro momento de recolha de dados junto do campo de estudo (C), mais especificamente junto da administração central envolvida com os vários setores. Este momento, fortemente influenciado pelos resultados anteriores (A e B), é resolvido através da aplicação de entrevistas semiestruturadas a dois dos três institutos relacionados com o subsector em estudo e que representam, conforme indica a figura 2, os *stakeholders* de nível 1. Uma visão inicial dos problemas existentes nas AP nacionais, o reconhecimento da importância destas atividades no seio dos seus objetivos e uma perspetiva mais sólida sob o fenómeno da gestão das mesmas é aqui analisado.

Esta fase termina com um primeiro momento de triangulação de dados (triângulo [ABC]) que visa a especificação do caso nacional e a objetividade das dimensões a serem estudadas.

iii) Fase *Micro*: Especificação do estudo de caso

Esta corresponde à especificação das dimensões de análise até então (re) formuladas para o caso em estudo (PNSAC). O primeiro momento (D) é desenvolvido à semelhança dos dois anteriores e análogos (fase *macro*; fase *meso*, estudo A), e constitui-se por uma caracterização relativamente aprofundada da AP em estudo, no que diz respeito ao seu histórico, sobretudo ao nível da recreação e do turismo e dos processos de gestão inerentes. A revisão de literatura e os dados secundários são os métodos utilizados para a resolução dos objetivos específicos determinados. Este momento é de extrema importância no sentido em que permitiu particularizar a gestão participativa como a aproximação mais adequada à gestão do espaço protegido para a recreação e para o turismo no PNSAC. Num momento seguinte, e sem objetivos determinados, apresentamos uma revisão de literatura focada nos processos de gestão participativos e teoria de *stakeholders*. Nesta discorremos sobre fundamentos teóricos, metodologias, variáveis e tendências de investigação recentes neste campo, momento de extrema importância para a formulação dos instrumentos de medida a utilizar no restante processo investigativo. O estudo E inicia a recolha de dados no campo de estudo específico do PNSAC àqueles que denominamos de *stakeholders* de nível 2, constituídos pela

administração regional e local do PNSAC (municípios e entidade gestora do PNSAC). O nível reduzido de elementos, e a necessidade de se aprofundar a informação, conduziram à seleção da entrevista como instrumento de recolha de dados.

Por último, o paradigma até então interpretativo é substituído pelo positivista, com a administração de questionários aos *stakeholders* de nível 3 (F), neste caso as entidades (e.g. clubes desportivos, empresas de animação turística, entre outros) que atuam no território dentro dos âmbitos em estudo. O questionário criado para o efeito é o resultado de um moroso processo de recolha de informação-especificação.

No final desta fase, efetua-se um novo momento de triangulação de dados (triângulo [DEF]), importantíssimo para o alcance do objetivo geral deste trabalho e que culmina na fase seguinte. Tendo em conta que o capítulo identificado com a letra C concorre para objetivos coocorrentes, este é incluído neste processo embora não o seja especificado na figura 4.

iv) Fase de *Triangulação múltipla: Estabelecimento de um modelo que permita a iniciação de um processo de gestão participada (PGP) no PNSAC.*

O conceito proposto de “Triangulação múltipla” consiste na triangulação dos dois trinómios anteriores [ABC] e [DEF]. Concebeu-se este conceito devido ao contributo que cada momento de triangulação assume para a formulação da teoria. A triangulação de dados é tradicionalmente entendida como um elemento contributivo para a validação de uma estrutura de prova desta natureza (estudo de caso), assim como para a prova de resultados e a obtenção mais robusta e exaustiva de conclusões. Esta contribuição é considerada nesta investigação, como demonstrado até ao momento.

No entanto, o resultado final consiste num modelo de gestão, que deverá ser enquadrado na realidade do PNSAC, na região em que se insere, no país em que se insere e dentro de uma cultura de gestão do território protegido em Portugal. Por essa razão, cada fase da triangulação deverá contribuir para a formulação do modelo final e daí a necessidade de realizar uma análise conjunta destes dois momentos.

O modelo de análise agora apresentado representa um modelo não linear de investigação, caracterizado pela flexibilidade, pelo refinamento constante das questões de investigação e por uma tentativa constante de alicerçar a compreensão total do fenómeno em estudo (Morse, 1991 cit. in Soares, 2006), já que a formulação prévia de uma teoria estanque e não sujeita a refinamento se demonstrou claramente desadequada.

2.9. A Triangulação

De acordo com Denzin e Lincoln (2000), a triangulação consiste no trabalho combinatório de diferentes perspetivas, sejam elas metodológicas, empíricas ou a participação de vários investigadores. Este trabalho combinatório deve ser visto como forma de acrescentar rigor, amplitude, riqueza e profundidade a uma investigação. Para Guion, Diehl e McDonald (2002), ao citar Thurmond (2001), a triangulação significa o aumento de confiança nos dados obtidos, uma forma inovadora de compreensão de um fenómeno e uma forma de revelar resultados únicos ou novas teorias integradas, permitindo assim, uma compreensão mais clara de um problema de investigação.

A triangulação ganhou relevo na investigação em ciências sociais e tem sido alvo de alguma reflexão na literatura. Entre as suas diversas formas, verifica-se alguma consonância entre autores face às seguintes: Triangulação de dados (ou fontes, a mais comum), triangulação metodológica (entre métodos diferentes), triangulação teórica (entre várias teorias para explicar um fenómeno), triangulação de investigadores (quando mais do que um investigador procede ao trabalho investigativo e é efetuada comparabilidade de resultados entre estes, utilizado por exemplo ao nível da metassíntese e meta análise) e, menos comum, a triangulação ambiental (entre indivíduos pertencentes a contextos sociais, em dias ou lugares diferentes) (Denzin & Lincoln, 2000; Duarte, 2009; Guion et al., 2002; Júnior, Leão, & Mello, 2011).

Apesar das suas evidenciadas vantagens e contributos para a validação de uma investigação a triangulação também apresenta fragilidades. Uma das suas desvantagens é o elevado consumo de tempo do investigador. Recolher dados requer maior planeamento e organização e os recursos necessários poderão não estar sempre disponíveis (Guion et al., 2002). Outra desvantagem inclui a possível desarmonia resultante dos “vieses” ou conflitos derivados de um quadro teórico prévio (Thurmond, 2001, cit.in, Guion et. al, 2002). Isto significa que perante conjuntos alargados de dados, de diferentes fontes, com recolhas em diferentes momentos e por vezes bastante espaçados no tempo, é mais fácil que existam desvios, em primeiro lugar à teoria e, em segundo, ao próprio caso que se pretende atingir. Flick (2005) faz realçar outro problema. De acordo com o autor, a existência de métodos de análise de dados que integrem o método quantitativo e qualitativo ainda não estão resolvidos e permanece em aberto o problema desta combinação.

Como realçado em momentos anteriores, um dos principais aspetos caracterizadores desta investigação é o recurso à triangulação. De acordo com a assunção anterior de Flick (2005) deparamo-nos com dificuldades em aceder a métodos de análise rigorosos, claramente explicitados

que fizessem uso à triangulação da mesma forma que a pretendíamos preconizar. Por isso consideramos uma metodologia própria, baseada no tratamento sistemático e objetivo dos dados.

Em primeiro lugar, é de referir que, dentro das diferentes formas de triangulação, esta investigação faz uso à triangulação de dados (diferentes fontes) e metodológica (diferentes métodos) em simultâneo. Isto significa que no nosso processo de triangulação encontramos diferentes possibilidades e combinações entre fontes e métodos. Como fontes, possuímos: Documentos de carácter científico; Documentos institucionais/legais e três grupos de Indivíduos (*stakeholders* de N1, N2 e N3). Em termos metodológicos, encontramos a metassíntese, a análise documental, a análise de conteúdo, a análise estatística e a própria revisão de literatura que, no caso de capítulo 8 (Caracterização do PNSAC), gerou dados para posterior cruzamento.

Em segundo lugar, utilizamos o processo de triangulação em duas perspetivas: i) uma **perspetiva confirmatória**, que implica a confirmação de determinados resultados ou assunções. Esta acontece com sucesso, quando o mesmo resultado se repete nos vários capítulos sujeitos à triangulação. Trás força, confirmação e verificação da realidade que se estuda. Num segundo momento, realizado sempre posteriormente ao anterior, consistiu a triangulação numa **perspetiva inferencial ou explicativa**, no sentido em que a complementaridade dos dados não concorre para a confirmação do mesmo resultado, mas para a conjugação de resultados que permitem uma melhor compreensão da realidade e explicação mais completa dos fenómenos. É esta segunda, que permite, de forma indutiva, a criação de novo conhecimento.

Em terceiro lugar, e face à panóplia de fontes, métodos e instrumentos e face às dificuldades evidenciadas por Flick (2005), consideramos a criação de Unidades de Análise transversais a todo o estudo e que permitissem uma análise objetiva e sistemática dos resultados.

Neste sentido, todos os resultados (qualitativos ou quantitativos) foram convertidos em **temas**. Estes temas representam frases que possuem um determinado conjunto de informação. A simples leitura do tema, permite perceber a origem do resultado e o seu significado, mas uma compreensão mais ampla implica uma consulta à discussão dos resultados e/ou conclusões de determinado capítulo. Para facilitar a compreensão, poderíamos estabelecer uma analogia entre o tema e as unidades de contexto resultantes da análise de conteúdo (o tema está para um resultado ou conjunto de resultados, como uma unidade de contexto está para uma transcrição de uma entrevista).

Os resultados provenientes da discussão dos dados foram denominados de **temas analíticos (TA)**. Utilizou-se o termo “analítico”, porque a leitura de cada uma das frases permite, como referido anteriormente, compreender o seu significado. Para além disso, estas unidades são analíticas pois

procedem a análise dos dados (ou a decomposição do todo em partes), e são posteriormente utilizadas como unidades de base para a triangulação (confirmação ou obtenção de novo conhecimento).

Em função da complexidade dos dados e da discussão, foram criados TA de 1º e 2º grau. Estes diferenciam-se em função da natureza dos próprios dados e da análise. Quando os resultados têm origem documental, ou resultam da revisão de literatura, constituem TA de 1º grau, no sentido em que resultam das próprias conclusões. Quando resultam de dados empíricos (entrevistas e questionários) estes passam por um processo de transformação, primeiramente em TA de 1º grau, que posteriormente são cruzados originando TA de 2º grau. Isto significa que um TA de 2º grau, já carrega em si um processo de triangulação de TA de 1º grau e, conseqüentemente possui maior carga de informação.

Posteriormente, os TA de 1º ou 2º grau, são triangulados e originam **temas inferenciais (TI)**, estes que são a base do processo de triangulação inferencial ou explicativa, apresentado anteriormente. A figura seguinte (figura 5) reflete e simplifica a explicação agora preconizada. O ícone do documento representa os dados de origem documental e o ícone da civilização, representa os dados empíricos.

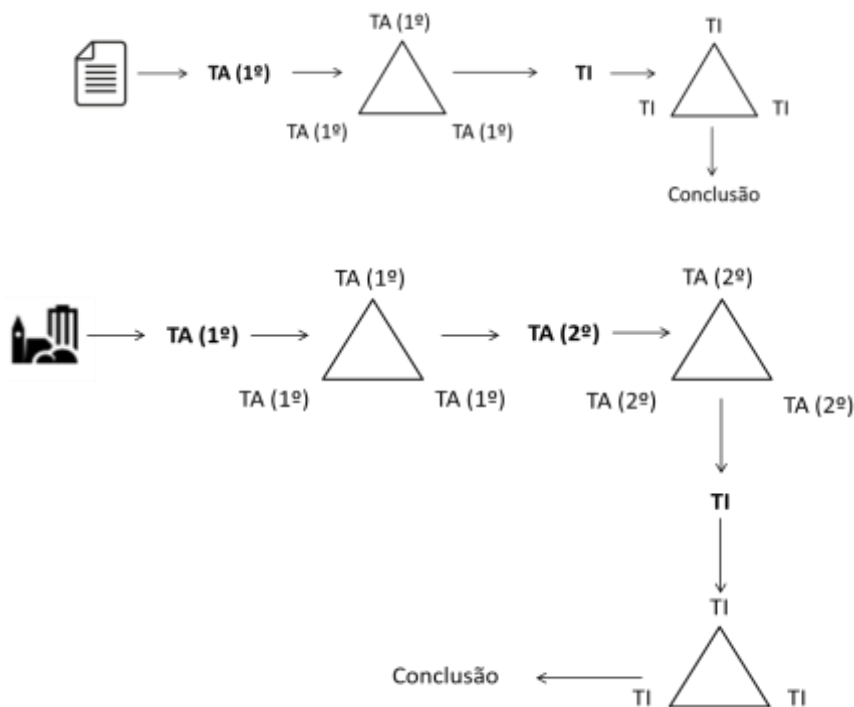


Figura 5. Constituição dos temas analíticos e inferenciais

Como pode ser observado, os dados de natureza empírica são sujeitos a um momento de tratamento adicional face aos de origem documental. Ressalva-se ainda para a possibilidade de os TI poderem ser cruzados entre diferentes capítulos (entre documentos e dados empíricos). À medida

que avançamos nas triangulações, os temas (TA ou TI) são caracterizados por uma carga de informação cada vez maior. Isto quer dizer que um TI sujeito à última triangulação para gerar conclusões, carrega consigo toda a informação proveniente dos temas e momentos de triangulação anteriores. Refere-se ainda que estes temas, pelo menos nesta investigação, tendem a reduzir em número ao longo da especificação do processo investigativo.

Esta opção representa uma tentativa sistemática, linear e objetiva de trabalhar conjuntos bastante avultados de dados e informações que, não sujeitas a uma organização prévia, corriam o risco de se perder ou de provocar desvios no alcance do caso. Revela-se um trabalho extremamente moroso e cansativo intelectualmente.

3. Princípios éticos

A qualquer investigação deverão ser impostos determinados princípios éticos sem os quais, no nosso entender, a investigação (sobretudo a investigação social) deixará de fazer sentido.

Quando se inicia uma investigação, o investigador necessita de precisar as obrigações e responsabilidades face à **comunidade científica**, à **sociedade**, e aos **participantes** (Crête, 2003). A natureza da investigação que aqui se apresenta (estudo de caso e a estreita ligação que estabelece com os agentes sociais) justifica ainda mais, segundo o nosso ponto de vista, o cumprimento de alguns pressupostos. Em primeiro lugar é importante garantir que o estudo contribui para o desenvolvimento do conhecimento científico. Para isso deverá concorrer, antes de mais, uma especificação coerente e robusta de uma problemática e, consequentemente, um postulado metodológico que responda a esta de forma adequada (objetividade do processo observação-teorização) e válida (validade e fidelidade). Para isto contribui uma informação clara de todos os procedimentos investigativos, sem hesitações, mesmo que isto implique a revelação de determinadas fragilidades (a que todos os estudos são sujeitos). Em segundo, há que ter em conta que a sociedade espera da investigação resultados que lhe sejam benéficos, e que dessa expectativa derivará provavelmente a sua vontade em participar no estudo como informante chave, elemento de validação ou constituinte do campo de estudo. Segundo Crête (2003), os investigadores não têm sempre uma obrigação jurídica de partilhar os seus dados. No entanto, na sociedade científica, e pela natureza aplicada deste estudo na sociedade, têm a obrigação moral de o fazer. Em terceiro, é importante garantir que os direitos das pessoas que participam na investigação não são invadidos, e que esta não afeta o seu bem-estar. Se um dos objetivos da ciência é servir a humanidade, uma investigação que prejudicasse as pessoas tenderia para, pelo menos, se afastar desse objetivo (Diener & Grandall, 1978, cit. in. Crête, 2003). Perante estes pressupostos, apresentamos os princípios e valores éticos que sustentam esta investigação:

Para os participantes e para a sociedade: a) A todos os elementos participantes no estudo foi explicitada a (i) natureza académica do trabalho; (ii) os objetivos do estudo; (iii) a garantia de anonimato dos participantes em todo o processo investigativo (desde a recolha à apresentação pública); (iv) salvaguarda da autonomia e do respeito pelo direito à privacidade; b) Adoção de uma postura participativa, de não maleficência, de forma a não criar constrangimentos aos participantes; c) Disponibilidade e compreensão constantes, quer para o esclarecimento de dúvidas, quer para com incumprimentos de prazos estabelecidos (e.g. Para reuniões, entrevistas ou entregas de questionários), e uma postura de respeito e humildade face à participação dos intervenientes no estudo; d) Salvaguarda na segurança e conservação dos dados recolhidos; e) Cumprimento de um acordo prévio (sempre que solicitado) com as entidades, no sentido de disponibilizar os resultados gerais da investigação, sobretudo aqueles relacionados com a sua instituição;

Para a sociedade e comunidade científica: f) Explicitação clara de todos os procedimentos metodológicos adotados; g) Redação clara, objetiva e verdadeira de todo o relatório de investigação; h) Tentativa clara de realizar uma rutura epistemológica, no sentido de não interferir na interpretação dos dados e contribuir para a ausência de juízos de valor (neutralidade); i) Realização e explicitação clara dos processos de validação dos instrumentos de recolha dos dados; j) Tentativa de publicação (pós-defesa pública) dos trabalhos desenvolvidos, com o objetivo de divulgar as metodologias adotadas e os resultados obtidos;

Não obstante estes princípios, é de esperar que no decorrer da investigação outras situações (por vezes inesperadas) possam surgir e exijam do investigador uma grande sensibilidade face à sua resolução.

4. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Beaud, J. (2003). A amostragem. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 201-232). Lisboa: Lusociência.
- Blais, A., & Durand, C. (2003). A sondagem. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 373-416). Lisboa: Lusociência.
- Carvalhinho, L. (2006). *Os Técnicos e as Atividades de Desporto de Natureza - Análise da formação, funções, e competências profissionais*. PhD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Chevrier, J. (2003). A especificação da problemática. In B. Gauthier (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 65-95). Lisboa: Lusociência.
- Crête, J. (2003). A ética em investigação social. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 233-254). Lisboa: Lusociência.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2000). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Duarte, T. (2009). A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). *CIES e-Working Paper n.º 60/2009*, 24.
- Durand, C., & Blais, A. (2003). A medida. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 176-200). Lisboa: Lusociência.

- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Edições Monitor - Projectos e edições lda.
- Gauthier, B. (2003a). A estrutura da prova. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 143-174). Lisboa: Lusociência.
- Gauthier, B. (2003b). Introdução. In B. Gauthier (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 16-32). Lisboa: Lusociência.
- Gingras, F. (2003). A sociologia do conhecimento. In B. Gauthier (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 33-62). Lisboa: Lusociência.
- Guerra, Y. (1998). *Investigação Social e Serviço Social: novos processos de produção do conhecimento*. Paper presented at the XVI Congreso Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, Santiago-Chile.
- Guion, L., Diehl, D., & McDonald, D. (2002). Triangulation: Establishing the Validity of Qualitative Studies. In T. I. o. F. a. A. Sciences (Ed.). US: University of Florida.
- Haukeland, J. (2011). *Sustainable Tourism Development in a Norwegian National Park Area- Exploring Social Aspects*. PhD, Norwegian University of Life Sciences, Norway. (2011:71)
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo,Lda.
- Júnior, F., Leão, A., & Mello, S. (2011). Validade e Confiabilidade na Pesquisa Qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 190-209.
- Landry, R. (2003). A análise de conteúdo. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 346-372). Lisboa Lusociência.
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Sá-Silva, J., Domingos de Almeida, C., & Guindani, J. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I(1), 1-15.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semidirigida. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 279-301). Lisboa: Lusociência.
- Soares, J. (2006). *Natureza da Decisão Estratégica em Organizações Desportivas: Estudo das Associações de Modalidade na Região Autónoma da Madeira*. Doutoramento, Universidade da Madeira, Madeira.

**PARTE II | Contextualização internacional e
justificação do subsetor em estudo nas áreas
protegidas (fase macro)**

Introdução da fase *macro*

Nesta primeira fase da investigação desenvolvemos uma revisão de literatura que visa a especificação da teoria subjacente à temática em estudo. De acordo com o modelo de análise geral, congratula-se como objetivo desta fase da investigação, o objetivo específico 1. Esta parte está dividida em três capítulos, organizados do geral para o específico, nomeadamente:

Capítulo 1. A gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas: Fundamentos e paradigmas atuais. Neste capítulo discorremos acerca dos principais fundamentos e paradigmas da gestão contemporânea da recreação e do turismo em áreas protegidas (AP). Uma breve retrospectiva histórica relacionada com as AP é posteriormente complementada com princípios do desenvolvimento sustentável e o fenómeno da visitação. Finaliza com considerações sobre a gestão destes setores.

Capítulo 2. Concetualização da recreação, turismo e desporto de natureza. Tendo em conta que persiste na investigação atual diferentes perspetivas e discussões acerca dos conceitos relacionados com a temática, este capítulo visa a reflexão acerca dos mesmos, culminando no estabelecimento de uma posição própria face aos conceitos a utilizar ao longo da investigação e num modelo de compreensão e inter-relação entre estes.

Capítulo 3. Desporto de natureza e desenvolvimento sustentável. Numa tentativa de especificar a revisão de literatura, este capítulo visa justificar a pertinência do Desporto de Natureza enquanto fenómeno contribuidor para os três pilares do desenvolvimento sustentável (ambiente, sociedade e economia).

Fase macro: Conclusão e implicações metodológicas. No final desta fase, estabelecemos o quadro teórico que rege esta investigação, assim como a conclusão em função do objetivo previamente determinado. Sendo este um trabalho longitudinal, terminamos com as implicações metodológicas para a fase seguinte.

Capítulo 1. A gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas:

Fundamentos e paradigmas atuais

1. Introdução

A implementação de áreas protegidas (AP) é um fenómeno social e um dos mais valiosos esforços da humanidade no que à conservação da natureza diz respeito. Este fenómeno, cujas bases podem ser encontradas nos nossos antepassados, é portador de uma longa história alcançando a formalidade ainda no século XIX. As AP caracterizam-se por uma multiplicidade de fins que se revelaram dinâmicos ao longo da história, e que foram influenciados por modelos de gestão que evoluíram em função de diferentes ideais, filosofias, políticas e alterações nas sociedades globais. As políticas ambientais globais que emergem a partir dos anos 1960, e o aparecimento de novos setores económicos como o turismo, são alguns dos fatores que mais influenciaram as mutações e adaptações verificadas na forma como estes espaços foram criados, organizados e se projetam para o futuro.

Atualmente as AP, na génese e princípios teóricos pelos quais se regem, encontram-se relativamente estandardizadas, quer em termos de tipologias quer de objetivos, muito se devendo à sua clara expansão em todo o Mundo e à necessidade de acompanharem os novos paradigmas que regem as políticas de desenvolvimento das sociedades. Este paradigma resume-se a um conceito: o desenvolvimento sustentável, teoricamente ideal e adequado mas, na prática, sujeito a muitas críticas e discussões entre os diversos campos académicos e profissionais numa perspetiva extremamente multidisciplinar.

Os ideais de sustentabilidade acompanharam assim a história das AP, inicialmente focados nas questões da sobre-exploração dos recursos naturais e, mais tarde, sendo as AP um artefacto cultural, centrados nas pessoas que nelas habitavam e culminando numa das mais modernas tendências da sociedade, sobretudo a partir da revolução industrial: a recreação e o turismo. Estas tendências são traduzidas sob o fenómeno da visitação do espaço natural, com especial ênfase nas áreas dotadas de estatuto de proteção, que pelas suas riquezas ambientais e culturais ganharam um espaço legítimo na agenda dos visitantes e das entidades que promovem comercialmente estes serviços.

Obviamente que, a acompanhar os aumentos na visitação, as AP tiveram a necessidade de adaptar e criar novos modelos de gestão, apoiados nos princípios teóricos do desenvolvimento sustentável e,

ao mesmo tempo, em modelos de natureza mais económica provenientes por exemplo do turismo. Hoje, as AP são favorecidas por uma quantidade considerável de modelos, processos e visões de gestão, para os quais contribuem uma série de campos de estudo académico, que vão desde o ordenamento do território, à ecologia ou ao turismo. Esta multidisciplinariedade torna este campo de conhecimento riquíssimo mas complexo, sendo por isso necessário assegurar a reflexão sobre dois aspetos essenciais. Em primeiro lugar é necessário um entendimento global do desenvolvimento das políticas de gestão destes espaços, das diferentes tendências e ideologias que se fizeram notar na teoria e na prática. Em segundo, e derivante do primeiro, é necessária cautela ao inferir sobre os modelos/processos de gestão mais adequados para uma dada realidade, visto que diferentes culturas, sistemas políticos e estágios de maturação, em termos de conhecimento neste campo, se fazem notar na literatura abundante. Estes processos não são estanques e, sendo as AP e a visitação fenómenos sociais (relativamente modernos), assumem-se igualmente complexos. Em acordo com o enquadramento epistemológico e metodológico, congratula-se como objetivo deste capítulo:

Obj.Esp.1: Compreender a estrutura de base das AP a nível internacional e os fundamentos da gestão da recreação e do turismo que acontecem nestes espaços;

Este capítulo foi organizado do geral para o específico. Inicialmente desenvolvemos um breve enquadramento sobre a história das AP e a evolução dos modelos de gestão, até ser atingido o paradigma atual de sustentabilidade. Ainda nesta fase, aborda-se a atualidade das AP no que diz respeito às suas tipologias e objetivos e, pela relevância que assumem no panorama internacional, uma breve referenciação a instituições com um papel preponderante neste campo.

Posteriormente procede-se à reflexão centralizada no conceito de desenvolvimento sustentável, com especial ênfase nas bases do seu constructo, mas também nas críticas que se fazem sentir atualmente.

O último momento da reflexão atinge a especificação máxima e centra-se na gestão da recreação e do turismo em AP, onde se discorre acerca dos principais paradigmas de gestão destes espaços, alcançando-se uma das mais atuais tendências de gestão das AP no que à visitação (traduzida sob a forma recreativa e turística) diz respeito. Trata-se da denominada “gestão da experiência”, baseada na compreensão dos diferentes atributos que constituem as configurações recreativas. Finaliza-se o capítulo com as considerações finais, as conclusões e os apontamentos mais importantes que influenciaram as decisões metodológicas de toda a investigação.

Para a recolha de informação, considerou-se uma estratégia relativamente reconhecida no panorama investigativo geral. Optou-se principalmente pela leitura de livros, teses de doutoramento, artigos de revisão de literatura e alguns artigos e livros datados de há mais de 50 anos, mas que foram símbolo da vanguarda e a base daquilo que hoje é atualmente aceite. Na parte final, a necessidade de atualização e reconhecimento efetivo de resultados e metodologias levou à pesquisa de artigos científicos atuais, na sua grande maioria com fator de impacto reconhecido.

2. Enquadramento

2.1. Retrospectiva histórica

As AP são um fenómeno cultural possuidor de uma longa história. Em 1122 a.C., um decreto promulgado na China fez a provisão para a conservação de uma floresta e, em 252 a.C., Asoka, imperador da Índia, constituiu um edital para a proteção de animais, peixes e florestas (Holdgate, 1999). Na Europa, há cerca de 1000 anos atrás, algumas áreas foram protegidas como áreas de caça para os mais ricos e poderosos (IUCN, 2002).

Estes acontecimentos podem estar entre as primeiras instâncias para a criação daquilo a que hoje chamamos de áreas protegidas, e permite-nos reconhecer que a prática de reservar espaços sagrados ou especiais é uma ideia universal (Chandran & Hughes, 2000).

Embora muitas sociedades tenham reservado áreas especiais para usos culturais e exploração de recursos, as “áreas protegidas” foram criadas primeiramente por reis e outros governantes nacionais na Europa, no início do Renascimento, tipicamente como reservas reais de caça, verificando-se já nesta altura uma tendência para o uso recreativo do espaço natural. Lentamente, estes locais tornaram-se espaços abertos de uso público, fornecendo a base para o envolvimento da comunidade e de atividades económicas como o turismo (UNEP-WCMC, 2013).

O início da história moderna das AP remonta ao século XIX. Em 1864, nos Estados Unidos da América (EUA), o *Yosemite Grant*, criado pelo então presidente Abraham Lincoln, tornou-se uma nota histórica, uma vez que estabelece os fundamentos para a criação do Parque Nacional de *Yellowstone*. Nesta nota, o Congresso dos Estados Unidos da América providenciou uma pequena mas significativa parte do atual Parque Nacional de *Yellowstone* ao Estado da Califórnia para "uso público e recreação". Em 1866, a colónia britânica de Nova Gales do Sul, na Austrália, reservou 2.000 ha de terra, contendo as famosas *Jenolan Caves* para a proteção e turismo. Estas ações deram origem mais tarde a um complexo agora conhecido como o Parque Nacional de *Blue Mountains*.

Neste século, nos EUA, a cada vez maior deterioração, poluição e espoliação dos recursos naturais levou à emergência, por volta de 1870, de um novo conceito: o dever moral de cada geração tomar

medidas para preservar áreas de grande beleza ou interesse, por razões que iam para além da sobre-exploração, contribuindo assim para o benefício de toda a nação e para as gerações futuras. É assim criado o *Yellowstone*, em 1872, considerado o primeiro parque nacional do mundo (Ceballos-Lascuráin, 1996), definido pela lei dos Estados Unidos como “*a public park or pleasuring ground for the benefit and enjoyment of the people*”. Este e outros parques nacionais dos Estados Unidos, como o *Grand Canyon* e *Mount Rainier*, foram criados no oeste do país cobrindo extensas áreas de terra com recursos naturais fantásticos (IUCN, 2002). Posteriormente, outras AP foram criadas (e.g. *Royal National Park*, em 1879 na Austrália, *Banff National Park*, em 1885 no Canadá, *Tongariro National Park*, em 1894 na Nova Zelândia, e alguma reservas florestais na África do Sul, no final do século XIX) tendo sempre em conta a sua apetência natural e a sua ligação com a fruição pública, com especial destaque para o *Banff National Park*, cuja legislação aprovada em 1887, baseada na redação legislativa do *Yellowstone*, definiu que esta área protegida deveria ser entendida como “*reserved and set aside as a public park and pleasure ground for the benefit, advantage and enjoyment of the people of Canada*”. Neste caso, as empresas ferroviárias, cujas linhas estavam em desenvolvimento em todo o país, viram a criação de uma AP como uma excelente forma de estimular o crescimento de passageiros através do turismo (Marty 1984, cit. in IUCN,2002).

As breves referências agora apresentadas revelam os primórdios de uma nova tendência das sociedades mundiais, cujo aumento foi exponencial, a partir da criação do *Yellowstone*, como será posteriormente evidenciado.

É lógico que, associada ao aumento de espaços dotados de estatuto de proteção, fosse necessária a criação de estruturas de gestão coordenadas. Em 1911, o Canadá criou a primeira agência do mundo, o *Dominion Parks Bureau*, sob seu diretor James B. Harkin (IUCN, 2002). O Serviço Nacional de Parques dos EUA (USNPS- *United States National Park Service*) foi posteriormente criado em 1916 (Ceballos-Lascuráin, 1996). A filosofia de gestão do USNPS envolvia uma utilização racional, de natureza bidimensional, que se encaminhava para o conceito de sustentabilidade – a proteção e o uso. Tanto Stephen T. Mather, o primeiro diretor do USNPS, como James B. Harkin defenderam a atração de visitantes nas AP, para que pudessem desfrutar de seus benefícios e apoiá-las financeiramente. Os mesmos também desenvolveram princípios e estruturas para lidar com a visitação (IUCN,2002).

Em acordo com a IUCN (2002), denotam-se algumas características comuns aos parques nacionais emergentes. Em primeiro lugar, estes foram criados pela ação do governo. Uma estrutura governamental foi, e continua a ser, a base do fomento das AP de âmbito nacional (Font, Cochrane, & Tapper, 2004). Em segundo, as áreas reservadas eram geralmente grandes e continham ambientes

relativamente naturais. Daqui deriva também o fluente conceito de *wilderness*, frequentemente utilizado na cultura e literatura americana. Em terceiro, estes foram disponibilizados para todas as pessoas. Assim, desde o início, a visitação aparenta ser um pilar central do movimento nacional nas AP, sobretudo americanos, canadianos e australianos.

O surgimento das AP é assim um fenómeno social e, neste contexto, um tema que merece especial atenção e que atravessa a sua história, junta “a terra” e “as pessoas”. No entanto, a dicotomia proteção dos recursos vs. populações indígenas ou locais nem sempre foi um assunto pacífico (Pimbert & Pretty, 1995; B. Pinto, 2008).

De acordo com Brown e Kothari (2002), as AP simplesmente não podem ser vistas de forma isolada das comunidades que habitam dentro e perto destas. Segundo os autores, esta assunção tem sido verificada na realidade dos modelos de gestão adotados, incluindo nas AP estabelecidas pelos governos durante o último século, de acordo com o modelo de parque nacional “convencional” (Modelo do *Yellowstone*). Associada a esta assunção está uma posição defensiva das populações, incorporada na ideia de que as comunidades locais/indígenas têm “gerido” estes espaços (de acordo com modelos tradicionais) há milénios para proteger os recursos naturais e culturais de importância. O apontamento dos autores sugere a necessidade de melhor se compreender o historial por detrás dos modelos de gestão das AP.

2.2. Evolução dos modelos de gestão

Neste seguimento, o trabalho B. Pinto (2008) reflete uma retrospectiva dos diferentes modelos que regeram a ideologia de gestão das AP ao longo dos tempos. Um resumo é apresentado no quadro 3, sendo posteriormente realizada uma breve descrição de cada um, maioritariamente com base no trabalho deste autor³.

³ Na descrição efetuada após apresentação do quadro, não são salientadas todas as fontes/referências utilizadas por Pinto (2008), pelo que se sugere uma consulta à investigação do autor.

Quadro 3. Evolução nos modelos de gestão das AP. Fonte: Pinto (2008)

Modelo	Principais objetivos	Atividades humanas preferenciais
<i>Yellowstone or Wilderness</i>	Preservação de locais “selvagens” para a recreação e ciência	Turismo, educação e estudos científicos
<i>Wise Use</i> (Uso sábio)	Uso sustentável dos recursos naturais	Caça e silvicultura
<i>Landscape</i> (Paisagem)	Conservação das paisagens tradicionais/rurais	Atividades agro-pastoris tradicionais; Turismo e Educação
<i>Biodiversity Conservation</i> (Conservação da biodiversidade)	Manutenção da biodiversidade	Atividades compatíveis com a conservação com especial foco no turismo e recreação
<i>Ecosystem Management</i> (Gestão de ecossistemas)	Manutenção dos processos ecológicos	Atividades compatíveis com a conservação com especial foco no turismo e recreação

De acordo com o autor, verifica-se uma evolução nos modelos adotados para a gestão das AP. A ordem dos modelos apresentados no quadro tem um sentido cronológico. No entanto, esta não implica diretamente a abolição do modelo anterior, mas sim uma tendência histórica. Verificam-se assim cinco ideologias diferenciadas: i) *Yellowstone or wilderness*: A criação do Yellowstone marca o início da história moderna das AP. No entanto, e como referido por B. Pinto (2008), a criação desta área implicou a deslocação das populações indígenas como os *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone*. A atitude gerou conflitos que resultaram na morte de 300 pessoas, em lutas entre os *Shoshone* e as autoridades da AP (Diegues, 2004; Bensusan, 2006, cit. in Pinto 2008). Consequentemente, a percepção popular do primeiro parque nacional do mundo era a de uma área vazia e primitiva, livre da influência humana, o que não correspondia à realidade dos conflitos verificados. Neste modelo, privilegia-se a salvaguarda dos recursos naturais numa perspetiva pristina, ignorando a existência de populações indígenas previamente ao seu estabelecimento; ii) *Wise use*: Quase simultaneamente à aplicação do *Yellowstone model* foi a criação de áreas de “Uso sábio” dos recursos naturais. Este modelo foi impulsionado por preocupações utilitárias sobre o uso de recursos naturais, e ganhou impulso e força política durante um período de rápida expansão colonial e capitalista nas áreas da caça, mineração e exploração madeireira. O seu foco era o de privilegiar o acesso ao jogo, produtos florestais e pastagens, muitas vezes por uma elite dominante (Kalamandeen & Gillson, 2007). Os mesmos autores, citando Echeverria e Eby (1995), defendem que, durante os anos 1990, o termo *Wise Use* foi adotado e mal apropriado por juristas e *lobbies* antiambientais nos EUA, que desejavam proteger os interesses das empresas de extração de minerais e madeira, tendo pouca relação com a filosofia de conservação com uma utilização racional dos recursos naturais. Na realidade, os modelos *Yellowstone* e *Wise Use* preveem os humanos como potenciais ameaças à

natureza e, consequentemente, preocupações económicas e estéticas resultam no mesmo *output* prático em termos de conservação, ou seja, o estabelecimento de uma AP, livre de habitação humana e onde o consumo de recursos naturais é proibido ou fortemente controlado; iii) *Landscape*: Em algumas regiões europeias, a ocupação humana era tão densa que as áreas onde o modelo *Yellowstone* podia ser aplicado eram escassas. De acordo com Pinto (2008), o crescimento da industrialização e o abandono rural motivaram iniciativas populares para a conservação das paisagens tradicionais/rurais, que eram valorizadas por terem um importante valor histórico e cultural. A solução para a implementação do modelo *Landscape* foi a criação de organizações não-governamentais, que adquiriram terrenos com vista à privatização de AP. Nas AP dotadas deste modelo, procura-se a manutenção e proteção das práticas agro-pastoris como uma componente integrada da paisagem rural; iv) *Biodiversity conservation*: Depois do primeiro fórum da biodiversidade em Washington (1986) e da Convenção da Diversidade Biológica (1992) o uso do conceito de biodiversidade ganha expressão. A conservação da biodiversidade incorpora assim elementos da filosofia do modelo *Wise Use*, bem como um foco na conservação de espécies e ecossistemas pelo seu valor intrínseco e científico (Kalamandeen & Gillson, 2007). Assim, abordagens para a conservação da biodiversidade refletem a suposição de que as atividades humanas são, por si só, um perigo para a sobrevivência da espécie. Assim, mais uma vez neste modelo, vemos a convergência dos resultados de conservação, sob a forma de fortalecer e ampliar AP, resultantes de diferentes ideais filosóficos subjacentes; v) *Ecosystem Management*: O movimento internacional de AP foi fortemente influenciado pelo *National Parks Service* nos EUA, que promoveu os dois primeiros *World Parks Congress*, em 1962 e em 1972. Estes dois congressos enfatizaram a importância da relação entre as pessoas e as AP. Consequentemente iniciou-se um maior envolvimento das populações locais que habitam as AP, que hoje são vistos como elementos chave na gestão destas áreas (Pinto, 2008). Em contraste com as abordagens anteriores de conservação, este modelo é baseado num paradigma *nature in flux* (natureza em constante evolução), em detrimento do até então reconhecido *nature in balance* (natureza em equilíbrio) e uma visão das pessoas envolvidas, em vez de separadas da natureza (Kalamandeen & Gillson, 2007).

Em suma, podemos concluir que ao longo da história os modelos e ideologias que caracterizaram as AP foram evoluindo e diferem entre si. No entanto, dois aspetos merecem ressalva: em primeiro lugar, a visitação e fruição dos espaços dotados de estatuto de proteção são constantes e referenciados desde o início da criação das AP. É de notar que a visitação não ganha importância, única e exclusivamente, como um fator promotor de qualidade de vida das populações ou como um direito, mas também como uma forma de financiar as AP. Em segundo, a temática do envolvimento público, e a relação menos positiva que se gerou entre o desenvolvimento das AP e as populações

locais, evoluiu positivamente num sentido de maior envolvimento. Borrini-Feyerabend (2002) afirma que “não é de admirar, então, que muitas comunidades indígenas e locais estejam em conflito aberto com gestão de AP e os governos nacionais”. Os governos fazem reivindicações próprias, afirmando que as AP oficiais salvaram muitos ambientes e recursos naturais únicos, referindo que, deixados a si mesmos, estes teriam sido esgotados há muito tempo pelas crescentes procura de moradores e visitantes nestes espaços. No entanto, a mesma autora faz uma ressalva. A primeira distinção fundamental entre áreas conservadas pelas comunidades e pelo governo é, portanto, a dimensão histórica: enquanto que as primeiras podem ser observadas desde um passado distante (imperceptível), as últimas existem há apenas algumas décadas e esta diferença temporal deve ser respeitada.

Adaptado do trabalho de Soromenho-Marques (1998a), apresentamos de seguida o quadro 4 que resume algumas das datas mais importantes no estabelecimento de políticas ambientais internacionais, com especial ênfase na criação de AP. O quadro fornecido pelo autor é ainda complementado com outras datas importantes derivantes das leituras realizadas.

Quadro 4. Breve resumo histórico das políticas ambientais e desenvolvimento das AP. Adapt. Soromenho-Marques (1998a)

Data	Descrição
1864	<i>Yosemite Valley</i> destinado a recreio
1872	Criação do <i>Yellowstone National Park</i>
1879	Criação do <i>Royal National Park</i> (Austrália)
1900	<i>Convention for the Protection of Animals, Birds, and Fish in Africa</i> (Londres).
1908	<i>White House Conference of Governors on Conservation</i> (Washington DC, Maio)
1909	<i>North American Conservation Congress</i>
1911	Criação da agência de gestão de AP <i>Dominion Parks Bureau</i> (Canada)
1916	Criação da agência de gestão de AP USNPS (Estados Unidos da América)
1940	<i>Western Hemisphere Convention</i>
1946	Criação da UNESCO (Despontando a atual IUCN)
1953	<i>Third International Conference for the Protection of the Fauna and Flora of Africa</i>
1960	Publicação do primeiro <i>Red Data Book on Endangered Species</i>
1962	Primeiro <i>World Conference on National Parks</i>
1972	Segundo <i>World Conference on National Parks</i>
1972	Conferência sobre ambiente humano (Estocolmo)
1964-1974	Criação e execução do <i>International Biological Programme</i>
1980	Lançamento da <i>World Conservation Strategy</i> (pela IUCN)
1982	Primeiro Fórum da Biodiversidade (Washington)
1987	Relatório <i>Our Common Future</i> (WCED, Nações Unidas)
1992	Convenção da Biodiversidade (Rio)

As referências sugerem assim que uma combinação de fatores históricos, culturais e sociopolíticos, devem ser tidos em conta na raiz da relação entre comunidades indígenas/locais, governos nacionais, políticas de conservação e, consequentemente, no estabelecimento de AP. Este é um

assunto que merecerá atenção posteriormente, e cujas bases estão intimamente relacionadas com as políticas ambientais globais e as novas ideologias associadas à gestão dos espaços naturais que surgiram a partir dos anos 1960.

Atualmente, as AP são dotadas de uma definição e de linhas orientadoras relativamente estandardizadas, no que diz respeito às suas tipologias e objetivos específicos, muito devido ao seu crescimento exponencial a partir do início do século XX.

2.3. Conceito, categorias e objetivos das áreas protegidas atuais

O movimento moderno das AP tem origens no século XIX, nas então "novas" nações: Austrália, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e EUA. No entanto, durante o século XX, a ideia espalhou-se pelo mundo e o resultado consequente foi uma notável expansão do número de áreas protegidas (IUCN, 2002).

Como a rede cresceu, a compreensão do que se entende por uma AP também evoluiu. Assim, o conceito inicial relativamente simples, de grandes áreas selvagens destinadas para a proteção e fruição foi, como referido anteriormente, complementado por outros modelos mais apropriados para diferentes partes do mundo. Muitos países colocaram uma maior ênfase nos valores culturais do que era inicialmente previsto nos primeiros parques nacionais. A proteção das paisagens rurais, por exemplo, foi originada inicialmente da experiência europeia. Também a preocupação com o ambiente marinho tem crescido significativamente nos últimos anos (Kelleher, 1999).

A definição atual de AP é providenciada pela IUCN (2012) como sendo: *“um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, por meios legais ou outros eficazes, com o objetivo de alcançar a conservação da natureza a longo termo com serviços de ecossistemas e valores culturais associados.”*

O aumento das AP em todo o mundo demonstra a importância destes espaços e a cada vez maior sensibilidade das diferentes culturas mundiais para a sua implementação. Com base em dados da *World Database On Protected Areas (WDPA)* apresentamos a figura 6 que espelha este crescimento.

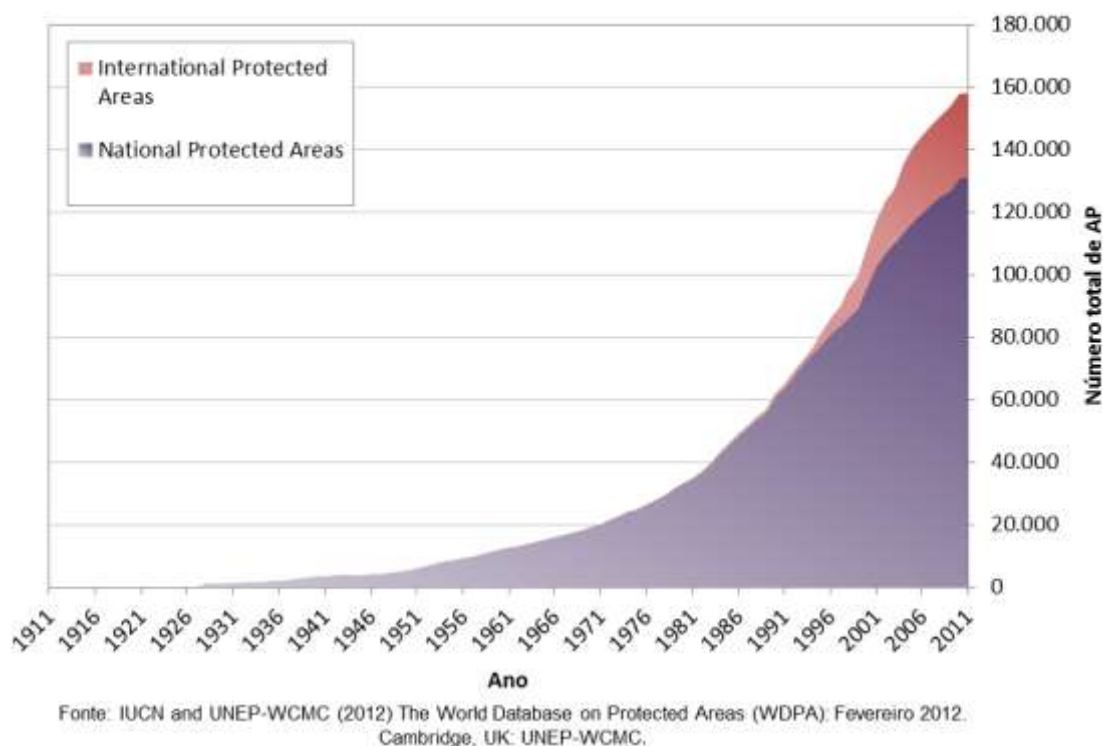


Figura 6. Crescimento do número de AP nacionais e internacionais (1911-2011)

Como pode ser verificado na figura, a partir da década de 1930 inicia-se um crescimento exponencial no número de AP a nível nacional. O final da década de 1980 marca uma taxa de crescimento ainda superior, dando origem às primeiras AP de âmbito internacional, atingindo em 2011 quase 160.000 locais classificados.

O aumento destes espaços também está registado em termos de dimensão, caracterizando de forma impressionante o número de quilómetros quadrados cobertos no planeta por áreas com estatuto de proteção. Com base em dados da WDPA, apresentamos a figura 7 que representa o crescimento das AP de âmbito nacional, em termos de dimensão e especificado em áreas terrestres, marinhas e crescimento acumulativo (consideração de ambos os meios físicos).

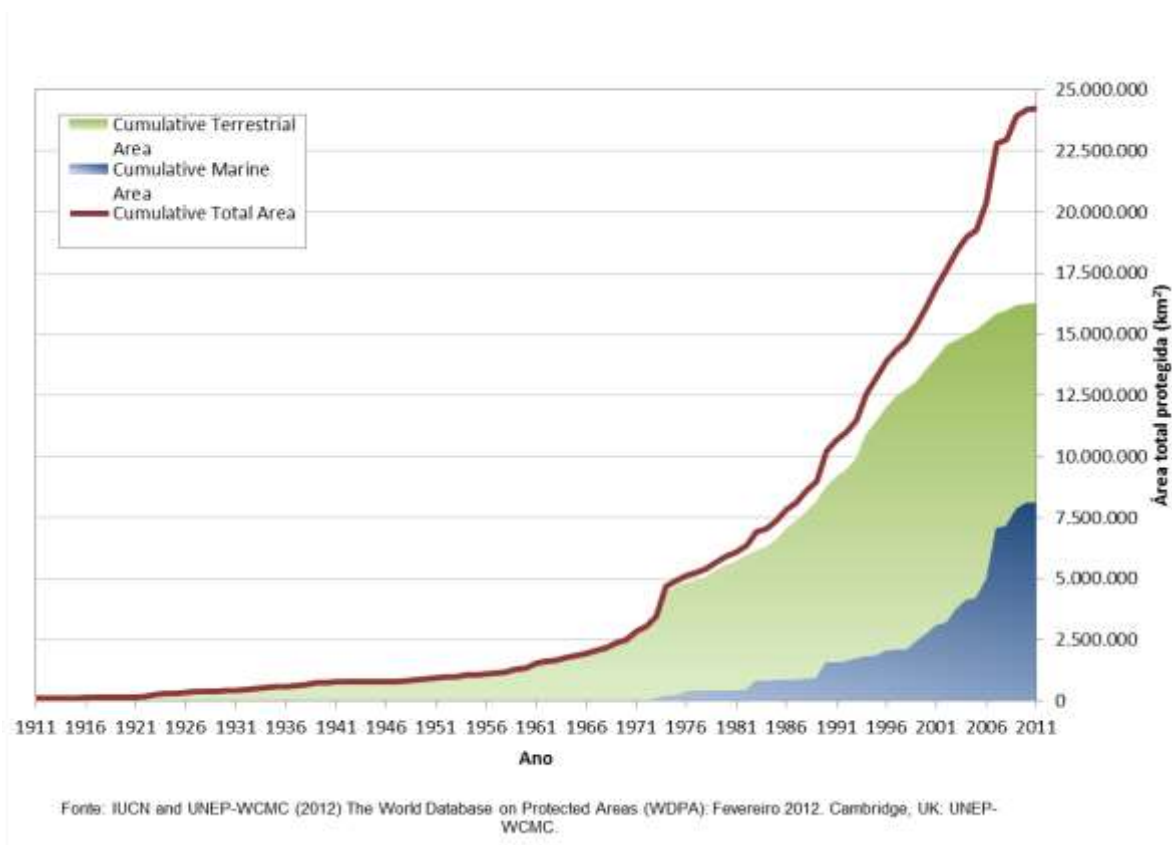


Figura 7. Crescimento (dimensão) de AP de âmbito nacional (1911 - 2011)

De acordo com a figura anterior, os anos 1980 marcam um início mais acentuado do crescimento destas áreas, sendo que as AP terrestres assumem posição principal com mais de 15.000.000 de km² em 2011. O total acumulado de ambos os meios físicos representa quase 25.000.000 de km² da área do planeta coberta por AP.

Uma rápida evolução do pensamento subjacente à criação de AP foi-se verificando ao longo dos anos. As novas preocupações com as políticas ambientais internacionais (Soromenho-Marques, 1998b) e o desenvolvimento da ciência da ecologia na década de 1960 (IUCN, 2002) levaram a uma compreensão mais ampla da necessidade de uma abordagem sistemática para o planeamento e gestão dos recursos naturais.

Este facto é parcialmente traduzido no sistema de classificação das AP. Os Parques Nacionais são a tipologia de AP mais reconhecida internacionalmente, mas existem outras designações que da mesma forma conferem um estatuto de proteção em áreas terrestres ou marítimas. Este estatuto de proteção define, de forma geral, os objetivos inerentes à criação de cada AP. A IUCN reconhece este facto através da categorização das mesmas, sendo que diferentes tipos de categorias dão prioridade

a diferentes valores e objetivos. O quadro 5 representa as diferentes categorias das AP e a respetiva descrição.

Quadro 5. Categorias e descrição das diferentes tipologias de AP

Categoria	Descrição
I	Reserva Natural Estrita / Área Selvagem: área protegida, gerida sobretudo para fins científicos e proteção da vida selvagem
Ia	Reserva Natural Estrita: área protegida, gerida sobretudo com fins científicos
Ib	Área Selvagem: área protegida, gerida sobretudo para proteção da vida selvagem
II	Parque Nacional: área protegida, gerida sobretudo para proteção dos ecossistemas e atividades de recreação
III	Monumento Natural: área protegida, gerida sobretudo para conservação específica de atributos naturais
IV	Área de Gestão de Habitats/Espécies: área protegida, gerida sobretudo para a conservação através da intervenção de processos de gestão
V	Paisagem Protegida: área protegida, gerida sobretudo para a conservação da paisagem e recreação
VI	Área de proteção de recursos geridos: área protegida, sobretudo para o uso sustentável dos ecossistemas naturais

A cada categoria correspondem diferentes objetivos com prioridades diversas, e que determinam as decisões associadas à gestão de cada tipologia de AP. O quadro 6 reflete os diferentes objetivos estabelecidos para cada categoria e respetivos níveis de prioridade, onde a 1 correspondem os objetivos prioritários e a 3 os menos importantes.

Quadro 6. Objetivos determinados para as AP em função das diferentes categorias

Objetivo de gestão	Ia	Ib	II	III	IV	V	VI
Investigação científica	1	3	2	2	2	2	3
Proteção da vida selvagem	2	1	2	3	3	-	2
Preservação da biodiversidade	1	2	1	1	1	2	1
Manutenção dos serviços ambientais	2	1	1	-	1	2	1
Proteção de aspetos naturais/culturais específicos	-	-	2	1	3	1	3
Turismo e recreação	-	2	1	1	3	1	3
Educação	-	-	2	2	2	2	3
Uso sustentável dos recursos dos ecossistemas	-	3	3	-	2	2	1
Manutenção de atributos culturais/tradicionais	-	-	-	-	-	1	2

Verifica-se que os quatro primeiros objetivos de gestão do quadro estão presentes, embora com diferentes prioridades, em todas as categorias de AP (com exceção do segundo objetivo para a categoria V e do quarto para a categoria III), levando-nos assim a perceber, mediante a natureza destes, que um dos primordiais objetivos de criação das AP é a conservação da natureza e da biodiversidade. Os restantes observados afastam-se ligeiramente do âmbito ambiental, estando associados aos setores do turismo, da recreação e da cultura. É interessante constatar que objetivos

como o turismo, a recreação e educação têm grande expressão, verificando-se em todas as categorias exceto Ia e Ib respectivamente. Esta expressão torna-se ainda mais óbvia ao aferirmos que, em determinadas categorias (II, III e V), a recreação e o turismo assumem-se como prioridades na gestão desses mesmos espaços. A defesa de atributos culturais/tradicionais também se afirma prioritária para a categoria V.

Mais uma vez verificamos que os objetivos das AP estão longe de ser única e exclusivamente a proteção da natureza, havendo espaço para a valorização de outras atividades. Contudo, salientamos a mutabilidade dos objetivos das AP sugeridos por Dearden e Rollins (2009a), no sentido em que, com as mudanças sociais e económicas, também as AP devem recorrer à adaptação.

Assim, entendemos que as AP devem ser vistas, não só como locais de grande valor ecológico e paisagístico, mas também como locais com apetência para a prática de diferentes atividades assim como para a vivência de sensações e emoções diversas, das quais fazem parte as atividades recreativas, educacionais e turísticas. Para além disso, verifica-se que as AP não estão unicamente associadas ao valor natural ou paisagístico, na medida em que está presente um conjunto de valores imateriais que em muito caracterizam e valorizam estes espaços (Bernbaum, 2000; Hamilton, 2000).

Esta multiplicidade de “funções” do espaço natural carece de organização, fomento e atualização constante, face às dinâmicas sociais que se sucedem de forma cada vez mais rápida e global.

É por isso mesmo que, ao longo dos anos, diversas instituições com diferentes naturezas organizacionais têm surgido no panorama mundial. Embora com as suas devidas especificidades e missões, revelam uma transversalidade de objetivos que se focam sobretudo na melhoria e desenvolvimento do espaço natural, com forte ênfase na consideração da sua apetência para o lazer.

Algumas destacam-se, quer pela sua unicidade, quer pela sua relevância e abrangência internacional. Em primeiro lugar, destacam-se as agências das Nações Unidas, mais especificamente: i) UNEP: *United Nations Environmental Program* (Programa Ambiental das Nações Unidas); ii) UNWTO: *World Tourism Organization* (Organização Mundial do Turismo). Ambas representam agências com trabalhos distintos, mas claramente complementares, no panorama das AP, nomeadamente ao nível do ambiente e do turismo.

Numa outra perspetiva, surgem grandes instituições, de âmbito internacional, que se focam na problemática do ambiente. Do seio da primeira agência das Nações Unidas deriva a iii) IUCN- *World Conservation Union*, cujo trabalho no âmbito das AP é desenvolvido pela IUCN-WCPA: IUCN- *World Commission on Protected Areas*. Esta é uma das mais importantes e reconhecidas organizações

mundiais ao nível da proteção da natureza; iv) WWF: *World Wide Fund* com um importante papel no desenvolvimento de práticas ambientais e com especial ênfase no espaço protegido.

Posteriormente entramos na esfera europeia, onde surgem instituições particularmente dedicadas às AP, entre estas: v) EUROPARC: *EUROPARC Federation*; vi) PAN PARKS: *PAN PARKS Foundation* (programa pertencente à anteriormente referida WWF); vii) EOCA: *European Outdoor Conservation Association* e a viii) ECEAT: *European Council for Agro and Sustainable Tourism*.

Finalmente, destaque deve ser atribuído às instituições que se concentram na investigação e na publicação de conteúdos fundamentais para o apoio e desenvolvimento da gestão das AP. Neste campo, destaca-se a ix) STCRC: *Sustainable Tourism Cooperative Research Centre*, considerado um dos maiores centros mundiais, especializado na investigação em turismo sustentável. Aqui é ainda importante salientar a componente estritamente científica que envolve este campo de saber. É interessante verificar que esta é uma área extremamente multidisciplinar. As associações evidentes entre as ciências sociais, a gestão, o ambiente, o turismo, o lazer, o desporto, a geografia, o ordenamento do território, a educação, a ecologia e outros campos, revelam a imensa possibilidade de consulta de informação de ponta, atual, e sob o ponto de vista de diferentes áreas.

Como foi já referido, as políticas de desenvolvimento das AP estão intimamente relacionadas com as políticas ambientais internacionais e alguns eventos de escala mundial (representados no quadro 4.) foram essenciais para a alavancagem do fenómeno global de implementação das AP. A partir da década 1960, e sobretudo o início da década de 1970, marca-se o surgimento de um princípio que viria a reger, com diferentes ideologias ao longo da sua história, os fundamentos e paradigmas de gestão da generalidade dos recursos naturais, mais uma vez, com ênfase no tema desta investigação, as AP. Este novo paradigma assenta no conceito de desenvolvimento sustentável, sobre o qual se debruçam os próximos três pontos deste capítulo e, como referido na introdução, partem de uma visão geral do conceito de sustentabilidade, percorrendo o caminho da especificação até à sua implementação nas AP.

3. Sustentabilidade

3.1. Desenvolvimento sustentável

Num dos seus inúmeros ensaios, e de acordo com o anteriormente referido, Soromenho-Marques (1998b) reflete sobre a crise ambiental e as políticas internacionais referindo que “Embora existam testemunhos relevantes da urgência de uma dimensão internacional nas políticas publicas que desde o final do século XIX se começaram a delinear em torno da temática ambiental, a verdade é que só a partir dos anos sessenta ... se impõe a necessidade de uma política de ambiente

internacional, como tentativa para encontrar uma resposta no mesmo plano e na mesma escala, aos problemas críticos, cujos contornos planetários exigem uma ação consertada dos estados.” Apesar de referências de caráter conservacionista anteriores à década referida por Soromenho-Marques (apresentadas no quadro 2.), as políticas ambientais ganham alavancagem a partir dos anos 1960, assumindo-se aqui as duas conferências promovidas pelas nações unidas, respetivamente a conferência sobre ambiente humano (Estocolmo, 1972) e a conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento (Rio, 1992), como duas das mais concorridas reuniões das últimas décadas e dois marcos decisivos na breve história da política de ambiente internacional (Soromenho-Marques, 1998b).

De acordo com o mesmo autor, uma nova abordagem na relação Homem vs. Natureza fez-se notar, com ênfase nas necessidades do ser humano, na cada vez maior escassez dos recursos naturais e num novo modelo de desenvolvimento: a sustentabilidade (Soromenho-Marques, 1998b).

Provavelmente, uma das primeiras manifestações públicas desta preocupação advém do trabalho de Garret Hardin, famoso ecologista americano. Hardin refletiu sobre os recursos comuns a todos os habitantes do planeta, denominados de “*Commons*”. Estes referem-se aos recursos culturais e naturais acessíveis a todos os membros da sociedade, incluindo recursos como o ar, água e a terra habitável. A famosa teoria económica denominada “*The tragedy of the Commons*” foi publicada por Garret Hardin em 1968. De acordo com o investigador, o esgotamento de recursos (os *commons*), partilhados por indivíduos agindo independentemente e racionalmente de acordo com o seu interesse próprio, atua de forma contrária aos interesses a longo prazo das comunidades. A simplicidade do *abstract* do artigo publicado por Hardin, “*The population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality*”, refletia a posição crítica do autor face aos problemas de futuro, relacionados com o uso insustentável dos recursos naturais (Hardin, 1968).

O conceito de desenvolvimento sustentável advém desta perceção. Foi previamente mencionado em 1987, num *report* publicado pela *World Commission on Environment and Development* (WCED), intitulado “*Our Common Future*”. O desenvolvimento sustentável foi definido como sendo “O desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades” (WCED, 1987). Este relatório enunciou igualmente um conjunto de princípios chave associados ao conceito, nomeadamente: a) Equidade entre gerações, b) Equidade intrageracional, c) Participação pública, d) Proteção do ambiente e e) Lidar cautelosamente com o risco e a incerteza.

No entanto, o conceito de desenvolvimento sustentável não é simples, nem tanto amplamente aceite, levantando-se inúmeras discussões em seu torno e de um aspeto fulcral: a transposição de

um conceito teoricamente coerente para a prática efetiva (Hunter, 2002; McKercher, 2003; Saarinen, 2006).

Neste espectro, inúmeras são as análises e questões colocadas. Sharpley (2000) levanta algumas questões que estão fortemente interrelacionadas, tais como: o papel do crescimento económico na promoção do bem-estar humano; a substituíbilidade do capital de recursos naturais com o capital criado pelo homem através do crescimento económico e inovações tecnológicas; a criticidade das várias componentes dos recursos naturais e do seu potencial de substituição; a capacidade das novas tecnologias e métodos de gestão ambiental para dissociar o crescimento económico da degradação ambiental; o significado ou o valor atribuído ao mundo natural e os direitos de espécies não-humanas.

Ryan (2002) levanta também questões pertinentes: “E se a sustentabilidade é percebida como uma retenção do *status quo* para proteger um ambiente cultural ou físico, mas não reconhece a equidade social inerente a essas situações atuais? O que é feito dos pobres de determinadas regiões que não têm oportunidades económicas, educacionais ou sociais? Quem vai negar o potencial para o avanço económico para os filhos de agricultores de subsistência em razão da proteção de ambientes naturais ou tradições culturais e rurais?”

Hunter (2002) questiona até que ponto se poderá justificar um crescimento económico continuado em países desenvolvidos, onde as necessidades básicas já estão cumpridas e as condições de bem-estar já equivalem à satisfação dos desejos dessas mesmas sociedades? Saarinen (2006) participa também nesta discussão e refere que a definição de desenvolvimento sustentável tem sido descrita como um complexo normativo, de forma imprecisa e não operacional.

À imagem das questões levantadas por Sharpley (2000), o debate sobre o desenvolvimento sustentável levanta inúmeras discussões entre os comentaristas académicos, concorrendo para isto, provavelmente, à sua transversalidade a todos os setores da economia. A literatura demonstra que o próprio conceito de desenvolvimento sustentável não está clarificado e devidamente adaptado, sendo muitas vezes a principal crítica apontada, como já foi referido, ao desfasamento existente entre a teoria e realidade. Jarkko Saarinen (2006) desenvolve uma revisão de literatura extremamente interessante neste campo, no qual nos revemos e posicionamos no que ao desenvolvimento deste capítulo diz respeito: A impossibilidade (atual) de definir claramente o conceito de desenvolvimento sustentável, assumindo a sua assertividade e prática absolutas. Dada esta impossibilidade, cabe-nos refletir e apresentar algumas características das diferentes ideologias que regem este conceito no sentido de encontrar um caminho lógico e fundamentado, que permita a sua especificação no escopo das AP.

Assim, consideramos que interpretações do desenvolvimento sustentável podem ser classificadas como variando de "muito fortes" a "muito fracas", como é apresentado no quadro seguinte (quadro 7), adaptado do trabalho de Hunter (2002).

Quadro 7. Posições de sustentabilidade e características. Fonte: Hunter (2002)

Posição de sustentabilidade	Características
Muito fraca	Antropocêntrica e utilitária; orientada para o crescimento e exploração de recursos; recursos naturais utilizados a preços economicamente ótimos através de mercados livres de forma a satisfazer a escolha individual do consumidor; substituição infinita possível entre capital natural e construído pelo homem; bem-estar assegurado através do crescimento económico e inovação tecnológica.
Fraca	Antropocêntrica e utilitária; visão conservacionista, o crescimento é gerido e modificado; preocupação com a distribuição dos custos e benefícios de desenvolvimento através da equidade intra e inter geracional; rejeição da substituição infinita entre capital natural e construído com o reconhecimento de alguns aspetos do mundo natural como críticos (por exemplo, camada de ozono, alguns ecossistemas naturais); dissocia os impactos ambientais negativos do crescimento económico.
Forte	(Eco) perspectiva dos sistemas; visão conservacionista; reconhece o valor principal de manter a integridade funcional dos ecossistemas; interesses da coletividade têm mais peso do que os do consumidor individual; adesão à equidade intra e inter geracional; a dissociação impactos ambientais - crescimento económico é importante, mas é acompanhada de uma crença numa economia de estado estacionário, como consequência de se seguir a regra de constância dos bens naturais; crescimento demográfico, económico e humano é igual a zero.
Muito forte	Bioética e eco centrista; visão conservacionista ao ponto da utilização dos recursos naturais ser mínima; direitos da natureza ou valor intrínseco na natureza que abrange os organismos vivos, não-humanos e até mesmo elementos abióticos sob uma interpretação literal do Gaianismo ⁴ ; crescimento antieconómico e com vista à redução da população humana.

Frequentemente as posições muito fracas (exploração tradicional de recursos) e muito fortes (preservação extrema dos recursos) são desconsideradas por muitos académicos como sendo aproximações demasiado extremas. Neste sentido, as posições mais comuns acontecem entre os níveis Fraco e Forte. É também de salientar que as diferenças entre estas posições baseiam-se sobretudo na filosofia que as suporta (antropocentrismo vs. Ecocentrismo), na magnitude do crescimento económico associado e na substituíbilidade dos recursos naturais ao longo do tempo. McKercher (2003) simplifica referindo que duas diferentes ideologias emergiram com o conceito: i) uma, defendendo a sustentabilidade económica como a característica dominante; ii) outra, defendendo a sustentabilidade ecológica como a característica dominante.

⁴ Corrente proveniente da *Hipótese de Gaia*, defendida por James Lovelock.

É nesta perspetiva de base que se compreende que a sustentabilidade ou, mais propriamente, o desenvolvimento sustentável deve incluir a consideração das políticas económicas, a utilização racional de recursos e o desenvolvimento das sociedades numa perspetiva integrada. A ausência de um destes pilares põe em causa a ideologia do conceito. É também fácil compreender que diferentes ideologias fazem “balançar” a aplicação prática do conceito, constituindo assim a origem das divergências existentes e do desfasamento entre teoria e prática. Na figura 8, identificam-se alguns dos fatores que caracterizam cada uma das dimensões do desenvolvimento sustentável.

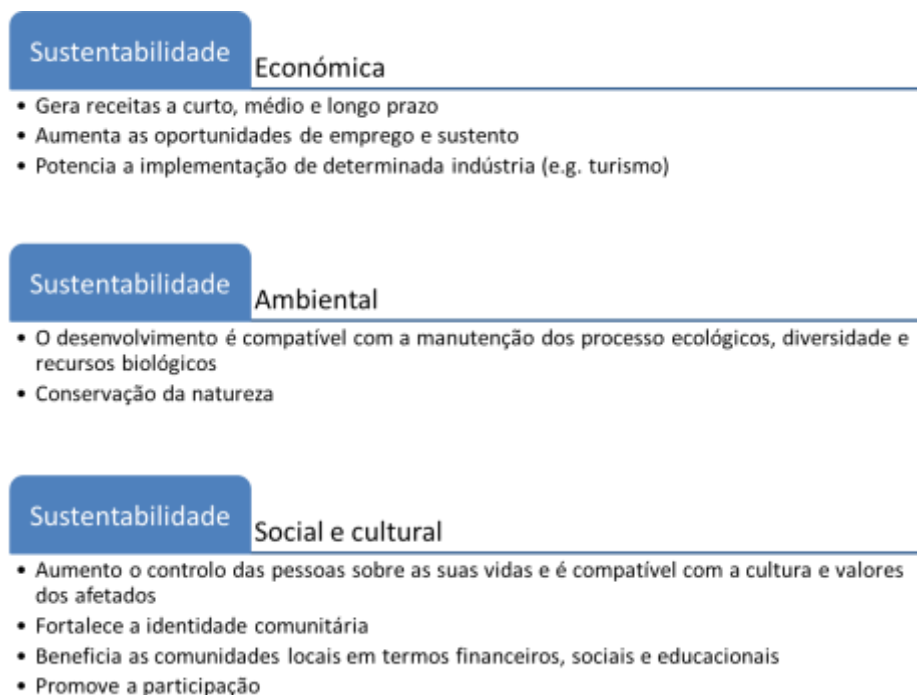


Figura 8. Dimensões do desenvolvimento sustentável

A figura reflete uma aproximação ao conceito de desenvolvimento sustentável, especificando cada umas das três grandes componentes. A economia, o ambiente e a sociedade transformam-se assim nos denominados três pilares do desenvolvimento sustentável. Este, na sua essência, acontece quando estas três dimensões são tidas em conta de forma igualitária, algo que, pela reflexão tida anteriormente, se revela extremamente complexo.

O turismo, enquanto atividade económica, e as AP, enquanto espaços primordiais de visitação, são consequentemente afetados por esta ideologia, traduzindo-se na prática sob a forma de técnicas, processos e modelos de gestão, utilizados com vista   operacionalização do conceito. Por isso, a teoria associada ao desenvolvimento sustentável é a base dos processos de gestão atualmente utilizados no mercado turístico e, em especial, nas AP no setor da visitação (recreativa e turística).

Os pontos seguintes refletem sobre estes fatores, inicialmente sobre a adaptação deste conceito ao setor do turismo e à sua inclusão posterior nas AP.

3.2. Turismo sustentável

O turismo é um dos principais motores económicos das economias rurais da Europa. Direta e indiretamente, é responsável por cerca de 10% do PIB europeu e 20 milhões de empregos. Entre 2000 e 2010, os países europeus registaram mais de 440 milhões de chegadas de visitantes internacionais. Além de tudo isso, uma quantidade ainda maior da atividade turística pode ser considerada sob a forma do turismo interno (doméstico) com turistas em viagens curtas dentro do seu próprio país.

No caso do turismo baseado na natureza, incluindo o ecoturismo, regista-se uma falta de dados estatísticos precisos e fiáveis, devido à dispersão de destinos, a sua (geralmente) reduzida capacidade, assim como a grande variedade de motivações dos turistas (Bushell & Eagles, 2007). No entanto, alguns resultados apontam para uma relevância cada vez maior destes destinos e nicho turístico (Bushell & Eagles, 2007).

Face a estes indicadores de crescimento, e tal como acontece noutros setores e campos de estudo académico, a pesquisa na área do turismo também tem respondido à popularização do conceito de desenvolvimento sustentável, no seguimento da comissão mundial sobre o meio ambiente e desenvolvimento e do já referido relatório *Our Common Future* (WCED, 1987).

Apesar da verdade certamente incontestável de que a magnitude e a natureza do desenvolvimento do turismo em quase todas as áreas são (ou serão) afetadas por uma grande variedade de outros tipos de desenvolvimento existentes (e previsíveis) (e.g. habitação, transportes, fornecimento de serviços de saúde, a conservação da natureza ou a agricultura), as mesmas transbordam de planos, estratégias, modelos e estruturas construídas exclusivamente, ou quase exclusivamente, do ponto de vista do turismo (Hunter, 2002). Esta assunção crítica do autor vai de encontro à de Saarinen (2006), que afirma que as ideias e princípios básicos do desenvolvimento sustentável foram aplicados ao turismo. Porém, provavelmente como resultado de problemas concetuais, desconcordâncias e a multidimensionalidade de ambos os conceitos, muitos académicos concordam que uma exata definição de turismo sustentável não existe. Também Clarke (1997) refere que a noção de turismo sustentável foi entendida como uma ideologia e um ponto de vista, mais do que como uma definição operacional exata.

Saarinen (2006) reflete sobre três grandes “tradições” subjacentes à compreensão do conceito dentro do campo turístico, numa perspetiva de aplicação regional/local. O autor, ao invés de

fornecer uma definição abrangente do conceito, ou aceitar qualquer definição única do turismo sustentável, reconhece que por trás dos diferentes entendimentos sobre os apelidados “limites do crescimento”⁵ existem várias tradições distintas que diferem no foco e na sua relação com os recursos utilizados nos destinos. Estas tradições são caracterizadas por diferentes ideias ontológicas sobre a natureza e o carácter geral dos limites do crescimento, assim como por diferentes perspectivas epistemológicas. Esta “tradições” são apresentadas pelo autor da seguinte forma: a) *Resource Based Tradition*, que reflete os limites das condições originais dos recursos naturais e as necessidades de proteger a natureza (capital natural) e a cultura local (capital cultural) das alterações inaceitáveis causadas pelas atividades de turismo; b) *Activity-based tradition*, refere-se às necessidades de recursos por parte da indústria, no que diz respeito ao seu desenvolvimento presente e futuro, com o objetivo de sustentar o capital económico investido no turismo; c) *Community-based tradition*, que destaca a maior participação e capacitação de diversos atores, especialmente comunidades anfitriãs/locais em desenvolvimento, enfatizando os elementos de capital social num contexto local.

Todas estas perspectivas têm as suas vantagens, mas também limitações e resultados diferentes. A *Activity-based tradition* demonstra a presente e relativamente aceite hegemónica ideia de sustentabilidade. Esta reflete a ideia do turismo como um instrumento para o desenvolvimento que pode contribuir para a sustentabilidade, mas que representa fortemente a perspectiva da indústria, para quem o crescimento e necessidades são condições para justificar a sustentabilidade: O objetivo e a força motriz é a sustentabilidade do turismo e dos seus recursos de base para as necessidades futuras da indústria. Neste caso, o meio ambiente, as comunidades locais e as culturas são os recursos.

É importante que nos questionemos acerca de um fator que releva da reflexão realizada: Será que a necessidade de sustentar os recursos do setor do turismo está sempre de acordo com as necessidades de sustento dos próprios recursos em si? Ou até com as próprias necessidades das populações que habitam nos locais de destino?

Logicamente, dever-se-á aceitar que as diferentes interpretações de desenvolvimento sustentável são inevitáveis, e que o turismo (sustentável) deve primar por uma tentativa de contribuir para os objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável. Este não pode assim ser visto como um código rígido, mas antes como um paradigma flexível ou adaptável, em que diferentes caminhos de

⁵ *The limits of Growth* é um conceito que tem origem em 1972, num livro que, através da modelação computacional, simulou as consequências das interações entre a Terra e os sistemas humanos a longo prazo (www.clubofrome.org).

desenvolvimento possam ser adequados de acordo com as condições locais. No entanto, também não pode ser visto de forma leviana e superficial, como afirma Clarke (1997), ao defender que o turismo sustentável não pode ser visto como tal, por apelar a determinadas orientações/diretrizes e o cumprimento (ou mera apresentação pública) de códigos de conduta. O turismo é visto como um dos maiores setores económicos do mundo e, por isso mesmo, deve ser encarado como qualquer outro, na medida em que pode contribuir de forma positiva para o ambiente e para as comunidades. Todavia, pode também constituir um elemento negativo para os mesmos. Citando Gössling e Hall (2005b:305, cit. in Saarinen, 2006), *“Tourism cannot claim to have any moral high ground”*.

Assim, a sustentabilidade turística deve estar primeiramente conectada com as necessidades das pessoas, não com as necessidades de uma certa indústria, e o uso dos recursos naturais e culturais deve ser salvaguardado de forma a garantir as necessidades humanas no futuro. Embora seja por vezes expectável, as necessidades das pessoas e de uma certa indústria não tem de estar necessariamente em conflito e neste campo, o turismo pode ser uma fonte de benefícios para o desenvolvimento das regiões de destino e a participação ativa dos intervenientes numa comunidade deve ser um elemento contributivo para a resolução de possíveis conflitos e tomadas de decisão (Saarinen, 2006).

Em suma, e numa tentativa de, pelo menos, caracterizar o conceito, é fundamental a compreensão de que as diretrizes de desenvolvimento do turismo sustentável e as consequentes práticas de gestão são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massas e os diversos segmentos de turismo de nicho. Os princípios de sustentabilidade neste setor referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais, sendo assim necessário estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Por conseguinte, e de acordo com UNTWO (2005), o turismo sustentável deve: 1) fazer o melhor uso dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, a manutenção de processos ecológicos essenciais e contribuir para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade; 2) Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o seu património cultural construído bem como os valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural; 3) assegurar operações económicas viáveis, a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos para todas as partes interessadas, distribuídos de forma justa, incluindo o emprego estável, oportunidades de geração de receita, serviços sociais às comunidades anfitriãs e uma contribuição efetiva para a redução da pobreza. O desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação informada de todos os interessados, bem como uma forte liderança política para garantir a ampla participação e construção de consenso.

Finalmente, um novo aspeto deve ser ressaltado, o qual, de alguma forma, se poderia constituir como a quarta dimensão da sustentabilidade turística: a formulação de uma experiência turística satisfatória para aqueles que visitam determinadas regiões. De acordo com Briassoulis (2002), e retomando o assunto dos *Commons*, o turismo enquanto atividade económica faz uso dos recursos comuns. No entanto, na sua análise, citando Healy (1994) e Jafari (1982) a autora refere-se a determinados *commons* do turismo como “*background tourism elements*”, e argumenta que alguns aspetos específicos dos *commons* do turismo são idênticos ao próprio produto turístico (como é o caso da paisagem), existindo neste caso uma preocupação apenas com o turista que experimenta e usa estes recursos (mesmo que de forma visual como no exemplo da paisagem) e não com os utilizadores locais

Estas considerações remetem para a importância da qualidade da experiência turística enquanto aspeto chave para o desenvolvimento do turismo, sobretudo dos segmentos de nichos e que envolvem contato com a natureza a ruralidade (e.g. ecoturismo, turismo de aventura), visto que, o principal motor económico da indústria é o visitante. Este aspeto torna a sustentabilidade na no setor do turismo ligeiramente diferenciada de outras, pelo menos daquelas que não estão envolvidas com o lazer e a recreação. Este mesmo fator vem dar origem, como poderá ser visto posteriormente, a modelos de gestão em AP, cujo escopo da sustentabilidade é complementada com a gestão da visitação e da experiência.

3.3. O fenómeno da visitação e os benefícios do turismo sustentável nas áreas protegidas

Podemos remeter os fenómenos de visitação em AP à denominada “idade contemporânea” do turismo, como apresentado por Matias (2007), período este que se inicia com a entrada do século XX. Esta traz um conjunto de progressos tecnológicos e sociais que vêm transformar ainda mais o modo de vida ocidental e incluem a descoberta do telégrafo e do telefone, a extensão da rede de caminho-de-ferro (sobretudo nos EUA) e de estradas, o desenvolvimento do transporte automóvel e, muito em especial, o desenvolvimento industrial que, associado à racionalização do trabalho e ao movimento sindical, vêm possibilitar a diminuição da jornada de trabalho e, consequentemente, o aumento dos tempos livres. Ora esta fase de desenvolvimento histórico do turismo, coaduna-se ligeiramente (com um intervalo de 3 décadas) com o surgimento dos primeiros parques nacionais do mundo.

Apesar destas referências e de outras realizadas anteriormente, desenvolver o turismo e a visitação em geral não tem sido sempre um objetivo natural para as AP. Na Europa Central e na antiga União Soviética, por exemplo, as AP foram predominantemente vistas como “reservas científicas” onde qualquer interferência humana deveria ser evitada. Como essas reservas eram geridas centralmente

por órgãos académicos, quase nenhuma integração com as comunidades locais ocorreu. Outros parques, como a área protegida Slitere na Letónia, faziam parte de zonas militares (fronteiriças) e por essa razão praticamente inacessíveis (ECEAT, 2012). O nível bastante baixo de acesso de visitantes e o reduzido desenvolvimento de infraestruturas manteve muitas destas áreas relativamente intactas. No entanto, e com os aumentos da visitação, hoje muitas delas são confrontadas com a falta de apoio público e, consequentemente, o financiamento do Estado (ECEAT, 2012).

Com o aumento do tempo livre, resultante das fortes mudanças sociais ocorridas no século XX, os fenómenos de recreação em contato com o meio natural sofrem transformações. Numa perspetiva europeia, Pröbstl, Wirth, Elands e Bell (2010) referem que a função social das florestas europeias foi reconhecida como cada vez mais importante para a qualidade de vida, refletindo-se no aumento de oportunidades recreativas nos diferentes espaços naturais, em especial naqueles próximos dos centros urbanos.

Deste modo, o turismo e a recreação na natureza têm vindo a crescer e a tornar-se cada vez mais relevantes no espetro económico, social e ambiental, sobretudo devido à sua adequação aos princípios do desenvolvimento sustentável, ao potencial de contributo para as economias locais e para o desenvolvimento económico nacional (Aas et al., 2005; Baldin, Deadman, & Eagles, 2003; Li, 2006). No início da década passada, Eagles, Mclean, e Stabler (2000) verificaram que as práticas recreativas decorrentes nas AP americanas e canadianas tinham uma ação em grande escala com uma estimativa de cerca de 2.6 biliões de dias de uso por ano (considerando que 1 dia de visita acontece durante 12h/pax). A perspetiva mais recente de Manning (2007) confirma este crescimento, com base num aumento exponencial da visitação nas AP americanas, traduzido em cerca de 100 milhões de visitantes no início da década de 60, para quase 300 milhões no ano 2000.

Enfatizando ainda estas aproximações, dados fragmentados recolhidos pela organização mundial do turismo, evidenciam um número considerável de países que confirmam esta tendência: destinos baseadas na natureza, estabelecimentos e hotéis rurais, pousadas ecológicas, hotéis independentes e pequenos operadores que distribuem os viajantes independentes ou pequenos grupos estão a sair-se melhor do que nunca e até, em certos casos, melhor do que grandes estabelecimentos em cidades ou em destinos costeiros tradicionais (Bushell & Eagles, 2007).

A acompanhar este aumento verifica-se a tentativa de compreender as tendências na procura destas atividades nos próximos anos. Bell, Tyrväinen, Sievänen, Pröbstl e Simpson (2007) identificaram fatores como a maior disponibilidade das sociedades para a ocupação ativa dos tempos livres, a cada vez maior facilidade de acesso à informação (através da internet), a preocupação crescente com a

saúde e bem-estar e a cada vez maior sensibilidade para os problemas ambientais e a importância de estar em contato com a natureza. Estas novas tendências da sociedade originam novos tipos de procura, numa complexa interação objetivo/benefício. Estes resultados colocam muitos desafios para os gestores das AP, assim como para os responsáveis pela prestação de serviços relacionados com estes (Bell et al., 2007).

As AP desempenham assim, nas sociedades modernas, funções sociais e utilitárias, e por esse motivo a economia tornou-se uma consideração importante no desenvolvimento de muitas AP, traduzida na crescente valorização da importância económica que muitas destas apresentavam aos níveis da prestação de serviços ambientais, como o abastecimento de água, controlo e mitigação dos efeitos das alterações climáticas e, a nível social, os fenómenos de visitação e os benefícios gerados para a qualidade de vida das populações (IUCN, 1998, 2000).

Quando os “melhores” e “mais interessantes” espaços naturais e culturais de um país são colocados no quadro de uma AP, existe uma tendência natural para que as pessoas queiram experimentar e viver esses ambientes. Os fenómenos da visitação, inicialmente interna, sob a forma recreativa e mais tarde sob a forma turística, cresceu em muitas AP e tornou-se um elemento importante na cultura das sociedades (IUCN, 2002), aliás, as próprias referências realizadas anteriormente, remetem para uma constante consideração (pelo menos em termos ideológicos) da visitação nas AP, sendo até em alguns casos, um dos objetivos da sua criação. As próprias referências efetuadas em torno da história do desenvolvimento turístico, apresentados por Matias (2007) e Cunha (1997), refletem claramente que as motivações dos primeiros viajantes se baseavam no conhecimento cultural e natural.

Neste espectro, a existência de processos de gestão adequados, baseados nos princípios da sustentabilidade revelam-se emergentes e o turismo sustentável apresenta-se como uma solução para obter o apoio da opinião pública e dos governos.

Neste momento, não voltamos a refletir sobre questões e fundamentos associados ao desenvolvimento sustentável, já que os princípios adotados para o turismo sustentável são transversais à generalidade dos espaços e contextos onde este acontece e correríamos o risco de nos repetirmos. Focamo-nos antes na complexa interação benefício/prejuízo das atividades de natureza recreativa e turística no quadro das AP, que derivam dos fenómenos da visitação.

Estas atividades em AP produzem benefícios e, ao mesmo tempo, de forma contrária, também dão origem a custos/problemas. Segundo a IUCN (2002), estes efeitos (positivos e negativos) interagem de forma bastante complexa. Um correto planeamento da recreação e do turismo em AP deve promover: (i) oportunidades económicas, (ii) a proteção da herança cultural e natural e a (iii)

qualidade de vida de todos aqueles envolvidos neste processo, princípios estes em concordância com outros autores (Eagles, Bowman, & Tao, 2001; Rollins, Eagles, & Dearden, 2009).

Font, Cochrane e Tapper (2004) especificam esta aproximação, e defendem que o desenvolvimento e o suporte adequado das atividades turísticas é uma das formas das AP serem capazes de gerar receitas, e de demonstrar a sua contribuição mais ampla para a economia. Segundo os autores, alguns dos benefícios potenciais que surgem do turismo em AP incluem: (i) Financiamento para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços; (ii) Fornecimento de postos de trabalho; (iii) Fornecimento de fundos para o desenvolvimento ou manutenção de práticas sustentáveis; (iv) Educação e capacitação; (v) Um produto de entrada que pode ter benefícios diretos para o desenvolvimento de outros produtos a nível local e regional e (vi) Satisfação do turista e experiência adquirida no destino turístico. Segundo estes, também pode ser possível melhorar as relações entre os diferentes *stakeholders*, especialmente entre as comunidades locais, o setor privado e ONG's, dando assim origem a um maior reconhecimento da AP como parte do património nacional. A recreação e o turismo nas AP podem fornecer uma justificação para o investimento contínuo na proteção e estimular o apoio geral para a conservação.

Resultados de alguns estudos têm demonstrado a importância do envolvimento das populações locais nos processos de decisão nas AP, e os benefícios gerados pela visita nessas áreas.

Li (2006), num estudo desenvolvido na reserva de Jiuzhaigou (China), identificou que os locais residentes, apesar da pouca participação ativa nos processos de decisão associados ao turismo, sentiam de forma satisfatória os benefícios do turismo na zona, não só a nível económico como a nível ambiental. O mesmo autor verificou que os benefícios económicos percebidos pelos locais são importantes para que estes mantenham o respeito pela AP, evitando comportamentos desviantes como a caça furtiva ou o cultivo descontrolado de determinadas zonas sensíveis.

Selin (1999) considera que o envolvimento público, através de parcerias, pode ajudar a resolver problemas inerentes à AP e ,ao mesmo tempo, tirar grandes vantagens de oportunidades capazes de promover o desenvolvimento local. Reid, Mair e George (2004) verificaram que o envolvimento dos residentes de uma área rural nas decisões associadas ao desenvolvimento económico do turismo e da recreação são essenciais para que se garanta não só a sua sustentabilidade, como o desenvolvimento local a longo prazo. Outros autores valorizam os fatores educacionais que se geram com a participação ativa de *stakeholders* em processos de gestão de sistemas socio-ecológicos (Stringer et al., 2006).

Mais uma vez, os fundamentos da sustentabilidade nas AP não diferem das reflexões de carácter mais geral realizadas anteriormente. Neste caso, é salientado ainda um fator que tem vindo a ser

evidenciado ao longo de toda a investigação: a importância da participação local como meio para o alcance da sustentabilidade.

O quadro 8 apresenta uma sumarização dos diferentes benefícios aos três níveis referenciados anteriormente.

Quadro 8. Benefícios da recreação e do turismo em AP

Benefícios	
Económicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de emprego para os residentes locais • Aumento da receita • Estimula o aparecimento de novas companhias turísticas e diversifica a economia local • Estimula a produção de produtos locais (manufatura) • Aumento dos <i>standards</i> de qualidade de vida • Gera receitas fiscais locais • Permite aos trabalhadores aprender e desenvolver novas competências • Aumenta as possibilidades de financiamento para a AP e comunidades locais
Proteção da herança ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Protege os processos ecológicos e bacias hidrográficas • Conserva a biodiversidade (incluindo genes, espécies e ecossistemas) • Cria valor económico e protege recursos que de outra forma não têm valor percebido para os residentes, ou que representam um custo e não um benefício • Transmite valores de conservação, através da educação e interpretação • Ajuda a comunicar e interpretar os valores do património natural e construído e de herança cultural para os visitantes e moradores de áreas visitadas, construindo assim uma nova geração de consumidores responsáveis • Apoia a investigação e o desenvolvimento de boas práticas ambientais e sistemas de gestão para influenciar o funcionamento de empresas de viagens e turismo, bem como o comportamento do visitante em destinos • Melhora a instalações locais, transportes e comunicações • Ajuda a desenvolver mecanismos de autofinanciamento para as operações de áreas protegidas
Desenvolvimento sociocultural e Aumento da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Promove valores estéticos, espirituais, e outros relacionados ao bem-estar • Apoia a educação ambiental para visitantes e moradores • Estabelece ambientes atraentes para os destinos, para os moradores e para os visitantes, que podem apoiar outros compatíveis com novas atividades, desde a pesca aos serviços/produtos de base industrial • Melhora a compreensão intercultural • Incentiva o desenvolvimento da cultura, artesanato e as artes • Aumenta o nível de educação da população local • Encoraja os residentes locais aprender as línguas e culturas de turistas estrangeiros • Protege, conserva e valoriza recursos do património cultural e edificado • Encoraja os residentes locais a valorizar a sua cultura local e meio ambiente

Com base nas perspetivas dos diferentes autores analisados, e culminando com a apresentação do quadro 8., consideramos adequada a divisão dos benefícios da recreação e do turismo em AP em

três níveis distintos, nomeadamente: i) Económicos (que envolvem as subdimensões de desenvolvimento e capacitação locais); ii) Proteção da herança ambiental (que envolvem as subdimensões de valorização e educação ambientais) e iii) Desenvolvimento sociocultural e aumento da qualidade de vida (envolvendo as subdimensões de educação para a cidadania, o aumento da saúde e do bem-estar e a valorização cultural).

É importante ter em conta que os benefícios daqui gerados não devem ser entendidos de forma unidirecional, ou seja, do visitante para a AP, mas também ao contrário, sendo que os próprios visitantes podem beneficiar de um conjunto de aspetos positivos que derivam dos referenciados anteriormente, sobretudo a nível cultural, educacional e de bem-estar.

É neste momento que se revela importante a criação de um modelo de compreensão que conjugue as reflexões obtidas até ao momento, no que concerne à génese das AP da atualidade. A figura 9 reflete este modelo.

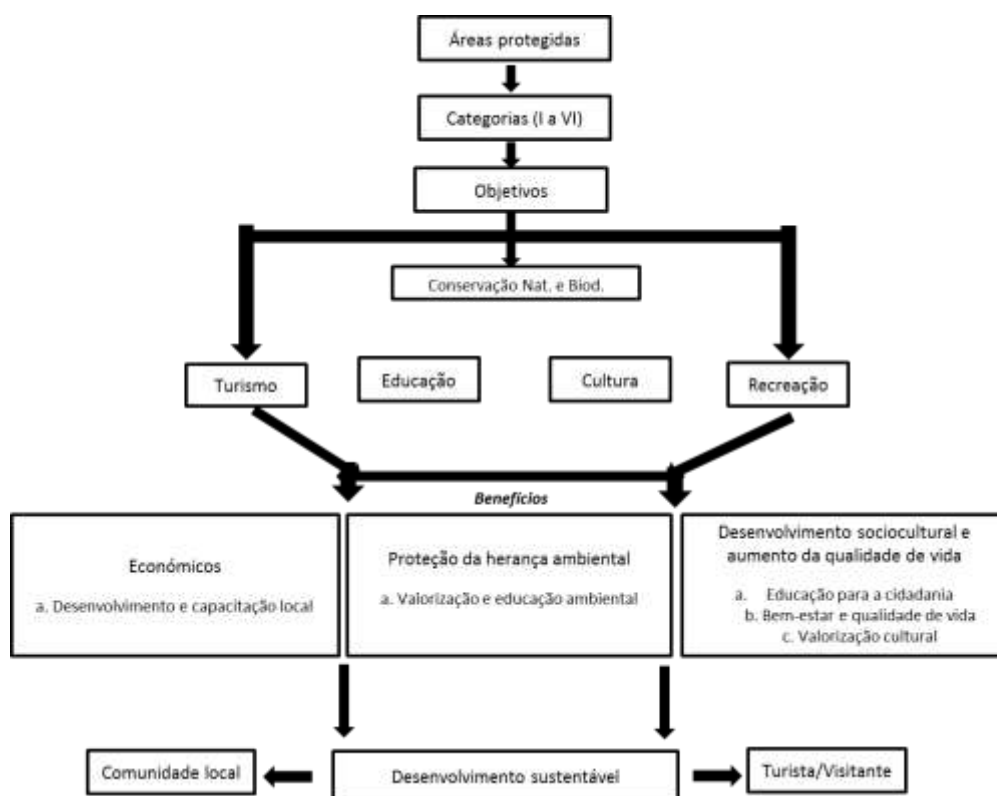


Figura 9. Modelo de compreensão da sustentabilidade no sistema de AP atual

Como identificado anteriormente na génese das AP, estão previstas diferentes tipologias (Categorias I a VI, *vide* quadro 5.), de acordo com o proposto pela IUCN. Estas categorias determinam a tipologia

de áreas protegidas e estão diretamente relacionadas com um conjunto de objetivos (relativamente estandardizados) com diferentes prioridades (*vide* quadro 6.). Destes objetivos deriva o primordial, a conservação da natureza e da biodiversidade, sendo no entanto notória a presença de outros, prioritários em alguns casos, como o turismo, a recreação, a educação ou a cultura. Considerando os objetivos dos extremos da figura (o turismo e a recreação), constata-se que se forem sujeitos a um planeamento e desenvolvimento sustentado e integrado (de acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável) e se considerarem o envolvimento dos diferentes *stakeholders*, podem promover benefícios a três níveis diferenciados, que, dada a especificidade da realidade das AP, podem ser posteriormente divididos em subdimensões.

Estes benefícios acontecem numa perspetiva de desenvolvimento sustentável que, como referido anteriormente, afetam a comunidade local e os turistas/visitantes destas áreas.

O alcance destes benefícios depende claramente do sucesso da visita e, consequentemente, de estruturas e processos de gestão adequados. O próximo ponto deste capítulo especifica os fundamentos da gestão da recreação e do turismo em AP, tendo como pontos fulcrais a visita e a já referida qualidade da experiência do visitante.

4. A gestão da recreação e do turismo em AP

4.1. As estruturas de gestão

Atualmente, na esteira dos princípios associados ao desenvolvimento sustentável, e provavelmente influenciados por visões eco centristas, novos paradigmas relacionados com a gestão das AP têm dado ênfase às dinâmicas sociais, políticas e económicas com estas relacionadas, sobretudo ao nível da visita realizada nos âmbitos da recreação e do turismo. A consideração destes fatores sociais tem sido extremamente relevante, sobretudo como elemento complementar às ciências ecológicas que originalmente foram responsáveis pela orientação e determinação do uso do espaço protegido (Kyle, Graefe, Manning, & Bacon, 2004). A evolução da sociedade trouxe, como apresentado anteriormente, novas tendências no uso dos espaços protegidos e com elas uma nova forma de pensar a interação entre o Homem e a natureza, que influenciou logicamente a tomada de decisão dos agentes políticos (e outros) com responsabilidade na sua gestão, levando a um cada vez maior interesse e apostas regionais ou nacionais em políticas de visita nas AP.

É desta evolução que deriva a necessidade de compreender as diferentes estruturas e métodos que levam (e levaram) a um investimento e gestão adequados nestas áreas. Um exemplo positivo foi o envolvimento das populações locais na tomada de decisão e o fomento de processos de gestão de foro colaborativo e participativo, que ganharam também cada vez mais importância, sobretudo

pelos benefícios que podem advir da sua implementação (Walpole & Goodwin, 2001; Wray, 2011; Xu, Lü, Chen, & Liu, 2009).

Eagles (2002) refere que muitos governos veem o turismo em AP como uma importante ferramenta de desenvolvimento económico embora, infelizmente, poucos realizem investimentos em recursos humanos qualificados, infraestruturas, recursos e investigação. Este facto leva à degradação dos locais de visita, à má gestão e a uma consequente redução da procura turística.

Direta ou indiretamente, os departamentos governamentais tem responsabilidades sobre a administração da maioria das AP. Todavia, fatores como a escassez de fundos económicos, falta de pessoal suficientemente competente nas várias áreas de intervenção e a procura dentro dos governos e outros interessados para uma gestão mais eficiente e “Bussiness-like”, obrigam à emergência de uma variedade de outras aproximações para a gestão destes espaços (Font et al., 2004).

As principais estruturas de gestão verificadas em AP são as seguintes: (i) Agências ou departamentos governamentais (Font et al., 2004; Eagles, 2002; Baldin et al., 2003) (ii) Organismos paraestatais (Font et al., 2004; Eagles, 2002); (iii) ONG’s (Font et al., 2004); (iv) Organizações comunitárias (Font et al., 2004; Eagles, 2002); (v) Sector privado (Font et al., 2004; Eagles, 2002) e (vi) Uma combinação destes (Font et al., 2004).

As estruturas governamentais caracterizam-se pela imputação de fundos pelo governo do país. Toda a gestão das AP é tendencialmente assumida por uma instituição pública (e.g. No caso português pelo ICNF, I.P.). A presente estrutura é funcional enquanto o governo central providenciar fundos suficientes e considerar o desenvolvimento dos fenómenos de visita em AP como prioritário em relação a outros setores da sociedade. As estruturas paraestatais são utilizadas por alguns governos como modelo para a gestão das AP. Uma estrutura desta natureza pode ser financeiramente eficiente, com flexibilidade na gestão para estabelecer preços e políticas de turismo que vão de encontro às necessidades do mercado e dos visitantes. Tendencialmente, esta estrutura promove maior atenção sobre os visitantes, as suas características e necessidades. Alguns exemplos incluem *Parks Canada* e *Ontario Parks*, duas das maiores agências de gestão de AP (Canadá). Por outro lado, alguns países utilizam corporações não lucrativas/comunitárias para providenciar serviços de recreação e turismo. Tendencialmente estes grupos assumem-se como “grupos de amigos” que promovem serviços especializados, como as visitas guiadas, informação e gestão da recreação. Estes grupos têm as mesmas vantagens das paraestatais somando a possibilidade de mobilizar voluntários e solicitar doações. No entanto, esta aproximação é raramente adotada para uma AP na globalidade, provavelmente devido ao foco de competências de determinado grupo de voluntários e à sua falta

de conhecimento e experiência para gerir toda uma AP. Por último, encontramos entidades com fins lucrativos/setor privado. Estas promovem alguns produtos e serviços turísticos aos visitantes das AP. Isto é frequentemente verificado quando se trabalha à base de concessões, onde determinada companhia tem o monopólio, ou num mercado livre onde várias companhias competem pelo mercado do turismo.

Em forma de conclusão, Eagles (2002) defende que a aproximação governamental continua a ser uma das mais comuns e mais fortes em todo o mundo. No entanto, as agências paraestatais têm assumido o seu lugar, gerindo algumas das redes nacionais de AP mais famosas e desenvolvidas do planeta, nomeadamente no Canadá, Quênia, Tanzânia e África do Sul. Este movimento é estimulado pela elevada eficiência de gestão e financiamento que esta estrutura promove.

A realidade é que a especificidade de cada país, região, e consequentemente de cada AP, deverá determinar a melhor e mais eficaz estrutura a ser utilizada. Outros aspetos como os direitos de uso do território e a própria cultura das populações que vivem nas áreas protegidas (ou em zonas adjacentes) são fatores que deverão ser considerados (Aas et al., 2005; Li, 2006).

4.2. A gestão da visitação

As Áreas Protegidas (AP) proporcionam oportunidades que permitem aos seus visitantes experienciar os atributos espirituais, estéticos e físicos do meio natural. São estes atributos que tornam as AP únicas, constituindo-as como locais de significativo interesse público (Dearden & Rollins, 2009b). Este interesse leva a que os visitantes destas áreas despendam cada vez mais tempo e dinheiro com o objetivo de desfrutarem de experiências em contato com a natureza (Hornback & Eagles, 1999).

No entanto, e paradoxalmente, a principal ameaça à integridade ecológica é o uso humano (Dearden & Rollins, 2009b), sendo que o decorrente das práticas recreativas e turísticas desenvolvidas em AP durante a visitação é causador de impactos negativos e positivos a vários níveis. Por estas razões revela-se essencial a existência de processos de gestão associados à visitação em AP.

A importância dos estudos focados na visitação assenta em três fatores essenciais: (1) Os visitantes são os principais usufruidores das características e do potencial da AP em termos de recreação e turismo (IUCN, 2002); (2) Possuem opiniões e expectativas relativamente aos vários fatores influenciadores da sua experiência (Hornback & Eagles, 1999) e (3) são um dos principais causadores de impactos ambientais, sociais e económicos nas AP, sejam eles positivos ou negativos (Manning, 2007).

O desenvolvimento de processos de gestão adequados requerem informações acerca das interações entre os visitantes, entre estes e a gestão dos espaços que visitam e até com a própria natureza, sendo assim de particular importância conhecer a sua distribuição e comportamentos no espaço e no tempo (Cole & Daniel, 2003). De acordo com Hornback e Eagles (1999) é importante que os resultados dos variados estudos associados à visita sejam corretamente comunicados e utilizados a vários níveis da gestão da AP. Considerando o trabalho dos autores, apresentamos uma breve referência das principais temáticas de investigação, cujo campo de estudo incide sobre os visitantes. Os estudos mais comumente realizados são os seguintes: (i) Estudos de caracterização do visitante e da viagem/visita; (ii) Estudos de atividade económica; (iii) Estudos de satisfação: Avaliação da AP, recursos e serviços; (iv) Estudos de conflitos; (v) Estudos sobre atitudes/comportamentos ambientais, crenças e expectativas; (vi) Estudos sobre os valores públicos e necessidades dos visitantes; (vii) Estudos de utilização de recursos naturais e de perceção ambiental; (viii) Estudos de segmentação da visita (derivante do i.). Cole e Daniel (2003), de forma mais simplificada, assumem que a gestão da visita implica um conjunto de informações: i) acerca dos visitantes, ii) acerca das suas necessidades, iii) acerca dos impactos das suas visitas, iv) acerca da sua distribuição e movimentação no espaço.

A importância e a pertinência de se estudarem aqueles que visitam e participam nas AP, como base para a tomada de decisões ao nível da gestão, constitui uma perspetiva de gestão que se denomina “Gestão Baseada na Experiência” (GBE), designada por Manfredo et.al (1983). A GBE representa uma mudança de ênfase face à anterior “Gestão Baseada nas Atividades” (GBA), em termos de investigação e gestão. Em vez de se concentrar naquilo que as pessoas fazem aquando da recreação, a GBE procura compreender as relações entre o modo, o como, o porquê e onde as pessoas reciam. Apesar do conceito possuir mais de 30 anos, mantém-se atual, visto que o foco da GBE prende-se com o objetivo de proporcionar oportunidades recreativas que estejam de acordo com as experiências desejadas pelos visitantes, ao invés de proporcionar oportunidades para atividades específicas e pouco fundamentadas (Weber, 2004). A necessidade de adequar as experiências desejadas às oportunidades recreativas existentes, evidenciou a importância de se criarem processos de gestão cada vez mais adequados e fundamentados, para os quais têm contribuído uma vasta gama de *frameworks*, provenientes da literatura internacional. Estes processos de gestão foram apelidados de *Visitor Management Frameworks*, os quais, traduzidos na língua portuguesa, poderão ser denominados de Metodologias de Gestão da Visita (MGV).

Estes processos são valiosos no sentido em que proporcionam avanços conceituais e organizacionais que fornecem conhecimentos específicos de gestão e contribuem com *outputs* de grande utilidade na gestão da AP. Uma gestão eficaz do turismo e da recreação deve envolver considerações

científicas e empíricas e, no caso da complexa e multidisciplinar natureza das práticas recreativas ao ar livre, estas estruturas e processos podem vir a ser muito úteis (Brown, Koth, Kreag, & Weber, 2006).

Ao longo dos anos, observou-se o desenvolvimento de um número considerável de MGV. Estes incluem (nas suas denominações originais, respetivas siglas pelas quais são conhecidos e autores/trabalhos responsáveis pelo seu desenvolvimento): *Recreation Opportunity Spectrum* (ROS) (Clark & Stankey 1979); *Limits of Acceptable Change* (LAC); (Stankey et al 1985); *Carrying Capacity Assessment Process* (CC- AP) (Shelby & Heberlein 1986); *Visitor Impact Management* (VIM)(Graefe, Kuss & Vaske 1990); *Visitor Activities Management Process* (VAMP) (Parks Canada 1991); *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) (Hof & Lime 1997; Wilkinson, 1995; Manning, Graefe & McCool 1996); *Protected Area Visitor Impact Management* (PAVIM) (Farrel & Marion, 2002).

Outros modelos, que derivam dos agora referenciados, focaram-se especificamente na gestão do turismo em AP, sendo o caso: *Tourism Optimization Management Model* (TOMM) (Mandis Roberts Consultants, 1997); *Tourism Opportunity Spectrum* (TOS) (Butler & Waldbrook, 2003); *Ecotourism Opportunity Spectrum* (ECOS) (Boyd & Butler, 1996)

Cada uma das estruturas acima mencionadas fornece uma abordagem lógica e estruturada para a tomada de decisões na gestão. Na realidade, estes diferentes processos muitas vezes derivam uns dos outros e são constituídos por pontos comuns. Por esta razão não fazemos uma descrição detalhada de cada um destes e uma aproximação às suas características individuais, comparações, âmbitos de aplicação e efetividade, pode ser observada nos trabalhos de Nilsen e Tayler (1997), Brown et al. (2006) , Hof e Lime (1997) e Moore, Smith, e Newsome (2003).

Mediante uma análise realizada a cada um dos modelos, apresentamos de forma generalizada os passos comuns entre eles:

1. Identificar os objetivos da área protegida
2. Definir e descrever os objetivos da monitorização
3. Selecionar indicadores que prevejam as condições sociais e ecológicas/ambientais
4. Inventariar as condições sociais e de recursos
5. Especificar Standards para as condições ambientais e sociais
6. Identificar alternativas
7. Identificar ações de monitorização para cada alternativa
8. Avaliar e escolher a alternativa
9. Implementar ações e monitorização

i) *Ao desenvolvimento do processo está associada a participação ativa dos diversos agentes no território onde este é implementado.*

As presentes MGV têm permitido, ao longo do tempo, aperfeiçoar as técnicas de gestão mais adequadas para recolher e interpretar a informação e, conseqüentemente, tomar decisões de gestão cada vez mais efetivas, fundamentadas e adequadas à realidade.

Parece-nos, no entanto, que, em AP com pouca tradição na gestão da recreação e do turismo, uma implementação direta destas MGV é prematura. Contudo, muita informação pode deles ser retirada para o auxílio na determinação dos melhores processos a adotar. Além disso, julgamos que a compreensão teórica destas metodologias não é simples. Em muitos trabalhos analisados, demonstra-se difícil uma compreensão efetiva de todos os processos, fases e técnicas específicas inerentes a cada um. Baseados nas leituras de outros trabalhos de foro experimental, observamos que a aplicação destes processos e conseqüentes resultados implicam alguma cultura e conhecimento prévios dos próprios locais (AP) onde são desenvolvidos os estudos, ao nível da valorização e gestão das atividades recreativas.

4.3. Gestão da experiência recreativa: a gestão de atributos

O estudo da qualidade da experiência recreativa é assim o culminar das diferentes análises realizadas até ao momento, daí constituir-se, como apresentamos anteriormente, como um fator essencial no turismo sustentável em AP e, simultaneamente, como o culminar dos esforços de gestão da visitação. De acordo com os princípios da GBE, o foco nas experiências dos visitantes auxilia a gestão das AP a ir além de um nível superficial de atividades de administração (Brown et al., 2006). A promoção de experiências recreativas de qualidade, que assegurem ao mesmo tempo as boas condições ambientais e sociais dos espaços, é um dos grandes e mais importantes objetivos na gestão da recreação *outdoor*, sobretudo em AP (Lynn & Brown, 2003; S. F. McCool, 2006; White, Virden, & van Riper, 2008). Por outro lado, a qualidade da experiência recreativa e turística implica a adequabilidade e qualidade da oferta presente na AP, e a satisfação gerada desta adequação aquando da visita é determinante para o sucesso da AP enquanto local de lazer e turismo (S. F. McCool, 2006).

A experiência recreativa pode ser definida de diferentes formas. No entanto, a sua concetualização mais provável é a do seu entendimento como um fenómeno psicossocial, influenciado pelas expectativas que os visitantes carregam com eles, as normas e valores dos seus pares, e os atributos das AP encontrados durante uma visita (S. F. McCool, 2006). De acordo com Brown et al. (2006), a experiência corresponde àquilo que os visitantes procuram ao escolher visitar determinado destino, seja com o objetivo de nadar numa praia paradisíaca, descer um rio tropical, o desafio pessoal de

uma caminhada ou as emoções ligadas à visita de um determinado artefacto histórico ou cultural. Neste caso, a gestão desta mesma experiência é alcançada quando se conectam as expectativas e as experiências reais dos visitantes, a compreensão dos seus interesses e desejos e a apropriação de infraestruturas, de acordo com as suas reais necessidades e interesses (S. F. McCool, 2006).

De uma forma simplificada, a qualidade da experiência deriva da consonância entre dois aspetos essenciais: As expectativas do visitante com as condições encontradas no espaço destinado à satisfação dessas expectativas. Desta visão aparentemente simplista, derivam dois importantes conceitos: Configurações e Atributos. O conceito de “Configuração” pode ser entendido como os locais com valor recreativo, que sofrem a administração dos gestores das AP, e onde os impactos (a vários níveis) ocorrem. Neste sentido, um trilho pedestre ou um miradouro, sendo espaços recreativos reconhecidos e administrados (entenda-se o conceito de administração como a criação e o reconhecimento formal de um determinado recurso com valor recreativo, que pode em função das decisões de gestão de uma AP, ser sujeito a intervenção, como por exemplo a limpeza ou a sinalização), podem ser considerados “configurações”. Assim, a procura por determinadas atividades é melhor compreendida como a procura pela participação em atividades específicas dentro de uma configuração específica, por exemplo uma caminhada (atividade) num lugar remoto e longe da civilização (configuração). O conceito de “Atributos” (*Attributes*) deriva do anterior. Clark e Stankey (1979), ao definirem o conceito de configuração, determinaram-na como a combinação de diferentes atributos de um determinado local, que são procurados pelos visitantes e que consequentemente lhe dão valor recreativo. As configurações são compostas por três tipos de atributos: (1) biofísico, definido como a quantidade de mudança visível no ambiente natural, (2) de gestão, definido como a presença e a natureza das regras e regulamentos que prescrevem o comportamento do visitante, e a visibilidade ou presença de pessoal e (3) social, que inclui o tipo, quantidade, frequência e local de encontros com outros visitantes. Finalmente, as características específicas de configuração, tais como o património natural ou cultural, fornecem também um valor inerente que atrai os visitantes. Neste contexto, Lynn e Brown (2003) defendem que a experiência é muito subjetiva e abstrata e reforçam, referindo que as experiências recreativas num espaço natural são afetadas pelos diferentes atributos da configuração. Manfredo, Driver, e Brown (1983) e McCool (2006), defendem que apenas através da gestão integrada dos atributos físicos, sociais e de gestão, os gestores podem proporcionar um leque de oportunidades de recreação construídos para satisfazer a diversidade de motivações do visitante e contribuir para uma experiência de qualidade. Podemos assim compreender que as diferentes condições sociais, ambientais e de gestão referidas não são mais do que atributos que constituem a configuração recreativa.

São várias as teorias que regem este paradigma de gestão e partem sobretudo da denominada *Recreation Demand Hierarchy*, proposta de Driver e Brown (1978) (cit in. McCool, 2006), desenvolvida para descrever os vários níveis de conceção da experiência e as suas ligações. Não é nosso objetivo aprofundar esta temática, visto que, a um nível mais profundo, a teoria baseia-se em fenómenos psicossociais que extravasam o tema deste trabalho de investigação. É apenas pertinente referir que diversas adaptações e especificações, em função dos três atributos referidos desta mesma teoria, foram realizadas por diversos autores (Dorwart, Moore, & Leung, 2010; S. F. McCool, 2006; Needham & Rollins, 2009; Schreyer, Knopf, & Williams, 1984).

Como referido anteriormente, a qualidade da experiência recreativa advém da relação entre expectativas e condições encontradas na configuração, resultando numa avaliação da experiência. Neste caso, os atributos/condições podem ser sociais (quando associadas aos conflitos ou *crowding*), de gestão (quando associados à aceitação de determinadas medidas, diretas ou indiretas afetas aos locais) ou ambientais (associadas à qualidade ambiental dos locais frequentados).

O tutorial desenvolvido neste ponto sugere que os gestores de AP são confrontados com uma série de perguntas: Como deve ser administrada a recreação e o turismo em AP para prever experiências adequadas? Como se decide acerca do que é apropriado? Quem decide? Como garantir que a gestão de experiências não conduz a impactos inaceitáveis sobre o património natural e cultural da região? Como conciliar objetivos e experiências conflitantes?

Embora coloquemos algumas questões, também nos é possível assumir algumas posições:

1) As experiências da visitação em AP são multidimensionais; 2) A adequação dos atributos das diferentes configurações às expectativas dos visitantes é essencial para a qualidade da experiência. No entanto, esta relação é probabilística e nunca determinista; 3) As experiências são subjetivas e até certo ponto imprevisíveis, no entanto deverão sempre ser consideradas e utilizadas no apoio à tomada de decisão; 4) É determinante o acompanhamento das experiências dos visitantes para aferir (em parte) os resultados das relações causa-efeito (entre atributos e dimensões da experiência). Para isto, a seleção de indicadores adequados para a monitorização é essencial para a gestão de situações específicas.

É o estudo destas informações que permite aferir as diversas condições sociais, ambientais e de gestão existentes numa AP e que são decorrentes das atividades recreativas e turísticas. A sua compreensão justifica-se no panorama atual da gestão da recreação e do turismo nas AP, no sentido em que a premissa fundamental da gestão contemporânea de visitantes é a de que as experiências de qualidade são a melhor garantia de satisfação, que esta origina benefícios e que estes, a longo

prazo, podem ultrapassar o indivíduo, sendo muito importantes para o desenvolvimento das AP enquanto locais de recreação e turismo.

Considerando o contributo dos referidos MGV, em consonância com a gestão dos diferentes atributos que constituem as configurações recreativas, apresentamos um novo modelo de compreensão da temática (figura 10) que representa os fundamentos da gestão contemporânea de visitantes em AP.

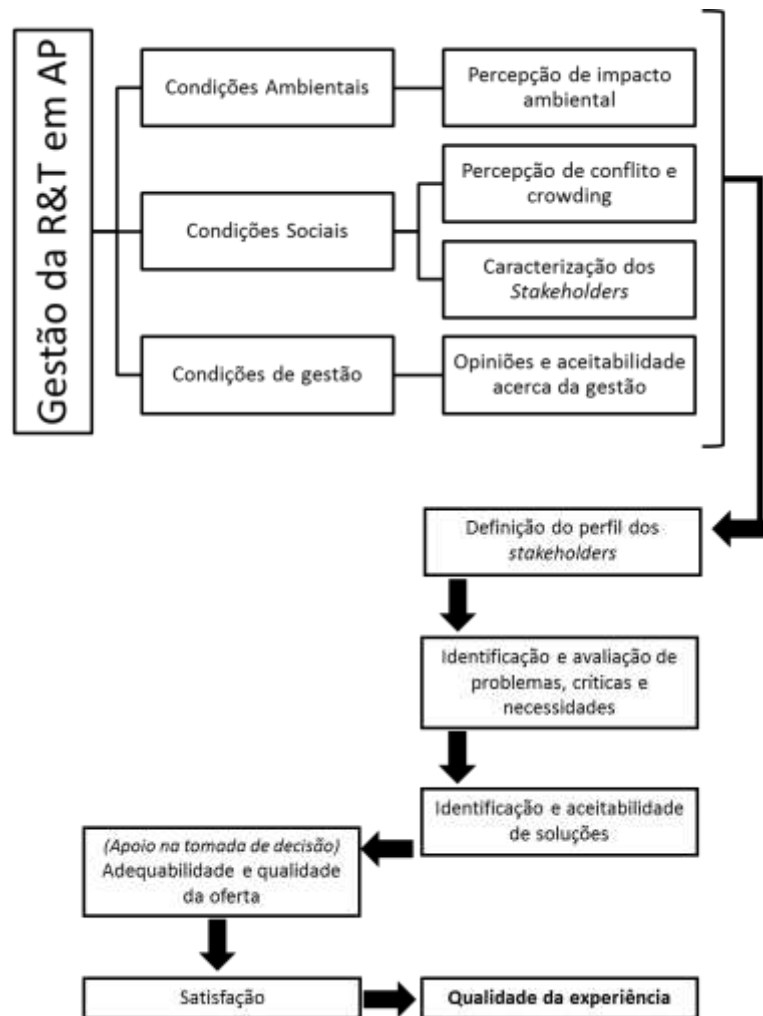


Figura 10. Gestão contemporânea da visitação em AP

O modelo representa os fundamentos da gestão da recreação e do turismo em AP, baseada na gestão por atributos, nomeadamente ambientais, sociais e de gestão. Estes atributos são constituídos por uma gama variada de elementos, representados pelas caixas de texto derivantes de cada um dos atributos (e.g. percepção de impacto ambiental; caracterização de *stakeholders*). De acordo com as perspetivas dos diferentes *stakeholders*, a recolha de dados relativos a cada um destes elementos dos atributos permite a obtenção de informação relativa à caracterização dos

stakeholders (ou seja, os visitantes, os promotores, a população local e outros decisores), a identificação e avaliação de problemas, críticas e necessidades e, conseqüentemente, uma identificação e avaliação de possíveis soluções para esses mesmos problemas. A seta direcionada para a esquerda representa os resultados da análise e compreensão destes dados, fundamentais para a tomada de decisões fundamentadas por parte da gestão da AP e, conseqüentemente, o contributo desta abordagem para a adequabilidade e qualidade da oferta recreativa na AP. De acordo com os princípios teóricos de conceção da experiência, a correspondência entre as expectativas dos visitantes e a qualidade das configurações recreativas gera níveis de satisfação que, por sua vez, promovem a formulação de uma experiência recreativa de qualidade.

Este resultado, se atingido, é fundamental para o alcance de benefícios pessoais (para os visitantes) que em consequência potenciam o retorno ou o aconselhamento a outros de determinada AP para atividades recreativas. Ao mesmo tempo, a fundamentação que caracteriza a tomada de decisão deverá contribuir para o alcance dos benefícios anteriormente identificados no que ao desenvolvimento sustentável diz respeito.

Assim, os atributos das diferentes configurações recreativas revelam muita importância neste processo. Verifica-se na investigação internacional, um vasto conjunto de literatura focada nos atributos ambientais (em especial ao nível da perceção de impacto ambiental), atributos sociais (ao nível da perceção de conflito e *crowding*) e ao nível da gestão (aceitabilidade de medidas de gestão afetas a locais de visitação). Os dados recolhidos, são, quase na sua totalidade, provenientes dos visitantes das AP.

5. Considerações finais

Face ao exposto durante o presente capítulo, cabe-nos salientar algumas considerações fundamentais para uma compreensão geral da temática desenvolvida:

1) A história da conservação de espaços naturais pode remontar há séculos, sendo que a primeira referência formal à criação de AP é datada de 1872, com a criação do *Yellowstone National Park* nos EUA; 2) Dois aspetos que envolvem a história das AP são verificados continuamente desde a sua origem (conscientes das oscilações e condicionantes existentes ao longo dos tempos) até à atualidade, refletindo-se nas suas categorias e objetivos atuais: a) a visitação e a fruição pública das AP são desde o início referenciadas. Este facto revela a importância cultural que estes espaços assumiram, transcendendo o “tradicional” objetivo de conservação da natureza e da biodiversidade. Hoje em dia, a génese das AP a nível internacional está relativamente estandardizada e objetivos como a recreação, o turismo a educação ou a cultura estão bem presentes na génese destes

espaços; b) as populações locais, e as relações mais ou menos pacíficas que se foram verificando ao longo dos tempos, evoluíram de uma perspetiva inicialmente caracterizada pela marginalização, para uma perspetiva cada vez mais participativa. Desta forma, as necessidades das populações locais e adjacentes ao espaço protegido, assim como os seus pontos de vista e uma ênfase especial nos recursos culturais, são alguns dos pilares essenciais do desenvolvimento sustentável e um paradigma inegável da gestão atual destas áreas; 3) Os modelos de gestão evoluíram ao longo da história em função de diferentes ideais ou filosofias, que, de uma forma geral, podem ser caracterizados por visões antropocêntricas ou ecocêntricas; 4) As políticas ambientais globais, sobretudo a partir da década de 70, e da responsabilidade de alguns eventos e publicações à escala mundial, marcam o início de um novo paradigma: A sustentabilidade; 5) A sustentabilidade é um conceito alvo de crítica sobretudo pela facilmente questionada operacionalização. No entanto, defende-se na sua conceção a consideração de três dimensões essenciais: O ambiente, a sociedade e a economia. Este paradigma é igualmente caracterizado pela participação pública; 6) Diferentes posições de sustentabilidade também variam em função do peso de determinadas orientações filosóficas ou políticas, sendo o aspeto mais notório o balanço entre o predomínio de valores ecológicos ou económicos; 7) O turismo, como qualquer outra indústria, aliou-se às políticas de desenvolvimento sustentável, sob o conceito de “turismo sustentável” e, de igual forma, foi regido por diferentes ideais filosóficos, afetados pelos mesmos fatores já referenciados; 8) Uma importante questão que se coloca prende-se com a “natureza” desta sustentabilidade turística. Neste campo, um aspeto foi ressaltado: a sustentabilidade do turismo deve ser implementada para satisfazer as necessidades das pessoas, ao invés das necessidades da indústria, mesmo tendo em conta que os “recursos comuns” poderão ser os mesmos; 9) Associada ao conceito de turismo sustentável é evidenciada uma “nova” dimensão que se prende com a importância da experiência dos visitantes, já que estes são a base da economia turística; 10) O exponencial crescimento do denominado “fenómeno da visitação” nas AP faz com que estes espaços assumam também as bases do desenvolvimento sustentável nos seus modelos. Os benefícios gerados pelas atividades recreativas e turísticas decorrentes da visita o são evidentes nestas áreas, mas, dada a sua especificidade, podem ser divididos em subdimensões dentro de cada um dos pilares do turismo sustentável; 11) A considera o da “Experiência turística” nos modelos de gestão da visita o é a base das atuais técnicas e fundamentos de gestão da recrea o e do turismo em AP, e congratulam-se na denominada Gestão Baseada na Experiência (GBE), caracterizada pela considera o dos atributos (ambientais, sociais e de gestão) que constituem as configura es recreativas; 12) A considera o de informa o acerca destes atributos é a base de uma gestão consciente, fundamentada e encaminhada no sentido da sustentabilidade. São diversos os métodos e resultados que adv m do estudo destes atributos. Estes são essencialmente focados nos visitantes

das áreas protegidas, existindo uma aparente carência de estudos focados noutros *stakeholders*, nomeadamente os promotores de atividades.

6. Conclusão

Enunciamos o objetivo que orientou este capítulo de revisão de literatura:

Obj.Esp.1: Compreender a estrutura de base das AP a nível internacional e os fundamentos da gestão da recreação e do turismo que acontecem nestes espaços;

Face a este, conclui-se que:

A gestão contemporânea da recreação e do turismo em AP segue os princípios do desenvolvimento sustentável, influenciada sobretudo pelos modelos derivados da economia do turismo. A sustentabilidade dos recursos comuns deve ser garantida, sendo que a sustentabilidade de uma economia como a visitação só faz sentido se for garantida a sustentabilidade social e económica daqueles que residem no espaço e a salvaguarda dos recursos naturais e culturais;

A gestão baseada em atributos constitui a especificação desta orientação e defende que, sendo os visitantes o motor da economia da recreação e do turismo nas AP, as suas experiências são afetadas pela não correspondência entre as suas expectativas e as condições dos atributos encontrados nas diferentes configurações recreativas que utilizam;

A participação ativa de *stakeholders* nas diferentes fases da gestão da recreação e do turismo em AP é um dado imprescindível nos paradigmas atuais de gestão, desde a identificação de problemas e necessidades, passando pela aceitação de técnicas e métodos de gestão, até à providência de possíveis soluções. A obtenção destas informações é fundamental para uma gestão responsável e devidamente fundamentada. Aqui, as ciências sociais assumem um papel preponderante e devem ser complementares às tradicionais ciências ecológicas;

Não é sensata uma replicação não fundamentada de outros modelos ou processos de gestão já existentes num determinado espaço, já que fatores políticos, sociais, económicos e culturais exercem grande influência sobre a sua adaptabilidade.

7. Implicações no desenvolvimento metodológico da investigação

As informações obtidas das diferentes temáticas em estudo neste capítulo permitiram adotar um conjunto de decisões que influenciaram o desenvolvimento metodológico da fase *meso* do modelo de análise, nomeadamente:

1) A perspetiva de análise holística e evolutiva utilizada neste capítulo revela-se adequada, o que sugere a sua replicação para o caso português; 2) Dado que o modelo de análise decorre no sentido

da especificação do estudo de caso, a fase *meso* deverá ser sujeita a uma análise igualmente específica, dado que o enquadramento internacional já está realizado; 3) Sendo que a adaptabilidade de determinado modelo, ou processo de gestão a uma nova realidade, depende de um conjunto de fatores, é necessário que na fase *meso* se proceda à compreensão da realidade do contexto português; 4) A profundidade da informação que se pretende obter e a necessidade da sua aproximação à realidade do contexto português implicam a recolha de dados empíricos; 5) Dado que os governos são a base de criação e financiamento das AP a nível mundial, e que a mesma realidade é verificada em Portugal, esta recolha de dados empíricos deverá ser realizada junto das entidades governamentais com responsabilidades nos setores em estudo.

8. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Baldin, E., Deadman, P., & Eagles, P. (2003). *Visitor Statistics for Conservation Authorities in Ontario: Current Status and Methods*. University of Waterloo, Waterloo, Ontario, Canada.
- Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U., & Simpson, M. (2007). Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective. *Living Reviews in Landscape Research*, 1(2).
- Bernbaum, E. (2000). The cultural and spiritual significance of mountains as a basis for the development of interpretive and educational materials at national parks. *PARKS*, 10(2), 30-34.
- Borrini-Feyerabend, G. (2002). Indigenous and local communities and protected areas: rethinking the relationship. *PARKS*, 12(12), 5-15.
- Briassoulis, H. (2002). Sustainable Tourism and the Question of the Commons *Annals of Tourism Research*, 29(4), 1065-1085.
- Brown, G., Koth, B., Kreag, G., & Weber, D. (2006). *Managing Australia's Protected Areas: a review of visitor management models, frameworks and processes*. Australia: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd.
- Bushell, R., & Eagles, P. (2007). *Tourism and Protected Areas: Benefits Beyond Boundaries*. United Kingdom: CAB International.
- Ceballos-Lascuráin, H. (1996). *Tourism, ecotourism and protected areas: The state of nature-based tourism around the world and guidelines for its development*. UK: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge.
- Chandran, M., & Hughes, J. (2000). Sacred Groves and Conservation: The Comparative History of Traditional Reserves in the Mediterranean Area and in South India. *Environment and History* 6(2), 169-186.
- Clark, R., & Stankey, G. (1979). *The recreation opportunity spectrum: A framework for planning, management and research*. Portland,OR: USDA Forest Service.
- Clarke, J. (1997). A Framework of Approaches to Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 5, 224-233.
- Cole, D., & Daniel, T. (2003). The science of visitor management in parks and protected areas: from verbal reports to simulation models. *Journal for Nature Conservation* 11, 267-277.
- Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*: McGraw-Hill.
- Dearden, P., & Rollins, R. (2009a). Parks and Protected Areas in Canada. In R. R. P.Dearden (Ed.), *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (3rd ed., pp. 2-23). Canada: Oxford University Press.
- Dearden, P., & Rollins, R. (2009b). *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (3rd ed.). Canada: Oxford University Press.
- Dorwart, C., Moore, R., & Leung, Y. (2010). Visitors' Perceptions of a Trail Environment and Effects on Experiences: A Model for Nature-Based Recreation Experiences. *Leisure Sciences*, 32(1), 33-54. doi: 10.1080/01490400903430863
- Eagles, P. (2002). Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management1. *Journal of Sustainable Tourism* 10(2), 132-153. doi: 10.1080/09669580208667158

- Eagles, P., Bowman, M., & Tao, C.-H. (2001). *Guidelines for Tourism in Parks and Protected Areas of East Asia*. UK: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge.
- Eagles, P., Mclean, D., & Stabler, M. (2000). Estimating the Tourism Volume and Value in Parks and Protected Areas in Canada and the USA. *The George Wright Forum* 17(3), 62-82.
- ECEAT. (2012). *Practical, profitable, protected: A starter guide to developing sustainable tourism in protected areas*. Letónia: ECEAT & EUROPARC.
- Font, X., Cochrane, J., & Tapper, R. (2004). *Tourism for protected area financing: understanding tourism revenues for effective management plans*. Leeds, UK: Leeds Metropolitan University.
- Hamilton, L. (2000). Some guidelines for managing mountain protected areas having spiritual or cultural significance. *PARKS*, 10(2), 26-29.
- Hardin, G. (1968). The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- Hof, M., & Lime, D. (1997, May 20-22). *Visitor Experience and Resource Protection Framework in the National Parks System: Rationale, Current Status, and Future Direction*. Paper presented at the Limits of acceptable change and related planning processes: progress and future directions, Missoula, MT.
- Holdgate, M. (1999). *The Green Web - A Union for World Conservation*. London, UK: Earthscan.
- Hornback, K. E., & Eagles, P. (1999). *Guidelines for Public Use Measurement and Reporting at Parks and Protected areas* (1st ed.). Australia: IUCN, Gland, Switzerland, and Cambridge, UK; Parks Canada; Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism of Australia.
- Hunter, C. (2002). Aspects of the sustainable tourism debate from a natural resources perspective. In R. Harris, T. Griffin & P. Williams (Eds.), *Sustainable Tourism: A global perspective* (pp. 3-23). Oxford, UK: Elsevier Ltd.
- IUCN. (1998). *Economic Values of Protected Areas: Guidelines for Protected Area Managers*. UK: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge.
- IUCN. (2000). *Financing Protected Areas: Guidelines for Protected Area Managers*. UK: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge.
- IUCN. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planning and Management*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: World Tourism Organization.
- IUCN. (2012). www.iucn.org Retrieved 12 Janeiro, 2012
- Kalamandeen, M., & Gillson, L. (2007). Demything "wilderness": implications for protected area designation and management. *Biodiversity Conservation*, 16, 165-182. doi: 10.1007/s10531-006-9122-x
- Kelleher, G. (1999). *Guidelines for Marine Protected Areas*. UK: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge.
- Kyle, G., Graefe, A., Manning, R., & Bacon, J. (2004). Effects of place attachment on users' perceptions of social and environmental conditions in a natural setting. *Journal of Environmental Psychology*, 24, 213-225. doi: 10.1016/j.jenvp.2003.12.2006
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Lynn, N., & Brown, R. (2003). Effects of recreational use impacts on hiking experiences in natural areas. *Landscape and Urban Planning*, 63(1-2), 77-87. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0169-2046\(02\)00202-5](http://dx.doi.org/10.1016/S0169-2046(02)00202-5)
- Manfredo, M., Driver, B., & Brown, P. (1983). A test of concepts inherent in experience based setting management for outdoor recreation areas. *Journal of Leisure Research* 15(3), 263-283.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Matias, A. (2007). *Economia do Turismo: Teórica e Prática*. Lisboa: Instituto Piaget.
- McCool, S. F. (2006). Managing for visitor experiences in protected areas: promising opportunities and fundamental challenges. *PARKS*, 16(2), 3-9.
- McKercher, B. (2003). *Sustainable Tourism Development - Guiding Principles for Planning and Management* Paper presented at the National Seminar on Sustainable tourism Development, Bishkek, Kyrgystan.
- Moore, S., Smith, A., & Newsome, D. (2003). Environmental Performance Reporting for Natural Area Tourism: Contribution by Visitor Impact Management Frameworks and Their Indicators. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(4), 348-375. doi: 0966-9582/03/04 0348-28
- Needham, M., & Rollins, R. (2009). Social Science, Conservation and Protected Areas Theory. In P. Dearden & R. Rollins (Eds.), *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (3rd ed., pp. 135-168). Canada: Oxford University Press.
- Nilsen, P., & Tayler, G. (1997, May 20-22). *A comparative analysis of protected area planning and management frameworks*. Paper presented at the Limits of acceptable change and related planning processes: progress and future directions, Missoula, MT.

- Pimbert, M., & Pretty, J. (1995). Parks, People and Professionals: Putting 'Participation' into Protected Area Management (pp. 65). Geneva: United Nations Research Institute for Social Development
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Pröbstl, U., Wirth, V., Elands, B., & Bell, S. (2010). Introduction. In U. Pröbstl, V. Wirth, B. Elands & S. Bell (Eds.), *Management of Recreation and Nature Based Tourism in European Forests* (pp. 1-9). Berlin: Springer.
- Reid, D., Mair, H., & George, W. (2004). Community Tourism Planning: A self-Assessment Instrument. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 623-639. doi: 10.1016/j.annals.2004.01.2007
- Rollins, R., Eagles, P., & Dearden, P. (2009). Tourism, Ecotourism and Protected Areas. In P. Dearden & R. Rollins (Eds.), *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (3rd ed., pp. 314-341). Canada: Oxford University Press.
- Ryan, C. (2002). Equity, management, power sharing and sustainability - issues of the 'new tourism'. *Tourism Management*, 23, 17-26.
- Saarinén, J. (2006). Traditions of Sustainability in Tourism Studies *Annals of Tourism Research*, 33(4), 1121-1140.
- Schreyer, R., Knopf, R., & Williams, D. (1984, Março 22-23). *Reconceptualizing the motive/environment link in recreation choice behaviour*. Paper presented at the Symposium on Recreation Choice Behaviour, Missoula, Montana.
- Selin, S. (1999). Developing a Typology of Sustainable Tourism Partnerships. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3-4), 260-273. doi: 10.1080/09669589908667339
- Sharpley, R. (2000). Tourism and sustainable development: exploring the theoretical divide. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(1), 1-19.
- Soromenho-Marques, V. (1998a). A causa Ambiental: Para uma Visão de Conjunto *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente* (pp. 23-69). Mem Martins: Europa-América.
- Soromenho-Marques, V. (1998b). O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente *Crise do Ambiente e Política Internacional* (pp. 185-212). Mem Martins: Europa-América.
- Stringer, L., Dougill, A., Fraser, E., Hubacek, K., Prell, C., & Reed, M. (2006). Unpacking "Participation" in the Adaptive Management of Social-ecological Systems: a Critical Review. *Ecology and Society*, 11(2), 39.
- UNEP-WCMC. (2013). www.unep-wcmc.org, 2013
- UNTWO. (2005). *Making Tourism more Sustainable - A guide for policy makers*. Paris and Madrid: UNEP and UNWTO.
- Walpole, M., & Goodwin, H. (2001). Local attitudes towards conservation and tourism around Komodo National Park, Indonesia. *Environmental Conservation*, 28(2), 160-166.
- WCED. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future (pp. 247): United Nations.
- Weber, D. (2004). Understanding visitor preferences at Table Rock and Sesquicentennial state parks. Columbia, SC: South Carolina Department of Parks, Recreation and Tourism.
- White, D., Virden, R., & van Riper, C. (2008). Effects of Place Identity, Place Dependence, and Experience-Use History on Perceptions of Recreation Impacts in a Natural Setting. *Environmental Management*, 42(4), 647-657. doi: 10.1007/s00267-008-9143-1
- Wray, M. (2011). Adopting and implementing a transactive approach to sustainable tourism planning: translating theory into practice. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 605-627. doi: 10.1080/09669582.2011.566928
- Xu, J., Lü, Y., Chen, L., & Liu, Y. (2009). Contribution of tourism development to protected area management: local stakeholder perspectives. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 16(1), 30-36. doi: 10.1080/13504500902757189

Capítulo 2. Concetualização da recreação, turismo e desporto de natureza

1. Introdução

Os locais associados às práticas recreativas e turísticas em contato a natureza têm, desde sempre, incluído florestas, a costa, lagos e rios, montanhas e outras paisagens espetaculares. Nos dias de hoje, apresentam-se muitas vezes munidas de um estatuto de proteção e frequentemente designadas de “áreas protegidas”. No capítulo anterior refletimos sobre este assunto e apercebemo-nos de que a criação destes espaços contribuiu para a valorização dos territórios caracterizados por valores naturais de exceção e pela ruralidade, onde um conjunto de atividades de cariz cultural, contemplativo e ativo, encontram um palco para usufruto sem antecedentes. Assim, a recreação e o turismo assumem a sua posição enquanto manifestações sociais das práticas de lazer nas AP e processos, modelos e outras ferramentas de gestão são criadas e desenvolvidas para fazer face às necessidades relacionadas com o desenvolvimento sustentável, seja numa perspetiva de prevenção das consequências negativas destas atividades, seja numa perspetiva de potenciação dos seus benefícios.

Se no capítulo anterior nos preocupamos (entre outros) em delimitar o campo de atuação da recreação e do turismo em AP, no presente cabe-nos uma tentativa de delimitar e justificar a pertinência das práticas de Desporto de Natureza (DN) dentro dos dois âmbitos referidos e, especificamente, nas AP.

Em termos globais, a procura das AP para a prática de atividades recreativas e turísticas tem vindo a aumentar (Eagles, 2002; Eagles et al., 2000; Pröbstl, 2010), atraindo simultaneamente um número cada vez maior de adeptos com novas tendências e novos segmentos de mercado turístico, bem como novas formas de encarar o tempo de lazer numa busca incessante pelo meio natural. A valorizar este aumento da procura, verifica-se também na literatura o reconhecimento, a vários níveis, dos benefícios originados por estas atividades, quer para o visitante/turista, quer para os territórios recetores (Dougill et al., 2006; Khadka & Nepal, 2010; Xu et al., 2009).

Dentro do vasto leque de atividades recreativas e produtos turísticos, verifica-se uma tendência em clara expansão em todo o mundo: as práticas desportivas em contato com a natureza (Marinho, 2008; Pröbstl, 2010), em Portugal denominadas pela legislação de “Desporto de Natureza”. Estas, cujo surgimento remete para as sociedades industriais e o aparecimento do tempo livre, evoluíram de uma tendência inicial de “escape” à vida controlada e urbanizada, para um conjunto de práticas regularizadas e comercializáveis, mas que em nada perderam o seu sentido essencialmente

hedonista. Alterações constantes na sociedade, entre estas, o reconhecimento das vantagens individuais do contato com o meio natural, abrem a possibilidade de estas atividades serem cada vez mais valorizadas nos espaços protegidos, contribuindo, dentro da vasta oferta de produtos recreativos e turísticos, para o desenvolvimento socioeconómico das populações que nelas residem.

No entanto, a literatura internacional, claramente vasta neste âmbito, tem focado de forma muito generalizada as atividades de “recreação e turismo em áreas protegidas”, relevando, no nosso entender, a necessidade de se reconhecerem determinadas atividades que, pelas suas características tão específicas, como é o caso das atividades desportivas, podem criar dinâmicas vantajosas a vários níveis.

Assim, e mantendo a característica holística de compreensão dos diferentes fenómenos que temos vindo a desenvolver, o objetivo específico deste capítulo, em consonância com o enquadramento epistemológico e metodológico apresentado anteriormente, é:

Obj.Esp.2 (Parcial): Compreender e justificar a pertinência das atividades desportivas enquanto manifestações de práticas recreativas e turísticas nas AP;

É importante realçar que se procura manter a coerência com o carácter longitudinal que caracteriza esta investigação, fazendo emergir as bases e os fundamentos necessários para o desenvolvimento metodológico do trabalho de investigação na sua generalidade.

Inicialmente, procedemos a uma tentativa de separar e especificar os conceitos de recreação e turismo. Esta deve-se a dois fatores distintos: i) a aparente confusão que se cria ao analisar a literatura na temática, que não distingue claramente os dois conceitos, sobretudo quando se trata de análises empíricas; ii) à necessidade de especificar os conceitos nos seus diferentes segmentos, no sentido de práticas mais ativas, que despertem a pertinência do desporto de natureza enquanto produto ou manifestação destas práticas.

No ponto seguinte, procedemos de igual forma para o desporto de natureza. No entanto, dado ser tema central deste trabalho, aprofundamos a sua compreensão, concetualização, referências atuais de desenvolvimento e algumas perspetivas para o futuro.

Finalmente, à imagem da estrutura adotada no capítulo 1, evidenciam-se as considerações finais, conclusões e os apontamentos mais importantes para o desenvolvimento metodológico da investigação.

2. Atividades recreativas e turísticas: Limites entre conceitos

É importante a consciencialização de que as atividades recreativas e turísticas são extremamente variadas, sendo até difícil na literatura, e no caso do desenvolvimento destas em AP, encontrar a

fronteira concetual entre aquilo que são as atividades desportivas, as atividades turísticas ou as atividades de pura recreação e lazer. Moore, Cushman e Simmons (1995), referindo-se numa revisão de literatura associada à compreensão dos conceitos de lazer e turismo, e à sua possível concetualização individual, concluem que, para alcançar esse feito, *“The research task would obviously be immense, but it should produce understandings that avoid unnecessary fragmentation and allow for both the conceptual similarities and differences between the phenomena of leisure and tourism to be explored in a concerted and coherent manner”*. A citação revela uma tarefa provavelmente difícil, mas possível e pertinente.

Num campo de ação internacional, a gestão das atividades recreativas e turísticas em AP assume uma posição bastante considerável nos âmbitos profissional e científico. As designações *“Recreation and Tourism Management in Protected Areas”*, *“Leisure and Recreation Tourism Planning in Protected Areas”* ou *“Outdoor Recreation and Nature Tourism in Protected Areas”*, são frequentemente verificadas em trabalhos científicos, departamentos de instituições que operam em AP e até na designação de cursos superiores de 1º, 2º e 3º ciclo de várias Universidades. A realidade é que, independentemente da designação, os âmbitos de estudo e de aplicação são semelhantes. Mediante este facto, complementado com diversas leituras nesta área de intervenção, denotamos a existência de alguma discrepância entre a terminologia utilizada internacionalmente e até com aquela que está determinada no nosso país pela legislação.

A dificuldade em encontrar consenso na definição dos conceitos de turismo (e suas vertentes), de lazer e de recreação, foi já denotada por uma série de autores (Baud-Bovy & Lawson, 1998; Hudson, 2003; K. Moore et al., 1995; Rollins et al., 2009; Turco, Riley, & Swart, 2002; Veal, 1992; Weed & Bull, 2004). Neste caso, e de forma a estabelecer a nossa posição neste âmbito, apresentamos algumas considerações referentes à terminologia utilizada, numa tentativa de subdividir os conceitos nas suas diferentes vertentes ou segmentos.

2.1. Recreação e Lazer

Os conceitos de lazer e de recreação têm sido sujeitos a um considerável debate e investigação durante os últimos 50 anos (Dillard & Bates, 2011). Estes autores, recorrendo ao uso de análise fatorial, face a um conjunto de itens relacionados com a motivação para o lazer e recreação, não se atrevem a diferenciar claramente as terminologias, utilizando frequentemente o termo *“Leisure/Recreation”* para explicar o fenómeno em estudo. Defendem até que, embora a investigação adicional seja certamente necessária, uma teoria unificada de lazer e de recreação pode ser possível. Isto é reflexo da grande dificuldade que se verifica aquando a distinção destas terminologias e da discussão que ainda permanece no campo científico (Tribe, 2011; Veal, 1992). No

entanto, a perspectiva dominante é a de que, embora de forma ténue, estes dois conceitos estão separados um do outro (Hurd & Anderson, 2011; Torkildsen, 1999; Tribe, 2011; Veal, 1992) e é nessa perspectiva que os descrevemos seguidamente.

O Lazer

As bases do conceito de lazer são-nos apresentadas por Dumezadier (1960), famoso sociólogo francês. Este entende-o como o vasto número de ocupações a que o indivíduo se pode entregar de livre vontade para descansar, se divertir, para aumentar o seu conhecimento, melhorar as suas habilidades ou para aumentar a sua participação voluntária na vida da comunidade depois de se livrar das suas obrigações familiares, profissionais ou outros deveres sociais. Neste âmbito, o lazer vai desde a simples leitura de um livro a um piquenique com a família. O mesmo autor (Dumezadier, 1979) encara o lazer sob determinados pontos de vista: i) numa perspectiva liberatória (implica liberdade de escolha); ii) numa perspectiva desinteressada (não tem de existir um interesse específico); iii) numa perspectiva hedonista (busca pelo prazer e satisfação pessoal); iv) numa perspectiva pessoal (diz respeito às necessidades do indivíduo).

Outros pontos de vista atribuem um carácter mais social ao lazer, partindo do princípio de que este pode ser entendido como um processo de criação de laços sociais, diferente, porém, de outros contextos ditos “obrigatórios” como a escola ou o trabalho. Neste caso, as relações constroem-se de forma não programada (como por exemplo nas relações profissionais), mais espontânea e livre. Também representa um carácter simbólico no sentido em que, no lazer, são permitidas sensações ou formas de estar que o mundo “real” não aceita facilmente (Gebara, 2000). Assume-se deste modo o carácter liberto, espontâneo e desinteressado de lazer.

Hurd e Anderson (2011) estão em desacordo com uma definição estandardizada de lazer, jogo ou recreação. Neste seguimento, os autores sugerem uma visão relativamente mais concreta das definições de lazer e referem que, mesmo perante o debate que ainda hoje persiste na definição do conceito, existe um consenso geral de que o lazer pode ser considerado de três formas distintas: i) o lazer como tempo; ii) o lazer como atividade e o iii) lazer como um estado de espírito. No primeiro caso (como tempo), o lazer apresenta-se como um tempo livre fora de obrigações, ou, em alguns casos, sob a forma de um uso construtivo do tempo, conectando-se assim a referências anteriores relacionadas com a construção pessoal do indivíduo. Esta visão também é partilhada por Tribe (2011), sendo até a única definição apresentada pelo autor. Em segundo, Hurd e Anderson apresentam o lazer como atividade. Neste sentido, o lazer pode ser visto como o conjunto de atividades a que as pessoas se entregam durante o seu tempo livre, atividades estas que não estão orientadas para o trabalho ou outras obrigações da vida pessoal (e.g. comer, dormir). Aquelas vão

deste a pintura ao desporto ou outras, desde que respeitem a condição anterior. O mais importante nesta perspetiva não é a forma como a pessoa se sente no lazer, ou seja, esta simplesmente constata que certas atividades o são, porque ocorrem durante o tempo de lazer. Neste sentido, torna-se muito difícil uma aproximação a uma “lista” de atividades, dada a subjetividade da escolha do sujeito. Por último, surge o lazer como estado de espírito. Esta definição é bastante mais subjetiva, na medida em que considera a perceção individual face àquilo que se pode ou não constituir como lazer.

Definições de outros autores surgem em torno destas questões centrais (Cavallari & Zacharias, 1994; Veal, 1992) e igualmente revelam que uma visão única do conceito é extremamente difícil de alcançar.

De qualquer forma, algumas considerações devem ser tidas em conta. Em primeiro, o lazer resulta da existência de tempo livre, elemento característico das sociedades modernas, pós-revolução industrial. O tempo livre não significa propriamente tempo de lazer, logo abordar o lazer sob o ponto de vista exclusivo do tempo (ponto i de Hurd e Anderson) torna-se, no nosso entender, parco. Assim, ao tempo de lazer (para o ser realmente) está implícita uma vontade ou um estado de espírito (ponto iii), que se traduz na busca pelo prazer pessoal, a satisfação, o lúdico ou outras. Por último, a busca pelo lazer é traduzida sob a forma de atividades (ponto ii) que variam em função dos interesses de cada indivíduo. Todo este cenário tem de respeitar duas condições essenciais: 1) o não dirigismo, ou a livre vontade de participação e o 2) contributo positivo para o bem-estar e desenvolvimento do indivíduo.

Recreação

Torkildsen (1999) apresenta um trabalho bastante extenso no âmbito da gestão do lazer e da recreação, refletindo no início da sua obra acerca destes mesmos conceitos. O autor defende que existem centenas de teorias em torno do conceito de recreação, e que cada descrição e aproximação ao conceito tem algo de “verdadeiro”, o que poderá, à semelhança do conceito anterior, causar confusão ao tentar a sua análise. Segundo Torkildsen (1999), umas das definições mais aceites de recreação, principalmente entre as instituições que promovem estes serviços, é o seu entendimento como “uma atividade”. Neste escopo, trabalhos clássicos como o de Neumeyer e Neumeyer (1958) definem a recreação como uma atividade que o indivíduo ou a coletividade desenvolvem durante o seu tempo de lazer.

No entanto, na análise de Torkildsen (1999), a recreação pode ser vista de variadas formas, nomeadamente como: um *serviço* a uma necessidade; uma *atividade* do tempo de lazer; como um

valor individual e social; como uma experiência satisfatória; como uma instituição social; como um processo social e como fonte de bem-estar.

O trabalho de Kraus (1978), apesar de remontar à década de 70, apresenta uma definição de recreação que cruza alguns dos pontos de vista agora referidos, defendendo que:

“a recreação consiste num conjunto de atividades ou experiências exercidas dentro do lazer, geralmente escolhidas voluntariamente por parte do participante - por prazer e satisfação, pelo enriquecimento criativo derivado da atividade ou porque este percebe certos valores pessoais ou sociais a serem obtidos a partir deles. Também pode ser entendida como o processo de participação, ou como o estado emocional derivado de envolvimento [...] Quando realizada como parte da organização de programas comunitários ou voluntários, a recreação deve ser projetada para atender às metas construtivas e socialmente aceitáveis do participante individual, do grupo e da sociedade em geral. Finalmente, a recreação deve ser reconhecida como uma instituição social com os seus próprios valores e tradições, estruturas, organizações, grupos profissionais e praticantes qualificados.”

Torkildsen (1999), fazendo referência à definição proposta por Neumeyer e Neumeyer (1958), assume que esta leva a que, muitas vezes, o conceito de recreação esteja intimamente associado à recreação física e ao desporto.

Retomando o trabalho de Hurd e Anderson (2011), a recreação é vista como uma atividade em que as pessoas se envolvem durante o seu tempo de lazer e que reconhecem como tendo valores socialmente aceites. Contrariamente ao lazer, a recreação tem uma conotação de ser moralmente aceite não só para o indivíduo mas também para a sociedade como um todo e, consequentemente, as atividades são programadas para um determinado contexto social. Aqui, o caráter de desinteresse verificado no lazer desvanece. Apesar de poderem assumir diferentes formas, as atividades recreativas devem contribuir para a sociedade de uma forma que a própria sociedade considera aceitável. Isto significa que as atividades recreativas consideradas aceitáveis pela sociedade poderão sofrer mutações ao longo do tempo.

Segundo os mesmos autores, a recreação também pode ser vista como um instrumento social dado o seu contributo para a sociedade. Isto poderá estar relacionado com a constituição de programas recreativos, implementados com o intuito de gerar resultados socialmente aceites como o uso inteligente e proveitoso do tempo livre, a atividade física e o desenvolvimento pessoal dos jovens. Esta posição reflete mais uma vez um sentido organizativo/associativo/comercial da recreação como sugerido na definição de Kraus (1978).

De outro ponto de vista, Cavallari e Zacharias (1994) defendem que a recreação é o culminar do lazer. Se o lazer (do ponto de vista dos autores) é um estado de espírito em que determinado indivíduo se encontra dentro do seu tempo livre, a recreação é o momento em que ele escolhe e através do qual satisfaz as suas vontades associadas ao seu estado de espírito dentro do lazer.

Focando-nos no tema deste trabalho, e considerando a especificidade da recreação em contato com o meio natural, a perspectiva europeia (sobretudo escandinava) refere o termo “*Outdoor recreation*” (Recreação na natureza) associando-o às atividades desenvolvidas ao “ar livre”, em locais onde se pode aceder ao contacto direto com a natureza ou áreas verdes, sobretudo como rotina diária ou semanal. Podem assumir a forma de atividades mais passivas, como o simples contato com a natureza, o relaxamento ou o desfrute de uma paisagem, até outras mais emocionantes como o esqui, o BTT ou os passeios a cavalo. Podem ser feitas de forma solitária (numa caminhada individual), ou em grupo, como um piquenique em família (Bell et al., 2007). Gartner e Lime (2000), em representação da perspectiva americana, assumem que o conceito de “*Outdoor Recreation*” inclui uma grande variedade de atividades, desde a escalada em rocha, à pesca ou até à fotografia, desde que a condição básica seja o contato com a natureza, livre e motivado, indo de encontro ao conceito dos autores anteriores.

Mediante a análise, verificamos que os termos de lazer e recreação se cruzam em determinados pontos, sobretudo no que se refere ao prazer e livre vontade de participação. No entanto, apercebemo-nos de que estes se encontram em níveis diferenciados pelo que, seguindo o perspectivado por Tribe (2011) e Kraus (1978), podemos considerar que a recreação existe dentro do lazer, possuindo uma condição social (de aceitação), uma perspectiva menos desinteressada (ou mais organizada e pensada) conotando-se em certa medida com o setor institucional que providencia serviços recreativos, desde que respeitem um conjunto de valores associados ao desenvolvimento da sociedade.

Neste âmbito, o tempo livre surge acima do lazer e neste se insere o conceito de recreação. Quando desenvolvida em contato com a natureza, encontramos o conceito de recreação *outdoor*, em português “recreação na natureza”, o qual, tal como os anteriores, pode assumir uma diversidade de formas de expressão, traduzidas sobretudo pelo nível de envolvimento do sujeito, o qual se pode traduzir de forma mais passiva ou ativa.

2.2. Turismo

A classificação e consequente definição das atividades turísticas deve ser vista de diferentes dimensões, dada a grande diversidade de atividades, espaços e motivos que levam à realização do

turismo. A sua classificação é realizada em termos da sua duração, do local, do tipo de atividade, das motivações e até da filosofia inerente à própria personalidade do turista.

Não é nosso intuito, no presente estudo, desenvolver de forma profunda a classificação da atividade turística. No entanto, de forma a esclarecer a terminologia a ser utilizada ao longo do trabalho, e dada a diversidade de perspetivas inerentes a esta temática, consideramos pertinente a sua compreensão de base, sobretudo no que concerne aos segmentos do turismo que envolvem a natureza e o desporto.

De acordo com Turco et al. (2002), até há alguns anos, uma definição singular de turismo ainda não existia. Empresas, unidades governamentais e outras organizações definiram o turismo de diferentes formas em função dos seus próprios interesses. Em 1991, a *World Tourism Organization* (WTO) organizou a *International Conference on Travel and Tourism Statistics*, de forma a resolver o problema em torno das diferentes definições. Assim, turismo foi definido como o “conjunto de atividades de uma pessoa que viaja para um lugar fora do seu ambiente habitual por menos de um período especificado de tempo (1 ano) com um propósito principal que não seja o exercício de uma atividade remunerada no local visitado” (WTO, 1991, cit. in Turco et al., 2002).

Nesta mesma conferência, houve a necessidade de especificar os diferentes “tipos de pessoas” que realizavam o turismo. Com base no trabalho de Turco et al. (2002) especificaram-se as diferenças entre Residente (Internacional e Interno), Visitante (Internacional e Interno) e Turista (Internacional e Interno). Neste caso, parece-nos importante discriminar a diferença entre Visitante e Turista.

O *visitante internacional* é aquele que viaja para outro país fora da sua residência habitual, por um período não superior a um ano, e cujo objetivo base da visita seja outro que não o exercício de atividade remunerada dentro do país visitado. O *visitante interno* é aquele que, residindo num país, se desloca dentro do mesmo, fora do seu ambiente usual por um período não excedente a 6 meses e cujo objetivo base da visita não seja o exercício de atividade remunerada no local visitado.

O *turista Internacional* é aquele que se desloca para outro país, por pelo menos uma noite e cuja estadia não excede mais de um ano, e cujo objetivo base da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada dentro do país visitado. O *turista interno* é aquele que se desloca dentro do seu país, com estadia mínima de uma noite, e cujo objetivo base da visita não seja o exercício de uma atividade remunerada dentro do local de visita. Por conseguinte, a diferença entre o turista e o visitante reside sobretudo na necessidade de existir uma noite de estadia (no caso do turista).

Em termos nacionais, a lei de bases do turismo (Decreto Lei, 191/2009, Artigo 2º, Alínea a) define Turismo como sendo

“O movimento temporário de pessoas para destinos distintos da sua residência habitual, por motivos de lazer, negócios ou outros, bem como as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”. O mesmo documento define o Turista como “a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de atividade profissional remunerada no local visitado” (DL, nº 191/2009, Artigo 2º. Alínea c).

De acordo com Rollins et al. (2009), o turismo sempre foi uma atividade heterogénea com diferentes tipos de pessoas, atrações e intuitos. Segundo os autores, apenas recentemente estas diferenças foram categorizadas. Estes apresentam uma distinção básica entre dois grandes tipos de turismo, Massivo e Alternativo. O primeiro é entendido como o turismo tradicional ou convencional, e envolve um grande número de turistas, usualmente em “configurações predefinidas ou convencionadas”. O segundo implica um interesse específico ou a noção de “responsabilidade” (ou, numa perspetiva mais ampla, a sustentabilidade), e envolve grupos menores de turistas em contextos ambientais ou culturais autênticos (fora do convencionado). Este segundo tipo (alternativo) é dividido em quatro categorias, nomeadamente Natureza, Cultural, Eventos e Outros.

Considerando a categoria “Natureza”, os autores entendem o Turismo na natureza como aquele desenvolvido em áreas naturais, e cujos objetivos da visita se centram sobretudo na (i) aventura (com ênfase na atividade), (ii) na natureza (com ênfase no simples contato e deslumbre de paisagens), (iii) vida selvagem (com ênfase no visionamento e conhecimento da vida selvagem) e o (iv) ecoturismo (com ênfase em atividades relacionadas com a conservação da natureza e a vivência cultural das regiões de destino).

Em termos internacionais, o turismo de natureza é normalmente denominado de “*Nature Tourism*” ou “*Nature-Based Tourism*”. Bell et al. (2007) citando Silvennoinen e Tyrväinen (2001), assumem-no como a forma de turismo que abrange as atividades desenvolvidas durante as férias, cujo foco acontece no envolvimento com a natureza e geralmente inclui a pernoita. Normalmente, isso significa viajar e pernoitar em locais caracterizados pela natureza ou AP, florestas, lagos, o mar ou o campo, e participar em atividades usando as configurações do meio natural e de forma compatível com as suas qualidades naturais.

Em termos nacionais, o conceito de turismo de natureza foi inicialmente proposto no Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) através da Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98 de 25 de Agosto. Neste documento, procedeu-se à especificação do turismo de natureza como:

“O produto turístico composto por estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental realizados e prestados em zonas integradas na Rede Nacional de

Áreas Protegidas (RNAP), e que inclui uma diversidade de atividades que vão desde o usufruto da natureza através de um passeio, à prática de caminhadas, escalada, espeleologia, orientação, passeios de bicicleta ou a cavalo, atividades aquáticas e subaquáticas, entre outras, ao contato com o ambiente rural e culturas locais, através da sua gastronomia e manifestações etnográficas, rotas temáticas, nomeadamente históricas, arqueológicas e ou gastronómicas e a estada em casas tradicionais.”

O PNTN determinou que o Turismo de Natureza compreendia os serviços de hospedagem e as atividades de animação ambiental. Os primeiros vieram a ser regulamentados pelo Decreto-Lei nº 47/99, posteriormente alterado pelo DL n.º 56/2002 de 11 de Março. O Decreto Regulamentar n.º 18/99 de 27 de Agosto, veio regulamentar as diferentes modalidades de “animação ambiental” constituintes deste setor turístico, nomeadamente animação, interpretação ambiental e desportos de natureza.

Até 2009, o Turismo de Natureza foi exclusivo da RNAP. Com a publicação do Decreto-Lei nº 108/2009 de 15 de Maio reconheceu-se o Turismo de Natureza como o conjunto das atividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais, desde que devidamente reconhecidas pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade I.P.

Retomando a perspetiva de Rollins et al. (2009), o turismo de natureza pode assumir diversas facetas, em função das motivações e objetivos do próprio turista. Neste caso surgem novas terminologias como: Turismo Ativo, Turismo Desportivo, Ecoturismo, Turismo de Aventura e outros menos utilizados como o “Turismo Verde”.

Baud-Bovy e Lawson (1998) defendem que as formas alternativas de turismo conduzem para o conceito de sustentabilidade/responsabilidade, estando neste caso de acordo com a divisão realizada por Rollins et al. (2009). Estes definem o Turismo Verde como uma atitude ou filosofia de um determinado tipo de turistas, que é sustentável, e que tem por princípios o respeito pela paisagem, a fauna, as infraestruturas existentes e o património cultural dos destinos turísticos. O conceito vai de encontro ao de Ecoturismo que, segundo os mesmos autores, geralmente se refere ao ato de viajar para áreas relativamente não perturbadas com o objetivo específico de estudar, admirar e apreciar a paisagem as plantas e os animais selvagens, bem como manifestações culturais encontradas nestas áreas.

Segundo Turco et al. (2002), o Turismo Desportivo inclui viagens de e para a participação em atividades desportivas predeterminadas. A atividade desportiva pode incluir viagens de lazer, entretenimento, negócios, educação e/ou socialização. O desporto pode ser competitivo e/ou recreativo. Neste escopo, Weed e Bull (2004) defendem que o turismo desportivo não é um

fenómeno simples, e que não pode ser entendido apenas como a simples conjugação do desporto com o turismo. Defendem então que o turismo desportivo é um fenómeno social, económico e cultural em crescendo, que advém de uma interação única entre atividades, pessoas e locais. Neirotti (2003), por sua vez, entende o turismo desportivo como um subconjunto do turismo, incorporando subcategorias do turismo. Estas incluem o turismo de aventura, o turismo de natureza, o turismo de competição de recreação ou lazer. Nesta perspetiva de Neirotti (2003) encontramos a atividade (desporto) a um nível superior ao local (Natureza), contrariando a perspetiva de Rollins et al. (2009).

No que concerne à subcategoria de Turismo de aventura, Beedie (2003) defende que, apesar da imensa discussão em torno do conceito de turismo, poucas tem sido as tentativas de definir o turismo de aventura. Segundo o autor, e em primeiro lugar, o Turismo de aventura envolve o compromisso físico do turista. Existe uma dimensão física envolvida com maior ou menor expressão, e que pode assumir um conjunto diferenciado de motivações, associadas ao desenvolvimento físico, perda de peso, redução de *stress*, entre outros. Em segundo lugar, defende que o turismo de aventura é um negócio empresarial. Citando Rubenns (1999), assume que as atividades de aventura podem ser amplas ou restritas. A visão ampla inclui, por exemplo, uma jornada de *trekking* de vários dias, onde o elemento “aventura” existe a um nível relativamente reduzido. A visão restrita é exemplificada através da realização de um rapel, que oferece um momento de elevada excitação mas de curta duração.

Weaver (2001) também nos apresenta uma reflexão acerca do turismo de aventura e compara-o ao ecoturismo. O autor defende que a diferença entre ambos está no objetivo do turista. Enquanto o ecoturista procura a aprendizagem e o conhecimento, o turista de aventura, procura um ambiente incerto, caracterizado pelo risco, desafio e implicação física. Neste aspeto o risco é uma componente integral deste segmento turístico (o risco real ou o percebido pelos turistas) (Almeida & Silva, 2009) e constitui-se como uma das principais motivações.

Conectado com o objetivo de “Aventura”, apresentado por Rollins et al. (2009), Torres (2004) apresenta a definição de turismo ativo fortemente conectado à prática de atividades desportivas, de cariz de aventura e devidamente enquadradas por técnicos credenciados, podendo também incluir algumas atividades do âmbito da animação sociocultural. O mesmo apontamento é sugerido por Nasser (1995) que defende a dificuldade de não conectar o desporto ao turismo ativo, visto que este possui características como a atividade, o movimento, o rendimento, a diversão a recreação e a vivência.

2.3. A adoção de conceitos e a definição de um modelo de compreensão

Mediante a discussão efetuada nos dois pontos anteriores, assumimos os seguintes conceitos:

Recreação na natureza: como o conjunto de atividades ou experiências exercidas dentro do tempo de lazer, em contato com a natureza, de forma voluntária, solitariamente ou em grupo e que originem prazer social aos seus participantes. Entendemos também que esta pode ser realizada de forma autónoma, onde o indivíduo desenvolve a atividade como parte da sua rotina diária ou semanal, mas também num âmbito empresarial e/ou associativo, devendo ser criada de forma a atingir valores socialmente aceitáveis aos seus participantes. Estas englobam desde as atividades mais passivas, como a fotografia ou apreciação de paisagens ou vida animal, até às mais ativas, que englobam por exemplo a prática desportiva. Esta posição engloba não só a perspetiva de Kraus (1978), como a definição de *Outdoor Recreation* proposta por Bell et al. (2007). O recreativo de natureza é aquele que desenvolve as atividades de recreação, como parte da sua rotina semanal, de forma livre, voluntária e prazerosa. A recreação encontra-se dentro do lazer, contraria o desinteresse (que caracteriza o lazer) e implica a aceitação social.

Turismo: como o conjunto de atividades de uma pessoa que viaja para um lugar fora do seu ambiente habitual, por menos de um período especificado de tempo, com um propósito principal que não seja o exercício de uma atividade remunerada no local visitado, e que envolve as atividades económicas geradas e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades; e *turista* como a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual, e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de atividade profissional remunerada no local visitado. O turista pode ser interno (período de tempo inerente à deslocação deve ser inferior a 6 meses) ou internacional (período de tempo inerente à deslocação deve ser inferior a 12 meses). A definição de *visitante* é semelhante, contudo não implica a pernoita.

Do conceito geral de turismo emerge aquele que, para nós, e de acordo com a temática do presente trabalho, deverá ser considerado o seu principal subconjunto, dando prioridade neste caso ao local/configuração como primeiro nível de classificação nomeadamente:

O Turismo de Natureza: como as atividades turísticas cujo objeto principal é o contato com a natureza e que podem assumir diferentes formas, desde as mais ativas (como a prática de desportos de natureza) até às mais passivas, e realizado dentro ou fora das áreas protegidas, desde que, realizadas em Portugal, sejam primeiramente reconhecidas pelo ICNF, I.P.⁶. Como referido, do turismo de natureza emerge um conjunto de atividades mais passivas ou mais ativas. Destas derivam novos segmentos associados ao turismo de natureza, nomeadamente:

⁶ Instituto de Conservação na Natureza e Florestas, I.P.

O *Ecoturismo*, com ênfase especial em atividades e elementos associados à conservação da natureza, que podem envolver o estudo e a apreciação da paisagem, da fauna, flora e manifestações culturais de determinada área.

O *Turismo desportivo*, como o conjunto de viagens para a participação em atividades desportivas predeterminadas, de forma passiva (para assistir) ou de forma ativa (para participar), com caráter competitivo ou recreativo; pode também incluir motivos culturais (e.g. visita a um museu do desporto). Inerente ao turismo desportivo, emerge o conceito de *Turismo de Aventura*, que envolve o compromisso físico do turista na participação em atividades desportivas no meio natural, mais ou menos intensas e com durações variadas. Posteriormente encontramos o *Turismo Ativo*, cujos limites concetuais com o turismo de aventura são bastante ténues. A diferença entre os dois, deriva sobretudo da maior abrangência de atividades reconhecidas dentro do turismo ativo, como é o caso do golfe (que não se enquadra no turismo de aventura). É importante salientar que o turismo desportivo não é exclusivo do turismo de natureza, podendo tomar-se como exemplo desta assunção uma viagem para assistir a um campeonato europeu de futebol.

Neste breve exercício de pesquisa, tentou-se alcançar a especificidade das práticas recreativas e turísticas realizadas em contato com a natureza. Aparentemente, as práticas desportivas facilmente se inserem neste quadro, demonstrando-se como uma possível manifestação destas atividades. Esta manifestação pode ser vista numa perspetiva autónoma (prática individual) no âmbito do lazer e da recreação mas também sob uma perspetiva comercial, sobretudo no setor turístico. O esquema seguinte (figura 11) reflete esta especificação, e coloca o desporto de natureza como uma evidente manifestação destas práticas.

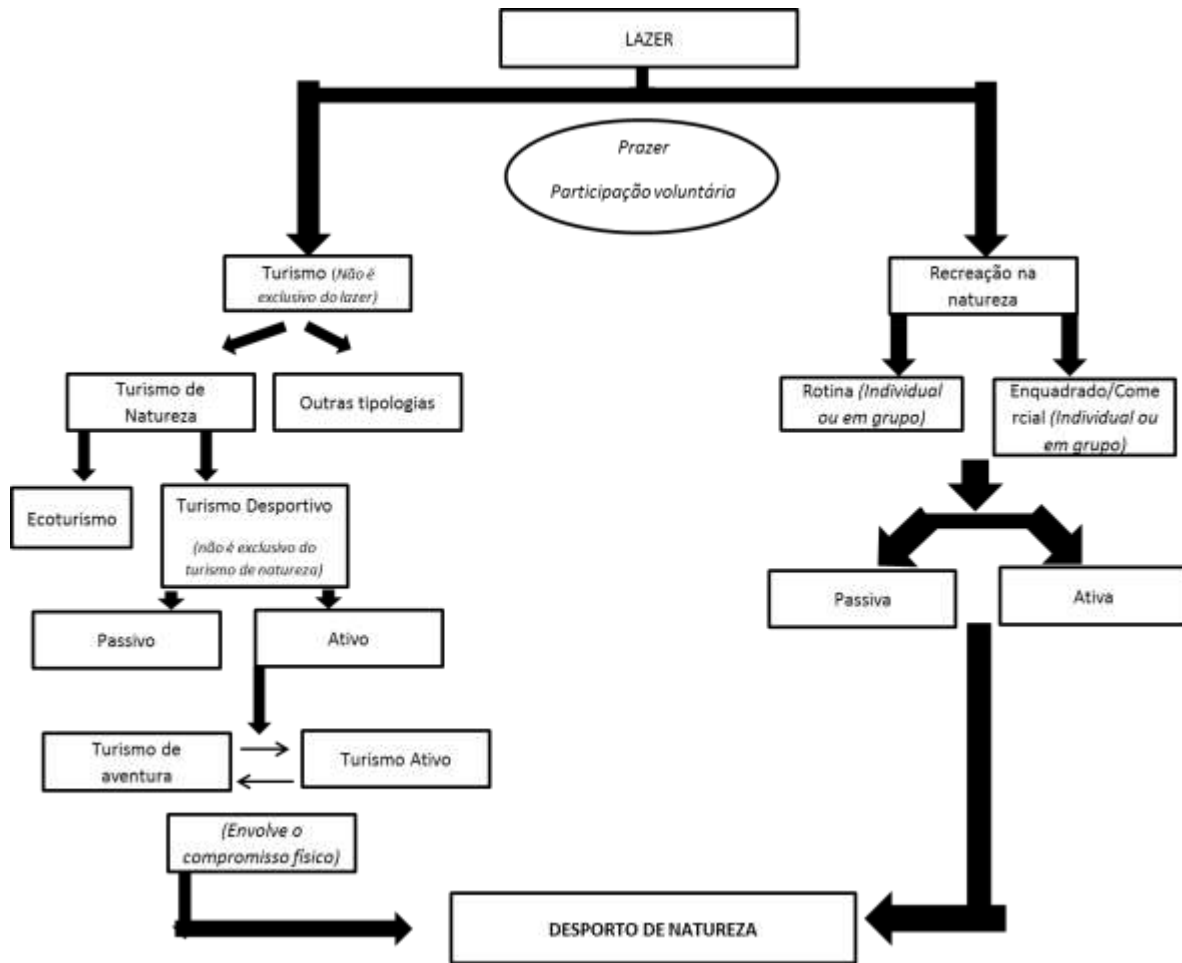


Figura 11. Recreação e turismo: limites entre conceitos

A origem da figura emerge do conceito de lazer, que implica a participação livre e voluntária. As atividades de lazer ramificam-se, originando dois setores de atividades, nomeadamente o Turismo e a Recreação na natureza. Visto que o tema deste trabalho de investigação se centra nas atividades desenvolvidas em AP, especificamos diretamente o conceito base de recreação em “recreação na natureza”.

A recreação na natureza, como visto anteriormente, pode ser desenvolvida de forma individual ou em grupo, dentro da rotina diária ou semanal, ou de forma enquadrada e organizada (setor comercial/associativo). As suas atividades podem ser passivas ou ativas, emergindo destas o Desporto de Natureza como uma das suas formas de expressão, sobretudo ativa.

Do outro lado do esquema surge o turismo, identificado como “não exclusivo do lazer”. Este facto acontece devido ao segmento do turismo de negócios, que implica deslocções internas e

internacionais por motivos inerentes ao desenvolvimento de uma profissão, não podendo ser assim considerado no escopo do lazer.

Do conceito base, emergem as outras tipologias (massivo e outras) e o turismo de natureza. Neste caso, colocamos o contexto (local) como fator principal na classificação da atividade turística. O turismo de natureza implica o contato com o meio natural com diferentes objetivos por parte do turista. Estes objetivos são evidenciados através dos segmentos do Ecoturismo e do Turismo Desportivo, este último que não é exclusivo do turismo de natureza (e.g. Viagem para assistir aos Jogos Olímpicos). Associado ao turismo desportivo, que tenha como finalidade o contato com o meio natural, encontramos o Turismo de Aventura e o Turismo Ativo, cujas definições nos parecem bastante semelhantes, razão pela qual constituímos as setas bidirecionais. Finalmente, e visto que estes últimos implicam o compromisso físico do turista, encontramos mais uma vez as atividades de DN como forma de expressão destas vertentes turísticas.

No entanto, o DN, no seu sentido mais amplo, não deve ser visto unicamente como um reflexo destes dois setores (recreação e turismo). O desporto, na sua generalidade, é igualmente um fenómeno social, devendo então ser visto e analisado como tal. Por isso mesmo, uma consideração e conhecimentos mais amplos da sua essência, conceitos e dimensão atual são imprescindíveis nesta investigação. O ponto seguinte tem como objetivo refletir sobre estes e outros fatores associados a estas práticas.

3. Desporto de Natureza

3.1. O Conceito, a atualidade e o futuro

Os denominados desportos de “natureza” , “aventura”, “extremos” “*lifestyle*” “*action sports*”, são utilizados de forma muito ampla, sob uma multiplicidade de conceitos. Sendo por vezes difícil a criação de limites muito claros entre estas várias terminologias (Breivik, 2010), são evidentes as tentativas de “fechar” ou classificar o conceito (A. B. Betrán, J., 1995; Carvalhinho, 2006; Dias, Melo, & Junior, 2007; Melo, 2009).

Não obstante a relevância destas tentativas (já que tentaremos posteriormente adotar uma posição determinada ao nível desta investigação), reconhecemos em primeiro lugar que a construção e utilização de determinado conceito limitado deve ser acompanhada de interpretações mais amplas e complexas, numa perspetiva holística, situando estas práticas no tempo e no espaço tendo em conta a evolução das sociedades contemporâneas. Esta visão é sustentada por outros autores (Breivik, 2010; Dias et al., 2007; Feixa, 1995; Soto, 2007). O desporto é um fenómeno social e então, visto e analisado como tal, deve ser focado nas sociedades e nas dinâmicas que as constituem. Deve

primeiramente ser visto sob o ponto de vista da sua própria evolução enquanto “sistema desportivo”. Em segundo lugar, deve ser perspectivado com base nos aspetos centrais das sociedades modernas, dividindo-se neste escopo, num campo pessoal, imaginário e mimético (que vai de encontro às necessidades das pessoas) e num campo que é influenciado por aspetos “impostos” pelas culturas das sociedades modernas e pós-modernas.

Em Rosa, Carvalhinho e Soares (2014), pode ser verificada uma visão histórica da evolução das práticas de DN, que permite, no nosso entender, um entendimento mais amplo da génese destas atividades, contribuindo ainda para um melhor posicionamento face à perspetivação do seu futuro em função das dinâmicas sociais que se revelam nas sociedades pós-modernas. Nesse trabalho, tecem-se algumas considerações importantes que contribuem para uma melhor compreensão destas atividades. Com origens em atividades ancestrais, e diretamente ligado à subsistência e ao trabalho, o DN nasce no seio do lazer nas sociedades industriais, podendo-se assim considerar um fenómeno moderno. Mas a verdade é que é no período pós-moderno que este ganha alavancagem, caracterizando-se pelo individualismo, a tecnologia e a autorrealização, extravasando os limites do lazer e transformando-se numa indústria (Rosa, Carvalhinho & Soares, 2014)

Desta forma, é importante compreender alguns aspetos gerais relacionados com o DN: 1) revela-se uma opção do tempo de lazer, caracterizada pela liberdade, pela emoção, pela satisfação de um desejo pessoal de enfrentar o risco e a incerteza. Estes aspetos levam a entender que o DN tem um elevado poder experiencial; 2) revela-se também como um “retorno às origens”, caracterizando um desejo de voltar à natureza; 3) O DN tem assim um carácter fortemente hedonista.

Contudo, e sobretudo no período pós-industrial, o DN entra no mercado sob várias formas: 1) O seu elevado poder experiencial permite que se transforme num produto turístico em aparente expansão; 2) A sociedade de comunicação que caracteriza as sociedades pós-industriais contribui para a manipulação e visibilidade destas atividades, o que provavelmente provoca efeitos sobre grande parte da sociedade (sobretudo do público mais jovem) e necessidades de adaptação; 3) emergem mercados que vão para além do turismo e incluem grandes eventos desportivos, equipamentos técnicos fortemente evoluídos, marcas e roupas; 4) Criam-se subculturas muito próprias (uma das grandes características do pós-modernismo), onde o conceito “*extreme*” assume grande preponderância. Entre as suas variadas características, os DN apresentam-se como um produto ideal para consumo.

3.1.1. O conceito

Como referido anteriormente, os denominados DN são alvo de uma multiplicidade de conceitos e a literatura científica que se apresenta é prova disso mesmo. Mediante a nossa pesquisa, podemos

assumir que uma considerável parte da investigação científica que envolve estas atividades tem sido proveniente do campo do turismo, do lazer e da recreação (ou pelo menos vista sobre essa perspetiva). Este facto provoca por vezes alguma dificuldade em encontrar os limites deste conceito, e sugere que abordagens mais “desportivas” com um carácter socio antropológico são necessárias, não obstante a existência de alguns bons exemplos (Carvalhinho, 2006; Melo, 2009; Nasser, 1995; Soto, 2007).

Trabalhos de Melo (2009), Breivik (2010) e Dias et al. (2007) são bons exemplos do referenciado no primeiro parágrafo. De acordo com Dias et al. (2007), o desporto deve ser entendido como um fenómeno social, o que significa que não se deve negar o princípio competitivo, como também não se deverá deixar no esquecimento o seu carácter lúdico. Melo (2009) situa-se numa posição semelhante e refere que o desporto não pode ser considerado uma prática cultural com sentido “unívoco e compartimentado”, ou seja, se por um lado se manifesta enquanto espetáculo e rendimento, por outro é uma expressão do lazer e do lúdico.

De acordo com Breivik (2010) o conceito “desporto de aventura” é aquele que cobre um campo relativamente vasto de outros conceitos. Por vezes, sobretudo na literatura americana, encontram-se investigações que utilizam o termo “*Outdoor recreation*” e que, mesmo estando focadas numa atividade desportiva específica, sugerem que uma abordagem mais geral à recreação em contato com a natureza está a ser desenvolvida. Um bom exemplo são os estudos realizados no âmbito do conflito recreativo que, se analisados com maior pormenor, se focam maioritariamente em atividades de natureza desportiva (Mann & Absher, 2008; Vaske, Dyar, & Timmons, 2004; Vaske, Needham, & Cline Jr., 2007). As literaturas espanhola e brasileira, por exemplo, utilizam maioritariamente o termo “Atividades Físicas de Aventura na Natureza” (AFAN) (A. Betrán & Betrán, 1999; A. B. Betrán, J., 1995; Tahara & Filho, 2009).

Outro conceito frequentemente verificado é o de “desportos extremos” e, de acordo com Breivik (2010), foi-se alterando ao longo do tempo. Se nas décadas de 1980 inícios da década de 1990 era utilizado para atividades mais tradicionais (*skydiving*, mergulho, surf, escalada em rocha) e estava conectado a um estilo de vida alternativo, à roupa e ao equipamento, mais tarde, com o surgimento dos *Extreme Games* (1995), o conceito de “extreme” mudou e os novos desportos extremos tornaram-se típicos da juventude urbana e envolviam o *skate*, *snowboard* ou o BMX. A pessoa “extrema” mudou e adotou um *look* mais urbano. Outros conceitos como desportos radicais, atividades de ar livre e exploração ou desportos californianos, são também evidenciados na literatura (Melo, 2009), assim como os desportos alternativos ou de risco (Breivik, 2010).

A todos os conceitos provenientes do campo desportivo, poderíamos juntar os do campo turístico, como o turismo de aventura e o turismo ativo intimamente relacionados com o desporto (Nasser, 1995; Torres, 2004).

Neste trabalho, vamos recorrer ao conceito de “Desporto de Natureza”, visto ser a denominação presente na legislação portuguesa. Contudo, este conceito não é estranho a outras realidades exteriores ao contexto nacional.

Na perspetiva escandinava, Pröbstl (2010) refere-se ao conceito de “*Nature-based sport*” ou, neste caso, “desporto baseado na natureza” (que se aproxima do conceito português de “Desporto de Natureza”) como dizendo respeito às atividades desenvolvidas de forma voluntária, que permitem aos participantes um encontro com a natureza. Mais uma vez, encontramos a correspondência com os conceitos de lazer e recreação no que diz respeito à dimensão “voluntária” da atividade. A autora defende que estas são atividades não motorizadas e não têm de estar obrigatoriamente associadas a infraestruturas desportivas.

O conceito nacional de desporto de natureza, encontra correspondência com a perspetiva de Pröbstl (2010), e está definido na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) (Lei nº 5/2007 de 16 de Janeiro) como sendo:

“ as atividades físicas e a prática desportiva em espaços naturais que devem reger-se pelos princípios do respeito pela natureza e da preservação dos seus recursos, bem como pela observância das normas dos instrumentos de gestão territorial vigentes, nomeadamente das que respeitam às áreas classificadas, de forma a assegurar a conservação da diversidade biológica, a proteção dos ecossistemas e a gestão dos recursos, dos resíduos e da preservação do património natural e cultural.”

A visão de Carvalhinho (2006) referenciava que a pesquisa efetuada em Portugal sobre a classificação das atividades físicas e desportivas era muito reduzida, sendo que no âmbito das atividades de Desporto de Natureza era quase inexistente. O autor identificou o conjunto de atividades físicas e desportivas realizadas em meio natural no território nacional. Dessa identificação constam 45 atividades de Desporto de Natureza, entre elas o BTT, *bodyboard*, *canyoning* ou a escalada. O conceito nacional, complementado com as referências de Carvalhinho (2006) não excluem as atividades motorizadas como apresentado por Pröbstl (2010).

Independentemente dos conceitos apresentados, algumas características transversais a estas atividades, e resultantes das leituras, podem ser evidenciadas e ajudam-nos a descrevê-las: 1) São atividades físicas e corporais, logo são de natureza desportiva; 2) realizam-se em contato com a

natureza (embora algumas modalidades ditas “urbanas” possam influenciar o conceito); 3) não estritamente competitivas ou lúdicas, embora o ludismo e a recreação assumam um papel preponderante na forma como as mesmas são encaradas; 4) têm elementos de desafio e excitação, e o risco (pelo menos percebido) é algo inerente a estas; 5) estão menos organizados do que os desportos mais comuns (Breivik,2010); 6) representam uma oposição ou possibilidade face às culturas desportivas dominantes (Soto, 2007); 7) têm um carácter individualista (ou seja, surgem da necessidade de autossatisfação)(Feixa, 1995), mas tendem a criar grupos ou subculturas em volta de determinada modalidade (Breivik,2010); 8) são alvo de produção turística (tornaram-se comercializáveis), sobretudo nos segmentos do turismo ativo e aventura (Beedie, 2003; A. Betrán & Betrán, 1999).

3.1.2. A atualidade

A obtenção de dados que demonstrem, em termos quantitativos, a dimensão das práticas de DN na sociedade não se revela uma tarefa facilitada. No nosso entendimento, esta dever-se-á provavelmente ao maioritário cariz de lazer que estas práticas possuem, como tem vindo a ser referido ao longo deste capítulo. No entanto, é possível, numa perspetiva internacional, e até nacional, encontrar referências académicas e profissionais que evidenciam possibilidades de crescimento.

Há cerca de 18 anos atrás, nos Estados Unidos da América, um estudo de Cole (1996), acerca das tendências nas práticas de recreação e de lazer, reconheceu o aumento da procura de espaços protegidos para atividades como o campismo, pedestrianismo, a escalada ou o BTT. Contrastando com a realidade europeia, resultados mais recentes de Pröbstl, Wirth, Elands e Bell (2010) identificam o crescimento de novos setores do turismo de natureza, fortemente associados aos desportos na natureza. A mesma posição é defendida por Marinho (2008) que, com base em pesquisa realizada pelo Ministério do Meio Ambiente Brasileiro, refere o crescimento expressivo da visitação em áreas naturais no Brasil e no mundo. Menciona ainda que os DN se enquadram entre os segmentos mais promissores do mercado de turismo, com um crescimento mundial estimado entre 10% e 30% ao ano.

Estatísticas do Instituto Português de Desporto e Juventude (IPDJ,I.P) revelam um número considerável de praticantes federados em modalidades relacionadas com o DN, no ano de 2011 (assumindo desde já que, na realidade das práticas do DN, ser federado não implica a participação em competições e/ou treinos regulares), contando atualmente com cerca de 71262 praticantes em

atividades como o montanhismo, surf, orientação ou as atividades subaquáticas⁷. O surf é um dos exemplos de crescimento constante nos últimos anos (1997-2011).

Considerando dados provenientes do setor turístico, cuja influência sobre o crescimento dos DN é também evidente, constatamos que, a nível internacional, e de acordo com a *International Ecotourism Society*, o ecoturismo tem sido alvo de um crescimento anual de 15%, o que significa quatro vezes mais do que outras formas mais tradicionais de turismo. O turismo de natureza e o uso da biodiversidade revela-se como uma oportunidade de negócio promissora (UNEP-UNWTO, 2012) e, por conseguinte, os DN poderão ser influenciados por estas tendências.

No que diz respeito ao turismo costeiro, verifica-se também um crescimento significativo na procura de experiências pelos turistas. Tradicionalmente conectado à passividade e ao produto “Sol e mar”, algumas das novas tendências incluem: i) maior procura de atividades recreativas e desportivas como o *snorkelling*, mergulho, *windsurf*, passeios de barco; ii) a procura de locais com maior qualidade ambiental (natureza); iii) maior interesse na natureza e no visionamento da vida selvagem; iv) maior interesse em atributos culturais (UNWTO, 2013). Apesar de os dados a este nível não evidenciarem na sua totalidade as práticas desportivas, algumas das tendências apresentam clara possibilidade de inclusão destas atividades.

Considerando o caso nacional, e tendo por base a análise das grandes tendências da procura internacional, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) definiu 10 produtos selecionados em função da sua quota de mercado e potencial de crescimento, bem como da aptidão e potencial competitivo de Portugal, nos quais deverão assentar as políticas de desenvolvimento e capacitação da nossa oferta turística (Turismo de Portugal, 2006a). De entre estes constava o Turismo de Natureza. Um destaque especial dentro do turismo de natureza é dado às atividades de DN em dois formatos diferenciados: *Soft* e *Hard*. Estas têm características específicas, representando respetivamente 80% e 20% da procura pelo mercado internacional. Neste seguimento, estatísticas do Turismo de Portugal I.P, referentes ao 3º trimestre de 2013, denotam um aumento considerável no fluxo turístico em Portugal, com receitas a atingir os 3,5 mil milhões de € (mais de 208,0 milhões de € que em 2012, ou seja, mais 6,4%) (Turismo de Portugal, 2013).

As diferentes referências efetuadas perspetivam um sentido de crescimento na procura por atividades de DN. Contudo, estas e outras referências realizadas anteriormente não devem ser utilizadas unicamente como elementos de uma compreensão passada, evolutiva ou concetual.

⁷ Análise realizada pelo autor com base nos documentos disponibilizados no sítio de internet do IPDJ,I.P (<http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=103>)

Devem servir também como matérias-primas que sirvam a novas reflexões que contribuam para um planeamento mais sustentado no futuro.

3.1.3. Perspetivas para o futuro

Uma análise geral ao desenvolvimento dos DN ao longo da história, da sua conceção e de alguns dados atuais permite, de uma forma um pouco especulativa e não determinante, olhar para o futuro destas práticas e de algumas variáveis que se revelam pertinentes e potencialmente influenciadoras de alterações, na forma como estas são organizadas e vividas pela sociedade.

Muitos dos trabalhos referenciados ao longo deste ponto 3 fazem referência a uma tendência de crescimento destas atividades nas sociedades, nas suas mais variadas formas e contextos. Neste ponto, focamo-nos essencialmente na nossa capacidade de olhar de forma holística para este desenvolvimento, complementando algumas aproximações com referências realizadas por Breivik (2010) e Spedding (2006).

Em primeiro lugar, existe concordância entre autores no que diz respeito a uma perspetiva de crescimento continuado das práticas de DN na sociedade. Este é um fator de base para que alguns fatores apresentados de seguida se verifiquem:

1) Evolução no sentido da organização: Alguns resultados (Breivik, 2010; Soto, 2007) evidenciam, por influência do próprio pós-modernismo, que estas atividades sejam sujeitas a maior organização e regulação. Este facto não está unicamente relacionado com as competições (que na realidade, mesmo nos DN se foram tornando numa realidade cada vez mais evidente como é o caso do *snowboard* ou da escalada), mas também ao nível de novas técnicas, aspetos de segurança e controlo sobretudo a nível comercial.

2) Desenvolvimento de novos desportos ou formas de os praticar: a evolução dos DN é evidente e novas práticas ou adaptações na forma como são desenvolvidas têm sido características desta evolução. Por exemplo, o *skydiving* originou o B.A.S.E *jump*, que por sua vez levou à criação de *wingsuits* que permitem hoje ao homem quase que voar sem o auxílio de qualquer tecnologia motorizada (exemplificado na figura 12⁸). As características do meio natural permitem assim dar asas à imaginação dos indivíduos. Este facto supõe que estas novas atividades/formas de prática derivem de outras já existentes. Esta evolução poderá provocar condicionamentos vastíssimos no mercado que envolve estas atividades.

⁸ As imagens seleccionadas têm uma licença *Creative Commons Attribution*, que permite a sua distribuição e uso comercial.



Figura 12. Exemplo da evolução das práticas de DN: do skydiving aos wingsuits

3) Aspectos comerciais: i) um primeiro aspeto está relacionado com o desenvolvimento de novos produtos desportivos (e.g. equipamentos técnico ou vestuário). Hoje em dia, verifica-se na realidade do montanhismo ou do alpinismo indivíduos (ou individualidades) que testam equipamentos aos fabricantes em condições reais mediante pagamento; ii) Os limites entre *performers*, os média, a indústria dos equipamentos e os eventos vão ficar cada vez mais próximos. Reflexões de Breivik (2010) revelam que os média e as facilidades de comunicação em geral provocaram influências sobre estas práticas e na sua notoriedade junto do grande público. Consequentemente, produtores de eventos apercebem-se desta tendência, verificando-se uma maior frequência de novos e variados eventos. O uso de câmaras de vídeo, onde espetaculares performances são gravadas, é verificado em filmes ou anúncios publicitários. Com base no trabalho de Breivik (2010), uma questão se coloca: Será que um estilo de vida menos organizado, com menos focos na performance e maior ênfase em elementos de socialização e vivência de experiências (que sempre caracterizaram estas atividades), serão substituídos por um maior foco em performances extremas e visibilidade junto dos meios de comunicação?; iii) Qual a futura relação entre os DN e os produtos turísticos baseados no consumo da natureza? Dados evidenciam o crescimento de setores como o ecoturismo e o turismo costeiro, assim como uma sociedade cada vez mais sensibilizada para os benefícios da atividade física e para o contato com a natureza (Bell et al., 2007; Pröbstl & Haider, 2013). Uma possibilidade é a de que novos e cada vez mais experimentados turistas exijam experiências mais diversificadas e de maior qualidade, às quais promotores (e.g. empresas de turismo; agências viagens) e espaços (e.g. áreas protegidas) terão de se adequar e criar novas estratégias de captação de públicos.

4) A relação com a natureza: é também evidenciada uma maior tendência ecológica entre a generalidade das populações (Brymer & Gray, 2010; T. Lee, 2011; Rosa & Carvalhinho, 2012a). Será que, com esta maior ênfase nas questões de conservação (tomando como exemplo atual o fenómeno de aquecimento global), poderão levar a versões cada vez mais “verdes” destas práticas? Como se vão adaptar os DN a estas mudanças e qual o seu papel? Um eventual papel educativo para

a conservação da natureza poderá fazer-se evidenciar. A valorização comercial dos *greenlabels*, associados à generalidade da indústria relacionados com estas práticas, também poderá ser expectável. A preocupação ao nível de questões de sustentabilidade de grandes eventos poderá assumir um papel ainda mais relevante do que aquele que assume atualmente.

5) Demografia: o público-alvo destas atividades situa-se tradicionalmente no público masculino entre os 15-35 anos (A. Betrán & Betrán, 1999). No entanto, verificam-se mais mulheres envolvidas nestas práticas, quer a alto nível competitivo quer ao nível das performances extremas. Por influência da sociedade de comunicação, um maior número de crianças vivem (mesmo que através de imagens) estas atividades. A melhoria das condições de saúde e socioeconómicas das populações idosas são algo a ter em conta. A cada vez mais perspectivada inclusão no desporto, com adaptações para pessoas portadoras de deficiência revela-se também pertinente. A comunicação massiva destas práticas poderá provocar fortes influências em novos públicos, originando novos tipos de procura e consequentemente, oferta nova e variada.

6) A saúde: as sociedades preocupam-se e estão cada vez mais sensibilizadas para a problemática da saúde pública e os estilos de vida ativos (Spedding, 2006). O uso de espaços públicos naturais ou seminaturais pode-se evidenciar entre as diferentes oportunidades recreativas das sociedades, especialmente das mais urbanas. É provável que espaços naturais urbanos de uso recreativo sejam cada vez mais procurados pela população empregada. Os motivos de férias e viagens poderão também ser influenciados por estas motivações.

Quem serão os novos participantes no DN no futuro? 1) grupos de pessoas com estilos de vida mais alternativos e que procuram novas experiências e socialização? 2) pessoas envolvidas em configurações formais (competições)?; 3) pessoas envolvidas com os média e patrocinadores, que realizam documentários e performances extremos?

Procura, oferta, saúde, natureza, turismo, indústria, planeamento e política. São alguns dos contextos que deverão merecer com certeza alguma atenção num futuro próximo por parte de investigadores e profissionais. Não querendo prever o futuro de forma assertiva (e porque certamente muitas mais leituras seriam necessárias só para enquadrar esta problemática de modo mais aprofundado), esta reflexão surge neste momento já que alguns resultados se evidenciam bastante claros e alguns até facilmente observáveis na realidade. Estas mudanças (possíveis) trazem implicações a vários níveis, sobretudo ao nível das políticas de planeamento público (municípios; áreas protegidas) ou privados (empresas do ramo turístico, desportivo ou de eventos).

Neste escopo, as AP, contexto de prática desportiva onde se desenvolve esta investigação, devem estar igualmente atentas às transformações sociais que se avizinham. Se, hoje em dia, determinadas

AP podem justificar a ausência de investimento na sua estrutura recreativa por falta de procura (lazer, recreação ou turismo), o mesmo poderá não ser verdade num futuro próximo. Para isso, estes espaços deverão optar pela precaução em detrimento da remediação, iniciando um conjunto de ações (mesmo que se baseiem inicialmente num aprofundamento do conhecimento teórico e científico) que possam vir a sustentar legítima e eficazmente determinadas decisões associadas ao uso do espaço natural para a recreação e turismo, através, ou não, do desporto.

4. Considerações finais

Face ao exposto durante o presente capítulo, cabe-nos salientar algumas considerações fundamentais para uma compreensão geral da temática desenvolvida:

- 1) Os DN estão associados a uma multiplicidade de âmbitos (de consideração científica e profissional), cujos limites entre conceitos se revelam ténues e de difícil análise (caso do lazer, recreação e turismo). No nosso entendimento, o lazer ocupa o início da relação entre estes conceitos, emergindo posteriormente a recreação e o turismo, fenómenos que se diferenciam sobretudo pelas variáveis que constituem o conceito turístico (a viagem e a pernoita);
- 2) Uma especificação destes âmbitos (recreação e turismo), em vertentes ou segmentos relacionados com o contato com a natureza, permitem alcançar manifestações mais ativas que se traduzem na denominada recreação na natureza e, a nível turístico, nos segmentos ativo e de aventura, dentro dos quais o DN revela as suas potencialidades enquanto manifestação de prática ou produto comercial (principal ou complementar);
- 3) A assunção anterior é alcançada com uma compreensão holística do DN. Tendo as suas bases nas sociedades modernas, e claramente originado dentro do tempo de lazer, o DN sofre uma evolução constante ao longo do tempo. A sua manifestação mais óbvia surge sob a forma de uma atividade com um forte sentido mimético, hedonista e de libertação face aos constrangimentos causados pelas sociedades modernas e pós-modernas. Estas atividades estão mais expostas e enraizadas do que nunca na vida (real e tecnológica) da sociedade. A compreensão das possibilidades de evolução destas práticas é um grande desafio para a generalidade das instituições públicas e privadas, responsáveis pelas políticas de desenvolvimento e promoção de espaços e serviços.

5. Conclusão

De forma a responder (parcialmente) ao objetivo estipulado,

Obj.Esp.2 (Parcial): Compreender e justificar a pertinência das atividades desportivas enquanto manifestações de práticas recreativas e turísticas nas AP;

Conclui-se que os DN são manifestações das práticas recreativas e turísticas em contato com a natureza, traduzindo-se sob algumas condições, nomeadamente a liberdade de participação e a implicação física (mais ou menos profunda).

Os DN têm um elevado poder experiencial, pois permitem fortes vivências em contato com a natureza. Por esta razão, tornaram-se num produto turístico de vertentes caracterizadas pelo seu igual caráter experiencial, como é o caso do turismo ativo, de aventura e até o ecoturismo.

Alguns dos mais evidentes motivos que levam as pessoas a procurar o DN estão relacionados com o contacto e apreciação da natureza, bem como com aspetos de socialização.

Novas dinâmicas sociais relacionadas com estas práticas são evidenciadas e devem ser tidas em conta na orientação de políticas e planeamento de espaços, em especial as AP. Estas devem ter em conta estas alterações e atuar no sentido da precaução e planeamento, sustentados nas bases do conhecimento científico e com um importante elemento social na sua conceção.

6. Referências

- Almeida, M. C. T., & Silva, F. A. S. (2009). Gestão do risco em animação turística. . In G. C. Soares, C. Jacinto, A. P. Teixeira & P. Antão (Eds.), *Riscos industriais e emergentes* (pp. 309-322). Lisboa: Edições Salamandra.
- Baud-Bovy, M., & Lawson, F. (1998). *Tourism & Recreation: Handbook of Planning and Design*. England: Architectural Press.
- Beedie, P. (2003). Adventure Tourism. In S. Hudson (Ed.), *Sport and Adventure Tourism* (pp. 203-239). USA: The Haworth Hospitality Press.
- Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U., & Simpson, M. (2007). Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective. *Living Reviews in Landscape Research*, 1(2).
- Betrán, A., & Betrán, J. (1999). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Estudio de la oferta y la demanda en el sector empresarial. *Apunts*, 57, 86-94.
- Betrán, A. B., J. (1995). Propuesta de una Clasificación Taxonómica de las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza. Marco Conceptual y Análisis de los Criterios Elegidos. *Revista Apunts - Educación Física e Deportes*, 41, 108-123.
- Breivik, G. (2010). Trends in adventure sports in a post-modern society. *Sport in society*, 13, 260-273.
- Brymer, E., & Gray, T. (2010). Developing an intimate "relationship" with nature through extreme sports participation. *Leisure/Loisir*, 34(4), 361-374. doi: 10.1080/14927713.2010.542888
- Carvalhinho, L. (2006). *Os Técnicos e as Actividades de Desporto de Natureza - Análise da formação, funções, e competências profissionais*. PhD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Cavallari, V., & Zacharias, V. (1994). *Trabalhando com recreação* (2nd ed.). São Paulo: Ícone.
- Cole, D. (1996). Wilderness Recreation in the United States: Trends in Use, Users, and Impacts. *International Journal of Wilderness* 2(3), 14-18.
- Dias, C., Melo, V., & Junior, E. (2007). Os estudos dos esportes na natureza: desafios teóricos e conceituais. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 7(3), 358-367.

- Dillard, J., & Bates, D. (2011). Leisure motivation revisited: why people recreate. *Managing Leisure*, 16(4), 253-268. doi: 10.1080/13606719.2011.613624
- Dougill, A., Fraser, E., Holden, J., Hubacek, K., Prell, C., Reed, M., . . . Stringer, L. (2006). Learning from Doing Participatory Rural Research: Lessons from the Peak District National Park. *Journal of Agricultural Economics*, 57(2), 1-17.
- Dumezadiar, J. (1960). Current problems of the sociology of leisure. *International Social Science Journal*, 4(4), 522-531.
- Dumezadiar, J. (1979). *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Eagles, P. (2002). Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management1. *Journal of Sustainable Tourism* 10(2), 132-153. doi: 10.1080/09669580208667158
- Eagles, P., Mclean, D., & Stabler, M. (2000). Estimating the Tourism Volume and Value in Parks and Protected Areas in Canada and the USA. *The George Wright Forum* 17(3), 62-82.
- Feixa, C. (1995). La Aventura Imaginaria. Una visión antropológica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. *Apunts*, 41, 36-43.
- Gartner, W., & Lime, D. (2000). *Trends in Outdoor Recreation, Leisure and Tourism*. UK: CABI Publishing.
- Gebara, A. (2000). Nobert Elias e a teoria do processo civilizador. In Bruhns & Gutierrez (Eds.), *Temas sobre o lazer*. Campinas: Autores Associados.
- Hudson, S. (2003). *Sport and Adventure Tourism*. USA: The Haworth Hospitality Press.
- Hurd, A., & Anderson, D. (2011). *Park and Recreation Professional's Handbook* Human Kinetics.
- Khadka, D., & Nepal, S. (2010). Local Responses to Participatory Conservation in Annapurna Conservation Area, Nepal. *Environmental Management*, 45, 351-362. doi: 10.1007/s00267-009-9405-6
- Kraus, R. (1978). *Recreation and Leisure in Modern Society* (2nd ed.). Santa Monica, CA: Goodyear.
- Lee, T. (2011). How recreation involvement, place attachment and conservation commitment affect environmentally responsible behavior. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(7), 895-915. doi: 10.1080/09669582.2011.570345
- Mann, C., & Absher, J. D. (2008). Recreation conflict potential and management implications in the northern/central Black Forest Natural Park. *Journal of Environmental Planning and Management*, 51(3), 363-380. doi: 10.1080/09640560801979527
- Marinho, A. (2008). Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*, 14(2), 181-206.
- Melo, R. (2009). Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual. *Exedra*(2), 93-104.
- Moore, K., Cushman, G., & Simmons, D. (1995). Behavioral Conceptualization of Tourism and Leisure. *Annals of Tourism Research*, 22(1), 67-85.
- Nasser, D. (1995). *Deporto y Turismo Activo: Una Reflexion Sociológica* Paper presented at the Congreso de Turismo Rural y Turismo Activo, Ávila.
- Neirotii, L. (2003). An Introduction do Sport and Adventure Tourism. In S. Hudson (Ed.), *Sport and Adventure Tourism* (pp. 1-25). USA: The Haworth Hospitality Press.
- Neumeyer, N., & Neumeyer, E. (1958). *Leisure and Recreation*. New York: Ronald Press.
- Pröbstl, U. (2010). *Natura 2000: Outdoor Recreation and Tourism: A Guideline for the application of the habitats directive and the birds directive*. Germany: Natura 2000.
- Pröbstl, U., & Haider, W. (2013). Challenges for outdoor recreation and nature based tourism. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 1(1), iii-iv.
- Pröbstl, U., Wirth, V., Elands, B., & Bell, S. (2010). Introduction. In U. Pröbstl, V. Wirth, B. Elands & S. Bell (Eds.), *Management of Recreation and Nature Based Tourism in European Forests* (pp. 1-9). Berlin: Springer.
- Rollins, R., Eagles, P., & Dearden, P. (2009). Tourism, Ecotourism and Protected Areas. In P. Dearden & R. Rollins (Eds.), *Parks and Protected Areas in Canada: Planning and Management* (3rd ed., pp. 314-341). Canada: Oxford University Press.
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, 18(3), 259-280.
- Rosa, P., Carvalhinho, L., & Soares, J. (2014). Retrospectiva, compreensão e perspetivação do futuro do desporto de natureza. In L. Carvalhinho (Ed.), *Desporto de Natureza e Turismo Ativo – Contextos e Desenvolvimento* (pp. 13-34). Rio Maior: ESDRM
- Soto, C. (2007). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza: ¿un fenómeno moderno o posmoderno? *Apunts, Educación Física Y Deportes*, 81-87.
- Spedding, A. (2006). Outdoor recreation. *RuSource: The rural information network, Briefing* 316.

- Tahara, A., & Filho, S. (2009). Atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) e academias de ginástica: motivos de aderência e benefícios advindos da prática. *Movimento*, 15(3), 187-208.
- Torkildsen, G. (1999). *Leisure and Recreation Management* (4th ed.). London: E & FN Spon.
- Torres, M. (2004). El Turismo Activo como alternativa y complemento al modelo turístico en la region de Múrcia. *Cuadernos de turismo*, 14, 179-215.
- Tribe, J. (2011). *The economics of Recreation, Leisure and Tourism*. Oxford,UK: Elsevier.
- Turco, D., Riley, R., & Swart, K. (2002). *Sport Tourism*. USA: Fitness Information Technology, Inc.
- Turismo de Portugal, I. P. (2013). Os resultados do Turismo: 3º trimestre de 2013
- UNEP-UNWTO. (2012). *Tourism in the Green Economy - Background Report*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO. (2013). *Sustainable Tourism Governance and Management in Coastal Areas of Africa*. Madrid: UNWTO.
- Vaske, J., Dyar, R., & Timmons, N. (2004). Skill Level and Recreation Conflict among Skiers and Snowboarders. *Leisure Sciences*, 26(2), 215-225. doi: 10.1080/01490400490432145
- Vaske, J., Needham, M., & Cline Jr., R. (2007). Clarifying Interpersonal and Social Values Conflict among Recreationists. *Journal of Leisure Research*, 39(1), 182-195.
- Veal, A. (1992). Definitions of leisure and recreation. *Australian Journal of Leisure and Recreation*, 2(4), 44-48,52, Republished by School of Leisure, Sport and Tourism, Univeristy of Technology, Sydney, as Working Paper nº44.
- Weaver, D. (2001). *Ecotourism*. Milton,Austrália: John Wiley & Sons Austrália, Ltd.
- Weed, M., & Bull, C. (2004). *Sports Tourism: participants, policy and providers*. UK: Elsevier.
- Xu, J., Lü, Y., Chen, L., & Liu, Y. (2009). Contribution of tourism development to protected area management: local stakeholder perspectives. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 16(1), 30-36. doi: 10.1080/13504500902757189

Legislação consultada

- Diário da República (2009). Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17 de Agosto: Lei de Bases do Turismo: define as bases das políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal.
- Diário da República (1998). Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto: Cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).
- Diário da Republica (1999). Decreto-Lei 47/99 de 16 de Fevereiro: Estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza.
- Diário da República (1999). Decreto Regulamentar 18/99 de 27 de Agosto: Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental.
- Diário da República (2009). Decreto-Lei 108/2009 de 15 de Maio: Juntamente com o Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabelece o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, redefine o conceito de turismo de natureza e contribui para a dinamização do Programa Nacional de Turismo de Natureza, prevista no Programa do Governo.
- Diário da República (2007). Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) : define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Portugal.

Capítulo 3. Desporto de natureza e desenvolvimento sustentável

1. Introdução

Uma aparente e fácil inclusão das atividades desportivas de natureza dentro dos âmbitos da recreação e do turismo não justifica, por si só, a sua pertinência no escopo das áreas protegidas (AP), já que princípios de desenvolvimento sustentável destas atividades devem ser evidenciados. Este capítulo representa um momento chave desta investigação e, partindo da figura 2 evidenciada no capítulo 1, procede a uma tentativa de justificar a adequabilidade e potencial das práticas desportivas, dentro das diversas dimensões de sustentabilidade que caracterizam a recreação e o turismo nas AP.

Apresenta-se assim o objetivo deste capítulo,

Obj.Esp.2 (Parcial): Compreender e justificar a pertinência das atividades desportivas enquanto manifestações de práticas recreativas e turísticas nas AP;

São evidenciados resultados de estudos empíricos, em diversos contextos e realidades sociais, diferentes desportos e meios físicos. A revisão de literatura é organizada em função das dimensões de sustentabilidade, nomeadamente económica, ambiental e social. Posteriormente apresentam-se as considerações finais, conclusões e referências bibliográficas.

2. Desporto de natureza e desenvolvimento sustentável

No capítulo 1, a revisão de literatura efetuada levou à consideração dos benefícios resultantes das atividades de recreação e turismo em AP, dentro do escopo do desenvolvimento sustentável (fig.2, capítulo 1). Inseridas nas três dimensões de desenvolvimento sustentável, fomos capazes de especificar subdimensões, nomeadamente: 1) Benefícios económicos, traduzidos no desenvolvimento e capacitação das populações locais; 2) Ambientais, traduzidos na valorização e educação ambiental; 3) Desenvolvimento sociocultural e aumento da qualidade de vida, traduzidos na educação para a cidadania, o bem-estar e a valorização cultural.

No ponto em que nos encontramos é fulcral considerar o papel do Desporto de natureza (DN) dentro das dimensões referenciadas, e os pontos que se seguem refletem um esforço de pesquisa neste sentido. A par de alguns documentos que estruturam o setor desportivo aos níveis europeu e nacional, apresentamos alguns resultados e considerações provenientes de investigação científica de âmbito multidisciplinar. Alguns dos estudos analisados focam-se especificamente na prática desportiva, outros referem de uma forma mais geral a recreação na natureza ou o turismo desportivo/aventura. No entanto, em todos os casos de carácter geral é possível compreender a

adequação das atividades desportivas dentro dos temas em estudo, razão pela qual são também considerados.

2.1. O Desporto de natureza e os benefícios económicos

2.1.1. O Desporto no desenvolvimento e capacitação local

Carvalhinho, Sequeira, Serôdio-Fernandes e Rodrigues (2010), citando Correia (1991) e referindo-se claramente aos espaços naturais, assumem que “O desporto entra numa nova era, onde proliferam práticas livres de cronómetro, de espaços codificados e limitados, de horários impostos, de regras exteriores. Práticas vividas na maior parte das vezes na companhia de amigos, onde se privilegia a aventura, a incerteza e o risco, em plena natureza.” Os desportos ditos tradicionais, devido às diversas regras e grande competitividade, acima de tudo entre atletas, tendem a canalizar as emoções. Por causa disto, Soares e Paixão (2010), com base na perspetiva de Elias & Dunning (1990), defendem que as atividades de aventura na natureza ganham cada vez mais adeptos, devido ao facto de serem imprevisíveis e excitantes, além de estarem abertas a qualquer pessoa seja qual for a idade ou sexo (Elias & Dunning, 1990, cit. in Soares & Paixão, 2010). Afirmações semelhantes são também assumidas por Brasil e Carvalho (2009), defendendo que “A contínua apreciação pela Natureza culmina, no presente, com levas de pessoas realizando verdadeiras fugas dos centros urbanos a fim de “curtir”, por meio de uma diversidade de práticas, as paisagens idílicas”.

Esta breve introdução remete para considerações já desenvolvidas no capítulo anterior, no que diz respeito à evolução do DN na sociedade, inicialmente enquanto práticas de lazer e, posteriormente, enquanto manifestação dos mercados da recreação e do turismo, sobretudo nos segmentos ativos e de aventura. O turismo é, sem dúvida, uma das indústrias que melhor acolheu e potenciou o desenvolvimento económico destas práticas, sobretudo em AP, e é sobre estas que também centramos a nossa atenção.

Os segmentos mais ativos de prática turística (turismo ativo e de aventura), como identificado anteriormente, inserem-se no turismo desportivo e, neste âmbito, três amplas categorias de turismo desportivo têm sido propostas na literatura. A primeira categoria inclui os turistas que visitam determinados destinos, a fim de participarem em eventos desportivos, como os campeonatos europeus de futebol, os Jogos Olímpicos ou outros. A segunda categoria inclui visitantes que procuram atrações desportivas famosas, tais como instalações desportivas, estádios e museus. Finalmente, a última categoria inclui turistas que viajam com o objetivo de fazer umas férias ativas e participar em atividades desportivas e de lazer, em grande parte na natureza, traduzindo-se em atividades relacionadas com a água, montanha, o golfe, o ténis, etc. (Kouthouris & Alexandris, 2005).

Focando-nos na última categoria, e de acordo com os mesmos autores, a partir de 1990, o setor ganhou uma maior estabilidade. Novas organizações privadas relacionadas com o *outdoor* surgiram no mercado e algumas organizaram-se seguindo os princípios de *franchising*. O mercado aumentou significativamente, em resultado das tendências socioeconómicas e do estilo de vida. Aqui, as tecnologias de comunicação assumem também um papel relevante. Verificou-se um aumento na participação em atividades na natureza, associado a um estilo de vida moderno e alternativo para a generalidade dos indivíduos, famílias e membros de associações. As organizações privadas tornaram-se cada vez mais profissionais, focadas na receção de turistas locais e internacionais, enfatizando a criação e o desenvolvimento de uma rede de distribuição (Kouthouris & Alexandris, 2005). Documentos de base na organização do desporto focaram desde o início a relevância destas práticas no desenvolvimento socioeconómico. As nossas leituras conduziram-nos à Carta Europeia do Desporto (CED), documento que refere que o desporto “Pode também contribuir para o desenvolvimento local e regional, a regeneração urbana e o desenvolvimento rural.” (CED, ponto 3., pág11). Alguns estudos, que associam o desenvolvimento turístico às práticas desportivas, refletem na realidade os princípios apontados na CED.

Ditton e Baker (1999), focados nos benefícios económicos do mergulho, reconheceram importantes ganhos económicos para as comunidades locais, particularmente ao nível do aluguer de embarcações para aceder aos locais de mergulho. Também Cloke e Perkins (2002) discorrem acerca da importância da marca “*Adventure*” na economia Neozelandesa e o importante papel para o desenvolvimento turístico desta nação.

Em Espanha, Betrán e Betrán (1999), há mais de 10 anos, verificaram que a Catalunha se havia tornado um local ideal para a prática de atividades de DN, devido à existência de uma rede de negócios importante, que respondia a uma procura crescente de utilizadores. A tradição “caminhante” e escaladora, a topografia, o desenvolvimento urbano e os seus contextos culturais, sociais e económicos específicos, facilitaram o enraizamento deste conjunto de práticas, destacando-se como uma sólida oferta. As empresas que promovem estas atividades organizaram uma rede de pequenos negócios, que contribuíram para a correção de determinados desequilíbrios económicos e demográficos de alguns territórios deprimidos. Os autores defendem que, nesta região, os empresários do turismo de aventura têm o forte compromisso de fornecer um serviço que permita canalizar o fluxo de procura por grande parte da população, representada principalmente por jovens entre os 15 e os 35 anos (A. Betrán & Betrán, 1999).

Beedie e Hudson (2003), numa reflexão acerca da emergência do turismo de montanha, enfatizam o caso Nepalês, cujos interesses comerciais aumentaram ano após ano, facilitando o crescimento do

turismo de aventura num país fortemente caracterizado pelas atividades de alpinismo. Tomando ainda como exemplo o turismo de montanha, também Bourdeau, Corneloup e Mao (2002), considerando o desenvolvimento do turismo nas montanhas francesas, assumem que, particularmente no verão, a renovação da oferta desportiva contribui para a revitalização do turismo de montanha, e que este facto é o centro do sistema turístico na região.

Há cerca de 10 anos, em alguns locais do globo, o turismo de surf chegou a uma escala económica apreciável, trazendo consigo relevância económica, social e ambiental para as comunidades das ilhas do Indo-Pacífico (Buckley, 2002). Mas deve existir precaução face às consequências negativas do desenvolvimento económico. O autor refere que, em muitas ilhas, o crescimento do surf testa rapidamente os limites da capacidade de lazer, no sentido particular em que fenómenos de *crowding* entre clientes reduz o valor da experiência para os turistas e, consequentemente, o preço potencial à disposição dos operadores (Buckley, 2002), colocando enormes desafios para a gestão destas áreas numa constante necessidade de adaptação. O autor conclui ainda que o turismo de surf é uma nova influência para as ilhas do Indo-Pacífico que, fazendo parte de uma multibilionária indústria do turismo de aventura mundial, tem o potencial de sobrecarregar as ilhas individualmente (fator negativo), ou de lhes proporcionar uma fonte de receita a longo prazo num mercado em franco crescimento (Buckley, 2002).

Referências realizadas no capítulo anterior (Marinho, 2008; Pröbstl et al., 2010) remetem igualmente para esta tendência nas áreas naturais.

Segundo Boutroy, Bourdeau, Mao e Senil (2012), a região de Rhône-Alpes é reconhecida hoje como um exemplo neste campo. Caracteriza-se por uma concentração excecional de organizações desportivas e é um líder nacional no subsector de natureza e desportos de montanha, tanto em termos de espaços desportivos, locais de prática e itinerários, suporte profissional, como em termos de treino e formação, investigação, distribuição especializada, meios de comunicação etc. Esta constitui-se assim uma região emblemática, que é sistematicamente colocada na vanguarda da oferta nacional (Francesa), no que se refere a desportos de natureza, possuindo locais para a maioria das práticas de montanha, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

A pesquisa de S. Hill, Cable, and Scott (2010) refere que as atividades turísticas focadas na natureza e na vida selvagem, como é o caso do da observação de aves, objeto de estudo da sua investigação, são responsáveis por um substancial desenvolvimento e ampliação do mercado mundial do turismo, enquanto a caça e outras formas de uso/consumo da vida selvagem estão em queda. Segundo os autores, “onde existem pássaros”, os potenciais observadores são retratados como “alvos a seguir”. Estes concluíram que estes indivíduos, necessitando de momentos de escape, alojamento,

suprimentos e equipamentos, são um mercado a ser explorado. Constituem, além disso, um motor económico, que pode ser lucrativo para as comunidades, incentivando à visitação e ao fornecimento de produtos e serviços de observa o de aves.

No seguimento do estudo de Buckley (2002), verifica-se que o surf é hoje uma economia de grande escala, podendo-se tomar como exemplo desse desenvolvimento, em Portugal, a existência de uma etapa do circuito mundial na cidade de Peniche e o impacto económico considerável na região oeste (GITUR, 2012).

A pesquisa por estudos realizados em datas muito distintas (com intervalos de cerca de 14 anos) não surge por acaso. Os resultados revelam que estas práticas, mesmo representando um mercado jovem, estão instauradas há vários anos e continuam a crescer e a revelar-se importantes fontes de rendimento local em alguns destinos. O caso mais emblemático é vivido na Nova Zelândia, onde a cultura dos DN se congratulou como imagem deste destino turístico, assumindo assim uma dimensão nacional (Cloke & Perkins, 2002).

Cabe-nos ressaltar algumas considera es importantes: 1) O mercado do DN apresenta evidências de impacto económico a nível local ou regional; 2) Este mercado aumenta ainda a sua dimensão se nos afastarmos das indústrias da recrea o e do turismo (e.g. marcas; equipamentos; eventos); 3) O seu impacto económico não se resume somente a uma visão vertical (assente unicamente na cria o e providência de produtos turístico-desportivos) devendo também ser perspectivado sob uma visão horizontal, já que afeta direta ou indiretamente outros serviços (e.g. alojamento; restaura o; cultura); 4) Está em constante evolu o no sentido da especializa o, e deve adaptar-se   variedade de motiva es dos visitantes; 5) Este mercado tem um caráter predominantemente experi ncial e as motiva es de procura não se resumem   prática de atividade física; 6) Pelas duas últimas razões, os seus limites de crescimento são difíceis de estabelecer, porque dependem em grande parte das motiva es dos visitantes e, conseqüentemente, da capacidade criativa dos promotores; 7) Pode gerar impactos positivos a vários níveis, mas também negativos se não for atempada uma correta organiza o do espaço, dos serviços, e uma monitoriza o per dica.

Como referido anteriormente, os limites de crescimento deste mercado são difíceis de estabelecer. No entanto, um fator congratula-se como excecional, já que   básico na sua g nese: os recursos naturais. A degenera o dos recursos utilizados nas práticas desportivas, e ao mesmo tempo da própria paisagem, são o fator de maior importância neste mercado, sobre o qual centramos a nossa aten o seguidamente.

2.2. O desporto de natureza e os benefícios ambientais

As práticas recreativas e turísticas em contato com o meio natural são dependentes das suas condições, já que estes se revelam recursos (a vários níveis) indispensáveis da indústria, e o DN é e será influenciado pelas alterações verificadas nos diversos ecossistemas onde é desenvolvido. Neste campo, um fator relevante que ocupa a agenda da investigação atual, sobretudo ao nível do turismo, é a relação entre o futuro destas práticas e as alterações climáticas (Scott & Lemieux, 2010) que se preveem nos próximos anos. Este assunto assume até destaque no lançamento de um novíssimo periódico focado nas temáticas em estudo nesta investigação (Pröbstl & Haider, 2013). A prática desportiva em contato com a natureza depende fortemente das características do território natural e uma evidência empírica desta realidade é traduzida no recuo dos glaciares do vale de Chamonix (Alpes Franceses), que alteraram a paisagem desta região nos últimos anos, e que muito provavelmente poderão influenciar as tendências de prática desportiva (e.g. travessia de glaciares; escalada em gelo).

No escopo das ciências naturais, Stenseke (2012) refere que muita da pesquisa realizada neste campo, focada na interação entre a recreação na natureza e a sua conservação, tem-se concentrado principalmente sobre as suas consequências negativas para a generalidade do meio natural. Estudos no âmbito de ecologia da recreação (J. Marion, 1998; L. Marion & Olive, 2006; L. Pinto et al., 2008) refletem esta assunção. Questões relacionadas com o lixo, a poluição e a perda de coberto vegetal são exemplos de um discurso de “perturbação” que se verifica em diversos trabalhos.

Tem-se vindo a compreender que diferentes atividades desportivas de natureza têm diferentes impactos ambientais. Estes não são homogêneos ou estritamente dependentes do número de praticantes, variando de acordo com padrões de atividade e comportamento em geral (Stenseke, 2012). Este fator comportamental está notoriamente relacionado com a conduta dos praticantes ou dos visitantes, e um fator resultante desta conceção está na adoção de programas ou elementos de sensibilização em AP (L. Marion & Reid, 2007), que fazem frente ou complementam a adoção de medidas de proteção mais diretas/restritivas.

Mas de uma forma um pouco paradoxal, face ao exposto, a realidade é que a recreação e o turismo em contato com a natureza têm sido apontados como meios para promover o desenvolvimento local apoiado na proteção da natureza, proporcionando uma situação vantajosa quer para as autoridades de conservação quer para as comunidades locais (Stenseke, 2012). Mas tendo estas atividades um carácter perturbador, de que forma poderá a assunção do autor fazer sentido?

A resposta não estará provavelmente nas ciências naturais, mas antes em aspetos que conduzem para a relevância dos fatores educacionais, de sensibilização e consciência ecológica, sobretudo daqueles que desenvolvem estas atividades. É sobre estes que centramos a nossa atenção, numa tentativa de evidenciar aspetos que valorizem ou justifiquem a prática de DN, enquanto fator educacional para a natureza.

2.2.1. Desporto na valorização e educação ambientais

No nosso entender, a possibilidade de se poderem desenvolver atividades desportivas em contato com a natureza revela-se uma fonte de aproximação e interação do binómio Homem-Natureza, sendo desta forma um fator de base para que outros benefícios, que advêm do contato com esta, sejam potenciados. Para compreender esta possibilidade, consideramos inicialmente a relação entre o DN e o meio ambiente, e debruçamo-nos sobre o interessante conceito apresentado por Rodrigues e Junior (2009) de “Ecomotricidade”. Segundo estes, podemos entender a ecomotricidade como o conjunto das práticas corporais desenvolvidas com intencionalidade, relacionadas com processos educativos de reconhecimento das relações Homem - meio ambiente, e que primam pela sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. Pensar a ecomotricidade como a motricidade humana em relação ao meio ambiente significa o reconhecimento e a incorporação dos problemas ambientais, o que implica que o indivíduo não só compreenda quais os problemas ambientais contemporâneos mas que os reconheça como seus (C. Rodrigues & Junior, 2009), incluindo ainda uma compreensão, por parte do indivíduo, de que o movimento e o corpo humano são partes integrantes do próprio ambiente, porque o Homem também o é. Num sentido semelhante, Rodrigues e Darido (2006) apontam que o DN representa mais uma possibilidade de aproximação entre o indivíduo e o meio ambiente, devido à interação com os elementos naturais e as suas variações, promovendo assim o respeito pelo meio.

Ambos os autores agora citados partem dum princípio importante que, de alguma forma, orientou as nossas leituras no desenvolvimento desta temática específica, nomeadamente a importância da conexão entre o Homem e a natureza, realizada através do desporto, como fonte de potenciação do respeito e do reconhecimento dos problemas ambientais.

Alguns dos documentos mais importantes no setor do desporto já identificaram a necessidade da transmissão de conhecimentos associados à sustentabilidade e respeito ambiental, utilizando as práticas desportivas como vetor para essa aprendizagem. A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) identifica, no artigo 31º, alínea 2, o seguinte: *“As atividades mencionadas no número anterior [Alínea 1 do mesmo artigo, referente ao desporto escolar e educação física] devem contribuir...para a sensibilização e educação ambientais”* (LBAFD, Artigo 31º, Alínea 2). A Carta

Europeia do Desporto (CED) também faz referência a esta necessidade, assumindo que *“Tendo em atenção a relação estreita que existe entre um meio ambiente são e as atividades desportivas e a necessidade de ter em consideração os dados ligados ao meio ambiente e o princípio do desenvolvimento sustentável no Desporto;”* (CED, 10., p. 2).

A aquisição de conhecimentos e competências ambientais tem sido estudada nas últimas décadas, remetendo o seu início para os anos 1960, década que coincide com a alavancagem das políticas ambientais globais referenciadas por Soromenho-Marques (1998b). Este desenvolvimento tem ficado a cargo dum setor educacional que se denomina de Educação Ambiental.

Quer na perspetiva de Kollmuss e Agyeman (2002) quer na opinião de Ferreira (1998), a consciência ambiental é antes de mais o ponto de partida para a educação ambiental. É neste prisma que abordamos alguns estudos associados a diferentes práticas desportivas na natureza, e cujos resultados apontam para a aquisição de uma relação harmoniosa com a natureza e alguns indicadores de consciência ecológica.

Brasil e Carvalho (2009), com o intuito de analisarem as interações entre a natureza e grupos de surfistas, reconheceram que as suas práticas remetem para a busca pelo sentido da vida na emoção e aventura, para além dos valores e princípios determinados pela ciência e pelo mercado. Neste sentido, verificou-se um surfista mobilizado, presente e envolvido com a experiência, exercendo no mar a imaginação, a criação e o encontro consigo e com a natureza. Stewart e Craig (2000) reconheceram que as pessoas expostas, frequentemente, ao contato com o meio natural são mais propícias às atitudes conservacionistas e comportamentos pro-ambientais do que aqueles que passam mais tempo em ambientes construídos. T. Lee (2011), num estudo incidido sobre práticas recreativas de turistas numa área natural, verificou que o envolvimento nestas atividades afetava direta e significativamente o compromisso conservacionista e, ao mesmo tempo, os comportamentos pró-ambientais.

Ferreira (1998) verificou que o pedestrianismo é uma prática ideal para a educação ambiental, se a intenção for a de introduzir as pessoas no meio natural e nos seus problemas. Defende também que a educação (vista sob um ponto de vista mais formal) é um fator essencial para contribuir para um aumento do conhecimento ambiental, ainda que a aquisição de conhecimentos através da experiência e envolvimento nas atividades seja essencial. Brymer e Gray (2010) concluíram que a prática de desportos extremos num grupo de veteranos era o contexto adequado para apreciar a conexão entre a humanidade e o mundo natural. Verificaram inclusivamente que os participantes mantêm esta postura não só no momento da prática, como a transferem para os acontecimentos do dia-a-dia da vida moderna. Tahara e Filho (2009), num estudo acerca dos benefícios da prática de

atividades físicas na natureza, reconheceram que 16% dos respondentes consideraram que o respeito pelo próximo e pelo meio natural se tinha tornado mais incidente na sua vida após iniciarem estas práticas.

Zeidenitz, Mosler e Hunziker (2007) desenvolveram um estudo, cuja amostra foi constituída por praticantes de ski e *picnickers* (indivíduos que não estão, na atividade, motivados pela prática desportiva). Os resultados obtidos permitiram a identificação de preditores de um comportamento ecologicamente responsável em ambos os grupos. As atitudes das pessoas face à paisagem, e especialmente face à apreciação da sua diversidade, foram um dos mais importantes preditores da intenção de agir de forma responsável durante a prática das atividades recreativas na natureza.

Neste âmbito, podemos reconhecer a aparente eficácia do contato com a natureza, através do DN na aquisição de uma maior consciência ambiental. Podemos igualmente constatar que, para uma aquisição efetiva desta consciência, é necessário o contato continuado com estas práticas, não se limitando apenas à aquisição de competências teóricas e de forma pontual. Esta aproximação é traduzida na prática nos princípios do ensino experiencial e situado (Jensen & Schnack, 1997; Lave & Wenger, 1991; Light, 2006; Sandell & Öhman, 2010).

Kollmuss e Agyeman (2002), na tentativa de analisar os diversos modelos teóricos que explicam o comportamento pró-ambiental, constituíram uma proposta teórica que inclui muitos dos fatores considerados em modelos anteriores. Nesta identificam um conjunto de barreiras ao comportamento pró-ambiental, o qual advém de fatores internos e externos, nomeadamente: a i) falta de consciência ambiental, a ii) falta de possibilidades (entenda-se como oportunidades/vivências) internas e externas iii) falta de feedback acerca dos comportamentos ambientais e, com mais importância, a existência de iv) antigos padrões comportamentais. Estas considerações dos autores remetem para necessidades efetivas de organização do sistema educativo e desportivo, no sentido de se potenciar a aquisição de uma maior consciência ambiental. Podemos tomar como exemplo o caso sueco. Como foi já evidenciado anteriormente, Stenseke (2012) refere que a recreação desenvolvida em contato com a natureza foi indicada como um marco na conservação da mesma. Na Suécia, no entanto, os resultados do estudo da autora indicam que esta (recreação) não foi estabelecida como um elemento de políticas de conservação da natureza completamente desenvolvido e integrado. Os resultados sugerem ainda que é necessário um maior entendimento daquilo que é a recreação na natureza para que se possam implementar estratégias adequadas para a implementação destas nas políticas de conservação.

Assim, uma maior consciência ambiental, baseada em princípios da educação experiencial e situada, deve ser alcançada. Por sua vez o DN, pelas suas características, pode assumir aqui um papel fulcral e poderá contribuir para a mitigação dos fatores inibidores apresentados Kollmuss e Agyeman (2002). No entanto, um maior investimento e promoção destas atividades por parte das organizações, sobretudo governamentais, são essenciais: i) a nível escolar, por exemplo, poder-se-á contribuir para o aumento de oportunidades externas através de ações de foro ambiental e da própria transmissão de conhecimentos, partindo por exemplo, da inclusão dos DN nas aulas de educação física ou da identificação e resolução consciente e responsável de problemas ambientais inerentes ao ambiente escolar. As AP podem ser palco para estas intervenções; ii) A nível associativo aproximar os jovens e as crianças dos clubes desportivos e de aventura, e desenvolver ações que permitam aos jovens conhecer e viver a natureza, contrariando, desde estas idades, o efeito dos antigos padrões comportamentais; iii) A nível empresarial, e sobretudo em termos turísticos, aproveitar as novas tendências de mercado e promover serviços que permitam aos turistas um contato direto e consciente com a natureza, incluindo até componentes de interpretação e aprendizagem.

As AP são, no nosso entender, palcos de prática desportiva de excelência, no sentido em que conjugam o potencial natural (características físicas do território ideais para a prática desportiva) com ecossistemas únicos, aliados a um ideal de conservação dificilmente observável noutros locais. Para além disso, aspetos culturais únicos enriquecem a vivência dos visitantes. Neste sentido, e dada a grande variedade de âmbitos em que pode ser desenvolvido, parece-nos clara a potencialidade do desporto desenvolvido em AP na contribuição para uma maior consciência ambiental e a consequente valorização do espaço natural, dos seus recursos e das suas paisagens. As próprias AP desempenham aqui um papel fulcral no aumento de oportunidades de contato e vivência do meio natural. Os governos, principais implementadores destes espaços, têm aqui uma responsabilidade acrescida no aumento das oportunidades e no fomento da participação e apoio às entidades que podem, e devem, levar as crianças, os jovens e a população em geral à natureza através do desporto.

Não descurando a importância que cada ser vivo (ou não vivo) desempenha no equilíbrio de cada ecossistema, a conservação da natureza é também um fenómeno social, caracterizado pela vontade do ser humano em proteger e valorizar a vida e outros aspetos de natureza moral ou estética, como é o caso da paisagem. Por isso mesmo, a educação é um fenómeno que deve acompanhar as políticas de conservação e novos modelos educacionais que privilegiem o contato com a natureza devem ser potenciados.

No entanto, o poder educacional das atividades de DN não se resume ao ambiente. De acordo com Extremera e Gallegos (2008), estas possibilidades educacionais estão em crescendo. Cada vez mais, novos métodos e modelos de trabalho são voltados para os valores pessoais e sociais, a autonomia e a responsabilidade, o reconhecimento das diferenças entre sexos, o respeito a tolerância e, finalmente, a educação para a cidadania e os direitos humanos. Estes fatores de natureza sociocultural concorrem para a terceira dimensão da sustentabilidade em que centramos de seguida a nossa atenção.

2.3.Desporto de natureza e os benefícios socioculturais

2.3.1. Desporto de natureza na educação para a cidadania e desenvolvimento pessoal

O desporto, enquanto meio de educação para a cidadania, está amplamente reconhecido e defendido em diversos documentos importantes, na organização do desporto a nível mundial. A CED refere a possibilidade “...das diversas contribuições que o Desporto pode dar para o desenvolvimento pessoal e social, através da oferta de atividades criativas e ocupações recreativas” (CED, 8., p. 2).

Não menos importante, o Livro Branco do Desporto (LBD) refere que “O desporto apresenta igualmente possibilidades atrativas para o empenho e a participação dos jovens na sociedade e pode contribuir para evitar que estes resvalam para a delinquência.” (LBD, ponto 2.4., p. 7) e que “A prática do voluntariado em organizações desportivas proporciona muitas ocasiões de educação não formal, que têm de ser reconhecidas e encorajadas.” (LBD, ponto 2.4., p. 7)

Uma das vertentes educativas fortemente associadas ao desporto em contato com a natureza é a internacionalmente denominada “Adventure education” ou “Outdoor education”. Os modelos utilizados nesta vertente são vários, e característicos dos diferentes países com tradição neste âmbito, como é o caso dos EUA, Austrália ou os países nórdicos (Zmudy, Curtner-Smith, & Steffen, 2009).

Diversos resultados na construção pessoal dos indivíduos, e na educação para a cidadania através das práticas desportivas em contato com a natureza, têm sido verificados. Light (2006), partindo do conceito de “*Situated Learning*”, verificou que a frequência e vivência num clube de surf australiano por jovens adolescentes eram essenciais para a formação da sua identidade a vários níveis, bem como na melhoria da sua relação com a sociedade. Zmudy et al. (2009) verificaram que as crianças, que participam nos processos de educação *outdoor*, têm diferentes aprendizagens com diversos níveis de sucesso. Não obstante, todas retiram benefícios positivos dessa aprendizagem, os quais facilitam as suas relações interpessoais.

Sandell e Öhman (2010) desenvolveram um projeto de investigação, com o objetivo de contribuir para o conhecimento científico acerca das diferentes práticas de educação *outdoor* e educação ambiental, decorrentes na Suécia, e de uma forma mais geral nos restantes países escandinavos. Neste estudo foram selecionadas três práticas para estudos futuros, cuja análise individual constitui a 2ª parte do seu estudo. Em todas as atividades, e dado o papel relevante e contínuo que a educação *outdoor* teve na vida destas crianças, os autores observaram que não existiam quaisquer problemas na realização das tarefas, e que os professores raramente tinham de intervir para explicar “como fazer”. Aparentemente, este histórico, associado ao contacto com a vida ao ar livre, levou a um conjunto de hábitos que se demonstram permanentes, potenciando o sentido prático dos indivíduos. Resultados de uma segunda prática (focada em jovens adultos) revelaram que o contacto mais extremo e pessoal com a natureza pode providenciar oportunidades para uma reflexão crítica acerca da vida quotidiana e dos problemas da sociedade.

Burnik e Mrak (2010), numa abordagem ao montanhismo enquanto prática relevante de educação na natureza, fazem referência à adequação desta a dois níveis distintos: em primeiro lugar, referem que um dos princípios mais importantes da ética desta modalidade é a regra da verdade, o que significa que os montanhistas são obrigados a comunicar os seus feitos de acordo com a mesma. Em segundo, consideram que os montanhistas estão conscientes da sua responsabilidade na proteção das montanhas. Às crianças e jovens envolvidos nestas atividades é providenciado este sentido ético e de responsabilidade ambiental. Já Gallegos, Juan e Montes (2005) focaram-se numa abordagem junto do público jovem, e referem que o Caminho de Santiago se revelou uma estrutura intercultural, de formação, reflexão e comunhão para a juventude em todo o mundo, especialmente para os jovens espanhóis e do resto da Europa. De acordo com os autores, a realização desta conhecida rota envolve a juventude numa grande aventura, vivenciando a prática de atividades físicas em plena natureza. Verificaram que a experiência final atende às expectativas iniciais dos jovens e que muitos consideram voltar a realizar a rota. Bahia e Sampaio (2007) referem ainda que não é possível reduzir as práticas e as atitudes dos praticantes de DN ao simples “gosto pela aventura” e por “adrenalina”, visto que alguns demonstraram perceber as possibilidades de mudança de comportamentos na sua vida cidadina, quer no trabalho quer na família, e ainda no que se refere à mudança de atitudes em relação aos comportamentos adotados no meio ambiente.

Outro aspeto educacional, não conectado diretamente com questões de cidadania, está implícito nos princípios de desenvolvimento motor e psicomotor das crianças e jovens, a integração em grupos sociais e o respeito mútuo. Neste campo, Aziz e Said (2012) referem, num estudo incidido em crianças do 1º ciclo, que estas se estão a tornar cada vez menos egocêntricas e mais sócio excêntricas nestas idades, dado que têm uma maior compreensão da sua relação com os outros

(Black et al., 1996, cit. in Aziz & Said, 2012), especialmente quando estão a “jogar” no exterior. “Jogar” no ambiente ao ar livre oferece várias possibilidades de estimulação dos seus sentidos e evolução das suas habilidades cognitivas. Estas crianças também revelam a capacidade de demonstrar as suas preferências face aos locais e atividades que desenvolvem, já que beneficiam da crescente liberdade de brincar ao ar livre sem supervisão dos adultos (Aziz & Said, 2012).

Tendo em conta um conjunto de necessidades locais, a NSA (*National Sport Academy* de Sofia) desenvolveu um campo de férias de cariz desportivo inclusivo, para crianças e jovens com deficiência. Djobova e Dasheva (2011), autoras de um trabalho inserido neste evento, referem que estes campos são ambientes onde as crianças podem aprender novas habilidades, construir amizades, e experimentar o crescimento pessoal. As crianças e os jovens que frequentaram este campo têm diferentes tipos de deficiência, variando de leve a grave e vivem em diferentes tipos de configurações (e.g. famílias ou instituições sociais). Em termos de atividades, a ênfase principal recaiu nos desportos aquáticos, como a natação a canoagem, o remo ou a vela. Também praticaram orientação e outros desportos mais comuns como o *badminton*, voleibol, futebol de praia e outras atividades como a dança, jogos, pinturas e visitas culturais. Alguns resultados pertinentes advêm da análise das autoras face a este evento, sendo de destacar: 1) O acampamento ofereceu um exemplo de inclusão real e sustentado que poderia ser transferido dentro da comunidade em geral; 2) os participantes com deficiência evidenciaram melhorias nas suas habilidades no campo do desporto, a ao nível das técnicas desportivas já assimiladas e na aquisição de novas competências; 3) os participantes com deficiência evidenciaram melhorias na autoestima e confiança.

Com base nos resultados agora verificados, podemos também assumir a importante função do desporto em contato com a natureza na formação do indivíduo, no respeito pela sociedade e no processo de socialização, sobretudo se for desenvolvido de forma continuada e enraizado nos hábitos de vida das crianças e jovens.

2.3.2. O Desporto de Natureza na promoção do bem-estar e qualidade de vida

Os benefícios da prática de exercício para a saúde estão já amplamente estudados, provando as melhorias na qualidade de vida das pessoas que o praticam. Neste escopo, e retomando à análise de alguns documentos fundamentais na orientação do setor desportivo, verificamos referências na CED, assumindo que “...o exercício físico contribuir para o equilíbrio fisiológico e psicológico do ser humano;” (CED, 8., p. 2).

De igual modo, o LBD refere que “O movimento desportivo tem maior influência do que qualquer outro movimento social no aumento das atividades físicas benéficas para a saúde” (LBD, Ponto 2.1., p. 4).

No caso específico do desporto de natureza, Carvalhinho et al. (2010) entendem que a prática desportiva não se resume à busca de um objetivo exterior ao indivíduo, bem pelo contrário, tende a dar muita importância aos objetivos inerentes ao próprio indivíduo como o prazer, a satisfação, o bem-estar e a saúde. Sandell e Ööhman (2010), de uma forma mais generalizada e não focada especificamente no desporto, defendem que a vida em contacto com a natureza tem um conjunto de benefícios para a saúde humana, física e mental. Tahara e Filho (2009), num estudo incidido sobre os motivos que levam à prática de DN, verificaram que a maior percentagem de respostas (35%) estava associada a benefícios relacionados com a saúde e bem-estar. Numa revisão de literatura, Aziz e Said (2012) referem que, para uma criança, o “jogo” realizado no exterior é importante para as suas necessidades de desenvolvimento. As atividades físicas que ocorreram nas brincadeiras infantis têm-se mostrado importantes para a saúde mental e física das crianças.

Ardahan (2012) concluiu que a participação em DN tem um impacto positivo sobre a satisfação com a vida (*Life Satisfaction*), verificando diferenças em todas as subdimensões de variáveis demográficas entre praticantes de DN e não praticantes (Ardahan, 2012). Degenhardt, Frick, Buchecker e Gutscher (2011) referem que a exposição à natureza contribui para o bem-estar geral e a saúde dos indivíduos, e que as investigações indicam uma série de benefícios físicos, emocionais, cognitivos, sociais, educacionais e espirituais, associados a recreação na natureza. Face a estes resultados, sugerem que um acesso rápido dentro das cidades a diversas áreas de lazer, e a providência de informação espacial (como a localização dos espaços) de fácil utilização, podem ser formas de potenciar uma prática recreativa frequente por parte da população empregada (Degenhardt et al., 2011). Bahia e Sampaio (2007) defendem que, na busca de momentos de lazer na natureza através dos DN, é possível verificar atitudes “compensatórias”, ou seja, um comportamento de fuga das dificuldades vividas no quotidiano de cada indivíduo, e a falta de compreensão das possibilidades ampliadas de vivência de novos valores, que possibilitem a convivência com a natureza e com seus pares. Um estudo realizado na Finlândia (Tyrväinen, Korpela, Silvennoinen, & Ylen, 2006) revelou que os sintomas de *stress* e auto percepção da saúde são influenciados positivamente pelo tempo despendido em áreas naturais. No mesmo sentido, outros revelam que um contato semanal com a natureza revela-se influenciador no aumento das emoções positivas e decrescimento das análogas (Bell, Ward Thompson, Findlay, Montarzino, & Morris, 2005). No contexto do turismo, Rodrigues, Kastenholz e Rodrigues (2010) referem que o pedestrianismo é uma atividade apropriada no que diz respeito à sua integração num contexto turístico, relacionado com a saúde e o bem-estar, setor este em franco crescimento.

Neste caso, conseguimos também aferir a eficácia da prática desportiva de natureza no aumento da saúde e bem-estar dos indivíduos que a praticam, encontrando ainda correspondência com benefícios intrínsecos como a satisfação e o prazer.

2.3.3. O Desporto de Natureza na valorização cultural

Em termos culturais, e tendo em conta a realidade das AP, a investigação focada nas atividades desportivas parece ser menos abundante. Os DN, enquanto fonte de desenvolvimento socioeconómico, poderão providenciar um aumento da capacitação local, identificação e valorização da terra e da ruralidade, sentido de pertença e de identidade local. Poderão também, se articulados com outras atividades, contribuir para a difusão cultural (e.g. artesanato; costumes e tradições locais) e um consequente aumento do rendimento de pequenos negócios familiares. No entanto, outros fatores menos positivos como a perda desta identidade local (derivada de um fluxo muito grande de turistas e como consequência de multiculturas), ou o excesso da capacidade de carga dos locais de lazer e recreação, podem ser evidenciados se não for acautelado um correto planeamento turístico.

De acordo com Buckley (2002), no contexto do turismo de surf, os impactos culturais podem ocorrer a vários níveis. O primeiro sucede quando um determinado destino, principalmente num país em desenvolvimento, se torna popular com as viagens de surfistas de nações mais ricas. Tal como acontece com a maioria das formas de turismo, alguns dos locais mais preparados vão tirar partido das novas oportunidades comerciais, fornecendo alojamento turístico e transporte local. Estas aparentes vantagens económicas podem provocar alterações nas dinâmicas socioeconómicas de determinada região, prevendo-se até uma alteração profunda das suas fontes de rendimento (sobretudo no que diz respeito a negócios familiares).

No que diz respeito à implementação de áreas protegidas marinhas, Badalamenti et al. (2000) examinaram os efeitos do desenvolvimento turístico nestas áreas no mediterrâneo, justificando a necessidade de se aprofundar este conhecimento pelo evidente crescimento na procura turística nestas zonas. Os autores referem a necessidade de se dar atenção (na realidade mediterrânica) a dois grupos alvo (dentro das populações locais) sujeitos a um impacto sociocultural considerável, nomeadamente pescadores e jovens que habitam as zonas de procura turística. Em termos socioeconómicos e culturais, os autores defendem que nem sempre é fácil consciencializar os residentes de que a introdução de um estatuto de conservação e o eventual desenvolvimento do turismo nessa zona pode ser vantajoso. Para os primeiros, referem que as possibilidades de desenvolvimento turístico-desportivo associado ao mar pode ser uma forma de suplementar os seus rendimentos, através do aluguer de embarcações, viagens de pesca ou passeios de barco. Para os

segundos (jovens) identificaram a possibilidade de serem criados centros de mergulho, atividades de mergulho, *snorkling* e viagens de barco.

O desporto é reconhecido sobretudo pelo seu papel integrador e propulsor dos valores da sociedade e do respeito pelo próximo, valores defendidos por Pierre de Coubertin e o ideal dos Jogos Olímpicos. O DN não foge a este princípio, e resultados de variados estudos sugerem a sua efetividade neste campo. Seja numa perspetiva de desenvolvimento pessoal, respeito pelo próximo e pela sociedade em geral, ao nível da qualidade de vida ou bem-estar, existe espaço para um maior envolvimento das sociedades nestas atividades.

3. Considerações finais

Num sentido conclusivo e face ao exposto ao longo deste capítulo, parecem-nos evidentes as potencialidades do DN enquanto elemento contribuidor para o desenvolvimento sustentável nas AP. Encontramos, antes de mais, uma prática em crescendo, que ocupou uma posição determinante na ocupação do tempo de lazer das populações. É esta tendência das novas sociedades que nos permite realizar uma reflexão final acerca do papel do DN dentro de cada uma das dimensões de sustentabilidade:

1) A evolução das sociedades e das indústrias que a constituem fazem emergir o turismo, enquanto indústria com impacto mundial. Neste escopo, e tendo em conta os segmentos do turismo ativo, de aventura e natureza (inseridos numa das três vertentes do turismo desportivo), o DN revela sinais de uma real contribuição para as economias rurais e, em alguns casos, assume relevância regional (caso dos Alpes Franceses) ou nacional (caso Neozelandês). O DN não deve ser unicamente entendido como produto final de consumo, mas também como complemento a outras atividades de natureza mais cultural ou contemplativa, por turistas e/ou visitantes que nem têm a motivação desportiva como principal. Isto sucede numa vertente mais *soft* das práticas, traduzidas por exemplo pela prática de pedestrianismo ou canoagem em águas calmas. Outro fator de elevada importância está relacionado com a dimensão horizontal do impacto destas atividades. O turismo desportivo, como qualquer outro, implica na maior parte das vezes o consumo de outros serviços e produtos turísticos (ou não turísticos), sendo os mais evidentes o alojamento e a restauração, podendo contribuir assim para um maior desenvolvimento local.

Por isso mesmo, e em AP, o DN não deve ser unicamente encarado como “produto final”. Pode facilmente funcionar como complemento a outros produtos e potenciar vivências mais marcantes em contato com a natureza.

2) Em termos ambientais, não será sensato da nossa parte negligenciar os potenciais impactos negativos destas práticas (como acontece aliás, com todas as atividades humanas). Sensato será considerar que o praticante/visitante/utilizador ou o turista é o principal veículo ou causador desse mesmo impacto, e que a consciência ecológica de cada indivíduo é um fator de base para a minimização dos efeitos negativos das suas ações. E neste campo, que remete para fatores sobretudo relacionados com a educação ambiental, o DN também se revela aparentemente eficiente. Antigos modelos que defendiam a aquisição de competências ambientais numa relação direta e linear (Conhecimento ambiental -Atitude Ambiental – Comportamento pró-ambiental) estão atualmente refutados (Kollmuss & Agyeman, 2002), e novos fatores influenciaram outras aproximações educativas baseadas sobretudo na experiência e vivência da natureza. É neste campo que o DN pode providenciar experiências de elevada qualidade e profundidade, permitindo a experimentação contínua, a reflexão e, posteriormente, uma adoção de comportamentos cada vez mais aceitáveis face ao meio ambiente. Seja no ambiente escolar, desportivo (associativo) ou turístico, as possibilidades de implementação das práticas desportivas na natureza são enormes e as AP, como símbolos do respeito e ideal de conservação, podem ser palcos de prática por excelência.

3) O desenvolvimento pessoal das crianças e jovens é um fator de base no desenvolvimento das sociedades. Em zonas caracterizadas pela ruralidade (como é o caso das AP), este fator ainda se pode tornar mais pertinente, se considerarmos as possibilidades providenciadas pelo desporto, enquanto fator de educação para o desenvolvimento pessoal, físico e psicológico das crianças, assim como para a cidadania, o respeito pelo próximo e a socialização. Os exemplos demonstrados nos diversos estudos abordados revelam a aptidão da prática desportiva e da natureza no desenvolvimento de determinadas competências pessoais, no constructo de uma identidade própria e de acordo com os valores morais da sociedade. A este fator educacional é adicionada a já reconhecida capacidade que o desporto (na sua generalidade) providencia aos seus participantes, no que diz respeito à qualidade de vida e ao bem-estar. O elemento “natureza”, implícito nas práticas desportivas em estudo, dá ainda mais ênfase aos efeitos benéficos da atividade física. Aqui, os benefícios não atingem apenas os mais jovens, mas também os indivíduos da classe trabalhadora que, em busca de momentos de escape, alívio do *stress* ou do cansaço, ocupam o seu tempo de lazer ou as suas viagens em espaços naturais, dentro de cidades ou não (poderíamos utilizar o caso de Monsanto na cidade de Lisboa), através da vivência da natureza e da prática de DN. Em termos culturais, os resultados não são tão evidentes, mas a generalidade da literatura nos campos da recreação e do turismo desenvolvidos em AP, remetem para as possibilidades de difusão e enriquecimento cultural providenciado pela visita, e traduzido na troca de experiências, conhecimentos e vivências entre visitantes e residentes. Se uma determinada região é alvo de

procura turística ou de lazer, é porque desperta interesse no visitante. Se isto se verifica, então presume-se que a área tem valor e este aspeto contribui para uma maior valorização cultural e etnográfica dos próprios residentes que encontram, muitas vezes, oportunidades económicas e de socialização.

4. Conclusão

De forma a responder ao objetivo estipulado,

Obj.Esp.2 (Parcial): Compreender e justificar a pertinência das atividades desportivas enquanto manifestações de práticas recreativas e turísticas nas AP;

Conclui-se que os DN têm condições de incorporar a diversidade de atividades recreativas e turísticas desenvolvidas em AP, já que evidenciam sinais de real contributo para as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável (económica, ambiental e social), princípio essencial que caracteriza a gestão destes espaços. A adequação aos princípios de desenvolvimento sustentável, o elevado carácter experiencial e a influência que o meio natural e a socialização exercem na formulação destas experiências, sugerem que uma gestão do espaço natural baseada na gestão por atributos (capítulo 1) é adequada ao planeamento e desenvolvimento do DN em AP.

As AP devem ser constituídas no sentido de permitirem a visita pública/comercial, a organização de setores industriais locais (e.g. artesanato), através da disponibilização de informação sobre o espaço, criação de rotas temáticas, apoio ao desenvolvimento de pequenos negócios baseados nos valores etnográficos de determinada região e, consequentemente, a instituição de programas de visita mais completos. Apesar de salientarmos o papel do governo, outras entidades públicas ou privadas, que se congratulam como *stakeholders* em AP, poderão, em conjunto, potenciar estas possibilidades.

É fundamental ter em conta que este aparente contributo do DN pode gerar também fatores menos positivos. Por isso mesmo, governos, instituições públicas e privadas devem estar atentos às mudanças (evidenciadas no capítulo anterior) e repensar as políticas públicas, a gestão dos espaços e a regulação dos setores comerciais.

As AP são espaços de excelência para a prática de atividades de DN e deverão ser uma das primeiras instituições a considerar estes fatores. Se aumentos na procura destas práticas se verificarem, estas áreas deverão estar preparadas evitando uma remediação desnecessária de eventuais problemas que possam surgir, através de ações/decisões menos fundamentais e de carácter mais restritivo/proibitivo.

5. Referências

- Ardahan, F. (2012). Life satisfaction and emotional intelligence of participants/nonparticipants in outdoor sports: Turkey case. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 62, 4-11.
- Aziz, N., & Said, I. (2012). The Trends and Influential Factors of Children's Use of Outdoor Environments: A Review. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 38, 204-212.
- Badalamenti, F., Ramos, A., Voultsiadou, E., Lizaso, S., D'Anna, G., Pipitone, C., . . . Riggio, S. (2000). Cultural and socio-economic impacts of Mediterranean marine protected areas. *Environmental Conservation*, 27(2), 110-125.
- Bahia, M., & Sampaio, T. (2007). Lazer-Meio Ambiente: Em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. *Rev.Bras.Cienc.Esporte*, 28(3), 173-189.
- Beedie, P., & Hudson, S. (2003). Emergence of Mountain-Based Adventure Tourism *Annals of Tourism Research*, 30(3), 625-643. doi: 10.1016/S0160-7383(03)00043-4
- Bell, S., Ward Thompson, C., Findlay, C., Montarzino, A., & Morris, N. (2005). "Self Reported Stress Reduction by Users of Woodlands". In C. Gallis (Ed.), *Forests, Trees, and Human Health and Well-Being*. Thessaloniki.
- Betrán, A., & Betrán, J. (1999). Las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Estudio de la oferta y la demanda en el sector empresarial. *Apunts*, 57, 86-94.
- Bourdeau, P., Corneloup, J., & Mao, P. (2002). Adventure Sports and Tourism in the French Mountains: Dynamics of Change and Challenges for Sustainable Development. *Current Issues in Tourism*, 5(1), 22-32. doi: 10.1080/13683500208667905
- Boutroy, E., Bourdeau, P., Mao, P., & Senil, N. (2012). Combination of geographical and socioeconomic proximities: The "mountain and nature sports tourism" commodity chain in the Rhône-Alpes region. *Journal of Alpine Research*, 100(3), 2-12.
- Brasil, F., & Carvalho, Y. (2009). Pescadores Artesanais, Surfistas e a Natureza: Reflexões a partir de um Olhar da Educação Física. *Movimento*, 15(1), 217-239.
- Brymer, E., & Gray, T. (2010). Developing an intimate "relationship" with nature through extreme sports participation. *Leisure/Loisir*, 34(4), 361-374. doi: 10.1080/14927713.2010.542888
- Buckley, R. (2002). Surf Tourism and Sustainable Development in Indo-Pacific Islands. I.The Industry and the Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5), 405-424. doi: 0966-9582/02/05 0405-20
- Burnik, S., & Mrak, I. (2010). *Mountaineering as an Important Part of Outdoor Education*. Paper presented at the Encountering, Experiencing and Exploring Nature in Education, Eslovénia.
- Carvalhinho, L., Sequeira, P., Serôdio-Fernandes, A., & Rodrigues, J. (2010). A emergência do sector de desporto de natureza e a importância da formação. *Efdeportes*, 14(140).
- Cloke, P., & Perkins, H. (2002). Commodification and Adventure in New Zealand Tourism. *Current Issues in Tourism*, 5(6), 521-549. doi: 1368-3500/02/06 0521-29 \$20/0
- Degenhardt, B., Frick, J., Buchecker, M., & Gutscher, H. (2011). Influences of Personal, Social, and Environmental Factors on Workday Use Frequency of the Nearby Outdoor Recreation Areas by Working People. *Leisure Sciences*, 33(5), 420-440.
- Ditton, R., & Baker, T. (1999). Demographics, Attitudes, Management Preferences, and Economic Impacts of Sport Divers using Artificial Reefs in Offshore Texas Waters (pp. 55). Texas: Texas Parks and Wildlife Department.
- Djobova, S., & Dasheva, D. (2011). *Development of Projects on the Basis of Local Needs: Sports Projects for Economic Growth and Community Development*. Paper presented at the International Conference on Sport for Development and Peace: Sport as a Mediator between Cultures, Israel.
- Extremera, A., & Gallegos, A. (2008). Las actividades físicas en la naturaleza en el currículum actual: contribución a la educación para la ciudadanía y los derechos humanos. *Retos. Nuevas tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*(14), 48-53.
- Ferreira, G. (1998). Environmental Education through Hiking: a qualitative investigation. *Environmental Education Research*, 4(2), 177-185. doi: 10.1080/1350462980040205
- Gallegos, A., Juan, F., & Montes, M. (2005). El camino de santiago, una actividad física de recreación y formación para los jóvenes. *Retos. Nuevas tendencias en Educación Física, Deporte y Recreación*(7), 7-13.
- GITUR. (2012). *Estudo do Impacto do Rip Curl Pro 2012 Portugal:Síntese*. Peniche: GITUR.

- Hill, S., Cable, T., & Scott, D. (2010). Wildlife-Based Recreation as Economic Windfall: A Rhetorical Analysis of Public Discourse on Birding. *Applied Environmental Education & Communication Education*, 9(4), 224-232.
- Jensen, B.-., & Schnack, K. (1997). The Action Competence Approach in Environmental Education. *Environmental Education Research*, 3(2), 163-178. doi: 10.1080/1350462970030205
- Kollmuss, A., & Agyeman, J. (2002). Mind the Gap: Why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behavior? *Environmental Education Research*, 8(3), 239-260. doi: 10.1080/13504620220145401
- Kouthouris, C., & Alexandris, K. (2005). Can service quality predict customer satisfaction and behavioral intentions in the sport tourism industry? An application of the SERVQUAL model in an outdoors setting. *Journal of Sport Tourism*, 10(2), 101-111.
- Lave, J., & Wenger, E. (1991). *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lee, T. (2011). How recreation involvement, place attachment and conservation commitment affect environmentally responsible behavior. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(7), 895-915. doi: 10.1080/09669582.2011.570345
- Light, R. (2006). Situated learning in an Australian surf club. *Sport, Education and Society*, 11(2), 155-172. doi: 10.1080/13573320600640686
- Marinho, A. (2008). Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*, 14(2), 181-206.
- Marion, J. (1998). *Recreation Ecology Research Findings: Implications for Wilderness and Park Managers*. Paper presented at the National Outdoor Ethics Conference, St. Louis, MO. Gaithersburg, MD.
- Marion, L., & Olive, N. (2006). Assessing and understanding trail degradation: results river and recreational area. Australia: National Park Service.
- Marion, L., & Reid, S. (2007). Minimising visitor impacts to protected areas: the efficacy of low impact education programmes. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(1), 5-27.
- Pinto, L., Oliveira, F., Almeida-Andrade, L., Pedrosa, H., Santana, W., & Figueiredo, M. (2008). Atividade Erosiva em Trilhas de Unidades de Conservação: Estudo de Caso no Parque Nacional da Serra do Cipó, Minas Gerais, Brasil. *e-scientia*, 1(1).
- Pröbstl, U., & Haider, W. (2013). Challenges for outdoor recreation and nature based tourism. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 1(1), iii-iv.
- Pröbstl, U., Wirth, V., Elands, B., & Bell, S. (2010). Introduction. In U. Pröbstl, V. Wirth, B. Elands & S. Bell (Eds.), *Management of Recreation and Nature Based Tourism in European Forests* (pp. 1-9). Berlin: Springer.
- Rodrigues, A., Kastenholtz, E., & Rodrigues, A. (2010). Hiking as a wellness activity – an exploratory study of hiking tourists in Portugal. *Journal of Vacation Marketing*, 16(4), 331-343. doi: 10.1177/1356766710380886
- Rodrigues, C., & Junior, L. (2009). Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica. *Motriz*, 15(4), 987-995.
- Rodrigues, L., & Darido, S. (2006). Educação Física escolar e meio ambiente: reflexões e aplicações pedagógicas. *Efdeportes*(100).
- Sandell, K., & Öhman, J. (2010). Educational potentials of encounters with nature: reflections from a Swedish outdoor perspective. *Environmental Education Research*, 16(1), 113-132. doi: 10.1080/13504620903504065
- Scott, D., & Lemieux, C. (2010). Weather and Climate Information for Tourism. *Procedia - Environmental Sciences*, 1, 146-183.
- Soares, C., & Paixão, J. (2010). Atividades de aventura e educação ambiental: possibilidades nas aulas de Educação Física escolar. *Efdeportes*, 142.
- Soromenho-Marques, V. (1998). O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente *Crise do Ambiente e Política Internacional* (pp. 185-212). Mem Martins: Europa-América.
- Stenseke, M. (2012). On the integration of Outdoor Recreation in nature conservation policies. *Latvian Academy of Sciences*, 66(3), 119-128.
- Stewart, A. M., & Craig, J. L. (2000). Predicting pro-environmental attitudes and behaviors: A model and a test. *Journal of Environmental Systems*, 28(4), 293-317.
- Tahara, A., & Filho, S. (2009). Atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) e academias de ginástica: motivos de aderência e benefícios advindos da prática. *Movimento*, 15(3), 187-208.

- Tyrväinen, L., Korpela, K., Silvennoinen, H., & Ylen, M. (2006). The importance of nature to Finns and the effect of the use of green areas on perceived health and restorative experiences. In K. Nilsson & A. Nielsen (Eds.), *Urban Forestry for Human Health and Wellbeing*.
- Zeidenitz, C., Mosler, H., & Hunziker, M. (2007). Outdoor recreation: from analysing motivations to furthering ecologically responsible behaviour. *For. Snow Landsc. Res.*, 81(1/2), 175-190.
- Zmudy, M., Curtner-Smith, M., & Steffen, J. (2009). Student participation styles in adventure education. *Sport, Education and Society*, 14(4), 465-480. doi: 10.1080/13573320903217174

Legislação consultada

Carta Europeia do Desporto (2001). Completa os princípios éticos e as orientações políticas associados ao desporto.

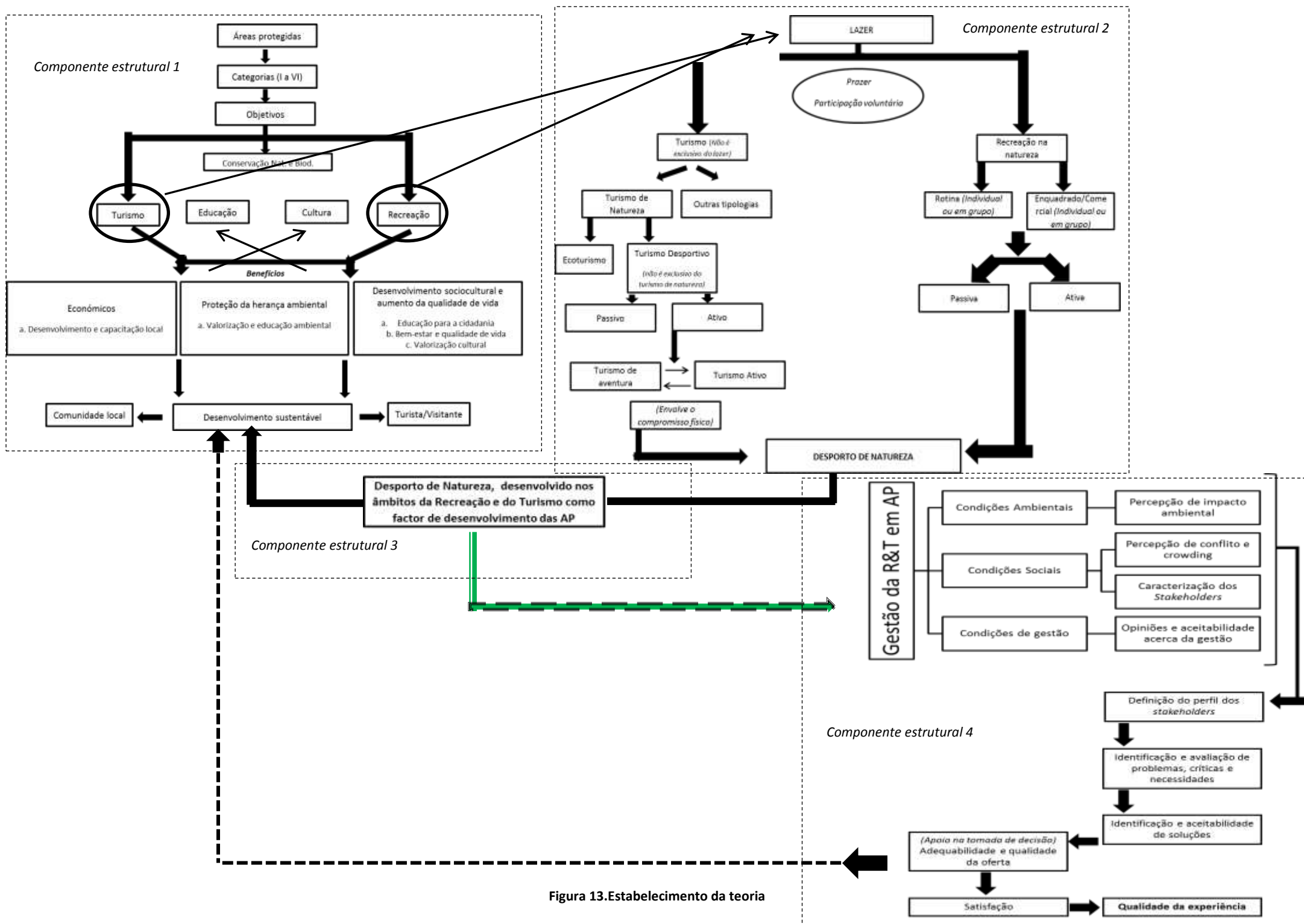
Diário da República (2007). Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (LBAFD) : define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto em Portugal. Natureza.

Livro Branco do Desporto (2007): enuncia orientações estratégicas sobre o papel do desporto na União Europeia.

Fase *macro*: Conclusão e implicações metodológicas

Estabelecimento da teoria

Os capítulos anteriores (1,2 e 3) traduziram-se num esforço de compreender o enquadramento internacional das áreas protegidas e mais especificamente das atividades desportivas, recreativas e turísticas realizadas nestes espaços, ao nível da sua evolução, concetualização (e limites entre conceitos), estado de arte, e paradigmas atuais da sua gestão. Estes dois capítulos representam uma visão holística sobre a temática, através de um extenso trabalho de revisão de literatura de natureza interdisciplinar. Congratulando-se neste momento o final da fase *macro* do modelo de análise, procedemos a um primeiro momento de interpretação complementar das informações obtidas nos três capítulos anteriores. A figura seguinte (Figura 13) reflete esquematicamente o resultado desta interpretação. A figura não é nova na sua totalidade, pelo contrário, consiste na junção de várias figuras apresentadas nos capítulos 1, 2 e 3 e no estabelecimento de relações entre estas. Dada a sua dimensão, é apresentada num formato horizontal.



Na medida em que já desenvolvemos acerca de cada umas das figuras separadamente, julgamos pertinente neste momento, salientar elementos gerais e as relações entre estas.

As áreas protegidas, expoente máximo da intenção do ser humano de conservar espaços naturais ou outros caracterizados pela ruralidade e elementos culturais ou paisagísticos de interesse, estão em termos internacionais devidamente enquadradas de acordo com categorias, objetivos e consequentes atividades passíveis de nelas serem desenvolvidas. Destas emergem a recreação e o turismo. Estes dois âmbitos de atividade são reconhecidos pelo seu contributo para os ideais de desenvolvimento sustentável nas três dimensões que o constituem. O desenvolvimento sustentável é um fator básico e inequívoco no que diz respeito aos princípios de gestão das AP, e a recreação e o turismo, alvo de processos e modelos de gestão variados e específicos, revelam pela literatura, um contributo também evidente para o desenvolvimento. Um correto desenvolvimento destas atividades evidencia também relações e benefícios com outras atividades como a cultura e a educação (componente estrutural 1).

Derivadas do lazer, a recreação e o turismo são atividades extremamente variadas, cujas definições, segmentos e motivos de prática provocam alguma dificuldade ao tentar a sua especificação e limitação concetual. Contudo, perseguindo dois elementos: o meio natural e a atividade, revela-se possível a sua especificação em segmentos mais ativos que se caracterizam pelo contato estreito com a natureza. Desta especificação emergem os segmentos turísticos e recreativos, que devidamente justificados na literatura permitem a inclusão das atividades desportivas, traduzidas sob o conceito de Desporto de Natureza (componente estrutural 2).

O aprofundamento da revisão de literatura permitiu considerar a pertinência do desporto de natureza dentro da recreação e do turismo e mais propriamente, da sua inclusão no escopo das atividades desenvolvidas em áreas protegidas. Este dado é assegurado, visto que, da mesma forma que a generalidade das atividades recreativas e turísticas, também o desporto enquanto manifestação destas, revela na literatura evidências de um contributo para os princípios de desenvolvimento sustentável (componente estrutural 3).

Os paradigmas atuais da gestão da recreação e do turismo em AP sugerem que uma gestão das diferentes oportunidades recreativas baseadas em atributos (sociais, ambientais e de gestão) é adequada e ocupa um lugar considerável na literatura atual. Esta é baseada em princípios essencialmente participativos, donde emerge o conceito de *stakeholder* como elemento fulcral neste processo (componente estrutural 4).

Conclusão

Como culminar da análise realizada dois aspetos são realçados:

1) Justificada a pertinência e adequabilidade do desporto de natureza enquanto manifestação de práticas recreativas e turísticas em AP, e 2) Justificadas algumas das características destas práticas desportivas, salientando-se o contato e dependência do meio natural, o seu caráter experiencial e o seu caráter social (de acordo com os atributos que constituem a experiência recreativa), pressupõe-se também, que poderá ser justificada uma gestão específica das oportunidades recreativas e turísticas de âmbito desportivo com base nos princípios da gestão por atributos (linha verde).

Neste sentido, concluímos que uma gestão das práticas desportivas, recreativas e turísticas em áreas protegidas, suportadas nos princípios do desenvolvimento sustentável e com base numa gestão por atributos, pode contribuir para a melhoria das oportunidades existentes nestas áreas e como consequência, contribuir para a satisfação do visitante, aspeto essencial para garantir a continuidade do desenvolvimento sustentável (linha preta tracejada) incidida quer sobre as populações locais/residentes, quer sobre os visitantes das AP.

Um compromisso efetivo da funcionalidade deste modelo depende de uma série de fatores, ou, entre estes, de atores, o que mais uma vez sugere que a participação de *stakeholders* é um fator primordial. À administração (nacional, regional e local) e aos diferentes agentes regionais e/ou locais relacionados com estas atividades, compete a tarefa de contribuir para a sua funcionalidade, com envolvimento e responsabilidades obviamente diferentes mas complementares.

Implicações no desenvolvimento metodológico da investigação

As informações obtidas das diferentes temáticas em estudo nesta fase permitiram adotar um conjunto de decisões que influenciaram o desenvolvimento metodológico da fase *meso* do modelo de análise, nomeadamente: 1) A perspetiva de análise holística e evolutiva utilizada revela-se adequada, o que sugere a sua replicação para o caso português. 2) Dado que o modelo de análise decorre no sentido da especificação do estudo de caso, a fase *meso* deverá ser sujeita a uma análise igualmente específica, dado que o enquadramento internacional já está realizado; 3) Sendo que a adaptabilidade de determinado modelo ou processo de gestão a uma nova realidade, depende de um conjunto de fatores, é necessário que na fase *meso* se proceda à compreensão da realidade do contexto português relacionado com os setores em estudo; 4) Dado que o modelo de análise decorre no sentido da especificação do estudo de caso, a fase *meso* deverá ser sujeita a uma análise igualmente específica focada nos fenómenos do desporto, da recreação e do turismo; 5) A profundidade da informação que se pretende obter e a necessidade da sua aproximação à realidade

do contexto português implicam a recolha de dados empíricos; 6) Dado que os governos são a base de criação e financiamento das AP a nível mundial e que a mesma realidade é verificada em Portugal, esta recolha de dados empíricos deverá ser realizada junto das entidades governamentais com responsabilidades nos setores em estudo. A partir da conclusão da presente fase *macro*, considera-se que uma consulta a três entidades deverá ser realizada, nomeadamente: a) Turismo de Portugal (TP, I.P), representando o setor do turismo; b) Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF,I.P.), em representação das áreas protegidas e o c) Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ,I.P.) em representação do setor do desporto.

PARTE III | Contexto nacional face à gestão do desporto, recreação e turismo em AP (Fase *meso*)

Introdução da fase *meso*

Após a compreensão do panorama internacional, assim como, de alguma da teoria e estado de arte vigente no que diz respeito às práticas desportivas, recreativas e turísticas desenvolvidas em áreas protegidas (D,R &T em AP), inicia-se nesta parte o desenvolvimento da fase *meso* do modelo de análise (Ver figura 4 da parte I). Esta fase intermédia do modelo geral de análise, foca-se no caso nacional e tem como principal intuito o estabelecimento do quadro atual do desenvolvimento, da maturação e das ideologias dos vários setores associados ao D,R&T em AP, nomeadamente o desporto, o ambiente e o turismo. Este quadro, a que denominamos de “contexto”, baseia-se numa análise evolutiva e integrada dos vários setores, partindo do princípio, que uma compreensão do passado e da evolução até ao estado presente permite uma adoção mais fundamentada de decisões metodológicas ao nível de opções de gestão para as AP portuguesas.

A fase *meso* do modelo de análise surge assim essencial para o desenvolvimento metodológico da investigação e é assente em dois princípios essenciais, que posteriormente se esquematizam na Figura 14:

1. **Uma aproximação de gestão a este subsetor (D,R &T em AP) revela-se complexa**, já que interage entre três setores distintos, cujas inter-relações merecem atenção e compreensão aprofundada. Referimo-nos ao Desporto, ao Turismo e ao Território Protegido. A complexidade a que nos referimos surge sobretudo pela heterogeneidade de políticas, ideologias, funções sociais e económicas que todos exercem na sociedade e cuja complementaridade e desenvolvimento estratégico integrado poderá facilmente ser posto em causa ou pelo menos, dificilmente alcançado. Esta é uma preocupação devidamente identificada na literatura (Jamal & Getz, 1995; Simpson, 2001).
2. **A adoção de determinada aproximação de gestão da recreação ou do turismo em áreas protegidas está dependente** de um conjunto de fatores **políticos/organizacionais, económicos, socioculturais e tecnológicos** específicos de cada país, região ou AP, que, ao não serem tidos em conta, podem implicar uma desadequação face à realidade onde são implementados (Aas et al., 2005; Costa, 2005; Li, 2006; Ruhanen, 2004). Strickland-Munro, Allison e Moore (2010), referem ainda, que um perfil histórico, através da compreensão de fatores causais e eventos significantes subjacentes às condições atuais de determinado setor, podem permitir a exploração da contingência histórica. É por isso fundamental compreender a evolução destes setores no território nacional, no que diz respeito às políticas de desenvolvimento nestes verificados.

Assim, de acordo com o modelo de análise geral, congratulam-se como objetivos da fase *meso* deste trabalho de investigação, os objetivos específicos 3, 5, 7 e 8 (ver parte I.). Esta parte está dividida em quatro capítulos, nomeadamente:

Capítulo 4. Análise PEST (Estabelecimento do contexto I) Este capítulo representa o primeiro momento de recolha e análise de dados adotando-se como método a metassíntese. Neste, optou-se por uma aproximação inovadora, adaptando as bases teóricas do modelo de análise de variáveis macroambientais proveniente dos campos da gestão e economia (Análise PESTEL: *Political, Economical, Social, Technological, Environmental and Legal*), numa adaptação aos três setores em estudo (desporto, ambiente e turismo).

Capítulo 5. Análise evolutiva do desenvolvimento do desporto, recreação e turismo nas AP (Estabelecimento do contexto II): Este capítulo representa uma continuação do anterior, no sentido da especificidade, e foca-se nos subsetores do desporto de natureza, recreação/lazer e turismo nas AP portuguesas. Optou-se pela utilização de técnicas de análise documental. A documentação selecionada divide-se em três tipologias distintas: “Legislação”; “Enquadramento/planos estratégicos”; e “Resultados estatísticos, projetos implementados ou outros”, que evidenciam a efetividade das tipologias anteriores.

Capítulo 6. A perspetiva das políticas sectoriais: Desporto, Ambiente e Turismo (stakeholders nível 1). Neste capítulo procedemos à recolha de dados empíricos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos institutos públicos envolvidos na relação posteriormente estabelecida na figura 1, nomeadamente: O Turismo de Portugal I.P. e o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. Ao nível metodológico, procedeu-se à aplicação de entrevistas semiestruturadas.

Capítulo 7. Triangulação da fase meso. No final desta fase *meso*, procedemos à triangulação dos resultados obtidos de forma a responder aos objetivos a que nos propomos e consequentemente, determinar opções metodológicas para a especificação do estudo de caso.

Na figura seguinte, apresentamos o modelo de análise, que reflete a complexidade do setor em estudo, assim como, a abordagem metodológica utilizada para a sua compreensão (figura 14)

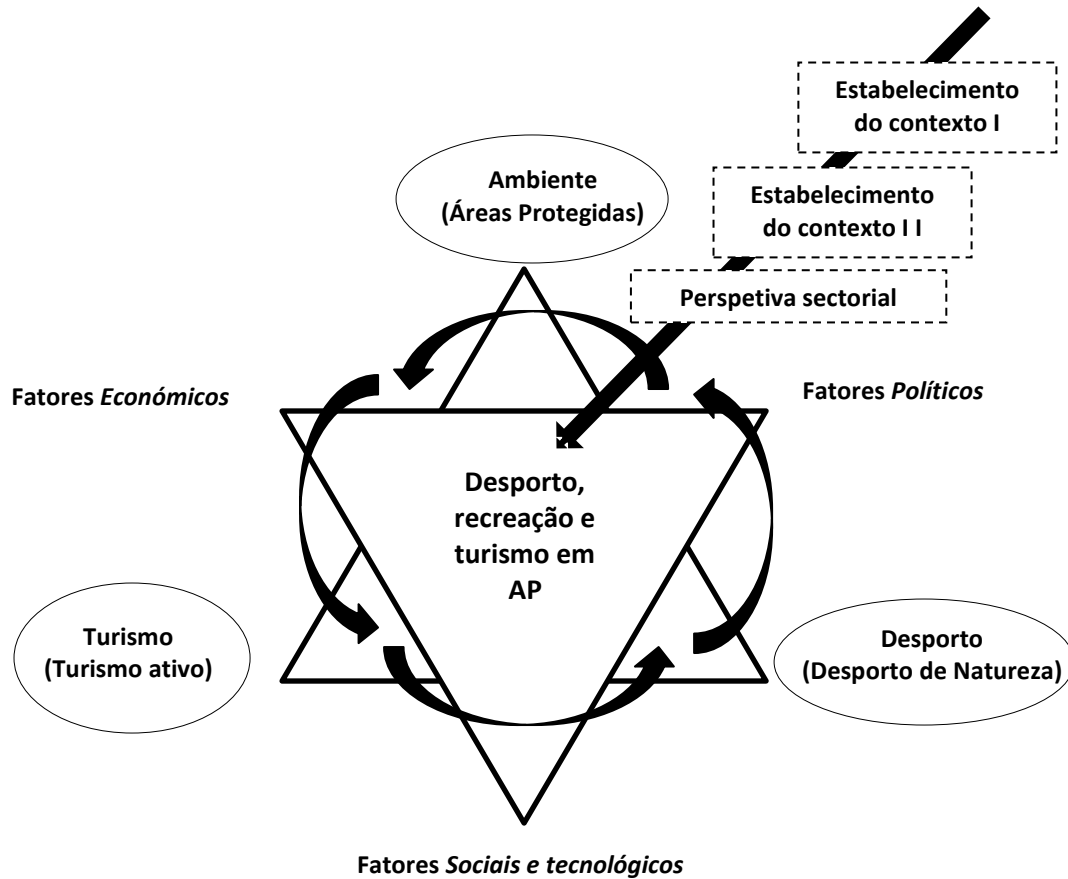


Figura 14. Modelo de análise: fase *meso*

A figura pretende refletir a complexidade desta relação. No centro, o tema central deste trabalho de investigação, revestido primeiramente (vértice dos triângulo posterior) pelos três setores (desporto, ambiente e turismo) e subsectores específicos (e.g. áreas protegidas) e no triângulo anterior, pelos fatores referenciados no parágrafo anterior e que exercem influências sobre estes. As setas curvas, vêm representar as inter-relações que são estabelecidas entre estes, justificando a dificuldade em analisá-los de forma totalmente independente, assim como, a provável lacuna resultante desse mesmo isolamento.

No canto superior direito, surgem os três capítulos anteriormente descritos, no sentido da especificidade, da profundidade e da confirmação das informações recolhidas.

Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Costa, C. (2005). Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*, XL(175), 279-295.

- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Ruhanen, L. (2004). Strategic planning for local tourism destinations: an analysis of tourism plans. *Tourism and Hospitality Planning & Development*, 1(3), 239-253.
- Simpson, K. (2001). Strategic Planning and Community Involvement as Contributors to Sustainable Tourism Development. *Current Issues in Tourism*, 4(1), 3-41.
- Strickland-Munro, J., Allison, H., & Moore, S. (2010). Using resilience concepts to investigate the impacts of protected area tourism on communities. *Annals of Tourism Research*, 37(2), 499-519.

Capítulo 4. Análise Política, Económica, Social e Tecnológica (PEST) (Análise do contexto I)

1. Introdução

Uma gama vasta de literatura detalha os principais desafios que se relacionam com as áreas protegias (AP) e as regiões onde se inserem, quer no contexto dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento (McCuaig, 2012). O mesmo autor, referindo o caso do Parque Nacional de Gros Morne, afirma que as políticas indiretamente relacionadas com a região onde este se encontra provocaram um conjunto significativo de alterações ao longo dos últimos 10-15 anos, espelhando tendências mundiais relacionadas com novos paradigmas de gestão de AP (McCuaig, 2012). Como conclusão do seu trabalho, refere que a história da AP em estudo, e a evolução da relação entre esta e os atores regionais ao longo do tempo, exemplifica a realidade de que estas não podem ser geridas como “ilhas” em isolamento das regiões adjacentes (McCuaig, 2012).

Deste exemplo, percebemos que os destinos turísticos são constantemente afetados por uma série de grandes forças globais, às quais os seus responsáveis devem estar atentos. É por isso essencial uma monitorização constante deste ambiente externo que se constitui uma componente integral do sistema de informação para a gestão (Crouch & Ritchie, 1999). As AP enquanto espaços de usufruto público e visitação devem igualmente estar atentas a estas variáveis do ambiente externo.

Os resultados de McCuaig (2012) refletem a preocupação assumida na introdução da terceira parte desta investigação. Como referido anteriormente, a literatura na temática reflete a necessidade de adaptação dos modelos de gestão nas AP, sobretudo na gestão participativa, àquilo a que se denomina como “contexto” da própria AP (Aas et al., 2005; Jamal & Getz, 1995; Li, 2006). Assim, julgamos que uma adaptação direta de determinado modelo ou processo de gestão, sobretudo de natureza participativa, sem um conhecimento mais adequado da realidade de determinada região, pode-se tornar um risco no que diz respeito à sua efetividade. Literatura especificamente focada na gestão de AP considera até uma avaliação deste contexto como um passo primário e essencial no processo de gestão (Hockings, Stolton, Leverington, Dudley, & Courrau, 2006; Tonge, Moore, Hockings, Worboys, & Bridle, 2005), ressaltando questões importantes como a adaptação das decisões de gestão ao contexto adequado (e.g. adequação ao contexto nacional), conhecimento de políticas gerais, entre outros. Hockings et al. (2006) especificam e referem ainda que, para aceder ao contexto de uma AP, é importante a consideração de valores sociais, culturais, económicos, de

investigação e educação. No nosso entender, estes valores podem ser observados a uma escala regional, mas não devem descurar a escala nacional, já que são diretamente influenciados por esta.

Assim, e de acordo com o previamente exposto na introdução desta parte da investigação, este capítulo tem como objetivo específico:

Obj.Esp.3 (Parcial): Conhecer a evolução do subsetor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento;

Iniciamos o capítulo com uma breve consideração acerca das AP em Portugal e justificamos a adoção do modelo PEST (Política, Económica, Social e Tecnológica) enquanto aproximação metodológica capaz de satisfazer o objetivo enunciado. Posteriormente apresentam-se os procedimentos metodológicos os resultados e a discussão. Terminamos com as conclusões e as referências bibliográficas.

1.1.As Áreas Protegidas em Portugal: Consideração gerais

Similarmente àquilo que aconteceu noutros países, a iniciativa para a criação da maioria das AP em Portugal partiu de agências governamentais (B. Pinto, 2008) e, enquanto que o *Yellowstone National Park*, considerado como a primeira AP no planeta, foi criado em 1872, em Portugal, a política de conservação da natureza só adquiriu expressão visível na década de 70, com a publicação da Lei n.º 9/70, de 19 de Junho, fundamental para a criação das áreas protegidas. A primeira AP portuguesa, o Parque Nacional da Peneda Gerês, foi criada em 1971 (ICNF,2012).

A entidade atualmente responsável pela gestão das AP em Portugal é o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas I.P. (ICNF,I.P.), resultado relativamente recente da fusão entre o seu antecessor ICNB (Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade) e a AFN (Autoridade Florestal Nacional). O conjunto das AP nacionais forma a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e, conforme o Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro, inclui áreas dos seguintes tipos:

- 1) Importância nacional** – incluindo Parque Nacional (IUCN categoria II), Reservas Naturais (IUCN, categorias Ia e IV), Parques Naturais (IUCN categorias IV e V) e Monumentos Naturais (IUCN categoria III);
- 2) Importância regional ou local** – incluindo Paisagens Protegidas (IUCN Categoria V);
- 3) Área protegida de estatuto privado** – incluindo Sítios de interesse biológico (IUCN Categoria IV).

O quadro 9 resume os objetivos determinados para cada tipologia.

Quadro 9. Classificação das Áreas Protegidas: Tipologia e Objetivos. Adapt. de Lopes, Castro, Poeta, e Brigas (2005)

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS	
Tipologia	Objetivos
Parque Nacional	Área com ecossistemas inalterados ou pouco alterados pelo Homem, possuindo amostras representativas de regiões naturais ou climáticas. A classificação visa proteger a integridade ecológica e evitar a ocupação e exploração intensiva dos recursos naturais
Parque Natural	Área que contenha paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse nacional, em que haja uma integração equilibrada das atividades humanas. A classificação visa a adoção de medidas que permitam a manutenção e valorização das áreas
Reserva Natural	Área destinada à proteção de habitats de Flora e da Fauna. A classificação visa assegurar as condições naturais essenciais à estabilidade ecológica desses habitats
Paisagem Protegida	Área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local. A classificação visa a adoção de medidas de manutenção e valorização das áreas protegidas e do seu património natural

A RNAP ocupa cerca de 7,6% da superfície nacional, nos Açores cerca de 5.82%, e na Madeira cerca de 62%. Existem ainda áreas marítimas classificadas em Portugal Continental, Açores e Madeira (Pinto, 2008). O quadro seguinte (quadro 10) reflete, por âmbito e tipologia, o número total de espaços protegidos em Portugal. Uma referência mais completa de cada umas das AP pode ser verificada no anexo (1), obtido através do *website* do ICNF, I.P.

Quadro 10. Áreas Protegidas em Portugal: quantificação por âmbito e tipologia

Âmbito	Parque Nacional	Parques Naturais	Reservas Naturais	Paisagem protegida	Monum. natural	Sítio classificado	Reserva Botânica	AP privada	Total
Nacional	1	13	9	2	7	5*	1*	--	38
Regional/ Local	--		2	9	--	--	--	--	11
Privado	--	--	--	--	--	--	--	1	1
TOTAIS	1	13	11	11	7	5	1	1	50

Atualmente, a RNAP é composta por 50 espaços, de âmbito nacional, regional/local e privado. Conta com apenas um Parque Nacional (Parque Nacional da Peneda-Gerês), e os Parques Naturais assumem-se como a tipologia com maior vigência no território. No que diz respeito ao âmbito, encontramos uma grande maioria de áreas de âmbito nacional. No que concerne ao turismo, a inclusão do Parque Nacional Peneda-Gerês na rede europeia Pan Parks, assim como a adesão às cartas europeias de desenvolvimento sustentável nos últimos 10 anos, são o reflexo do esforço nacional na implementação de modelos de gestão mais sustentáveis onde a visitação e o desenvolvimento local são valorizados.

O critério Geologia corresponde a cerca de 19% do total dos critérios apontados para a criação de AP que integram a RNAP em Portugal Continental, beneficiando da vocação geológica dos Monumentos Naturais (Pereira, Pereira, & Brilha, 2012). Ao critério biodiversidade correspondem 50% dos casos, sendo referidos ainda critérios como ambiente físico, património e sociais (Pereira, 2007, cit in Pereira, Pereira & Brilha, 2012). Outros dados, apresentados pelos mesmos autores anteriores, indicam que cerca de 1/3 das AP foram delimitadas em meio de montanha (norte e centro de Portugal) correspondendo a 52% da área total das AP em Portugal continental. Em meio litoral, constituem cerca de 1/3 das classificações no âmbito da RNAP (17% da área total protegida). O meio fluvial constitui cerca de 29%.

Atualmente, a orgânica da RNAP caracteriza-se pela existência de serviços territorialmente desconcentrados. Neste sentido, foram criados departamentos em todo o país que englobam conjuntos de AP. No anexo 5 pode ser consultado o organigrama atual do ICNF. Atenção deve ser dada ao conjunto inferior da figura onde se podem observar cinco departamentos que vêm descentralizar a tutela.

1.2. A adaptação do modelo PESTLE

Face ao exposto na introdução e após pesquisa (considerando a quantidade considerável de literatura analisada até ao momento), identificamos uma lacuna concernente a estas considerações. As suposições teóricas relativamente à pertinência de se conhecer o contexto em que determinada AP coexiste, assim como a presença destes princípios em processos de gestão, são claras. Contrariamente, aproximações metodológicas para aceder aos mesmos, no que diz respeito aos setores da recreação e do turismo em AP, não são evidentes dificultando assim a adaptação de determinado método para satisfazer tão enunciada necessidade. Desta forma optamos pela adoção de uma metodologia proveniente do campo económico, do marketing e da gestão estratégica de empresas. Referimo-nos à denominada análise PESTLE.

A análise PESTLE (siglas do acrónimo na língua inglesa) significa “Política, Económica, Sociológica, Tecnológica, Legal e Ambiental”. O termo foi regularmente utilizado na última década e a sua verdadeira história é difícil de estabelecer. Outros acrónimos similares têm vindo a ser utilizados, tal como ETPS, STEP, PEST e STEEPLE (CIPD, 2014), e variam em função da inclusão ou exclusão de determinadas variáveis. Esta metodologia funciona como uma auditoria às influências ambientais de uma organização com o propósito de utilizar essa informação numa perspetiva estratégica. A suposição é a de que, se uma organização for capaz de auditar o atual contexto externo (e.g. políticas, económicas) e aceder a mudanças potenciais, poderá posicionar-se melhor no mercado face aos seus competidores (CIPD, 2014).

Esta análise opera, portanto, no ambiente externo das empresas, ao nível das denominadas variáveis macroambientais (que constituem o acrónimo), também denominadas de “fatores”. Estas variáveis caracterizam-se por influenciarem uma organização, mas ao mesmo tempo estão fora do seu controlo, ou seja, uma organização por si só não pode afetar estas variáveis, podendo, porém, direta ou indiretamente ser afetada por estas (CIPD, 2014). Por isso mesmo, esta metodologia providencia informação que poderá permitir a uma organização predizer possíveis situações e circunstâncias futuras, tornando-se deste modo uma pré-condição de análise que deve ser utilizada na gestão estratégica (Yüksel, 2012).

Alguns autores referem ainda que a análise PESTLE é útil, não só devido ao contributo para a conhecida matriz SWOT (*Strenghts, Weaknesess, Oportunities and Threats*), mas também por permitir uma visão sistemática e holística de vários campos e ao mesmo tempo, das respetivas organizações e instituições que devem ser coordenadas, de forma a oferecer uma imagem consistente a longo prazo (Bivolaru, Andrei, & Purcăroiu, 2009).

Contudo, apesar de a presente forma de análise PESTLE providenciar informação importante em termos conceituais para a análise do macroambiente, tem algumas limitações em termos de medição e avaliação (Yüksel, 2012). O primeiro problema encontrado com esta dimensão métrica e avaliativa do modelo é o de que esta geralmente não adota uma aproximação quantitativa para a medição. Tendo em conta que as variáveis geralmente têm uma estrutura qualitativa, a medição não pode ser generalizada e por isso é avaliada qualitativamente. A utilização de tal avaliação não permite que estes fatores externos sejam racionalmente analisados (Dinçer, 2004, cit. in Yüksel, 2012). Uma segunda crítica é a de que estes fatores são geralmente medidos e avaliados independentemente, apesar de os seus graus de efeito, na prática, não serem os mesmos entre todos os fatores. Enquanto alguns têm efeitos críticos e significantes no desenvolvimento de determinada organização, outros poderão ter efeitos limitados (Dinçer, 2004, cit. in Yüksel, 2012). Outro fator que deverá ser tido em conta, numa perspetiva holística, diz respeito às relações e interações entre os fatores PESTLE (Yüksel, 2012). Uma medição e avaliação independentes de cada variável macroambiental podem não refletir a situação atual. Por exemplo, Eren (2002), citado por Yüksel (2012), refere que uma situação política pode dar origem a implicações económicas ou socioculturais. A análise PESTLE deve adotar uma aproximação baseada na interdependência destes fatores (Yüksel, 2012). Bivolaru et al. (2009) referem ainda que as componentes da análise PESTLE, se integradas, podem representar as características de um determinado país.

Dados estes princípios, reconhecida a metodologia, e constatada a escassez de aproximações metodológicas na literatura, consideramos adequada a sua adaptação ao setor do desporto, recreação e turismo em AP como meio para uma primeira fase de avaliação do contexto.

A opção por esta metodologia implicou um número considerável de leituras prévias, que nos levaram a eleger duas adaptações: 1) As variáveis macroambientais não são as presentes no modelo PESTLE, mas sim no PEST (Modelo anteriormente utilizado), nomeadamente: Políticas, Económicas, Socioculturais e Tecnológicas. A variável Ambiental é excluída, visto que existe uma noção clara das características do território onde se desenvolve esta investigação (AP). A variável Legal também é excluída, visto que no próximo capítulo nos focamos especificamente neste princípio; 2) A análise PEST é efetuada numa perspetiva cronológica, permitindo assim um fio condutor na recolha de dados e nas inferências realizadas.

2. Metodologia

2.1. A metassíntese

A revisão sistemática sujeita a tratamento estatístico é conhecida como meta-análise e tem vindo a ser utilizada por pesquisadores em todo o mundo (AL. Lopes & Fracolli, 2008), sobretudo nas áreas da medicina e da saúde. Numa perspetiva mais recente e ainda controversa, surge a revisão sistemática de dados qualitativos, não sujeitos a combinação estatística, mas sim sintética e que toma a denominação de metassíntese (AL. Lopes & Fracolli, 2008; Thomas & Harden, 2008; Thorne, Jensen, Kearney, Noblit, & Sandelowski, 2004). Segundo Lopes e Fracolli (2008), as metassínteses permitem uma descrição ou explanação coerente sobre determinado evento ou experiência. Este processo, integrativo ou agregativo, exige que o investigador sintetize os resultados de relatórios de outras investigações no sentido de orientar uma metassíntese. Neste sentido, esta é mais do que a soma das partes, na medida em que permite o alcance de novas interpretações dos resultados, extravasando assim o seu carácter meramente agregador (Thorne et al., 2004).

Outro conceito utilizado é o de metassumarização, cuja diferença terminológica com a metassíntese é esclarecida por Thorne et al. (2004). A primeira é determinada como uma agregação de base quantitativa de resultados qualitativos, sob a forma de resumos de tópicos ou temáticas. Esta sumarização não se afasta muito dos resultados originais, e reflete uma lógica sobretudo quantitativa, ou seja, a procura por resultados que evidenciem frequências superiores e cuja evidência de replicação se acredita ser fundamental para a validade da análise. Este processo envolve extração e redução dos dados, assim como o cálculo do tamanho dos seus efeitos. Por outro lado, a metassíntese é uma integração interpretativa dos resultados qualitativos e permite uma

descrição coerente ou a explicação de fenómenos, eventos ou casos (Sandelowski & Barroso, 2003a, cit. in Thorne, 2004). Neste caso pode oferecer novas interpretações de resultados, provavelmente não encontradas noutro relatório de investigação, e são inferências derivadas de relatórios que constituem a amostra como um todo (constituída por documentos ou literatura primária).

O enquadramento teórico que rege esta distinção entre metassummarização e metassíntese vai ainda de encontro à distinção entre síntese agregativa (análoga à metassummarização; sumarização dos dados; característica descritiva) e síntese interpretativa (análoga à metassíntese; relacionamento de conceitos e criação de nova teoria; característica inferencial), apresenta por Woods et al. (2006).

No entanto, as diferenças e características dos trabalhos de natureza qualitativa fazem com que a metassíntese seja possuidora de características próprias e a realidade é que esta carece ainda de investimento, esclarecimento e standardização de carácter científico. (Thomas & Harden, 2008; Thorne et al., 2004; Woods et al., 2006). Mediante as leituras realizadas, encontramos considerações face **i) à pesquisa de documentação** (AL. Lopes & Fracolli, 2008; Stephens, 1994; Thomas & Harden, 2008; Woods et al., 2006) ; **ii) à avaliação da qualidade e seleção dos estudos** (AL. Lopes & Fracolli, 2008; Thomas & Harden, 2008); **iii) à extração dos dados** (AL. Lopes & Fracolli, 2008; Sandelowski & Barroso, 2003; Woods et al., 2006). Estas foram tidas em conta na consolidação da aproximação metodológica efetuada.

Como qualquer procedimento metodológico, a metassíntese carece de um conjunto de etapas interligadas de forma lógica e sequencial. A meta-análise, cujo desenvolvimento é já amplamente reconhecido, serviu de base para a definição de uma sequência na metassíntese. No trabalho de Sampaio e Mancini (2007) discorre-se sobre estas fases. Respeitante à metassíntese, Thomas e Harden (2008) propõem 3 etapas: As etapas 1 e 2 implicam a codificação de texto e o desenvolvimento de temas descritivos (códigos e famílias), a terceira etapa, a geração de temas analíticos que posteriormente permitam a sua interligação, interpretação e construção de nova teoria.

Com base nestes pressupostos, e nas considerações metodológicas anteriormente referenciadas, optamos pelo processo representado na figura 15 e explicado nos pontos que se seguem.

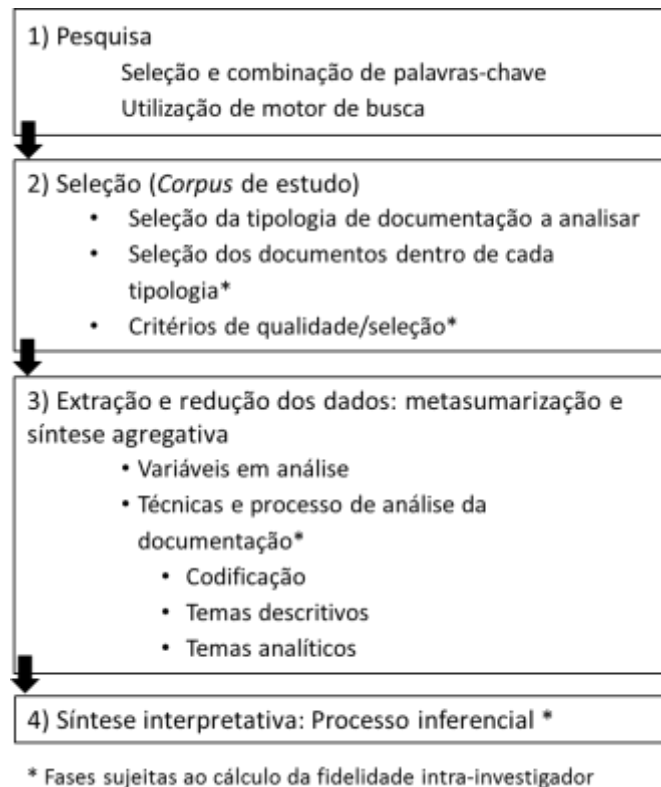


Figura 15. Sequência de fases adotada para a realização da metassíntese

2.2. A Pesquisa

Toda a documentação foi obtida com recurso à Internet. Utilizaram-se as seguintes palavras-chave: *Ambiente, Turismo, Desporto, Desenvolvimento, História, Retrospectiva Histórica, Política, Economia, Sociedade* (na língua portuguesa). Os termos foram articulados entre si originando frases de procura mais completas. Utilizou-se o motor de busca *Google Scholar*, dada a dificuldade em encontrar artigos desta natureza noutras bases de dados (e.g. B-on) e por permitir igualmente o acesso a outro tipo de documentos para além de artigos científicos (e.g. Comunicações em congressos).

2.3. A seleção (*Corpus de estudo*)

2.3.1. Seleção da tipologia de documentação a analisar: Critérios de seleção

Tentamos dispor de literatura que incidisse sobre questões de desenvolvimento dos setores em estudo ao longo do tempo. A documentação analisada foi dividida em três tipologias distintas: 1) do setor do ambiente; 2) do setor do turismo e do 3) do setor do desporto, embora seja de considerar a existência de documentos de natureza interdisciplinar. Após recolha na internet e primeira avaliação (título, resumo e introdução), todo o material foi devidamente organizado por tipologia documental (em função do setor), sem efetuar priorizações (Pimentel, 2001). Posteriormente todo o material foi

sujeito a uma leitura transversal prévia e posteriormente categorizado com um código (e.g. P1). O *corpus* de estudo foi finalizado a partir do momento em que as leituras não traziam novos e relevantes dados para a análise.

Consideramos adequado denominar esta fase de “critérios de seleção”. Optamos por uma definição de critérios que incidisse primeiramente em aspetos formais relacionados com a publicação de documentos científicos (e.g. autor, ano, editora, entre outros). Este primeiro processo de triagem foi constituído por quatro critérios (exclusivos), nomeadamente: C1- Data; C2- Autor; C3- Editora/Local/Plataforma de publicação; C4- Correspondência com os setores em análise (no caso do C4, baseamo-nos na leitura do título e do resumo do trabalho). A ausência de qualquer um destes critérios implicava a não inclusão do trabalho no *corpus* de estudo. Posteriormente procedeu-se a uma leitura transversal do documento, objetivando o alcance de outros três critérios, sendo estes: C5-Correspondência com os objetivos do estudo; C6-Repetição de referências/conceitos já verificados em trabalhos anteriores; C7- Referências a datas/momentos cronológicos ou assunções gerais de determinado estado da sociedade nos vários fatores constituintes do acrónimo PEST. Mais uma vez, a não verificação do C5 implicava exclusão imediata do documento do *corpus* de estudo.

Este segundo momento de triagem constituiu um processo mais dinâmico, que implicou um dispêndio de tempo bastante considerável, e implicou multiplicar a leitura do mesmo documento várias vezes. O quadro 11 reflete os diferentes passos da triagem da documentação primária.

Quadro 11. Triagem da documentação primária

Triagem	Inseridos	Rejeitados
1ª Pesquisa	22	0
2ª (após aplicação dos 4 primeiros critérios)	0	1
3ª (após aplicação dos 3 segundos critérios)	0	5
Corpus de estudo final=16		

Mediante este passo, apresentamos no quadro 12 os documentos constituintes do *corpus* de estudo, com identificação do setor respetivo (e.g. Desporto), código (e.g.P21), e tipologia (e.g. Artigo) correspondentes.

Quadro 12. Constituição do *corpus* de estudo

Setor	Código do Documento	Tipologia
Ambiente	P3	Comunic. Congresso
	P5	Artigo
	P8	Capítulo Livro
	P9	Capítulo Livro
	P11	Capítulo Livro
	P14	Artigo
Desporto	P4	Tese PhD
	P7	<i>Working Paper</i>
	P12	Comunic. Congresso
	P15	Comunic. Congresso
	P18	Artigo
Turismo	P13	Artigo
	P19	Artigo
	P21	Comunic. Congresso
Misto	P20	Artigo
	P17	Livro

2.4. Extração e redução dos dados: Metassumariação

2.4.1. Sistema categorial

De forma a contribuir para a objetividade da recolha de informação, organizamos as variáveis mediante um quadro concetual prévio. Este quadro parte dos sistemas de categorias utilizados na análise de conteúdo (Bardin, 2009; Hébert et al., 2010). Assim, tendo em conta os diferentes fatores (constituintes do acrónimo), codificamos categorias e subcategorias de acordo com o esquema apresentado de seguida (figura 16).

Proposta de modelo PEST

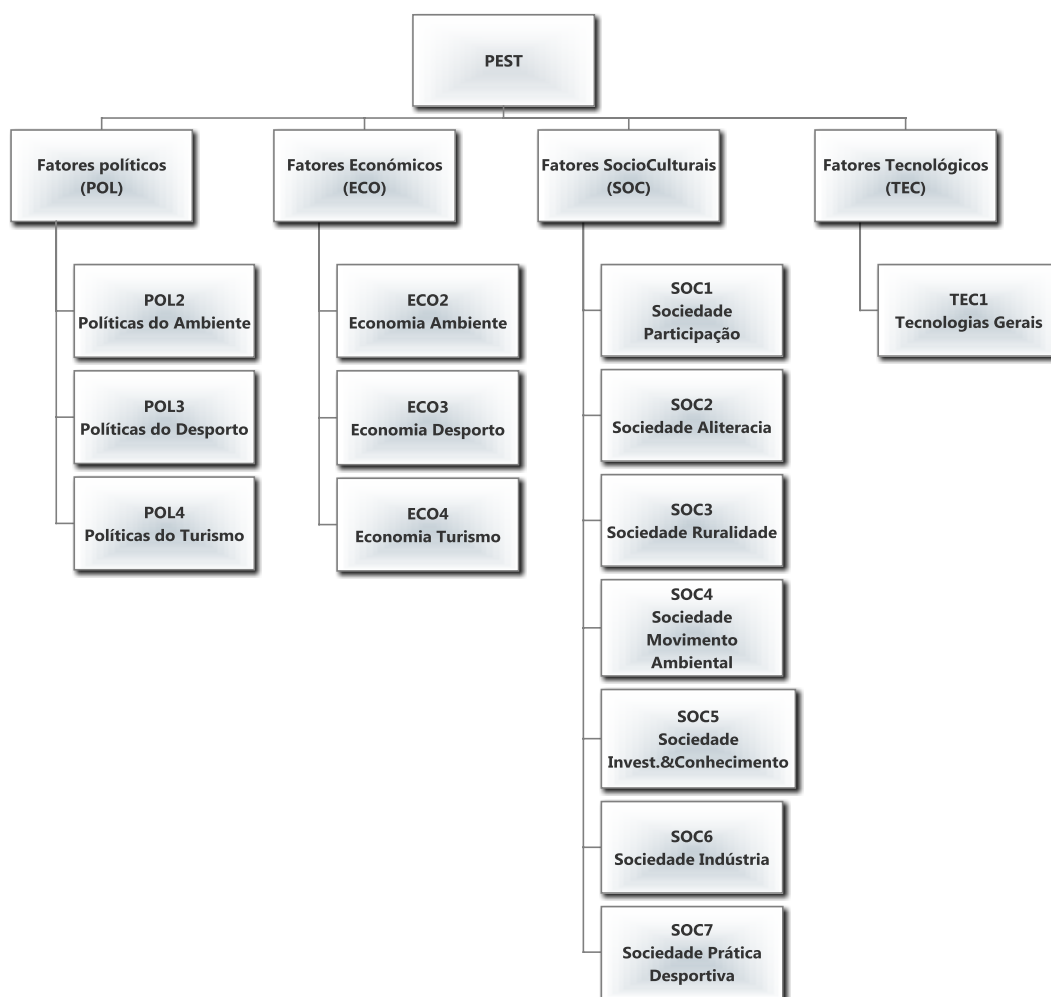


Figura 16. Proposta de modelo PEST: Sistema de categorial

As categorias dizem respeito aos fatores (e.g. POL; ECO; SOC) que constituem o acrónimo. As subcategorias inserem-se em cada um destes, em função do setor (e.g. desporto; ambiente) ou, no caso dos fatores socioculturais, dado o seu carácter geral, em função de áreas da sociedade que foram sendo determinadas com a análise dos textos. Estas subcategorias são denominadas ao longo da apresentação e discussão dos resultados de “subfactores”. De seguida descrevem-se cada uma das categorias em estudo:

1. Fatores Políticos (POL): dizem respeito a acontecimentos ou referências (assunções dos autores analisados) que reportem para decisões/ações da esfera política. Podem incluir a criação de ministérios, institutos públicos, decisões ou ideologias de desenvolvimento de um determinado setor. Em função do seu carácter específico (e.g. POL2,POL3) surgem as restantes subcategorias.

2. Fatores económicos (ECO): Por vezes é difícil separar fatores económicos de fatores políticos, visto que os primeiros poderão resultar de decisões ou estratégias de desenvolvimento derivantes dos segundos. Consideram-se, no entanto, os fatores económicos como aqueles que, mesmo evidenciando influência política, se focam em referências a crescimentos financeiros, aumentos ou decréscimos de financiamento, crises económicas nacionais ou internacionais, quadros comunitários e respetivos programas. Em função do seu caráter específico (e.g. ECO2, ECO3) surgem as restantes subcategorias.

3. Fatores Socioculturais (SOC): Incluem referências relacionadas com características da sociedade portuguesa (e.g. défice de associativismo). São medidos através de assunções dos autores analisados e, numa tendência relativamente contrária às variáveis anteriores, estão menos dependentes de datas ou acontecimentos específicos, sendo reportados como tendências que ocorrem em determinado período da história (e.g. Antes do 25 de Abril de 1974, os níveis de aliteracia entre a população portuguesa eram muitos elevados). Em função da característica sociocultural surgem as restantes subcategorias (e.g. SOC2, SOC3). As subcategorias aqui correspondentes surgiram maioritariamente *a posteriori* e no decorrer das leituras.

4. Fatores Tecnológicos (TEC): Dizem respeito aos efeitos que o desenvolvimento tecnológico provocou na sociedade portuguesa no que diz respeito aos três setores em análise (e.g. O aparecimento das televisões privadas nos anos 90 provocou uma mediatização das preocupações ambientais na sociedade). Neste caso, dado o vasto impacto das tecnologias (sobretudo de comunicação) a variável foi apenas codificada com um caráter geral (TEC1).

O sistema de categorias utilizado foi maioritariamente desenvolvido *a priori*, com base no suporte teórico fornecido pela análise PEST e orientada pelos objetivos do capítulo e *a posteriori*, ao longo da análise (no caso do fator SOC).

2.4.2. Análise da documentação: Técnicas de análise

Codificação

Cada um dos textos selecionados foi sujeito a uma leitura atenta. Em função do sistema de categorias previamente determinado, ou em função de um novo subfactor, o texto foi selecionado e codificado. Cada segmento de texto foi codificado com o código da subcategoria (POL2), uma letra minúscula (“a”), uma data/assunção geral (“1987”) e o seu significado ou consequência para o desenvolvimento (“A política ambiental portuguesa....”). Exemplifica-se de seguida uma codificação:

POL2a (1972): A conferência de Estocolmo foi um momento de elevada importância para a política ambiental em Portugal.

A codificação que antecede o texto permite saber que esta constitui um fator político (POL) do setor do ambiente (2), que constitui a primeira codificação (a) e que acontece num determinado momento ou período temporal (1972).

É importante salientar que a análise efetuada se afasta ligeiramente da análise de conteúdo, no sentido em que a codificação não traduz de forma exata as palavras do indivíduo, mas sim uma frase descritiva que resume determinado acontecimento. Tem assim um caráter descritivo, que procura uma tipologia de influência (e.g. política ambiental), um momento no tempo e uma implicação para o desenvolvimento (e.g. A conferência de Estocolmo...). No que diz respeito à referência cronológica, é importante assinalar que, na maior parte dos casos, se utilizaram espaços temporais mais alargados (e.g. Entre 1980-1990; Até meados do Séc. XX; etc).

Criação de temas descritivos

Após codificação dos subfatores, estes foram agrupados dentro de famílias de códigos procedendo-se a uma visualização gráfica gerada pelo *software* utilizado (figura 17)

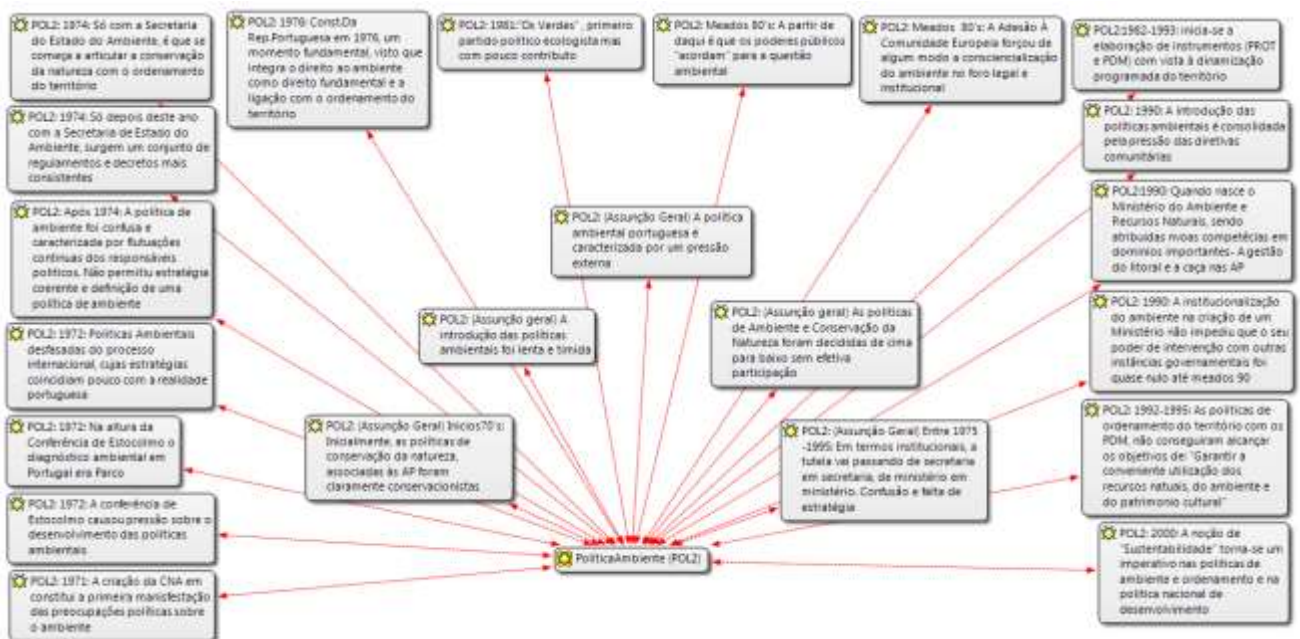


Figura 17. Figura representativa da execução gráfica da criação dos temas descritivos: famílias de códigos

A opção por uma visualização gráfica permitiu uma melhor organização da apresentação e discussão dos resultados. Cada código (dentro dos quadriláteros cinzentos) foi posteriormente organizado cronologicamente (da esquerda para a direita e no sentido ascendente). Por motivos de espaço e de qualidade de imagem, as imagens geradas pelo *software* não foram utilizadas na apresentação dos resultados, optando-se por outro sistema de representação (em quadros). Os *outputs* gerados pelo

software, assim como as representações gráficas, são disponibilizados no CD em anexo a este trabalho de investigação (Anexos 2).

Criação de temas analíticos

Após apresentação e discussão de resultados, os temas descritivos foram generalizados e originaram temas analíticos. Por exemplo, os diferentes fatores de natureza política, depois de agrupados, permitiram generalizar determinada assunção ou estado. Desta vez foram codificados com letras (e.g. POL_A; POL_B; ECO_A). Estes fatores gerais foram alvo de discussão e de inter-relacionamento.

2.5. Cálculo da fidelidade intrainvestigador

Tendo em conta que, normalmente, trabalhos de metassíntese são realizados (e os seus resultados comparados) por mais de um investigador, considerou-se adequada a realização de cálculos de fidelidade intrainvestigador nos vários momentos de desenvolvimento metodológico, tentando analisar a concordância entre dois momentos distintos de recolha ou análise de dados. Para efetuar o cálculo de fidelidade, foi utilizado o Índice de Bellack (Siedentop, 1991).

O quadro 13 que se segue apresenta os diferentes momentos do processo metodológico, sujeitos ao cálculo do índice de fidelidade e respetivos resultados. Os cálculos gerais e tabelas auxiliares podem ser observados no anexo 3.

Quadro 13. Resultados do Índice de fidelidade para cada passo metodológico

Passo metodológico	Resumo	IB
Pesquisa da documentação	Realização de dois momentos de pesquisa no motor de busca predefinido com intervalo de 1 semana. Foi analisada a concordância na seleção da mesma documentação	85.18%
Critérios de seleção do corpus de estudo	Realização de dois momentos de avaliação com intervalo de 1 semana dos documentos primários para os 7 critérios evidenciados	97.41%
Sistema categorial Nº de categorias registadas		100% (nos três setores)
Sistema categorial Nº de subcategorias registadas	Realização de dois momentos de codificação da documentação com intervalo de 1 semana. Foram selecionados ao acaso 3 documentos (1 de cada setor em estudo, exceto misto) e codificados.	100% (nos três setores)
Sistema categorial Nº de codificações		90.90% (ambiente) 90% (desporto) 100% (turismo)
Processo inferencial	Realização de dois momentos de estabelecimento de relações entre os fatores gerais com intervalo de uma semana.	88%

Legenda: IB: Índice de Bellack

2.6. Tratamento dos dados

Para o tratamento dos dados e auxílio na apresentação dos resultados, foram utilizados quatro *softwares* distintos. No processo de codificação e elaboração de esquemas de famílias foi utilizado o programa Atlas ti., versão 7 para *Windows*. Para a representação gráfica e execução de tabelas na apresentação dos resultados foi utilizado o *software* de gestão de projetos *Smartdraw*, versão 3 para *Windows*. Para a representação das interligações entre fatores gerais PEST, foi utilizado o *software* de análise de redes sociais ORA-NetScenes, versão 3.0.9.3 após construção prévia da matriz inter-relacional no *software Microsoft Office Excel*, para *Windows*. Para realização das tabelas e cálculos do Índice de Bellack, foi utilizado o *software Microsoft Office Excel*, para *Windows*.

3. Apresentação dos resultados

Os resultados são apresentados por cada fator constituinte do acrónimo PEST. Estes foram organizados em quadros. Cada quadro é dividido em três campos gerais, nomeadamente: descrição do subfactor, cronologia e elementos de codificação (Setor= Turismo, Ambiente, Desporto; Subfactor= POL4, POL2, POL3, etc.; Código do segmento: a, b, c...). As setas utilizadas no elemento central do quadro representam 1) O período cronológico: quanto maior o tamanho da seta, maior o seu prolongamento no tempo; 2) A direção positiva ou negativa: as setas direcionadas para a direita representam uma influência positiva e vice-versa. Dada a sua dimensão, os quadros podem ser consultados no anexo 6.

A análise efetuada permitiu a obtenção de referências associadas aos 4 fatores em análise (PEST) e para os 3 setores em estudo (ambiente, turismo e desporto), num espaço temporal decorrente entre 1911 e 2010. Os resultados quantitativos são expressos em função do fator nos quadros seguintes.

A esfera política

O quadro 14 resume os resultados em termos quantitativos:

Quadro 14. Resultados quantitativos para o fator e subfactores políticos

	Fatores Positivos	Fatores Negativos	Total p/setor
Ambiente (POL2)	12	6	18
Turismo (POL4)	11	6	17
Desporto (POL3)	5	4	9
Total direções	28	16	44

Foram codificadas F=44 influências políticas, sendo f=18 do setor ambiental, f=17 do setor do turismo e f=9 do setor desportivo. No que diz respeito à direção (positiva ou negativa), verifica-se

uma maior ocorrência de fator positivos ($f=28$) do que negativos ($f=16$). Para os setores ambiental e turístico, as ocorrências positivas excedem em quase 50% as negativas.

A esfera económica

À semelhança da análise anterior, no anexo (6) podem ser consultados os resultados que refletem a recolha de dados relativos ao fator e subfactores de ordem económica. Em termos quantitativos, estes são apresentados no quadro seguinte (quadro 15)

Quadro 15. Resultados quantitativos para o fator e subfactores económicos

	Fatores Positivos	Fatores Negativos	Total p/setor
Ambiente (ECO2)	6	5	11
Turismo (ECO4)	4	0	4
Desporto (ECO3)	1	2	3
Total direções	11	7	18

Foram codificadas $F=18$ influências económicas, sendo $f=11$ do setor ambiental, $f=4$ do setor do turismo e $f=3$ do setor desportivo. No que diz respeito à direção (positiva ou negativa), verifica-se uma maior ocorrência de fator positivos ($f=11$) do que negativos ($f=7$). Em respeito a este fator os dados obtidos são mais incipientes do que para os fatores políticos. Este facto também sucede devido à forte interligação que estes fatores têm com as orientações e desenvolvimento político, podendo-se até extrapolar da análise anterior (POL) algumas referências a investimentos em determinados setores ou direções. No entanto, estes dados surgem separadamente por evidenciarem aspetos específicos de natureza económica e financeira.

A esfera Social

Os subfactores de natureza social foram sujeitos a uma análise diferenciada dos anteriores, já que foram categorizados maioritariamente *a posteriori* e não estão diretamente relacionados com nenhum dos setores específicos à exceção do setor desportivo. No anexo 6 podem ser consultados os quadros com os resultados obtidos. Os dados resultantes da análise efetuada à esfera social portuguesa destacam algumas referências num período decorrente entre 1911-1998. O quadro seguinte (quadro 16) resume os resultados em termos quantitativos.

Quadro 16. Resultados quantitativos para o fator e subfactores sociais

Setores	Fatores Positivos	Fatores Negativos	Total p/setor
Participação (SOC1)	0	3	3
Aliteracia (SOC2)	0	1	1
Ruralidade (SOC3)	0	1	1
Movimento Ambiental (SOC4)	5	5	10
Investigação & Conhecimento (SOC5)	7	3	10
Indústria (SOC6)	0	1	1
Prática Desportiva (SOC7)	0	1	1
Total direções	12	15	27

Na esfera sociocultural, foram codificados F=26 fatores influenciadores em 7 subfactores diferentes. Contrariamente à tendência da análise dos fatores anteriores, os dados evidenciaram um conjunto superior de fatores negativos (f=14) do que positivos (f=12).

A esfera Tecnológica

O término da análise refere-se aos fatores tecnológicos (TEC). Neste caso, e dada a sua influência global, estes não foram codificados em subfactores. No anexo 6 pode ser consultado o quadro com os resultados obtidos. Na análise dos fatores tecnológicos (TEC), encontramos apenas referências positivas (F=5) e codificamo-los todos como TEC1, salientando, no entanto, as diferenças nos setores (turismo, desporto, ambiente), já que estes são exercidos de forma diferenciada. Algumas delas não possuem data concreta, visto serem assunções gerais dos textos analisados. No entanto, codificamo-las com início na década de 1990, visto ser um período relevante no arranque tecnológico em Portugal aos mais variados níveis.

4. Discussão dos resultados

Para proceder à discussão dos resultados criámos temas analíticos (TA), resultantes da apresentação dos resultados, de forma a encontrar possíveis ligações ou relações entre os vários fatores constituintes da análise PEST. Assim, uma reflexão aos dados expostos anteriormente permitiu a geração de novas codificações inseridas em cada um dos fatores analisados. Estes são representados graficamente na figura seguinte (figura 18)

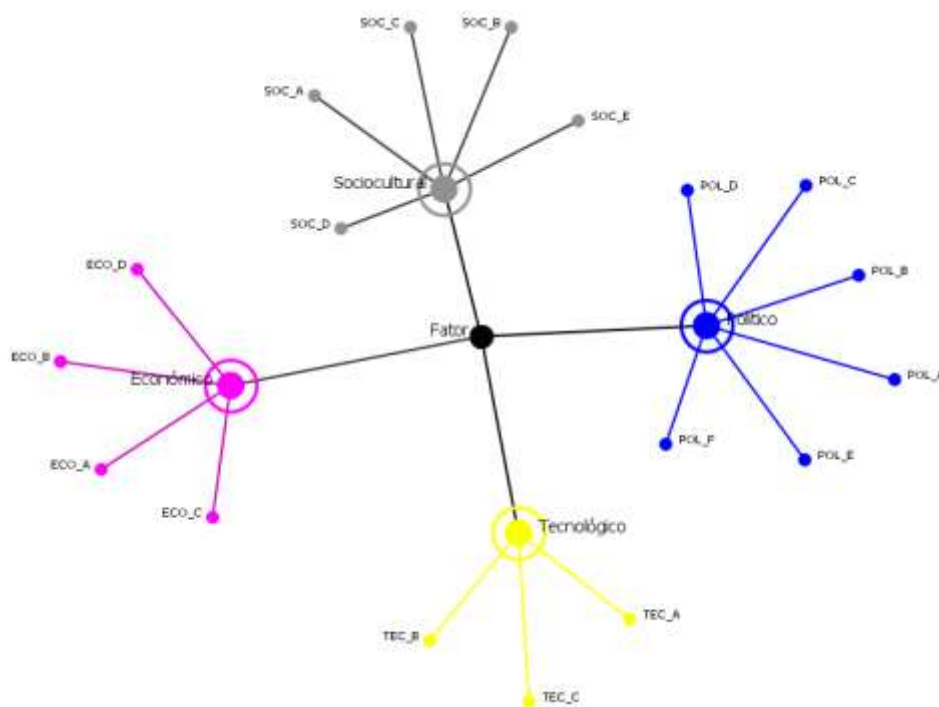


Figura 18. Temas analíticos

A reflexão anterior gerou assim 18 TA, codificados desta vez com letras (A,B,C...), agrupados em cada um dos fatores da análise PEST realizada. Numa fase posterior, com base numa matriz inter-relacional (constituída por 0 e 1), e com recurso a *software* de análise de redes sociais, representamos graficamente as ligações teoricamente possíveis entre os vários TA (de acordo com as cores pré-definidas na figura anterior).

Na figura seguinte, as linhas vermelhas representam influência negativa e as verdes o contrário. A seta direciona o TA influenciador ao influenciado. As linhas tracejadas na margem esquerda representam a divisão de 4 níveis de discussão (figura 19). A matriz que dá origem à figura encontra-se no anexo 4. Após a apresentação da figura são discutidos os resultados obtidos.

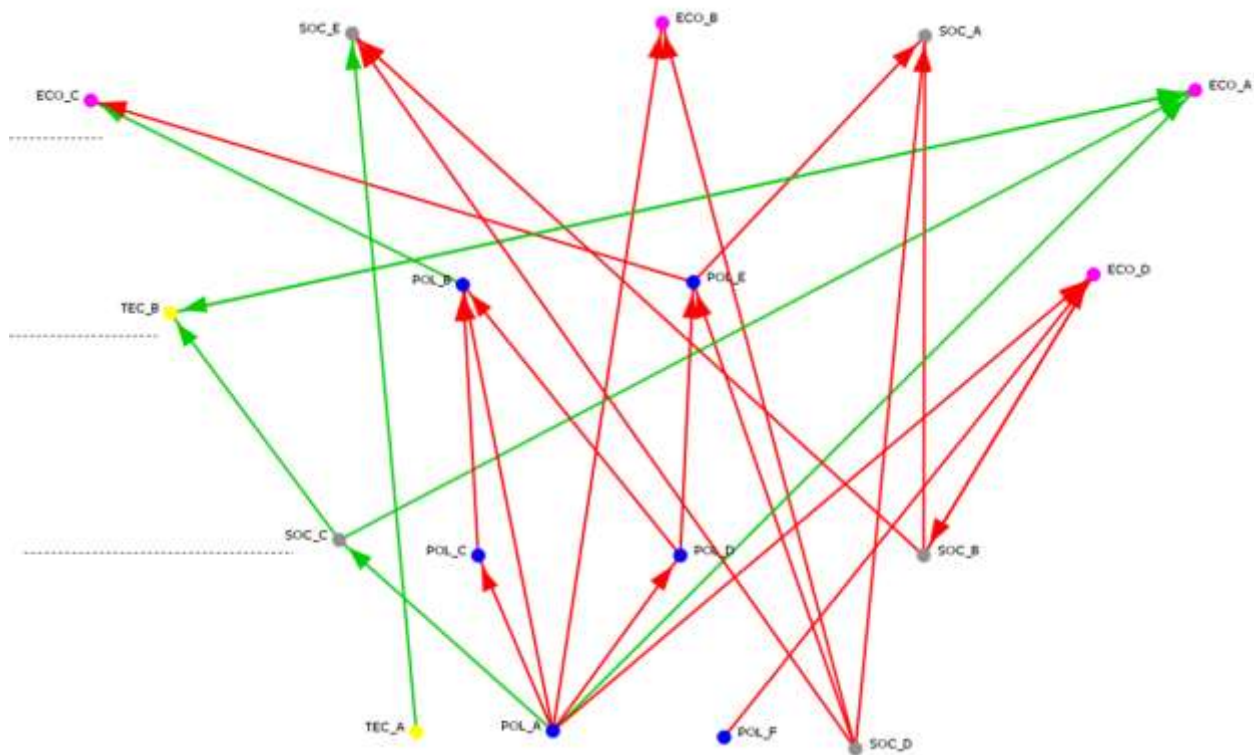


Figura 19. Relações estabelecidas entre os temas analíticos

POL_A: Um desfasamento temporal na consideração dos setores na esfera política: O turismo surge de forma bem mais precoce e o ambiente, acompanhando a tendência (e influência) europeia, surge apenas nos anos 1970. O desporto, por sua vez, dado o seu cariz cultural e social, é fortemente prejudicado pela época pré-revolução democrática, não existindo na sociedade padrões culturais de prática desportiva. Esta realidade conduz a um conjunto de influências negativas a nível económico e político para os setores do ambiente (ECO_B; POL_C; POL_B), e do desporto (ECO_D). O turismo, por ocupar o lugar pioneiro a nível institucional, e de alguma forma empurrado pela força da economia, não sofre esta influência nem a nível social (SOC_C), nem económico (ECO_A).

POL_F: Política desportiva pouco centrada nas questões de lazer e desporto para todos, fortemente influenciada pelo período pré-revolução democrática, com ausência de uma cultura generalizada do desporto entre a população e pouca sensibilização para a prática desportiva no período 1988-1998. Verifica-se uma ausência de políticas consertadas de promoção do desporto no âmbito do lazer, um maior investimento no desporto de alta competição em detrimento do lazer, e uma oferta deficiente nas práticas de aventura. Este fator político poderá relacionar-se negativamente com fatores da economia desportiva (ECO_D), caracterizada por uma ineficiência

económica, e traduzida na valorização de grandes equipamentos desportivos (e.g. Estádios) em detrimento de infraestruturas de apoio às práticas de lazer (Tenreiro,2010).

SOC_D: Uma investigação na área ambiental de cariz pouco pluridisciplinar, com carências na articulação das ciências ambientais e áreas como economia ou as ciências sociais, cujas consequências, sendo a principal a carência de conhecimento mais aprofundado, poderá ter tido influências negativas sobre vários fatores de ordem social. Em primeiro lugar a nível participativo (SOC_A), no sentido em que, numa sociedade com carência de conhecimento teórico ao nível da teoria de participação e de *stakeholders*, a influência exercida pelo meio académico e o reflexo no meio profissional poderá ser relativamente insípido. Em segundo lugar, ao nível educacional (SOC_E), sobretudo no que respeita a educação para e no ambiente, cujas bases em Portugal tardaram a surgir. A existência de investigação multidisciplinar, relacionando as ciências ambientais e a educação, poderia ter sido uma força de influência para um desenvolvimento mais precoce desta corrente educativa. Arriscamo-nos ainda a assumir que este fator se relaciona negativamente com a política ambiental, na medida em que uma carência no conhecimento poderá contribuir para um atraso significativo nas decisões políticas (POL_E), caracterizadas por uma visão conservacionista, restritiva e vertical do meio natural e, conseqüentemente, nos investimentos estatais realizados a nível ambiental (ECO_B).

Encontramos ainda, na base do esquema, o fator **TEC_A**, que remete para a **influência positiva dos meios de comunicação na mediatização da questão ambiental a partir de 1990**, e que se coadunam com os inícios dos processos educativos relacionados com o ambiente (SOC_E).

Este primeiro nível de análise representa um conjunto de fatores que, mediante os dados analisados, se aparentam como influenciadores de outros.

Num segundo níveis verificam-se fatores políticos (POL_C; POL_D) e sociais (SOC_C; SOC_B). Estes fatores são aparentemente vítimas de influência anterior, tendo, no entanto, a característica de influenciarem mais ou de igual forma àquilo que são influenciados (em termos quantitativos).

A nível político, verifica-se uma **Confusão na administração pública sectorial (POL_C)** com referências constantes, em primeiro lugar, a alguma confusão na administração pública destes setores e que decorre entre o período revolucionário e meados dos anos 90. Ao nível do ambiente, esta aparente confusão não permitiu uma estratégia coerente e a definição de uma política de ambiente (POL2e, ver anexo 6). Ao nível do turismo, Brito (2010) refere constantes alterações ao nível de secretarias e ministérios na tutela. Ao nível do desporto, e segundo Tenreiro (2010), verifica-se uma política desportiva que não acompanhou as políticas desportivas europeias. Este fator, influenciado pelo anterior POL_A, relaciona-se, na nossa perspetiva, com o evidente desfasamento

entre políticas de crescimento e ordenamento do território (POL_B), aqui focados sobretudo nos setores do ambiente e do turismo. A ausência de uma estratégia definida dificultou a relação entre o crescimento económico e as políticas de ordenamento (com visibilidade efetiva a partir de década de 1990).

POL_D: Pouca articulação ministerial: Os dados enunciam pouca articulação entre ministérios, sobretudo nas questões relativas ao desenvolvimento e ordenamento do território entre os setores do ambiente e do turismo. Alguns autores reforçam esta posição. Brito (2010) refere que, durante muitos anos, o relacionamento entre os agentes do ambiente e os agentes económicos do turismo foi dominada pela ausência de debate e que, atualmente, se verifica o “rastilho” desta relação ou ausência dela. O setor do ambiente, mesmo institucionalizado, não contribuiu para um efetivo poder de intervenção junto de outras instâncias governamentais e o setor do desporto parece evoluir à margem do lazer e de uma eventual relação com os setores do turismo e do ambiente. Este fator, provavelmente influenciado pelo já referido desfasamento da institucionalização dos diferentes setores na política pública (POL_A), relaciona-se negativamente com outros dois fatores políticos (POL_B; POL_E). Em primeiro lugar, e mais uma vez, com o desfasamento entre políticas de crescimento e ordenamento (POL_B), provavelmente resultante desta falta de articulação ministerial; em segundo, com o fator POL_E, que representa uma ideologia política centrada no conservacionismo e funcionamento vertical (*Top-Down management*), no sentido em que não fomentou uma participação ao mais alto nível de decisão (Ministerial) com evidentes consequências no resto da cadeia participativa.

A nível social, encontramos o **Uma sociedade caracterizada pela ruralidade, a aliteracia e um desenvolvimento industrial tardio (SOC_B)**, cujos contornos provocam influências socioculturais aos mais diversos níveis, seja ao nível participativo (SOC_A), seja ao nível da consciência e movimentos ambientais e a consequente sensibilização para as questões da educação (SOC_E). Estas características levam a uma sociedade algo desinformada e dessensibilizada para as questões do ambiente, sem força de opinião e, ao mesmo tempo, para uma baixa sensibilização para as práticas de atividade física, fator que poderá ter sido condicionado por fatores da economia desportiva (ECO_D).

SOC_C: Um investimento e atenção bastante consideráveis no que diz respeito ao **conhecimento e investigação ao nível do turismo**, traduzidos sobretudo numa forte e precoce aposta na formação profissional neste setor. Este fator, influenciado positivamente por POL_A, derivante da precoce introdução da economia turística na política nacional, relaciona-se positivamente com fatores tecnológicos (TEC_B) e até a nível económico (ECO_A). É importante realçar, aproveitando o

relacionamento em causa, a importância que o conhecimento derivado da investigação e formação exercem sobre o desenvolvimento de determinada nação. Não seria de todo sensato assumir que o desenvolvimento dos meios de comunicação (e.g. televisão; internet) ou de transporte (e.g. Estradas; aviação civil) criam uma relação de dependência (causa-efeito) com a investigação e formação em turismo (causa) (TEC_B). No entanto, é de ressaltar a consideração do turismo enquanto fator usufruidor da rede viária, como referenciado na tese de doutoramento de Pacheco (2004), ao enunciar o Decreto-lei nº 23/239 de 1933, que referia que “...estradas nacionais, as de 3ª classe correspondem às ligações que [estabelecem] as ligações entre as estradas que constituem a rede fundamental (1ª e 2ª classes), ligam os concelhos entre si e servem regiões ricas, portos, estações de caminho-de-ferro e zonas de turismo” (Diário do Governo nº102 11/5/45: 374, cit. in Pacheco,2004). Estas considerações são possíveis mediante um conhecimento adequado da realidade turística que já na primeira metade do séc. XX se fazia sentir. O mesmo se pode dizer da influência sobre as questões económicas (ECO_A), com destaque para o Quadro Comunitário de apoio III (2000-2006), que se destaca por um vasto conjunto de programas de incentivos ao desenvolvimento turístico, alguns bastantes específicos como foi o caso do SIVETUR.

Num terceiro nível de análise, encontramos novamente fatores políticos (POL_B; POL_E) e tecnológicos (TEC_B) e, pela primeira vez, fatores económicos como origem de influência (ECO_D). É de destacar que neste nível encontramos o primeiro fator com influência sobre um anterior (ECO_D – SOC_B), o que revela a complexidade da relação entre todos os fatores em análise e a impossibilidade de uma relação somente ascendente.

Na esfera política, verifica-se o já referido **Desfasamento entre políticas de crescimento e ordenamento do território (POL_B)**, refletindo a realidade de que o crescimento económico, incluindo o turístico, só tardiamente foi acompanhado por políticas de ordenamento (década de 1990), aspeto influenciado também pela tardia inclusão desta consideração nas políticas ambientais (com início a partir de 1974) (POL_A). Verifica-se, por exemplo, na década de 1990, um aumento muito considerável da atividade turística, que não é acompanhado por políticas efetivas de ordenamento do território. Consequentemente, POL_B é afetado pelos outros dois fatores políticos já referidos. Um deles resulta de uma aparente confusão na administração pública sectorial (POL_C), outro, de uma reduzida articulação entre ministérios (POL_D), sobretudo entre os setores do turismo e do ambiente. No entanto, apesar de evidenciar relações negativas com os anteriores, estabelece uma relação positiva com o fator ECO_C, que representa algum investimento no melhoramento da qualidade ambiental das cidades e que, posteriormente, originaria o programa POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades).

Encontramos também uma **Política conservacionista, restritiva e vertical (POL_E)**. Mansinho e Schmidt (1994) referem que as políticas de conservação da natureza, sobretudo as associadas às AP, foram claramente conservacionistas. Gomes (2007), por sua vez, afirma que o desporto, na sua relação com o ambiente, foi alvo de uma preocupação estatal essencialmente regulamentadora, possuidora de algum fundamentalismo ecológico, com legislação afeta sobretudo às AP, em detrimento de uma maior valorização dos direitos de desenvolvimento da personalidade e pouca sensibilização para o usufruto desportivo da natureza. Caracteriza-se ainda pelo seu sistema “*Top-Down*” (vertical), com reduzida ênfase nos processos participativos. Este fator, influenciado negativamente por POL_D e SOC_D, reflete uma relação negativa com os fatores SOC_A e ECO_C.

Com o primeiro (SOC_A), no sentido em que uma política essencialmente “*Top-down*” (ou seja, de cima para baixo sem efetiva participação), não potenciou a participação pública. Apesar de se reconhecer através dos dados obtidos o défice de participação da sociedade portuguesa, julgamos que as próprias políticas também não fomentaram essa mesma participação. As culpas não poderão ser apontadas somente à sociedade civil, mas também ao próprio estado. A nível económico, a relação negativa estabelecida com ECO_C reflete, de alguma forma, a assunção anterior, ou seja, uma política que inicialmente desconsiderou o ordenamento do território e que, por isso, tardou a efetuar alguns investimentos como os referidos neste fator económico.

A nível tecnológico, verifica-se o fator **TEC_B: Influência dos meios de comunicação e de transporte no desenvolvimento do turismo interno e internacional a partir de 1990**, como referido anteriormente, influenciado positivamente por SOC_C. Este fator é particular, no sentido em que estabelece uma relação positiva de influência-influenciador com um fator hierarquicamente superior (ECO_A). Se Portugal, na década de 1990, atravessa um período de “ouro”, derivado em parte do desenvolvimento interno e da divulgação externa do país, consideramos que este estágio de progresso contribuiu para o reconhecimento da importância económica da indústria turística, dando origem a um conjunto de programas de financiamento no início da década de 2000 (ECO_A).

Por último, neste nível de análise, encontramos uma nova relação bilateral, desta vez negativa, e que parte do fator **ECO_D**, o qual traduz **uma economia do setor do desporto, caracterizada por uma ineficiência económica** de produção desportiva, com investimentos que apontam no sentido de grandes obras com influência nacional, em detrimento de espaços de lazer e desporto municipal. Esta exclusão dos espaços de lazer de cariz desportivo é uma marca da evolução das políticas desportivas em Portugal, relacionadas, como referido anteriormente, e *a priori*, com fatores políticos (POL_A; POL_F) e sociais (SOC_B). A influência negativa que se verifica de ECO_D para SOC_B centra-

se sobretudo no desenvolvimento económico (resultante de uma indústria tardia e pouco evoluída) até aos anos 70, e cujas bases de conhecimento não atingiram o setor desportivo.

Num quarto e último nível, encontramos fatores económicos (ECO_A; ECO_B; ECO_C) e fatores sociais (SOC_E; SOC_A). À exceção de ECO_A, consideramos que estes fatores foram maioritariamente influenciados, e não influenciadores dos diferentes dados analisados.

Em termos económicos, verificamos um fator relacionado com a economia do turismo, nomeadamente **ECO_A**, traduzido no já referido **conjunto de financiamentos e apoios ao desenvolvimento que se fazem sentir até à atualidade** (inclusive com o QCA III, na década 2000-2010) com programas específicos de incentivo turístico. Este fator é influenciado positivamente por outros já discutidos, seja aos níveis tecnológico, político ou social (TEC_B; SOC_C; POL_A). Reflete, no nosso entender, a realidade da indústria turística, bastante mais desenvolvida e sujeita a um historial mais benéfico do que os restantes setores em estudo.

Encontramos também o fator **ECO_B** que reflete o facto de o **setor ambiental ver os seus investimentos canalizados para o saneamento, recursos hídricos e outros aspetos essenciais para o normal funcionamento dos aspetos de saneamento público** durante um período alargado após os anos 70. O surgimento tardio do ambiente na esfera política (POL_A) provocou aparentes influências sobre a necessidade de investimento em saneamento básico e recursos hídricos (ECO_B), deixando de parte (e logicamente) outros fatores relacionados com a biodiversidade ou os benefícios económicos gerados pelo meio natural junto das sociedades rurais. Este fator, também influenciado negativamente por SOC_D, representa um setor ambiental que tardou a considerar fatores como a biodiversidade, o ordenamento, a educação e sensibilização e que nos conduz para o terceiro fator económico neste nível, **ECO_C: Só na década de 1990 e embora de forma secundária, se reflete algum investimento nas molduras urbanas no que diz respeito à valorização ambiental das cidades**. Estes investimentos, apesar de não se relacionarem diretamente com os setores do desporto e do turismo, representam uma maior sensibilidade para a qualidade ambiental das cidades (e.g. Criação de espaços verdes de natureza recreativa), o que de alguma forma traduz a ideologia vivida na altura.

Em termos sociais, encontramos **uma sociedade caracterizada por um considerável défice de participação (SOC_A)**, sobretudo na causa ambiental, muito em parte influenciada por um regime de ditadura até meados dos anos 70, uma posterior dificuldade em emergir, provavelmente devido a fatores de aliteracia e ruralidade (SOC_B), aspetos dominantes na sociedade desta década e a carência de investigação social associada ao ambiente (SOC_D). Outro fator que deverá contribuir para este défice participativo poderá também partir da influência do estado, cujas políticas de

ambiente e conservação da natureza foram decididas de “cima para baixo”, sem efetiva participação (Schmidt, 2008) (POL_E).

Por último, encontramos também referido em vários momentos o fator **SOC_E**, que traduz **um maior investimento na educação ambiental apenas a partir da década de 1990**, no entanto com uma aparente falta de interesse dos ministérios do ambiente e educação (ou falta de articulação), influenciados pelos mesmos dois fatores sociais do parágrafo anterior, e positivamente pelas tecnologias de comunicação (TEC_A) que vieram contribuir para a mediatização da causa ambiental. Referindo-se ao setor desportivo, Gomes (2007) afirma que “...a proteção do ambiente é uma tarefa estatal, no entanto não se pode esperar a interiorização dos valores ambientais somente pelo praticante ou pelas federações. Ao estado cabe regular! Pouca atenção tem acontecido na sensibilização desportiva e na sua relação com o ambiente.”. Perante a assunção da autora parecemos que o estado tem tido um papel mais regulamentador nas políticas sectoriais a que nos referimos, em detrimento da interiorização de valores e sensibilização, indo de encontro ao nível ambiental, de políticas mais conservacionistas representadas por uma baixa consideração de participação pública.

Resultante da análise dos dados, encontramos um fator isolado que não é verificado na figura, e que nos remete para um novo fator tecnológico (positivo), nomeadamente a **Influência dos meios de comunicação na difusão e mediatização das práticas desportivas de aventura a partir de 1990 (TEC_C)**, e cuja análise dos dados não permitiu aferir ligações posteriores.

5. Conclusão

A análise PEST efetuada permitiu, embora de forma contingente, compreender os contextos político, económico, social e tecnológico, que naturalmente poderão influenciar as políticas de desenvolvimento do desporto, recreação e turismo nas AP portuguesas. Assim, apresentam-se as principais conclusões, tendo em conta o objetivo estipulado:

Obj.Esp.3 (Parcial): Conhecer a evolução do subsector em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as políticas de desenvolvimento.

Assiste-se em Portugal a uma reduzida articulação ministerial no que diz respeito aos três setores em estudo, cuja evolução individual é também marcada por fortes assimetrias cronológicas e ideológicas, pouco favoráveis ao desenvolvimento.

Estamos perante uma política ambiental dotada de uma ideologia marcadamente conservacionista e restritiva, aspeto este que poderá consequentemente influenciar os modelos de gestão das AP em Portugal.

Os processos de decisão, no que diz respeito à conservação da natureza e ao turismo, são marcadamente verticais, com pouca incidência na participação ativa da sociedade em geral. Este aspeto, que representa no nosso entender uma marca da cultura administrativa portuguesa, poderá ter influência sobre os baixos níveis de participação que eventualmente se verifiquem hoje, assim como o reduzido conhecimento das suas vantagens. Contraria ainda os princípios que hoje são defendidos na gestão de AP a nível internacional sobretudo nos setores do turismo e da recreação.

O investimento no desporto, na sua vertente de lazer, é um aspeto que não caracteriza as políticas de desenvolvimento desportivo ao longo do tempo. Consequentemente, a participação do setor desportivo no turismo e no espaço natural parece-nos extremamente escassa, quer ao nível da legislação existente, quer de outros documentos de foro institucional ou estratégico do instituto público responsável por este setor.

A sociedade portuguesa é marcada também por um défice participativo. Este aspeto não se deverá culpabilizar unicamente pela reduzida influência do estado na sua difusão, mas também por elevados níveis de analfabetismo e um desenvolvimento tardio a que a sociedade portuguesa foi sujeita. A inclusão de determinado processo de gestão participativo deve ter em conta esta fragilidade e estar devidamente preparado e apetrechado de estratégias que permitam a sua potenciação.

O turismo em Portugal tem crescido largamente ao longo dos anos, assim como os investimentos e incentivos de natureza financeira. No entanto, a reduzida articulação ministerial já referida remete para uma carência de conhecimento e maturação no que diz respeito às vertentes do turismo ativo, sobretudo aquele realizado em contato com a natureza e que mais fortemente se relaciona com a atividade desportiva.

6.Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bivolaru, E., Andrei, R., & Purcăroiu, G. (2009). Branding Romania: A PESTEL Framework based on a comparative analysis of two country brand indexes. *Management & Marketing*, 4(4), 101-112.
- Brito, S. (2010). *Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*. Porto: SPI- Sociedade Portuguesa de Inovação.
- CIPD. (2014). <http://www.cipd.co.uk/hr-resources/factsheets/pestle-analysis.aspx> Retrieved 2014-02-02, 2014
- Crouch, G., & Ritchie, J. (1999). Tourism, Competitiveness, and Societal Prosperity. *Journal of Business Research*, 44, 137-152.
- Gomes, C. (2007). Ambiente e Desporto: Ligações perigosas. *Colectânea de Jurisprudência*, 2007/III, 225.
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

- Hockings, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N., & Courrau, J. (2006). *Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas* (2nd ed. Vol. 14). United Kingdom: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK.
- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Lopes, A., Castro, E., Poeta, G., & Brigas, J. (2005). *A protecção da natureza e os grupos humanos: O caso das áreas protegidas* Paper presented at the X Colóquio Ibérico de Geografia: "A Geografia Ibérica no Contexto Europeu", Universidade de Évora, Évora.
- Lopes, A., & Fracoli, L. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: Considerações sobre a sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, 17(4), 771-778.
- Mansinho, M., & Schmidt, L. (1994). A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico. *Análise Social*, XXIX, 441-481.
- McCuaig, J. (2012). "Government knows best" to "Yes!" Lessons learned from the relationship between the staff of Gros Morne National Park, Canada and regional actors. *Environments Journal*, 38(1), 1-18.
- Pacheco, E. (2004). *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. PhD, Universidade do Porto, Porto.
- Pereira, D. I., Pereira, P., & Brilha, J. B. (2012). Estado actual da geoconservação em áreas protegidas de Portugal Continental. *Repositório da Universidade do Minho*, 4.
- Pimentel, A. (2001). O método de análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*(114), 197-195.
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Sampaio, R., & Mancini, M. (2007). Estudos de revisão sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89.
- Sandelowski, M., & Barroso, J. (2003). Writing the proposal for a qualitative research methodology project. *Qualitative Health Research*, 13(6), 781-820.
- Schmidt, L. (2008). Ambiente e Políticas Ambientais: escalas e desajustes. In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim & F. Silva (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS* (pp. 285-314). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Siedentop, D. (1991). *Developing Teaching Skills in Physical Education* (3rd ed.): Mayfield Publishing Company.
- Stephens, R. E. (1994). Developmental Regulation of Ciliogenesis and Ciliary Length in Sea Urchin and Surf Clam Embryos. *Reproduction and Development of Marine Invertebrates*, 129-139.
- Thomas, J., & Harden, A. (2008). Methods for the thematic synthesis of qualitative research in systematic reviews. *BMC Medical Research Methodology*, 8(45), 1-10. doi: 10.1186/1471-2288-8-45
- Thorne, S., Jensen, L., Kearney, M., Noblit, G., & Sandelowski, M. (2004). Qualitative Metasynthesis: Reflections on Methodological Orientation and Ideological Agenda. *Qualitative Health Research*, 13(X), 1-24.
- Tonge, J., Moore, S., Hockings, M., Worboys, G., & Bridle, K. (2005). Developing indicators for the sustainable management of visitor use of protected areas in Australia. In C. Cooper, T. De Lacy & L. Jago (Eds.). Australia: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd.
- Woods, M., Bonas, S., Booth, A., Jones, D., Miller, T., Sutton, A., . . . Young, B. (2006). How can systematic reviews incorporate qualitative research? A critical perspective. *Qualitative Research*, 6(1), 27-44.
- Yüksel, İ. (2012). Developing a Multi-Criteria Decision Making Model for PESTEL Analysis. *International Journal of Business and Management*, 7(24), 52-66.

Legislação consultada

Diário da República (1970). Lei n.º 9/70, de 19 de Junho: Atribui ao Governo a incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de parques nacionais e de outros tipos de reservas.

Diário da República (1993). Decreto-Lei nº 19/93, de 23 de Janeiro: Estabelece as categorias de áreas protegidas no território nacional, respetivas designações e objetivos.

Capítulo 5. Análise evolutiva do desenvolvimento do desporto, recreação e turismo nas AP (Estabelecimento do contexto II)

1. Introdução

No presente capítulo, prosseguimos com o estabelecimento do contexto tratando especificamente do tema central desta investigação, nomeadamente as atividades desportivas desenvolvidas nos âmbitos da recreação e do turismo em áreas protegidas (D,R&T em AP) (ver figura 14, segunda caixa tracejada).

Considerou-se relevante contribuir para a compreensão do estado atual destes espaços no que concerne à implementação, gestão e desenvolvimento de processos e políticas associadas às atividades referenciadas, numa tentativa de evidenciar o estado de maturação de Portugal no que diz respeito ao desenvolvimento deste subsetor. A compreensão desta evolução revela-se fundamental para a tomada de decisão face a novas opções de gestão e até, a forma como outras futuras investigações ou modelos de análise, neste campo, deverão ser enquadradas. Assim, parece-nos fundamental considerar o estado evolutivo do D,R&T nas AP e o seu enquadramento no espaço e no tempo, tendo em conta as dinâmicas políticas, legais, organizacionais e sociológicas que ocorreram ao longo do tempo e que hoje se manifestam.

A abordagem a esta temática consiste num exercício de pesquisa e análise de documentação ao longo de quatro décadas (mais especificamente deste 1970, ano em que foi criada a primeira AP portuguesa), onde se procuram evidências documentais que determinem a trajetória do desenvolvimento. O estado Português é a fonte primária da maioria da documentação analisada, traduzindo-se sob a forma de documentos legais, planos e enquadramentos estratégicos de desenvolvimento do turismo e das AP. Através da síntese das informações recolhidas foi-nos possível enquadrar e compreender os aspetos positivos e negativos, oscilações, condicionantes e constrangimentos ao desenvolvimento do subsetor em estudo. Todos os dados apresentados, derivam de processos de análise documental. A riqueza do objeto em estudo reside sobretudo na análise crítica, desprovida de opiniões dos documentos escritos analisados e baseada em princípios de concatenação de informação.

Uma das principais justificações para a presente pesquisa, e ao mesmo tempo para a utilização de documentos é que estes *“permitem acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros”* (Cellard, 2008).

Desta forma e de acordo com o exposto na introdução desta parte da investigação, o objetivo específico desde capítulo congratula-se da seguinte forma:

Obj.Esp.3 (Parcial): Conhecer a evolução do subsetor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento;

2. Metodologia

2.1. A pesquisa documental

A abordagem metodológica utilizada para o desenvolvimento deste capítulo consistiu na utilização de técnicas de pesquisa documental. Utilizamos o termo “técnicas”, como sugerido pelos autores Sá-Silva, Domingos de Almeida, e Guindani (2009) no sentido em que este método se baseia na extração de informação de documentos, de acordo com etapas e procedimentos organizados e sistemáticos com vista à sua análise e síntese.

2.2. A seleção do *corpus* de estudo

2.2.1. Seleção da tipologia de documentação a analisar

A primeira preocupação prendeu-se com a seleção das tipologias de documentação a analisar. Para a resolução deste problema, baseamo-nos em três princípios: 1) **O objetivo do estudo:** Neste caso, os documentos utilizados como fonte de informação deveriam trazer conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras de acordo com o interesse do investigador e consequentemente com os objetivos do estudo (Figueiredo, 2007, cit.in Sá-Silva et al.,2009). Tendo em conta que o objetivo do estudo se prende com a compreensão, em termos evolutivos, do desenvolvimento do D,R&T nas AP portuguesas consideramos pertinente a seleção de documentos de foro político/institucional já que estavam ausentes de qualquer interpretação/ponto de vista de determinado autor evitando assim possíveis interpretações erróneas da nossa parte; 2) **O plano teórico:** Obtido na primeira parte desta investigação e em especial na análise PEST realizada no capítulo anterior foi essencial para guiar a seleção de documentação e o desenrolar da análise; 3) **Leitura de obras diversas:** Tivemos a preocupação de iniciar leituras em dois âmbitos diferentes. Por um lado, a leitura de trabalhos científicos (artigos e teses de doutoramento) em temas de investigação análogos, para perceber as aproximações metodológicas utilizadas na resolução do problema; por outro, a leitura de obras (livros e artigos científicos) no âmbito das metodologias de investigação qualitativa, de forma a descortinar critérios de seleção de documentação. Entre outros, foram realizadas leituras às obras de (Bardin, 2009; Hébert et al., 2010; M. Hill & Hill, 2005; Sá-Silva

et al., 2009), caracterizadas por serem obras reeditadas e/ou recentes. Assim consideramos ajustada a seleção maioritária de documentos produzidos pelo estado português (nos seus mais diversos setores), nomeadamente legislação, enquadramentos e planos estratégicos e projetos implementados pelo mesmo.

2.2.2. Seleção dos documentos dentro de cada tipologia

Para selecionar a documentação dentro de cada uma das tipologias, seguimos alguns passos sugeridos por Cellard (2008) acerca da avaliação preliminar de documentos. Neste caso, tivemos em conta: a) **O autor:** Neste caso, optamos por documentos institucionais, maioritariamente governamentais. Julgamos assim, que variáveis como as “opiniões ou pontos de vista pessoais” ficam claramente ausentes, garantindo a salvaguarda deste aspeto; b) **A autenticidade e confiabilidade dos textos:** Mais uma vez, tendo em conta que os documentos analisados têm origem governamental (proveniente dos mais diversos setores) e que foram devidamente publicados, julgamos que questões de autenticidade e confiabilidade ficam resolvidas. Para além disso, e tomando como exemplo o caso da legislação, que muitas vezes é sujeita a novas versões realizadas noutros formatos que não o original, tivemos a preocupação de analisar única e exclusivamente os documentos originais.

Face aos dois princípios apresentados pelo autor, a seleção da documentação seguiu os seguintes passos: 1) Tendo em conta que se pretendia uma análise evolutiva, esta seguiu um princípio cronológico surgindo com as leituras e respeitando dois princípios de amostragem: a) a técnica de amostragem de “Bola de neve” (Kastenholz, Lima, & Sousa, 2012) numa perspetiva regressiva. O primeiro documento selecionado, data de 1970, momento em que se congratula a criação da primeira AP nacional. Este delimitou não o início da pesquisa de documentação mas o final (daí a utilização do termo “regressiva”), ou seja, iniciamos a consulta de legislação mais recente e sendo que esta normalmente referência, deriva ou altera documentos anteriores, fomos acumulando documentação no sentido do passado até ao ano de 1970. Para garantir que outros documentos importantes não seriam esquecidos, b) consultamos também outras obras que referem legislação nacional neste âmbito (Mansinho & Schmidt, 1994; B. Pinto, 2008; Schmidt, 2008) e sítios de internet dos institutos públicos responsáveis pelos setores em estudo (ICNF,I.P, TP,I.P, IPDJ, I.P.⁹) para despistar a ausência de eventuais documentos importantes; 2) Toda a documentação foi obtida com recurso à Internet. Não foram utilizadas palavras-chave para a procura visto que a opção

⁹ ICNF,I.P.: Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; TP,I.P: Turismo de Portugal; IPDJ,I.P.: Instituto Português do Desporto e da Juventude

realizada no ponto anterior permitia o reconhecimento das designações de cada documento; 3) Todo o material foi devidamente organizado por tipologia documental sem o intuito de priorizar qualquer documento perante outro (Pimentel, 2001) e, ao mesmo tempo, de forma exaustiva, tentar esgotar todas as pistas capazes de fornecer informações interessantes Cellard (2008); 4) Por último, o material foi lido, categorizado e organizado de forma cronológica finalizando-se assim o processo de seleção.

O quadro seguinte (quadro 17) resume as opções realizadas ao nível de seleção de tipologias e documentos.

Quadro 17. Critérios de seleção de documentação

CRITÉRIOS	CRITÉRIOS
Seleção da tipologia de documentação	Seleção da documentação por tipologia
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Objetivos da investigação	<input type="checkbox"/> Ausência de ponto de vista de autor
<input type="checkbox"/> Plano teórico	<input type="checkbox"/> Autenticidade dos documentos
<input type="checkbox"/> Leitura de obras diversas	<input type="checkbox"/> Amostragem
	<input type="checkbox"/> • Bola de neve "regressiva"
	<input type="checkbox"/> • Despiste
	<input type="checkbox"/> Pesquisa na internet
	<input type="checkbox"/> Organização do material p/tipologia
	<input type="checkbox"/> Leitura transversal, categorização e organização cronológica

No anexo (7) podem ser consultados os quadros com a documentação que compõe o *corpus* de estudo (organizados em três quadros por tipologia de documentação analisada). O quadro 18 apresenta um resumo das tipologias e quantidades.

Quadro 18. Tipologia e quantidades da documentação analisada

Tipologia	Quantidade
Legislação	35
Estratégias e planos	24
Projetos e resultados efetivos	13
TOTAL	72

2.3. Técnicas de análise

Cada tipologia de documentação, pela sua especificidade, implicou a utilização de diferentes técnicas de análise. O quadro 19 revela as técnicas utilizadas.

Quadro 19. Técnicas de análise por tipologia de documentação

TÉCNICAS ANÁLISE Legislação	TÉCNICAS ANÁLISE Documentos Estratégicos/Planos	TÉCNICAS ANÁLISE Projeto Implementados
<input type="checkbox"/> Construção de grelhas de análise	<input type="checkbox"/> Análise de conteúdo (lata)	<input type="checkbox"/> Contagem frequências
• Nome	<input type="checkbox"/> Resumos	<input type="checkbox"/> Elaboração gráficos
• Âmbito	<input type="checkbox"/> Contagem de frequências	<input type="checkbox"/> Resumos
• Referência (Conteúdo)		
Contextualização com outras referências		

A análise dos dados documentais foi realizada da seguinte forma e em função de cada tipologia: 1) **Legislação:** Nesta tipologia de documentação deu-se prevalência ao conteúdo dos textos analisados e não à sua frequência e quantificação tendo em conta que é o conteúdo que permite inferir acerca do objetivo proposto; 2) **Estratégias e Planos:** Nesta considerou-se, por um lado, uma análise mais lata do conteúdo, que evidenciasse aspetos de relevância face ao desenvolvimento do D,R & T em AP. Por outro, contaram-se frequências de acontecimentos/opções ou ações estratégicas demonstradas nestes documentos para inferir sobre a sua eventual importância; 3) **Projetos implementados:** À semelhança da tipologia anterior considerou-se igualmente uma análise mais lata do conteúdo que evidencia-se aspetos de relevância face ao desenvolvimento do D,R & T em AP. De mesma forma, e tendo em conta que esta tipologia representa uma provável confirmação de inferências anteriores procedeu-se à contagem de frequências e elaboração de gráficos com resultados efetivos do desenvolvimento.

É ainda importante referir que no decorrer da análise, de acordo com o proposto por Cellard (2008), tivemos a preocupação de situar a documentação num determinado contexto. Todos os documentos surgem num determinado contexto sociocultural, político e económico, que deve ser considerado aquando da análise, ajudando a contextualizar algumas das referências que deles são extraídas. Os documentos que constituem o *corpus* de estudo surgem em diversas fases de desenvolvimento político. Por essa razão, e utilizando outras fontes para além da documentação

selecionada (como é exemplo o trabalho de Pinto, 2008) tivemos a preocupação, em determinadas situações, de contextualizar as inferências realizadas ao longo da análise.

2.4. Variáveis em estudo e modelo de análise

Em estudo estão duas variáveis (V): V1) Fatores que evidenciam (positiva ou negativamente) determinado caminho ou estado de desenvolvimento das atividades D,R & T nas AP nacionais: medida através das referências encontradas na documentação, frequências e contagens de acontecimentos; V2) Extrapolação de influências políticas, organizacionais ou económicas no desenvolvimento das atividades D,R & T nas AP: inferidas através de referências encontradas na documentação; frequência e contagem de acontecimentos; contextualização com a literatura.

O modelo de análise desenvolvido nesta parte do trabalho, parte de três princípios gerais: **1) Princípio cronológico:** A grande maioria da documentação foi analisada por ordem cronológica, clarificando assim no nosso entender e de forma mais lógica, a evolução do subsetor em estudo ao longo do tempo para além de facilitar a organização, recolha e apresentação dos resultados; **2) Princípio de concatenação,** ou seja, a possibilidade de após análises de tipologias específicas de documentos, todos estes poderem ser encadeados ou ligados, cruzando informação que torna a discussão dos resultados mais fértil e contribui para o trabalho inferencial e prova de resultados; **3) A exploração** das variáveis é realizada do exterior para o interior no sentido da especificidade e profundidade de informação.

A figura 20 reflete o modelo de análise utilizado.

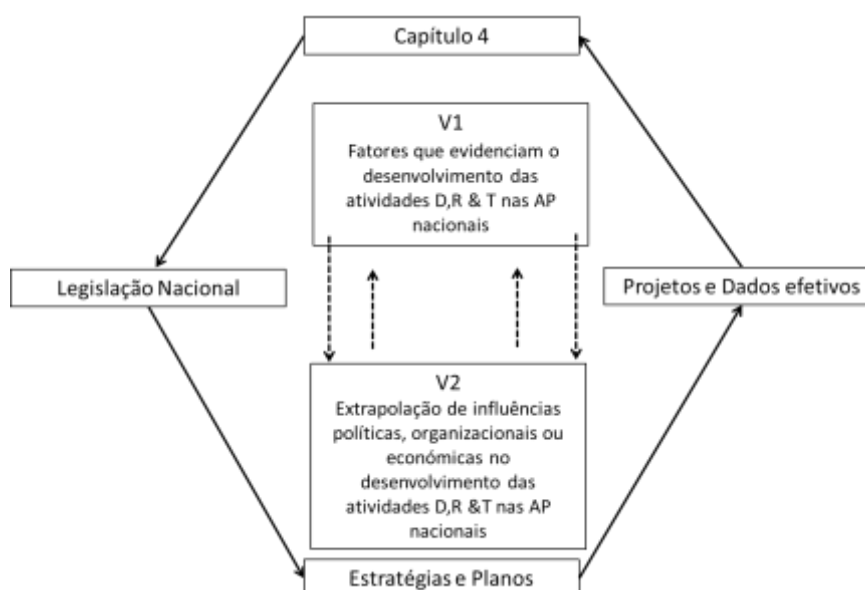


Figura 20. Modelo de análise da documentação

A análise efetuada caracteriza-se pela cronologia daí as setas direcionadas no sentido contrário aos ponteiros do relógio. Os resultados do capítulo anterior (capítulo 4) permitiram compreender em traços gerais a evolução das políticas sectoriais em estudo em Portugal. Este fator, que desencadeia o modelo, permitiu compreender a importância que a esfera política exerce sobre o desenvolvimento das atividades em estudo na AP. Por essa razão, a primeira tipologia de documentação analisada é a Legislação nacional. Tendo em conta que, normalmente, a legislação antecede ou formaliza o princípio de visões estratégicas e planos de desenvolvimento, estes são analisados seguidamente. Por fim, e de forma a conseguirmos aferir (mesmo que de forma subjetiva e não comprovada) o sucesso destas estratégias, incidimos a análise sobre projetos implementados e estatísticas relacionadas com este subsector, em especial ao nível do turismo, constituindo-se assim o último momento de análise. Para além de existir uma relação (tendencialmente) temporal entre as três tipologias estudadas (Legislação – Estratégia - Resultado), cada uma destas foi igualmente analisada numa perspetiva cronológica.

No centro, encontram-se as duas variáveis em estudo. As setas bidirecionais refletem a ligação entre ambas. Se o desenvolvimento do D,R&T em AP é influenciado por uma série de fatores políticos e socioeconómicos (setas direcionadas para baixo), estes mesmos fatores podem ser consumados e estabelecidos derivados do desenvolvimento. Este facto implica que embora possam ser evidenciados dados separadamente (para cada uma das variáveis) uma compreensão completa e ampla de cada uma implica a sua consideração conjunta.

3. Apresentação dos resultados

3.1. Análise da legislação nacional

De acordo com o modelo apresentado anteriormente iniciamos a apresentação dos resultados relacionados com a publicação de legislação no território nacional. Os resultados obtidos permitiram a divisão da análise em três fases distintas, sendo os resultados apresentados nesta ordem. A análise decorrente de cada um dos documentos é desenvolvida em texto contínuo, sendo posteriormente e no final de cada fase, resumida em quadros. Estes quadros visam representar os dados recolhidos para ambas as variáveis e podem ser consultados no anexo 8.

3.1.1. A 1ª fase de desenvolvimento: A introdução do regime de conservação da natureza em Portugal Continental

Formalmente a história das AP nacionais remonta aos anos 70 e surge com a pressão do ano europeu para a conservação da natureza resultando na criação do primeiro decreto-lei português de proteção da natureza e na criação da primeira AP nacional, o Parque Nacional da Peneda-Gerês

(Decreto-Lei nº 9/70, de 19 de Junho). Posteriormente, entre 1971 e 1972, são criadas 5 reservas naturais: Arrábida e a Mata Nacional dos Medos (em Portugal continental), a Caldeira do Faial e a Montanha do Pico no arquipélago dos Açores e as ilhas selvagens no arquipélago da Madeira (Pinto, 2008).

De acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF,I.P) em Portugal, a política de conservação da natureza adquiriu expressão visível nesta década, momento em que foi publicada a Lei nº 9/70, fundamental para a criação de AP. Após o 25 de Abril de 1974 o Decreto-Lei nº 550/75, de 30 de setembro organizou a Secretaria de Estado do Ambiente e criou o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP), organismo dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira. Já nos anos 80, através do Decreto-Lei nº 49/83, de 31 de janeiro, foi criado o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN) cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar nº 3/86, de 8 de janeiro (ICNF,2012).

É na Lei nº 9/70 que são feitas as primeiras referências à atividade turística decorrente em AP. O documento apresenta a noção de “Reservas turísticas”¹⁰ e prevê a exploração turística por parte de proprietários de bens incluídos dentro da AP. Neste fase e de acordo com B. Pinto (2008), são geradas discussões acerca da aplicação da legislação anterior criando duas visões opostas acerca do que as AP nacionais deveriam ser. Engenheiros florestais pretendiam a implementação de parques nacionais e reservas naturais onde as atividades tradicionais deveriam ser reduzidas, utilizando os modelos de gestão dos parques norte americanos e reservas africanas. Por outro lado, arquitetos paisagistas arguíam que o conceito de parque nacional era inadequado para Portugal dada a longa história de influência humana e propuseram a criação de parques naturais e outras AP com o objetivo de preservar a paisagem rural e tradicional, utilizando modelos de gestão europeus (Alemães, Ingleses e Franceses). Segundo Pinto (2008) numa primeira fase, a visão dos engenheiros prevaleceu e o Parque Nacional de Peneda-Gerês foi criado como símbolo nacional da proteção da natureza com os objetivos principais de promover o turismo, a educação e os estudos científicos (Decreto-Lei nº 187/71, de 8 de Maio).

Posteriormente, o Decreto-Lei nº 613/76 de 27 de Julho vem propor a definição de novas categorias de AP, nomeadamente: reservas naturais, reservas naturais parciais, reservas de recreio (nova designação das reservas turísticas já identificadas na lei nº 9/70), paisagens protegidas, sítios e lugares classificados e introduz a noção de Parque Natural. Neste documento, denota-se nova

¹⁰“Reservas turísticas- Zonas a desenvolver segundo as necessidades das populações e do turismo, em conformidade com os objetivos do parque, e subordinadas a um ordenamento destinado a favorecer a sua unidade e conservação natural e a harmonia das construções” (Lei 9/70, Base IV, 2., alínea d)

referência à importância da valorização do património rural/natural como fonte de turismo. Vem também identificar os Parques Naturais como “zonas de recreio”, enfatizando a importância destas áreas para a visitação estando perfeitamente de acordo com o previsto pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) (em termos da relação categoria/objetivo) e referenciado na primeira parte (fase *macro*) desta investigação.

Em 1987 é publicada a Lei de Bases do Ambiente (Lei n 11/87, de 7 de Abril) o que de acordo com Pinto (2008), aumentou o escopo de responsabilidades do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (SNPRCN), como a floresta, agricultura e a caça.

Apesar de não existirem na Lei de Bases do Ambiente referências diretas   importância do turismo e da recreação em espaços naturais, o aumento do financiamento derivado desta foi fundamental para o desenvolvimento e apetrechamento dos espaços naturais. O espelho do aumento deste financiamento  -nos demonstrado pelo aumento de recursos humanos nas AP, numa representação gráfica de Pinto (2008) (figura 21).

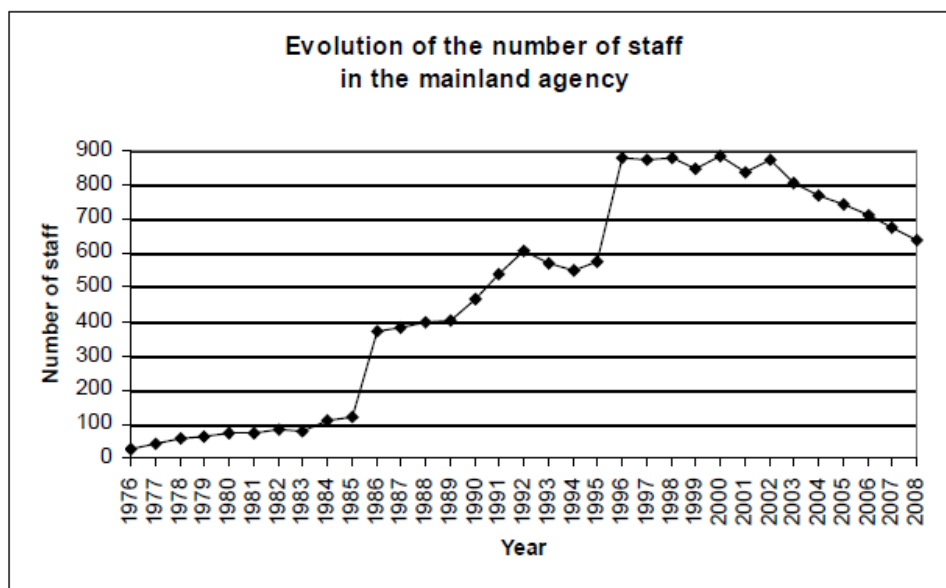


Figura 21. Evolução do *staff* na  g ncia nacional. Fonte: Pinto (2008)

Como pode ser observado, de 1985 a 1986, assiste-se   quase quadruplicação do *staff* presente nas AP nacionais. A partir de 1987 d -se início a um aumento exponencial no número de funcionários. Este crescimento encontra uma ligeira estagnação por volta do ano de 1996 e inicia o seu decréscimo a partir de 2002, altura que coaduna com o início da crise económica vivida atualmente. O referido aumento de financiamento foi igualmente aplicado na construção das sedes e centros de visitação em diversas AP (e.g. Sinta, Montesinho, Estrela e Aire e Candeeiros) (Pinto, 2008). Para

além disso, permitiu também a contratação de pessoal que originou o início de atividades como a vigilância.

Com a criação de mais algumas áreas sujeitas a estatuto de proteção, surge, mais de vinte anos depois, o Decreto-lei nº 19/93, de 23 de Janeiro. Este documento vem criar a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e apresentar as novas definições de Parque Nacional, Reserva natural, Parque Natural e Monumento Natural. Ao contrário dos documentos anteriores, não existe nenhuma referência direta às atividades recreativas e turísticas sendo que é apenas indicada a valorização e gestão integrada do território e dos valores culturais das populações como fundamental. Surge no entanto, a primeira referência às atividades desportivas como alvo de contraordenação (artigo 22º), a aplicação em caso de se verificar que estas são suscetíveis de provocarem poluição ou ruído ou de deteriorarem os fatores naturais da área, especificando o *motocross*, e os *raids* de veículos todo o terreno (Alinea J, artigo 22º).

Com base na análise destes documentos percebe-se claramente que os 23 anos que decorrem entre o primeiro DL nº 9/70 e o DL nº 19/93 são caracterizados pela “introdução” da conservação da natureza no território natural, cujas ideologias de gestão diferiram consideravelmente. O turismo é logo de início referenciado nos documentos legais, denotando-se referência diretas em pelo menos 3 documentos neste período. A primeira referência à atividade desportiva é assumida numa perspetiva sancionatória e não estratégica. Esta tendência é reportada no trabalho Gomes, referindo que o desporto, na sua relação com o ambiente, foi alvo de uma preocupação estatal, essencialmente regulamentadora e possuidora de algum fundamentalismo ecológico (Gomes, 2007).

No anexo (8) podem ser consultados o quadro com os resultados desta primeira fase. Estes surgem por ordem cronológica. Na segunda coluna e a negrito, salientamos as referências diretas sobre as atividades recreativas e turísticas.

De acordo com os resultados do quadro consideramos adequado denominar este período, como a “1ª fase de desenvolvimento: Introdução da Conservação da Natureza em Portugal”. Esta fase, decorrente entre o ano de 1970 e 1993 (23 anos), caracteriza-se sobretudo por seis aspetos essenciais: **1)** É uma fase de introdução da política ambiental e de conservação da natureza em Portugal, decorrente essencialmente da conferência de Estocolmo de 1972 (Soromenho-Marques, 1998c); **2)** Alteração constante dos modelos de gestão das AP com oscilação entre 3 modelos com princípios diferenciados nomeadamente: *Yellowstone*, *Landscape* e *Nature Conservation*. Neste caso, prevaleceram modelos cujas ideologias colocavam menos ênfase na consideração das populações locais com especial atenção para o modelo “de arranque” deste setor (*Yellowstone model*) (Pinto, 2008); **3)** Por constantes reformulações das categorias de AP existentes no território,

culminando no DL nº 19/93 com as designações atualmente utilizadas; **4)** Por constantes readaptações e reformulações ao nível da administração destes espaços. Inicialmente pela Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas (DGSFA), seguindo-se o SNPRPP e posteriormente o SNPRCN; **5)** Acréscimo do financiamento com a criação do SNPRCN, aumentando claramente os recursos disponíveis nas AP nacionais, refletindo-se, entre outros possíveis, no aumento de funcionários e na construção de infraestruturas de apoio à visita nas AP; **6)** O Turismo e a recreação nos espaços protegidos são apenas referenciados, em termos conceituais e ideológicos não existindo documentos estratégicos ou orientadores para o seu desenvolvimento.

Julgamos que as frequentes modificações ao nível da administração pública destes espaços, apesar de se poderem constituir como um aspeto positivo, visto que a reformulação tende para a melhoria, levaram a uma necessidade de constante adaptação e reorganização de responsáveis, gabinetes, funcionários e processos que acabam por atrasar o desenvolvimento. Revelam ainda traços de uma política de alguma forma instável sem estratégia de desenvolvimento coesa. Por isso mesmo, parece-nos natural que numa fase de introdução de um regime de conservação a nível nacional, as próprias atividades recreativas e turísticas não sejam o ponto fulcral, sobretudo num país que, em meados dos anos 70 acabara de sair de um regime de ditadura.

Assim, o objetivo inicial e primordial das AP portuguesas oscilou entre a conservação da natureza e a manutenção das atividades tradicionais nas mesmas.

3.1.2. A 2ª fase de desenvolvimento: Introdução do turismo de natureza no território nacional

No ano de 1993, a administração das AP nacionais sofre nova reestruturação, com a criação do Instituto de Conservação da Natureza (ICN), através do Decreto-Lei nº 193/93, de 24 de Maio. No seio do ICN, entre outras, é criada a Direção de Serviços de Apoio às AP com três divisões. A uma delas, a “divisão de informação e divulgação” é atribuída a responsabilidade de promover a instalação e criação de infraestruturas (e.g. centros de interpretação) e roteiros que sirvam o turismo de rural ou outros deles derivados. Esta atribuição consiste mais uma vez, à semelhança das restantes reestruturações efetuadas na única referência direta ao turismo nas AP.

De acordo com B. Pinto (2008), inicia-se em meados dos anos 90 a implementação da Rede Natura 2000. Entre 1994 e 1997, o ICN trabalhou em parceria com universidades, contribuindo para a implementação desta rede e demonstrando um exemplo do potencial das parcerias com estes organismos do ensino superior. Perante esta necessidade revela-se um acréscimo de recursos que

levou ao um novo aumento de pessoal neste instituto, de 576 (em 1995) para 878 (em 1996) (Pinto, 2008, ver figura 21).

É nesta altura que surge de forma realmente especificada e no nosso entender, algo pejorativa, o segundo documento legal que incide sobre as práticas de lazer e recreio em espaços naturais/protegidos. O Decreto-Lei nº 218/95 de 26 de Agosto, veio identificar a crescente pressão de atividades motorizadas (e.g. Todo o Terreno) em áreas protegidas com incidência sobre zonas costeiras, em praias e dunas. Efetivamente esta referência às atividades de lazer desenvolvidas em zonas especiais tenta colmatar um problema que, não obstante a sua importância e o seu reconhecimento no Decreto-Lei 19/93 (referido na fase anterior), até ao momento não tinha sido alvo de estudo, organização e gestão (daí a noção “pejorativa”).

Em sintonia com este facto, a necessidade de as AP se focarem nos objetivos de conservação da natureza durante a segunda metade da década de 90 (resultante da implementação da Rede Natura 2000), justificou a redução de investimentos em projetos de desenvolvimento local e regional e na conservação do património cultural (Pinto, 2008). No nosso entender, este tipo de projetos tem uma ligação muito forte com o investimento na recreação e no turismo enquanto ferramentas de desenvolvimento.

Contudo e de forma relativamente contrária a um aparente sentido de menor desenvolvimento deste setor (em termos económicos, ideológicos e organizacionais), em 1996, surge a Resolução de Conselho de Ministros nº 102/96, constituindo-se como um importante documento, já que adotou as AP como regiões de investimento público prioritário, evidenciando uma série de medidas de apoio às populações residentes nestes espaços, assim como, medidas de apoio às atividades económicas passíveis de serem geradas por estas. No que concerne ao apoio às atividades económicas, duas referências são feitas às atividades de lazer e turismo (Anexo desta Resolução, ponto B): *“5) Apoio a práticas turísticas de recreio e lazer não nocivas para o meio natural;”* e *“6) Enquadramento legal para a utilização turística de casas tradicionais recuperadas e que não estejam abrangidas pela legislação atual;”*

Apesar deste documento se constituir como a primeira visão estratégica de desenvolvimento económico nas AP (através do turismo e da recreação), de acordo com Pinto (2008), não obstante a importância deste, estes princípios raramente foram postos em prática.

Apesar do forte aumento de recursos financeiros no ICN a partir de meados dos anos 90, devido mais uma vez, às necessidades de implementação da Rede Natura 2000, este foram claramente insuficientes para fazer face a todas as “novas responsabilidades” desta instituição. O início desta estagnação acontece de forma relativamente sintónica com a publicação daquele que se constitui

como o mais importante documento no âmbito do turismo e do lazer (incluindo o desporto) dentro das áreas protegidas, o Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) através da RCM nº 112/98. Este estabelece objetivos e medidas orientadoras para o desenvolvimento do turismo nas AP e, pela primeira vez, veio reconhecer de forma efetiva as AP como locais privilegiados para o enquadramento e visita turística. O PNTN resultou de um protocolo entre o ministério da economia (que tutela o turismo) e o ministério do Ambiente. Foi criado o conceito de “Turismo de Natureza”, como o produto turístico desenvolvido dentro da Rede Nacional de Áreas Protegidas, consistente de duas modalidades diferenciadas, nomeadamente “Casas de Natureza” e “Atividades de animação Ambiental”. Da última, consta o DN enquanto produto turístico, algo também ainda não referenciado nos vários documentos legais analisados até ao momento (pelo menos enquanto fator positivo de desenvolvimento). Outro aspeto que se denota interessante é que apesar da importância das atividades de recreio e lazer (fortemente conotadas às atividades desportivas) as responsabilidades na implementação do PNTN cabem às secretarias de estado do ambiente e do turismo, excluindo o setor desportivo.

Deste documento deriva o Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro (alterado posteriormente pelo DL nº 56/2002, de 11 de Março) que veio fazer o enquadramento jurídico do Turismo de Natureza, especificando as duas modalidades: Serviços de Hospedagem (Casas e empreendimentos turísticos no espaço rural e Casas de Natureza) e as Atividades de animação ambiental (Animação; Interpretação Ambiental e Desporto de Natureza). Deste, derivam dois decretos regulamentares que vieram regular cada uma das modalidades, nomeadamente: O Decreto Regulamentar nº 2/99 de 17 de Fevereiro, respetivo às Casas de Natureza e o Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto (posteriormente alterado pelo Decreto regulamentar nº 17/2003 de 10 de Outubro), respetivo às modalidades de animação ambiental.

O segundo foi inovador no escopo das atividades desportivas em AP assim como na participação do setor desportivo nos processos de licenciamento e formação. Alguns aspetos fundamentais deste Decreto: a) Foram referenciados os diferentes desportos de natureza (consistindo numa das primeiras compilações nacionais das diferentes modalidades de DN); b) Obrigatoriedade de criação e publicação das Cartas de Desporto de Natureza (CDN) e respetivos regulamentos, o primeiro instrumento de gestão territorial específico para o desporto criado no território protegido; c) Participação das federações desportivas na implementação das CDN; d) Criação da figura do Guia de Natureza, cuja formação ficaria a cargo dos membros do governo responsáveis pelos setores do turismo, emprego, desporto e ambiente.

Novamente em 1999, com o Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de Abril, à semelhança daquilo que foi observado em 1995, volta a considerar-se o DN como alvo de atividade sujeita a parecer prévio para a sua realização em AP ou outros locais classificados. Este documento surge no âmbito da implementação da Rede Natura 2000 e para a diretiva aves e habitats. Os dois últimos anos da década de 90 foram sem dúvida fundamentais para a alavancagem do turismo de natureza e das práticas desportivas em AP. No entanto, esta produção “intensa” de legislação no ano de 1999 acompanhou um estado de estagnação em termos de financiamento, que no início do novo milénio viria a sofrer uma redução gradual até ao ano de 2008 (Pinto, 2008).

No entanto, no início do milénio, a na sequência do Decreto-Lei nº 70-B/2000 de 5 de Maio de 2000, que aprovou o enquadramento para a criação de um conjunto de instrumentos de política de ação económica a médio prazo para o período de 2000 a 2006, surge a publicação da Portaria nº 1214-B/2000, de 27 de Dezembro, onde é apresentado um sistema de incentivos para produtos de vocação estratégica a que o próprio documento enfatiza como um produto “que incide particularmente sobre o aproveitamento e valorização do património edificado e o turismo de natureza e sustentável, desportivo, de cultura e de negócios.” É feita assim, neste documento, a primeira referência ao desporto enquanto “produto” do turismo (turismo desportivo) e não somente como uma atividade do turismo de natureza. Foi assim criado o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR). Deste, destacam-se o apoio a: “*b) Projetos de turismo de natureza, promovidos por pequenas ou médias empresas (PME) que tenham por objeto os estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental...*” e “*c) Projetos de turismo sustentável, não enquadráveis na alínea anterior, localizados em áreas protegidas e em áreas contíguas a esta...*”.

Em 2001 é publicada a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB), através da RCM nº 152/2001. Esta estratégia apresentou um conjunto considerável de princípios e objetivos, assim como estratégias e diretivas de ação, cujas direções apontam em alguns casos para a necessidade de ordenamento do território, valorização das AP e do seu património ou assegurar que as atividades socioeconómicas aconteçam em harmonia com a salvaguarda do património natural. Estes objetivos e diretivas encaminham-nos para a necessidade da existirem processos de gestão capazes de organizar corretamente as diferentes atividades que decorrem em AP. No entanto, para a figura das atividades turísticas e recreativas em AP não surgem orientações específicas, levando a pensar que mais uma vez e à semelhança do que aconteceu em anos anteriores, estas voltam a não ser alvo de atenção especial.

Parece-nos que esta era uma oportunidade importante para valorizar e ao mesmo tempo articular de forma devidamente organizada, as atividades turísticas e de recreio em AP principalmente após 2 anos (1998/1999) extremamente importantes para o desenvolvimento destas atividades. A possível consideração de processos de gestão específicos tinha neste documento uma oportunidade. Já Pinto (2008) assume, com base nos dados recolhidos no seu trabalho de doutoramento, que a ENCNB foi usualmente considerada um documento político, com escasso valor prático para o alcance de objetivos.

Entre os anos de 2001 e 2003 sucedem-se alterações à legislação aplicada ao turismo de natureza publicada em 1999, através do Decreto-Lei nº 56/2002, de 11 Março (que vem alterar o DL nº 47/99) e o Decreto Regulamentar nº 17/2003 de 10 Outubro (que vem alterar o DReg. Nº 18/99). Estas publicações não trouxeram alterações profundas em termos daquilo que eram as estratégias de implementação e apoio ao desenvolvimento destas atividades já que se constituem como documentos reguladores. Em 2004, assistimos a um dos mais importantes momentos de desenvolvimento (pelo menos em termos legais) do desporto de natureza nas AP. Este acontece com a publicação da primeira CDN em Portugal, pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), através da Portaria nº 1465/2004 de 17 de Dezembro. A obrigatoriedade da publicação deste documento advém do DReg. nº 18/99. A CDN do PNSAC veio identificar as atividades passíveis de serem realizadas no território, os locais e as condicionantes à prática. Constituiu-se como o primeiro exemplo de organização territorial do desporto de natureza no território protegido.

No nosso entender finaliza com a publicação deste documento uma segunda fase de desenvolvimento das atividades turísticas e recreativas em AP. A sua duração é consideravelmente inferior à fase anterior, com uma duração de cerca de 11 anos (1993-2004). À semelhança da anterior, apresentamos no anexo 8 o quadro com os principais resultados.

A este período, denominamos de “2ª fase de desenvolvimento: Introdução do turismo de natureza no território nacional”. Os principais fatores que caracterizam esta fase são: **1)** Nova reestruturação da administração das AP com a criação do ICN; **2)** Um aumento de recursos (*staff* e €) resultante da implementação da Rede Natura 2000 (1994-1997) (Pinto,2008); **3)** Trabalho próximo com Universidades no estabelecimento desta rede, fomentando a parceria (Pinto,2008); **4)** Início de dificuldades na gestão da Rede Natura 2000, com fundos insuficientes e destinados quase exclusivamente à conservação da natureza. Este fator vem justificar a redução de investimentos em projetos de desenvolvimento local e regional (fortemente conectados às atividades recreativas e turísticas). A estagnação inicia um decréscimo acentuado a partir de 2004 (Pinto,2008); **5)** A publicação do PNTN em 1998, constituindo-se provavelmente como o mais importante documento

estratégico publicado no seio das AP e direcionado exclusivamente ao turismo e visitação nestes espaços. No entanto, o setor do desporto, que virá a ser incluído na legislação no ano seguinte, está ausente na formulação desta visão estratégica; **6)** A legislação que segue o PNTN no ano de 1999 e que vem regulamentar as diferentes modalidades de turismo de natureza, clarificando claramente o DN enquanto atividade recreativa e turística, passível de ser desenvolvida neste espaço; **7)** Publicação da CDN do PNSAC, a primeira no território nacional; **8)** Introdução do setor do desporto (ao nível das constituições da CDN e formação) na esfera reguladora das AP.

Os 13 anos em que decorre esta fase apresentam acontecimentos bastantes positivos, que nos levariam a pensar sobre uma possível alavancagem do turismo, da recreação e consequentemente, do desporto nas AP nacionais e tudo aquilo que o correto desenvolvimento implica: Visões estratégicas, valorização, ordenamento e gestão destas atividades.

De forma contrária aos fatores positivos revelados na documentação analisada surge a nossa principal crítica. Esta aponta na direção da ENCNB, publicada em 2001, cuja oportunidade de valorizar o turismo e a recreação em AP fica mais uma vez posta em causa. Parece-nos, mediante a análise realizada, que fica a faltar um fator social importantíssimo para se atingirem as metas da conservação da natureza. A conservação existe, se determinado valor ambiental for valorizado. Essa valorização acontece, se a sociedade (constituída por gestores, investigadores e o público que visita as AP) tiver interesse nesse aspeto. Para isso, precisa conhecê-lo e sensibilizar-se. Para as AP e os seus elementos naturais serem valorizados (algo que é previsto na ENCNB) seria no nosso entender fundamental que se desenvolvesse um programa de visitação adequado a estes espaços. É já amplamente defendido na literatura que o contato e a aproximação entre o Homem e a Natureza através do desporto, podem potenciar o respeito, a admiração e a compreensão dos valores naturais para vida humana (Rosa & Carvalhinho, 2012a). Esta “aproximação”, não se limita aos visitantes das AP, mas também àqueles que são os primeiros, e se calhar, os mais importantes agentes de defesa e conservação da natureza: os habitantes locais destas unidades de conservação. Da mesma forma que para a asserção anterior, também os benefícios do turismo em AP são amplamente reconhecidos (Font et al., 2004; Reid et al., 2004) e se, beneficiarem as populações locais, outros certamente surgirão, não só em termos económicos, como ao nível da valorização ambiental (T. Lee, 2011; Li, 2006). É neste sentido, que na ENCNB, para além da investigação científica realizada ao nível da biodiversidade deveria ter tido em conta um importante fator social, potenciado através de programas de visitação das AP, algo que não se verifica nos documentos legais.

Outro aspeto que se repete é uma nova reestruturação da administração das AP, com a criação do ICN, remontando-nos de novo para a problemática do balanço benefício/prejuízo face à coesão estratégica das políticas de desenvolvimento.

3.1.3. 3ª Fase de desenvolvimento: Potenciação da visitação nas AP nacionais

Aquela que identificamos como a 3ª fase de desenvolvimento das atividades turísticas e recreativas em AP acontece com outra reestruturação da administração das AP. Em 2005, inicia-se nova reestruturação do ICN com o intuito de se adaptarem aos novos objetivos de conservação da Biodiversidade. Em 2006, e no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, foi publicado o Decreto-Lei nº 207/2006, de 27 de Outubro, onde foi criada a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR). Neste documento foi apontada a criação de serviços, organismos, órgãos consultivos e outras estruturas, entre as quais, surgem os Serviços de Administração Direta do Estado. Destes, resulta a referência ao “novo” Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB, I.P.) enquanto Instituto Público responsável pela gestão das áreas classificadas no território nacional. No ano seguinte, surgem uma série de documentos legais que vem dar origem à nova entidade responsável pela administração das AP nacionais, o ICNB, I.P., nomeadamente através do Decreto-Lei nº 136/2007 de 27 de Abril, que cria esta entidade, da Portaria nº 530/2007, de 30 de Abril, que aprova os seus estatutos e do Despacho nº 20 137/2007, que cria 4 unidades dentro da organização interna do ICNB, I.P.

Algo que se denota claramente na análise desta documentação é a ênfase que até então (últimas 4 reestruturações) não tinha sido dado à importância do turismo e da visitação nas AP nacionais. No artigo 3º (que estabelece missões e atribuições a este instituto), ponto 2 do DL nº 136/2007, destaca-se: *“d) Promover a articulação e a integração dos objetivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais, **visando a valorização económica e social do património natural como fator estruturante de diferentes setores da atividade económica, designadamente através de parcerias, com especial incidência no turismo de natureza;**”* e *“f) Promover e desenvolver a informação, visitação, educação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade, **com vista a criar uma consciência coletiva da importância dos valores naturais;**”*.

Observa-se que uma forte ênfase é dada à importância económica e social do turismo de natureza dentro das AP e no escopo da missão da administração (a negrito na alínea d). A segunda citação

(alínea f) vem responder à crítica realizada anteriormente face à criação da ENCNB e à aparente ausência de fatores de envolvimento da sociedade no meio natural.

Estas assunções são fortificadas com a publicação da Portaria nº 530/2007 de 30 de Abril, referente à aprovação dos estatutos do ICNB, I.P. São assim criados departamentos, entre os quais, o “Departamento de Comunicação e Gestão de Operações”. Neste são atribuídas uma variedade de funções, fortemente associadas ao desenvolvimento de três fatores que consideramos fundamentais e que demonstram, uma aparente mudança de filosofia deste instituto, nomeadamente (Artigo 2º do Anexo da Portaria): a) Face ao Turismo de Natureza (Alínea a, artigo 2º); b) Face à visitação e educação (Alíneas b, c, d, e, artigo 2º); c) Face a uma nova “vertente comercial” associada ao marketing, *merchandising*, estabelecimento de preços, entre outros (Alíneas L, m, n, p, q, r, s, t, artigo 2º).

Também o artigo 5º do mesmo anexo identifica os “Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas” (DGAC), organizados por grupos em todo o território. Podemos tomar como exemplo, o DGAC-Litoral de Lisboa e Oeste, que inclui o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, Parque Natural de Sintra Cascais, Parque Natural da Arrábida, Reserva Natural da Berlenga, Área de Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica. Concretamente, a criação destes departamentos visou a execução específica de determinadas ações nas zonas a que dizem respeito. Entre as suas funções, surgem novamente importantes referências ao turismo e à visitação, como observado nas seguintes alíneas do artigo 5º: “i) Executar os programas de visitação, sinalização, infraestruturação, animação, educação e sensibilização dos cidadãos para as atividades de conservação da natureza e da biodiversidade que sejam destinados ao Departamento;” e “j) Apoiar e acompanhar as atividades de turismo de natureza que se desenvolvam na área de jurisdição do Departamento;”

Os diferentes extratos documentais agora apresentados remetem-nos para dois aspetos que merecem atenção e que refletem uma aparente mudança de filosofia e um maior interesse sobre as atividades de visitação que decorrem nas AP. O primeiro diz respeito a um conjunto de missões associadas à importância da visitação, do desenvolvimento de infraestruturas, serviços e regulações para que estas aconteçam de forma organizada e proveitosa para o território; O segundo diz respeito à valorização do turismo de natureza e à vertente comercial associada ao marketing das AP, sendo um bom exemplo a promoção da marca *Parques de Portugal* (Alínea r, artigo 2º do Anexo da Portaria 530/2007), embora, na realidade, nunca tenha chegado a ser implementada.

No início do ano 2008 assistimos a mais um importante momento que vem valorizar, tal como em 2004, as práticas desportivas de natureza nos parques naturais. Neste caso referimo-nos à

publicação da 2ª (e até ao presente a última) CDN em Portugal no Parque Natural de Sintra-Cascais, através da Portaria n.º 53/2008 de 18 de Janeiro.

Posteriormente à reestruturação do ICNB, I.P., surge, sob a tutela do Ministério da Economia e Inovação e no âmbito do programa SIMPLEX o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, através do Decreto-Lei nº39/2008 de 7 de Março. Neste é feita referência, no artigo 20º, aos empreendimentos de turismo de natureza. No mesmo ano, é publicado o Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Janeiro. Este, veio criar a Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), constituída pelo Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), sítios Rede Natura 2000, Rede Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Domínio Público Hídrico (DPH). O aspeto mais importante deste documento é a nova revisão que é efetuada às diferentes categorias de AP constantes da RNAP. Algo que já tinha sido denotado anteriormente são as referências às atividades de visitação, educação e turismo, enfatizadas nas categorias de Parque Nacional e Parque Natural.

O ano de 2009 é marcado pela introdução de 3 documentos essenciais para as atividades das empresas de animação turística dentro das AP, nomeadamente: 1) Portaria nº 261/2009, de 12 de Março: Vem definir os critérios e procedimentos para o reconhecimento pelo ICNB de empreendimentos de turismo de natureza. Relacionado com 39/2008 de 7 de Março; 2) O Decreto-Lei nº 108/2009, de 15 de Maio: Redefine o conceito de Turismo de Natureza, assumindo que “as atividades de animação turística desenvolvidas nas áreas classificadas ou outras com valores naturais designam-se por atividades de turismo de natureza, desde que sejam reconhecidas como tal pelo ICNB, I.P.” (ou seja, deixa de ser exclusivo da RNAP). Vem criar o RNAAT (Registo Nacional de Agentes de Animação Turística); 3) A Portaria nº 651/2009, de 12 de Junho: Define o Código de Conduta das empresas que querem ser reconhecidas como promotoras de “Turismo de Natureza”.

Por último e já no ano de 2012, assistimos à última reestruturação da agência nacional de gestão das AP. Esta acontece com a fusão entre a Autoridade Florestal Nacional (AFN) e o ICNB, criando-se o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF, I.P.), através do Decreto-Lei n.º 135/2012 de 29 de junho. Ao contrário do seu antecessor (ICNB), voltamos a encontrar pouca ênfase naquilo que é o desenvolvimento turístico ficando-nos apenas por uma referência ao turismo de natureza (alínea r, artigo 3º), uma referência ao desenvolvimento da marca “Parques de Portugal” (alínea k, artigo 5º) e ainda a referência à promoção da informação e sensibilização das populações com o intuito de incrementar a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais, remetendo-nos para questões associadas à visitação e educação ambiental (alínea z, artigo 3º).

De forma análoga às análises anteriores disponibilizamos no anexo 8 o quadro com os resultados desta fase.

À última e terceira fase de desenvolvimento do D,R&T nas AP nacionais, denominámos “3ª fase de desenvolvimento: Vertente comercial do turismo e da visitação nas AP nacionais”. Esta denominação acontece, dada a ocorr  ncia de 5 momentos chave, nomeadamente: **1)** Nova reestruturação da administração das AP, com a criação do ICNB,I.P.; **2)** “Filosofia comercial” e de valorização das atividades tur  sticas, recreativas e da visitação em geral na org  nica deste novo instituto; **3)** Criação da CDN do PNSC; **4)** Nova legislação associada à atividade das EAT dentro das AP e a redefinição do conceito de Turismo de Natureza que vem de encontro   nova “filosofia” referida no ponto 2; **5)**  ltima reestruturação da administração das AP, com a criação do ICNF,I.P;

Em termos legais assistimos a uma forte valorização das atividades de visitação nas AP e o consequente envolvimento da sociedade. Aparentemente, a criação do ICNB, tr s uma nova filosofia na gestão destes espaços.

3.1.4. Considerações gerais da análise da legislação

A análise dos documentos legais considerados levou à identificação de 3 fases distintas no desenvolvimento do D,R&T nas AP nacionais. Estas são apresentadas na figura 22 com os elementos/acomecimentos que considerámos mais importantes.

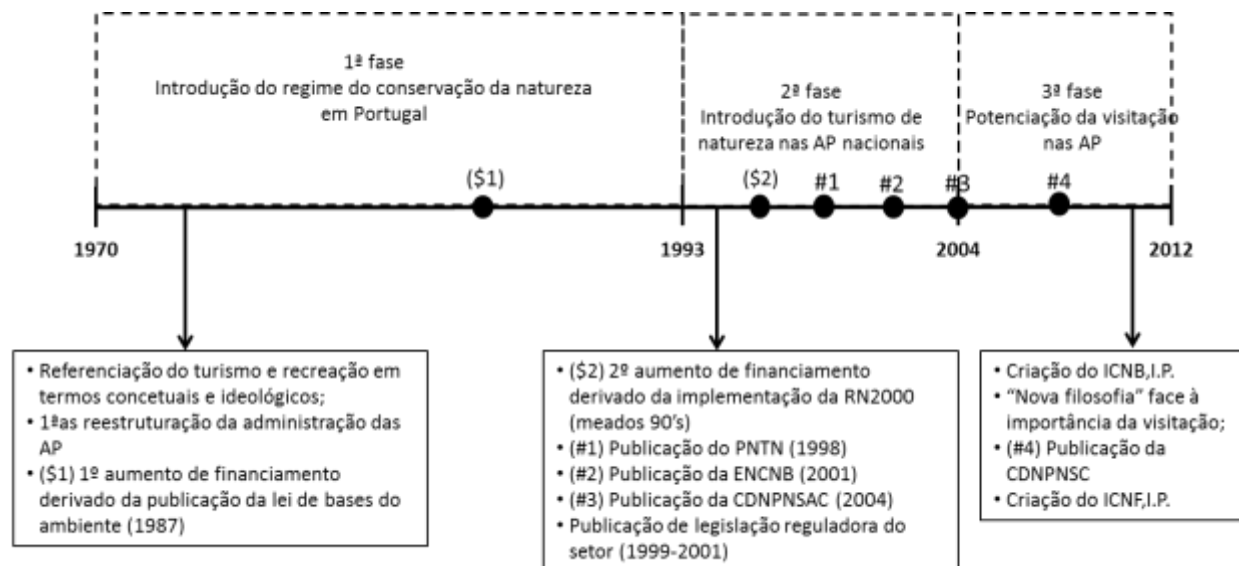


Figura 22. Representação esquemática das 3 fases de desenvolvimento das atividades turísticas e recreativas nas AP nacionais

Em termos cronológicos, verificamos bastante disparidade entre a 1ª e a 2ª e 3ª fases. Das três, o período mais contributivo surge na 2ª fase de desenvolvimento, com a introdução do turismo de

natureza em Portugal. Esta nossa opinião surge sobretudo da publicação de dois importantes documentos estratégicos, nomeadamente o PNTN e a ENCNE, que, no nosso entender, poderiam ter sido o motor para um maior desenvolvimento deste subsector.

Encontramos um subsector da sociedade, cuja existência é relativamente curta (1970-2012) o que poderá trazer claras implicações quanto ao seu estado de desenvolvimento e maturação. Encontramos o turismo e a recreação nas AP parcialmente desenvolvido, ou seja, denota-se a referenciação e a ideologia (1º passo), a publicação de planos/estratégias de desenvolvimento (2º passo) e até aumentos de financiamento (referidos no trabalho de Pinto, 2008 e apresentados na figura por “\$”) que com certeza tiveram influências sobre a potenciação de recursos e infraestruturas recreativas e de apoio à visitação nestes espaços (3º passo). No entanto, falta aquele que no nosso entender seria um dos mais importantes passos e que consiste no desenvolvimento de processos/modelos de gestão turística nas AP, com a eventual intervenção de gabinetes/divisões administrativas específicas. Esta implementação acarreta logicamente um conjunto de custos para os quais as AP poderiam não estar preparadas. No entanto, o turismo possui um potencial de desenvolvimento socioeconómico que poderia ser aproveitado. A recreação e a visitação em geral, por sua vez, poderiam promover a envolvimento da sociedade no meio natural para praticar desporto, desfrutar e contribuir para a sensibilização, a consciência ecológica das populações e consequentemente o apoio e suporte público à implementação destes espaços. Julgamos serem motivos suficientes para que esta lacuna tivesse sido colmatada.

O desporto de natureza por sua vez surge algo à margem desta evolução sobretudo a nível institucional. Legislação publicado no seio do setor desportivo não incide nem explora as vertentes das práticas desportivas no meio natural. A lei de bases do sistema desportivo (Lei nº1/90 de 13 de Janeiro, alterada pela Lei nº 19/96 de 25 de Junho), faz referência no artigo 38º ao fenómeno do desporto e turismo referenciado que: “Os departamentos públicos vocacionados para o desporto e o turismo articulam entre si as suas ações, com vista a garantir a realização de eventos desportivos com relevância turística, bem como a assegurar que a componente desportiva seja enquadrada nos esquemas gerais de oferta e procura turística”, mas nada mais acrescenta (inclusive com a alteração da Lei nº 19/96 de 25 de Junho). A lei de bases da atividade física e do desporto (Lei nº5/2007, de 16 de Janeiro) faz referência à carta desportiva nacional e à inclusão de “Espaços naturais de recreio e desporto” (artigo 9º, ponto1, alínea b.) e no artigo 31º define o conceito de desporto na natureza.

Na expectativa de alguma visão estratégica, e embora seja possível no *website* deste instituto verificar a presença de legislação que envolve os setores do desporto, do turismo e do ambiente (entenda-se a legislação analisada até ao momento), a lei orgânica do recém criado Instituto

Português do Desporto e da Juventude (IPDJ,I.P.) (Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de Setembro) não faz referências específicas à articulação entre o desporto e os setores do turismo e do ambiente. Na Portaria n.º 11/2012 de 11 de janeiro, que define os seus estatutos, não se encontram departamentos e divisões que evidenciem atenção especial sobre estas práticas e a sua articulação com os mesmos setores anteriormente referidos.

3.2. Estratégias e planos de desenvolvimento

Posteriormente à publicação da legislação nacional foram desenvolvidos nos vários setores a que nos temos vindo a referir, com ênfase sobretudo ao nível do turismo, um conjunto de documentos estratégicos que vão de encontro a algumas diretivas consideradas na legislação já analisada. Os documentos selecionados para esta fase de análise podem ser revistas no anexo (7) (2º quadro do anexo).

Após a publicação do Plano Nacional de Turismo de Natureza (1998), surgiram uma série de documentos, denominados de “Enquadramentos Estratégicos para o Turismo de Natureza 2000-2006”. Estes documentos foram publicados pelas AP portuguesas com o intuito de enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza em AP. O imperativo legal desta documentação surge do artigo 5º, da portaria nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR). Da pesquisa efetuada às publicações deste documento encontramos 15 AP, que constituíram o mesmo. De uma forma geral e com pequenas discrepâncias, a organização geral dos vários documentos é semelhante. A nossa análise centrou-se sobretudo no ponto III, que retrata para cada AP, a situação atual, as estratégias e a operacionalização das potencialidades e modalidades de turismo de natureza.

Para cada uma das AP em causa, contabilizamos as referências a cada um dos aspetos que as caracterizam e as potenciam enquanto locais/destinos turísticos. O Gráfico seguinte (figura 23) reflete os principais fatores de valorização turística identificados¹¹.

¹¹ É excluída do gráfico uma AP, cuja organização do documento não estava de acordo com as restantes nem respondia de forma adequada aos objetivos da análise (n=14).

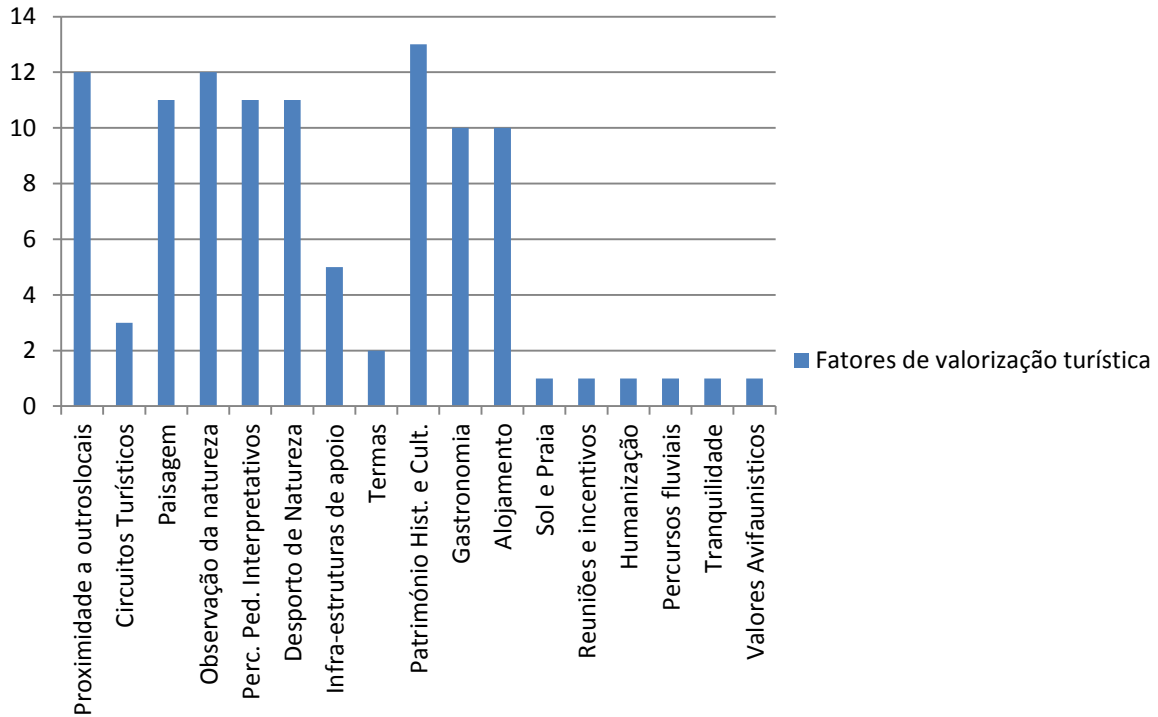


Figura 23. Fatores de valorização turística na AP nacionais. Fonte: Elaboração própria com base na análise da documentação

É facilmente perceptível que os principais fatores de valorização das AP para o turismo são aqueles que caracterizam de forma mais evidente o meio natural e são transversais a praticamente todos os espaços analisados. Referimo-nos a fatores como a paisagem e a observação da natureza. Um aspeto que caracteriza fortemente estes espaços está relacionado com o fator “humanização” visto que na sua grande maioria estão próximas de outros locais (rurais e urbanos), valorizando fortemente fatores como a gastronomia ou o património histórico. Curiosamente, o DN é referido em quase todos os documentos sobretudo ao nível dos percursos pedestres interpretativos. Outros produtos menos referidos estão relacionados com características específicas de algumas AP como é exemplo o “Sol e Praia” (e.g. Parque Natural da Arrábida).

No seguimento da nossa análise apercebemo-nos da carência da grande maioria dos espaços em termos de serviços e infraestruturas para o desenvolvimento de todas as modalidades de turismo de natureza e consequentemente, a necessidade evidente de realização de investimento, quer de criação, quer de recuperação. A análise desta documentação reflete um dado estratégico que no nosso entender se revela pertinente. Podemos facilmente compreender que a grande maioria das AP nacionais são muito semelhantes em termos das suas características e das suas potencialidades para o turismo (sobretudo pelo fator “humanização”). Com base nesta realidade consideramos que a execução de um planeamento e gestão do D,R&T adequado poderia ser aplicado de forma transversal (logicamente com as devidas especificidades de cada AP). Outro aspeto que resulta desta

análise é que a identificação do binómio potenciais/necessidades revela a pertinência clara de se investir neste subsector.

Em 2002, é então publicado um documento orientador do SIVETUR¹². Apesar de existirem outros sistemas de incentivos em vigor nesta fase, o SIVETUR destaca-se pela sua especificidade no turismo de natureza. Deste, destacam-se essencialmente os apoios direcionados a serviços de: 1) Turismo de habitação, agroturismo e turismo rural; 2) Projetos de Turismo de Natureza promovidos por Pequenas e Médias Empresas (PME) e inseridos nas AP; 3) Projetos de Turismo Sustentável (não incluíveis nas alienas anteriores), nomeadamente ao nível do i) Turismo no Espaço Rural e ii) Estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e de animação turística ambiental, inseridos no Turismo de Natureza.

Os constrangimentos em termos de carências infraestruturais levam a que de alguma forma, o desenvolvimento do D,R&T nas AP esteja condicionado dada a falta de oferta (Manning,2007, IUCN,2002). No entanto, e dado a pertinência do SIVETUR, a publicação dos Enquadramentos estratégicos para o Turismo de Natureza referidos anteriormente demonstra-se extremamente relevante não só para o apetrechamento das AP através da sua administração, mas também, como documentos orientadores para as necessidades inerentes à criação de serviços de promoção turística, em qualquer uma das modalidades previstas por parte de entidades privadas.

Em 2005, é publicado pela Associação Vicentina o “Manual do Investidor em Turismo de Natureza”. A seleção deste documento apesar de se destinar sobretudo ao Parque Natural da Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina faz uma abordagem generalizada não só ao enquadramento concetual do turismo de natureza, mas também, a todas as fases do processo de licenciamento para as diferentes modalidades consideradas. Este foi um dos poucos documentos publicados neste âmbito e que claramente serviu os interesses de qualquer futuro investidor no setor do turismo em AP. Um aspeto muito relevante é a grande ênfase dada às atividades de DN, não só ao nível da sua concetualização, mas também ao nível da legislação e formação inerentes a cada uma delas. É importante também realçar que este documento surge cerca de 3 anos após o arranque do SIVETUR mantendo de alguma forma o interesse e pertinência do investimento em projetos desta natureza.

Em 2006 e 2007 dá-se um importante passo ao nível do turismo nacional. Referimo-nos à publicação do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e respetivos anexos. O PENT foi uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Economia e da Inovação, para “*servir de base à*

¹² Um dos sistemas de incentivos provenientes do PRIME (Programa de Incentivos à Modernização da Economia) no âmbito do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III, 2000-2006).

concretização de ações definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos, e orientar a atividade do Turismo de Portugal, I.P., entidade pública central do setor”. Este documento “sintetiza as conclusões do diagnóstico, objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o setor do turismo, que foram materializadas em 5 eixos, através de 11 projetos. A implementação desses projetos requer a participação de várias entidades que influenciam direta ou indiretamente a qualidade do destino Portugal e dos seus produtos turísticos, estando a concretização dos objetivos dependente não só do Turismo de Portugal, I.P., mas também do envolvimento efetivo destas entidades.”

Segundo o PENT, Portugal possui as “matérias-primas”, nomeadamente condições climatéricas, recursos naturais e culturais – indispensáveis à consolidação e desenvolvimento de 10 produtos turísticos estratégicos: Sol e Mar, *Touring* Cultural e Paisagístico, *City Break*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Turismo Náutico, Saúde e Bem-estar, Golfe, *Resorts* Integrados e Turismo Residencial, e Gastronomia e Vinhos. Destes, destaca-se aquele que se torna objeto deste trabalho, nomeadamente o turismo de natureza. Contudo, outros setores com alguma ligação ao desporto como o Turismo Náutico e o Turismo de Saúde e Bem-estar não devem ser desconsiderados.

Entre outros aspetos, o PENT coloca a descoberto alguns fatores diferenciadores de Portugal enquanto destino turístico, nomeadamente: Clima e Luz; História, Cultura e Tradição; Hospitalidade e Diversidade concentrada. Um aspeto muito interessante que resulta desta diferenciação é o facto destes fatores facilmente se cruzarem com os elementos diferenciadores apresentados nos enquadramento estratégicos das AP sobretudo ao nível dos aspetos culturais e aspetos associados à diversidade concentrada (e.g. multiplicidade de paisagens; ver figura 23).

Uma importante referência neste documento remete para a consideração de produtos turísticos como o Turismo de Natureza ou *Touring* cultural e paisagístico com crescimentos previstos de 10% e cerca de 20% respetivamente (previsão para o período 2007-2017). O produto “Turismo de natureza” é posteriormente especificado neste documento. O início das referências apresenta novamente um fator que vai de encontro a algumas assunções já realizadas anteriormente, entre eles: i) *“O Turismo de Natureza, em Portugal, apresenta lacunas de infraestruturas e falta de experiência e know how”* e *“Apesar de 21% do território nacional ser considerado área protegida, o Turismo de Natureza em Portugal apresenta claros défices infraestruturais, de serviços, de experiência e know how e de capacidade competitiva das empresas que operam neste domínio. O desafio para Portugal consiste em desenvolver uma oferta respeitando o ambiente. O objetivo é tornar o produto vendável turisticamente, mas sempre preservando as áreas protegidas. As regiões*

onde se deverá prioritariamente investir para desenvolver o produto são os Açores, a Madeira, o Porto e Norte e o Centro.”

Apesar da carência verificada, comprovada pela análise realizada aos documentos anteriores (enquadramentos estratégicos) é interessante verificar que à exceção do Alentejo e Algarve, considera-se pertinente que em todo o país (continente e ilhas) se desenvolva esta vertente. A situação aqui apresentada é o reflexo daquilo que foi desenvolvido em Portugal continental nos últimos 12 anos face ao setor do turismo. Se considerarmos a publicação do Plano Nacional de Turismo de Natureza (analisado na legislação) em 1998 e se considerarmos que o SIVETUR foi um dos primeiros sistemas de incentivos ao desenvolvimento do turismo de natureza é esperada a falta de desenvolvimento num setor tão jovem.

Como conclusão, e numa visão a 10 anos, o PENT propõe, para o turismo de natureza: 1) Mais de 10 Parques Naturais com mais de 50.000 visitantes internacionais/ano, por parque; Oferta de um conjunto diversificado de atividades nos Parques Naturais e outras Áreas Protegidas/Rede Natura; Crescimento acima de 7% ao ano; Duplicação do nível atual de fidelização.

Em anexo ao PENT, e no sentido de especificar cada um dos 10 produtos estratégicos, foi publicado o documento “10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal: Turismo de Natureza”. Um aspeto que se demonstra muito interessante na definição do produto é a sua forte associação às atividades desportivas. Neste sentido, o documento apresenta a figura 24.

Motivação principal	Mercados
Viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da Natureza	Natureza soft As experiências baseiam-se na prática de actividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.). Nota: Representa cerca de 80% do total de viagens de Natureza.
Actividades	Natureza hard As experiências relacionam-se com a prática de desportos na Natureza (rafting, kayaking, hiking, climbing, etc.) e/ou de actividades que requerem um elevado grau de concentração ou de conhecimento (<i>birdwatching</i> , etc.). Nota: Este mercado representa cerca de 20% do total das viagens de Natureza.
Actividades desportivas Contemplação da Natureza Actividades de interesse especial	

Figura 24. Caracterização dos mercados associados ao Desporto de Natureza. Fonte: PENT (2007)

Como poder ser observado, tanto ao nível do mercado *soft* como *hard*, as experiências implicam o sentido “ativo” da atividade, que se caracteriza pelo envolvimento com o meio natural. Em ambos, as práticas desportivas são salientadas, sobretudo no mercado *hard*, que é essencialmente

composto por estas. Para ambos encontramos respetivamente 80% e 20% da procura. Partindo desta assunção, julgamos clara a pertinência no investimento futuro destas ao nível destas atividades sobretudo no segmento *soft*.

Neste documento volta-se a salientar o défice de infraestruturas e outras condições presentes nas AP e que influenciam fortemente o desenvolvimento do subsetor. Outro aspeto que se revela inovador e que de alguma forma contribui para a justificação deste trabalho de investigação, consiste na referência à falta de “gestão turística” destes espaços. A afirmação seguinte reflete esta assunção: *“Nos espaços naturais protegidos prevalece uma gestão de proteção e conservação ambiental, mas não existe uma gestão turística dos espaços naturais, ainda que existam suficientes argumentos e exemplos que demonstram que, devidamente regulamentada, a utilização, turística pode contribuir significativamente para gerar recursos económicos que asseguram a conservação e a manutenção destes espaços.”*

Assim, o documento remete-nos para uma importante conclusão: *“Mas tal está sujeito à melhoria de condições que permitam um aproveitamento mais ordenado e mais profundo dos espaços naturais. Portanto, a competitividade potencial de Portugal neste sector, especialmente no mercado do Turismo de Natureza soft, depende da capacidade do país para melhorar e fortalecer essas condições.”*

Posteriormente a este documento é publicado em 2007 o “Programa de Visitação e Comunicação na RNAP” Este documento, como que respondendo à conclusão gerada no documento anteriormente analisado teve como objetivo “melhorar as condições de visita das AP de forma integrada e sustentada, para recreio e sensibilização ambiental, aperfeiçoando o modelo atual de atendimento dos visitantes”. Esta melhoria partiu da definição de um conjunto de medidas/ações a desenvolver nas várias AP. Um aspeto interessante é, mais uma vez, a possibilidade de se cruzarem as medidas estipuladas com as necessidades identificadas nos enquadramentos estratégicos já analisados e com as críticas desenvolvidas no PENT.

Para aferir esta assunção, desenvolvemos uma análise dos quadros que resumem/organizam as medidas a efetivar, os prazos estipulados e o custo estimado para cada projeto. Foram assim estipuladas 257 medidas, para serem desenvolvidas e implementadas entre o 1º trimestre de 2007 e o ano de 2011. As tipologias de intervenções consideradas no documento são apresentadas no quadro 20. Destacamos a negrito, aquelas que se relacionam diretamente com as práticas desportivas na natureza.

Quadro 20. Tipologias de intervenções considerados na elaboração do Plano de Visitação da RNAP

Road Books	Circuitos Sobre elevados (1)	Outros (3)
Arranjos Exteriores	Percursos Vedados/prot.	Casas de Natureza
Sinalização	Observ.Avifauna	Centros de acolhimento
Portas	Observ de Fauna/Avifauna	TEM
Parques Temáticos	Centro Multimédia	Turismo de aldeia
Parques Subaquáticos (3)	Camaras de vídeo	<i>Eco-Lodge</i>
Observ.Vida Selvagem	Rampa Varadouro	Hotéis de Charme
Parques Ecológicos	Cais de Embarcação	Restaurantes náuticos
Parques Aventura (1, em todas as AP)	Desportos Náuticos (3)	Restaurantes na natureza
Percursos/Circuitos (28)	Arranjo Acessos	Comunicação e marketing

Das várias medidas apresentadas, é importante ter em conta que todas, de forma mais ou menos direta, potenciam a visitação (e qualidade da visitação) nas AP, contribuindo umas para as outras de forma bastante dinâmica. No entanto e como referido, salientámos, a negrito, aquelas que se relacionavam diretamente com o DN. Estas são seguidas de um número entre (), que se refere ao número de intervenções consideradas para essa tipologia. Apesar de não serem as medidas com maior expressão, três aspetos são de destacar: 1) Em primeiro lugar, a existência de 28 medidas associadas a percursos/circuitos pedestres, a cavalo ou de BTT, dando ênfase aos princípios apresentados no PENT no que se refere às tendências na procura internacional (DN *soft*); 2) Em segundo lugar, a construção de Parques Aventura, uma medida considerada prioritária para todas as AP, dando assim ênfase à importância das atividades desportivas na visitação; 3) Os tipos de intervenção considerados vão na sua generalidade ao encontro das potencialidades das AP previstas nos enquadramentos estratégicos já analisados.

Neste seguimento, consideramos pertinente, no sentido de encontrar correspondências entre as necessidades verificadas nos documentos anteriores, a análise aos planos de atividades do ICNB, para os anos de 2008 a 2011. A análise integral da documentação, após seleção de pontos comuns entre os vários planos de atividades, diretamente associados a questões do turismo (incluindo o desporto), visitação e educação ambiental, levou a que centrássemos a nossa análise em 3 indicadores:

- 1) Tipologias de serviços para intensificação no ano seguinte: Encontramos correspondência, entre as várias tipologias apresentadas, naquela que diz diretamente respeito ao turismo e à visitação, com os seguintes princípios:
 - a. Recuperação e valorização de valores naturais e culturais;

- b. Apoio a atividades tradicionais respeitadoras do princípio da sustentabilidade;
- c. Criação e apoio a infraestruturas de apoio à prática sustentável da visitação e do turismo;
- d. Promoção e apoio de ações visando a formação e sensibilização ambientais.

2) Objetivos estratégicos (OE):

- a. OE 2 (nos anos de 2010 e 2011) e OE3 (2008 e 2009): “Intensificar o compromisso de parceria com a sociedade, promotora do uso sustentável dos valores naturais e da sua valorização económica e social, como fator estruturante da competitividade do país E ainda prosseguir a prioridade no estabelecimento de parcerias que promovam, nomeadamente a visitação nas Áreas Protegidas e as atividades de turismo de natureza.”

3) Objetivos Operacionais:

- a. Dinamizar o estabelecimento de parcerias locais e nacionais visando o desenvolvimento de projetos para a conservação do património natural e das respetivas estruturas de visitação;
- b. Aumentar o envolvimento das escolas do ensino básico nas matérias relacionadas com a Conservação da Natureza e Biodiversidade através do projeto Escola na Natureza;
- c. Promover a melhoria da gestão das Áreas Classificadas na perspetiva da valorização do património natural (inclui a Visitação nas AP).

Com base na matéria agora transcrita, claramente percebemos o interesse/importância atribuída à visitação por este instituto. No entanto, não nos parece óbvio em termos operacionais e por grupos de áreas classificadas, a operacionalização efetiva de ações destinadas ao desenvolvimento turístico e da visitação em geral. No que concerne ao desporto, encontramos apenas uma medida direta, associada ao desenvolvimento de uma CDN que até ao momento de escrita deste trabalho ainda não foi publicada.

Posteriormente procedemos a uma análise do PENT (2013, atualização). Neste surge uma nota importante face à evolução na estratégia turística. Neste caso, ênfase é dado à “Liderança no Desenvolvimento Sustentável”, onde se aponta para a necessidade de Portugal liderar no setor da sustentabilidade turística com apontamentos acerca da preservação ambiental, desenvolvimento local, entre outros, que caracterizam fortemente os produtos de turismo rural e de natureza já identificado na edição anterior deste plano estratégico. Também é referido que os 10 produtos definidos no anterior PENT continuam a ser válidos devendo ser desenvolvidos com base em estratégias e planos de ação claros. Neste sentido, o turismo de natureza continua a ser apontado como um “produto turístico em desenvolvimento”, para as zonas do Porto e Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve (Os dois últimos surgem como novidades, face ao PENT,2007). Para os Açores e Madeira, este produto é considerado “Estratégico”. O documento identifica também, face à cada vez

maior exigência do turista, a necessidade de desenvolver “Experiências marcantes”. Neste caso, apresentam-se os recursos naturais como um espaço para: i) Desenvolver rotas de turismo cultural e religioso; ii) Atividades de turismo de natureza, incluindo caminhadas, exploração dos parques naturais e grutas; iii) Desportos em ambiente natural (e.g. Descidas de rios, rafting, mergulho, escalada, etc.), denotando-se novamente, a forte influência das práticas desportivas como produto turístico no meio natural.

3.2.1. Considerações gerais da análise de estratégias e planos

O período agora analisado decorre entre os anos de 2001 (início da publicação dos enquadramentos estratégicos das AP) e 2012 (Publicação do PENT 2015). Neste período de sensivelmente 11 anos, assiste-se claramente a uma visão estratégica de desenvolvimento do turismo e da visitação em geral nas AP. Este é caracterizado sobretudo pela publicação de planos e enquadramentos que visam a identificação de potenciais (existentes e de mercado) e necessidades de investimento para o futuro neste subsector.

Alguns aspetos são de salientar: **1)** As AP nacionais possuem características semelhantes que levam à possibilidade de implementação de processos de gestão generalizados e de mais fácil aplicação; **2)** São publicadas orientações e lançados incentivos, que auxiliam não só as linhas diretivas para investimento das AP, mas também, para a criação de novos negócios (PME) associados ao turismo de natureza; **3)** O Turismo de Natureza é um mercado em crescimento, valorizado internacionalmente e da mesma forma em todo o país; **4)** O DN é bastante valorizado nos documentos estratégicos; **5)** O ICNB, I.P. responde a estas tendências com a elaboração do Plano de Visitação da RNAP; **6)** É dada importância nos planos de atividade do ICNB, I.P. às questões da visitação em AP; **7)** É evidenciada pelo PENT (2007) a falta de *know-how* turístico no que à gestão das AP diz respeito; **8)** O PENT, entre 2007 (1ª publicação) e 2015 (revisão) (8 anos), evidencia o turismo de natureza como “um produto em desenvolvimento”, o que sugere que o intervalo temporal decorrente entre ambos os documentos foi pouco produtivo.

Se conjugarmos todos estes fatores e os relacionarmos com a fase anterior de análise (legislação), percebemos que as previsões verificadas na legislação poderão ter tido influência sobre este período estratégico levando ao desenvolvimento de um conjunto de ações fundamentais para estabelecer a visitação nas AP e o turismo enquanto produto nestes mesmos espaços.

3.3. Projetos e resultados efetivos

A presente fase de análise consiste na avaliação de documentos, que traduzem: 1) A implementação de projetos diretamente associados às estratégias previstas na análise do ponto anterior; 2)

Publicações (e.g. folhetos; sites) associados ao turismo e ao desporto nas AP ou espaços naturais em geral e que representam *outputs* efetivos de estratégias preconizadas; 3) Resultados associados a “números” da visitação, registo de empresas, estatísticas do turismo, entre outros. A documentação analisada está presente no anexo 7 (3º quadro do anexo).

A documentação associada à implementação de projetos partiu inicialmente da análise do *website* do atual instituto responsável pela gestão dos espaços protegidos naturais, o ICNF, I.P. Assim, dois importantes projetos que visam valorizar o turismo nas AP foram verificados, nomeadamente, a Rede de Pan Parks e a Implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável. De acordo com o referenciado no *website* do instituto: “O sistema de certificação PAN PARKS é uma iniciativa da Fundação PAN Parks e visa a criação de uma rede das melhores áreas naturais da Europa. O PAN Parks defende que a combinação da conservação da natureza e do desenvolvimento económico através da promoção do turismo sustentável propicia uma metodologia de promoção das melhores práticas na gestão das áreas protegidas” ; “As áreas protegidas que se pretendam candidatar à certificação PAN Parks são sujeitas a um rigoroso processo de auditoria independente, onde são considerados vários critérios, tais como a qualidade do ambiente e dos valores naturais, a gestão da conservação da natureza e da biodiversidade, a gestão dos visitantes e o desenvolvimento do turismo sustentável.”. O PNPG iniciou a sua certificação nesta rede em 2007 e é atualmente, o único parque da península ibérica constante desta importante rede europeia.

Esta certificação demonstra-se como um importante passo para o desenvolvimento do turismo nas AP nacionais em especial no PNPG. Fazendo uma análise cronológica é muito interessante verificar que a adesão a esta certificação tem início após a publicação de importantes documentos considerados nas análises anteriores, nomeadamente: Os enquadramentos estratégicos das AP, o programa de incentivos SIVETUR e o PENT, todos eles, elementos estratégicos que vêm valorizar e potenciar o turismo de natureza, especialmente aquele desenvolvido em AP.

O outro projeto considerado prende-se com a implementação da Carta Europeia de Turismo Sustentável. Esta consiste numa “certificação europeia concedida aos parques que reúnam as condições necessárias para compatibilizar o desenvolvimento turístico e a preservação do património natural e cultural. Os trabalhos relativos ao sistema de adesão à Carta Europeia de Turismo Sustentável pelas AP iniciaram-se em 2001. Desde esse ano até ao primeiro semestre de 2009 já foram acreditadas 58 Áreas Protegidas Europeias.”. Portugal consta, desde 2002, com 2 AP acreditadas, nomeadamente o PNPG e o Parque Natural da Serra de São Mamede. Em 2009, após a conferência anual da Federação EUROPARC, foram entregues três novos certificados de adesão e uma revalidação a AP portuguesas, a saber: Parque Natural do Douro Internacional, Parque Natural

de Montesinho, Parque Natural do Alvão e ao PNPG (Revalidação). Mais uma vez e à semelhança da certificação PAN PARKS, apesar de duas AP nacionais obterem a certificação em 2002, um crescimento mais acentuado acontece no ano de 2009 com as novas certificações.

Outro documento que consideramos relevante, prende-se com a divulgação através da Internet de uma formação promovida pelo ainda denominado ICN em 2004. A pertinência desta formação prende-se com a temática em causa. Esta foi intitulada: “Curso de Formação em Gestão Recreativa de Espaços Naturais: Ferramentas para a gestão sustentável”, cujos resultados não conseguimos apurar. É de salientar que a gestão das AP nacionais promoveu e continuará certamente a promover uma quantidade considerável de cursos e formações que vão muito para além daquela que aqui é apresentada. No entanto e dada a sua temática consideramos pertinente a sua referência. Isto acontece sobretudo por ser um dos poucos exemplos, entre leis, estratégias e planos de atividades, que verificamos a especificidade da gestão recreativa dos espaços naturais como tema central. Numa breve análise aos conteúdos (apenas disponíveis em tópicos, estilo “sumário”), podemos considerar que esta se revela bastante interessante, adaptada e que responde a um conjunto de necessidades que raramente se viram refletir noutra documentação. Para além disso, responde também aos pressupostos dos enquadramentos estratégicos das AP no período 2000-2006.

Os últimos dois documentos analisados no âmbito de projetos dizem respeito à promoção da visita nas AP pelo público escolar e através da Educação ambiental. Neste campo, analisamos 2 documentos distintos: “Projeto Escola na Natureza” (Ficheiro de dados de 2009 em formato *excel*) e o “Catálogo de Educação Ambiental para a diversidade” (Documento original, 2012). Ambos os documentos refletem um facto importante e que vai de encontro aos objetivos estratégicos previstos nos planos de atividades do ICNB,I.P. Referimo-nos à promoção da visita, numa vertente educacional, extremamente importante e direcionada para um público prioritário, neste caso crianças e jovens em idade escolar. A publicação de “um catálogo” reflete a posição do instituto neste campo assumindo uma posição que consideramos inovadora, tendo em conta o historial das AP associado às questões de visita.

Posteriormente concentramo-nos na publicação de folhetos, diretamente associados ao turismo, visita e desporto nas AP. Da nossa pesquisa, constam 2 exemplares. O primeiro (sem data de publicação identificada) reflete o código de conduta do visitante nas AP enunciando um conjunto de regras e princípios que devem ser respeitados aquando da visita a estes espaços. O segundo diz respeito à modalidade de escalada em Portugal (2011) identificando a modalidade não só, como um desporto, mas como um produto de turismo de natureza. O folheto identifica regras (sobretudo éticas e ambientais), locais de prática e cria uma legenda que permite ao escalador uma melhor

noção dos setores e suas características. Parece-nos que uma maior abrangência destes folhetos (para outras modalidades) e uma eficaz distribuição poderiam contribuir para uma maior procura destes espaços protegidos e, ao mesmo tempo, uma maior valorização ambiental dos espaços por parte daqueles que as praticam.

De seguida partimos para a análise da evolução de dois aspetos que no nosso entender deveriam refletir da melhor forma as tendências de crescimento/decrécimo, da visitação e do turismo nas AP.

O primeiro documento, é publicado pelo ICNB,I.P. e diz respeito ao número de visitantes que contataram as AP entre os anos de 1996-2011. No entanto, uma ressalva deve ser feita e que parte do próprio *website* do instituto: “Trata-se de um registo que é efetuado tendo em conta o número de utilizadores dos alojamentos geridos pelo ICNB, utentes em visitas enquadradas pelas AP, pedidos de informação e vendas de folhetos e publicações nas AP. Os dados agora disponibilizados são o registo dos serviços prestados localmente pelas AP e que devem ser lidos como indicadores já que não permitem refletir todo o universo da visitação.”

É fundamental ter em conta que os números apresentados são unicamente derivados de serviços prestados pelo instituto excluindo a atividade empresarial (atividades organizadas no seio da animação turística), a atividade associativa (no âmbito de clubes), a atividade escolar (saídas de campo de escolas básicas, secundárias ou superiores) e, provavelmente o mais relevante, a visitação em geral (rotina semanal daqueles que procuram as AP para o desenvolvimento de atividades de lazer e recreação). Por isso mesmo, deve-se ter em conta que os resultados que analisamos e refletimos na figura seguinte serão com certeza superiores na realidade. No entanto, cremos que aqueles aqui apresentados e que estão diretamente relacionadas com a procura do instituto refletem de alguma forma a evolução da visitação nas AP (figura 25).

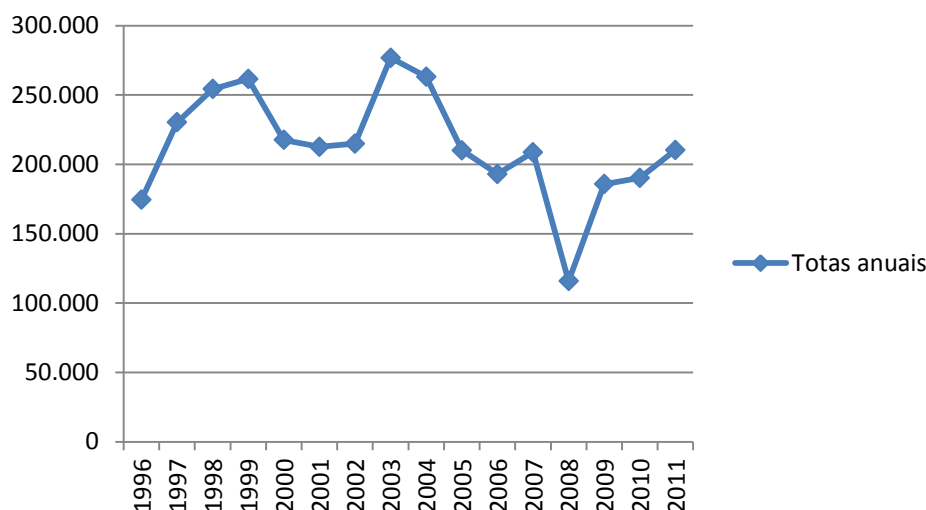


Figura 25. Totais anuais do número de visitantes nas AP (1996-2011)

O primeiro aspeto que é ressaltado da figura é a grande inconstância na visitação verificando-se períodos de aumento/diminuição. No entanto, existem 2 momentos que são especialmente interessantes. O primeiro diz respeito ao valor máximo obtido para o ano de 2003, com cerca de 276,299 visitantes. O segundo diz respeito à constante diminuição da visitação até ao ano de 2008, que traduz o menor valor do período em análise (115,837). A partir deste ponto, o aumento verifica-se até ao último ano com dados disponíveis.

O total de visitantes neste período é de 3,419,475 visitantes. Comparativamente a outras AP mundiais, como alguns parques americanos (e.g. *Yosemite* com mais de 1 milhão de visitantes anualmente) o valor revela-se algo parco. Todavia e mais uma vez, é importante considerar que muitas formas de visitação não são aqui consideradas e que causariam com toda a certeza um aumento considerável deste número.

Consideramos difícil a compreensão das tendências verificadas na figura já que estas não são constantes. Os primeiros 10 anos do séc. XXI seriam no nosso entender, anos de crescimento dadas as estratégias que foram implementadas nesta década. No entanto, este facto também é valorizado, visto que, a partir de 2008, inicia-se um crescimento da visitação nestes espaços. Este, poderá derivar da eficácia e aplicação das orientações previstas na documentação publicada nesta década (e.g. enquadramentos estratégicos; lançamento do SIVETUR).

Paralelamente aos dados da visitação, procedemos também à análise dos Agentes de Animação Turística (AAT) reconhecidos como promotores do turismo de natureza. Esta análise partiu da base de procura do *website* do Turismo de Portugal. Após realizadas as contagens das frequências em função dos anos de registo dos agentes, elaboramos o gráfico que se segue (figura 26).

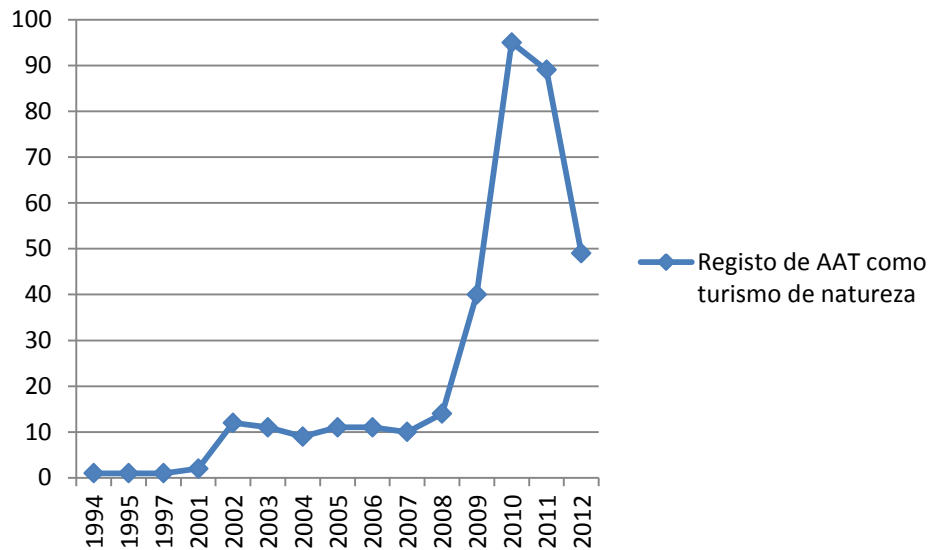


Figura 26. Evolução no registo de Agentes de Animação Turística como Turismo de Natureza

A imagem reflete a evolução no registo de AAT no reconhecimento do turismo de natureza. Ao contrário da imagem anterior denota-se principalmente o crescimento no número de registos, sendo as oscilações muito diminutas à exceção do ano de 2012, com uma diminuição bastante considerável (que poderá dever-se ao momento em que os dados foram recolhidos para esta investigação). O primeiro aspeto a considerar é um ligeiro aumento a partir do ano de 2001, momento que coaduna com o lançamento do sistema de incentivos SIVETUR e que poderá ter influência sobre este crescimento. O crescimento exponencial a partir de 2008, poderá estar diretamente relacionado, mais uma vez, com toda a documentação de foro estratégico publicada no período 2001-2007 e que poderá ter potenciado a evolução do subsector, em especial com o PENT, que vem valorizar fortemente a atividade turística em Portugal e respetivos produtos relacionados com a fruição da natureza, assim como, os *outputs* dos sistemas de incentivos desenvolvidos entre 2000-2006.

Curiosamente, o aumento exponencial no número de registo a partir de 2008, coaduna com um novo aumento da visitação nas AP (Figura anterior). No entanto, e dada a natureza dos dados verificados para a visitação nas AP (contato com o ICNB), não podemos aferir esta relação direta.

Consideramos ainda a consulta ao *website* do IPDJ, I.P. no sentido de aferir os valores relativos ao número de praticantes federados em modalidades desportivas no escopo do desporto de natureza. A figura 27 reflete graficamente os dados obtidos.

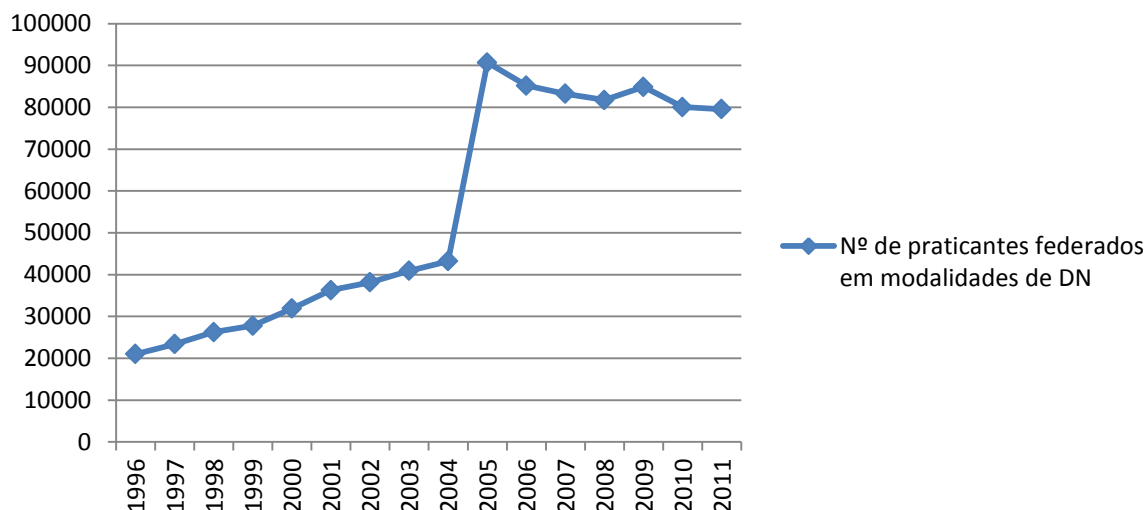


Figura 27. Nº de praticantes federados em modalidade de Desporto de Natureza (1996-2011)

Verifica-se na imagem um aumento muito acentuado entre os anos 2004 e 2005, com posterior decréscimo até 2011. Todavia, numa tentativa de análise conjunta das 3 figuras anteriores, não nos é possível encontrar tendências semelhantes que permitam inferir relações entre as oscilações verificadas nos espaços temporais considerados.

Num último momento, e numa tentativa de nos aproximarmos do estado atual da procura, consideramos uma análise a estudos estatísticos relacionados com o setor do turismo. Em primeiro lugar, consideramos a documento “Agentes de animação turística”, publicada em 2013 pelo Turismo de Portugal I.P, mas referente aos resultados de 2012. Podemos resumir os principais indicadores no quadro 21.

Quadro 21. Principais indicadores de caracterização dos agentes de animação turística (2013)

1. Em maio de 2013: 1.618 empresas no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística dos quais 919 empresas de animação turística e 699 operadores marítimo-turísticos
2. Tendência reduzida para o estabelecimento sistemático de parcerias com outras empresas (apenas cerca de 50% dos inquiridos)
3. Cerca de metade dos colaboradores das empresas (52%) possui formação superior ou técnico-profissional. Estes correspondem a 30% do total de colaboradores, dos quais apenas 9% na área do turismo e 21% noutras áreas de conhecimento
4. As atividades mais procuradas são as relacionadas com o turismo de ar livre e o turismo de natureza e aventura (66%) assumindo a posição seguinte o <i>Touring</i> Cultural e Paisagístico (16,4%)
5. O volume de negócios anual mais verificado é de “Menos ou igual a 25.000€” (50,5%) seguindo-se o volume mais elevada de “mais de 100.000€” (24,1%).
6. À exceção do Algarve, o mercado nacional tem procura superior em todas as regiões do país

Os resultados evidenciam a realidade da animação turística em Portugal, principal setor responsável pela promoção de atividades em contato com a natureza sobretudo na sua versão “ativa” de base desportiva. Verificamos uma tendência mais baixa do que seria adequado no que diz respeito ao

estabelecimento de parcerias e formação. Um aspeto interessante, e que mais uma vez vem no seguimento do que tem vindo a ser exposto é a elevada procura por atividades de Turismo de Natureza e Aventura (que envolvem logicamente os DN) (66%), seguindo o *Touring* cultural e paisagístico que, mesmo não obviando ênfase nos DN, privilegia o contato com o meio natural e/ou rural. Como complemento a estes dados, analisamos as “Estatística do Turismo, 2012” (publicado em 2013) publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística e que reflete a procura interna (turistas residentes). Ao nível da caracterização da procura, destacam-se (quadro 22).

Quadro 22. Indicadores das estatísticas do turismo (2012)

1. Em 2012, 4 milhões de residentes em Portugal realizaram pelo menos uma deslocação turística (com dormida). Isto representa cerca de 37.8% da população residente e mais 0,9 pontos percentuais do que em 2011
2. Os motivos de procura mais apontados são a visita a familiares e amigos (46,0%), seguidos do Lazer e Recreação (42,1%)
3. Os gastos médios diários no motivo Lazer e Recreação são de 24,7€ e quanto efetuado em longa duração de 22€.

Estes dados refletem um aspeto importante que se reflete na procura interna. Os aumentos face ao ano anterior, assim como, o segundo motivo mais apontado, voltam a ressaltar o potencial de procura da natureza e do desporto como manifestação destas vontades.

No que diz respeito à oferta, este documento centra-se no alojamento. Pela primeira vez, considerou-se a recolha de dados centrada no Turismo no Espaço Rural (TER) razão pela qual não é possível estabelecer comparações face ao ano anterior. Respeitante à hotelaria (com 11,4 milhões de dormidas), o TER e o Turismo de Habitação acolheram um número inferior de 393 mil hóspedes conjuntamente. Ao nível dos parques de campismo, em julho de 2012, estavam em atividade 242 parques de campismo, verificando-se um aumento face ao período homólogo de 2011 (240 parques). O centro e norte do país concentram a maior parte desta oferta. O número de campistas não teve alterações significativas face ao ano de 2011 (1,6 milhões de campistas).

Por último, centramo-nos nos critérios de satisfação e consultamos o documento “Relatório de Estudo: Satisfação de turistas”, promovido pela Intercampus face à solicitação do Turismo de Portugal I.P. A este respeito alguns dados são de salientar (quadro 23).

Quadro 23. Satisfação e motivos de visita

1. 92% dos inquiridos estão globalmente satisfeitos com a visita a Portugal; 42% referem que a visita ficou acima das expectativas; 91% revela que de certeza, voltará a Portugal nos próximos 3 anos.
2. A Oferta Natural e Cultural destaca-se como “ponto forte” de Portugal. As paisagens, as praias, e a gastronomia e vinhos são pontos que registam maior satisfação
3. O clima e a paisagem representam o critério de decisão de visitar Portugal mais elevado (42%)

Os resultados que temos vindo a obter são novamente reforçados tendo em conta que o clima, a paisagem e a natureza apresentam-se como motivos de visita e critérios de decisão para voltar a Portugal.

3.3.1.Considerações gerais da análise de projetos e dados efetivos

O presente momento da análise teve o intuito de, através da implementação de projetos e outros elementos, verificar a evolução do subsector em Portugal, tendo em conta a análise anterior (período estratégico). A totalidade da documentação obtida reflete ações desenvolvidas num período já considerado anteriormente (1ª década de 2000) das quais ressalvamos algumas referências essenciais: **1)** A Implementação da Rede Pan Parks e da Carta de Turismo Sustentável que têm o seu culminar no final desta década; **2)** A publicação de folhetos informativos destinados à visita; **3)** O Crescimento do setor da animação turística dentro do segmento de Turismo de Natureza, que vê o seu crescimento acelerado após o ano de 2008; **4)** Um crescimento eminente do turismo, assumindo a natureza e a paisagem elementos de referência na escolha de Portugal como destino e os motivos de Lazer e Recreação com um papel igualmente preponderante.

É interessante verificarmos que a grande maioria das implementações agora verificadas acontecem ou encontram o seu culminar a partir do ano de 2007. O ano de 2008 surge como um “ponto de viragem”, denotando-se um aumento muito exponencial no registo de empresas reconhecidas para o turismo de natureza e ao mesmo tempo, um novo aumento da visita nas AP nacionais (que vinha a decrescer desde meados de 2003).

4.Discussão dos resultados

A análise específica das três tipologias de documentação consideradas levou à construção de uma figura com o intuito de se cruzarem os dados considerados mais relevantes e no sentido de se encontrarem associações entre acontecimentos. Neste sentido, a figura 28 apresenta os momentos considerados mais relevantes.

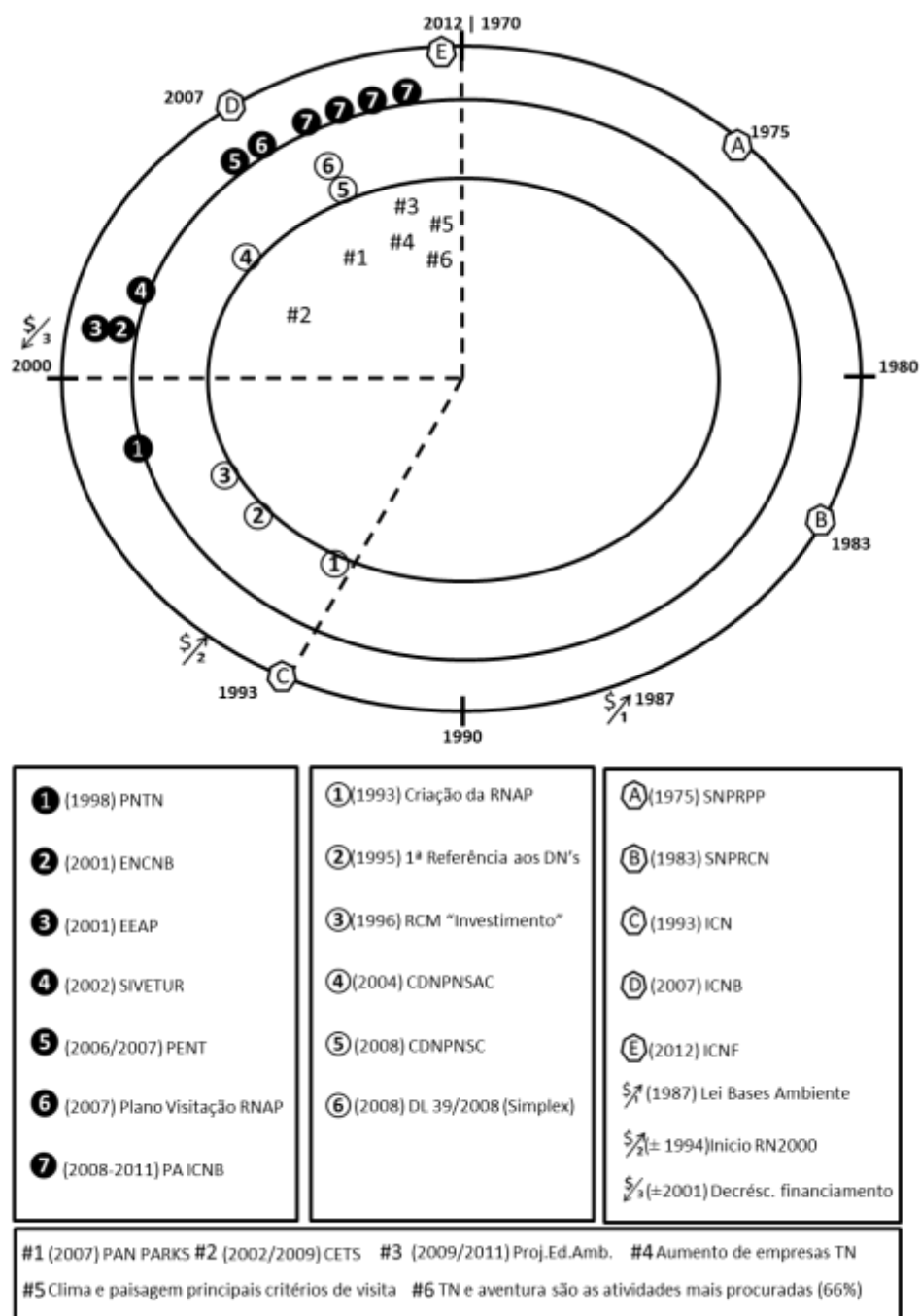


Figura 28. Representação esquemática do cruzamento de resultados

A figura apresenta 3 níveis circulares distintos. O mais periférico diz respeito a fatores que de forma independente, ou seja, sem estarem diretamente relacionados com a publicação de documentação e implementação de projetos, poderão influenciar, no nosso entender, toda a evolução do contexto. Neste nível é importante salientar: **1)** As cinco reestruturações a que a administração das AP nacionais foram sujeitas. Como já foi referido anteriormente, não obstante as vantagens que advém da reestruturação/reorganização, julgamos que o tempo que é “gasto” nas mesmas, poderá ter

influenciado o desenvolvimento. Tomando como exemplo o caso da criação do ICNB, I.P., as referências já apresentadas remontam aos anos de 2006/2007 (considerando-se apenas a criação formal da entidade). Se a este espaço temporal, juntarmos as dificuldades em termos de reorganização de processos, recursos humanos, criação de novos setores/gabinetes, reajustamento de filosofias ou missões, facilmente se alcança 1/1,5 anos no seu decorrer. Se forem consideradas 5 reestruturações, de forma superficial, alcançam-se 7,5 anos em processos de reorganização; **2)** Três momentos que dizem respeito ao aumento de financiamento (2 primeiros) e ao decréscimo do mesmo (último), representados com as setas e o símbolo “\$”. Com base no trabalho de Pinto (2008), verificou-se que estas oscilações influenciaram fortemente o investimento em pessoal e apetrechamento dos espaços naturais. Com base na análise desenvolvida e apesar de serem feitas referências ao apetrechamento de estruturas de visitação/interpretação nas AP, não parece claro que qualquer um destes aumentos tenha sido diretamente aplicado no desenvolvimento do D,R&T nestes espaços.

No 2º e 3º nível encontramos respetivamente, a publicação de documentos referentes a planos e estratégias e acontecimentos efetivos publicados na legislação e que poderão ter uma relação direta com os anteriores. Deste nível consideramos relevante destacar: **1)** A criação da RNAP em 1993, que vem dar um sentido de organização ao território protegido; **2)** A importante RCM nº 102/96, que vem prever o investimento prioritário nas práticas turísticas, de recreio e lazer nas AP, poderá estar relacionada com a publicação do Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), publicado em 1998, no sentido em que levou à necessidade da elaboração de estratégias e princípios de desenvolvimento (presentes nos PNTN). O PNTN, veio introduzir formalmente o turismo de natureza no território nacional. É interessante também verificar, que as primeiras referências à necessidade de organização e investimento nas AP enquanto locais de lazer e turismo surgem após a primeira referência legal aos impactos dos DN (1995) e que claramente nos remete para as carências de gestão destas práticas; **3)** A entrada na primeira década de 2000 inicia um período bastante rico em termos de desenvolvimento. Referimo-nos neste caso ao desenvolvimento dos Enquadramentos Estratégicos para o Turismo de Natureza nas várias áreas protegidas (EEAP), com início em 2001, e o programa de incentivos SIVETUR (2002); **4)** Como denotado nas análises específicas desta fase, os EEAP deram reconhecimento ao DN como um dos principais produtos do turismo em AP. A publicação da CDN do PNSAC (CDNPNSAC) em 2004 poderá estar em parte justificada pelas necessidades identificadas; **5)** Em 2006/2007, surge o PENT, fundamental no que concerne à identificação dos principais produtos turísticos a desenvolver em Portugal. As fortes referências ao turismo de natureza e aos DN enquanto um dos seus produtos são, no nosso entender a justificação para a pertinência das publicações referidas no ponto 3. No entanto, este documento, faz uma

ressalva clara para a falta de *know-how* em Portugal no que concerne a este subsetor de atividade;

6) Provavelmente por influência deste documento e também pelo previsto na ENCNB, observa-se um investimento na visitação. Isto acontece com a elaboração do Plano de visitação da RNAP (2007), e denota-se nos planos de atividade do ICNB I.P. (2008-2011) a referência ao desenvolvimento da visitação.

No nível mais interno e representados por “#”, verifica-se a implementação de projetos e outros acontecimentos que no nosso entender se relacionam com os documentos publicados e referidos nos pontos 4, 5 e 6, sendo de destacar os seguintes factos: **7)** É no período entre 2002 e 2009, que acontecem a maior parte dos projetos, sobretudo a partir de 2007, com a implementação do projeto PAN PARKS, e da Carta Europeia de Turismo Sustentável em algumas AP. É interessante verificar, que este investimento mais forte acontece após a publicação da ENCNB, do Plano de Visitação da RNAP e do PENT. A prossecução efetiva dos princípios previstos nestes documentos poderá estar aqui revelada; **8)** O desenvolvimento de projetos de Educação Ambiental por parte do ICNB, entre 2009-2011 que estão de acordo com o previsto na ENCNB e nos próprios planos de atividades deste instituto; **9)** O aumento exponencial de empresas de animação turística, reconhecidas com Turismo de Natureza a partir de 2008, que poderão ter sido fortemente influenciadas pelo PENT, pelas importantes alterações na legislação e pelo reconhecimento desta atividade fora das AP (até então, o turismo de natureza era exclusivo da RNAP); **10)** Os elementos naturais, o clima e a paisagem, representam critérios primordiais na escolha por Portugal, assumindo aqui as atividades desportivas um pesado fator de escolha sobretudo do turismo interno.

Finalmente destaca-se a tracejado aquelas que no nosso entender se poderiam considerar as 3 fases distintas da evolução do D,R&T nas AP. A primeira decorrente até 1993, e que diz respeito à introdução e desenvolvimento preliminar da conservação da natureza em Portugal, culminando com a criação da RNAP. A segunda, entre 1993 e 2000, que no nosso entender se caracteriza pela consciencialização do setor governamental face à importância de se centrar no turismo e na visitação nas AP, culminando com o PNTN (1998) e a publicação dos primeiros documentos legais centrados nesta atividade durante o ano de 1999 (ausentes da figura). A terceira e a mais rica em termos de desenvolvimento, decorre a partir de 2000 e caracteriza-se sobretudo por uma fase de “Visão Estratégica” e de “Potenciação da visitação”, com a implementação de alguns projetos relevantes.

Face aos resultados, evidenciamos o sentido evolutivo que nos parece mais lógico e salientamos o elemento em falta (figura 29).

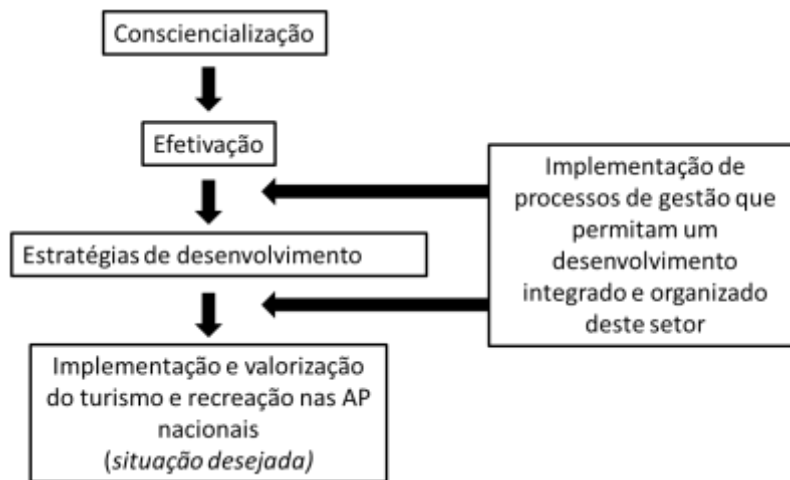


Figura 29. Fases da evolução de turismo e da recreação nas AP nacionais: As necessidades de planeamento e gestão

O Turismo de Natureza surgiu no ano de 1998 em Portugal de forma algo tardia e aparentemente não precavida por parte do nosso país, visto que ainda em 2007 se apontava a falta de *know-how* ao nível da gestão turística nas AP. Contudo, no nosso entender, este foi um momento de consciencialização para a importância deste subsector na economia e a quantidade considerável de documento publicada na década seguinte é exemplo disso (primeira caixa da figura). É nesta mesma década que, de forma mais ou menos coesa o produto se efetiva em Portugal no sentido em que se encontra regulado e sujeito a planos de desenvolvimento estratégico (segunda e terceira caixas).

A situação que se deseja ver concretizada é, logicamente, a implementação efetiva do D,R&T nas AP nacionais. No entanto, os resultados evidenciaram a carência dos elementos “gestão” e “planeamento” que poderiam ter surgido mesmo que em fases de maturação diferentes, antes ou durante a implementação das estratégias e após as mesmas (caixa à direita da figura). Parece-nos assim que, enquanto não existir um investimento efetivo em conhecimentos de gestão específicos, dificilmente alcançaremos a última fase (*situação desejada*), e o desenvolvimento, que não irá com certeza estagnar, poderá correr o risco de surgir de forma desorganizada, espartilhada, sem o sentido integrado que as diferentes AP de Portugal, que pela sua riqueza, particularidades e até semelhanças merecem.

5. Conclusão

Face ao objetivos específico inicialmente proposto,

Obj.Esp.3 (Parcial): Conhecer a evolução do subsetor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento;

Atualmente o estado de maturação do D,R&T nas AP é reduzido. Para esta assunção, contribuem alguns fatores que consideramos relevante. Em primeiro lugar, a história das AP nacionais é bastante recente (1970-2012) e caracterizada por inconstâncias em termos do financiamento estatal, que reduz consideravelmente a partir de 2000 e por reestruturações constantes na administração dos espaços. Em segundo, denota-se a existência de uma quantidade considerável de legislação que aparentemente influenciou a alavancagem do TN em Portugal e a consequente publicação de documentos estratégicos de relevo. Contrariamente a este fator positivo, as dificuldades financeiras que se vivem atualmente, coadunam com o momento em que se desenvolveram as principais estratégias (2000-2007), o que no nosso entender prejudicou fortemente aquele que poderia ter um momento de grande relevância para a evolução deste subsetor;

A falta de *know-how* em termos de gestão associada ao D,R&T é evidente. Denota-se a falta de investigação científica neste campo, sobretudo no que concerne à perspetiva da gestão do turismo e da recreação. Esta falta de conhecimento, terá tido influência perante uma aparente ausência do DN no escopo das AP traduzido pela escassa publicação de CDN, assim como, uma visão tendencialmente restritiva e conservacionista no que diz respeito a estas atividades. Contrariamente, estas atividades são valorizadas em diferentes documentos estratégicos provenientes dos setores do turismo e da conservação da natureza.

O turismo é uma indústria crescente em Portugal e o turismo de natureza acompanha este crescimento. O aumento de agentes de animação turística com reconhecimento do turismo de natureza e as motivações dos visitantes, reportadas nas estatísticas, são prova deste crescimento e da cada vez maior apetência das práticas de DN no produto de turismo de natureza;

É de realçar que se evidenciam esforços por parte da gestão das AP no sentido de serem desenvolvidos projetos relacionados com a visitação e o reconhecimento internacional (e.g. Pan Parks). Contudo, estes investimentos parecem-nos espartilhados no território não correspondendo a uma estratégia global de investimento na visitação nas AP e em especial ao nível do D,R&T.

Assim, e de certa forma, julgamos compreensível, o atual estado de arte do D,R&T nas AP revelado por estes documentos. No entanto, perante a globalidade da análise tecemos uma forte crítica e que nos remete para um facto: O planeamento e a gestão da visitação nas AP, sob a forma do D,R&T não foi uma estratégia dos vários setores em estudo em especial da agência de gestão das AP nacionais.

6. Referências

- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. e. a. Poupart (Ed.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes.
- Font, X., Cochrane, J., & Tapper, R. (2004). *Tourism for protected area financing: understanding tourism revenues for effective management plans*. Leeds, UK: Leeds Metropolitan University.
- Gomes, C. (2007). Ambiente e Desporto: Ligações perigosas. *Colectânea de Jurisprudência*, 2007/III, 225.
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo,Lda.
- Kastenholz, E., Lima, J., & Sousa, A. (2012). A metodologia qualitativa no estudo da experiência turística em contexto rural: o caso do Projeto ORTE,. *GOVCOPP Tourism Working Paper No.1/2012*.
- Lee, T. (2011). How recreation involvement, place attachment and conservation commitment affect environmentally responsible behavior. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(7), 895-915. doi: 10.1080/09669582.2011.570345
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Mansinho, M., & Schmidt, L. (1994). A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico. *Análise Social*, XXIX, 441-481.
- Pimentel, A. (2001). O método de análise documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*(114), 197-195.
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Reid, D., Mair, H., & George, W. (2004). Community Tourism Planning: A self-Assessment Instrument. *Annals of Tourism Research*, 31(3), 623-639. doi: 10.1016/j.annals.2004.01.2007
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, 18(3), 259-280.
- Sá-Silva, J., Domingos de Almeida, C., & Guindani, J. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I(1), 1-15.
- Schmidt, L. (2008). Ambiente e Políticas Ambientais: escalas e desajustes. In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim & F. Silva (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS* (pp. 285-314). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Soromenho-Marques, V. (1998). A Política de Ambiente em Portugal: Balanço e Perspectivas *O Futuro Frágil. Os Deafios da Crise Global do Ambiente* (pp. 71-106). Mem Martins: Publicações Europa-América.

Capítulo 6. A perspetiva das políticas sectoriais: Desporto, Ambiente e Turismo (*Stakeholders* nível 1)

1. Introdução

Neste capítulo abordamos questões de governança. A governança é definida como as “interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e as responsabilidades são exercidas, como as decisões são tomadas e o que os cidadãos ou outros *stakeholders* têm a dizer” (Graham, Amos, & Plumptre, 2003). Fundamentalmente diz respeito ao processo pelo qual as sociedades determinam as trajetórias para o desenvolvimento e tomam as decisões mais relevantes. Governança é diferente de gestão. A gestão diz respeito ao conjunto de atividades, organizadas e coordenadas por uma organização com vista ao alcance de objetivos claros e definidos (BusinessDictionary, 2013), contudo estas mesclam-se no sentido em que a última ocorre num quadro mais abrangente criado por princípios ou aproximações de governança. É neste ponto que se cria uma interface dependente entre os dois conceitos (Eagles, 2009).

No capítulo 1 observámos que a maioria dos governos vê nas áreas protegidas (AP) oportunidades de desenvolvimento económico (Eagles, 2002) e que são diversas as estruturas de gestão destes espaços atualmente verificadas em todo o mundo (Baldin et al., 2003; Eagles, 2009; Font et al., 2004). Considera-se igualmente que a adequabilidade destas estruturas depende da realidade de cada país, região ou AP. Os direitos de uso de território, as culturas das populações (Aas et al., 2005; Li, 2006), o nível socioeconómico (Eagles, 2009) são fatores que condicionam a implementação de determinada estrutura e devem ser tidos em conta.

É por isso mesmo que a governança é um processo que deve ser iniciado a um nível superior (governamental) mas que posteriormente deve englobar a globalidade da sociedade. Se esta não existir superiormente, não se poderão esperar bons resultados num nível mais específico (Eagles, 2009). Estas assunções sugerem a necessidade de articulação descendente, o que leva a que, mesmo com diferentes opiniões ou decisões numa cadeia cooperativa, a existência de uma base comum entre os grupos envolvidos, com missões e objetivos a longo prazo, contribuem para o sucesso de um processo colaborativo (Sautter & Leisen, 1999).

Tendo em conta os resultados dos dois capítulos anteriores, considerámos indispensável a consideração dos pontos de vista dos institutos públicos envolvidos nos setores em estudo. Assim, o presente capítulo aborda as perspetivas sectoriais do desporto, turismo e áreas protegidas face ao passado, ao presente e ao futuro desta relação. Recomenda-se nova consulta à figura 1 da introdução da parte *meso*, cujo momento atual de recolha de dados é representado pela terceira

caixa de texto a tracejado. Embora se verifiquem na literatura importantes reflexões relacionadas com o tema da governança (B. Bramwell, 2011; Eagles, 2009) a existência de abordagens à temática de forma semelhante à por nós proposta parecem-nos escassas. A consideração dos capítulos anteriores foi fundamental para a fundamentação dos objetivos a que nos propomos neste capítulo, nomeadamente:

Obj.Esp.3 (**Parcial**): Conhecer a evolução do setor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento;

Obj.Esp.5 (**Parcial**): Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC

Obj.Esp.7 (**Parcial**): Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsector em estudo;

Obj.Esp.8 (**Parcial**): Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsector em estudo

Este capítulo consistiu assim na consulta, através da aplicação de entrevistas, a dois dos três institutos públicos relacionados com as atividades desportivas realizadas nos âmbitos do turismo e da recreação (D,R&T) nas AP nacionais.

Em primeiro lugar apresentamos os procedimentos metodológicos. Posteriormente apresentam-se e discutem-se os resultados. O capítulo finaliza com a resposta aos objetivos estipulados e as referências bibliográficas.

2. Metodologia

2.1. Campo de estudo

O campo de estudo foi determinado em função das considerações gerais obtidas no final da fase *macro* do modelo de análise. Este era inicialmente composto pelos três institutos públicos com responsabilidades no subsector do D, R&T em AP, nomeadamente o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ,I.P), o Turismo de Portugal (TP,I.P) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF,I.P.).

Por motivos que extravasam o nosso controlo, o ICNF não concordou em responder à entrevista. Neste caso, o convite foi aceite para uma primeira abordagem, mas a colaboração efetiva através de uma entrevista foi recusada. Posteriormente foi solicitada à presidência uma justificação formal de não participação, à qual não obtivemos resposta.

Desta forma, o campo de estudo ficou constituído apenas por duas entidades. A sua determinação não implicou a consideração de critérios de inclusão/exclusão dada a sua dimensão e consideração prévia no modelo de análise. Os pedidos de colaboração (via e-mail) foram dirigidos à presidência de cada um destes e que posteriormente definiram o seu representante.

2.2. Instrumento

2.2.1. Seleção do instrumento – A entrevista semiestruturada

Selecionamos como instrumento de recolha de dados a entrevista semiestruturada, assente nas seguintes justificações: i) reduzido campo de estudo; ii) similitude com outros trabalhos desenvolvidos ao nível da gestão de AP e mais especificamente na temática da participação, assim como, conselhos metodológicos de alguns autores (Graci, 2013; Manning, 2007; B. Pinto, 2008; S. Roberts, 2011); iii) Adequação do instrumento aos objetivos da pesquisa (com caráter exploratório) de acordo com autores reconhecidos no quadro da investigação qualitativa (Bardin, 2009; Flick, 2005; Hébert et al., 2010).

2.2.2. Construção do guião de entrevista

Foram três os elementos que contribuíram para uma construção objetiva da entrevista: i) A revisão da literatura nos capítulos 1,2 e 3, com especial atenção para a formulação da teoria apresentada no final da fase *macro*; ii) suporte teórico fornecido pela teoria sobre governança e participação (maioritariamente apresentada no capítulo 9); iii) o desenvolvimento dos dois capítulos anteriores no sentido em que permitiram a obtenção de variáveis devidamente adaptadas ao caso nacional.

No que diz respeito ao processo de construção do guião, procedeu-se do seguinte modo: i) construção de um quadro categorial *a priori* com base nos três elementos referidos no parágrafo anterior; ii) criaram-se questões em função de se quadro categorial; iii) agruparam-se as questões em dimensões de análise (temas gerais constituídos por sistemas de categorias independentes); iv) refinou-se a ordem das questões dentro de cada dimensão assim como, a ordem das dimensões.

Posteriormente, com base numa primeira versão, seguimos alguns conselhos ministrados por diversos autores (Hébert et al., 2010; Quivy & Campenhoudt, 1998; Savoie-Zajc, 2003), nomeadamente: i) Diminuímos o número de questões evitando perguntas múltiplas; ii) Criamos questões guia, evitando colocar duas categorias numa única questão mas sem deixar de parte informação potencialmente relevante; iii) tentamos reduzir o número de questões ao máximo optando preferencialmente pela reformulação de questões em detrimento da eliminação; iv) selecionamos a ordem das questões, partindo do geral para o específico de forma a ir enquadrando

o entrevistado no tema em questão, permitindo a desinibição e aumentando a concentração; v) deixámos questões de resposta mais fácil para o final.

Tendo em conta a especificidade do campo de estudo, foram criados dois guiões ligeiramente diferentes. Um guião para o TP e ICNF (com 14 questões, sendo diferente o guião do ICNF em apenas uma questão guia) e um guião para o IPDJ, ligeiramente diferente na sua componente inicial (com 14 questões, diferindo das restantes em 3 questões que constituíram a primeira dimensão).

Assim, o guião de entrevista foi constituído por 6 dimensões de análise, nomeadamente: Na entrevista realizado ao IPDJ: **Dimensão I:** A importância do Desporto de Natureza a nível nacional; **Dimensão II:** O Desporto de Natureza nas AP; **Dimensão III:** A Influência da legislação no desenvolvimento do Desporto de Natureza nas AP; **Dimensão IV:** A Gestão do Desporto de Natureza enquanto atividade turística e recreativa nas AP.

Na entrevista realizada ao TP: **Dimensão I:** A importância da recreação e do turismo nas AP nacionais; **Dimensão II:** A Influência da legislação no desenvolvimento da recreação e do turismo nas AP; **Dimensão III:** O papel do Desporto de Natureza; **Dimensão IV:** A Gestão do Desporto de Natureza enquanto atividade recreativa e turística nas AP.

A opção por uma alteração da ordem e título de algumas das dimensões foi tomada com base na construção lógica do próprio guião. Ambos os guiões podem ser consultados nos anexos 9 (IPDJ,I.P.) e 10 (TP,I.P.)

2.2.3. Identificação e objetivos das questões

A identificação e objetivos das questões são apresentados no anexo 11.

2.3. Objetividade do instrumento de medida: Validade e Fidelidade

2.3.1. Validade do instrumento de medida

Validade aparente

A validade aparente baseia-se na evidência dos dados de observação. Consideramos que a este nível o instrumento apresenta bons níveis de validade, no sentido em que: 1) foi construído com base numa revisão de literatura (Cap.1,2 e 3) extensa e que termina com a adoção concreta de um quadro teórico (Considerações finais fase *macro*); 2) foi construído após a finalização dos dois capítulos anteriores (Cap.4 e 5), o que permite uma maior adequação à realidade em estudo; 3) foi realizada uma validação por peritagem (n=5), com o seguinte perfil: 2 docentes e investigadores doutorados em ciências do desporto com conhecimento ao nível da utilização de entrevistas; 1 docente e investigador doutorado em gestão do desporto; 1 docente e investigador doutorado com

conhecimento ao nível das metodologias interpretativas; 1 docente especialista e doutorado em turismo de natureza; 4) esta validação por peritagem permitiu (M. Hill & Hill, 2005): i) avaliar a clareza das questões; b) filtrar a terminologia e utilizar palavras simples e acessíveis; c) evitar existência de perguntas neutras e múltiplas; d) verificar a ordem lógica das questões; e) verificar a necessidade de novas questões ou ambiguidades existentes.

As diferentes sugestões foram reunidas, criando-se assim o guião final.

Validade instrumental

Tendo em conta que a entrevista foi construída de raiz para este estudo, não é possível estabelecer uma comparação direta com outros instrumentos no sentido de demonstrar que “as observações efetuadas vão ao encontro daquelas que foram geradas por um procedimento alternativo, ele próprio tendo sido considerado já como válido”(Hébert et al., 2010). Contudo são de destacar dois aspetos: 1) os procedimentos demonstrados anteriormente (objetividade na construção do guião) e 2) os resultados da aplicação piloto (explicada no ponto seguinte) e que permitiram obter observações em acordo com os dois capítulos anteriores que utilizaram procedimentos metodológicos de metassíntese (Cap.4) e análise documental (Cap.5) permitindo assim a triangulação dos dados no final desta parte da investigação.

Validade teórica

A validade teórica existe, quando um procedimento pode demonstrar claramente que o quadro teórico corresponde efetivamente às observações (Hébert et al., 2010). Para a resolução deste problema, desenvolvemos um teste piloto do instrumento com uma primeira aplicação. Após esta aplicação, procedemos da seguinte forma: 1) registamos a duração da entrevista; 2) analisaram-se os dados da entrevista em dois momentos distintos (a explicar na fidelidade); 3) os resultados foram contrapostos com os obtidos nos capítulos 4 e 5 e percebeu-se que estavam em sintonia e de acordo com os objetivos e o sistema categorial previamente estabelecido.

2.3.2. Fidelidade do instrumento de medida

Fidelidade quixotesca

A fidelidade quixotesca refere-se às circunstâncias segundo as quais um mesmo método de observação produz consistentemente os mesmos valores (Kirk & Miller, 1986).Tendo como base a entrevista piloto e após codificação, procedemos à fidelidade intrainvestigador, com vista ao cálculo da consistência no tratamento dos dados em dois momentos distintos (1 semana de intervalo). Para efetuar o cálculo de fidelidade, foi utilizado o Índice de Bellack (IB) (Siedentop, 1991), como

demonstra a figura 30, relativa à quantidade de categorias, subcategorias e codificações. Os cálculos integrais podem ser observados no Anexo 12.

IB: Índice Bellack	
AC: nº de acordos	$IB = \frac{AC}{AC + DC} * 100$
DC: nº de desacordos	

Figura 30. Índice de Bellack para cálculo da fidelidade quixotesca

Os resultados obtidos são apresentados no quadro 24

Quadro 24. Resultados do cálculo da fidelidade quixotesca

Resultados IB (%)	Nº categorias registadas	Nº Subcategorias registadas	Nº codificações
	92,86	84,62	98,72

Curiosamente, o valor mais baixo obtido (84,62%) diz respeito à codificação de subcategorias, revelando necessária uma nova reflexão face à estabilidade/rigidez do sistema categorial criado anteriormente.

Fidelidade Sincrónica

Esta raramente implica observações idênticas, como a fidelidade quixotesca, mas antes observações consistentes relativamente aos aspetos teóricos que interessam particularmente ao investigador (Kirk & Miller, 1986). Para isto concorreu a aplicação piloto realizada, assim como, a verificação dos aspetos teóricos em consonância com os obtidos nos capítulos anteriores (cruza-se com a validade teórica).

2.4. Metodologia de aplicação

A metodologia de aplicação decorreu de duas formas distintas. Na sua componente comum, procedeu-se do seguinte modo: 1) foi enviado um e-mail ao cuidado da presidência de cada uma das entidades a realizar o convite de participação. No mesmo e-mail, foram enviados dois anexos que constituíam i) o enquadramento da investigação, as entidades de ensino superior, os objetivos e pressupostos éticos inerentes e ii) o guião da entrevista; 2) A entrevista foi realizada a indivíduos pertencentes à organização e mandatados pela presidência em sua representação.

Posteriormente os guiões foram levados a cabo de duas formas, em função da preferência do indivíduo: 3a) Entrevista *in loco* com recurso a gravação áudio, numa data e local, escolhidos pelo indivíduo entrevista; 3b) Preenchimento escrito do guião; 4) A entrevista foi transcrita para protocolo escrito, na íntegra, sem alteração do seu conteúdo (no caso 3a); 5) Procedeu-se à análise dos dados.

2.5. Técnicas de análise e tratamento dos dados

Para análise dos dados, utilizaram-se técnicas de análise de conteúdo. Tendo em conta o tamanho do campo de estudo e natureza das próprias informações pretendidas, optou-se pelo recorte através de unidades de contexto (UC) (que permitem compreensão do contexto semântico das declarações do indivíduo), deixando de parte neste caso a utilização de unidades de registo e enumeração. As UC foram codificadas com um número corresponde a cada excerto (e.g. “UC21”) e agrupadas em sistemas categoriais específicos por dimensão. As UC codificadas podem ser consultadas no anexo 13. Para tratamento dos dados utilizou-se o software *Dedoose*, de funcionamento e armazenamento *online* que se caracteriza pela possibilidade de utilização de métodos mistos e a geração de *outputs* (e.g. excertos; categorias; subcategorias).

2.6. Sistema Categorical

O sistema categorial é apresentado ao longo da apresentação e discussão dos resultados. Em termos quantitativos, foram criadas 15 categorias e 11 subcategorias agrupadas em 3 dimensões distintas. A objetividade na construção da entrevista, permitiu a criação de categorias *a priori*. Contudo, com o decorrer da análise dos dados foram criadas categorias e subcategorias *a posteriori*. A definição de cada uma das categorias é apresentada no anexo 14.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Neste momento apresentam-se os principais resultados derivantes da análise às entrevistas realizadas junto dos dois institutos públicos. Os resultados são apresentados de acordo com cada uma das dimensões previamente referenciadas na metodologia.

3.1. Dimensão I: A importância do D,R & T nas AP

A análise dos dados referentes a esta dimensão permitiu a criação de um sistema categorial composto por quatro categorias e seis subcategorias. O esquema a seguinte reflete a organização deste sistema (figura 31).

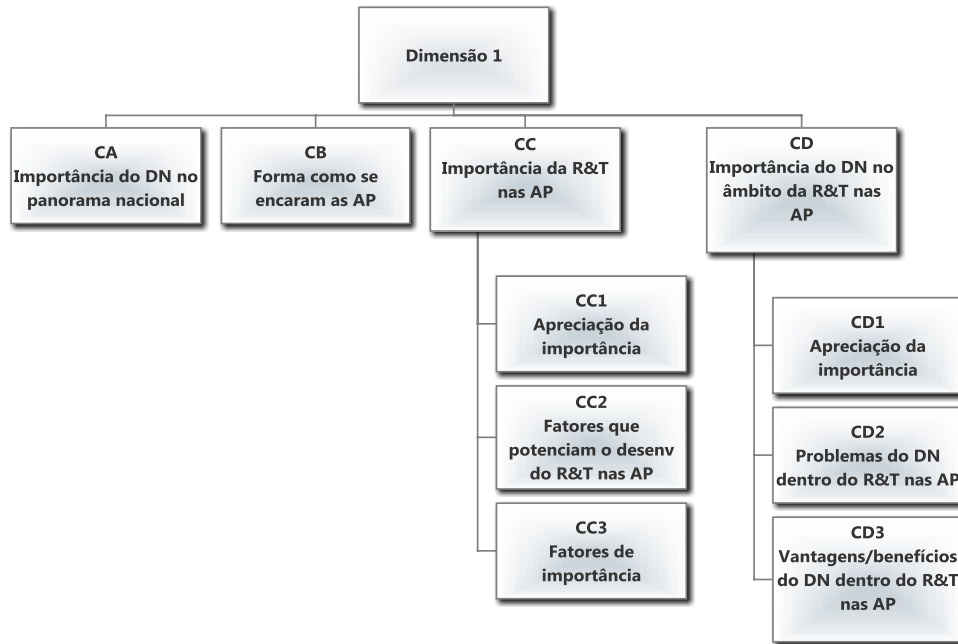


Figura 31. Sistema categorial da Dimensão I: A importância do D,R & T nas AP

A primeira categoria deriva de uma questão colocada unicamente ao IPDJ e os dados revelam alguma abertura por parte deste instituto no que diz respeito à forma como o DN é encarado no panorama nacional do desporto. À semelhança de outras práticas ditas tradicionais, este instituto refere que *“a importância do “Desporto de Natureza” releva-se em conformidade com os dois eixos do desenvolvimento do desporto nacional que são a generalização da prática desportiva para toda a população residente em Portugal e no desporto de competição / rendimento, constituindo-se ainda como uma atividade com valor económico no quadro do Turismo da Natureza”* [IPDJ: UC1-UC4]. O DN é visto por este instituto em três escopos distintos: Numa perspetiva competitiva, na perspetiva do desporto para todos e na perspetiva do turismo de natureza. O primeiro aspeto a ressaltar, prende-se com a unicidade destas práticas desportivas, cujo potencial como produto turístico é característico e reconhecido por este instituto. A resposta, curta e pragmática, permite-nos esperar um maior envolvimento deste instituto no desenvolvimento do DN sobretudo no que concerne a dois aspetos muito importantes e relacionados com o tema em estudo: a componente recreativa através da promoção destas práticas em meios naturais de excelência (como é o caso das AP) e ao nível da economia, prevendo-se maior envolvimento com os outros dois setores em estudo (turismo e ambiente). Este primeiro conjunto de dados, aparentemente simplista, é fundamental para desenvolvimento de uma estratégia de desenvolvimento integrada entre os vários setores que tem vindo a ser estudados.

De acordo com pressupostos da teoria de *stakeholders* apresentada por Gray (2004), a forma como potenciais *stakeholders* encaram e entendem o meio natural é um fator fundamental para o desenvolvimento de um processo participado que nele ocorra. Num campo como o turismo, por exemplo, onde se coloca a possibilidade de interesses económicos porem em causa a sustentabilidade ambiental, esta consideração é relevante no sentido em que permite compreender a posição das entidades que tutelam estes setores. A teoria de Gray (2004) sugere que esta dimensão intrínseca está adequada ao estudo de *stakeholders* de um nível inferior (entendam-se promotores de atividades num determinado território), no entanto, os dados obtidos permitiram-nos obter referências à forma como os inquiridos encaram as AP.

Em primeiro lugar, deve ser salientado que ambas as partes reconhecem a sensibilidade e importância do território protegido, denotando-se no seu discurso um tom prioritário face à conservação da natureza independentemente da atividade que dela faça uso [IPDJ: UC5,UC42; TP:UC19]. Em segundo, ambas as partes evidenciam os seus setores reconhecendo primeiramente as AP enquanto locais de excelência para o desenvolvimento turístico [TP: UC8] e para o desenvolvimento do DN [IPDJ:UC5]. Nesta consideração, o IPDJ tece considerações que vão de encontro aos princípios de desenvolvimento humano, e em sintonia com parte da revisão de literatura desenvolvida no capítulo 3 afirma que *“A natureza é, já por si, um espaço “natural” e por excelência para a prática desportiva considerando que os princípios do desenvolvimento humano e da adaptação ao meio (filogénese) estão associados ao desenvolvimento de competências em termos de sobrevivência, de autonomia e de maturidade.”* [IPDJ:UC5]. Por outro lado, evidencia-se aqui a importância para o desenvolvimento socioeconómico associado ao DN, e as AP são vistas como uma “plataforma de alavancagem” destas práticas e potenciadoras da criação de novos negócios que associam o DN às práticas turísticas [IPDJ: UC6,UC7]. Referência de alguns autores (Eagles, 2002; Font et al., 2004) defendem que alguns governos vêem o turismo em AP como uma importante ferramenta de desenvolvimento económico e ambas as perspetivas aqui evidenciadas relevam interesse na medida em que reconhecem a mais-valia e distinção destas áreas face à promoção de ambos os setores em estudo. Complementarmente, não descurem um elemento primordial: a conservação da natureza.

Considerada a visão dos inquiridos sobre as AP, revelou-se fundamental considerar a direção contrária, ou seja, a importância que a recreação e o turismo revelam nestes espaços (CC). Em ambos os casos a posição é de “Relevância” (subcategoria CC1) [UC14,UC21]. Posteriormente surgem considerações a dois níveis distintos (subcategorias CC2 e CC3, respetivamente). De acordo com o TP, um dos fatores que potenciou o desenvolvimento destas atividades nas AP foram “mudanças ideológicas” conforme transcrição parcial da UC 20 *“...até há alguns anos atrás havia um*

pouco aquela questão de, é uma área protegida os turistas ou não turistas [...] não podem entrar não devem entrar...O que acontecia é que muitas vezes as próprias populações locais não davam qualquer tipo de valor a aquilo que tinham ao pé de casa, já não falando propriamente até dos próprios turistas. De há alguns anos a esta parte, ...foi criada aqui...uma plataforma de entendimento entre a componente da preservação da natureza e a sua visitaçao do ponto de vista mais turístico....”

[TP: UC20]. Estas mudanças traduzem-se numa maior sensibilização para a importância da visitaçao nestes espaços. Como elemento contribuidor óbvio, poderíamos considerar a própria Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB) publicada em 2001, no entanto, dados analisados nos capítulos anteriores não nos remetem nem para a ênfase deste documento na visitaçao enquanto meio para a sensibilização (ver capítulo 5) nem para uma efetividade desta estratégia (B. Pinto, 2008). O aumento do fluxo turístico em Portugal, aliado a novos documentos estratégicos (e.g. PENT) e ainda a uma sociedade mais informada e sensibilizada para questões de conservação, poderão ter influenciado de forma positiva esta evolução, inclusive, as entidades governamentais responsáveis pela gestão da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

Relativamente à subcategoria CC3, analisámos os fatores de importância, ou seja, as razões pelas quais estas atividades são e podem continuar a ser relevantes nas AP. Surgem assim fatores provenientes da atividade turística e, provenientes das próprias AP. Isto quer dizer que, sobre um determinado ponto de vista (turístico), **i)** estas atividades são importantes nas AP porque as valorizam, dando a conhecer os valores naturais aos visitantes [TP:UC26], **ii)** porque existem mais de 400 agentes de animação turística (AAT) reconhecidos como turismo de natureza em Portugal o que vem revelar as oportunidades e a excelência destes espaços para a promoção do turismo e mostra que os próprios promotores o reconhecem [TP:UC25, 33], **iii)** porque podem gerar receitas para a conservação [TP:UC27], **iv)** porque o turista tem um novo perfil (mais informado e mais ecológico) e que procura cada vez mais o contato com a natureza e as áreas não massificadas [TP:UC32]. Numa perspetiva diferenciada, surgem dois fatores provenientes das AP, no que diz respeito à sua apetência para a interpretação da natureza [TP:UC13] e pela RNAP já possuir um conjunto de instalações e equipamentos que permitem desenvolver estas atividades [TP:UC12].

Esta visão mais geral, exposta pelo TP é caracterizada por um lado economicista na medida em que revela preocupação com a sustentabilidade da atividade turística no que diz respeito a fatores de qualidade e satisfação dos próprios visitantes, ou do universo dos principais promotores (privados) de atividades nestas áreas. Surge igualmente um dado importante e que reflete mais uma vez a sensibilidade destas instituições para a importância da preservação, que remete para a possibilidade de as próprias receitas geradas poderem contribuir para a conservação da natureza.

A última categoria analisada nesta dimensão vem especificar a importância do DN no escopo da recreação e do turismo nas AP (CD). Tal como para a anterior, é atribuída importância a estas atividades nestes espaços, embora com algumas condicionantes. O IPDJ reflete a preocupação com a sustentabilidade ambiental e a necessidade de harmonia entre a prática e o meio [IPDJ:UC42], o TP refere que a importância do DN, de um ponto de vista geral existe, mas que poderá variar em função da realidade de cada AP [TP:UC55]. Desta apreciação geral, são refletidas no discurso dos intervenientes fatores negativos (subcategoria CD2) e positivos (subcategoria CD3), sendo os segundos bastante superiores em termos quantitativos. Os principais aspetos negativos remetem mais uma vez para a **i)** necessidade de se avaliar cada uma das AP especificamente, no sentido em que nem todas poderão apresentar o potencial e até, as mesmas restrições de conservação [TP:UC56,57,67], **ii)** a ausência das Cartas de Desporto de Natureza (CDN) [TP:UC70,71,53], que vêm dificultar a organização do território no que diz respeito à sua apetência para o desenvolvimento desportivo e por último, mas relacionado com o fator anterior, a **iii)** definição daquilo que são realmente as atividades de DN [TP:UC52].

Assiste-se a uma valorização da CDN, instrumento de gestão do território de publicação obrigatória desde o ano de 1999 e cuja efetividade se verifica atualmente em apenas duas AP nacionais, no PNSAC e Parque Natural de Sintra-Cascais (PNSC). A ausência deste instrumento na generalidade da RNAP, constatada no capítulo anterior, é aqui reforçada e evidência a sua importância no desenvolvimento do DN. O último fator referido (iii) merece igualmente atenção. No decorrer do discurso, por várias vezes, o TP revelou alguma confusão no que diz respeito à diferença entre os conceitos de Turismo de Natureza e Desporto de Natureza. Embora legislação anterior possa realmente influenciar esta dificuldade de distinção (Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro e Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto) e considerando ainda o maior desenvolvimento verificado ao nível do turismo de natureza nos últimos anos, consideramos que a distinção entre os termos é clara e não deve ser influenciada por visões sectoriais. O turismo consiste numa atividade económica que implica uma movimentação no espaço e no tempo (de acordo com a definição prevista na Lei). O DN por sua vez possui igualmente definição própria. A confusão surge, porque na legislação derivante do Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN), o DN foi considerado uma das modalidades de animação ambiental, consistindo a última num produto do turismo de natureza. Contudo é importante considerar que nem todas as práticas desportivas (e não só) desenvolvidas em AP acontecem num âmbito turístico (como são o caso das atividades de lazer, educação ou formação). Por isso mesmo, não fará qualquer sentido que o DN seja sempre entendido como “turismo de natureza” visto que não envolve sempre pessoas deslocadas da sua residência habitual (movimentação no espaço presente no conceito de turismo) por um espaço de tempo superior a 24h

(dimensão temporal presente no conceito de turismo). Por isso mesmo, o DN deve ser encarado enquanto atividade desportiva por si, enquanto prática de lazer e enquanto produto turístico, este último que, aí sim, poderá ser enquadrado no conceito de turismo de natureza.

No que diz respeito aos outros fatores (subcategorias CD3), verificamos aspetos muito positivos, nomeadamente: **i)** Pode aproximar as comunidades locais através das práticas desportivas [IPDJ:UC79], **ii)** Aumento das oportunidades de atividade físicas nas comunidades [IPDJ: UC72], **iii)** Aumento das oportunidades de trabalho no setor do desporto [IPDJ: UC73,75], **iv)** Contribuem para a sustentabilidade das AP [IPDJ:UC82,88;TP:UC84], **v)** contribui para o desenvolvimento de outros agentes (e.g. restauração e alojamento) [IPDJ:UC95; TP:UC85], **vi)** desenvolvimento económico local e regional [IPDJ:UC98,97,100; TP:UC99], **vii)** podem originar uma oferta turística de valor acrescentado [IPDJ:UC91-93], **viii)** possibilita uma forma única de usufruto das regiões pelos turistas [TP: UC58] e **ix)** porque possui produtos específicos (e.g. *birdwatching*) com elevado potencial [TP:UC51].

Quatro grandes dimensões destes benefícios são aqui evidenciadas: por um lado a valorização social da prática desportiva junto das populações rurais, posição essencialmente assumida pela IPDJ; por outro, a sua função económica para o desenvolvimento e melhoria do produto turístico (IPDJ e TP); Verifica-se ainda o seu contributo para a sustentabilidade ambiental da AP (IPDJ e TP) e, por último, a sua contribuição para a experiência turística (TP), reforçando a nossa posição inicial (capítulo 1) acerca das teorias da conceção da experiência recreativa e da gestão de atributos.

Esta dimensão teve como objetivo estabelecer o quadro de base no que diz respeito à forma como os institutos públicos vêem o subsector em estudo e a importância que lhe atribuem. Ao compreender esta visão, estabelecemos os pilares para a consideração de uma visão estratégica para o desenvolvimento. De forma conclusiva, verificamos elementos concordantes entre ambos os institutos no que diz respeito à importância da recreação e do turismo nas AP e mais especificamente, à importância do DN dentro do escopo destes setores. É positivo observar que não se revelam visões opostas ou contraditórias, mas sim, complementares. O IPDJ dá ênfase à importância social das práticas desportivas, o TP a questões relacionadas com a qualidade do produto turístico e a sua influência na conceção da experiência dos visitantes. Ambos revelam o interesse socioeconómico destas atividades, assim como, revelam uma preocupação importantíssima face a aspetos da conservação da natureza.

Os aspetos negativos salientados remetem para a reduzida publicação de CDN a nível nacional, a necessidade de se avaliar cada uma das AP especificamente e consequentemente as consequências

menos positivas que estes fatores podem exercer na gestão e proliferação destas atividades. A recreação e o turismo nas AP são assim vistos como “alavancas” para o desenvolvimento das AP.

3.2. Dimensão II: Condições e estratégias para o desenvolvimento

À semelhança da dimensão anterior, apresentamos de seguida a figura 32 que representa o sistema de categorias utilizado. Devido à grande dimensão horizontal da figura, esta é seguidamente apresentada numa configuração diferente (vertical).

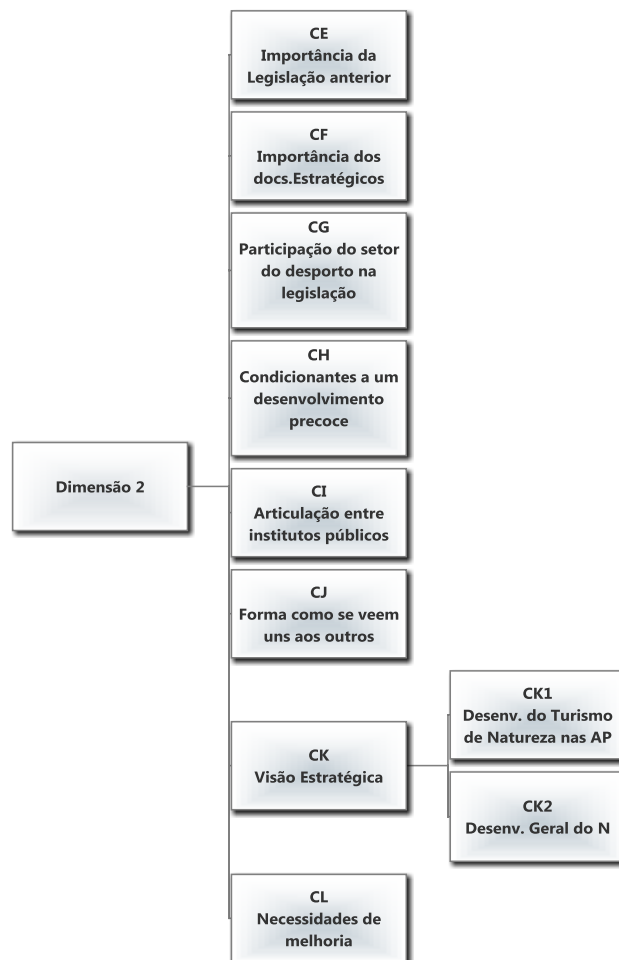


Figura 32. Sistema categorial da Dimensão II: Condições e estratégias para o desenvolvimento

O sistema categorial apresentado teve como objetivo geral compreender as condicionantes ao desenvolvimento deste subsector ao longo do tempo fazendo alusão aos efeitos da legislação produzida no passado. Posteriormente, visa compreender a existência de articulação entre os vários institutos, assim como, a forma como estes se encaram mutuamente. Por último, tentou-se compreender a existência de uma visão estratégica para o desenvolvimento do subsector, tendo em conta algumas necessidades de melhoria.

Na categoria CE e em acordo com os capítulos anteriores, tentamos perceber, na perspetiva destes institutos, a influência (positiva ou negativa) que a legislação provocou no desenvolvimento do D,R&T nas AP nacionais. Quando nos referimos a “Legislação”, focamo-nos essencialmente na publicação do Plano Nacional de Turismo de Natureza (PNTN, através da RCM nº112/98 de 25 de Agosto) e dos documentos legais que o procederam e já referidos em capítulos anteriores (Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro e Decreto Regulamentar nº 18/99 de 27 de Agosto). Neste campo, a posição do TP reflete dois fatores positivos que emergem do surgimento destes documentos legais. De determinada forma, o surgimento desta legislação veio chamar a atenção para a importância do turismo de natureza nas AP [TP:UC106,104], um produto até então (finais dos anos 1990) algo desconhecido no panorama nacional entre entidades públicas e privadas. Para além disso, veio potenciar uma relação mais formal e profícua entre o ICNF e o TP [TP:UC105].

Por sua vez, também os planos e enquadramento estratégicos relacionados com o turismo e desenvolvidos na primeira década do novo milénio (e.g. PENT) (análise da categoria CF) tiveram um papel relevante. Nas respostas, encontramos referências aos **Enquadramentos Estratégicos para o Turismo de Natureza**, desenvolvidos em 2001 pelas diferentes AP nacionais e que, de acordo com o TP permitiram diferenciar as potencialidades e mais-valias existentes em cada AP [TP:UC113]; **O Plano de Visitação da RNAP**, no sentido em que representou, da parte do ICNF “...uma conjugação de esforços e de interesses na lógica da preservação da natureza e da sua visitação do ponto de vista turístico...” [TP:UC110,111] e por fim, uma importante referência ao **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)** desenvolvido em 2006/2007, no sentido em que deu enorme visibilidade ao turismo de natureza como é facilmente visível na expressão do TP “ [Referindo-se ao PENT]... só o facto da visibilidade que o produto passou a ter pelo simples facto de ser considerado como um dos 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento de Portugal enquanto destino turístico foi enorme. Algumas regiões que nunca o tinham trabalhado passaram a reclamar pelo mesmo não ser considerado estratégico para a sua região.” [TP:UC112].

O IPDJ apresenta-se distante deste discurso. Face à questão relacionada com a participação do IPDJ no desenvolvimento de legislação associado ao subsector em estudo, é referida a participação no desenvolvimento de diversos documentos legais [IPDJ:UC118] mas face às questões que originam a categoria anterior, refere o seguinte “*Preferimos, antes, dizer que o IPDJ, I.P. tem vindo a intervir corrigindo erros do passado, melhorando as políticas e as medidas como tem sido no âmbito do “Desporto e o Mar”, na economia do desporto com a “Conta Satélite”, na promoção do desporto para todos, com a generalização da prática desportiva, com o alargamento da atividade física e do desporto no primeiro Ciclo do Ensino Básico, no combate a obesidade e a inatividade, promovendo os estilos de vida saudável, etc.*”[IPDJ:UC119].

Se por um lado este instituto revela efetiva participação na legislação criada no passado, por outro e quando se questiona a importância de documentos estratégicos a resposta não é clara e é aparentemente influenciada pela identificação de algumas necessidades de melhoria face à promoção, gestão e coordenação integradas de novos projetos, ou seja, sugere necessidade de maior articulação com outras entidades [IPDJ:UC240]. A estratégia deste instituto tem sido direcionada noutro sentido, algo perfeitamente compreensível dada a sua missão. Contudo, tendo em conta a relevância do turismo de natureza e o papel do DN neste produto turístico, parece-nos uma falha a ausência deste na elaboração de planos e enquadramentos estratégicos que envolvam o DN. Evidenciam-se assim, de acordo com dados obtidos nos capítulos 4 e 5, sinais de uma desarticulação ou ausência do IPDJ na formulação de elementos estratégicos.

No decorrer do discurso, foi-nos permitido obter uma importante referência relacionada com fatores que condicionaram um desenvolvimento mais precoce deste subsector no território nacional (categoria CH). Apesar da perspetiva positiva do TP face ao surgimento de legislação no final dos anos 1990 (referimo-nos mais uma vez e em especial ao PNTN e legislação que o sucedeu), este instituto refere que nem o (na altura) Instituto de Conservação da Natureza, nem os próprios privados, estavam devidamente preparados para esta legislação, aspeto este revelado por uma transcrição parcial da UC120 “...talvez pagando o preço dessa inovação como lhe disse há pouco nem os agentes privados que desenvolvem atividades nesta área nem alguns agentes públicos estariam completamente capacitados ou não viram para o que poderia ser o desenvolvimento que essa legislação poderia dar à atividade...”[TP:UC120].

Isto significa, confirmando mais uma vez o que foi discorrido no capítulo anterior, que o turismo de natureza é um setor recente na realidade nacional, em especial, no seio de um organismo, o ICNF, cuja principal missão era e é a conservação da natureza e da biodiversidade. De alguma forma, acompanhando tendências mundiais da procura turística, Portugal criou um plano que visava o desenvolvimento deste setor na RNAP, mas contrariamente, a carência de *Know-how* referido no PENT em 2006 no que diz respeito a processos de gestão deste setor eram ainda maiores nos finais dos anos 1990.

As categorias CI e CJ refletem dados sobre a articulação entre institutos públicos (CI) e a forma como estes se encaram mutuamente (CJ)¹³. O TP, de forma um pouco mais clara que o seu par refere que a relação entre o TP e o ICNF vem de um “...“casamento” entre conservação da natureza e turismo que nem sempre foi perfeito” [TP:UC126], mas que tem vindo a melhorar e a ser aprofundada

¹³ Aspeto incidente na teoria de Gray (2004).

[TP:UC127,128]. Refere ainda o desenvolvimento conjunto de algumas ações (referindo o Plano de Visitação da RNAP) com vista ao desenvolvimento do turismo de natureza [TP:UC122] e o trabalho conjunto entre o ICNF, o TP e as entidades regionais de turismo no sentido de “alterar mentalidades” e posteriormente de desenvolver projetos que permitam a visitação turística nas AP [TP:UC121].

Já na sua relação com o setor desportivo, surge uma afirmação que contradiz com a posição anteriormente apresentada pelo IPDJ e que refere que *“Em relação ao desporto ela não é ainda tão efetiva por uma razão simples, embora existam atividades desportivas passíveis de serem realizadas em AP’s, as mesmas são feitas não numa componente de competição desportiva, mas sim numa perspetiva lúdica/turística”* [UC120]. A posição do TP remete para uma visão do IPDJ fortemente focada no desporto competitivo e desconectada do lazer e do turismo. De certa forma, evidencia sinais do desconhecimento da própria natureza concetual destas práticas (referidas na análise da dimensão 1, categoria CD). De outro prisma, incide sobre a realidade por nós referenciada nos dois capítulos anteriores e que consiste num aparente fraco investimento do setor desportivo nas práticas de lazer durante muitos anos e, em especial, o de contato com a natureza. Por isso, esta visão do TP sobre o IPDJ não é verdadeira nem falsa, mas no nosso entender algo distorcida de uma realidade que em parte foi criada pelo próprio setor desportivo em Portugal.

O IPDJ, mais uma vez, refugia-se numa resposta pouca direta, e referindo-se à articulação entre institutos assume que *“Esta área de intervenção deverá ser encarada como área estratégica para poder alavancar o desenvolvimento do turismo de natureza em Portugal.”* [IPDJ:UC125]. A expressão sugere a necessidade de maior e melhor articulação entre institutos, revelando vontade do IPDJ para a cooperação, mas ao mesmo tempo, sinais de um passado pouco profícuo a este nível.

Tendo em conta a categoria CJ e as evidências de como os *stakeholders* se veem uns aos outros, o TP tece considerações em dois sentidos: no sentido do ICNF, tecendo elogios pelo seu trabalho tendo em conta que a gestão das AP não é facilitada [TP:UC131] e pela sua intervenção junto das entidades regionais de turismo [TP:UC123]; no sentido dos Agentes de Animação Turística, elogiando-os igualmente e referindo que estes (os que possuem reconhecimento de Turismo de Natureza) funcionam como verdadeiros “agentes da sustentabilidade” e “vigilantes da natureza” através das atividades organizadas e da componente interpretativa das atividades que organizam e que poderão ter efeitos sobre a consciência dos seus clientes e sobre a divulgação dos próprios valores naturais que as AP encerram [TP:UC132,133].

Nas categorias CK e CL, codificamos algumas assunções referentes à visão estratégica para este subsetor (CK) e, conseqüentemente, algumas necessidades gerais de melhoria (CL). No que diz

respeito à visão estratégica, os dados levaram à criação de duas subcategorias, nomeadamente a CK1: Desenvolvimento do Desporto, Recreação e Turismo de Natureza nas AP e CK2: Desenvolvimento geral do DN.

Para a primeira, o IPDJ assume a relevância do desenvolvimento do DN em especial dentro das AP, refletindo-se numa preocupação “...até mesmo nas relações de cooperação europeia, internacional e regional”[IPDJ:UC139]. A apreciação do TP, face à existência de uma estratégia é um pouco mais hesitante e ao ser questionado neste sentido refere ser uma “...questão que não é muito fácil de responder” [TP:UC142]. Contudo acrescenta, que existe uma estratégia [TP:UC143] e que esta se caracteriza pela dependência do ICNF, no sentido em que é este que gere o território e a principal fonte de iniciativas ao desenvolvimento [TP:UC146] e que existe, em termos globais, não se caracterizando no entanto por ações concretas já que são da iniciativa primária de quem gere o território [TP:UC147].

De forma positiva, revelam-se algumas ações concretas e o IPDJ refere no seguimento da UC139 (parágrafo anterior) projetos previstos no âmbito da EUROREGIÃO ACE – Alentejo, Centro e Estremadura [IPDJ:UC149] e o TP refere a importância dos sistemas de apoio financeiro no delineamento daquilo que é estratégico [TP:UC144,145] e o lançamento próximo de uma marca pelo ICNF que visa a valorização das AP, dos seus valores e das suas populações [TP:UC141].

Considerando a visão para o desenvolvimento geral do DN (subcategoria CK2), o IPDJ refere que “Contudo e considerando a necessidade de equidade no apoio ao associativismo desportivo, este setor da atividade física e do desporto deverá ser apoiado dados os benefícios que encerra, quer diretos no aumento da participação desportiva da população, quer indiretos sobre o turismo em particular.” [IPDJ:UC165], revelando a necessidade de investimento neste setor e a intenção futura de maior investimento. Esta dimensão termina com a identificação de necessidades gerais de melhoria (CL), sendo estas referidas por ambos os institutos a quatro níveis diferenciados: **i)** Ao nível da criação de uma rede que “...permita promover, gerir, coordenar e operacionalizar novos projetos que potenciem o desenvolvimento local e regional utilizando como meio o desporto de natureza.”[IPDJ:UC240] evidenciando novamente a já identificada necessidade de melhor coordenação; **ii)** a existência de dados estatísticos que permitam aferir de forma mais assertiva, os dados da visitação e consequentemente o contributo para a economia [TP:UC242]; **iii)** as melhorias das condições de acolhimento e visitação nas AP [TP:UC244] e **iv)** melhorias no produto desportivo (turístico) nas AP [TP:246].

De forma conclusiva podemos perceber que a legislação permitiu chamar a atenção do País para o turismo nas AP, contudo surgiu sem o mesmo estar propriamente preparado. Isto resultou numa condicionante ao desenvolvimento traduzida sob a falta de conhecimentos específicos neste campo.

Os enquadramentos estratégicos desenvolvidos revelam a vontade do ICNF em acompanhar esta nova tendência turística, revelando igualmente sinais de articulação e trabalho conjunto com o TP. Por sua vez o IPDJ participa na elaboração de documentos legais mas está ausente da elaboração de estratégias relacionadas com as AP e com o turismo. A missão do IPDJ é outra e as direções estratégicas seguem nesse sentido.

A relação entre o turismo e a conservação da natureza nem sempre foi profícua, revelando no entanto bastante sinais de melhoria. O TP possui uma visão algo distorcida do IPDJ, eventualmente criada pelo desconhecimento do próprio conceito desportivo e pelas políticas desportivas desenvolvidas em Portugal. Já o IPDJ sugere fraca interligação com os outros dois institutos, revelando no entanto interesse na melhoria da comunicação e coordenação entre setores. Revela-se o interesse estratégico no desenvolvimento deste subsetor. Por um lado um maior investimento na generalidade do DN no País (Pelo IPDJ), por outro lado na inclusão deste produto nas AP (Pelo TP). O arranque deste desenvolvimento revela-se muito dependente da própria vontade do ICNF. Exposta esta posição são identificadas necessidades: Maior coordenação/articulação, mais dados estatísticos, melhorias nas condições de acolhimento das AP e melhorias no produto desportivo.

É ainda interessante observar aquilo a que denominamos de “Problemática de missões”. O ICNF tem como missão a conservação da natureza. O IPDJ tem como missão a promoção do desporto para todos e a generalização da prática desportiva. O TP tem como missão o reforço da atividade turística como uma das economias portuguesas. Aparentemente, estas “missões” (vistas de forma isolada e sectorial) tem vindo a condicionar o desenvolvimento.

A sociedade é dinâmica e as novas tendências sociais alteram-se de forma mais rápida do que nunca, muito em parte devidos aos fenómenos de globalização. Isto leva a crer que existe a necessidade destas instituições se adaptarem a estas alterações. Isto não implica a alteração da missão que as fundou, mas sim, abertura para o diálogo e um maior investimento num trabalho cooperativo e multidisciplinar que permita gerar soluções para estas mesmas (novas) dinâmicas sociais. O turismo de natureza em Portugal ainda é uma realidade recente (cerca de 16 anos, a partir da publicação do PNTN) e a consideração da atividade desportiva de natureza dentro deste escopo ainda mais. Mas se considerarmos o modelo de análise desta fase *meso*, percebemos claramente que o funcionamento do subsetor em estudo dependerá de uma articulação entre os institutos públicos envolvidos e uma complementaridade de competências e funções.

3.3. Dimensão III: Gestão e promoção do D,R&T nas AP

Nesta dimensão tivemos como objetivo aferir informações relacionadas com as condições atuais de gestão e promoção do D,R&T nas AP, assim como, as perspectivas acerca da criação de um processo específico de gestão para as atividades DN. Na figura 33 apresentamos o sistema de categorias correspondente.

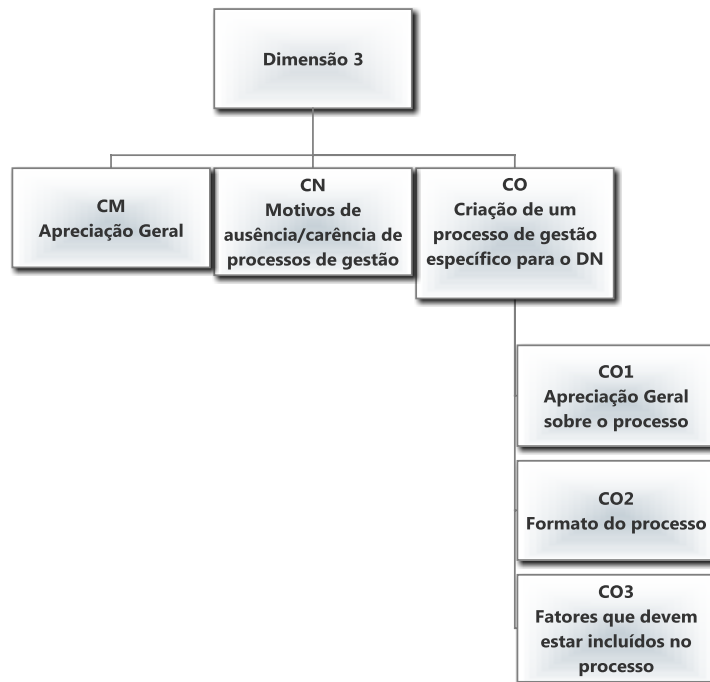


Figura 33. Sistema categorial da Dimensão III: Gestão e promoção do D,R&T nas AP

Para a primeira categoria do sistema (CM), considerou-se relevante obter uma apreciação geral da efetividade da gestão das práticas desportivas, dentro do escopo da recreação e do turismo nas AP. As opiniões convergem mas num sentido menos positivo, contudo, é de realçar que ambos os inquiridos são cuidadosos ao manifestar a sua opinião. Isto significa que ambos valorizam o trabalho desenvolvido pelo ICNF, manifestando e justificando, no entanto, uma opinião menos favorável acerca destes processos. Primeiramente, o IPDJ justifica que *“Apesar do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, poderá ser realizado um esforço adicional de coordenação no sentido da gestão destas áreas poderem incluir o desporto de natureza na sua agenda de prioridades dados os benefícios que podem trazer e que foram anteriormente referidos.”* [IPDJ:UC167]. Esta afirmação vai de encontro a algumas assunções anteriormente estabelecidas pelo TP, no que dizia respeito ao escasso desenvolvimento das CDN no País (Ver as UC’s TP:UC70,71,53) e necessidades de melhoria no produto turístico que envolve o desporto (Ver a UC TP:246). O TP assume, de forma semelhante ao IPDJ, uma posição de alguma dúvida, assumindo que talvez esta gestão não tem vindo a ser devidamente executada [TP:UC169].

A opinião do TP é devidamente justificada na análise da categoria CN onde surgem diferentes fatores que vem condicionar as carências identificadas face à gestão do DN nas AP, sendo os seguintes: **i)** As AP não são limitadas fisicamente o que dificulta o controlo da visitação e consequente monitorização [TP:UC187]; **ii)** Existe carência de recursos humanos e financeiros para dar resposta a todas as solicitações [TP:UC174]; **iii)** Existe dificuldade em dar resposta a uma provável vasta gama de solicitações [TP:UC173]; **iv)** A função primordial do ICNF é a conservação da natureza [TP:UC170,175]; **v)** O turismo de natureza é uma realidade recente, sobretudo para quem tem como missão de base a conservação da natureza [TP:UC171]; **vi)** Os Planos de Ordenamento das AP não serão com certeza capazes de dar resposta a todas as situações que vão surgindo [TP:UC172].

Verificam-se assim uma série de constrangimentos, que vem confirmar parte de assunções tomadas nos capítulos anteriores. A diminuição de recursos humanos e financeiros que se verificou a partir de inícios da década de 2000 (Pinto,2008), assim como um setor recente na realidade portuguesa como é o turismo de natureza, vem condicionar os processos de gestão destas atividades.

Face à possibilidade de criação de um processo de gestão específico para as atividades de DN (categoria CO) foi possível compreender a apreciação geral dos inquiridos (CO1), opiniões acerca das características/formato deste processo (CO2) e de alguns fatores que devem ser considerados na sua execução (CO3). Face à possibilidade representada na subcategoria CO1, a apreciação é positiva entre ambos os inquiridos [TP: UC176; IDPJ: UC249], justificando (o TP) que este processo é importante *“para que primeiro seja claro o que se pode e o que não se pode fazer em cada AP, onde quando e com que número de participantes. Em segundo para que possam surgir estruturas, publicas ou privadas, ou em parceria que permitam criar essa oferta de serviços”* [TP:UC177].

No que diz respeito às características ou formato deste processo (subcategoria CO2), as opiniões, construtivas, dividem-se e complementam-se entre ambos os inquiridos: O IPDJ defende a multidisciplinidade e através do discurso reforça a sua preocupação com a proteção do meio ambiente: *“A melhor forma de promover e de desenvolver deverá ser através de uma rede de especialistas multidisciplinares que melhor saibam como proporcionar a relação do Homem com o seu Meio, através do desporto, mas preservando quer a espécie humana quer o meio ambiente”* [IPDJ:UC216] e reforça ainda com a importância de se considerarem as federações desportivas no processo [IPDJ: UC217].

O TP acrescenta, em consonância com posições já defendidas anteriormente, que este modelo deve possuir traços gerais, comuns a todas as AP [TP:UC220] mas que posteriormente, e em especial devido às características das atividades desportivas, deverá ser específico por cada AP em função

das suas próprias apetências [TP:UC209] e em consonância com a publicação das CDN [TP:UC219]. Por último, refere que seria desnecessária a criação de mais um organismo autónomo e que o próprio ICNF poderia ser capaz de coordenar este processo [TP:UC210].

Por fim, foram apontados alguns fatores que devem constar deste modelo (subcategoria CO3). O IPDJ defende o auxílio de outros instrumentos, como a Carta Desportiva Nacional e publicação de boas práticas [IPDJ:UC229]. O TP tece por sua vez um conjunto um pouco mais vasto de considerações gerais, referindo a importância de este **i)** respeitar os princípios da sustentabilidade, **ii)** ser economicamente viável, **iii)** envolver a populações locais e **iv)** carecer de uma metodologia estandardizada de definição de instalações desportivas [TP:UC211-214, respetivamente].

As tendências nos resultados desta dimensão são análogos aos anteriormente obtidos no sentido em que, uma opinião menos positiva dos processos de gestão é acompanhada de um reconhecimento do trabalho do ICNF e consequentemente, da identificação de alguns problemas, características e fatores que devem estar associadas à gestão do D,R&T. Os aspetos mais importantes resumem-se nos pontos seguintes: existe uma opinião favorável à existência de processos de gestão específicos para o DN no escopo da recreação e do turismo em AP. A opinião face ao trabalho que tem sido desenvolvido neste sentido é menos positiva, no entanto identificam-se motivos relacionados com a carência de recursos humanos e financeiros, as características do próprio território, a missão do ICNF e a realidade recente que é o turismo de natureza em Portugal.

Este processo, a acontecer, deverá ter um carácter multidisciplinar ter traços gerais a todas as AP mas aspetos específicos em função das suas características. Deve ser acompanhado da publicação de CDN e o ICNF deverá coordenar este processo. Deverá ainda constar de alguns elementos específicos, nomeadamente: O auxílio de outros instrumentos do setor desportivo (e.g. Carta Desportiva Nacional), respeitar os princípios da sustentabilidade, envolver as populações locais e possuir uma metodologia estandardizada de definição de instalações desportivas.

3.4. Dimensão IV: Desenvolvimento de um PGP

A última dimensão visa recolher as opiniões dos inquiridos face à opção por um processo de gestão participativo (PGP) destas práticas. A figura 34 reflete o sistema categorial.

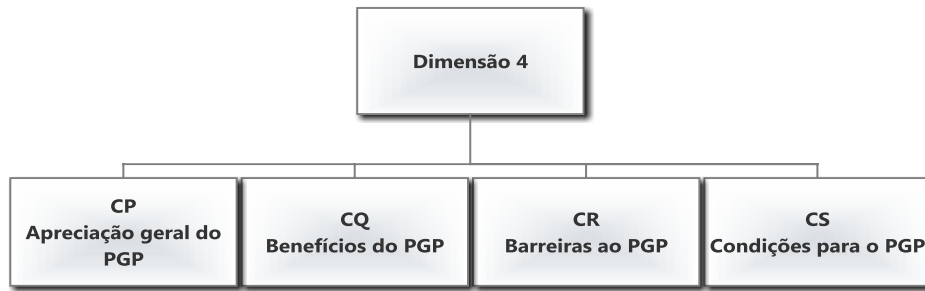


Figura 34. Sistema categorial da Dimensão IV: Desenvolvimento de um PGP

O sistema categorial segue as orientações da teoria de *stakeholders* apresentadas no capítulo 9 (Fase *micro*) e divide-se em quatro categorias. Na primeira (CP), conseguimos perceber a adequabilidade deste processo em ambas os pontos de vista [IPDJ: UC248; TP:UC250], em especial o TP que nesta mesma UC refere que “...nem outra forma fará sentido”. Associada a esta adequabilidade são apresentados potenciais benefícios da realização de um PGP (categoria CQ), nomeadamente: i) benefícios para as entidades envolvidas no processo [TP:UC253] e a melhoria da comunicação entre as populações locais e o ICNF [TP:UC252].

Apesar destas considerações, identifica-se uma barreira (categoria CR) que se prende com a atual orgânica do ICNF e a forma como está organizado [TP: UC251] e uma condição (categoria CS), traduzida na seguinte expressão: “A Estrutura deve possuir capacidade de gestão/decisão no sentido de tomar medidas concretas referentes a problemas concretos da área protegida onde esta inserida. Não quero com isto dizer que se deve sobrepor a planos de ordenamento da própria área mas sim que permita dar resposta as inúmeras situações que surgem no dia-a-dia...” [TP:UC254].

A análise desta dimensão, menor que as anteriores pressupõe a adequabilidade desta opção para a gestão do D,R&T e na realidade, surge no alinhamento de opiniões e pontos de vista determinados anteriormente. Faz sobressair igualmente, uma característica aparente da relação entre o ICNF e as populações residentes nas AP, caracterizada por uma comunicação reduzida.

4. Conclusões

Este primeiro conjunto de resultados, derivantes da consulta a dois dos três institutos envolvidos no subsector em estudo, pode por um lado parecer simplista dado o reduzido campo de estudo. Contudo é importante compreendermos que uma boa governança deve ocorrer inicialmente a um nível superior, antes de se esperar que ocorra a níveis mais baixos (e.g. numa AP específica) (Eagles, 2009) e, simultaneamente, não se podem esperar bons resultados num determinado caso/setor, se a um nível superior se observam problemas (Eagles, 2009).

Por fatores que não pudemos controlar, foi-nos possível obter apenas duas visões, ficando o modelo inicial incompleto e desta forma, cria-se uma limitação que impede uma visão integral do subsetor em estudo. Contudo, os resultados aqui obtidos devem ser valorizados já que tratam as duas instituições que podem, no nosso entender, ser o motor de influência de novas ideologias e consequentes parcerias com o ICNF. Assim sendo e tendo em conta os objetivos específicos inicialmente estipulados podemos concluir que, relativamente ao objetivo específico 3,

Obj.Esp.3 (Parcial): Conhecer a evolução do subsetor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as políticas de desenvolvimento.

Quer o desenvolvimento da generalidade das atividades recreativas e turísticas, quer o DN em particular, em AP, são vistas como fontes de benefícios, no sentido em que vão de encontro ao perfil do novo turista, permitem a difusão de valores ambientais, contribuem para um aumento das oportunidades de práticas desportivas nas populações, podem aproximar as comunidades e têm um forte potencial económico se associadas ao produto turístico. Derivante desta perceção anterior, reconhece-se que o D,R&T nas AP é um subsetor relevante, possuidor de um sentido estratégico em ambos os institutos e que merece atenção e investimento no futuro;

“Futuro” é a expressão correta, tendo em conta que o passado tem sido caracterizado por alguma falta de articulação entre os três institutos envolvidos, em especial o IPDJ que se manteve um pouco afastado da documentação estratégica que foi desenvolvida na primeira década de 2000. Felizmente, esta inferência é acompanhada de uma vontade em evoluir, em melhorar a coordenação e o diálogo e sempre com o respeito e o reconhecimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelo ICNF;

A legislação associada ao turismo de natureza no território da RNAP surgiu de forma precoce e não antecipada. Se por um lado isto se evidenciou um problema, por outro chamou a atenção do País para uma nova realidade e um conjunto de possibilidades socioeconómicas;

A conclusão anterior levou a que hoje se verifique uma falta de *know-how* no que diz respeito ao desenvolvimento deste subsetor, verificando-se uma quase ausência de processos de gestão para além das CDN;

Assim, pelas suas características, o DN pode e deve ser alvo de atenção específica ao nível da gestão das AP sem descurar alguns problemas do passado e algumas necessidades e condições para o futuro.

No que diz respeito ao objetivo específico 5¹⁴:

Obj.Esp.5 (Parcial): Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC.

O IPDJ e o TP têm, maioritariamente, opiniões convergentes. Isto quer dizer que não têm de ser exatamente as mesmas, mas encaminham-se num sentido semelhante e complementam-se [C_05_1] Cada um destes institutos olha para as AP como locais de excelência para o cumprimento das suas missões [C_05_2], ressaltando-se no entanto dois aspetos comuns: O respeito e a consciência de que a conservação da natureza deve ser um aspeto primordial [C_05_3]; O reconhecimento do potencial socioeconómico que pode advir do desenvolvimento do D,R&T nas AP [C_05_4];

Revelam vontade de maior articulação entre setores e demonstram disponibilidade para a participação neste processo [C_05_5]; A visão do TP sobre a missão do IPDJ, revela-se algo distorcida da realidade [C_05_6]; O IPDJ revela-se mais ausente de toda a evolução e estado atual do subsetor, sugerindo algum desconhecimento desta realidade [C_05_7]; A relação entre o turismo e a conservação da natureza nem sempre foi profícua, revelando no entanto bastantes sinais de melhoria [C_05_8]; O IPDJ revela interesse na melhoria da comunicação e coordenação entre setores [C_05_9].

Relativamente ao objetivo específico 7:

Obj.Esp.7 (Parcial): Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo.

A ausência da publicação de CDN na generalidade da RNAP [C_07_1], uma entrada “repentina” e pouco antecipada do turismo de natureza na realidade nacional [C_07_2], alguma desarticulação entre estas entidades [C_07_3] e a ausência de dados estatísticos que permitam “quantificar” o D,R&T nas AP [C_07_4] são os principais fatores que se evidenciam como problemas e ao mesmo tempo entraves a um desenvolvimento mais precoce deste subsetor;

A necessidade de avaliar especificamente as AP [C_07_5], a publicação de mais CDN [C_07_6], a melhor coordenação entre institutos [C_07_7], a melhor comunicação entre o ICNF e as populações locais [C_07_8], a participação ativa das comunidades locais e das entidades que promovem estes

¹⁴ As conclusões deste objetivo e dos seguintes têm associados códigos que visam possibilitar o tratamento sistemático na triangulação efetuada na fase micro. Não tem qualquer valor interpretativo para esta fase da investigação e visa apenas a não repetição de informação *a posteriori*.

serviços [C_07_9], necessidades de melhoria no produto desportivo [C_07_10] e o respeito pelos princípios da sustentabilidade [C_07_11] são fatores basais para que este processo possa vir a ocorrer.

No que concerne ao objetivo específico 8:

Obj.Esp.8 (Parcial): Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo.

Ambos os institutos públicos olham para a participação como a melhor forma de encarar a gestão do D,R&T, sendo que, só assim, se contribui para os ideais de sustentabilidade [C_08_1]. Neste sentido atribuem importância a um processo de gestão específico para o D,R&T revelando vontade de maior envolvimento e articulação no futuro [C_08_2];

O TP sugere que a estrutura de gestão para suportar este processo deve ser providenciada pelo próprio INCF, evitando-se a criação de novos organismos, deve possuir características transversais às várias AP, mas ter em conta as suas especificidades. O IPDJ acrescenta a importância da multidisciplinaridade [C_08_3]

Finalmente cabe-nos ainda salientar dois aspetos. Quer a visão estratégica, quer a vontade de investimento no futuro são evidenciadas, embora sem a enunciação de ações concretas. Não obstante, parece-nos que um passado menos profícuo é neste momento contraposto com a vontade em investir no D,R&T nas AP.

5. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Baldin, E., Deadman, P., & Eagles, P. (2003). *Visitor Statistics for Conservation Authorities in Ontario: Current Status and Methods*. University of Waterloo, Waterloo, Ontario, Canada,.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bramwell, B. (2011). Governance, the state and sustainable tourism: a political economy approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 459-477.
- BusinessDictionary. (2013). Management, 2013
- Eagles, P. (2002). Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management1. *Journal of Sustainable Tourism* 10(2), 132-153. doi: 10.1080/09669580208667158
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 231-248. doi: 10.1080/09669580802495725
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Edições Monitor - Projectos e edições lda.
- Font, X., Cochrane, J., & Tapper, R. (2004). *Tourism for protected area financing: understanding tourism revenues for effective management plans*. Leeds, UK: Leeds Metropolitan University.
- Graci, S. (2013). Collaboration and Partnership Development for Sustainable Tourism. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 15(1), 25-42.
- Graham, J., Amos, B., & Plumptre, T. (2003). *Governance principles for protected areas in the 21st century*. Ottawa, Ontario: Institute on Governance.

- Gray, B. (2004). Strong Opposition: Frame-Based Resistance to Collaboration. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(14), 166-176. doi: 10.1002/casp.773
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo,Lda.
- Kirk, J., & Miller, M. (1986). *Reliability and validity in qualitative research*. Beverly Hills: Sage.
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Roberts, S. (2011). An exploratory analysis of factors mediating community participation outcomes in tourism. *Community Development*, 42(3), 377-391.
- Sautter, E., & Leisen, B. (1999). Managing Stakeholders: A Tourism Planning Model. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 312-328.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semidirigida. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 279-301). Lisboa: Lusociência.
- Siedentop, D. (1991). *Developing Teaching Skills in Physical Education* (3rd ed.): Mayfield Publishing Company.

Legislação consultada

- Diário da Republica (1999). Decreto-Lei 47/99 de 16 de Fevereiro: Estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza.
- Diário da República (1999). Decreto Regulamentar 18/99 de 27 de Agosto: Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental.
- Diário da República (1998). Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto: Cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).

Capítulo 7. Triangulação da fase *meso*

1. Introdução

Como referido no enquadramento metodológico, recorreremos a uma interpretação complementar dos dados obtidos mediante dois processos: triangulação confirmatória dada a coocorrência de objetivos entre os vários capítulos presentes nesta fase *meso* e triangulação inferencial que permita a complementaridade dos dados obtidos na formulação da fase de investigação seguinte. De seguida, apresentam-se os objetivos que caracterizaram esta fase *Meso*

Obj.Esp.3: Conhecer a evolução do subsetor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento;

Obj.Esp.5: Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Obj.Esp.7: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

Obj.Esp.8: Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo;

Apresentam-se igualmente, na figura 35, a relação entre os diferentes capítulos e a coocorrência de objetivos.

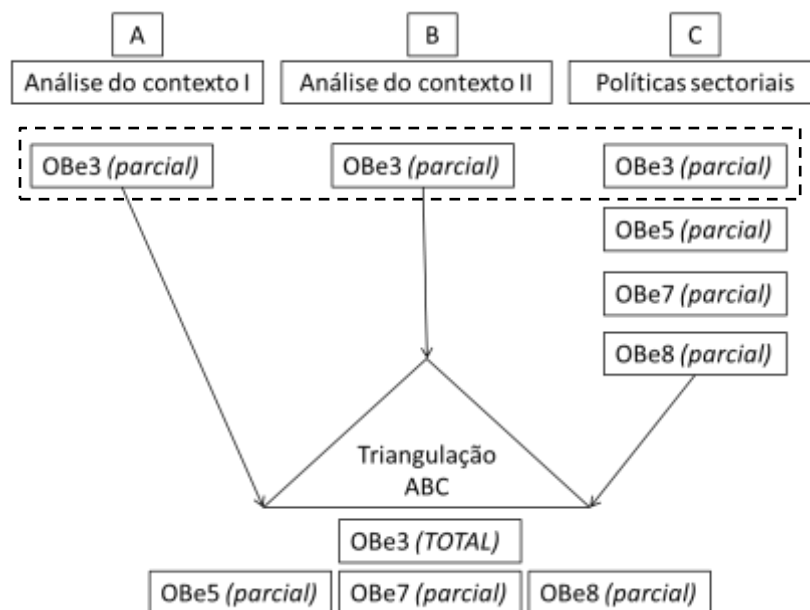


Figura 35. Coocorrência de objetivos na fase *meso*: triangulação [ABC]

Na figura podemos observar de forma resumida e articulada os três capítulos desenvolvidos nesta parte, identificados por letras (A,B,C) em acordo com o modelo de análise definido na parte I. Tendo em conta que o único objetivo coocorrente entre os três capítulos é o Obj.Esp.3, é sobre este que se debruça o processo de triangulação [ABC]. A resolução parcial dos restantes objetivos foi realizada no capítulo 6 e será sujeita na fase seguinte desta investigação (*micro*).

2. Triangulação

O processo agora apresentado é dividido em duas partes. Na primeira apresentamos aquilo que denominamos de “triangulação confirmatória”, efetuada com vista à confirmação de algumas assunções. Na segunda, procedemos a uma triangulação inferencial ou explicativa, efetuada com vista a uma compreensão mais adequada do objetivo proposto e obtenção de novo conhecimento.

2.1. Triangulação confirmatória

Para iniciar este processo de forma sistemática e tendo como base as conclusões dos três capítulos anteriores, criamos os temas analíticos (TA). Estes são apresentados sob a forma de expressões que representam determinada conclusão obtida anteriormente. Cada um dos temas foi codificado, com a letra corresponde ao capítulo (de acordo com a figura anterior) e um número (e.g. “A6”: Tema analítico 6, obtido no capítulo A). O quadro 25 reflete este trabalho de sintetização.

Quadro 25. Temas analíticos utilizados na triangulação confirmatória

Codificação	Temas analíticos
A1	Reduzida articulação ministerial
A2	Confusão ministerial e escassez de políticas de desenvolvimento
A3	Política ambiental recente, com caráter conservacionista e restritivo
A4	Processos de decisão tendencialmente verticais
A5	Participação escassa do setor desportivo caracterizada pela ausência de políticas neste sentido
A6	Pouca participação, que da sociedade portuguesa, quer por influência do próprio estado
B1	A história das AP é recente e marcada por inconstâncias administrativas e financeiras
B2	A ideologia de gestão revela características restritivas fortemente baseadas em regulações
B3	Existe uma quantidade considerável de legislação relacionada com o âmbito em estudo e que condicionou positivamente e negativamente o desenvolvimento do setor do TN em Portugal
B4	O Turismo de Natureza entrou na realidade nacional praticamente no ano 2000, momento que coaduna com o início de maiores dificuldades financeiras
B5	Durante a 1ª década de 2000, publicam-se uma série de documentos estratégicos que visam o desenvolvimento do TN em Portugal, revelando vontade do ICNF neste âmbito
B6	O DN está presente nos documentos estratégicos
B7	O DN está quase ausente do escopo das AP, exceto em documento legais
B8	Ausência de dados concretos (e.g. estatísticos) que permitam aferir mais concretamente a dimensão deste subsector nas AP e consequentemente, os resultados da documentação estratégica produzida
B9	Falta de <i>know-how</i> por parte da gestão das AP ao nível do D,R&T
B10	Carência no envolvimento das populações com o meio natural, com vista à sensibilização e reconhecimentos dos valores que as AP encerram (e.g. educação ambiental; promoção do lazer nestas áreas)
B11	Ausência de processos de gestão do D,R&T para além da escassa publicação das CDN
B12	Crescimento evidente do setor do TN em Portugal, com especial ênfase para motivações relacionadas com a prática desportiva, o lazer e o conhecimento ativo do meio natural e das paisagens
C1	São reconhecidos os benefícios do D,R&T nas AP a vários níveis (Sociais, ambientais e económicos)
C2	O D,R&T é um subsector relevante e possuidor de um sentido/vontade estratégica
C3	Revela-se desarticulação entre os institutos públicos envolvidos
C4	O IPDJ revela-se mais afastado da realidade em estudo
C5	Existe respeito pelo trabalho desenvolvido pelo ICNF face à realidade em estudo
C6	Existe vontade de evoluir e mais trabalho/projetos em articulação
C7	Existe falta de <i>know-how</i> e uma carência ou quase ausência de gestão do D,R&T nas AP
C8	O DN deve ser visto como alvo de gestão específica
C9	Verificam-se maioritariamente, opiniões convergentes e complementares entre o IPDJ e TP
C10	Legislação associada ao TN surgiu de forma precoce e não antecipada

Posteriormente, estes TA foram expostos numa matriz com três colunas (uma coluna por capítulo). Com base numa leitura atenta às várias conclusões obtidas, sempre que necessário com recurso à discussão dos resultados, foram criadas ligações entre TA. Estas ligações representam elementos de confirmação ou reforço¹⁵ entre TA (e.g. A1-B1-C3: Confirma-se a mesma conclusão nos três

¹⁵ Utiliza-se a expressão “reforço” no sentido em que em alguns casos a conclusão não é exatamente a mesma semanticamente mas direciona-se no sentido da confirmação

capítulos; A3-B2: confirma-se a mesma conclusão em dois capítulos; A1-A2: A mesma conclusão é confirmada no mesmo capítulo). O cruzamento entre estes origina temas inferenciais (TI) sujeitos a nova codificação (e.g. TI_1). Seguidamente, apresentamos cada um destes e respetiva discussão.

Desarticulação entre institutos: A1 – B1 – C3 (TI_1)

A primeira confirmação que advém da triangulação dos dados vem confirmar um dos fatores mais referenciados ao longo desta parte da investigação e refere-se à carência de trabalho articulado entre os institutos públicos envolvidos. No cap.4 pudemos observar vários fatores (essencialmente de natureza política) que vêm justificar esta realidade. Uma política ambiental recente, uma política desportiva pouco focada nas questões do lazer e em especial na prática em contato com a natureza e um setor turístico que desde muito cedo começou a revelar a sua importância na economia portuguesa são fatores que surgiram na análise e estão em consonância com referências de alguns autores (Marivoet, 2000; Schmidt, 2008; Soromenho-Marques, 1998c). Esta falta de articulação é confirmada no último capítulo, embora evidenciado alguns sinais de mudança (entre o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e o Turismo de Portugal (TP)) ou da intenção de maior cooperação (Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ) com os restantes).

Das conclusões do trabalho de Laranjo (2011), focado na gestão do turismo de natureza (TN) nas áreas protegidas (AP), constou-se que são poucos os sinais de mudança no que diz respeito a uma cultura de cooperação, de parceria e de coresponsabilidade das AP com outras entidades públicas e privadas. Julgamos que esta desarticulação surge também em consonância com a também já referida “problemáticas das missões” (capítulo 6). Na discussão seguinte, os dados revelam que a visão estratégica para um maior investimento neste subsector é da responsabilidade primeira do ICNF, mas ao mesmo tempo reconhece-se que o *know-how* nesta matéria não deve ser necessariamente exigido a uma instituição cuja “missão” é a conservação da natureza. Isto é antagónico, e este antagonismo, leva-nos a crer que a vontade do IPDJ e do TP aqui evidenciadas devem ser transpostas para o diálogo e para a criação de projetos conjuntos e de cariz multidisciplinar já que são os especialistas dos setores do desporto e do turismo. Podemos ainda assumir, que as próprias missões destes institutos se ligam de forma interessante relacionando-se com o próprio conceito de sustentabilidade: A missão do IPDJ, fortemente focada no desenvolvimento humano (as pessoas), a missão do ICNF, centrada na conservação dos valores naturais (o ambiente) e a missão do TP, focada no desenvolvimento económico através do turismo (economia). É fundamental neste momento que se articulem “missões” que, na realidade, constituem os três pilares do conceito de sustentabilidade.

Se arriscarmos a aprofundar um pouco mais esta questão, entramos no campo dos recursos humanos. As instituições são movidas por pessoas que de forma mais ou menos adequada em determinado momento da história influenciam o caminho dessas mesmas instituições. É por isso importante que novos perfis de competências (de carácter mais multidisciplinar) possam ser associados a estes institutos. Se devido aos atuais constrangimentos vividos no setor público isto não for possível, então o ensino superior poderá ter aqui uma função importante, através da cooperação traduzida em projetos I&D, a investigação ação ou melhorias no seu processo de formação.

Ausência do setor desportivo: A5 – B7 – C4 (TI_2)

O setor desportivo está mais ausente da realidade em estudo. Por um lado, observamos que concorrem problemas de natureza política e económica. As políticas desportivas desenvolvidas em Portugal não foram propriamente favoráveis ao desenvolvimento do lazer (Marivoet, 2000) e em especial da prática em contato com a natureza. Em termos económicos, Tenreiro (2010) refere que, ao nível desportivo, Portugal vive um problema traduzido na ineficiência económica da produção desportiva. Por outro, no próprio campo académico, reflexo do conhecimento teórico, a investigação focada nestas atividades proveniente das ciências do desporto também não é abundante, sobretudo se considerarmos trabalhos de cursos de doutoramento ou artigos científicos publicados internacionalmente ou em periódicos com fator de impacto. A preocupação com a formação dos técnicos por exemplo é uma realidade relativamente recente, espelhada no doutoramento de Carvalhinho (2006) e de outros trabalhos realizados pelo mesmo autor antes e depois do seu doutoramento (Carvalhinho, 2003; Carvalhinho et al., 2010) e que revelam que, dentro do escopo das profissões do desporto este setor não é claro. No que diz respeito à sua associação com o turismo, os trabalhos nacionais evidenciam-se mas decorrentes sobretudo do ensino superior nas áreas do turismo e da economia (Kastenholz & Rodrigues, 2007; Oliveira & Pereira, 2008; A. Rodrigues et al., 2010). Outros trabalhos de natureza mais concetual (e.g. ensaios) discorrem sobre esta temática (Carvalhinho, Bento, & Rosa, 2013; Melo, 2009), evidenciam-se igualmente trabalhos associados às questões de segurança e risco (Almeida & Silva, 2009; Carvalhinho, Frazão, & Moutão, 2013; Neves, 2012) e às questões do ambiente e educação (Rosa & Carvalhinho, 2012a, 2012b). Mas na realidade, face a outros setores desportivos (e.g. competição, alto rendimento, atividades de *fitness*), revela-se mais recente e escasso e é o reflexo de orientações históricas que não se fizeram sentir nesta direção. Consequentemente, embora participe na elaboração de alguns documentos legais relacionados com este subsector, no escopo das AP a referência ao desporto é marcada por um carácter normalmente restritivo e regulador (Capítulo 5). A ausência das Cartas de Desporto de Natureza (CDN) na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é

outro fator que se evidenciou nos capítulos 5 e 6 e que vem reforçar esta assunção. A visão que o TP revela face ao IPDJ (capítulo 6), caracterizada pelo cariz (quase exclusivamente na opinião do TP) competitivo, poderá, parcialmente resultar deste fraco envolvimento.

Mas, antagonicamente, a economia turística tem vindo a evidenciar a importância destas atividades em várias economias mundiais (Beedie & Hudson, 2003; Bourdeau et al., 2002; Buckley, 2002; Cloke & Perkins, 2002; Costa & Chalip, 2005) e as motivações dos próprios turistas encaminham-se para a vivência e apreciação do meio natural de forma mais ativa e o crescimento acentuado do ecoturismo a nível mundial é prova disso (UNEP-UNWTO, 2012).

Mais antagónico ainda, considerando o caso português, é a presença destas práticas nos vários documentos estratégicos publicados no campo do turismo, nomeadamente no PENT (TurismodePortugal, 2007, 2011) e até ao nível das AP com a publicação dos Enquadramentos Estratégicos para o Turismo de Natureza, onde o Desporto de Natureza (DN), como verificado no capítulo 5, é um dos potenciais mais evidenciados na quase totalidade dos parques naturais portugueses. O setor do desporto em Portugal revela-se ausente destas estratégias. Contudo, é importante referenciar que, este passado menos profícuo é neste momento substituído por uma maior vontade de investimento e colaboração com outros setores (capítulo 6, entrevista ao IPDJ).

Política conservacionista e restritiva: A3 – B2 (TI_3)

“...ao estado cave regular! Pouca atenção tem acontecido na sensibilização desportiva e na sua relação com o ambiente.” (Gomes, 2007). A expressão da autora esclarece que as políticas verticais e predominantemente conservacionistas são uma característica das AP portuguesas (Mansinho & Schmidt, 1994). Fernandes (2003) refere igualmente que o atual quadro de classificação das AP (evidenciado na introdução do cap. 4 e com algumas referências ao longo do capítulo 5), remonta para uma preocupação acentuadamente conservacionista e ecológica, baseada em princípios como a preservação das espécies animais e vegetais, formações geológicas e geomorfológicas, a recuperação de habitats naturais de espécies, entre outros.

Por consequência, as atividades que delas fazem uso, como as atividades Desportivas, Recreativas e Turísticas (D,R&T) acabam por assumir uma interessante dualidade “causa-vítima”. Esta dualidade, ou antagonismo, como ferido por Queirós (2001/2), acontece porque é a própria missão destas áreas, que se baseia na proteção dos recursos naturais, que faz delas um atrativo a determinadas atividades ditas “perturbadoras”, ou seja, é a qualidade ambiental e paisagística assim como o seu património cultural que fazem destas alvo de procura de mercados como o turismo ou o desporto. Consequentemente, e com vista à diminuição destes potenciais problemas, surgem regulações em elevado número com vista à proibição/condicionamento destas atividades.

De acordo com o trabalho de B. Pinto (2008), verificamos que os próprios modelos de gestão das AP ao longo do tempo evidenciam esta tendência (quadro 26)

Quadro 26. Modelos de gestão das AP em Portugal. Adapt. de Pinto (2008)

Modelos	Modelo Yellowstone (<i>Yellowstone model</i>)	Modelo da Paisagem (<i>Landscape Model</i>)	Modelo de Conservação da Natureza (<i>Nature Conservation Model</i>)	Modelo de Conservação da Biodiversidade (<i>Biodiversity Conservation Model</i>)
Período	1971 –1974	1975 – Início 80's	1980 – Meados 90's	Desde meados 90's
Descrição do modelo da AP	Áreas selvagens onde as atividades humanas são toleradas	Áreas rurais tradicionais onde atividades humanas são promovidas	Áreas naturais com atividades humanas compatíveis	Locais para a conservação da biodiversidade de importância europeia com usos humanos compatíveis
Valor prevalente	Áreas selvagens	Paisagem tradicional	Natureza	Biodiversidade
Atividades humanas preferenciais	Silvicultura, turismo, educação, estudos científicos	Atividades agro-pastoris tradicionais, turismo e educação	Atividades compatíveis com a conservação, com especial atenção no turismo e na educação	Atividades compatíveis com a conservação com especial atenção no turismo e na educação
Conservação de valores culturais e desenvolvimento local	Considerada fora do âmbito da AP	Considerada muito importante nas funções da AP	Numa primeira fase considerada fora do âmbito da AP; numa segunda fase, utilizada para maior apoio às populações locais	Considerada fora do âmbito da AP

Os modelos de gestão apresentados embora referenciando o turismo e a educação como as atividades humanas preferenciais demonstram que a conservação de valores culturais e o desenvolvimento local (última linha) estão maioritariamente fora do escopo das AP.

Não nos cabe a nós criticar ou pôr em causa as medidas e restrições utilizadas para a conservação da natureza. Cabe-nos sim referir, com base nos resultados obtidos, que as próprias políticas de desenvolvimento das AP não deram muito ênfase à sensibilização, à comunicação e por conseguinte, à visita como forma de conhecimento do meio natural e dos seus valores. A já criticada Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza (Cap.5), deixou passar este elemento de vivência e encontro com o meio. O Plano de Visitação da RNAP (Cap. 5), veio fazer um levantamento das necessidades destes espaços mas muito se desconhece acerca dos seus resultados efetivos.

De acordo com Gomes (2007), podemos assumir que o desporto, foi assim, na sua relação com o ambiente, alvo de uma preocupação estatal, predominantemente regulamentadora, caracterizada pelo fundamentalismo ecológico em detrimento de uma maior valorização dos direitos de desenvolvimento da personalidade e pouca sensibilização para o usufruto desportivo da natureza. Contrariamente reconhece-se na literatura internacional os mais variados benefícios destas práticas para o desenvolvimento da personalidade e para a educação ambiental (Cap. 3).

Se o objetivo da conservação da natureza assenta no princípio da sustentabilidade, i.e. a manutenção dos valores naturais e dos ecossistemas para as gerações vindouras, temos de ter em conta que um uso a longo prazo destes mesmos recursos requer considerações de ordem económica e sobretudo social. É por isso importante que no futuro, através do desporto e não só, se possa melhorar a frequência da sociedade nas AP em especial as crianças e jovens em idade escolar, para que possam aprender “na” natureza e, com o contato continuado, obtenham níveis de consciência ecológica superiores. Isto deve assentar num plano de visitação mais alargado, em parceria com instituições de ensino regular e superior.

Ausência de estratégia: A1 – A2 – B1 (TI_4)

A história das AP em Portugal remete antes de mais para uma política ambiental que surgiu tardiamente no panorama político português e que consequentemente demorou a determinar-se (Soromenho-Marques, 1998c, 2005). Esta política ambiental foi igualmente caracterizada por oscilações constantes em termos administrativos (Schmidt, 2008; Soromenho-Marques, 1998c) o que vem no nosso entender condicionar a formulação de estratégias sólidas. A história das AP portuguesas é marcada, igualmente, por oscilações constantes na sua administração, traduzida na alteração de secretarias e institutos (Cap.5). Em termos de gestão, por flutuações nas ideologias que regeram cada um dos modelos vigentes ao longo dos últimos 40 anos, como observado no quadro anterior (Pinto, 2008).

Em 2004 e em parceria com o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) o então Instituto de Conservação da Natureza desenvolveu o estudo “PARQUES VISÃO XXI - Estratégias e Modelo de Gestão para os Parques Naturais”. O objetivo deste projeto foi propor uma solução de gestão com vista a assegurar a eficácia da missão deste instituto no que se referia às AP. A impossibilidade de aceder a este documento, levou-nos a considerar alguns dos pontos resultantes do diagnóstico, apresentados no trabalho de Batista (2010) existindo um dado relevante no sentido que agora discutimos e que refere as “dificuldades de avaliação de resultados em grande medida por inexistência de objetivos bem definidos em termos operacionais (muito genéricos e não mensuráveis)”. Laranjo (2011) defende ainda a falta de visão estratégica no sentido da valorização e promoção dos recursos naturais para o TN “de forma pragmática, aberta e criativa”.

Ausência/Carência ao nível da gestão do D,R&T: B7 – B9 – B11 – C7 (TI_5)

A gestão do D,R&T é caracterizada pela sua carência e quase ausência nas AP. Este foi um aspeto evidenciado ao longo dos dois últimos capítulos (Cap.5 e Cap.6) com referências primeiramente resultantes da análise da legislação, onde se revelaram as imensas regulações associadas ao DN, em detrimento de uma perspetiva mais direcionada para o ordenamento. Esta última surge de forma

muito positiva em 2004 e 2008 com a publicação de duas CDN, as únicas até ao momento de redação deste trabalho.

No último capítulo (Cap.6), as referências estabelecidas pelo TP, vem revelar que Portugal e em especial o ICNF, não estava preparado para a introdução do TN (em 1998 com o PNTN) e posteriormente o PENT vem clarificar esta assunção evidenciando a falta de conhecimento neste campo. Outros fatores que serão discutidos seguidamente vêm influenciar fortemente a gestão destas atividades. Contudo outros se evidenciam. Em primeiro lugar retomamos a questão dos recursos humanos e, como resultado do estudo PARQUES VISÃO XXI (Batista,2010), referem-se as competências técnicas internas, onde prevalecem as orientadas para a conservação, ficando em falta uma componente mais socioeconómica direcionada para os setores que estamos a estudar; e uma grande dependência do orçamento do estado, com uma gestão baseada nos custos e derivada da incapacidade de gerar receita através do valor de outros *stakeholders*. Em complemento, Laranjo (2011) afirma que as AP em Portugal não dispõem dos meios e condições indispensáveis para acolher, promover e compatibilizar a animação turística e as atividades de aventura com a gestão territorial sustentável dos recursos naturais.

Tendência participativa reduzida: A4 – A6 – B10 (TI_6)

Neste campo apresenta-se novamente outra marca cultural da sociedade portuguesa e que se faz sentir no território protegido. As AP, como referido anteriormente, foram marcadas por processos decisivos de natureza vertical e na realidade são caracterizadas por outros autores pela dificuldade ou ausência de comunicação com as populações locais e *stakeholders* (Batista, 2010; Laranjo, 2011; Queirós, 2001/2). Positivamente, os dados analisados no capítulo 5 permitiram evidenciar alguns projetos de intervenção ao nível da educação ambiental e visitação, assim como a objetivação estratégica deste intuito nos planos de atividades analisados, mas contudo, ainda bastante incipientes.

Como referido anteriormente (Cap.4) esta reduzida tendência participativa não deve responsabilizar apenas o estado (que tradicionalmente não a promoveu) mas também a sociedade civil, que influenciada por um atraso significativo no seu desenvolvimento educacional (pré-revolução democrática) e pouca sensibilidade para as questões ambientais se viu limitada neste sentido. No entanto, Queirós (2001/2) refere que devem ser ressalvados os vários casos em que a população local participa mas que é frequentemente desvalorizada ou ignorada. Estes fatores geram “o receio e o ceticismo face à criação de um Parque Natural, alegando a sua incompatibilidade com o desenvolvimento destes territórios.”. O mesmo autor refere ainda um “défice crónico de comunicação”.

A médio-longo prazo é fundamental uma mudança de mentalidade assente numa desburocratização e descida do processo decisivo. Com isto queremos dizer que é fundamental uma descida ao plano local, regional assente na capacidade de ouvir os problemas das populações. Da parte destas é igualmente importante encontrarem-se/criam-se elementos sociais de natureza associativa dentro das comunidades para que possam, de forma organizada e fundamentada, expor os seus pontos de vista, as suas problemáticas e possíveis soluções de melhoria.

Mais uma vez, a própria academia deve ter aqui um papel diferenciador, com o desenvolvimento de estudos de carácter mais aplicado focados nestes locais/regiões, assumidos com base num compromisso com as entidades locais de gerar resultados práticos e válidos, passíveis de apresentação a entidades superiores.

Condicionantes ao desenvolvimento: B4 – B8 – C10 (TI_7)

Neste quadro histórico, encontram-se algumas condicionantes ao próprio desenvolvimento do TN. De alguma forma, alguns dos resultados que têm vindo aqui a ser confirmados, poderiam ser constituídos condicionantes (e.g. falta de comunicação; políticas restritivas e conservacionistas; dificuldades financeiras). Contudo a nossa atenção recai sobre aquelas que foram no nosso entender as duas primeiras grandes condicionantes ao desenvolvimento. Em primeiro lugar o surgimento do TN em dois momentos bastante desfavoráveis: i) A não preparação do país, em especial do ICNF para esta nova realidade, posteriormente refletida nas dificuldades em gerir estas atividades, assim como, o início de dificuldades e o decréscimo em recursos financeiros, materiais e humanos sofrido pela generalidade da esfera pública portuguesa e consequentemente pelo ICNF. Em segundo, a ausência (desde o início) de dados concretos e objetivos que permitissem aferir “o peso” desta nova economia turística e até os resultados derivantes da documentação estratégica produzida.

Influências da legislação: B3 – B5 – C10 (TI_8)

A legislação produzida no final da década de 1990 vem introduzir, de forma precoce como referido anteriormente, o TN em Portugal. Aparentemente, alguns fatores positivos nascem desta legislação. De determinada forma, e como referido pelo TP (Cap.6), esta legislação vem chamar a atenção de organizações públicas e privadas para o potencial do TN na RNAP. Noutro sentido, influência positivamente o desenvolvimento de planos e enquadramentos estratégicos, por parte dos setores do turismo e da próprias AP, revelando aqui alguma vontade de acompanhar e/ou melhorar o desenvolvimento do próprio produto.

Infelizmente, no que diz respeito ao DN, a legislação nascida no seio das AP entrou em conflito com o seu potencial na indústria turística (presente nos planos estratégicos), sobressaindo mais uma relação antagónica entre as várias já verificadas.

Situação atual: B12 (TI_9)

Atualmente assistimos em Portugal a um crescimento do setor turístico em geral e do TN em particular. Estamos perante um novo turista, mais consciente e responsável, mais ecológico e que procura experiências únicas de apreciação e contato com o meio natural. As motivações destes assentam grandemente na vivência ativa da natureza e o DN é claramente um dos principais produtos a dar resposta a esta necessidade. Para além disso, a consciência ecológica das populações em geral também é maior, assim como o reconhecimento dos benefícios da prática de atividade física, sem carácter competitivo e como forma de ocupação do tempo de lazer.

Estão reunidas condições para que se possa valorizar ainda mais a economia turística, os grandes eventos desportivos em contato com o meio natural e até, os programas de atividade física promovidos pelos municípios. Desta reflexão cremos que o meio natural possa vir a ser, nos próximos tempos, mais procurado do que nunca e as AP deverão estar preparadas para estas mudanças.

Condições para o desenvolvimento e investimento no subsector: B5 – C5 – B6 – B12 – C1 – C2 – C6 – C8 – C9 (TI_10)

No culminar de toda análise deparamo-nos felizmente com um cenário positivo que leva a crer que vale a pena o investimento no subsector em estudo. Para esta conclusão, contribuíram sobretudo os cruzamentos obtidos entre os dados dos enquadramentos estratégicos, as assunções do tema anterior e as opiniões obtidas na realização das entrevistas (Cap.6). Não podemos garantir que estão reunidas todas as condições para o desenvolvimento. Podemos sim assumir que um passado menos profícuo na relação entre as entidades envolvidas é neste momento fortificado com uma vontade de agir, cooperar e evoluir em conjunto. Prova disso, foram as referências obtidas nas entrevistas entre os dois institutos públicos e a convergência de opiniões, nem sempre semelhantes mas não contraditórias e sempre complementares.

Podemos ainda assumir que a situação atual referenciada anteriormente, se revela como uma base essencial para alavancar de uma vez por todas o desenvolvimento.

2.2. Triangulação inferencial ou explicativa

Numa tentativa de aprofundar a interpretação dos dados obtidos, e com vista à obtenção de novo conhecimento, procedemos à triangulação inferencial ou explicativa. De forma a cumprir com

requisitos de sistematização foram constituídos os TI. Estes TI são identificados entre “()” ao longo da discussão anterior. Os TI anteriormente criados foram inseridos numa matriz vista a uma melhor compreensão das influências que exerceram uns sobre os outros. A figura 36 demonstra as ligações obtidas e respetivos códigos (com as codificações em perfeito acordo com a discussão anterior de modo a possibilitar consulta).

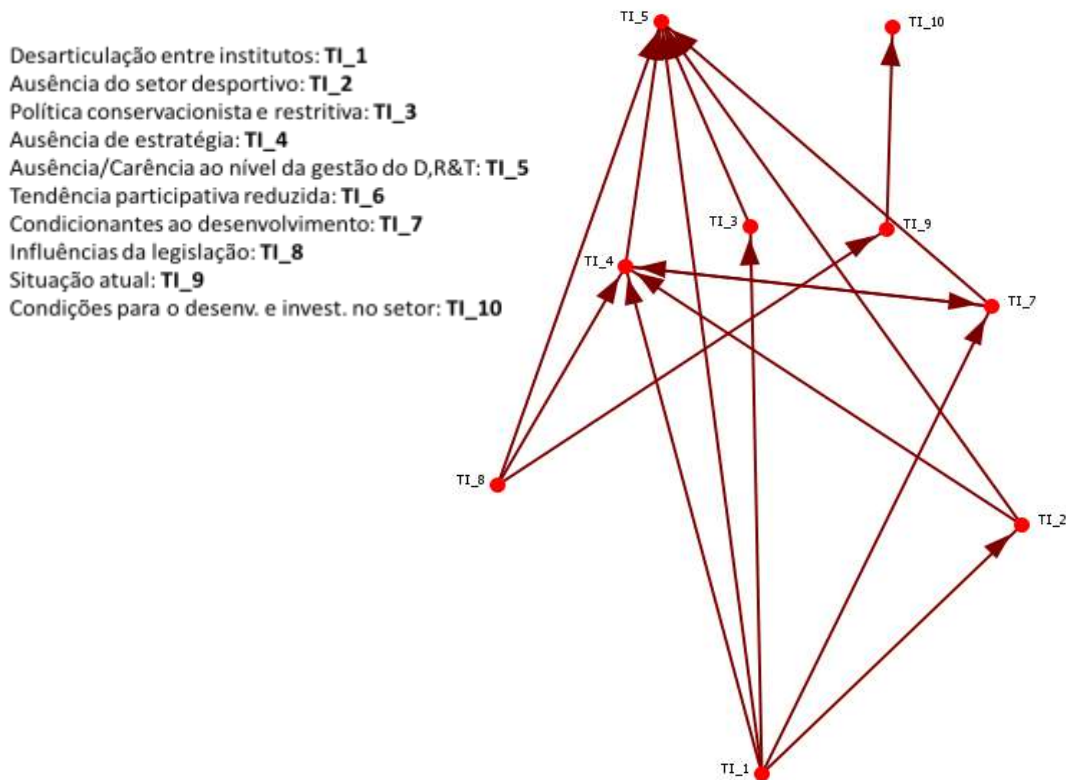


Figura 36. Triangulação Inferencial e Temas Inferenciais

influenciadores para os cada vez menos influenciados. A opção por esta análise é justificada pela sua capacidade de dar a entender os principais fatores causadores dos problemas e condicionantes que se tem vindo a reconhecer ao longo do tempo, culminando no seu estado atual e perspetivas de desenvolvimento.

Dada a discussão realizada anteriormente, consideramos pertinente neste momento salientar apenas as ligações, pelo que uma compreensão mais aprofundada das influências dos fatores uns nos outros deve ser acompanhada de nova leitura da discussão anterior.

Os dados, em conjunto com a literatura utilizada na discussão, revelam que o principal fator influenciador do desenvolvimento e estado atual do subsetor em estudo foi a desarticulação entre as instituições públicas. Esta assunção é observada na figura através de TI_1 que influencia negativamente outros 5 fatores (TI_2,3,4,5,7). Uma maior coordenação entre estas organizações, e se quisermos alargar o espectro, com outros *stakeholders* das AP, poderia ter evitado um tão

evidente afastamento do setor desportivo (TI_2); uma política menos restritiva e conservacionista (TI_3) no sentido em que um trabalho multidisciplinar, aberto, criativo e flexível poderia ter contribuído para novas formas de encarar a realidade do D,R&T; A existência de uma estratégia desenvolvida antecipadamente (TI_4), de forma mais robusta e adaptada à realidade (ou múltiplas realidades tendo em conta a especificidade de cada AP) do território nacional tendo em conta a complexidade deste subsetor; Derivante da anterior, a formulação de um modelo ou processo de gestão (TI_5) devidamente adaptado à realidade das AP, à realidade do turismo e do desporto em consonância com a salvaguarda das questões naturais e, derivante do TI_4, uma preparação mais antecipada para o surgimento do TN no território nacional (TI_7).

Posteriormente surge a legislação (TI_8) com influências exercidas sobre os TI_4,5 e 9. Em consonância com o que foi referido na discussão anterior, é curioso verificar as consequências negativas e positivas desta legislação. Se por um lado, surgiram de forma precoce e não antecipada, impedindo a formulação prévia de uma estratégia (TI_4) e, consequentemente, influenciaram o estado da gestão do D,R&T (TI_5), por outro, “acordaram” o país para uma nova economia, contribuindo para o aparecimento de planos estratégicos específicos e a sua consideração noutros mais gerais de âmbito nacional (PENT), levando a que, de forma mais ou menos consertada ou estratégica, o setor fosse crescendo em Portugal, evidenciando-se no aumento de Agentes de Animação Turística com reconhecimento de TN, e na chegada de turistas (internos e internacionais) com um perfil de acordo com este produto (TI_9).

De seguida, encontramos a ausência do setor desportivo da generalidade da realidade em estudo (TI_2). Apesar de quantitativamente exercer o mesmo número de influências que TI_7 encontra-se num nível inferior visto que sofre apenas uma influência, ao contrário do anterior com duas. Isto quer dizer que o afastamento do setor desportivo deve-se em parte a TI_1 e em parte a si mesmo, dadas as orientação da política desportiva em Portugal ao longo do tempo. Exerce influência sobre TI_4 e TI_5. A influência sobre TI_4 é clara no sentido em que não existe participação ativa deste instituto na realidade em estudo, daí não poder exercer efeitos sobre elementos estratégicos. O mesmo acontece sobre TI_5. Esta influência é, no nosso entender, um dos principais aspetos a ter em conta neste quadro, no sentido em que a quase ausência do DN no escopo da gestão das AP, poder-se-á dever em grande parte a este afastamento do setor desportivo da realidade das práticas desportivas em meio natural.

Em TI_7, observamos influência sobre TI_4 (recebendo influência mútua deste setor) e TI_5. Neste caso, observamos influências que derivam do início desta fase da discussão o que significa que começamos a verificar um efeito em cadeia (TI_1 → TI_7 → TI_4; TI_5) razão pela qual julgamos

desnecessária nova explicação. TI_3 e TI_4 exercem influências sobre TI_5, no sentido em que as características das políticas ambientais, transpostas para a realidade da conservação da natureza na AP (TI_3) e uma ausência generalizada de uma estratégia para este subsetor (TI_5) não potenciarem o desenvolvimento adequado de processos de gestão associados ao D,R&T nas AP.

Praticamente no final desta cadeia, encontramos TI_9, refletindo a segunda e última influência positiva entre os vários fatores sobre TI_10. É de destacar que esta influência de TI_9 é claramente parcial, no sentido em que contribuiu para a existência de condições, no que diz respeito ao panorama atual do TN em Portugal (e.g. nº elevado de empresas; crescimento do turismo em Portugal). As condições para o desenvolvimento discutidas em TI_10 influenciam-se a si próprias, mediante os resultados obtidos nas entrevistas (Cap.6) e que revelam uma maior vontade de coordenação e aposta neste subsetor. Na fase final encontramos TI_5 e que reflete a problemática desta investigação, no sentido em que é o fator que sofre maior número de influência negativas e reflete parte do estado atual de desenvolvimento do subsetor.

Por fim, reforçamos três aspetos essenciais: A existência de um principal elemento causador da situação atual (TI_1) e a situação atual em si, traduzida pela carência de gestão influenciada negativamente por outros fatores (TI_5) mas dentro de um quadro atual que se prevê mais profícuo no futuro (TI_10).

3. Referências

- Almeida, M. C. T., & Silva, F. A. S. (2009). Gestão do risco em animação turística. . In G. C. Soares, C. Jacinto, A. P. Teixeira & P. Antão (Eds.), *Riscos industriais e emergentes* (pp. 309-322). Lisboa: Edições Salamandra.
- Batista, D. (2010). *Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas*. MsC, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Beedie, P., & Hudson, S. (2003). Emergence of Mountain-Based Adventure Tourism *Annals of Tourism Research*, 30(3), 625-643. doi: 10.1016/S0160-7383(03)00043-4
- Bourdeau, P., Corneloup, J., & Mao, P. (2002). Adventure Sports and Tourism in the French Mountains: Dynamics of Change and Challenges for Sustainable Development. *Current Issues in Tourism*, 5(1), 22-32. doi: 10.1080/13683500208667905
- Buckley, R. (2002). Surf Tourism and Sustainable Development in Indo-Pacific Islands. I.The Industry and the Islands. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5), 405-424. doi: 0966-9582/02/05 0405-20
- Carvalhinho, L. (2003). *A Formação em Desporto de Natureza*. Paper presented at the I Congresso Internacional de Desporto de Natureza., IPS-ESDR, Rio Maior.
- Carvalhinho, L. (2006). *Os Técnicos e as Actividades de Desporto de Natureza - Análise da formação, funções, e competências profissionais*. PhD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Carvalhinho, L., Bento, T., & Rosa, P. (2013). Desporto, Ambiente e Turismo Ativo: Estado da arte e relações emergentes. *Revista da Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 1(1), 174-194.
- Carvalhinho, L., Frazão, H., & Moutão, J. (2013). The Safety of young adolescents in nature-based sports: Risk perception and prevention. *Atención Primaria*, 45(27).
- Carvalhinho, L., Sequeira, P., Serôdio-Fernandes, A., & Rodrigues, J. (2010). A emergência do sector de desporto de natureza e a importância da formação. *Efdeportes*, 14(140).
- Cloke, P., & Perkins, H. (2002). Commodification and Adventure in New Zealand Tourism. *Current Issues in Tourism*, 5(6), 521-549. doi: 1368-3500/02/06 0521-29 \$20/0

- Costa, C., & Chalip, L. (2005). Adventure Sport Tourism in Rural Revitalisation—An Ethnographic Evaluation. *European Sport Management Quarterly*, 5(3), 257-279. doi: 10.1080/16184740500190595
- Fernandes, J. (2003). Dinâmicas de Desenvolvimento, Territórios e Áreas Protegidas- breve reflexão para o caso português. In L. Caetano (Ed.), *Território do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento* (pp. 229-274). Coimbra: Centro de Estudos Geográficos.
- Gomes, C. (2007). Ambiente e Desporto: Ligações perigosas. *Colectânea de Jurisprudência*, 2007/III, 225.
- Kastenholz, E., & Rodrigues, A. (2007). Discussing the Potential Benefits of Hiking Tourism in Portugal. *Anatolia*, 18(1), 5-21. doi: 10.1080/13032917.2007.9687033
- Laranjo, J. (2011). *A Gestão do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas*. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Mansinho, M., & Schmidt, L. (1994). A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico. *Análise Social*, XXIX, 441-481.
- Marivoet, S. (2000). *Práticas desportivas na sociedade portuguesa (1988-1998)*. Paper presented at the IV Congresso Português de Sociologia, Coimbra.
- Melo, R. (2009). Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual. *Exedra*(2), 93-104.
- Neves, D. (2012). *Segurança e Gestão do Risco em Turismo de Natureza e Aventura*. Paper presented at the International Conference on Tourism Recreation: Building Bridges over Tourism Recreation Practices, Peniche, Portugal.
- Oliveira, P., & Pereira, P. (2008). Who values what in a tourism destination? The case of Madeira Island. *Tourism Economics*, 14(1), 155-168.
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Queirós, M. (2001/2). Os Parques Naturais e o Ordenamento do Território em Portugal. *Inforgeo*(16/17), 141-150.
- Rodrigues, A., Kastenholz, E., & Rodrigues, A. (2010). Hiking as a wellness activity – an exploratory study of hiking tourists in Portugal. *Journal of Vacation Marketing*, 16(4), 331-343. doi: 10.1177/1356766710380886
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012a). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, 18(3), 259-280.
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012b). Planeamento ambiental no desporto de natureza: proposta teórica de uma Matriz de Planeamento Ambiental em Atividades de Desporto de Natureza (MPA-ADN). *Efdeportes*(175).
- Schmidt, L. (2008). Ambiente e Políticas Ambientais: escalas e desajustes. In M. Villaverde, K. Wall, S. Aboim & F. Silva (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS* (pp. 285-314). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Soromenho-Marques, V. (1998). A Política de Ambiente em Portugal: Balanço e Perspectivas *O Futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente* (pp. 71-106). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Soromenho-Marques, V. (2005). Raízes do Ambientalismo em Portugal *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável* (pp. 127-144). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Tenreiro, F. (2010). *Economia do Desporto: A competitividade de Portugal na União Europeia*. Doutoramento, Universidade do Porto, Porto.
- TurismodePortugal. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- TurismodePortugal. (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Planos para Revisão no Horizonte 2015, versão 2.0*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- UNEP-UNWTO. (2012). *Tourism in the Green Economy - Background Report*. Madrid: UNWTO.

Fase *meso*: Conclusão e implicações metodológicas

Conclusão

Mediante o processo de triangulação agora desenvolvido e tendo em conta a resolução total do objetivo formulado:

Objetivo específico 3 (Total): Conhecer a evolução do subsetor em estudo no território português, assim como a perspetiva dos principais decisores sociais, de forma a compreender o seu estado atual e as perspetivas para o desenvolvimento

Concluimos que:

- **Evolutivamente** o Subsetor do D,R&T nas AP em Portugal teve um surgimento tardio e uma evolução lenta, caracterizada acima de tudo pela falta de articulação entre institutos públicos.
- Outros fatores contribuíram para este atraso no desenvolvimento, nomeadamente a desorientação política traduzida na ausência de uma estratégia, o surgimento de legislação sobre um setor novo na realidade nacional e que não foi devidamente antecipada, por uma política tendencialmente conservacionista, por um défice de participação popular e por um défice de fomento desta mesma participação por parte do estado. Outros fatores que se evidenciaram menos mas que deverão ser tidos em conta, estão relacionados com a própria formação dos indivíduos que constituem o setor da conservação da natureza, com aparente carência de conhecimento noutras áreas de elevada importância como são o turismo, o desporto ou a economia.
- O setor desportivo teve um envolvimento pouco profundo dentro da realidade em estudo e este é igualmente um dos fatores que levam à situação atual.
- **A situação atual e as perspetivas para o futuro** do D,R&T nas AP são suportadas por dois pilares, um negativo e outro positivo.

-Pilar negativo: Atualmente, as AP nacionais não são dotadas de capacidade de gestão do D,R&T, denotando-se carência de instrumentos, com destaque especial para as CDN, recursos humanos e financeiros, dados estatísticos e uma generalidade de condições para que a visita possa ocorrer de forma adequada. Uma ideologia conservacionista pouco ligada à visita e uma enorme carência participativa são características da gestão atual.

-Pilar positivo: O desporto e o turismo em Portugal (com especial ênfase no segundo) têm vindo a crescer em Portugal e a tornar-se cada vez mais importantes na economia. Do lado da oferta, encontramos um vasto conjunto de Agentes de Animação Turística com reconhecimento de

TN e do lado da procura, um turista com motivações fortemente conectadas com a natureza, o lazer e o desporto. Encontramos ainda dois institutos públicos, nomeadamente o TP e o IPDJ, que reconhecem um passado menos profícuo, mas que respeitam o trabalho até então desenvolvido pelo ICNF. Os mesmos vêem no D,R&T uma oportunidade de desenvolvimento, salientando o seu potencial estratégico, a vontade de investir no subsetor e finalmente, a vontade de maior articulação no futuro.

Implicações no desenvolvimento metodológico da investigação

Face ao exposto, as conclusões obtidas permitiram adotar um conjunto de decisões que influenciaram o desenvolvimento metodológico da fase *micro* do modelo de análise. Tendo em conta as aprendizagens aqui desenvolvidos e a realidade do caso a estudar (Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros) devemos adotar as seguintes decisões:

- 1) É fundamental a consulta a elementos da administração regional, neste caso os municípios, já que são elementos fundamentais na cadeia governativa;
- 2) É fundamental considerar um escopo alargado de *stakeholders*, nomeadamente instituições envolvidas ou parcialmente envolvidas com o D,R&T no PNSAC;
- 3) Deve existir um cuidado redobrado no conhecimento e caracterização do caso. Cada AP é específica em si e isto requer adaptação. Por isso mesmo dever-se-á perceber a realidade do PNSAC em vários domínios;
- 4) Quer a participação quer a própria realidade do D,R&T não aparentam ser do conhecimento geral e isto pode suceder dentro do grupo de *stakeholders* a ser inquirido posteriormente. Por isso mesmo, para além da adaptação, dever-se-á abordar a participação numa perspetiva basal, assente num conhecimento adequado da teoria participativa mas sem ser demasiadamente influenciados por resultados ou metodologias adotadas internacionalmente, em países, regiões ou AP com uma cultura de gestão do D,R&T mais implementada;
- 5) A entrevista semiestruturada revela-se adequada aos objetivos que se pretendem em termos de recolha de informação. Deverá ser considerada ao nível dos municípios. Para o nível mais inferior da cadeia participativa, dever-se-á optar pelo uso de questionários, construídos de raiz e com base nos resultados derivantes da teoria e da caracterização do estudo de caso;
- 6) O trabalho triangulação revela-se profícuo e por isso mesmo deve ser mantida uma linha coerente entre os objetivos que ainda estão por resolver, os que se vão estipular posteriormente e

consequentemente, a coocorrência de dimensões, categorias e variáveis em análise que permitam a triangulação de dados.

PARTE IV | Estudo de caso: Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Fase *micro*)

Introdução da fase *micro*

Na fase anterior (fase *meso*) foi-nos possível compreender a evolução e o estado atual do subsetor em estudo no território português. Os resultados obtidos permitiram uma definição mais adequada das variáveis que constituem a presente fase *micro*, com vista à especificação do estudo de caso. Nesta parte, mantemos a tendência holística que caracteriza esta investigação e especificamos o estudo de caso: O desporto de natureza nos âmbitos da recreação e do turismo (D,R&T) no Parque Natural das Serras d'Aire e Candeeiros (PNSAC).

Esta fase assenta em dois princípios essenciais:

1) **A sustentabilidade do D,R&T em AP, depende da participação ativa dos *stakeholders* do território.** A partir do momento que a visitação nas AP, em especial o fenómeno turístico, se assume como uma grande indústria com potencial para a diversificação e desenvolvimento económico das comunidades, sobretudo em território rurais, uma das preocupações das entidades que as geram deve ser o envolvimento e capacitação de pessoas e grupos (Byrd, 2007). O capital humano é assim um fator essencial de desenvolvimento e, no caso destas atividades e do contexto em que ocorrem, é um fator de base se o intuito é atingir ideais de desenvolvimento sustentável. 2) **A investigação tem dado atenção maior a aspetos processuais da participação, em detrimento de um campo mais pessoal.** Esta é uma assunção determinada por Gray (2004) e traduz a realidade da investigação atual. As considerações acerca da importância do perfil dos *stakeholders*, da forma como estes encaram o meio natural, os outros e os próprios processos são frequentemente indicadas por autores (Donaldson & Preston, 1995; Dragulanescu & Novak, 2011; Gray, 2004; Ladkin & Bertramini, 2002), contudo, com base na nossa pesquisa, tem sido menos comuns as aproximações metodológicas que visem a compreensão destes fatores e a influência que estes podem exercer no desenvolvimento de um processo de gestão participativo (PGP).

Assim, é fundamental compreender o perfil, os pontos de vista e as perspetivas dos problemas, das necessidades e das soluções dos *stakeholders* do PNSAC mais diretamente relacionados com o D,R&T. De acordo com o modelo de análise geral, congratulam-se como objetivos da fase micro deste trabalho de investigação os objetivos específicos 4, 5, 6, 7 e 8. Esta parte está dividida em quatro capítulos, a que correspondem os objetivos anteriormente evidenciados, nomeadamente:

Capítulo 8. Caracterização do estudo de caso: O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

Este capítulo visou a caracterização do estudo de caso, com vista a uma melhor compreensão da realidade em estudo e ainda, a obtenção de novas variáveis adaptadas ao caso que se pretende estudar e que permitissem a construção mais objetiva dos instrumentos de medida. Consistiu num

trabalho de revisão de literatura com prevalência de documentos nacionais e especificamente relacionados com esta AP.

Capítulo 9. Processos de gestão participativos e teoria de *stakeholders*: Neste capítulo procedemos a um revisão de literatura focada na teoria vigente relacionada com os processos de gestão participativos e teoria de *stakeholders*. Fazemos recurso a artigos científicos de relevo, que embora, alguns datados do final da década de 1990 e 1ª década de 2000, continuam a ser citados na atualidade e constituem as bases teóricas da investigação atual. São abordados os fundamentos, os benefícios, as barreiras e o papel dos *stakeholders* nos PGP. O principal intuito deste momento de revisão foi a obtenção de variáveis, que em conformidade com o espelho da realidade obtido no capítulo anterior, permitiram uma abordagem mais responsável ao estudo de caso.

Capítulo 10. A perspetiva dos *stakeholders*: Os Municípios e a Agência de Gestão do PNSAC. Este capítulo consistiu no segundo momento de recolha de dados empíricos desta investigação, tendo como campo de estudo os sete Municípios inseridos nos limites geográficos do PNSAC e a Agência de gestão desta AP. Os dados foram recolhidos com recurso à entrevista semiestruturada e os dados tratados com recurso à análise de conteúdo.

Capítulo 11. A perspetiva dos *stakeholders*: Os promotores de atividades de D,R&T no PNSAC. Neste capítulo procedeu-se à recolha de dados junto dos promotores de atividades de D,R&T no PNSAC, nomeadamente clubes, associações, empresas de animação turística, escolas, entre outros. É neste capítulo que é incluída a vertente positivista desta investigação através do uso de questionários. Os dados foram tratados com recurso à análise estatística, com carácter predominantemente descritivo com vista ao cruzamento com os resultados dos restantes estudos.

Capítulo 12. Triangulação da fase *micro*. No final desta fase *micro*, procedemos à triangulação dos resultados obtidos de forma a responder aos objetivos a que nos propomos.

Referências

- Byrd, E. (2007). Stakeholders in sustainable tourism development and their roles: Applying stakeholder theory to sustainable tourism development. *Tourism Review*, 62(2), 6-13.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Dragulanescu, I., & Novak, P. (2011). Economy, Identity and Regulation of the Territory. *Forum Ware International (Special issue)*(1), 45-50.
- Gray, B. (2004). Strong Opposition: Frame-Based Resistance to Collaboration. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(14), 166-176. doi: 10.1002/casp.773
- Ladkin, A., & Bertramini, A. (2002). Collaborative Tourism Planning: A Case Study of Cusco, Peru. *Current Issues in Tourism*.

Capítulo 8. Caracterização do estudo de caso: O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

1. Introdução

Neste capítulo temos como objetivo geral caracterizar o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), estudo de caso adotado para o desenvolvimento deste trabalho. Esta caracterização é realizada a vários níveis de forma a permitir uma compreensão mais ampla das características desta área protegida (AP) e consequentemente, contribuir para uma melhor adaptação desta investigação à realidade empírica que se pretende estudar revelando aspetos que merecem ser tidos em conta no desenvolvimento dos capítulos seguintes.

Desta forma e de acordo com os objetivos identificados na parte I desta investigação, temos como objetivos:

Obj.Esp.4: Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a da estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

Obj.Esp.5: Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Obj.Esp.6: Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

Obj.Esp.7: Compreender as problemáticas, as críticas e as necessidades e soluções de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

Nos pontos que se seguem o PNSAC é caracterizado inicialmente numa perspetiva geral, seguindo-se outros pontos mais específicos que abordam aspetos da geologia e geomorfologia, flora, fauna e cultura desta AP. De seguida incidimos ao nível socioeconómico e abordam-se questões das atividades desportivas, recreativas e turísticas (D,R&T) nesta AP. Finaliza-se o capítulo com a apresentação das conclusões face aos objetivos estipulados.

2. Caracterização geral, classificação, estatutos e gestão

2.1.Classificação e Localização

O PNSAC foi criado em 1979, através do Decreto-Lei nº 118/79 de 4 de Maio. As serras de Aire e Candeeiros, que dão título à AP, são consideradas o mais importante repositório de formações

calcárias em Portugal e esta é uma das principais razões para a sua classificação como Parque Natural (ICNF, 2013). Uma morfologia cársica única, aliada à natureza do coberto vegetal, a rede de cursos de água subterrâneos, uma fauna específica, nomeadamente cavernícola, e a intensa atividade no domínio da extração de pedra são os outros aspetos que levaram à classificação desta área como Parque Natural. O Decreto-Lei nº118/79 de 4 de Maio refere ainda dois motivos importantes que levam à sua classificação, nomeadamente: “...o interesse paisagístico, o riquíssimo património arquitetónico e cultural ligado às populações que ali habitam...” e “...considerando a recetibilidade das autarquias locais para a salvaguarda do património dos seus concelhos e freguesias”, o que reflete o interesse sociocultural desta AP, assim como o envolvimento do movimento autárquico nos processos de gestão.

Esta AP possui uma superfície de 38.900ha, abrangendo dois distritos e sete concelhos: no Distrito de Santarém, os municípios de Alcanena, Rio Maior, Santarém, Torres Novas e Ourém e no Distrito de Leiria os municípios de Alcobaça e Porto de Mós (ICN, 2004). É servido perifericamente por bons acessos (EN1, A1, IP6) e dista estrategicamente de alguns destinos turísticos importantes, nomeadamente Lisboa, Fátima, a costa Oeste, Batalha, Alcobaça e Aljubarrota (PNSAC/ICN, 2007).

Na figura 37 podemos observar os limites geográficos do PNSAC (cor verde escuro), assim como alguns dos seus principais pontos de interesse.



Figura 37. Limites geográficos do PNSAC¹⁶

De acordo com o enquadramento estratégico do turismo de natureza para o PNSAC (ICN, 2001), verificam-se em função de cada concelho as seguintes freguesias¹⁷: I) No distrito de Santarém: **Rio Maior**: Alcobertas, Rio Maior; **Santarém**: Abrã, Alcanede, Amiais de Baixo; **Alcanena**: Alcanena, Louriceira, Minde, Moitas Venda, Monsanto, Serra de Santo António, Vila Moreira; **Torres Novas**: Chancelaria, Pedrógão; **Ourém**: Fátima, N.ª Sra. das Misericórdias; II) No distrito de Leiria: **Alcobaça**: Benedita, Évora de Alcobaça, Prazeres de Aljubarrota, S. Vicente de Aljubarrota, Turquel; **Porto de**

¹⁶ Imagem acedida em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/resource/img/pnsac/mapas/pnsac-mapa-com-legendas>

¹⁷ Algumas destas freguesias possuem alguns lugares dentro do PNSAC enquanto outras não possuem nenhum lugar dentro do PNSAC

Mós: Alcaria, Alqueidão da Serra, Alvados, Arrimal, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras, S. Bento, S. João Baptista, S. Pedro e Serro Ventoso (total de 32 freguesias).

2.1. Planeamento e gestão

O PNSAC surgiu por proposta das autarquias locais abrangidas pelos atuais limites territoriais desta AP, conscientes do notável património natural e cultural que o seu território encerrava (PNSAC, 2004). Somente em 1988, através da Portaria nº 21 de 12 de Janeiro é que esta AP foi dotada de um Plano de Ordenamento e respetivo Regulamento, instrumentos indispensáveis à sua gestão integrada e participada (PNSAC, 2004). Estes documentos regulamentam as diversas áreas do território do PNSAC, em função da sua apetência para a agricultura, a conservação da natureza, a silvicultura, sítios classificados entre outros, assim como, a regulação da implantação urbana e das atividades económicas com maior impacto ambiental. Esta AP foi igualmente inovadora no que diz respeito à regulação da exploração de minérios e massas minerais, exigindo por exemplo, a recuperação paisagística das áreas exploradas.

Desta forma, esta AP adotou uma estratégia de gestão orientada para o conhecimento da região, a diversificação da economia local e a fixação da população (PNSAC, 2004). Relevância foi dada ao Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural, ao ordenamento da extração de inertes, ao apoio à resolução dos problemas das suiniculturas, ao estudo dos recursos hídricos, às ações de educação ambiental, à criação de infraestruturas de interpretação, animação e acolhimento, à edição de publicações, à participação em diversas Associações de Desenvolvimento da Região – ADIRN, APRODER, LEADER OESTE – e em particular a criação da ADSAICA (Associação para o Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros) que permitiram estabelecer parcerias mais alargadas para a concretização de projetos de desenvolvimento da Região e do PNSAC. Com base no documento que marca os 25 anos do PNSAC (PNSAC, 2004), destacam-se alguns âmbitos e projetos nestes incluídos: **i) A criação da ADSAICA** (em 1990, sendo formado pelo PNSAC, os 7 municípios e a então Circunscrição Florestal da Marinha Grande); **ii) Ao nível da conservação da natureza:** diversos projetos, parcerias e protocolos; recuperação de áreas degradadas/criação de novas paisagens; Atlas das aves nidificantes; Atlas herpetológico; Monitorização da Gralha-de-bico-vermelho; Estudos sobre Quirópteros; O polo de Receção da Quinta do Arrife; A Estação de Anilhagem de Aves de Esforço Constante; Base de Dados da Flora; **iii) Ao nível do desenvolvimento local:** Criação da ECTES – Estação Coletiva de Tratamento de Efluentes Suinícolas de Alcobertas; Inventário Etnográfico.

Outros projetos relacionados com o turismo, a visitação ou a educação ambiental serão considerados posteriormente.

Outro aspeto merece ainda a nossa atenção. Como referido no capítulo 4, a RNAP caracteriza-se pela existência de serviços territorialmente desconcentrados, traduzidos em departamentos espalhados pelo país. O PNSAC insere-se no Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo em conjunto com AP reconhecidas como os Parques Naturais da Arrábida, Sintra-Cascais ou a Reserva Natural da Berlenga. No total deste departamento encontram-se 13 AP de âmbito nacional, 2 de âmbito regional/local e 12 áreas classificadas Rede Natureza 2000.

De acordo com posições e resultados de alguns autores (Larson, 2002, 2004; Tosun, 2000), embora seja utilizado o termo “desconcentrado”, parece-nos que esta maior abrangência de responsabilidades por departamento pode trazer menos atenção específica para cada AP e consequentemente para o PNSAC, traduzindo-se numa gestão mais complexa e menos focada na realidade desta AP.

3. Caracterização geomorfológica da fauna e da flora

3.1. O património Geomorfológico

Alfredo Fernandes Martins, investigador de referência nesta AP apresentou pela primeira vez a designação de Maciço Calcário Estremenho (MCE) na obra resultante da sua tese de doutoramento. Ao identificar as principais evidências da geomorfologia da região considerou a divisão do maciço em quatro áreas distintas: Serra de Aire, Serra dos Candeeiros, Planalto de Santo António e Planalto de São Mamede (Martins, 1949). O MCE é o principal aquífero cársico português, chegando a atingir escoamentos anuais de cerca de 500 milhões de metros cúbicos de água pelas várias nascentes que brotam na sua periferia (PNSAC, 2004).

Enquanto unidade geomorfológica bem marcada e com características únicas, o MCE tem no seu interior, os limites do PNSAC. Este é considerado o mais importante conjunto calcário português devido ao conjunto diversificado de formas estruturais, erosivas e cársicas que apresenta (M. L. Rodrigues, 1991). Para além disso, outro fator que o diferencia é a altura evidente face às áreas que o circundam, facto que se deve principalmente, aos seus limites serem condicionados por acidentes tectónico de relevo (M. L. Rodrigues, 1991). Foi a presença de calcário no MCE que sem dúvida, determinou a génese e evolução das formas de relevo, implicando condições peculiares em termos hidrográficos que se denuncia pela carência total de drenagem subaérea (Martins 1951, cit. in Coelho 2002).

Alguns dos elementos que caracterizam a paisagem desta região são a alternância de depressões e relevos vigorosos, onde o calcário é esculpido pela meteorização química da água (Coelho, 2002). Entre estes, Martins (1949) identificou algumas das formas cársicas características desta AP,

nomeadamente as Lapiez (ou Lapiaz), os Algares, as Dolinas, os Poljes e Uvalas. As Lapiaz são caracterizadas pela rocha nua cinzelada, perfurada e lavrada por sulcos mais ou menos profundos e estreitos, uma das paisagens mais características de todo o Maciço e em particular do PNSAC (e.g. Penedos Belos, Covas, Chainça) (Alho, 1997). Os Algares, um dos elementos mais marcantes desta AP, traduzem-se sob a forma de poços ou abismos naturais mais ou menos profundos. As Dolinas são depressões de forma circular e de fundo preenchido por sedimentos podendo ou não estar associadas a um algar de dimensões variáveis (e.g. Covão do Feto e do Santuário de Fátima) (Alho, 1997). Os Poljes são depressões de fundo plano e vertentes abruptas, cujas dimensões podem atingir vários quilómetros de comprimento, sendo o caso de Minde-Mira o mais característico. As Uvalas são resultantes da coalescência de Dolinas (e.g. Chão das Pias) (Alho, 1997).

Alguns recursos patrimoniais de natureza geológica e paleontológica são ainda de destacar. Em primeiro lugar, uma extensa rede de galerias subterrâneas, tendo como exemplos mais emblemáticos as grutas de Santo António, de Mira d'Aire, da Moeda, de Alvados e do Algar do Pena. Relativamente aos de natureza paleontológica merecem realce os abundantes icnofósseis de dinossáurios do período Jurássico, de que os mais representativos são os da Pedreira do Galinha e os de Vale de Meios (Carvalho et al., 2011). A geomorfologia é sem dúvida um dos fatores que mais e melhor caracteriza esta AP, sendo inúmeros os trabalhos de natureza científica focados nesta temática assim como, a sua referência em folhetos, *websites* de internet ou guias da AP.

3.2. Fauna e flora

A fauna “residente” do PNSAC é bastante diversificada mas consiste essencialmente em aves, embora surjam também répteis, batráquios e diversos peixes pequenos e enguias. Encontra-se já inventariado um total de 204 espécies, das quais 136 são aves, 38 são mamíferos, 17 são répteis e 13 são anfíbios. De entre as aves que se podem encontrar na área destacam-se a Gralha-de-bico-vermelho, o Bufo-real, o Abibe, a Gaivota-de-asa-escura, o Mergulhão-pequeno, a Galinha-d'água, o Galeirão, o Pato-real, o Tordo-sornal, a Garça-boeira, a Alvéola-cinzenta, a Petinha-dos-prados, a Águia-cobreira, a Águia-de-asa-redonda e o Penereiro-de-dorso-malhado. No que diz respeito aos mamíferos existem diferentes morcegos, umas das principais “marcas” desta AP e que servem de símbolo do PNSAC, o javali, o gato-bravo, a raposa, a doninha, o texugo e o rato-da-serra. No grupo dos répteis destacam-se a cobra-de-pernas-tridáctila e a lagartixa-do-mato-Ibérica (ICN, 2004).

O inventário da flora do PNSAC inclui a ocorrência de quinhentas e setenta espécies de plantas vasculares e cento e setenta briófitos, o que representa um quinto da flora vascular de Portugal Continental e metade da flora briofítica (Flor, 2005, cit.in Marques, 2010). A biodiversidade florística é explicada também pelas condições geológicas da região (Marques, 2010). Das principais espécies

protegidas pelo PNSAC e Rede Natura 2000, destacam-se as 25 espécies de orquídeas, os narcisos, o alecrim, a pimenteira, os carvalhais de carvalho-cerquinho, as azinheiras e os carrascos. Destaque ainda para o pinheiro bravo, lentisco-bastardo, medronheiro, folhados, tomilhos e inula. Outras referências mais completas relativas à fauna e flora do PNSAC podem ser encontradas em Anastácio e Marinho (2005) e García (2002).

4. A cultura e o património

As características naturais do PNSAC, especialmente influenciadas pela sua geomorfologia, geraram modos de vida peculiares que hoje se refletem num conjunto interessante de património cultural. Segundo Marques (2010) “O uso da pedra, abundante em todo o MCE, na construção das habitações e dos aglomerados populacionais, criou uma arquitetura tradicional que importa conservar. Não apenas em habitações, lagares e dependências agrícolas, mas também na edificação de milhares de quilómetros de muros em pedra solta, para a demarcação de propriedades e acomodação do gado”.

Derivado do uso dominante do calcário, destacam-se as formas de delimitação das propriedades, cujos muros em pedra seca ou “cerrados” humanizam toda a paisagem; as formas naturais e construídas, associadas à recolha, transporte e armazenamento de água: as pias, caleiras e aquedutos, cisternas e poços; as formas arquitetónicas ligadas à economia das populações, evidentes na abundância de moinhos de vento (moagem de cereais), lagares tradicionais, azenhas entre outros (ICN, 2001). As habitações também apresentam particularidades, verificando-se as típicas casas com pátio, alpendre e ainda, salvaguardando sinais de outros tempos, os castelos de Alcanede, Ourém, Porto de Mós e Santarém (ICN, 2001).

Outro aspeto que marca a cultura de vida das populações está, segundo Marques (2010), relacionado com a escassez de água à superfície, levando a que as populações serranas criassem formas de conservação da água das chuvas através da construção de pias (pequenos alhares ou reentrâncias das rochas, devidamente impermeabilizados e cobertos de lage). Existem testemunhos muito antigos da ocupação humana nesta região e os vestígios arqueológicos do PNSAC são numerosos (Alho, 1997). Traduzem-se por exemplo na Anta de Alcobertas, os silos que serviam o armazenamento de cereais, a estrada romana de Alqueidão da Serra (INCF, 2013), as marinhas do sal de Rio Maior, o Castelo de Porto de Mós ou a Vila Romana de Rio Maior.

O PNSAC possui um património etnofolclórico bastante rico, com pequenas diferenças no modo de estar e de ser influenciados pelos recursos endógenos de cada microrregião. Isto significa que aos diferentes recursos correspondem situações diferentes no aspeto socioeconómico e cultural (Alho, 1997). Podem diferenciar-se, por exemplo, costumes das aldeias de beira serra, das aldeias

acasteladas dos montes e das aldeias situadas nas depressões (Alho, 1997). A nível gastronómico existem importantes produtos locais como o queijo e os enchidos (morcela de arroz) o mel e as plantas aromáticas e condimentares bastante abundantes (ICN, 2001).

5. Demografia e Socioeconomia

As características MCE nunca foram propriamente atraentes (em especial a escassez de água) para os homens (se bem que a presença humana esteja atestada desde o paleolítico) daí que o povoamento tivesse assumido um carácter essencialmente periférico (Marques, 2010). Referências de García (2002), remetem para uma população aproximada de 24 mil habitantes no PNSAC, sobretudo nos vales que rodeiam as Serras de Aire e Candeeiros e a planície de Santo António. O enquadramento estratégico para o turismo de natureza (ICN, 2001) refere uma população, em 1991, de 32.400 habitantes. Documentação mais recente refere uma população residente superior a 40.000 habitantes (PNSAC, 2004). Valores evidenciados na revisão do plano de ordenamento desta AP (2007) referem uma densidade populacional muito variável, com freguesias com valores inferiores a 25 habitantes/km² e outras com valores próximos dos 500 habitantes/ km² (PNSAC/ICN, 2007).

Com o passar do tempo, a distribuição populacional foi-se alterando. Alguns resultados sintéticos do documento que reflete os trabalhos de revisão do plano de ordenamento referem a acentuação do desequilíbrio entre o escasso povoamento no interior do maciço e a maior densidade na sua periferia (PNSAC/ICN, 2007). De acordo com Marques (2010) e segundo os dados dos Censos (1981, 1991 e 2001) esta é uma tendência de evolução bem marcada, que tem como causas não apenas a escassez de água à superfície e de solo fértil no interior do maciço calcário, mas também as alterações socioeconómicas que se têm vindo a observar.

A população caracteriza-se pelo abandono do setor primário e um aumento dos setores secundários e terciários. Estes fatores evidenciam sinais de diminuição da intensidade de uso de uma boa parte do território, ocupado por matos e herbáceas não cultivadas, em paralelo com o aumento de áreas ocupadas por usos intensivos, por exemplo as áreas urbanas, pedreiras e povoamentos florestais de produção (PNSAC/ICN, 2007). No entanto, Marques (2010) enfatiza que é importante a referência de que a população residente no PNSAC tem vindo sempre a aumentar nas últimas três décadas. Estes aumentos populacionais, com ocupação superior nas áreas da periferia, tendem a provocar uma crescente pressão urbanística (Marques, 2010) quer ao nível habitacional, quer ao nível industrial e comercial com consequentes mutações na economia.

Inicialmente, indústrias como a tecelagem (enquadrada numa economia de subsistência, que assegurava uma boa parte do vestuário) ou a agropastorícia tradicional marcavam as economias de subsistência (Marques,2010; Alho,1997). Outras marcas desta indústria antiga são representadas pela atividade artesanal, como a exploração salífera, os objetos de cerâmica e o mobiliário em bunho (ICN, 2001). As dinâmicas socioeconómicas foram-se alterando e atividades de carácter industrial, como a extração de pedra, a suinicultura, as indústrias dos curtumes e a indústria têxtil revelaram-se as economias locais com maior expressão (Alho, 1997; ICN, 2004; Marques, 2010).

Uma das economias mais evidentes a fazer uso dos recursos do PNSAC é a extração de inertes. Os calcários, graças à crescente procura de que são alvo (em especial a partir da década de oitenta), associada ao desenvolvimento dos transportes, da rede viária e dos progressos tecnológicos em matéria de extração passaram a ser alvo de exploração intensa. O PNSAC tentou responder aos impactos causados pela atividade extrativa através da definição de áreas para extração e através de uma política de recuperação paisagística nas explorações encerradas. A suinicultura, por sua vez, surge como uma das mais importantes atividades do setor agropecuário na estabilidade económica das famílias. No entanto, na realidade, os sistemas de tratamento existentes na maioria das suiniculturas são inadequados ou insuficientes para o objetivo para que foram projetados, ou seja, a descarga dos efluentes nos cursos de água e no solo (Marques, 2010) evidenciando assim problemas de carácter ambiental.

No que diz respeito ao uso do solo, a área agrícola ocupa cerca de 14.287ha (37% da área total do PNSAC), a área florestal ocupa uma área de 8.193ha (21%), a Vegetação natural ocupa uma área de 24.403ha (64%), as áreas naturais sem vegetação, 5.531ha (14%) as águas superficiais (não alcançam 1% da área total do PNSAC) e as áreas de ocupação humana possuem uma área de 2.542ha (7%) onde as pedreiras ocupam 833ha (2% da área total do PNSAC) (Marques, 2010).

6. O turismo de natureza, a recreação e o movimento associativo

Como referido anteriormente, o historial do PNSAC remete desde o seu início algumas considerações importantes face à visitação, traduzida sob os fenómenos do turismo ou da educação. No que diz respeito ao turismo de natureza destaca-se: i) **O Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural** apresentado pela primeira vez em 1990 e que constituiu uma candidatura a um cofinanciamento comunitário. Como esclarece o documento “no âmbito do então Ano Europeu do Turismo, o projecto incluía parques de campismo, parques de merendas, locais de observação de aves, núcleo museológico, centro hípico, aluguer de bicicletas e equídeos, uma extensa rede de

percursos devidamente sinalizados na sua totalidade, cuja base era a Rede Global de Recreio do PNSAC.” (PNSAC, 2004).

O PNSAC demonstrava assim, de forma bastante precoce face à restante realidade nacional, uma preocupação com o desenvolvimento turístico e rural associado. Outros projetos devem ser enfatizados, nomeadamente: **ii) As comemorações do Ano Internacional do Ecoturismo** e do Ano Europeu das Montanhas com a realização em Novembro de 2002 do Congresso Internacional de Ecoturismo, subordinado ao tema “O Planeamento e a Gestão do Ecoturismo como instrumento de Desenvolvimento Sustentável”(PNSAC, 2004); **ii) a realização do Enquadramento Estratégico para o Turismo Natureza (2001)** e a **iii) publicação da Carta do Desporto Natureza** contribuindo assim para a concretização do Programa Nacional do Turismo Natureza nesta AP, o que facilitou o acesso ao sistema de incentivos SIVETUR, com taxas e condições muito superiores às do restante território que não estava integrado em AP (PNSAC, 2004).

Ao nível da educação ambiental e cidadania, o PNSAC também possui algumas mostras de intervenção, destacando-se: **i) uma abordagem privilegiada para as escolas dos diversos graus de ensino; ii) O 8º Encontro Nacional de Educação Ambiental (1997); iii) O Encontro com Estabelecimentos de Ensino dos Concelhos do Parque; iv) Semana da Pedra; v) Concurso Internacional de Escultura; vi) Seminário sobre “Gestão Sustentada dos Aquíferos Cársicos”; vii) PNSAC / RTP – Colaboração e expansão; ix) Publicação do “Carso” – Boletim informativo / Anuário; x) Intervenção no Monumento Natural da Serra de Aire; xi) Programas de Voluntariado** (PNSAC, 2004). Enquanto Parque Natural, um dos objetivos desta AP é a promoção do recreio e lazer ao ar livre, pelo que desde a sua criação tem vindo a ser palco de várias atividades de animação, tradicionalmente a espeleologia e os percursos pedestres (PNSAC/ICN, 2007).

Uma das principais vantagens do PNSAC, no que respeito à promoção turística, está na sua localização. A proximidade a grandes centros urbanos (e.g. Lisboa e Leiria), a região Oeste, a existência de fortes polos turísticos como são Lisboa, Fátima ou até Óbidos em consonância com uma rede viária desenvolvida e constituída por bons acessos, potenciam a apetência desta AP para a criação de programas integrados ou rotas turísticas. Internamente possui polos turísticos com dinâmica própria, como sejam as grutas turísticas de Alvados, Mira de Aire, Santo António e Moeda. Estes são fatores que contribuem decisivamente para que este Parque Natural seja uma área potencial em termos turísticos(PNSAC/ICN, 2007).

Em termos de potencialidades para o turismo de natureza, o enquadramento estratégico para o turismo de natureza no PNSAC (produzido entre os anos de 2001 e 2006 já referenciado no capítulo 5) identifica como principais potencialidades desta AP: a proximidade a outros pontos de interesse; a

observação da natureza; os desportos de natureza; o património cultural (A gastronomia e o artesanato) e o alojamento turístico. No que diz respeito aos recursos, o mesmo documento, complementado com outros elementos presentes no trabalho de Alves (2012), permite-nos no quadro 27 e em termos quantitativos, constatar os seguintes (destes excluem-se os espaços de prática desportiva, já que são apresentados posteriormente).

Quadro 27. Tipologias e recursos recreativos e turísticos no PNSAC

Tipologia	Recursos	Quantidade
Alojamento	Casas Natureza	10
	Turismo no Espaço Rural (TER)	19
	Outros alojamentos	11
Atividades, Serviços e instalações de animação	Parques de Merendas	15
	Polos de animação (<i>Locais que permitem a realização de atividades enquadradas em ambientais mais controlados e criados especificamente com esse intuito</i>)	8
	Centros de Interpretação e receção (<i>infraestrutura destinada a proporcionar ao visitante o conhecimento global e integrado da AP de forma comparativa e evolutiva; infraestrutura de receção de visitantes e à prestação de informação sobre a AP</i>)	13
Centros de oferta integrada	1-Marinhas de Sal de Rio Maior	9
	2-Chãos;	
	3-Olhos d'Água do Alviela;	
	4-Centro de Interpretação da Gruta – Algar do Pena;	
	5-Centro de Interpretação das Grutas do Almonda;	
	6-Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios da Serra de Aire;	
	7-Centro de Atividades de Ar Livre de Alvados;	
	8-Parque de Campismo Rural do Arrimal;	
	9-Parque de Campismo e Caravanismo de Pedreiras.	

É de destacar que neste conjunto de recursos encontramos diferentes entidades gestoras, envolvendo entidades privadas, o PNSAC, a ADSAICA ou as autarquias. No que diz respeito ao desenvolvimento de atividades, Alves (2012) realizou uma análise às principais atividades desportivas desenvolvidas no PNSAC entre os anos de 2004 e 2009, sendo os resultados principais apontados no quadro 28.

Quadro 28. Principais atividades desportivas desenvolvidas no PNSAC entre 2004 e 2009. Adapt. de Alves(2012)

	PED	BTT	ESC	MA	TT	ATLET	MOTOCIC	ORI	BALON	PARAP
2004	6	9	3	7	9	6	1	1	1	0
2005	2	8	2	6	9	4	0	0	0	0
2006	4	10	1	1	7	6	0	0	0	0
2007	4	1	0	1	1	1	0	1	0	1
2008	2	4	2	0	1	2	0	0	0	0
2009	5	2	4	1	1	0	0	0	0	0
TOTAL	23	34	12	16	28	19	1	2	1	1

Os resultados evidenciam o BTT, o Todo-o-Terreno (TT) e o Pedestrianismo (PED) como as atividades mais realizadas, seguindo-se o Atletismo (ATLET), Escalada (ESC) e Multiatividades (MA). O motociclismo (MOTOCIC), Orientação (ORI), Balonismo (BALON) e Parapente (PARAP) apresentam valores residuais.

A mesma autora obteve também, em termos quantitativos, a quantidade de atividades no mesmo período em função das entidades promotoras. Os principais resultados são revelados no quadro 29.

Quadro 29. Principais promotores de atividades desportivas desenvolvidas no PNSAC entre 2004 e 2009. Adapt. de Alves(2012)

	Autarquias	Empresa	Clube	Associações	Escolas
2004	1	6	8	13	4
2005	6	6	10	6	3
2006	2	4	7	8	2
2007	2	2	3	4	0
2008	3	1	5	8	1
2009	1	0	1	1	1
TOTAL	15	19	34	40	11

Neste caso, o movimento associativo (clubes e associações) representam a maior parte dos eventos/atividades promovidos no espaço temporal em estudo.

Resultados referentes a estatísticas dos visitantes nas AP nacionais, obtidos através do *website* do ICNF,I.P., destacam o PNSAC entre as restantes AP. Em 2013, por exemplo, revela os resultados mais elevados entre todas as AP com cerca de 100 visitas guiadas e 3823 visitantes usufruidores destas. Numa visão a 17 anos (1996-2013) o PNSAC representa 602.752 visitantes (apenas ultrapassado pelo Parque Nacional da Peneda Gerês) num universo de 3.878.839 de visitantes na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). No entanto, estes dados devem ser analisados com cuidado no sentido em que não evidenciam a totalidade da visitação, excluindo atividades organizadas por outras entidades, atividades não informadas e a visitação em geral. Igualmente é de estranhar que áreas próximas de grandes centros urbanos como é o Parque Natural de Sintra-Cascais (PNPG) apresentem valores inferiores. Mais uma vez, a existência prévia de um processo de controlo da visitação, provavelmente mais organizado do que outras AP em conjunto com uma oferta considerável e a existência de uma Carta de Desporto de Natureza, conduzem para a possibilidade de uma enunciação de resultados mais cuidada por parte do PNSAC (ICNF, 2013).

O cruzamento de alguns dados até ao momento permitiu a composição de um mapa com a tendência de ocupação dos recursos e infraestruturas existentes para o turismo de natureza, permitindo a verificação de aglutinados em diversas áreas. Na figura 38 apresentamos esse esforço,

sendo relevante salientar, que a localização dos locais tem uma tendência local, não representando necessariamente a localização exata dos mesmos.

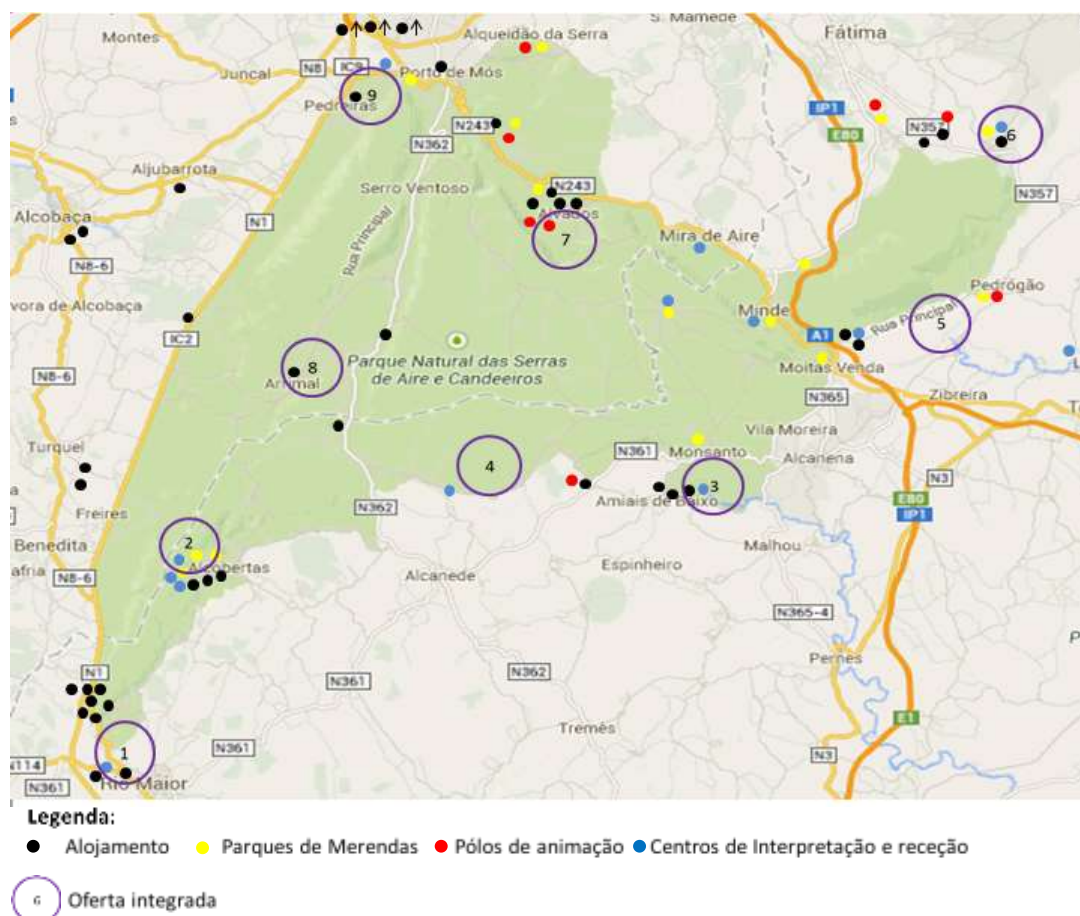


Figura 38. Distribuição espacial dos recursos do PNSAC

A figura permite evidenciar simetrias algo acentuadas entre as várias zonas do PNSAC. Em similitude àquilo que temos vindo a evidenciar, as zonas caracterizadas por uma maior quantidade de infraestruturas encontram-se essencialmente na periferia e em zonas relativamente próximas das sedes de concelho. Como exceções, encontramos as zonas de Alcobertas (Concelho de Rio Maior) e Alvados (Concelho de Porto de Mós) relativamente interiorizadas no maço e que se apresentam como dois dos principais pólos de atração da AP. A vertente Oeste do PNSAC (na direção do concelho de Alcobaça) assim como o interior, são possuidores de um menor nível infraestrutural, verificando-se essencialmente a existência de unidades de alojamento. Os círculos a roxo, representam, de acordo com a numeração do quadro 1, polos de oferta integrada, ou seja, determinadas atrações que, em conjunto com as outras infraestruturas (círculos coloridos) têm maior apetência para a visitação. Alguns exemplos são as salinas de Rio Maior (1), os Olhos d'água das nascentes do Alviela (3) ou o Centro de Interpretação Subterrâneo da Gruta do Algar do Pena (4).

No que diz ainda respeito aos recursos naturais é fundamental destacar que as cavidades subterrâneas no PNSAC assumem um papel diferenciador nesta AP. A exploração destas cavidades com fins desportivos (denominado de Espeleísmo) e consequentemente turísticos, tem vindo a adquirir espaço na agenda dos visitantes dos espaços naturais em todo mundo e atraído a investigação (Hamilton-Smith, 2004; Pavlovich, 2003), tendo sido desde os primórdios uma atração de uma das primeiras AP no planeta, as famosas *Jenolan Caves*, no Parque Nacional de *Blue Mountains* na Austrália (IUCN 2002). Em Portugal continental, a maior parte das grutas conhecidas estão associadas aos principais maciços calcários jurássicos, com particular destaque para o MCE, parcialmente englobado nos limites do PNSAC (Brandão, 2009).

Neste campo, o PNSAC distingue-se. Tendo em conta os impactos gerados pela permanência humana nas cavidades, o caso do Algar do Pena no PNSAC (enquanto laboratório de estudo dos fenómenos de espeleogénese) dispõe de um sistema automático do controlo dos parâmetros climáticos no interior da gruta, cujo estudo permite determinar o momento em que as alterações induzidas pela presença de visitantes poderão começar a interferir, marcadamente, nos processos naturais (Brandão, 2009). As grutas do Almonda, da Moeda e de Santo António são outros exemplos de cavidades exploradas para fins de visita turística.

O geoturismo é cada vez mais evidenciado na literatura, existindo em Portugal alguns bons exemplos. No caso do PNSAC, Ramos, Cunha e Cunha (2013) referem o trabalho de Martins e Dinis (2007) desenvolvido no MCE e no PNSAC. Segundo os autores, estes abordam a vocação pedagógica das diferentes atividades lúdicas associadas à geologia cársica. Apresentam sugestões metodológicas sobre a utilização de atividades lúdicas (desporto e turismo) dentro do MCE e do PNSAC. Outros exemplos podem ser vistos em Barbosas, Ferreira e Barra (1999).

A revisão do plano de ordenamento do PNSAC remete algumas considerações no que diz respeito aos principais problemas de gestão deste subsector (a ter em consideração para integração na fase seguinte): i) Salvaguarda das áreas sensíveis à perturbação; ii) Equilíbrio entre manutenção da recuperação da vegetação autóctone e a manutenção de habitats especialmente relevantes que dependem de perturbações periódicas; iii) Reforço da articulação dos objetivos de conservação e a atividade do sector primário, nomeadamente através do reconhecimento da importância que poderá ter uma atividade agrícola em tempo parcial; iv) Maior integração da atividade de recreio e o turismo com os objetivos de conservação; v) Defesa das áreas de maior valor geológico e geomorfológico pelo condicionamento das atividades mais impactantes.

Em função dos resultados obtidos na fase anterior, as dificuldades que se verificam no PNSAC, no que diz respeito ao desenvolvimento do D,R&T, podem ser consideradas semelhantes às restantes

verificadas noutras AP nacionais. Contudo, o PNSAC possui um conjunto de características únicas que fazem dele uma área algo diferenciada das restantes. O principal aspeto caracterizador desta diferenciação foi a publicação da Carta de Desporto de Natureza (CDN), a primeira no país ainda no ano de 2004, sensivelmente 5 anos após a sua obrigatoriedade de publicação.

7. Os stakeholders

No que diz respeito ao *stakeholders* potencialmente relacionados com o D,R&T, o PNSAC apresenta sobretudo uma tradição associativa, com uma presença bastante alargada de associações recreativas, casas do povo e clubes desportivos. Para aferir este universo, obtivemos dados provenientes de duas fontes diferenciadas. Em primeiro lugar o trabalho de Alves (2012). Este trabalho, que constitui uma dissertação de mestrado na Escola Superior de Desporto de Rio Maior-Instituto Politécnico de Santarém é um dos poucos trabalhos académicos, focados na temática do DN e aplicados à realidade do PNSAC. Alves (2012) apresenta a sua amostra de *stakeholders* constituída por n=175 entidades incluindo Municípios, juntas de freguesia, Associações e clubes, Associações de bombeiros estabelecimentos de ensino, Federações desportivas, Agrupamentos de escuteiros, Empreendimentos turísticos e Empresas.

Tendo em que nem todas estas entidades têm uma ligação mais direta e expectável com o subsetor em estudo, considerámos em documentação fornecida pela agência de gestão do PNSAC (AG-PNSAC) duas listagens referentes aos registos de turismo de natureza nesta AP, correspondendo respetivamente a “Associações e Clubes”, com 84 entidades e “Empresas de animação turística”, com 26 entidades. De acordo com um processo de seleção determinado por critérios (posteriormente explicados no capítulo 10) consideramos um universo de 122 entidades, refletidas por tipologias no quadro seguinte (quadro 30):

Quadro 30. *Stakeholders* do PNSAC

TIPOLOGIA	n	%
Associações	62	50,82
EAT	23	18,85
TER	13	10,66
Escutismo	13	10,66
ET	4	3,28
Ensino	4	3,28
Empresas	3	2,46
N	122	100%

Observa-se claramente a prevalência associativa, superior a 50% em relação à totalidade das entidades potencialmente relacionadas com o D,R&T no PNSAC, sendo as restantes percentagens

constituídas pelo movimento empresarial (Empresas de animação turística e alojamento), Instituições de ensino e escutismo.

O quadro que nos é apresentado poderá ser interpretado de acordo com uma visão positiva e outra, mesmo não sendo negativa, pelo menos deverá ser cuidadosa e alvo de atenção posterior. A prevalência associativa revela-se no nosso entender um fator positivo, no sentido em que representa a população local, a missão de desenvolvimento local e, à partida, o desinteresse económico. Por outro, tendo em conta a promoção turística, o nível empresas de animação turística (EAT) é bastante mais reduzido o que nos remete para uma eventual dificuldade na atração de turistas nacionais e internacionais ao território do PNSAC, já que estas entidades são em conjunto com o alojamento, as principais captadoras de visitantes enquadrados e consequentemente, o motor de uma possível economia turística nesta AP. De qualquer modo, a diversidade de tipologias sugerem igualmente uma diversidade de opiniões, visões e ideologias que poderão ser úteis e uma mais-valia no desenvolvimento de um processo de gestão participada.

8. A carta de desporto de natureza

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) (RCM n.º 112/98, de 25 de Agosto), foi, como identificado em capítulos anteriores, um documento de referência resultado da parceria pioneira em Portugal entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo, sendo aplicável em exclusivo na RNAP. O PNTN foi publicado, seguindo as orientações políticas internacionais que se direccionavam para o desenvolvimento sustentável das AP e visava permitir a recuperação e conservação do património natural e cultural de acordo com quatro vetores principais: 1) a conservação da natureza, 2) o desenvolvimento local, 3) a qualificação da oferta turística e 4) a diversificação da atividade turística. A regulamentação das atividades foi realizada através do Decreto-Regulamentar n.º 18/99, de 27 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de Fevereiro, que regularam, respetivamente, a animação ambiental e o turismo de natureza. Na sequência do disposto nesta regulamentação, têm vindo a ser publicadas as Cartas de Desporto de Natureza (CDN), documentos que regulam a atividade de Desporto de Natureza nas AP e de publicação obrigatória. Contudo, apesar desta obrigatoriedade, estão até ao momento de escrita deste trabalho, publicadas apenas duas, relativas ao PNSAC (em 2004) e ao Parque Natural de Sintra Cascais (em 2008).

A CDN é um instrumento de gestão territorial, que identifica as atividades desportivas, os locais, outras informações acerca de infraestruturas de apoio, assim como, as restrições existentes em cada espaço e respetivas capacidades de carga. A publicação da CDN do PNSAC inclui a representação

gráfica e o respetivo regulamento, publicado através da Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro. A figura 39 representa este documento.



Figura 39. Carta de Desporto de Natureza do PNSAC

Referimos algumas características deste documento (de acordo com Alves,2012): 1) A escala adotada é a 1/50.000, traduzida numa escala gráfica; 2) Tipo de informação: Símbolos lineares, referentes ao traçado dos Percursos Pedestres; Símbolos pontuais hierarquizados por dimensão, referentes às atividades de DN (símbolos maiores) e infraestruturas (símbolos menores) relativas a alojamento, (nas tipologias consignadas no Decreto-lei nº 47/99, de 16 de Fevereiro), Grutas Turísticas, Centro de Tecelagem Artesanal, Núcleo Ecomuseológico, Pólo de Animação, Centro Hípico/Equestre, Helipista, Parque de Merendas, Posto de Informação Turística, Combustível e Centros de Interpretação. Os símbolos utilizados decorrem do —Programa Nacional de Sinalização para as AP; 3) Verifica-se ainda alguma informação complementar relativa à rede viária (principal e secundária) e às Sedes de Concelho e Freguesias integradas no PNSAC.

No que diz respeito à sua adaptabilidade, a autora referencia ainda: 1) A Visibilidade: a CDN tem uma boa visibilidade e foi alvo de uma ampla divulgação junto de vários públicos; 2) Manuseamento: Dada a sua dimensão relativamente pequena, permite fácil manuseamento, transporte e acondicionamento; 3) Acesso à informação: O acesso é restrito, sendo possível através do *website* do ICNF,I.P. obter este documento.

Rosa (2011) realiza na sua dissertação de mestrado uma análise cuidadosa a este instrumento e respetivo regulamento. Em primeiro lugar, identificam-se em termos quantitativos, as diferentes atividades presentes (e consequentemente autorizadas para ocorrência no território) na CDN (quadro 31).

Quadro 31. Atividades consideradas no regulamento da CDN do PNSAC (Adapt. de Rosa, 2011)

Atividades identificadas no PNSAC (Nº; X- Identificada mas sem locais definidos)	
AR	Nº e Identificação
Balonismo	X
Voo Livre/Parapente	6
ÁGUA	
Canoagem	2
TERRA	
Pedestrianismo	16
Orientação	X
BTT	X
Passeios Equestres	X
Espeleísmo	4
Escalada	9

No quadro podemos observar um total de 37 locais de prática. É clara a predominância de atividades que utilizam o meio terrestre, com destaque para uma já considerável rede de percursos pedestres. Com um “X” apresentam-se atividades que são identificadas no regulamento mas que não possuem locais de prática pré-definidos, sendo necessário, aquando da sua realização, um pedido de parecer prévio à gestão do PNSAC, apresentando as características da atividade a realizar (Locais utilizados/percurso; nº de praticantes e duração).

Em segundo, o autor analisou o regulamento anexo à CDN, evidenciando alguns aspetos a ter em atenção: 1) A distribuição dos locais de prática de DN na área do PNSAC não é uniforme, denotando-se zonas onde a concentração de atividades é maior (Chãos/Alcobertas; Olhos D’Água do Alviela; Arrimal; Alvados; Mira de Aire; Porto de Mós; Minde) levando a pensar que as principais concentrações de praticantes decorrem nestes espaços; Consequentemente, num processo de gestão com participação pública, a existência de planos de gestão individualizados por zona de prática pode ser uma estratégia a adotar; 2) O facto das atividades de BTT, Act. Equestres e Orientação não terem locais pré-definidos para a sua prática, leva a crer que estas atividades, quando praticadas de forma não organizada (em especial o BTT e as atividades equestres) são desenvolvidas noutros locais definidos para outras práticas (principalmente o pedestrianismo por utilizarem o mesmo recurso espacial - os trilhos). Este facto é potenciador do conflito entre praticantes e de um maior desgaste dos locais de prática (por concentrarem várias atividades); 3) É possível também, que outras atividades (não presentes na CDN) sejam praticadas na AP; 4) Apenas algumas atividades apresentam níveis de dificuldade associados aos locais de prática, revelando-se positivo no sentido em que promove a dispersão de praticantes; 4) O facto de o espeleísmo ser a única atividade com regulamento específico sugere que seja a atividade sujeita a maior controlo por parte da entidade gestora; 5) A Capacidade de carga está apenas definida para as atividades de escalada e voo livre. A ausência desta condicionante potencia a nível ambiental a ocorrência de

impactos e a nível social a existência de conflitos entre praticantes; 6) Provavelmente a canoagem e a escalada são as únicas atividades para as quais estão estabelecidas restrições à prática em determinadas épocas do ano por aspetos relacionados com a proteção da fauna e flora.

Numa fase diferente do seu trabalho Rosa (2011) verificou ainda, em entrevistas a *stakeholders* desta AP, que este instrumento de gestão era-lhes muito familiar e bastante valorizado. Estes resultados levam a crer que a CDN, apesar de inovadora no escopo nacional de AP é igualmente um documento que deverá possuir alguns pontos fracos e ainda, carecer de melhorias ou atualização ao longo do tempo. A inexistência de um processo de monitorização é a carência mais evidente deste instrumento.

9. Conclusões

A caracterização levada agora a cabo é essencial na medida em que permite conhecer melhor o território em estudo, fazendo transparecer características, missões e até uma ideologia algo peculiar face ao histórico das AP e em especial do desenvolvimento do D,R&T no território protegido nacional. Com base nas principais evidências, respondemos às conclusões previamente estabelecidas e criamos temas analíticos que serão posteriormente utilizados no processo de triangulação¹⁸.

Relativamente ao objetivo específico 4, concluímos que

Obj.Esp.4 (**Parcial**): Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

O PNSAC é uma das AP mais antigas em Portugal e surgiu do interesse das autarquias envolvidas pelos seus limites territoriais. Este envolvimento reflete-se pela parceria estabelecida com estas, no que diz respeito ao desenvolvimento do Plano de Ordenamento, as considerações com os Planos Diretores Municipais (PDM) e, no que diz respeito ao D,R&T, com a responsabilidade de gestão de alguns recursos turísticos **[D_O4_1]**.

O PNSAC é uma área humanizada e socialmente ativa que observou alterações demográficas e socioeconómicas ao longo dos tempos. O aumento da população na periferia, as alterações socioeconómicas traduzidas num abandono de economias de subsistência e a proliferação de fortes atividades económicas como a extração de pedra, a suinicultura, a indústria têxtil e de curtumes,

¹⁸ Estes códigos não têm valor interpretativo para as conclusões deste capítulo. Foram apenas considerados como forma de evitar repetição de texto posteriormente.

sugerem um território dinâmico que, embora caracterizado pela ruralidade, é claramente influenciado pelo desenvolvimento socioeconómico geral [D_04_2].

Este é possuidor de um vasto património biológico, geológico, geomorfológico, cultural, histórico e etnográfico [D_04_3]. A geologia e geomorfologia criam nesta AP um valor fortemente distintivo face às restantes existentes no território nacional, potenciando a investigação científica, mas também, a visitação e interpretação das cavidades subterrâneas [D_04_4].

O PNSAC diferencia-se de outras AP nacionais, já que acolheu desde o início (com especial destaque para o Plano de Desenvolvimento do Turismo Rural, em 1990) o fenómeno da visitação e fruição turística. O seu historial conta com uma quantidade considerável de ações de educação ambiental e envolvimento com a sociedade [D_04_5].

O PNSAC possui igualmente um conjunto de recursos que se traduzem na forma de alojamento, polos de animação e infraestruturas de apoio, aspetos essenciais para um desenvolvimento adequado e de qualidade da visitação nas suas mais variadas formas [D_04_6].

Foi a primeira AP no país a publicar a CDN, elemento de gestão inovador no território nacional [D_04_7]. A CDN permite ainda reconhecer no PNSAC uma considerável apetência para o desenvolvimento de atividades desportivas, em especial no meio terrestre, assumindo-se desde logo os percursos pedestres, a escalada e o espeleísmo como atividades de destaque [D_04_8].

No que concerne ao objetivo 5,

Obj.Esp.5 **(Parcial)**: Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Observamos uma quantidade diversificada de agentes no território, fator essencial para a criação e diversidade da oferta D,R&T [D_05_9]. O Movimento associativo revela-se superior (em número) ao movimento empresarial [D_05_10]. Destaca-se o envolvimento dos municípios com a AP, ao nível da gestão, assim como a eventual importância de participação em processos associados ao desenvolvimento local e a atividades como o D,R&T [D_05_11].

Em termos de gestão, o PNSAC está incluído no Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, em conjunto com outras AP de âmbito nacional, local/regional e sítios classificados [D_05_12]. Na orgânica desta AP, pelos projetos implementados, pela publicação pioneira da CDN, reconhece-se uma tendência para a valorização da visitação, do desporto e do turismo de natureza [D_05_13].

Obj.Esp6 **(Parcial)**: Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

O PNSAC acolheu desde o cedo o fenómeno da visitação e fruição turística. O seu historial remete para uma provável ideologia, algo diferenciada, do restante panorama das AP nacionais no que diz respeito ao desenvolvimento do D,R&T e da visitação em geral [D_O6_14]. O próprio envolvimento dos municípios com a AP ao nível da gestão de infraestruturas sugere a relevância deste subsetor nesta AP [D_O6_15].

O PNSAC é dotado de elevados valores patrimoniais e recursos naturais potenciadores da prática desportiva que geram apetência para a visitação [D_O6_16].

Elementos quantitativos do INCF,I.P. no que diz respeito aos visitantes das AP, dão destaque ao PNSAC, colocando-o entre uma das AP mais visitadas da RNAP. Dados apresentados anteriormente, também refletem números consideráveis de atividades organizadas e distribuídos por um grupo alargado de *stakeholders*, assumindo aqui o movimento associativo principal destaque. Estes resultados levam a crer que a visitação é valorizada e frequente nesta AP [D_O6_17].

Obj.Esp.7 **(Parcial)**: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

A dinâmica socioeconómica vivida no PNSAC, com a existência de grandes indústrias, deve ser tida em conta ao pensar-se sobre o desenvolvimento do D,R&T. As transformações na paisagem, os impactos ambientais gerados e a interseção com locais com apetência para a visitação, podem ser alvo de conflito, de crítica e consequentemente, de uma articulação cuidada entre a economia gerada pela visitação e outras economias que fazem uso do território [D_O7_18].

A representação gráfica realizada anteriormente, revela que os recursos turísticos se encontram distribuídos de forma não uniforme pelo território do PNSAC [D_O7_19]. É de destacar a existência de alguns polos importantes, elementos que concentram uma oferta com maior apetência para a visitação e deverão ser tidos em conta por vários motivos, seja pela pressão causada no território, a existência de problemas de carácter social ou a concentração de visitantes em detrimento de outras áreas com menos apetência (pelo menos infraestrutural) [D_O7_20].

Os dados de visitação e de realização de atividades D,R&T, não devem encarados como um espelho da realidade. Resultados de Rosa (2011) e Alves (2012) evidenciam carências na monitorização e da ausência de controlo generalizada da prática. Isto quer dizer que na realidade, os dados de visitação

no PNSAC resumem-se às atividades organizadas, deixando de parte a atividade não autorizada, a atividade não informada e a visitação derivada da rotina semanal de outros visitantes e praticantes desportivos que ocupam o seu tempo de lazer nesta AP [D_07_21].

A frequência de atividades desportivas no PNSAC é bastante variável. O BTT, já evidenciado anteriormente por Rosa (2011), assume-se como uma das principais atividades desenvolvidas nesta AP. O lado positivo da prática entra em potencial conflito com outras atividades que façam uso dos mesmos recursos naturais (trilhos) como é o caso do pedestrianismo [D_07_22]. Paralelamente, as atividades motorizadas, em especial o TT, são alvo de grande tradição nesta AP e tradicionalmente (entenda-se na investigação internacional) potenciadoras de conflito [D_07_23].

A CDN merece atenção no que diz respeito a eventuais problemas e necessidades de atualização ou melhoramento. Paralelamente, dados de investigações anteriores (Rosa,2011; Alves,2012) remetem para a carência de monitorização dos espaços e das infraestruturas [D_07_24].

No que diz respeito à abrangência de tipologias de *stakeholders*, atenção deve recair sobre as grandes disparidades existentes entre os ramos associativos e empresariais. A existência de Empresas de Animação Turística (EAT) é bastante reduzida face ao movimento associativo. Sendo as principais responsáveis pela promoção turística, é importante perceber os condicionamentos que existem no território para uma frequência aparentemente reduzida [D_07_25], assim como, a existência de potenciais conflitos entre estes setores [D_07_26].

A gestão do PNSAC, centralizada num departamento que envolve outras AP, pode originar uma gestão menos focada na realidade local, mais superficial e com menor atenção sobre aspetos específicos como o D,R&T [D_07_27].

O número elevado de *stakeholders*, o forte movimento associativo, o envolvimento (desde o início) das autarquias, a existência de uma cultura de investimento no subsetor do D,R&T, a existência de infraestruturas e de uma CDN, sugerem que a participação ativa dos diversos agentes do território não é estranha a esta AP e que a utilização de um processo de gestão participativo para a melhoria das condições deste subsetor é uma possibilidade evidente e provavelmente uma das soluções mais adequadas face à realidade revelada até ao momento.

Os capítulos seguintes têm em conta estas considerações e visam especificar o tema deste trabalho à realidade do PNSAC.

10. Referências

Alho, J. (1997). *Guia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*: IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental.

- Alves, A. (2012). *Cartas de Desporto de Natureza: Contributo para um Modelo de Gestão e Monitorização*. Master, Escola Superior de Desporto de Rio Maior- Instituto Politécnico de Santarém, Rio Maior.
- Anastácio, R., & Marinho, H. (2005). *Aplicação de Sistemas de Informação Geográfica na Conservação da Avifauna: O caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) e da ZOna de Protecção Especial (ZPE) Estuário do Tejo*. Paper presented at the VII Encontro de utilizadores de informação geográfica.
- Barbosas, B., Ferreira, N., & Barra, A. (1999). Importância da Geologia na Defesa do Património Geológico, no Geoturismo e no Ordenamento do Território. *Geonovas*, 13, 22-33.
- Brandão, J. (2009). Grutas turísticas: património, emoções e sustentabilidade. *GEONOVAS*, 22, 35-43.
- Carvalho, J., Midões, C., Machado, S., Sampaio, J., Costa, A., & Vítor, L. (2011). Maciço Calcário Estremenho: Caracterização da Situação de Referência. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia (LNEG).
- Coelho, R. (2002). *Aspectos geológicos do Parque das Serras de Aire e Candeeiros e a sua divulgação multimédia – um contributo para o ensino das Ciências da Terra*. Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- García, M. (2002). Estudio biogeográfico del Parque Natural das Serras D'Aire e Candeeiros (PNSAC). *Observatorio Medioambiental*, 5, 249-277.
- Hamilton-Smith, E. (2004). TOURIST CAVES *Encyclopedia of caves and karst science* (pp. 1554-1561).
- ICN. (2001). Turismo de Natureza: Enquadramento Estratégico do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, from <http://portal.icn.pt/ICNPortal>
- ICN. (2004). *A,b,c das áreas protegidas – parques, reservas, paisagens protegidas e monumentos naturais de Portugal continental*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- ICNF. (2013). www.icnf.pt Retrieved abril, 2013
- Larson, A. (2002). Natural Resources and Decentralization in Nicaragua: Are Local Governments Up to the Job? *World Development*, 30(1), 17-31.
- Larson, A. (2004). Formal decentralisation and the imperative of decentralisation 'from below': a case study of natural resource management in Nicaragua. *The European Journal of Development Research*, 16(1), 55-70.
- Marques, J. (2010). *Contributo para a análise da gestão jurídico-administrativa da conservação da natureza em Portugal*. Master, Universidade do Algarve, Algarve.
- Martins, A. (1949). *Maciço Calcário Estremenho. Contribuição para um estudo de geografia física*. Coimbra.
- Pavlovich, K. (2003). The evolution and transformation of a tourism destination network: the Waitomo Caves, New Zealand. *Tourism Management*, 24, 203-216.
- PNSAC. (2004). *25 anos do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*.
- PNSAC/ICN. (2007). Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros: Caracterização e Diagnóstico PNSAC/ICN.
- Ramos, A., Cunha, L., & Cunha, P. (2013). *Geopatrimónio e Recursos Minerais na Região da Figueira da Foz-Nazaré (Portugal Central)*. Paper presented at the VI Congresso Nacional de Geomorfologia, Coimbra.
- Rodrigues, M. L. (1991). *Alguns Aspectos da Geomorfologia do PNSAC*. Paper presented at the 1^{as} Jornadas em Ambiente Cársico e Educação Ambiental, Porto de Mós.
- Rosa, P. (2011). *Desporto de Natureza em Espaços Naturais: Contributo para o Ordenamento em Áreas Protegidas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior.
- Tosun, C. (2000). Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. *Tourism Management*, 21, 613-633.

Legislação consultada

- Diário da República (1979). Decreto-Lei nº 118/79, de 4 de Maio: Cria o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros
- Diário da República (1988). Portaria nº21/88, de 12 de Janeiro: Aprova o Regulamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e o respetivo Plano de Ordenamento, que esteve em vigor entre janeiro de 1988 e agosto de 2010.
- Diário da República (1998). Resolução de Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de Agosto: Cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN).

Diário da República (1999). Decreto Regulamentar 18/99 de 27 de Agosto: Regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental.

Diário da República (1999). Decreto-Lei 47/99 de 16 de Fevereiro: Estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza.

Diário da República (2004). Portaria nº 1465/2004, de 17 de Dezembro: Aprova o Regulamento do Desporto de Natureza na Área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Capítulo 9. Processos de gestão participativos e teoria de *stakeholders*

1. Introdução

No contexto das Áreas Protegidas (AP), o turismo e a recreação, surgem como algumas das atividades mais comuns a fazer uso do território (Walpole & Goodwin, 2001). No entanto, a beleza das AP, aliada a outras potencialidades físicas do mesmo não é suficiente para garantir a sustentabilidade destas atividades. Eagles (2009), citando os autores Dearden, Bennett e Johnston (2005, p. 98) refere que “Não é suficiente ter o número certo de AP, nos locais certos, é igualmente necessário assegurar que a sua governança é capaz de efetuar uma gestão efetiva de forma a produzir os resultados esperados”.

A governança é o processo pelo qual as sociedades ou organizações constituem as suas decisões importantes, determinam aqueles que envolvem nesse processo e a forma como prestam contas. A governança envolve o estado mas transcende-o no sentido em que envolve corporações, organizações não-governamentais e indivíduos (Eagles, 2009). Isto quer dizer que a governança está associada ao envolvimento de outras instituições e indivíduos numa perspetiva participativa, quer ao nível do planeamento, quer da gestão. A última, por sua vez, deve ser entendida como a organização e coordenação de atividades que uma empresa (ou instituição), de acordo com determinado conjunto de políticas se encaminha para o alcance de objetivos claramente definidos. Neste sentido, governança e gestão são aspetos inerentes ao desenvolvimento do D,R&T nas AP.

São várias as estruturas de gestão características das AP cuja determinação e adequabilidade advém de características próprias da área, da região e do país onde estão estabelecidas. Neste âmbito, principalmente a partir de meados dos anos 80, uma nova forma de entender a gestão emerge entre a comunidade científica. Referimo-nos à gestão participativa, ou colaborativa, cujos princípios se regem pela participação pública de todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos e são afetados pelas decisões de gestão afetas às AP. Seja por razões morais, políticas ou de eficiência, estes processos tendem a aumentar um pouco por todo o Mundo.

Àqueles que participam nestes processos denominados de “*stakeholders*” (em português, poderíamos chamar de “partes interessadas”). No entanto, dada a globalização deste conceito e visto que se verifica em trabalhos provenientes de várias nacionalidades, decidimos manter o termo na língua inglesa.

A participação ativa de *stakeholders* nos processos de planeamento e gestão são característicos de diversas áreas da sociedade, com destaque ao nível do planeamento urbano e regional, ao nível da

conservação da natureza e mais tarde, por estar diretamente ligado com a última, ao nível do turismo sustentável, desenvolvido em áreas rurais ou naturais.

Os processos participativos regem-se por um conjunto de fundamentos, são caracterizados por benefícios que afetam a generalidade dos *stakeholders* e, ao mesmo tempo, por barreiras e dificuldades à sua implementação. Entre as últimas, uma das principais e de mais difícil resolução prende-se com a legitimação de *stakeholders* para participar. Uma segunda, prende-se com os conflitos que se podem gerar entre *stakeholders* ou entre estes e as estruturas responsáveis pelo planeamento e gestão. No entanto, mesmo conscientes dos problemas, é claramente assumido na investigação científica atual, a pertinência da participação de *stakeholders* nas várias fases de planeamento e gestão do turismo em AP, sobretudo ao nível da recolha de informação e posteriormente no apoio à tomada de decisão e implementação.

É com base nestes pressupostos e com o intuito de explorar os princípios teóricos que regem estes processos que desenvolvemos o presente capítulo de revisão de literatura. Associam-se alguns trabalhos que marcaram a teoria ainda hoje vigente com resultados de alguns estudos mais recentes. Desta forma, visamos o aprofundamento da teoria e um contributo para uma determinação mais consciente e fundamentada de variáveis importantes na definição do estudo de caso.

2. Processos participativos

2.1. Fundamentos e conceitos de um novo paradigma de gestão

A par do crescimento do turismo enquanto indústria global e da sua reconhecida importância para as economias de muitas nações mundiais, surgem também muitas críticas acerca desta indústria pelos impactos negativos a nível económico, ambiental e sociocultural, evidentes em muitos destinos (Ladkin & Bertramini, 2002). Estes criticismos deram origem a uma maior sensibilização para os seus efeitos negativos e até para novas aproximações de gestão dos espaços recetores, desenvolvidas muitas vezes a curto prazo e sem ter em conta fatores que influenciam o desenvolvimento sustentável. Neste seguimento, algumas aproximações de planeamento e gestão contemporâneas, como o desenvolvimento sustentável, planeamento integrado, turismo de base comunitária e outros, têm tentado sustentar o turismo como um veículo para o desenvolvimento sociocultural e económico (Tosun & Jenkins, 1998).

Ao nível das AP, enquanto espaços de usufruto turístico e recreativo, também se verifica que as tendências na gestão têm vindo a sofrer grandes alterações. Novos paradigmas emergem entre as comunidades científicas e profissionais, com o intuito de melhorar e adaptar de forma cada vez mais

eficaz os processos de gestão inerentes a estes espaços, onde a proteção da natureza e dos recursos culturais são fatores basais.

Contudo e de forma contrária a este princípio, um dos claros problemas que advém da implementação das AP está diretamente relacionado com as populações locais dessas mesmas áreas, que outrora (antes da criação da AP), desenvolveram a suas atividades socioeconómicas de forma livre e organizada segundo padrões de gestão tradicionais. De acordo com Pimbert e Pretty (1995), em muitos casos as populações locais, após a implementação de determinados espaços protegidos, foram “expulsas” dos seus habitats naturais sem o provisionamento adequado de fontes de rendimento/trabalho. Noutros casos, determinadas populações têm vindo a sofrer restrições perante a utilização dos espaços (uso comum da propriedade) para o desenvolvimento de atividades associadas ao meio natural (e.g. agricultura). De acordo com os mesmos autores, o descontentamento derivado destas situações pode levar a um risco crescente de conflitos no meio rural e à consequente destruição daquilo que se pretendia ver protegido. Protestos, ataques, incêndios, entre outros, são apenas alguns exemplos de situações que poderão acontecer derivadas do desagrado das populações locais relativamente à implementação das AP e consequentemente às decisões de gestão a elas inerentes.

Igualmente importante a ignorar os conhecimentos e competências locais é o fato de se ignorar as instituições locais e organizações sociais presentes numa determinada AP. Como resultado, sistemas locais de tomada de decisão e de gestão de recursos são desconsiderados e as instituições locais são substituídas por corpos profissionais e burocráticos, quando na realidade, as primeiras são cruciais para a conservação e desenvolvimento sustentáveis do uso da biodiversidade, para além de que são recursos que devem ser potenciados, alterados e desenvolvidos e não ignorados e suprimidos (Pimbert & Pretty, 1995).

Mediante estes factos, e tendo em conta que a sociedade se torna cada vez mais complexa e as economias mais interdependentes, diversas organizações têm encontrado uma dificuldade crescente em agir de forma unilateral para atingir determinados objetivos (Selin, 1999). É neste campo, que a participação e o envolvimento público têm vindo a ser defendidos como uma tendência em crescendo dentro do planeamento urbano e regional e na tomada de decisão, embora em determinados aspetos, identificada como problemática na prática (Wray, 2011).

Os processos participativos têm um grande relevo ao nível da conservação da natureza. Khadka e Nepal (2010) defendem que a conservação tem vindo a sofrer uma alteração profunda na sua filosofia, políticas e aproximações de gestão ao longo dos últimos 40 anos. A aproximação tradicional (Top-Down management) tem vindo a ser criticada por falhar ao incluir elementos sociais críticos nas

práticas de gestão e está a ser gradualmente conjugada com estratégias participativas (Bottom-up). No mesmo sentido que os autores anteriores, Wray (2011), referindo-se ao setor do turismo, defende que a participação pública se tornou um princípio fundamental da sustentabilidade e responsabilidade social, e sugere que, ao olharmos para as comunidades envolvidas no turismo é impossível separar os processos sociais, económicos e políticos que operam dentro de uma comunidade.

Destas conceções de “participação”, emerge a noção de “Gestão adaptativa”. Segundo Stringer et al. (2006), esta trata o conhecimento acerca dos ecossistemas como incertos e plurais, partindo do princípio que, para criar estratégias de desenvolvimento sustentável é necessária a participação de *stakeholders* e a constituição de relações entre estes, num processo contínuo de alteração, adaptação e aprendizagem. De todas estas, o fator aprendizagem é dos mais importantes e valorizadas, refletindo-se no espelho da aprendizagem social, uma aproximação que, segundo Stringer et al. (2006) reflete muito do trabalho realizado pelo conhecido psicólogo Albert Bandura. Esta é essencial nos processos de gestão adaptativa dada a sua dinâmica.

De acordo com Pimbert e Pretty (1995), na história da participação comunitária, duas escolas de pensamento e prática têm sido desenvolvidas: i) Uma vê a participação comunitária como um meio para aumentar a eficiência. A ideia central é de que se as pessoas forem envolvidas, então estas estão mais satisfeitas e de acordo para suportar a inovação e desenvolvimento de um determinado conjunto de serviços ou processos; ii) A segunda vê a participação comunitária como um direito, cujo principal objetivo é o início da mobilização para uma ação coletiva e construção de uma instituição.

Na realidade, as duas visões têm uma perspetiva inclusiva, seja por motivos de melhoria de processos seja por motivos morais e assim sendo, ambas assentam num quadro com traços teóricos comuns.

O trabalho de (Gray, 1985, 1989, 2004) é emblemático ao nível da investigação em colaboração. Esta define a colaboração como um processo de decisão conjunto entre os diferentes *stakeholders*, relativo a um determinado problema pertencente a um domínio, acerca do futuro desse mesmo domínio. Complementarmente, Gray (1989) e Selin (1999) identificaram cinco características críticas do processo colaborativo: (1) Os *stakeholders* são interdependentes; (2) As soluções emergem se lidarmos de forma construtiva com as diferenças; (3) A propriedade das decisões deve ser conjunta; (4) Os *stakeholders* assumem coletivamente a responsabilidade para a direção futura de determinado domínio; (5) A colaboração permanece um processo emergente e dinâmico. Estes cinco princípios provenientes da tese de Gray, são ainda hoje identificados como elementos chave do processo colaborativo e como em muitas outras áreas de desenvolvimento rural, também a

conservação da natureza e o turismo têm, apoiados parcialmente nestes pressupostos, sido caracterizados por diferentes interpretações de participação.

Segundo Selin (1999), compreendendo as diversas formas possíveis de parceria dadas em resposta às diferentes pressões sociais, os gestores do turismo podem iniciar a constituição de parcerias que promovam as respostas mais apropriadas para resolver problemas de foro interativo ou tomar vantagem em oportunidades emergentes. Um exemplo claro que emerge do trabalho de Selin (1999) é que a forma de potenciar o envolvimento público e suporte para a existência de parcerias advém da possibilidade de envolver as pessoas nos processos de planeamento prévio. Para Selin, a lição provavelmente mais importante para os gestores do turismo é de que as parcerias e a colaboração são processos dinâmicos e não um fenómeno estático indo de encontro ao 5º princípio identificado anteriormente.

Ao longo das últimas 3 décadas, o declínio de muitas indústrias tradicionais e rurais, como a agricultura ou a atividade mineira, levou a que muitas comunidades rurais explorassem indústrias alternativas para fortalecer as suas economias de base (Byrd, 2003). O Turismo tornou-se assim uma das grandes indústrias com potencial para a diversificação e desenvolvimento económico das comunidades sobretudo a nível rural e em espaços protegidos, e por isso, um dos objetivos das entidades que gerem estas áreas deve portanto consistir num maior envolvimento e capacitação de diversas pessoas e grupos.

2.2. Condições e benefícios vs barreiras e problemas para a implementação de sistemas participativos

O sucesso dos esforços para gerar um processo participativo de planeamento e gestão depende de uma variedade de fatores. Este vai depender não apenas das estruturas formais em que é estabelecido mas também das motivações, personalidades e perceção das regras/funções dos vários envolvidos (Ladkin & Bertramini, 2002). Para isso, os responsáveis por este devem recolher opiniões e perspetivas de todos os *stakeholders* interessados ou afetados que estão envolvidos nos processos de decisão associados ao planeamento (Byrd, 2007). Num sentido concordante, Wray (2011) explica que “quando as comunidades são ativamente envolvidas nos processos de planeamento e implementação, os planos tendem a ser mais afetos às necessidades, interesses e expectativas dos *stakeholders*, motivando-os a alcançar benefícios económicos, sociais e ecológicos.”

Jamal e Getz (1995) apresentam 6 fatores críticos para o sucesso do trabalho em parceria: 1) O reconhecimento de que um alto grau de interdependência no planeamento e na gestão de determinado projeto é uma realidade; 2) O reconhecimento dos benefícios individuais/mútuos que

podem derivar do processo colaborativo; 3) A percepção de que as decisões são para ser implementadas; 4) A inclusão de grupos chaves de *stakeholders*; 5) A nomeação de um responsável legítimo para iniciar e facilitar o processo de colaboração; 6) Formulação clara de metas e objetivos.

Bramwell e Lane (2000) apresentam um sumário dos potenciais benefícios da colaboração no planeamento turístico e que incluem: (i) a providência de soluções de baixo custo em determinadas regiões, por (ii) agrupamento de recursos evitando os custos de potenciais conflitos de interessados; Politicamente, o (iii) processo colaborativo é mais legítimo e equitativo que as aproximações convencionais de planeamento, visto que (iv) promove a interação, partilha e participação, em que os pareceres e recomendações de não-atores da indústria são tão legítimas como as de um 'expert'.

Também Garrod (2003) sugere alguns benefícios, tais como: (i) Aumento da eficiência de projetos pela consulta à população local ou envolvendo-os na gestão e implementação dos mesmos; (ii) Aumento da eficácia dos processos através de um maior envolvimento local para ajudar a garantir que os objetivos deste são cumpridos e os benefícios são recebidos pelo grupo pretendido; (iii) Reforço das capacidades dos beneficiários para entender o que é o ecoturismo e como é que este pode contribuir para o desenvolvimento sustentável (por garantir que os participantes estão envolvidos ativamente no projeto através de formação formal e / ou informal e ações de sensibilização); (iv) Aumenta a capacitação local, procurando dar às comunidades um maior controlo sobre os seus recursos e as decisões relativas à utilização dos mesmos e que afetam as suas vidas (o que significa assegurar que as comunidades locais recebem os benefícios associados com o uso desses recursos); (v) Compartilha os custos com os beneficiários locais, por exemplo, , os custos de financiamento, operação, manutenção, de acompanhamento do projeto e os custos de avaliação. Além disso, a colaboração adere valores às políticas vigentes, visto que as pessoas que são afetadas pelo desenvolvimento trazem o seu conhecimento e experiências ao processo. O carácter inclusivo das aproximações colaborativas podem portanto ajudar a lidar com alguns problemas chaves da implementação de modelos de gestão, como os conflitos que surgem entre políticas e valores, ou interesses dentro da estrutura que implementa o processo (Hall, 2000).

No entanto, perante estes benefícios está também presente uma grande crítica aos processos colaborativos. Esta, e que é determinante, é que a teoria colaborativa é baseada na assunção de que estes processos podem apenas superar os desequilíbrios envolvendo todos os *stakeholders* se os mesmos corresponderem às suas reais necessidades. Esta ignora a existência de constrangimentos sistemáticos, como a distribuição do poder e fluxos de recursos. As evidências sugerem que o planeamento colaborativo é diretamente afetado por regras, práticas e sistemas que diferem entre nações, regiões e locais (Aas et al., 2005; L. Roberts & Simpson, 1999). Em concordância, Bramwell e

Lane (2000) defendem que algumas aproximações colaborativas que funcionam em alguns países ocidentais muito desenvolvidos podem não funcionar noutros em estágios económicos e políticos diferentes ou menos desenvolvidos.

Por um lado, estas barreiras podem ser colocadas do ponto de vista do estado. Pimbert e Pretty (1995) referem, que mesmo reconhecendo a importância da participação, muitos profissionais de conservação colocam limites muito claros na forma e grau de participação que toleram na gestão das AP. Isto significa que as agências de gestão (maioritariamente estatais) precisam e receiam a participação popular, ou seja, necessitam da concordância e apoio das pessoas mas têm medo que este maior envolvimento seja menos controlável, menos preciso e assim torne todos os processos de planeamento mais lentos. Os mesmos autores referem ainda que a participação total das comunidades locais no planeamento e gestão de AP pode ainda ser difícil no sentido em que é geralmente assumido que estas são, e devem ser, sujeitas a regimes de gestão externa (e.g. pelo estado somente ou pelo estado em parceria com ONG's internacionais com especialistas ao nível da conservação).

Por outro lado, as barreiras ou desvantagens estão relacionadas com o processo em si. Garrod (2003), ao desenvolver acerca do trabalho de Drake (1991), referencia algumas desvantagens do desenvolvimento de processos participativos, nomeadamente: (1) A gestão da participação local, frequentemente implica o aumento do *staff* para o desenvolvimento do projeto; (2) É muitas vezes exercida alguma pressão pela comunidade para alargar o âmbito ou a forma do projeto além do que estava inicialmente planeado com consequentes aumentos de custos; (3) Os responsáveis pelo planeamento correm o risco de perder o projeto para forças opostas que têm interesse em assumir o controlo do mesmo longe da agência que o executa; (4) Os benefícios podem nem sempre alcançar todos os envolvidos e da forma esperada; (5) Informar as populações locais acerca de determinado projeto pode provocar o aumento das suas aspirações ao mesmo, levando a uma maior insatisfação ou frustração se o projeto falhar ou se atrasar; (6) Tentativas de envolver a comunidade local podem trazer alguns conflitos latentes que servem como entrave à implementação do projeto.

Swarbrooke (1999) por sua vez apresenta também algumas desvantagens: i) Os processos participativos podem aumentar os custos do planeamento e desenvolvimento do turismo; ii) O envolvimento da comunidade local pode aumentar o período de tempo necessário para trazer projetos mais complexos à concretização; iii) Pode ser dada a oportunidade a grupos de interesse de negar às pessoas de fora da área em causa, oportunidades de emprego ou de lazer; iv) Pode permitir a grupos comunitários maioritários a discriminação contra outros (e.g. minorias étnicas).

Também Timothy (1999) numa perspectiva ligeiramente diferente, apresenta alguns constrangimentos muito interessantes: i) Em muitas sociedades, existe uma cultura de respeito para com pessoas em posições de autoridade. Os que assumem estas posições (de autoridade) não têm necessariamente que procurar o consentimento daqueles que estão sob sua liderança, enquanto que aqueles que não têm autoridade, esperam para ser conduzidos/liderados. O planeamento é visto como algo que aqueles em posições de liderança fazem para o benefício daqueles que estão sob sua autoridade; ii) Embora muitas vezes possa ser mais eficaz do que outras abordagens para o planeamento e gestão do ecoturismo, o planeamento participativo pode também ser mais caro. Nas situações em que os orçamentos das autarquias locais estão sujeitos a severos cortes, o planeamento participativo pode ser simplesmente um luxo que as autoridades competentes sentem que não podem pagar; iii) Ao mesmo tempo, a população local pode sentir que não tem possibilidades de investir a tempo útil de participar no processo de planeamento. Em tempos de dificuldades económicas (que é ironicamente quando as iniciativas de ecoturismo são muitas vezes mais necessárias), as pessoas locais tendem a estar mais interessadas em fazer face às despesas do presente ao invés de planeamento para o futuro; iv) Falta de formação e especialização por parte dos responsáveis pelo desenvolvimento dos processos participativos também podem agir como um obstáculo para o desenvolvimento do turismo. Como resultado, as autoridades de planeamento muitas vezes sentem-se mal preparadas para se envolver numa abordagem participativa, preferindo em vez disso manter o uso de técnicas testadas e confiáveis; v) Pode haver uma falta de compreensão crítica pela população local acerca da conceção do que é o turismo (e as suas vertentes). Membros da estrutura responsável tendem a ser por vezes relutantes em permitir que a comunidade possa participar porque duvidam da qualidade e utilidade de muitas informações. Ao mesmo tempo, a população local também não está disposta a envolver-se no planeamento, porque se sentem incapazes de lidar com as questões envolvidas e não são encorajados a acreditar que têm algo valioso para contribuir.

Para além destes, outros problemas têm vindo a ser identificados, como por exemplo: i) em países em que o turismo se depara com dificuldades de planeamento e gestão, a colaboração pode ser difícil de atingir (Aas et al., 2005); ii) Fatores relacionais podem também desencorajar a colaboração entre *stakeholders* ou até, quando existe diferenças no poder das diferentes partes envolvidas (Selin & Chavez, 1995). De acordo com Ladkin e Bertramini (2002) alguns dos inibidores mais significantes à participação incluem a (i) falta de especialistas e conhecimento ao nível das autoridades que planeiam o turismo; (ii) Tradições políticas que favorecem a centralização da autoridade; (iii) Falta de fundos; (iv) Falta de interesse ou compromisso de *stakeholders*; (v) Competição pelos mesmos recursos; (vi) Falta de estratégias a longo prazo e a (vii) Falta de consenso em estruturas e processos

específicos. Wray (2011) reforça estas assunções, referindo que a extensão/dimensão da participação comunitária é também fortemente afetada pelos ix) recursos financeiros disponíveis a nível local; x) A relação cultural das comunidades recetoras com o comércio do turismo; xi) Níveis de experiência (dos *stakeholders* e entidades responsáveis pelo desenvolvimento do processo) no turismo e especialistas e competências no turismo local.

Os autores Khadka e Nepal (2010) referem ainda que a experiência em vários projetos de conservação participativa mostra muitos constrangimentos nas fases de planeamento e implementação e que a identificação e inclusão apropriada de diferentes grupos específicos (*stakeholders*) para os programas de desenvolvimento e conservação tem sido uma das grandes falhas verificadas.

Apesar de nem todas estas barreiras estarem presentes num determinado local e tempo, individualmente ou coletivamente estas representam dificuldades significativas na implementação de uma aproximação colaborativa. Existem uma série de condições que assistem no desenvolvimento de um processo colaborativo. De acordo com a revisão realizada, um dos desafios mais importante é a construção de confiança entre os vários atores e o reconhecimento de que existe um problema/objetivo comum (partilhado).

Se por um lado é amplamente defendido que as perceções dos benefícios positivos da colaboração facilitam a interação entre *stakeholders*, tão ou mais importante é a perceção dos problemas, desvantagens e barreiras à participação. Por isso mesmo, a formulação conjunta de metas e objetivos no planeamento do turismo e da recreação devem ser tomadas desde o início deste processo. É a vontade de lutar por um bem comum que se torna uma pré-condição essencial para o desenvolvimento de uma aproximação colaborativa.

Mediante as referências aos fundamentos, problemas e benefícios dos processos participativos, apresentamos a figura 40 que, de forma esquemática, representa um resumo das várias assunções agora apresentadas.

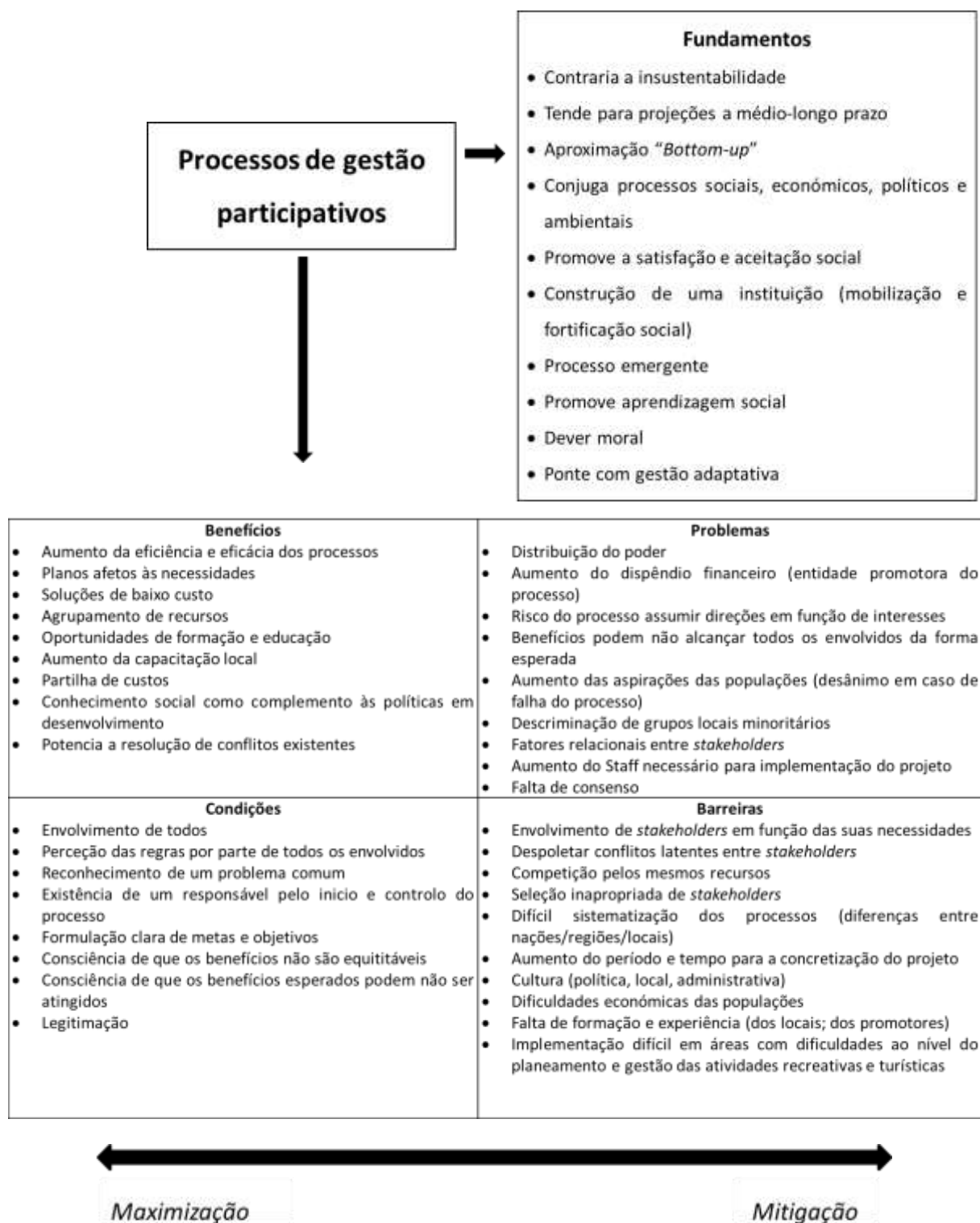


Figura 40. Fundamentos, Benefícios, Condições, Problemas e Barreiras dos processos de gestão participativos

Na figura podemos observar os fundamentos que regem a pertinência e importância dos processos de gestão participativos. De igual forma, e mediante as leituras realizadas, apresentamos um conjunto de Benefícios/Condições vs. os Problemas/Barreiras para a sua implementação.

Apesar de alguns dos problemas serem praticamente inevitáveis, parece-nos claro que a maximização dos benefícios/condições implica consequentemente uma mitigação dos outros fatores. O início do processo deve passar pela compreensão da realidade inerente ao maior número possível de barreiras de forma a garantir que estas são controladas pelos responsáveis de determinado projeto. No nosso entender dois aspetos são essenciais neste campo. Em primeiro lugar, o papel dos responsáveis pela implementação destes processos é determinante, onde a experiência e competência no planeamento da recreação e do turismo, aliadas à personalidade dinâmica, capacidade de diálogo e compreensão mútua poderão garantir parte do sucesso. Em segundo, a consciência clara de quem são os *stakeholders* e a legitimidade que têm em participar no processo. Os fundamentos referentes a este aspeto são desenvolvidos seguidamente.

3. Stakeholders

3.1. Conceito e legitimação de stakeholders

De acordo com Gray (1985) um stakeholder é aquele que tem o direito e a capacidade de participar num processo. Um stakeholder que é impactado pela ação de outro stakeholder tem o direito de ser envolvido; um stakeholder deve ter os “*skills*” para participar. Neste contexto, um stakeholder no setor do turismo é alguém que é impactado pelo desenvolvimento do turismo de forma positiva ou negativa. Consideramos que esta aproximação inclusiva sugere a existência de algumas problemáticas, relacionadas com a qualificação e a decisão. Isto quer dizer que a capacidade de opinar num processo nem sempre está relacionada com a experiência para se formalizar ou efetivar essa mesma visão/opinião.

No planeamento do turismo, as possibilidades de colaboração são complicadas devido à existência de múltiplas e variadas organizações que possuem diferentes pontos de vista e diferentes interesses. Em destinos turísticos emergentes onde os interesses não estão coletivamente organizados, a identificação de *stakeholders* legítimos é uma tarefa complicada (Reed, 1997). De acordo com alguns autores, uma parte crítica e complexa da implementação de um planeamento colaborativo é a identificação e legitimação de potenciais *stakeholders* (Ladkin & Bertramini, 2002; L. Roberts & Simpson, 1999). Estas podem estar relacionadas com o seu poder económico ou político, a perceção legítima das reivindicações, a urgência das mesmas e a vontade de estar envolvido (Medeiros de Araujo & Bramwell, 1999). Em concordância com os autores, Gray (2004) assume que tentar promover a colaboração em processos de carácter ambiental pode ser extremamente difícil. Estas dificuldades surgem devido a diferentes níveis de jurisdição (e.g. governos locais, regionais e

nacionais), diferenças no conhecimento e experiência de *stakeholders*, confrontos de valores, desconfiança histórica e frequente incerteza acerca da viabilidade dos resultados previstos.

Gray (2004) defende também, que apesar de muitos trabalhos incidirem sobre fatores processuais para explicar os problemas entre *stakeholders*, ênfase deve ser dada à convergência ou divergência da concetualização de conflito entre estes de forma a explicar o sucesso ou falhanço do processo colaborativo. Por outras palavras, esta concetualização refere-se à forma como os *stakeholders* compreendem o próprio conflito.

Uma forma clara de explicar esta assunção é dada pela mesma autora num trabalho desenvolvido nos finais dos anos 80 (Gray, 1989). Quando os *stakeholders* se envolvem numa parceria entre várias organizações fazem-no por duas razões distintas: 1) Para capitalizar através do trabalho conjunto e comum entre outros potenciais parceiros ou 2) numa tentativa de resolver propósitos de conflito. No entanto, na prática, estas duas motivações podem facilmente ocorrer interlaçadas. Se uma parceria se inicia com o objetivo de promover um objetivo comum, os *stakeholders* podem ver-se a si próprios em conflito sobre as ações que são necessárias na implementação dos planos que são propostos. No desenvolvimento metodológico do seu trabalho, Gray (2004) considerou algumas dimensões para compreender a interpretação dos *stakeholders* acerca do conflito gerado na área em estudo, nomeadamente: (i) Identidade, (ii) caracterização, (iii) gestão do conflito e (iv) formas de ver/entender a natureza. A (i) identidade tenta capturar as formas como os *stakeholders* se descrevem a si próprios em termos do seu grupo social. Estes grupos tornam-se parte da sua autoidentidade e são refletidos nas respostas/assunções que estes fazem acerca de quem são; a (ii) caracterização reflete a forma como os indivíduos ou grupos se vêem uns aos outros e captura alguns estereótipos negativos; a (iii) gestão do conflito reflete as preferências dos *stakeholders* acerca da forma como conflito deve ser resolvido; a (iv) forma como entendem/vêm a natureza descreve as suas crenças acerca da proteção e regeneração da natureza.

Num sentido semelhante, também os autores Donaldson e Preston (1995), num interessante trabalho em torno da teoria de *stakeholders* desenvolveram acerca de três aspetos destas teorias, nomeadamente: (i) descritivos/empíricos; (ii) instrumentais e (iii) normativos. O primeiro, é utilizado para descrever algumas características e/ou comportamentos da organização (ou indivíduo). Este aspeto é utilizado para examinar o estado passado, o presente e o futuro, dos negócios de uma determinada organização (análoga à dimensão “identificação” proposta por Gray).

O segundo, o aspeto instrumental, é utilizado para identificar conexões, ou a falta destas, entre *stakeholders* (análoga às dimensões “caracterização” e “gestão do conflito”, proposta por Gray). O aspeto normativo é o núcleo fundamental da teoria de *stakeholders*. Este é utilizado para interpretar

a função da corporação, incluindo a identificação moral ou filosófica pela qual determinada organização se guia (análoga à última dimensão proposta por Gray).

Assim, é importante ter uma clara noção de que nem todos os potenciais *stakeholders* têm de estar igualmente envolvidos num determinado processo de tomada de decisão. Igualmente importante é a noção de que não basta existirem um conjunto de características positivas (e.g. poder económico; experiência; entre outros). É fundamental que todos os interesses, perfis e padrões normativos sejam identificados e compreendidos. Em alguns trabalhos revistos, esta complementaridade não é observada e pode constituir uma importante fraqueza no desenvolvimento de processos participativos. Em suma, a falha na identificação do perfil dos *stakeholders* pode determinar o insucesso do desenvolvimento do processo.

Para além das quatro dimensões de Gray (2004), outros fatores como o interesse no processo, o poder económico, a experiência ou os níveis de conhecimento foram também já referidos e são enfatizados em alguns trabalhos de Xu, Lü, Chen e Liu (2009), Ladkin e Bertramini, (2002), Medeiros de Araujo e Bramwell (1999), Miller, Rathouse, Scarles, Holmes, e Tribe (2010) e Bruyere, Beh, e Lelengula (2009). Outras variáveis são apresentadas no trabalho de Khadka e Nepal (2010), como o nível e escopo da participação local, as barreiras que inibem as pessoas de participarem e a perceção local de benefícios da sua própria participação em programas comunitários. Numa metodologia mais recente, TH. Lee (2012) explorou variáveis latentes como o sentimento de envolvimento na comunidade, a afinidade, os custos e os benefícios percebidos, como influenciadores do apoio e envolvimento das comunidades no desenvolvimento do turismo sustentável.

De forma conclusiva é fundamental a compreensão de que não são unicamente os fatores processuais que determinam o sucesso/insucesso de um processo de planeamento e gestão participativa. Um passo prévio fundamental reside num conhecimento mais profundo de cada um dos potenciais participantes neste processo. Utilizamos a denominação “profundo” porque este conhecimento não se deve limitar a variáveis como o poder económico ou o nível educacional dos intervenientes. Deve existir uma transposição para um lado mais moral, que reflete, no caso da gestão turística e recreativa em AP, a forma como cada stakeholder, entende este processo, os outros *stakeholders*, o setor do turismo e da recreação e o próprio meio natural.

3.2. Stakeholders como fonte de informação

De acordo com Garrod (2003) um importante papel que os *stakeholders* podem desempenhar em cada estado do ciclo de vida de determinado projeto é na recolha de informação que será necessária de forma a tomar decisões acerca do planeamento e gestão dos processos associados à recreação e ao turismo. A informação que é tipicamente necessária é inventariada mediante algumas questões

apresentadas pelo autor: i) Qual o estado do espaço utilizado para o turismo (o “espaço” refere-se por exemplo a uma AP)?; ii) Quais as atividades de turismo e recreação desenvolvidas atualmente no espaço?; iii) Quais os impactos das atividades decorrentes no momento?; iv) Quais são os impactos derivados de outras atividades no espaço (diretos ou indiretos)?; v) Como e quão bem são protegidos os recursos?; vi) Quais os recursos que requerem mais e melhor proteção?; vii) Qual o real objetivo de se desenvolverem certas formas de turismo (e.g. ecoturismo; turismo de aventura)?; viii) Quem são os principais grupos de *stakeholders* presentes no espaço?; ix) Que aspirações e preocupações tem a população local relativamente ao desenvolvimento do turismo na área?; x) Qual a consciência ecológica dos grupos de comunidades envolvidos no processo?; xi) Que iniciativas de turismo existem atualmente?; xii) Existem alguns controlos voluntários em execução no que respeita às condutas do turismo?; xiii) Quão bem, determinado planeamento e legislação existente tem em conta o turismo ou a recreação no espaço?; xiv) Qual a experiência passada da comunidade local no processo de planeamento e gestão destas atividades?; xv) Quem são os líderes locais?

A recolha de informação está diretamente relacionada com o campo instrumental e metodológico. Neste escopo, um vasto leque de trabalhos científicos baseia a sua recolha de informação numa vertente sobretudo interpretativa. A utilização de entrevistas semiestruturadas tem sido um dos instrumentos de recolha de dados mais evidenciados, sobretudo ao nível da consulta a organizações, ou informantes chave (Bruyere et al., 2009; Gray, 2004; S. McCool & Guthrie, 2001; Miller et al., 2010; Raymond & Hall, 2008). A vertente quantitativa tem como alvo principal as comunidades locais e grandes grupos de *stakeholders*. De acordo com Selin (1999) os inquéritos realizados junto de *stakeholders* devem incluir o conhecimento das características que ditam o sucesso ou insucesso dos esforços que resultam de parcerias, a identificação de barreiras para a formação das mesmas, a compreensão dos motivos para a participação.

Os âmbitos de alguns trabalhos científicos atuais respondem claramente às questões colocadas por Garrod (2003) e têm-se debruçado sobre diversas tipologias de *stakeholders*. Desde visitantes a organizações, diversas tipologias têm sido questionadas acerca da aceitação e proposta de novas opções de gestão (Smyth, Watzin, & Manning, 2009), acerca do entendimento e aceitação da implementação de AP e das vantagens do desenvolvimento do turismo nestas (Haukeland, 2011b), acerca dos benefícios económicos gerados pelo turismo (Xu et al., 2009), as procuras dos turistas por infraestruturas (Haukeland, Grue, & Veisten, 2010), problemas ambientais (Puczkó & Rátz, 2000), problemas sociais (Mann & Absher, 2008) entre outros.

Tal como para o ponto anterior, apresentamos a figura 41 que reflete a nossa compreensão acerca dos *stakeholders* nas atividades desportivas, recreativas e turísticas (D,R&T) nas AP, as suas tipologias, características e dimensões intrínsecas.

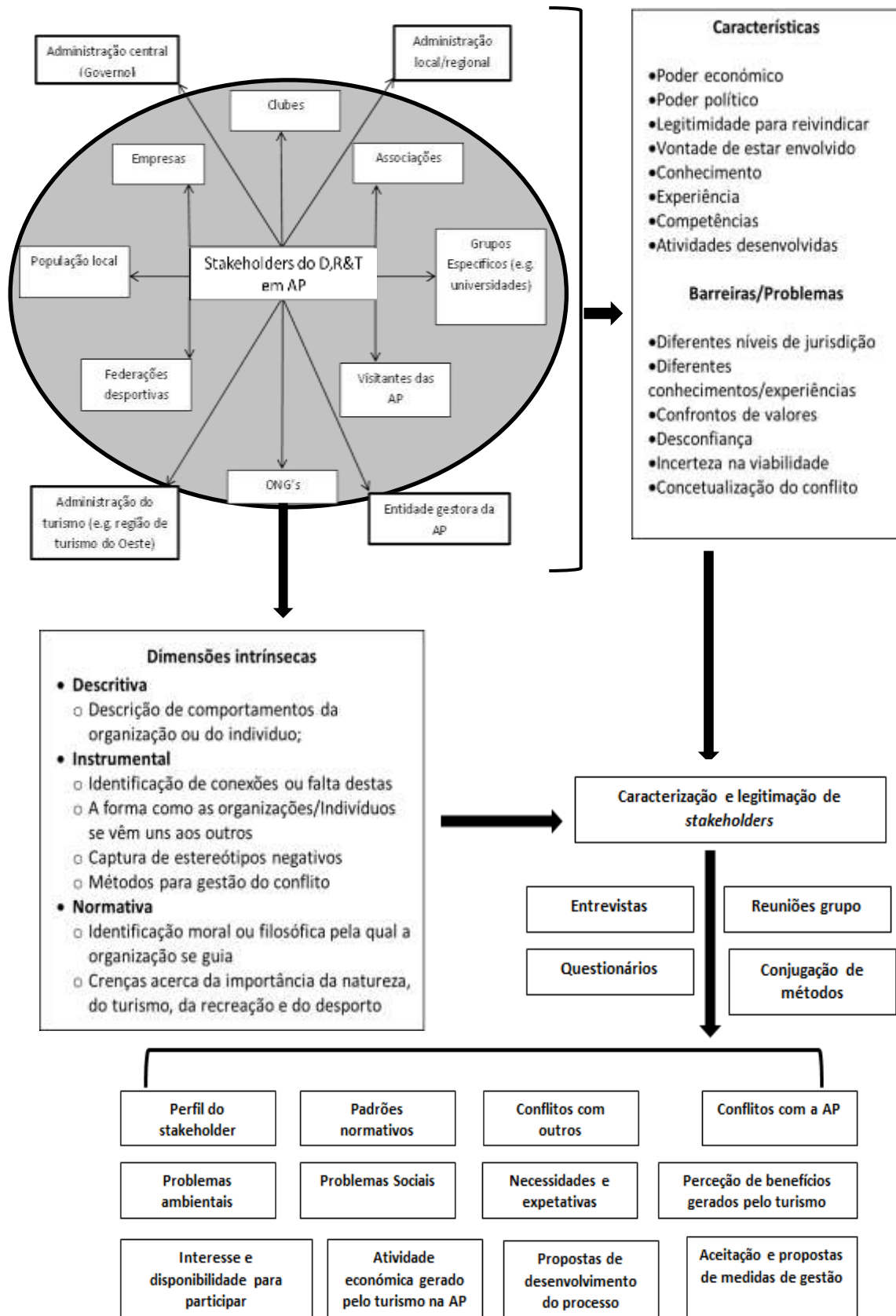


Figura 41. Stakeholders do D,R&T em AP

O modelo de compreensão aqui apresentado conjuga os fundamentos referidos anteriormente com os instrumentos mais comuns de recolha de dados e as variáveis mais estudadas.

Um aspeto importante que deriva da nossa conceção é a importância da conjugação das características e problemas associados aos *stakeholders* com as suas dimensões intrínsecas, como fator chave para uma correta legitimação participativa. É igualmente importante denotar, que as tipologias de *stakeholders* apresentadas são constituídas por dois níveis. Um nível exterior (fora do círculo cinzento), composto essencialmente por entidades públicas administrativas com fortes influências nas políticas associadas às AP, ao desporto e ao turismo. A um nível interno (dentro do círculo cinzento), encontramos possibilidades de *stakeholders*, que podem logicamente variar em função da realidade da AP em estudo. É destas, visto que são em maior número e que a sua diversidade institucional pode também originar diversidade e disparidade de perfis, ideais e filosofias, que derivam as dimensões intrínsecas, que no nosso entender, embora não tenham de ser exclusivas destes grupos tornam mais pertinente a sua compreensão.

Finalmente, e dada a importância do conflito gerado entre *stakeholders* ou entre estes e a AP, é pertinente referir que a nossa conceção considera que os conflitos são problemas de fácil emergência durante momentos de discussão mas que a resolução e mediação dos mesmos são consideradas uma componente integral do desenvolvimento do turismo sustentável.

A componente inferior da figura considera as dimensões de informação que normalmente são procuradas junto dos *stakeholders* e que são essenciais para a obtenção de informação pertinente para a gestão e tomada de decisão.

A comunicação, a perceção comum de benefícios e barreiras à implementação de processos participativo, a existência de uma estratégia comum desde os níveis mais elevados aos mais baixos da cadeia participativa, uma noção clara da importância, da função e dos potenciais benefícios e problemas derivado do D,R&T nas AP, são alguns dos fatores mais importantes a ter em consideração no arranque de um processo de planeamento e gestão participativa. Elementos unicamente processuais baseados em documentos orientadores, estruturas burocráticas e definições estanques de regras e objetivos são, do nosso ponto de vista, considerações que tidas em conta isoladamente ditam o fracasso de um processo que envolve pessoas e comunidades normalmente rurais e de reduzida dimensão. Uma compreensão mais ampla do perfil dos *stakeholders* e das suas perceções aos mais variados níveis revela-se na literatura um fator fundamental para o arranque do processo. Ao utilizarmos a palavra “arranque” queremos dizer que esta compreensão deve decorrer antes do próprio processo em si e os seus resultados, devem ser essenciais para determinar o seu encaminhamento ou não.

4. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Bramwell, B., & Lane, B. (2000). *Tourism Collaboration and Partnerships: Politics, Practice and Sustainability*. Cleveland: Channel View.
- Bruyere, B., Beh, A., & Lelengula, G. (2009). Differences in Perceptions of Communication, Tourism Benefits, and Management Issues in a Protected Area of Rural Kenya. *Environmental Management*(43), 49-59. doi: 10.1007/s00267-008-9190-7
- Byrd, E. (2003). *An Analysis of Variables that Influence Stakeholder Participation and Support for Sustainable Tourism Development in Rural North Carolina*. PhD, Graduate Faculty of North Carolina State University, North Carolina.
- Byrd, E. (2007). Stakeholders in sustainable tourism development and their roles: Applying stakeholder theory to sustainable tourism development. *Tourism Review*, 62(2), 6-13.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 231-248. doi: 10.1080/09669580802495725
- Garrod, B. (2003). Local Participation in the Planning and Management of Ecotourism: A Revised Model Approach. *Journal of Ecotourism*, 2(1), 33-53. doi: 10.1080/14724040308668132
- Gray, B. (1985). Conditions facilitating interorganizational collaboration. *Human Relations*, 38(10), 911-936. doi: 10.1177/001872678503801001
- Gray, B. (1989). *Collaborating: Finding Common Ground for Multiparty Problems*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Gray, B. (2004). Strong Opposition: Frame-Based Resistance to Collaboration. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(14), 166-176. doi: 10.1002/casp.773
- Hall, C. (2000). *Tourism Planning Processes and Relationships*. Harlow: Prentice Hall.
- Haukeland, J. (2011). Tourism stakeholders' perceptions of national park management in Norway. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(2), 133-153. doi: 10.1080/09669582.2010.517389
- Haukeland, J., Grue, B., & Veisten, K. (2010). Turnin National Parks into Tourist Attractions: Nature Orientation and Quest for Facilities. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10(3), 248-271. doi: 10.1080/15022250.2010.502367
- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.
- Khadka, D., & Nepal, S. (2010). Local Responses to Participatory Conservation in Annapurna Conservation Area, Nepal. *Environmental Management*, 45, 351-362. doi: 10.1007/s00267-009-9405-6
- Ladkin, A., & Bertramini, A. (2002). Collaborative Tourism Planning: A Case Study of Cusco, Peru. *Current Issues in Tourism*.
- Lee, T. (2012). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. *Tourism Management*, xxx, 1-10.
- Mann, C., & Absher, J. D. (2008). Recreation conflict potential and management implications in the northern/central Black Forest Natural Park. *Journal of Environmental Planning and Management*, 51(3), 363-380. doi: 10.1080/09640560801979527
- McCool, S., & Guthrie, K. (2001). Mapping the Dimensions of Successful Public Participation in Messy Natural Resources Management Situations. *Society and Natural Resources*(14), 309-323. doi: 0894-1920/2001
- Medeiros de Araujo, L., & Bramwell, B. (1999). Stakeholder Assessment and Collaborative Tourism Planning: The Case of Brazil's Costa Dourada Project. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 356-378. doi: 0966-9582/99/03 0356-23
- Miller, G., Rathouse, K., Scarles, C., Holmes, K., & Tribe, J. (2010). Public Understanding of Sustainable Tourism. *Annals of Tourism Research*, 37(3), 627-645. doi: 10.1016/j.annals.2009.12.002
- Pimbert, M., & Pretty, J. (1995). Parks, People and Professionals: Putting 'Participation' into Protected Area Management (pp. 65). Geneva: United Nations Research Institute for Social Development
- Puczkó, L., & Rátz, T. (2000). Tourist and Resident Perceptions of the Physical Impacts of Tourism at Lake Balaton, Hungary: Issues for Sustainable Tourism Management. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(6), 458-478. doi: 10.1080/09669580008667380
- Raymond, E., & Hall, C. (2008). The Development of Cross-Cultural (Mis) Understanding Through Volunteer Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 530-543.

- Reed, M. (1997). Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 566-591. doi: 10.1016/S0160-7383(97)00023-6
- Roberts, L., & Simpson, F. (1999). Developing Partnership Approaches to Tourism in Central and Eastern Europe. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 314-330. doi: 0966-9582/99/03 0314-17
- Selin, S. (1999). Developing a Typology of Sustainable Tourism Partnerships. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3-4), 260-273. doi: 10.1080/09669589908667339
- Selin, S., & Chavez, D. (1995). Developing a Collaborative Model for Environmental Planning and Management. *Environmental Management*, 19(2), 189-195.
- Smyth, R., Watzin, M., & Manning, R. (2009). Investigating public preferences for managing Lake Champlain using a choice experiment. *Journal of Environmental Management*, 90, 615-623. doi: 10.1016/j.jenvman.2007.12.016
- Stringer, L., Dougill, A., Fraser, E., Hubacek, K., Prell, C., & Reed, M. (2006). Unpacking "Participation" in the Adaptive Management of Social-ecological Systems: a Critical Review. *Ecology and Society*, 11(2), 39.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Wallingford: CABI.
- Timothy, D. (1999). Participatory Planning: A View of Planning in Indonesia. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 371-391.
- Tosun, C., & Jenkins, C. (1998). The evolution of tourism planning in third-world countries: A critique. *Progress in Tourism and Hospitality Research*, 4(2), 101-114.
- Walpole, M., & Goodwin, H. (2001). Local attitudes towards conservation and tourism around Komodo National Park, Indonesia. *Environmental Conservation*, 28(2), 160-166.
- Wray, M. (2011). Adopting and implementing a transactive approach to sustainable tourism planning: translating theory into practice. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 605-627. doi: 10.1080/09669582.2011.566928
- Xu, J., Lü, Y., Chen, L., & Liu, Y. (2009). Contribution of tourism development to protected area management: local stakeholder perspectives. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 16(1), 30-36. doi: 10.1080/13504500902757189

Capítulo 10. A Perspetiva dos *Stakeholders*: Os Municípios e a Agência de Gestão do PNSAC (*Stakeholders* nível 2)

1. Introdução

“In order to develop and apply policies for tourism in destinations, there is usually a requirement for knowledge, thought, the application of power, resources and rules, and also coordination and cooperation among numerous actors.” (Bramwell, 2011).

A expressão de Bramwell traduz a essência do presente capítulo que nasce do princípio que só através da boa governança e gestão, as áreas protegidas (AP) serão capazes de conservar os seus valores naturais e garantir o seu entendimento pelas gerações presentes e futuras (Eagles, 2009).

Como constatado no capítulo 8, o território geográfico do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) abrange dois distritos, sete municípios e cerca de 32 juntas de freguesia. A par disto, a gestão e conservação da natureza é da responsabilidade da agência de gestão do PNSAC, entidade inserida na orgânica do ICNF mais especificamente no Departamento de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e do Vale do Tejo. Todo este quadro leva a crer que a gestão do PNSAC é por si só complexa e a sua especificação nas atividades desportivas realizadas nos âmbitos recreativos e turísticos (D,R&T), pela sua incipiência nacional, sê-lo-á ainda mais.

Alguns trabalhos têm incidido sobre a temática da descentralização na gestão de recursos naturais (Larson, 2002, 2004) e outros na consideração das perspetivas de entidades governativas de âmbito local ou regional na gestão destes recursos e de sistemas sócio ecológicos (Kaimovitz, Vallejos, Pacheco, & Lopez, 1998; Palomo, Martín-López, López-Santiago, & Montes, 2011). Todavia, embora se discorra acerca da governança associada ao subsetor em estudo (B. Bramwell, 2011; Eagles, 2009) não se evidenciam muitos trabalhos que considerem a recolha de dados empíricos junto das instituições anteriormente referenciadas. Tendo em conta que uma gestão adequada depende de uma boa governança (Eagles, 2009) e que as decisões de gestão devem ser coordenadas desde os níveis superiores de decisão (B. Bramwell, 2011; Eagles, 2009) pensamos que não será sensato um aprofundamento do estudo de caso sem uma compreensão prévia das perspetivas dos *stakeholders* do 2º nível da cadeia participativa (ver parte 1).

Deste modo, congratulam-se como objetivos específicos deste capítulo,

Obj.Esp.4 (Parcial): Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

Obj.Esp.5 **(Parcial)**: Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Obj.Esp.6 **(Parcial)**: Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

Obj.Esp.7 **(Parcial)**: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

Obj.Esp.8 **(Parcial)**: Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo;

Iniciamos com a apresentação de todos os procedimentos metodológicos, de natureza qualitativa, e preconizados através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Posteriormente procede-se à interpretação dos resultados, e nesta fase, é importante destacar que não aprofundamos os elementos da discussão visto que se pretende posterior triangulação. Por fim, apresentamos as conclusões e referências bibliográficas.

2. Metodologia

2.1. Campo de estudo

O campo de estudo é composto por 8 entidades com responsabilidades de gestão do PNSAC, nomeadamente: 7 câmaras municipais (CM) inseridas na área geográfica do PNSAC e a agência de gestão (AG). Para este capítulo, a determinação do campo de estudo foi facilitada, visto que não implicou a consideração de critérios de inclusão/exclusão das entidades a entrevistar. É apenas relevante referenciar que os pedidos de colaboração foram dirigidos à presidência de cada uma das entidades que posteriormente definiram o seu representante.

2.2. Instrumento

2.2.1. Seleção do instrumento - a entrevista semiestruturada

O instrumento selecionado para a recolha dos dados foi a entrevista. Metodologicamente, Hébert, Goyette e Boutin (2010), assumem que as entrevistas são uma das principais técnicas de recolha de dados utilizadas nas metodologias qualitativas. Segundo os mesmos autores, este método traz algumas vantagens aos investigador, visto que permite a determinação do grau de objetividade, permite uma aplicação contínua (por vezes sujeita a alterações durante a sua aplicação) e permite observar as opiniões dos inquiridos acerca deles próprios, dos outros ou os acontecimentos que os rodeiam. Flick (2005) estabelece uma posição semelhante e defende que este instrumento permite

que os pontos de vista dos sujeitos sejam mais facilmente expressos numa situação de entrevista relativamente aberta do que numa entrevista estruturada ou num questionário. Para além disso, diversos trabalhos científicos realizados em áreas semelhantes à que estudamos, têm feito recurso a uma abordagem interpretativa, no sentido de compreender de forma mais profunda os pontos de vista e as opiniões daqueles que estão diretamente relacionados com a gestão dos espaços naturais (Manning, 2007; B. Pinto, 2008). Outros trabalhos recentes e mais diretamente relacionados com o tema em estudo são também exemplo desta aproximação (Kent, Sinclair, & Diduck, 2012; Palomo et al., 2011).

Para além de fatores de natureza metodológica e da existência de outros estudos, toda a informação obtida e analisada nos capítulos anteriores permitiu uma perspetiva mais clarificada daquilo que se pretendia especificar no estudo de caso objetivando este instrumento como adequado.

2.2.2. Construção do guião de entrevista

Contribuíram para a construção do guião da entrevista: i) A revisão de literatura (capítulos 1, 2 e 3), bastante especificada em temas independentes e que de forma integrada contribuíram para a compreensão do objeto de estudo; Posteriormente, a revisão efetuada no capítulo 9 permitiu maior clareza na definição de variáveis; ii) Os resultados obtidos da triangulação de dados da fase *meso*, que visaram a contextualização do caso nacional; iii) A caracterização do PNSAC, realizada no capítulo 8, que permitiu compreender o enquadramento geográfico desta AP, assim como elementos do seu funcionamento e gestão evidenciando o papel quer das CM quer da AG.

Posteriormente seguiram-se algumas fases e conselhos de alguns autores (Bardin, 2009; Hébert et al., 2010; Quivy & Campenhoudt, 1998). Sendo os procedimentos adotados, análogos aos do capítulo 6, enunciamos apenas as fases: (1) agrupamento das variáveis que se pretendem estudar; (2) Criação de questões que visassem a resolução dessas mesmas variáveis; (3) Criação de dimensões de análise; (4) Listagem dos vários conjuntos de questões dentro de cada uma das dimensões de análise criadas; (5) Processo de redução da entrevista; (6) Seleção da ordem pela qual cada uma das dimensões seria apresentada no guião.

O guião de entrevista foi constituído por 6 dimensões de análise, nomeadamente: **Dimensão I:** A importância da recreação e do turismo no PNSAC; **Dimensão II:** Caracterização do PNSAC; **Dimensão III:** O Desporto de natureza no escopo das atividades recreativas e turísticas no PNSAC; **Dimensão IV:** Gestão do Desporto de Natureza enquanto atividade recreativa e turística no PNSAC; **Dimensão V:** Possibilidades de um processo de gestão participativo; **Dimensão VI:** Identificação de problemas e necessidades. Dada a sua extensão, cada uma das questões da entrevista e respetivos objetivos são apresentados no anexo 15.

2.3. Objetividade do instrumento: Validade e fidelidade

Hébert et al. (2010), ao citar Miles e Huberman (1984), defendem que os critérios de cientificidade aplicados às metodologias qualitativas e que contribuem para a sua objetividade centram-se sobretudo em três problemas/necessidades: i) A clarificação dos critérios de cientificidade utilizados pelo investigador; ii) A operacionalização desses critérios no processo investigativo através de procedimentos específicos (consiste numa forma privilegiada de clarificação) e iii) A explicitação da operacionalização dos critérios nos relatórios de investigação. Apresentamos de seguida os procedimentos que visaram o alcance da validade e fidelidade do instrumento de medida.

2.3.1. Validade do instrumento de medida

Validade aparente

A validade aparente baseia-se na evidência dos dados de observação. Neste sentido, **1)** tivemos a preocupação de garantir a concatenação entre os dados da revisão de literatura (parte *macro*), os resultados obtidos na parte *meso* e a objetividade das dimensões de análise criadas e presentes na entrevista; **2)** Procedemos a uma validação por peritagem (4 peritos com o seguinte perfil: 2 docentes e investigadores em ciências do desporto e com experiência no uso de entrevistas; 1 docente especialista em turismo de natureza e aventura; 1 docente especialista em psicologia e experiência na aplicação de entrevista psicológica). O guião de entrevista foi disponibilizado a cada um dos peritos acompanhado de um texto que enquadrava o estudo e os seus objetivos. Esta validação por peritagem seguiu alguns objetivos propostos por Hill e Hill (2005) análogos aos apresentados no capítulo 6.

Validade instrumental

A entrevista foi construída de raiz para este estudo e por esta razão não nos foi possível encontrar outro instrumento (e.g. questionário) que permitisse aferir os mesmos objetivos. No entanto, e diretamente relacionada com o tipo de validade anterior, contribuiu a objetividade entre as análises decorrentes anteriormente (fases *macro* e *meso*) e a própria construção do guião de entrevista. É ainda de salientar que o guião utilizado estabelece-se como um “meio-termo” entre as entrevistas realizadas aos institutos públicos (capítulo 6) e aquelas que foram utilizados no estudo exploratório do capítulo 11. Apesar de especificadas na realidade do PNSAC (ao contrário da visão nacional presente no cap.6) foi-nos possível (*a posteriori*) observar correspondência na natureza das respostas efetuadas nos três guiões (cap.6, capítulo presente, capítulo 11) contribuindo assim para o cumprimento deste tipo de validade.

Validade teórica

A validade teórica existe quando um procedimento pode demonstrar claramente que o quadro teórico corresponde às observações. Hébert et al. (2010) ao citar Erickson (1986,p.140) identificam alguns problemas que derivam da ausência deste tipo de validação. Os autores sugerem que esta acontece quando existe número e diversidade insuficiente de provas. Para a resolução deste problema desenvolvemos um teste piloto do instrumento com uma primeira aplicação. Após esta aplicação, procedemos da seguinte forma: 1) Registamos a duração da entrevista; 2) Analisaram-se os dados da entrevista em dois momentos distintos (a explicar na fidelidade); 3) Percebeu-se se os resultados obtidos estavam de acordo com os objetivos, as variáveis e o sistema categorial previamente estabelecido.

2.3.2. Fidelidade do instrumento de medida

De acordo com Kirk e Miller (1986), a fidelidade não incide diretamente sobre os dados, mas sim, sobre as técnicas e instrumentos de medida ou de observação. Os autores sugerem assim dois tipos de fidelidade, a quixotesca e a sincrónica.

Fidelidade quixotesca

Neste caso aferimos a fidelidade intracodificador. Através da entrevista piloto procedemos à codificação em dois momentos distintos num intervalo de uma semana. Utilizámos, após codificação, o Índice de Bellack (IB) (Siedentop, 1991) relativo à quantidade de categorias, subcategorias e codificações. Os resultados de 91,3%, 95% e 95,6% (IB entre categorias, subcategorias e codificações respetivamente) revelaram dados de fidelidade bastante aceitáveis. No anexo 16, podem ser observados os cálculos e resultados obtidos.

Fidelidade Sincrónica

Para garantir este tipo de fidelidade, concorreu a aplicação piloto realizada e a verificação da conformidade dos aspetos teóricos que interessavam. Assim, a fidelidade sincrónica, cruza-se de alguma forma com a validade teórica.

Findos os processo de validade e fidelidade, foi criado o guião final da entrevista que se encontra no anexo 17, assim como o documento que enquadrava a investigação e pressupostos éticos (anexo 18) e que foi enviado a cada uma das entidades inquiridas.

2.4. Metodologia de aplicação

A metodologia de aplicação das entrevistas foi resolvida mediante dois protocolos diferenciados. Em alguns casos foram obtidas com recurso ao protocolo áudio (*in loco* com posterior transcrição) e

noutros mediante protocolo escrito. De forma a garantir que mediante dois protocolos distintos atingiríamos os mesmos resultados sentimos a necessidade de realizar um novo teste com o primeiro protocolo escrito através de um processo de codificação e comparação com os resultados obtidos no protocolo áudio (entrevista piloto referida anteriormente). Numa comparação cuidadosa, apercebemo-nos da semelhança entre os dados obtidos reduzindo assim a possibilidade de viés nas aplicações seguintes. Independentemente do protocolo aplicaram-se os seguintes procedimentos: 1) Foi estabelecido um contato formal com as entidades a entrevistar, por *e-mail* e dirigido ao presidente/diretor de cada uma; 2) O indivíduo a entrevistar foi sugerido pela presidência, partindo do princípio que seria o indivíduo (ou conjunto de indivíduos) com maior *know-how* na temática; 3) Realizou-se o planeamento necessário à sua execução (equipamentos; deslocações); 4) Informaram-se devidamente os entrevistados acerca dos objetivos do trabalho de investigação e da entrevista, os pressupostos éticos e a identificação das entidades de ensino superior responsáveis pelo mesmo; 5) As entrevistas gravadas foram aplicadas num ambiente agradável, calmo, utilizando linguagem acessível; 6) Os locais selecionados foram escolhidos pelos entrevistados, caracterizando-se pela ausência de ruído de forma a garantir a qualidade da gravação; 7) As entrevistas foram registadas com recurso a um gravador e transcritas num máximo de 48h após a sua realização; 8) no caso do protocolo escrito foi enviado o guião de entrevista em formato editável e sugerido que cada resposta fosse dada abaixo da questão correspondente; 9) Ainda no caso do protocolo escrito, e numa tentativa de valorizar o conteúdo, sensibilizaram-se os entrevistados a responderem de forma livre, ausente de preconceito, sem limite de palavras e sem preocupações de formatação/aspecto do texto ou erros ortográficos.

2.5. Sistema Categorical

A construção do sistema categorial foi realizada maioritariamente *a priori* com base em dados de revisão de literatura, com o suporte dos capítulos anteriores e após a finalização do processo de validação das entrevistas (aplicações piloto), que permitiram aferir a validade e fidelidade das categorias utilizadas. Deixou-se ainda em aberto, a possibilidade de novos temas (ou subtemas) que surgissem ao longo das análises poderem originar a criação de categorias *a posteriori*. De forma a garantir a qualidade das categorias criadas, procuramos responder a algumas regras apresentadas por Bardin (2009), nomeadamente: i) Exclusão mútua e homogeneidade: para estas contribuiu a definição de cada uma das categorias; ii) A pertinência: contribuiu a aferição da validade e fidelidade do instrumento; iii) A objetividade e a fidelidade: Contribui a aferição da fidelidade do instrumento; iv) A produtividade: Contribui a análise de conteúdo realizada na aplicação piloto.

A definição de cada uma das categorias e subcategorias é apresentada ao longo da apresentação e discussão dos resultados.

2.6. Técnicas de análise e tratamento dos dados

Para o tratamento dos dados da entrevista foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, com base em processos de categorização (criação de categorias; análise temática) e codificação (transformação dos dados brutos do texto) (Bardin, 2009). Para a codificação dos dados, foram utilizadas unidades de contexto (UC), registo e enumeração, segundo uma ordem lógica de recorte, enumeração (quando pertinente) e agregação dentro de categorias. Sendo que a escolha das unidades de codificação deve ser feita em função da natureza do material a analisar e dos próprios objetivos do estudo (Bardin, 2009), considerámos como unidade base de recorte as UC, visto que permitem uma compreensão mais exata (porque considera o contexto semântico) das declarações dos inquiridos (Bardin, 2009). No entanto, em função da natureza de algumas categorias e/ou subcategorias, foram utilizadas unidades de registo e enumeração.

Os dados das entrevistas foram tratados com recurso ao *software Dedoose* de análise de conteúdo. A grande maioria dos elementos gráficos foi criada com recurso a *softwares* distintos, nomeadamente: de elaboração de mapas mentais *X-Mind* (versão 2013) e *iMindMap* (versão 7); *software* de gestão de projetos *SmartDraw* (versão 2013) e *software* de desenho de atividades educacionais *Compendium LD* (Versão 1.2). Para a execução do processo de triangulação confirmatória que dá origem às conclusões, foi utilizado o *software* de análise de redes sociais *ORA-NetScenes* (Versão 3.0.9.3).

3. Apresentação e discussão dos resultados

Os resultados são presentemente apresentados e discutidos de acordo com cada uma das dimensões em estudo. Para cada uma destas é sucessivamente apresentado o sistema categorial (esquemático), são interpretados e discutidos os resultados e, por último é feita referência à criação de temas analíticos (TA) de 1º grau. Estes TA podem ser consultados no anexo 19, organizados por dimensão de análise.

As entidades são apresentadas umas vezes pelo seu nome, outras vezes por códigos de forma a facilitar exposição de resultados. O quadro 32 reflete a codificação que será utilizada ao longo deste capítulo

Quadro 32. Entidades em estudo e códigos identificativos

Entidade	Código
Agência de gestão do PNSAC	AG
CM Alcanena	CM1
CM Alcobça	CM2
CM Ourém	CM3
CM Porto de Mós	CM4
CM Rio Maior	CM5
CM Santarém	CM6
CM Torres Novas	CM7

Da análise de conteúdo resultaram 455 UC. Estas foram identificadas com um número (por ordem crescente, e.g. UC201). A listagem das UC pode ser consultada no anexo 20 e a listagem dos códigos no anexo 20a.

3.1. Dimensão 1: Importância do D,R&T no PNSAC

Na presente dimensão tivemos como intuito compreender a importância atribuída pelos inquiridos à recreação e ao turismo (R&T) no PNSAC e, mais especificamente, ao Desporto de Natureza (DN) enquanto manifestação destas atividades. A figura 42 reflete o quadro categorial.

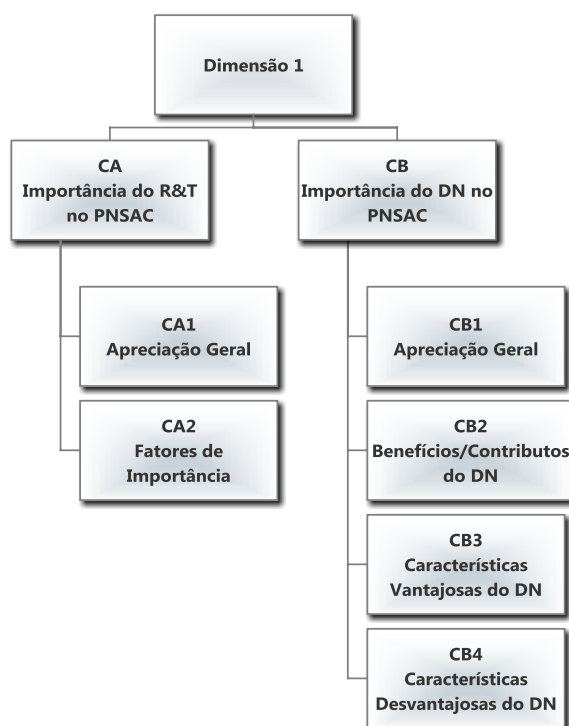


Figura 42. Sistema categorial da Dimensão I: A importância do D,R & T no PNSAC

Neste quadro categorial foram codificadas duas categorias (CA e CB) e respetivas subcategorias (e.g. CA1, CB1, etc.). Os resultados indicam que todos os inquiridos reconhecem a importância da generalidade das atividades de R&T desenvolvidos no PNSAC (CA1), não existindo em nenhum caso

apreciações negativas. Contudo, destacam-se duas CM (Alcobaça e Torres Novas) cujas afirmações, mesmo reconhecendo claramente a importância, remetem para uma eventual falta de dados (objetivos) sobre a relevância destas atividades no PNSAC [UC9, UC119]. Algumas respostas avançam ainda para a identificação de fatores de importância (CA2), verificando-se alguma similitude nos resultados. Três grandes fatores foram identificados: i) Conservação da Natureza (f=2), no sentido em que estas atividades podem contribuir para a consciencialização ambiental e para a preservação; ii) Desenvolvimento económico (f=2), na medida em que geram benefícios para as populações, podendo ainda ser aplicados na conservação da natureza (relação com a anterior) e iii) Divulgação do PNSAC (f=3) resultante da visitação.

Contudo, o discurso dos inquiridos recaiu em maior número sobre a importância do DN. De igual forma à generalidade da R&T, o DN é visto como importante para o desenvolvimento do PNSAC (CB1). Da apreciação geral de importância, foram observadas referências aos benefícios/contributos destas atividades para o território (CB2), características vantajosas (CB3) e desvantajosas (CB4). No que diz respeito às primeiras (CB2), verifica-se um vasto leque de contributos percebidos. A figura seguinte (figura 43) reflete estes fatores, frequências e ligações (a tracejado) entre estes.

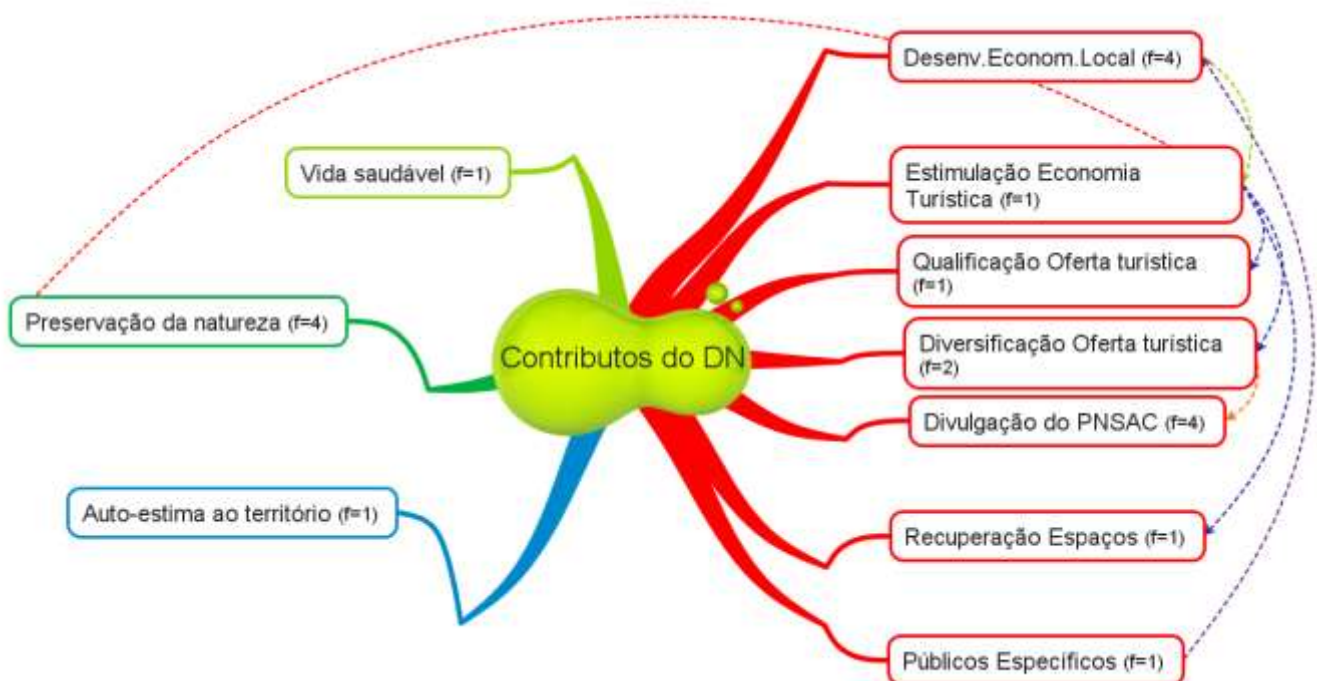


Figura 43. Contributos do DN para o desenvolvimento do PNSAC

Contributos de ordem económica são os mais evidenciados (a vermelho) (F=14), seguindo-se a preservação da natureza (F=4), e os restantes dois com F=1. Alguns aspetos merecem destaque. Em primeiro lugar a consonância com dados da investigação científica, no sentido em que se denota

percepção de benefícios maioritariamente incididos em fatores de ordem económica (Nault & Stapleton, 2011). Em segundo, a percepção comum de benefícios económicos, no sentido em que 6 dos 8 inquiridos reconhecem estes benefícios.

Denota-se ainda, com base nas ligações a tracejado, que estes fatores de ordem económica estão interrelacionados e direcionados sobretudo para a indústria turística. Nestas, apercebemo-nos que a estimulação da economia turística pode originar qualificação e diversificação da oferta. Consequentemente, os recursos financeiros gerados podem ser utilizados para a recuperação de espaços e preservação da natureza. Por conseguinte, alguns públicos específicos, que originam maior benefício resultante da prática do DN (e.g. espeleólogos) [AG: UC50] vão contribuir para o desenvolvimento económico local.

Na realidade, a figura reflete os pressupostos teóricos em que assenta esta investigação, no sentido em que revela que o D,R&T pode gerar benefícios económicos, provenientes em parte da indústria turística, e cuja sustentabilidade (financeira) assenta na satisfação dos visitantes. Esta satisfação depende de atributos (e.g. recuperação de espaços; qualidade ambiental do espaço) cuja base de financiamento resulta das receitas da visitação. A imagem, apesar de não ser representada como tal, tem uma tendência cíclica.

É ainda importante destacar as frequências verificadas para aspetos de conservação da natureza (F=4). Se por um lado está intimamente associada ao desenvolvimento económico local, no sentido em que os benefícios financeiros podem ser aplicados em projetos de conservação [CM4: UC35], por outro, assiste-se a uma valorização do aumento da consciência ecológica através do usufruto do meio natural [AG,CM3,CM2: UC36, 37 e 38 respetivamente]. Este foi um aspeto por nós evidenciado e criticado em capítulos anteriores e que remete para a falta de estímulo ao usufruto desportivo das AP como forma de aprendizagem e consciencialização. Aqui, e positivamente, essa tendência é contrariada, incluindo a própria AG, entidade responsável pela conservação da natureza.

Finalmente, e tendo em conta a especificidade do DN, foram consideradas as suas características, vantajosas (CB3) e desvantajosas (CB4). Face às vantajosas, é interessante verificar que estas estão, à semelhança das restantes atividades físicas e desportivas, conotadas com a saúde e o bem-estar [CM5, CM1, CM3: UC 55,53 e 54, respetivamente], mas também com aspetos relacionados à possibilidade de interação entre o ser humano e a natureza [CM5,CM2: UC 51 e 52, resp.] e com a fuga da rotina e do *stress* do dia-a-dia [AG, CM6: UC56 e 57, resp.].

São também identificadas características desvantajosas (CB4) mas de forma pouco pejorativa. Queremos com isto dizer, que os inquiridos reconhecem que estas podem gerar problemas (sobretudo ambientais) se não foram acautelados determinados comportamentos. A expressão da CM5 reflete esta posição: *“Desde que praticadas com respeito pela natureza e pelas regras estabelecidas, estas atividades só têm vantagens”* [UC 60; ver também UC61]. As desvantagens evidenciadas estão relacionadas com a degradação dos espaços naturais resultantes da massificação [CM4: UC 58,59; CM7: UC62].

Os resultados agora interpretados geraram TA que podem se consultados no anexo 19.

3.2. Dimensão 2: Caracterização do PNSAC

Na segunda dimensão em estudo tivemos como objetivo perceber a forma como os inquiridos entendem e caracterizam o PNSAC (CC) e os fatores de diferenciação que reconhecem nesta AP face à restante realidade nacional (CD). Tivemos ainda o intuito de verificar as características do PNSAC que potenciam a realização de atividades de DN (CE) e as possíveis interseções com as afirmações presentes em CD. A figura 44 reflete o sistema categorial.

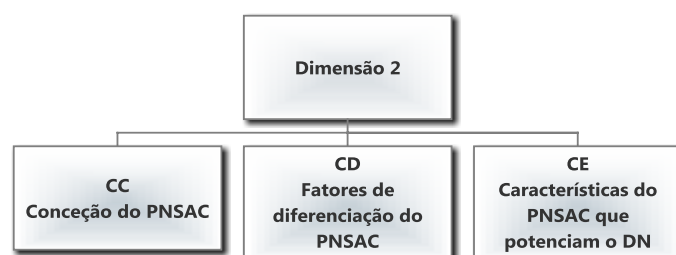


Figura 44. Sistema categorial da Dimensão II: Caracterização do PNSAC

Relativamente à categoria CC, obtivemos tendências algo diferenciadas. Em primeiro lugar é importante destacar o desconhecimento da CM de Alcobaça relativamente às especificidades desta AP [UC197]. À exceção desta, a concordância na importância do PNSAC enquanto um espaço de promoção do D,R&T é total entre os inquiridos. A expressão de Porto de Mós traduz esta adequação: *“O PNSAC, desde que respeitando a sua génese, as suas populações, tradições, o seu meio natural e o seu património será um espaço fundamental para a promoção e desenvolvimento do Turismo de Natureza”* [UC 222, ver também UC's 223-226]. Posteriormente, algumas visões mais individuais vêm à tona, nomeadamente: i) PNSAC enquanto palco de prática/instalação desportiva (f=2) [UC 162,225]; ii) A importância do estatuto de proteção (f=2) [UC223,224]; iii) Espaço com elevada diversidade natural e cultural (f=2) [UC163,222]; iv) Espaço com recursos naturais distintivos (f=1)

[UC227]; v) Espaço de interação entre cidadãos e o meio natural (f=1) [UC226]; vi) Espaço com ruralidade intensa (f=1) [UC 164].

Os resultados vêm revelar uma visão comum do PNSAC no que diz respeito à sua importância para o D,R&T e, ao mesmo tempo, visões em alguns aspetos diferenciadas mas complementares face àquilo que é realmente marcante nesta AP. Nas diferentes afirmações dos indivíduos observa-se ainda uma tendência para a valorização dos recursos naturais desta AP. De acordo com as teorias formuladas por Gray (2004) e Donaldson e Preston (1995), a componente normativa, relativamente à forma como encaram o meio natural são consideradas o núcleo da caracterização intrínseca dos *stakeholders* no sentido em que determinam a sua orientação moral ou filosófica face a determinados aspetos, neste caso o meio. Uma concordância tendente para o respeito e valorização do meio natural é fundamental para um futuro entendimento.

Em complemento a esta formulação anterior, foram identificados os principais fatores de diferenciação desta AP. O esquema seguinte (figura 45) reflete os resultados.

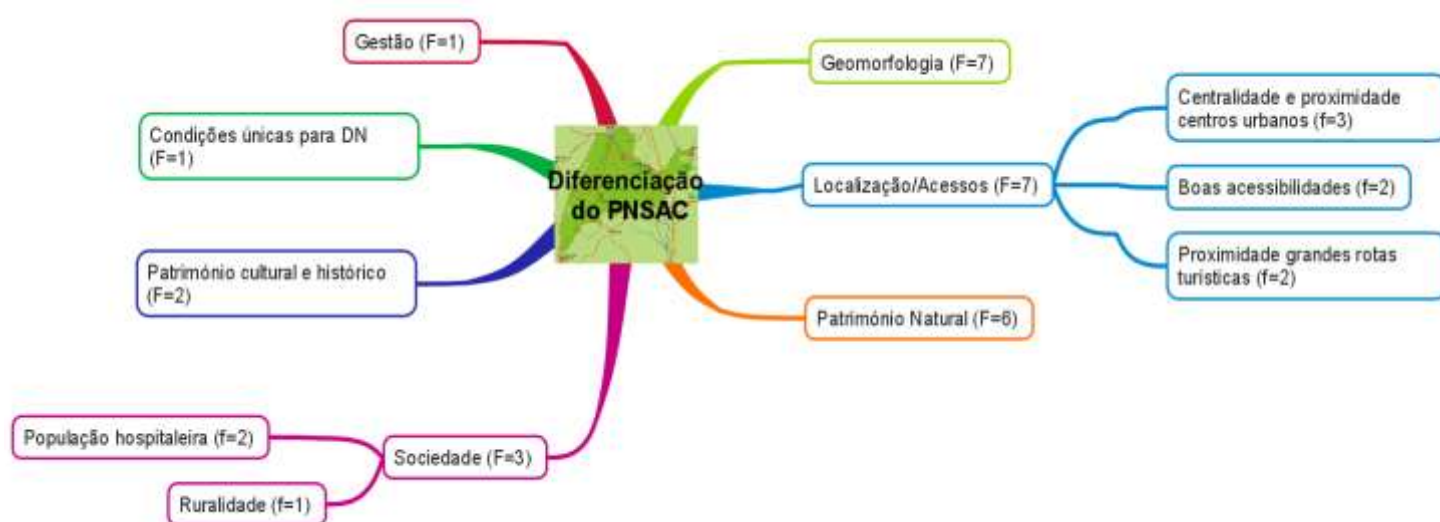


Figura 45. Fatores de diferenciação do PNSAC

As frequências obtidas refletem a posição dos inquiridos face aos fatores que consideram mais diferenciadores (no sentido do ponteiro dos relógios com início na linha de cor verde mais claro)¹⁹. Os fatores geomorfológicos são, à imagem do obtido no capítulo 8, o grande elemento característico desta AP, traduzindo-se nos algares, grutas e na quantidade variada de forma geológicas existentes. Igualmente, a posição do PNSAC no território nacional evidencia-se como importante. Este conjunto

¹⁹ UC's respetivas à figura 5 [UC165-193 e 198-200]

de fatores merece ressalva no sentido em que se relacionam diretamente com a visitação (ou sua potenciação).

Destaque merece também ser dado para o fator “Gestão” ($f=1$) que embora reflita a opinião de um inquirido (CM1) vem diferenciar de forma menos positiva esta AP no sentido em que *“Contudo, outras especificidades há que limitam em muito a gestão do território, e que assentam sobretudo na diversidade de entidades envolvidas na gestão do territorial, como sendo, 7 municípios, 3 vezes mais freguesias, 2 Direções Regionais de Agricultura, 2 Regiões de Turismo, entre outras...”* [UC 198].

Finalmente, na categoria CE, tentaram-se obter os fatores do PNSAC que potenciavam a prática de DN. Relembramos que os resultados anteriores (dimensão 1) revelaram um forte apoio face ao desenvolvimento do D,R&T no PNSAC. A análise da presente categoria vem contribuir para uma melhor compreensão da forma como a própria atividade recreativa e turística associada ao DN é entendida pelos inquiridos. À semelhança do esquema anterior, apresentamos outro que resume estes resultados (figura 46).

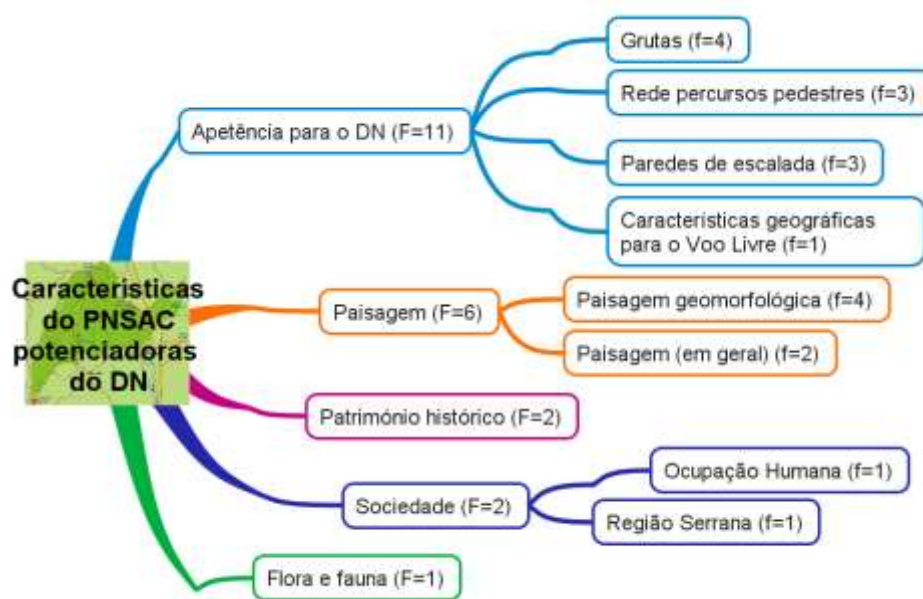


Figura 46. Características do PNSAC potenciadoras do DN

Observamos em primeiro lugar e como esperado, características do território que dão apetência ao PNSAC para a prática de DN ($F=11$) com especial destaque para as grutas, uma das imagens de marca deste território (capítulo 8). Contudo, se considerarmos os restantes aspetos, obtemos um somatório igual ao agora referido ($F=11$). Isto remete para uma consideração importante e que vem representar a complementaridade entre o DN e outros fatores (e.g. apreciação da paisagem; enriquecimento cultural) que em conjunto, podem constituir programas de visitação mais elaborados, de maior qualidade e diversificação. A perceção desta realidade é fundamental para estas entidades com um

papel regulador e que melhor que ninguém são capazes de reconhecer as mais-valias dos seus territórios, assim como, as possibilidades de complementaridade destes com os valores do desporto.

Numa tentativa de reunir os resultados obtidos, consideramos a caracterização do PNSAC sob o ponto de vista dos entrevistados. Apesar de existirem algumas diferenças e da CM2 revelar desconhecimento sobre as características da AP, obtemos um primeiro dado estratégico que nos remete para a concordância entre a AG do PNSAC e as CM. Seguidamente, refletimos a tendência dos resultados das três categorias (figura 47).

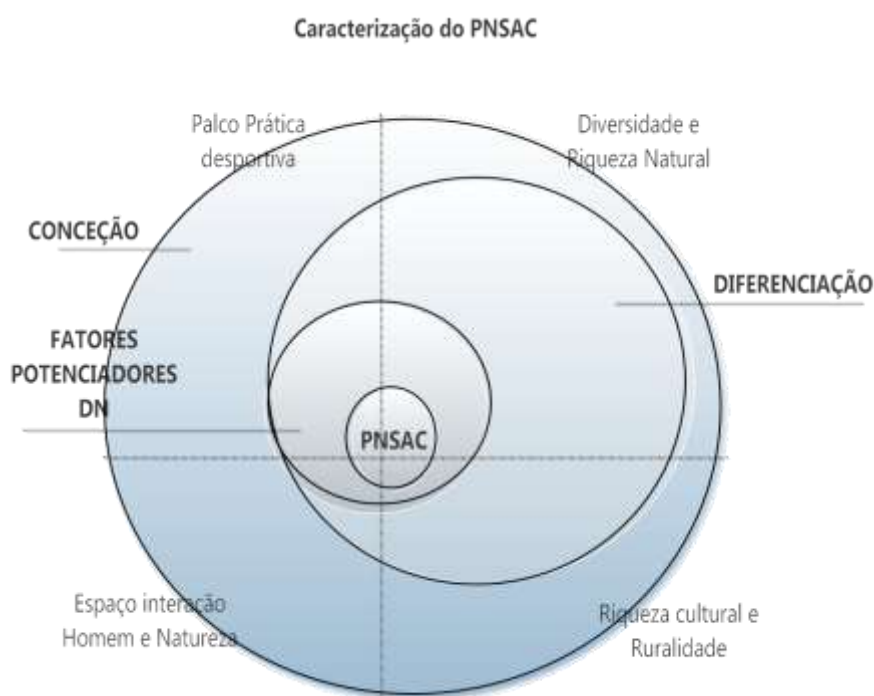


Figura 47. Caracterização do PNSAC

A figura é representada por quatro níveis circulares referentes (num sentido concêntrico) a CONCEÇÃO, fatores de DIFERENCIAÇÃO e FATORES POTENCIADORES do DN. No centro encontra-se o PNSAC, ou neste caso, a sua caracterização sob o ponto de vista dos inquiridos. A tendência dos níveis circulares é ocuparem a área superior direita, referente à diversidade e riqueza natural. Posteriormente encontram-se, a níveis semelhantes, a “Riqueza cultural e ruralidade” e o “Palco de Prática desportiva”. O PNSAC enquanto “Espaço de interação Homem e Natureza” surge com menor relevo, embora esteja de alguma forma subjacente aos outros fatores. Por estas razões, o PNSAC (nível mais interno) possui todos estes pontos de vista e desloca-se mais para o lado superior direito.

Os TA referentes a esta dimensão podem ser consultados no anexo 19.

3.3. Dimensão 3: Condições e estratégias para o desenvolvimento

Na presente dimensão tivemos como objetivo a compreensão da existência de alguma visão estratégica para o desenvolvimento do D,R&T no PNSAC. A análise de conteúdo realizada levou à criação de duas categorias *a posteriori* nomeadamente a CH e CI (figura 48).



Figura 48. Sistema categorial da Dimensão III: Condições e estratégias para o desenvolvimento

As primeiras duas categorias (CF e CG) são analisadas em conjunto no sentido em que se complementam e permitem uma melhor compreensão dos resultados obtidos. Para estas, os resultados revelaram-se bastante positivos no sentido em que apresentam um conjunto de entidades com projetos em desenvolvimento ou, pelo menos, uma visão direcionada para um maior investimento neste subsector e no PNSAC (quadro 33).

Quadro 33. Visão estratégica

	AG	CM1	CM2	CM3	CM4	CM5	CM6	CM7
Referência a visão estratégica	✓	✓		✓	✓	✓		✓
Referência a elementos não diretamente relacionados com o D,R&T			✓					
Sem visão estratégica							✓	
Referências à concretização	✓	✓			✓	✓		

No quadro ressaltam três visões distintas. Por um lado, e positivamente, a maioria das CM revelam visão e interesse para um maior desenvolvimento do D,R&T [UC84,90,88,89,81,80,79]. Este investimento, no caso de Rio Maior por exemplo, está intimamente relacionado com valores distintivos desta cidade e que atraem muitos visitantes, como é o caso das Salinas de Rio Maior como demonstra a expressão do inquirido *“O potencial turístico do concelho de Rio Maior encontra-se intimamente ligado ao PNSAC uma vez que o Norte do concelho integra esta área protegida, assim como o seu ex-libris: as salinas de Rio Maior.”* [UC 90].

Outra visão é refletida no município de Alcobaça (CM2), com distinção efetuada no quadro anterior. Neste caso o município considera que *“...há de sempre [o município] procurar articular forças para desenvolver esse mesmo turismo, proporcionar condições para que ele se desenvolva, como melhorar as vias de comunicação (estradas), a sinalética, construir edifícios de apoio e aí sim...está a ajudar os*

agentes privados. Penso que há um verdadeiro interesse em levar as pessoas aos locais, em melhorar os espaços, sempre em articulação com empresas/entidades/instituições que queiram de facto desenvolver esse mesmo turismo. Portanto, e só posso falar do Município de Alcobaça, a Câmara está atenta e vai procurar investir no futuro, como tem investido até agora “[UC92].

Na expressão, evidencia-se um investimento em estruturas de apoio secundárias, que embora não diretamente relacionadas com a visitação e o D,R&T no PNSAC funcionam como recursos importantes para a indústria. Contudo, mesmo não evidenciando uma atenção direta neste subsetor considera ainda que *“... de facto os municípios devem atuar junto aos parques naturais e das zonas verdes na promoção do turismo ambiental, num turismo mais ligado à natureza.”* [CM2: UC 91].

A terceira posição evidenciada pelo quadro é-nos apresentada por Santarém (CM6). Embora revele interesse e um conjunto de iniciativas no âmbito do desporto e mais especificamente do DN, este município reconhece que *“...nesta fase eu julgo que não [...] as competências do turismo estão de certa forma delegadas na empresa municipal que é a Viver Santarém que tem o técnico de turismo, mas neste momento nós não temos olhado muito para o Parque com esse potencial.”* [...] *“mas sinceramente no Parque nós ainda não chegámos aí...”* [UC86 e 87, resp.].

Aspeto fundamental que ressalta ainda no quadro está relacionado com a posição da AG. Embora Inicialmente hesitante *“Nós não somos de facto promotores de atividades de turismo de natureza e desporto natureza, têm que ser os privados, as escolas, as associações a fazê-lo.”* [UC83] refere posteriormente que *“existe [a visão estratégica] enquanto promoção da área protegida e se nós conseguirmos promover melhor a área protegida [...] temos já como objetivo inscrito no nosso plano de atividades para 2014”* [UC82]. Esta posição faz remontar ao capítulo 6 (Perspetiva sectorial), onde foi salientada a “problemática das missões”. De forma clara, a AG esclarece que a sua missão não é a promoção do desporto e turismo de natureza. Contudo, revela uma posição construtiva e que reconhece a importância destas atividades no PNSAC, encaminhando-se inclusive para intenções de maior investimento neste subsetor.

Considerando a subcategoria CG (Concretização da estratégia) as evidências nas respostas são menores. Neste campo, destaca-se claramente o município de Porto de Mós, cuja dinâmica e aposta neste subsetor é elemento fulcral da estratégia do município [UC80]. Os elementos que indicam ações concretas são apresentados na figura seguinte (figura 49).

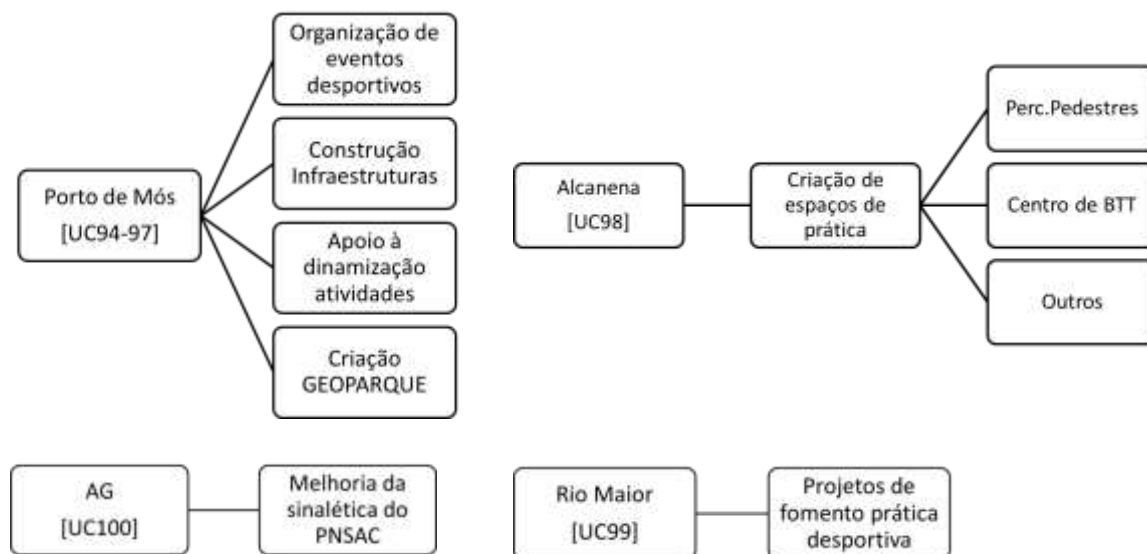


Figura 49. Implementação de ações/projetos no PNSAC

Os elementos mencionados têm diversas naturezas, desde os eventos desportivos com abrangência nacional e internacional em Porto de Mós, à criação de espaços desportivos em Alcanena. Destaque deve ser dado à “Criação de um GEOPARQUE” e que de acordo com as palavras de Porto de Mós “Ao nível da definição estratégica nesta matéria, aposta-se, agora, num projeto abrangente, indissociável da realidade natural. A criação de um Geoparque constituir-se-á como um ponto de atração indiscutível, proporcionando a integração do concelho nas principais rotas do turismo de natureza” [UC97]. O PNSAC reúne (pelo menos teoricamente) condições e características naturais identificáveis com a missão dos Geoparques. Outros exemplos em Portugal são o Geoparque Arouca ou Geoparque Naturtejo inseridos em redes europeias (*European Geoparks*) ou mundiais (*Global Geopark Network*), que lhes dão reconhecimento e visibilidade internacionais.

Posteriormente, e como referido, a análise dos dados permitiu a criação de duas subcategorias *a posteriori*. A primeira foi intitulada “Potenciadores do desenvolvimento” (CH) no sentido em que refletiu a perceção de alguns inquiridos face a novas tendências do turista e do praticante que procura a natureza. A AG, CM7, CM6 e CM2, reconhecem a cada vez mais evidente vontade de estar em contato com a natureza e o surgimento de novas práticas traduzidas numa nova e maior procura [UC 102-106]. Curioso nestas posições é observar o reconhecimento destas novas tendências nos municípios de Santarém e Alcobaça, que, mediante quadro anterior (quadro 33), são os que menos remetem para uma maior atenção e investimento nesta AP. Porto de Mós faz ainda a ressalva para a

importância dos espetadores dos eventos desportivos (em crescimento) e da existência de turistas cada vez mais exigentes [UC101].

Na subcategoria CH1, foi analisada a perceção sobre a influência que a legislação exerceu sobre o desenvolvimento do subsetor em estudo, e neste caso, as opiniões dividem-se. À exceção de Alcobaça que desconhece a documentação, e de Santarém que não estabelece uma posição efetiva, existe concordância geral no contributo destes documentos [UC64-69, 72,73,75-78]. Os inquiridos veem os documentos como elementos de promoção e de estabelecimento deste subsetor no território nacional, no sentido em que contribuíram para a projeção do Turismo de Natureza.

Contudo, algumas entidades estabelecem dúvidas acerca da sua efetividade [CM7:UC66; CM6:UC70,71; CM1:UC68,69]. As palavras de Alcanena esclarecem: *“Os documentos são bons, mas não bastam, há que produzir ferramentas de trabalho que contribuam para o enriquecimento e o vincular das populações aos seus territórios...”* [UC69] e acrescenta que *“[...] embora por vezes sejam meros documentos de gabinete, pois não consideraram quem vive e faz a sua vida neste espaço designado por parque natural.”* [UC68].

No seguimento do discurso foram ainda identificadas necessidades para o futuro do PNSAC (CI). O quadro 34 reflete os resultados obtidos.

Quadro 34. Necessidades para o futuro

Necessidades	F	Inquirido	UC
Eventos desportivos esporádicos	1	CM6	117
“Números” concretos da visita no PNSAC	1	CM7	119
Dinâmica Global/Estratégia Consertada	2	CM4; CM6	111; 115
Melhor planeamento e ordenamento	3*	CM4	108-110
Gestão do risco	1	CM6	118
Maior consciencialização ambiental dos cidadãos	1	CM4	107
Maior divulgação do PNSAC	1	CM6	114
Estímulo à criação de novas empresas e atividades	1	CM6	116
Melhoria comunicação entre a tutela e os municípios	1	CM3	113
Parcerias entre PNSAC e Municípios	1	CM3	112

*Legenda: F= Frequência de resposta; UC= Unidade de contexto; * frequências resultantes do discurso de apenas um inquirido*

A identificação destas necessidades é caracterizada por uma posição construtiva e menos crítica face ao que vamos constatar posteriormente. A CM3, 4 e 6 são as principais contribuidoras neste sentido. Destacam-se dois resultados. Um deles refere-se a Santarém (CM6), o único município entre os presentes que assumiu o não investimento no PNSAC mas que aqui se revela algo conhecedor e opinante face às necessidades para o futuro. Utiliza-se o termo “conhecedor” no sentido em que entra em consonância com algumas das afirmações de Porto de Mós (CM4), como constatado anteriormente, um município destacado dos restantes no que diz respeito a este subsetor. O

segundo aspeto relaciona-se com a insistência de Porto de Mós nas duas necessidades com maior frequência, o que vai revelando indícios de dificuldades/problemas de comunicação (fortificados com as afirmações de CM3 no fim do quadro) e de planeamento integrado e global.

À semelhança das dimensões anteriores, os TA gerados devem ser consultados no anexo 19.

3.4. Dimensão 4: Gestão do DN no PNSAC

Entramos de momento numa fase da apresentação dos resultados caracterizada por um maior sentido crítico. Na presente dimensão tivemos como objetivo a compreensão das opiniões dos inquiridos relativamente ao estado de gestão atual do D,R&T (CJ), a estrutura considerada mais adequada (CK1 e CK2) assim como, o seu conhecimento e apreciação acerca da Carta de Desporto de Natureza (CDN) (CL1 e CL2). A figura 50 reflete o sistema categorial utilizado.

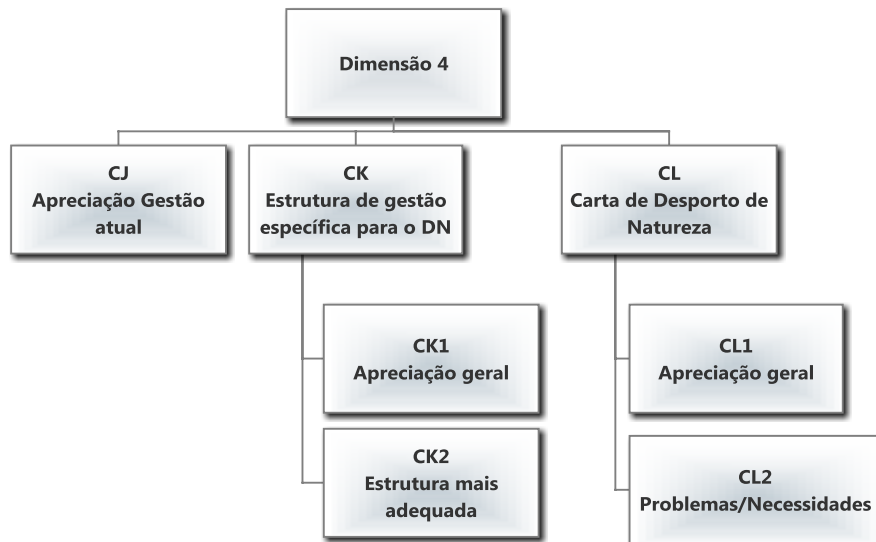


Figura 50. Sistema categorial da Dimensão IV: Gestão do DN no PNSAC

A primeira categoria (CJ) deriva diretamente de uma questão da entrevista realizada. Nesta, os inquiridos foram questionados acerca da adequação da gestão atual do D,R&T no PNSAC. No quadro seguinte (quadro 35) expomos as tendências dos resultados.

Quadro 35. Sentido e observações acerca da gestão do DN no PNSAC

Inquirido	Sentido da opinião	Observações	UC
CM1	-	Sentido crítico	D5*
CM2	Não conhece o funcionamento	--	125
CM3	Não opina	Aponta necessidades de melhoria/crítica	113, 302
CM4	-	Sentido crítico	D5*
CM5	+	Tece alguma crítica	124,303
CM6	-	Aponta necessidades de melhoria/crítica	123, 335
CM7	+	Tece alguma crítica	122,316
AG	+/-	Reconhece alguns problemas	120,121

Legenda: (-)= Opinião negativa; (+)=Opinião positiva; (+/-)= Alguma hesitação; UC= Unidade e contexto; * Análise exposta na dimensão 5

No quadro observam-se diferentes posicionamentos: positivos (CM5 e CM7), negativos (CM6), algo neutros (CM3 e AG) e negativos acompanhados de um maior sentido crítico (CM1 e CM4). Mais uma vez, a CM2 desconhece o funcionamento da AP no que diz respeito ao subsetor em estudo. Em primeira instância (porque uma compreensão integral poderá ser observada na dimensão seguinte) e apesar de a análise aparentar incompleta, estes dados são relevantes no sentido em que, pela primeira vez, colocam os inquiridos em disparidade acentuada de opiniões. Consequentemente, problemas se poderão colocar face a esta disparidade (B. Bramwell, 2011; B Bramwell & Lane, 2000; Eagles, 2009). Segundo Bramwell e Lane (2000), uma das dificuldades ao nível da governança do turismo sustentável está relacionada com a necessidade de coordenação e cooperação entre os diversos atores envolvidos, em diferentes níveis, setores e domínios políticos. Frequentemente, estes atores podem revelar interesses e prioridades divergentes.

Os resultados que têm vindo a ser obtidos não conduzem para um sentido divergente de perspetivas, no entanto, os do quadro anterior sugerem algum sentido crítico face ao ponto fulcral deste sistema: a gestão do território. É interessante verificar que os sentidos críticos mais fortes advêm de CM1 e CM4, os dois municípios com aparente maior envolvimento com o PNSAC no que diz respeito ao subsetor em estudo. Se colocarmos este posicionamento lado a lado com o da AG *“Bem, é assim, de facto a questão do desporto, a questão do turismo de natureza é uma questão que nos preocupa, e que não sendo a prioridade máxima da gestão e da direção do parque natural é uma questão importante, de facto, mesmo importante.”* [AG120], verificamos que podemos estar perante um primeiro indício de discordância mais acentuada e que resulta, como identificado por Bramwell e Lane (2000) de uma diferença de prioridades e estratégias. Outro aspeto é de ressaltar, visto que mais um elemento comum se revela nos resultados. Este reside (à exceção de CM2) num posicionamento acompanhado de um sentido crítico construtivo e no sentido da identificação de necessidades e soluções de melhoria.

Da segunda categoria em estudo (CK) resultaram duas subcategorias que visaram, por um lado, a opinião dos inquiridos face à introdução de um processo de gestão específico para o D,R&T no PNSAC (CK1) e posteriormente, a opinião acerca da melhor estrutura para este efeito (CK2).

Respeitante à primeira, a concordância foi unanime [UC 126-133]. Numa análise mais aprofundada ao discurso dos entrevistados surgiram dois aspetos merecedores de atenção. Em primeiro, a estrutura específica de gestão é adequada, no sentido em que i) O PNSAC tem todas as condições [CM1:UC129]; ii) Porque trás consigo um sentido estratégico e de desenvolvimento global e integrado [CM3: UC131; CM4:UC126];iii) Porque facilita a recolha de informação estatística, a divulgação e funciona como um catalisador do turismo [CM5: UC132; CM6: UC130; CM7:UC128].

Em segundo refere-se o posicionamento da AG “[...] *eu acho que deveria haver, isto é uma discussão que temos há muitos anos, eu estou ligada à serra d’Aire e Candeeiros desde 2001 [...] mas no fundo desde essa data que se discutem modelos de gestão das questões do turismo.*” [UC27]. O posicionamento reflete a compreensão de que este é um fator importante, por outro, reflete igualmente o rasto de uma discussão com mais de 10 anos, cuja efetividade, olhando para a generalidade da Rede Nacional de AP (RNAP) ainda não tem resultados efetivos (Laranjo, 2011). Neste campo, o PNSAC (a par do Parque Natural de Sintra-Cascais) até se destaca das restantes AP, no sentido em que desde cedo publicou a CDN (em 2004).

Considerando a estrutura mais adequada para suportar este processo (CK2) as opiniões apresentam mais uma vez alguma divergência mas simultaneamente acabam por assumir alguns traços comuns e complementar-se. A figura 51 reflete os resultados obtidos.

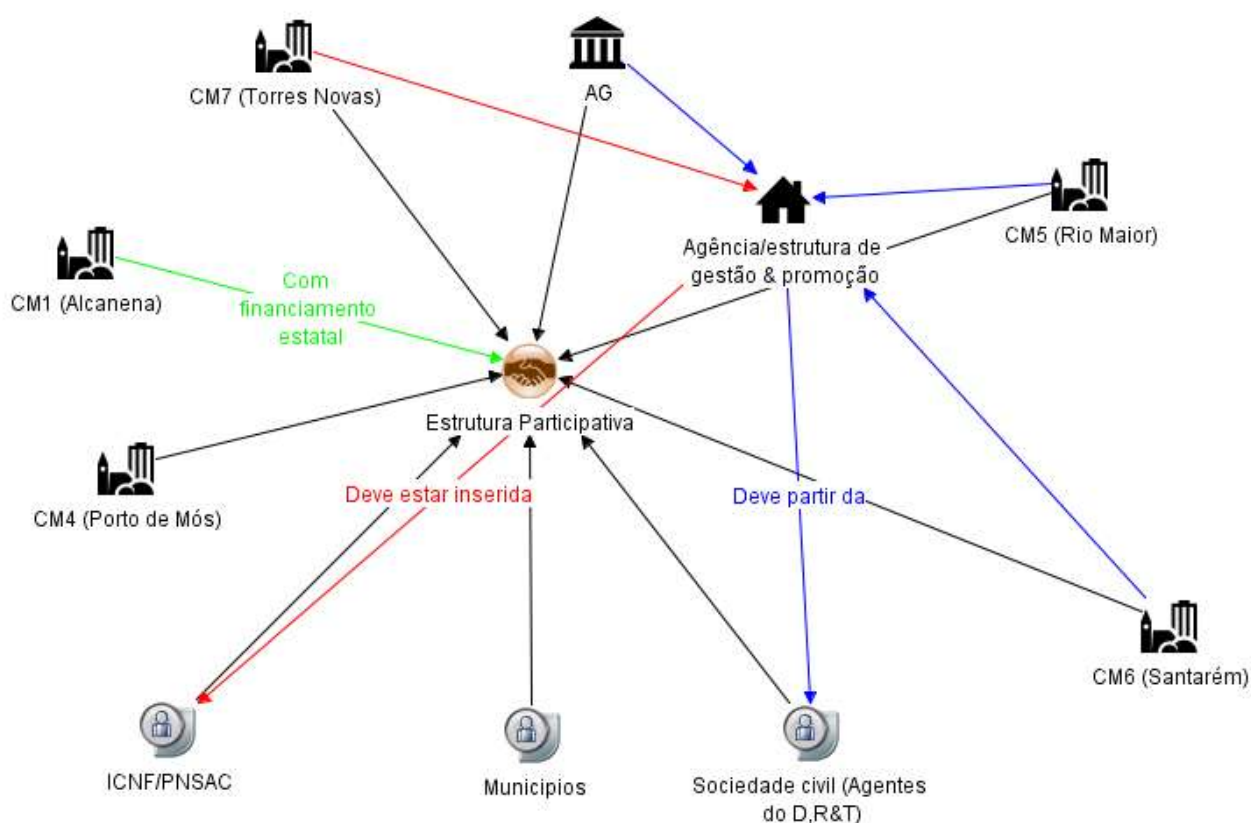


Figura 51. Estrutura mais adequada para a gestão

Na figura observa-se a ausência dos municípios de Alcobaça e Ourém, que embora concordantes com a existência desta estrutura, não opinam acerca do seu formato. Assim, é de destacar a concordância geral entre todos (setas a preto), no que diz respeito a uma estrutura de natureza participativa, com inclusão da AG (ICNF/PNSAC), os Municípios e a Sociedade civil, neste caso representada pelos agentes associados ao D,R&T. Num segundo nível de concordância reconhece-se que deve existir uma “estrutura ou agência” de gestão e promoção (representada pelo ícone da casa). Esta opinião poderá refletir a realidade espelhada nos resultados anteriores, na medida em que se reconhecem algumas fragilidades face à gestão atual (CJ), assim como, a própria referência da AG apresentada anteriormente (UC27), que mesmo reconhecendo a sua importância, refere uma discussão já muito prolongada no tempo e que mediante as nossas evidências em capítulos anteriores e outras referências de autores, ainda não foi realmente efetivada. Por isso, uma “estrutura ou agência” pode significar a carência de recursos humanos, materiais ou financeiros que a gestão das AP não pode suportar.

A partir deste ponto as opiniões divergem. No lado direito da figura encontramos, CM5, CM6 e AG [UC135-139] defendendo que esta deve nascer no seio da sociedade civil (a azul). Neste caso, a AG

ressalva ainda o seu papel na cogestão e não como responsável do processo [UC137]. No lado superior esquerdo, encontramos Torres Novas (CM7) que defende esta mesma estrutura mas dentro da orgânica do ICNF/PNSAC (a vermelho) [UC140]. Por fim, encontramos Alcanena (CM1), que não referindo o tipo de estrutura remete para uma fonte de financiamento estatal, que de acordo com as suas palavras: “[...] *No meu entendimento, a estrutura que melhor se adaptaria a esta função seria uma entidade que envolvesse o Parque Natural, os Municípios e restantes intervenientes neste processo. À semelhança do que acontece noutros países, o financiamento estatal de estruturas que garantissem a prestação deste serviço, traria repercussões a vários níveis, com resultados positivos para todos.*” [CM1:UC134]. Por último, Porto de Mós incide a sua opinião apenas sobre o seu carácter participativo [CM4:UC133].

No nosso entendimento, não obstante o problema da disparidade de opiniões face à origem da estrutura, os resultados revelam-se positivos, no sentido em que concorrem para uma visão comum: A participação ativa dos vários *stakeholders*. Parece-nos ainda que é possível um entendimento que envolva uma comparticipação estatal, civil e até, posteriormente, a geração de receitas próprias por parte desta estrutura, de forma transparente, fundamentada e equitativa. Esta reflexão vai ainda de encontro aos resultados relativamente recentes de Eagles (2009). O autor, numa análise a diferentes modelos de governança, concluiu que em termos teóricos, o modelo que combina o setor público e não lucrativo (*public, nonprofit combination model*) é aquele que obtém uma pontuação mais alta, variando entre forte e muito forte para um conjunto de critérios determinados pelo autor e sugere que, de acordo com *standards*, esta combinação aproxima-se dos ideais de boa governança.

A última categoria em estudo nesta dimensão prende-se com as opiniões dos inquiridos acerca da Carta de Desporto de Natureza (CL1 e CL2). À exceção de Santarém, que desconhecia o instrumento [CM6:UC147], todas as restantes valorizam a sua existência [UC142-146 e 148-150], no sentido em que define a vocação do PNSAC em termos desportivos, permite a localização no território e é um indicativo de preocupações com as atividades decorrentes no espaço. Apreciações como “excelente” e “fundamental” são também encontradas.

Todavia, este instrumento é igualmente acompanhado de alguns problemas ou necessidades (CL2). O problema identificado é inclusive salientado pela AG do PNSAC em conjunto com Porto de Mós, e prende-se com a falta de adaptação e flexibilização deste instrumento [AG: UC152; CM4:UC151]. O facto de ser um documento legal (proveniente de uma portaria) é, no entender da AG, uma das razões desta falta de flexibilidade.

Posteriormente foram identificadas necessidades. A figura 52 reflete os resultados, com clara predominância da opinião de Porto de Mós que revela conhecimento aprofundado do documento. Quatro municípios (CM3, CM5, CM6 e CM7) não tecem comentários neste sentido.

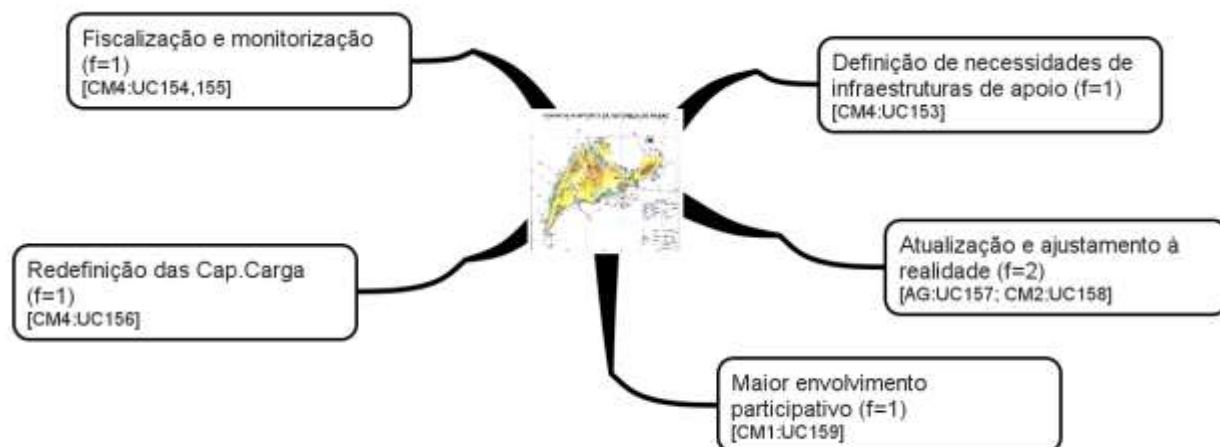


Figura 52. Necessidades afetas à CDN do PNSAC

As necessidades estabelecidas vão de encontro a aspetos da revisão realizada no capítulo 8 (Caracterização do PNSAC) e de resultados obtidos anteriormente por Rosa (2011) e Alves (2012) e sugerem que o problema de base da CDN consiste na sua necessidade de atualização e monitorização mais eficientes.

Face aos resultados obtidos foram gerados TA que podem ser consultados no anexo 19.

3.5. Dimensão 5: Identificação de problemas, causas e soluções

A presente dimensão visa a identificação de problemas, causas e soluções nos espaços de prática desportiva aos três níveis que constituem a gestão por atributos (capítulo 1). A cada categoria corresponde um atributo (ambiental, social ou de gestão) e respetivas subcategorias. A figura 53 representa o sistema categorial utilizado.

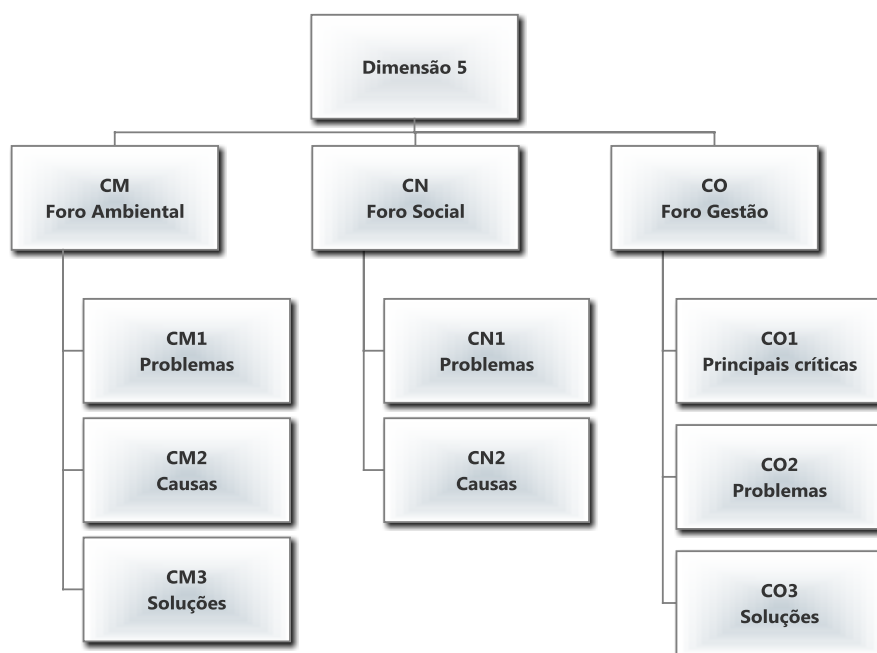


Figura 53. Sistema categorial da Dimensão V: Identificação de problemas, causas e soluções

A nível ambiental (CM) e respeitante à identificação de problemas, a percepção dos inquiridos tende para um desconhecimento ou baixa percepção dos mesmos (CM2,CM3,CM7), incluindo a própria AG, que, sendo a entidade responsável pela conservação da natureza era desta esperada uma visão tendencialmente conservacionista. Este resultado, se por um lado revela algum desconhecimento destes aspetos mais específicos por parte de alguns dos inquiridos, por outro pode também encaminhar para uma baixa taxa de ocorrência de situações deste foro o que é positivo. Apesar desta ausência ou baixa percepção, apresentam-se no quadro seguinte (quadro 36) o principais resultados obtidos.

Quadro 36. Problemas ambientais

Problemas ambientais	F	Inquirido	UC
Destruição de habitats (fauna e flora)	1	CM4	231,232
Contaminação de recursos hídricos	1	CM4	230
Criação de trilhos secundários	1	AG	239
Excesso da capacidade de carga	1	AG	238
Incêndios	1	CM6	237
Lixo e entulhos	4	CM7,CM5,CM1,CM4	233-236

Legenda: F=Freqüência; UC=Unidade de contexto

O quadro revela o assumido anteriormente, no sentido em que os problemas não são evidenciados por mais do que um inquirido à exceção do Lixo e Entulhos. Este é um resultado evidente na literatura e que, em conjunto com os incêndios, constituem elementos de fácil percepção sendo por isso os mais evidenciados (Amuquandoha, 2010; Takahashi & Milano, 2004). Contudo, os restantes

não devem ser descurados, e conforme sugerido por Porto de Mós, podem revelar alguns problemas no território correspondente a este concelho. Outro aspeto a ter em atenção relaciona-se com o excesso de capacidade de carga, enunciado pela AG e referente ao caso dos Olhos d'Água do Alviela. Este é um espaço situado no concelho de Alcanena e um importante Pólo de atração do PNSAC (Ver capítulo 8). No verão, atrai muitos visitantes e banhistas na procura pelo rio Alviela. Resultados anteriores de Rosa (2011) já vieram identificar este espaço como problemático e a mesma perceção mantém-se na atualidade.

Posteriormente focamo-nos nas causas para estes problemas (CM2), que no seguimento dos resultados anteriores, são também reduzidas. Por um lado, encontramos referências às Pedreiras (CM4: UC244), economia com grande expressão nesta AP. Por outro, encontramos como responsáveis os praticantes de DN, embora de forma também residual. Neste caso, os problemas são originados por desrespeito ou falta de civismo (CM7:UC234), massificação de alguns espaços (CM4:UC242; AG:UC238) e utilização desadequada de espaços de prática (CM4:UC240,241) sobretudo em alturas do ano pouco favoráveis ao desenvolvimento de elementos faunísticos (e.g. nidificação).

Já no que diz respeito às soluções (CM3) encontramos maior variedade de opiniões. Estas foram todas enquadradas num determinado carácter ou natureza (Direto ou Indireto) de acordo com elementos de revisão de literatura (IUCN, 2002; Manning, 2007). O quadro 37 reflete os pontos de vista dos inquiridos.

Quadro 37. Soluções para os problemas ambientais

Soluções	Caráter		Inquiridos	UC
	Direto	Indireto		
Soluções Gerais				
<i>Maior controlo e fiscalização</i>	1	--	CM5; AG	255,254
Outras atividades (Industriais)				
<i>Maior rigidez na legalização das explorações de pedra</i>	1	--	CM4	245
<i>Aproveitamento das pedreiras para outros fins (e.g. Desportivos)</i>	--	1	CM1	246
Desporto de Natureza				
<i>Sensibilização dos praticantes</i>	--	1	AG	248
<i>Mais informação sobre as oportunidades desportivas no PNSAC</i>	--	1	CM5	249
<i>Monitorização</i>	--	1	CM4	247
População Local				
<i>Sensibilização e educação ambientais</i>	--	3	CM5;CM1; CM4	250-253

Um primeiro aspeto que está de acordo com a literatura é a preferência por medidas com carácter indireto (IUCN, 2002), relacionadas com a sensibilização e a educação. As medidas com carácter direto

incidem sobre as atividades industriais, sendo de destacar no entanto a sugestão da CM1 no que diz respeito ao aproveitamento de pedreiras abandonadas para outros fins de natureza recreativa (medida indireta).

Considerando agora o foro social (CN) foram igualmente apresentados problemas (CN1) e causas (CN2). Neste caso excluimos as soluções. O quadro 38 revela os resultados obtidos.

Quadro 38. Problemas sociais

Conflitos	F	Inquirido	UC
Entre praticantes de DN	3		
<i>Entre praticantes de DN</i>	2	AG; CM4	261;260
<i>Com atividades motorizadas</i>	1	CM4	262
Entre praticantes e Pop. Local	1		
<i>Invasão propriedade privada</i>	1	CM4	263
Conflitos stakeholders → AG PNSAC	6		
<i>Associações e o Plano de Ordenamento (MA-AG)</i>	1	CM4	257
<i>Favorecimento Empresas (MA-AG)</i>	2	CM1; CM4	258
<i>Diferentes Objetivos (Agentes-AG)</i>	1	CM6	275
<i>Mau desempenho de funções Gestão (CM-AG)</i>	1	CM1	274
<i>Falta envolvimento da Comunidade local (PL-AG)</i>	1	CM1	271
Conflitos com Outras Atividades	7		
<i>Caça</i>	2	CM1;CM4	270;269
<i>Indústria de extração de inertes</i>	5	AG;CM7;CM6;CM1;CM4	264-268
Conflitos AG PNSAC → Stakeholders	3		
<i>Remoção fitas e marcações (provas desportivas)</i>	1	AG	273
<i>“Conflitos existem sempre”</i>	1	AG	272
<i>Grupos informais</i>	1	AG	279-281
Conflito Autarquias → Stakeholders	1		
<i>Agentes atuam por meios próprios e em contradição com os princípios da AP</i>	1	CM7	278

Legenda: MA: Movimento Associativo; ME=Movimento Empresarial; AG= Agência Gestão; PL= Pop. Local; CM= Câmara Municipal; →= Direção do conflito

No quadro identificamos as principais tipologias de conflito (sombreado cinzento) e respetivos totais em função de cada uma das possibilidades identificadas (em itálico). O conflito mais evidenciado remonta para a indústria de extração de inertes (f=5) que em conjunto com a caça (f=2) tornam as “outras atividades” existentes no PNSAC como potenciadoras destes conflitos. Neste campo é importante o entendimento que o PNSAC é uma zona económica e socialmente ativa, e que indústrias importantes (referidas no capítulo 8) fazem uso deste território. Neste sentido, as pedreiras, pela sua íntima relação com os recursos naturais e interseção com locais de prática, poderão ser potenciadoras de potenciais conflitos. Em segundo lugar e de forma algo preocupante, surgem conflitos entre *stakeholders* e a AG do PNSAC (F=6). Estes são evidenciados a vários níveis e sugerem que esta pode ser uma realidade vigente nesta AP.

No que às causas diz respeito (CN2) a única específica foi evidenciada pela CM4 e remete para as atividades motorizadas e para o uso dos mesmos espaços de prática destinados a outras atividades [UC262].

A última categoria em análise nesta dimensão diz respeito à compreensão das condições associadas ao atributo de gestão (CO). O discurso codificado nesta categoria tem um sentido crítico bastante acentuado e no seguimento dos resultados do quadro anterior, que refletiam conflitos com a AG do PNSAC, vem revelar por um lado algum descontentamento, e por outro, uma série de medidas construtivas que visam a melhoria da situação atual. Desta forma, a subcategoria CO1, visou a compreensão das principais críticas estabelecidas face à gestão das práticas desportivas no PNSAC. A figura 54 resume um conjunto alargado de resultados. Consideramos que a exposição esquemática facilita a leitura e visualização dos resultados.

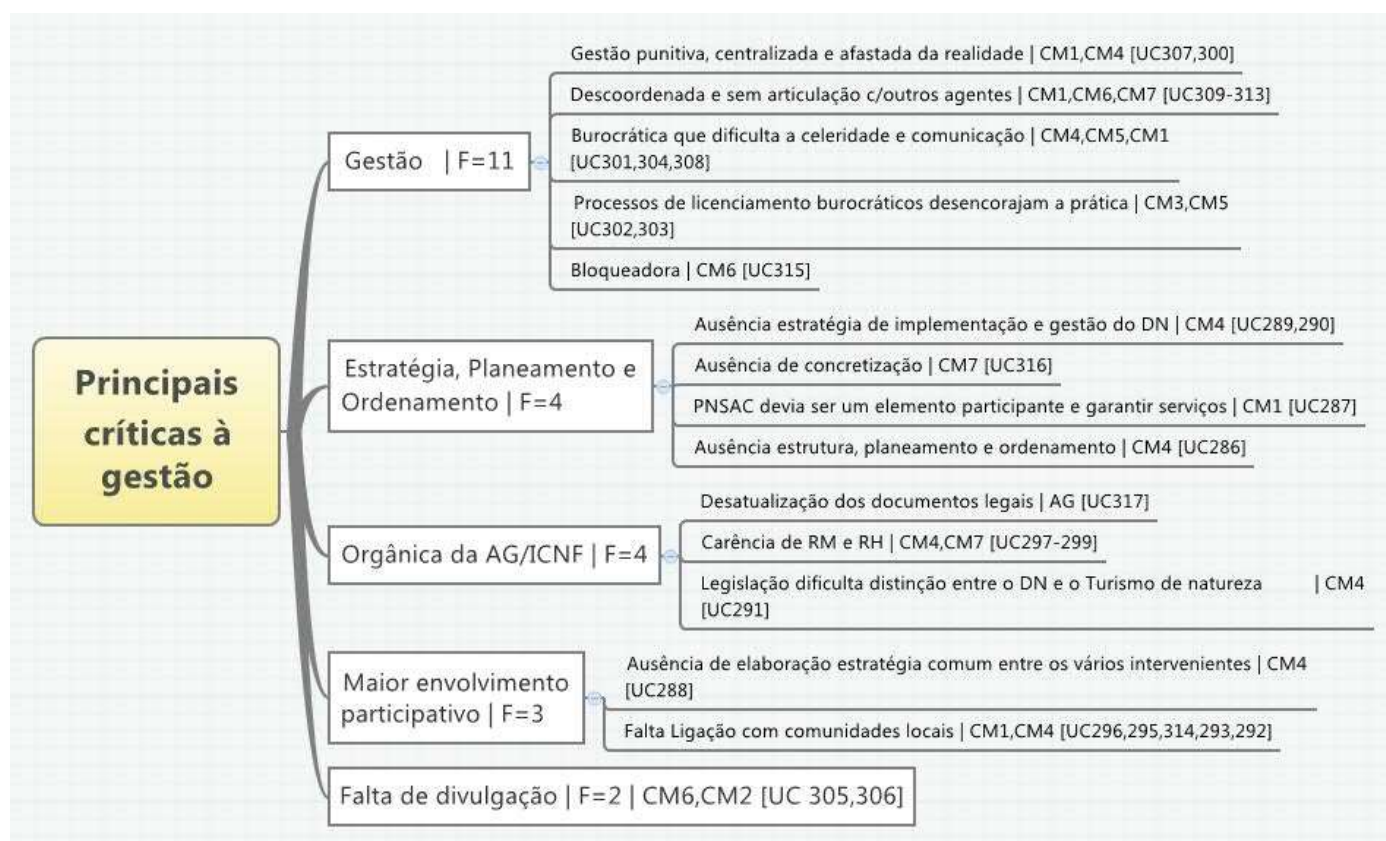


Figura 54. Principais críticas à gestão

Um primeiro aspeto que se destaca está relacionado com a participação na resposta. Ao contrário dos atributos anteriores, verifica-se uma participação total o que sugere maior conhecimento e simultaneamente maior sentido crítico face a esta questão central. O tema com maior expressão (F=11) centra-se nas características da gestão atual onde a burocratização, a centralização e um

afastamento da realidade local são termos chave. A isto respeitante, a afirmação de Alcanena traduz de alguma forma a realidade da governança dos espaços protegidos em Portugal e refere que *“O PNSAC foi em tempos, um espaço conotado com a entidade PNSAC, que o geria numa perspetiva de proximidade. Com o desmantelamento do Ministério do Ambiente e a sua agregação a outros serviços, criando as super chefias, que se vão afastando progressivamente dos territórios, e que não valorizam as especificidades/prioridades de cada região mas, pelo contrário, o gerem como um todo, vão promovendo o desvincular das obrigações do Estado para com as estruturas outrora criadas e que agora começam a apresentar um estado de semiabandono.”* [CM1: UC307].

Na realidade, a gestão atual das AP nacionais (por departamentos que englobam várias AP) revela-se alvo de crítica por parte dos municípios, em especial Alcanena e Porto de Mós.

A própria burocratização parece ser um elemento chave. As CM3, CM5 e CM6, tendencialmente menos críticas ao longo da nossa análise reforçam a veracidade deste problema. Inclusive, tínhamos anteriormente ressaltado em temas analíticos que Ourém (CM3) se revelava uma das entidades mais afastadas da AP e a sua expressão, envolvendo a crítica à burocratização, vem reforçar a nossa assunção face a esta problemática *“Com efeito, nos últimos anos, o Município e as coletividades com sede no concelho têm canalizado a programação de iniciativas para territórios que não são abrangidos pelo PNSAC em virtude das condições restritivas de acesso e de algum desconhecimento em relação aos procedimentos inerentes à operacionalização agilizada das mesmas ”* [CM3:UC302].

O segundo aspeto mais criticado refere-se à ausência de estratégia e planeamento (F=4). Aqui as opiniões divergem ligeiramente. Porto de Mós e Alcanena referem a falta de estratégia para o território. Torres Novas (CM7), assume que a estratégia *“[...] tem sido devidamente integrada na estratégia de ordenamento e atuação do PNSAC, mas sem uma concretização efetiva que releve as possibilidades do parque nesta matéria.”* [CM7:UC316]. Este é sem dúvida uma das principais preocupações de Porto de Mós revelada pela frequência de referências à ausência de estratégia, e a expressão *“Parece-me que, atualmente, não existe uma estratégia de implementação e de gestão das atividades desportivas.”* [CM4: UC289] é disso exemplificadora.

Ao mesmo nível surgem críticas relacionadas com a própria orgânica da AG e simultaneamente do ICNF, refletindo o estado de arte das instituições públicas no que se refere às carências de recursos financeiros e subjacente a estes, os humanos e materiais, reforçando assunções tomada no capítulo 5. Neste tema vem surge ainda a problemática da legislação e da definição concetual do DN e do TN, também evidenciadas e discutidas no capítulo 6.

Por último, a necessidade de um maior envolvimento participativo e divulgação do PNSAC surgem como as críticas com menor frequência. É de destacar a importância atribuída ao envolvimento das

comunidades locais, estabelecida essencialmente por CM4 e CM1 e que reforça, quer o envolvimento destas autarquias com a realidade em estudo quer a gestão centralizada e afastada da realidade apresentada anteriormente.

Se a subcategoria anterior tem um carácter mais generalista, a subcategoria CO2, vem revelar a existência de problemas mais específicos associados à gestão dos espaços de prática desportiva. A figura 55 reflete os resultados.

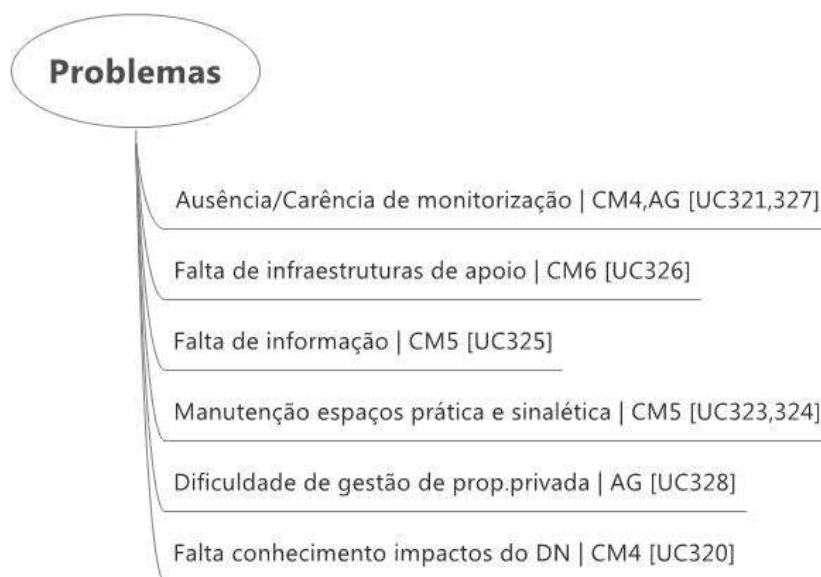


Figura 55. Problemas específicos da gestão

Provavelmente por serem problemas de carácter mais específico, o número de apreciações reduz novamente em número e diversidade de inquiridos. O principal problema prende-se com a ausência ou carência de monitorização e ganha força ao encontrarmos correspondência entre a apreciação de CM4 e a confirmação da AG. Segundo as suas próprias palavras: “[...] *devia ter uma espécie de cancela entramos aqui andamos dentro do parque, saímos acolá, se tivéssemos as cancelas, se tivéssemos parques há americana de facto era mais fácil porque a gente sabia controlar quem entrava quanto lá estava e quando saía. Agora nós não conseguimos controlar quem entra, nem onde anda nem quanto tempo está nem quando é que sai [...]* o facto de ser muito difícil monitorizar as atividades. Eu não sei quantas pessoas fazem, percorrem os 16 ou 17 percursos que existem marcados, não faço ideia nenhuma, é que, só para falar dos que estão marcados quanto mais os outros. Não sei qual é a quantidade de praticantes de desporto de natureza que temos no parque diariamente. A gente pode mandar uns números para o ar mas os números que mandamos partem de pressupostos muito pouco reais.” [AG:UC327]. A expressão traduz na realidade uma das características das AP portuguesas cuja dimensão, ausência de limites físicos e humanização, se tornam dificultadores do processo de monitorização e controlo de visitantes.

Outro aspeto interessante surge no fim da figura e remete para a necessidade de maior conhecimento acerca dos impactos ambientais destas atividades. Julgamos que este é um aspeto essencial para um melhor julgamento e decisão acerca de medidas de gestão afetas aos espaços e, não obstante a quantidade considerável de literatura internacional neste campo (Carr, 2007; Figueiredo, Brito, Santana, & Rocha, 2010; Goeft & Alder, 2001; J. Marion, 1998; L. Marion & Olive, 2006) parece-nos que ainda não foi debruçada a devida atenção a esta realidade, em especial por parte do ICNF, enquanto entidade que determina o uso e as restrições do espaço natural para fins desportivos.

Todavia são igualmente apresentadas soluções (CO3). Em concordância com a subcategoria anterior, a especificidade do tema levou a uma baixa diversidade respostas embora se revelem algumas soluções interessantes em número e natureza, nomeadamente: **1) Face aos problemas de monitorização:** i) Criação de um estatuto para o movimento associativo *“Deveria ser criado outro estatuto para as associações e clubes locais, para que fossem considerados elementos fundamentais no desenvolvimento de atividades e manutenção de espaços e equipamentos, já que o PNSAC não tem meios suficientes para este tipo de intervenção diária.”* [CM4:UC322]. Esta solução relaciona-se com a ii) Criação de uma equipa de monitorização [CM4:UC321]. Neste caso, Porto de Mós sugere que a monitorização seja realizada em parceria com as entidades locais, nomeadamente o movimento associativo; **2) Face à falta de divulgação:** i) Internacionalização do PNSAC (em redes europeias como EUROPARC e PAN PARKS) [CM4:UC332] e a ii) criação de uma plataforma na internet com vista à divulgação [CM6:UC333]; **3) Face à falta de infraestruturas:** i) Criar ou aproveitar infraestruturas em parceria com as autarquias [CM6:UC334]; ii) Criação de um plano de incentivos das receitas provenientes das taxas cobradas para investimento local [CM4:UC331]; **4) Face à ausência de estratégia:** i) Posicionamento do PNSAC em relação à “concorrência”; ii) Uma visão global e com congregação de forças; iii) a existência de dados (informação) quantificáveis [CM4:UC330; CM6:UC336] e iv) O fomento das parcerias público-privadas [CM4:UC329].

Face a este conjunto de resultados é de destacar a preferência por medidas não punitivas ou de natureza mais radical, que embora sejam maioritariamente resultantes da visão de uma instituição (CM4), visam a melhoria dos processos com base numa maior coordenação e parceria entre as entidades. Destaca-se ainda uma postura comercial, na utilização da expressão “concorrência” que conduz também para uma maior eficácia financeira cujas receitas podem servir para investimento local e melhoria dos espaços em geral.

De forma conclusiva e fazendo sobressair os resultados referentes ao foro da gestão, é importante destacar um sentido crítico forte mas que é acompanhado da intenção de melhoria. Este sentido crítico é espelhado maioritariamente num sentido geral (grandes críticas e grandes soluções) e menos em aspetos específicos dos espaços de prática, por isso, sugere alguma revolta ou relutância face ao trabalho desenvolvido pela AG PNSAC, embora não seja transversal a todas as autarquias. A AG, de alguma forma, suaviza este potencial problema e assume que “Conflitos existem sempre” mas que não são problemas muito relevantes. Simultaneamente assume e confirma algumas das críticas colocadas pelos inquiridos, sobretudo no que se refere à burocratização, necessidades de monitorização e a desatualização de alguns documentos legais que fortemente condicionam as práticas desportivas nesta AP.

É ainda importante a compreensão, de que estes resultados não são novos no panorama investigativo. Yuksel, Bramwell, e Yuksel (1999) observaram perceções negativas face à coordenação entre instituições públicas, assim como, uma noção de que muitas decisões eram impostas pelo governo central (de encontro à problemática da centralização). Cihar e Stankova (2006) obtiveram resultados semelhantes no sentido em que, junto da população local, obtiveram críticas relacionadas com a administração da AP em estudo, em especial relacionadas com a comunicação (de encontro à falta de envolvimento participativo). Kent, Sinclair e Diduck (2012) verificaram considerações de *stakeholders* face às necessidades de maior planeamento sistemático por parte do departamento responsável pela área em estudo (de encontro à problemática da descoordenação e ausência de estratégia) e identificaram aspetos como a carência de manutenção de infraestruturas e de promoção (de encontro aos problemas identificados na última categoria).

Este contraponto sugere que esta é uma situação recorrente na gestão de espaços protegidos para o desenvolvimento da indústria recreativa e turística.

Mais uma vez, os TA criados podem ser consultados no anexo 19.

3.6. Dimensão 6: Possibilidades de um Processo de Gestão Participativo (PGP)

Na dimensão 6, visámos as possibilidades de um PGP no PNSAC. O sistema categorial apresentado na figura 56 (na vertical devido à dimensão) reflete as categorias e subcategorias em estudo.

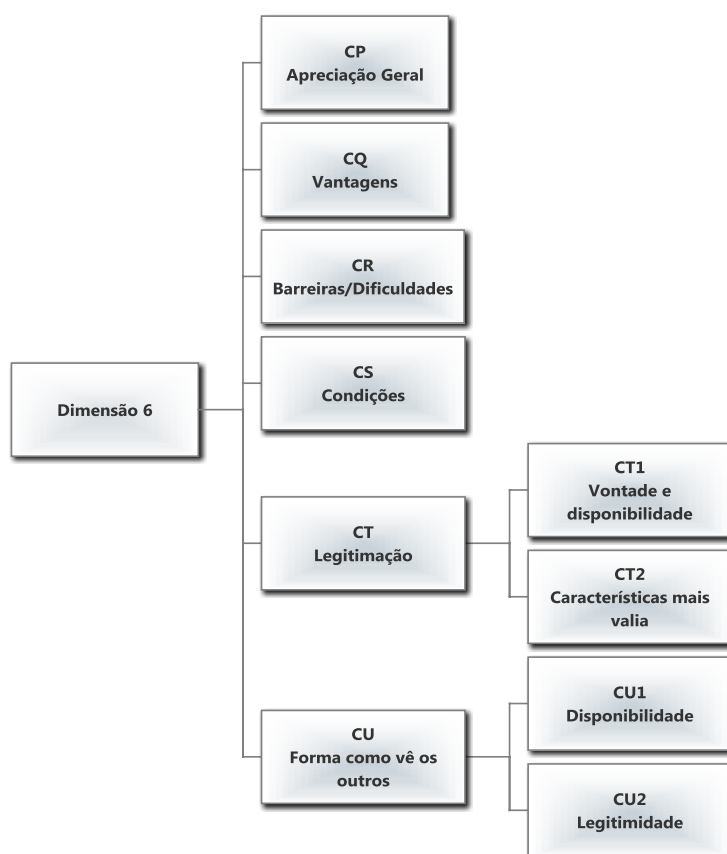


Figura 56. Sistema categorial da Dimensão VI: Possibilidades de um PGP

A primeira categoria em estudo diz respeito à apreciação geral dos inquiridos face à pertinência e exequibilidade de um PGP no PNSAC (CP). No que diz respeito à pertinência, embora nem todas tenham uma apreciação direta denota-se nos resultados que a concordância é total e que esta estrutura é apreciada e considerada adequada ou muito adequada por todos os inquiridos [UC337-347]. Em alguns casos revelam-se posições que atribuem uma quase indubitabilidade face a este processo, como pode ser observado na expressão *“A gestão participativa é o futuro.”* [CM5:UC345]. O município de Alcobaça assume uma postura de elevada concordância e vontade de envolvimento *“[...]eu acredito muito na articulação das entidades, no entendimento dessas mesmas entidades. Quanto maior for esse entendimento melhor será a concretização de um objetivo que nós queremos desenvolver.”* [CM2:UC347].

No que diz respeito à exequibilidade do processo a posição é semelhante, embora se estabeleçam condicionamentos que serão analisados na categoria CS [UC391-394]. Este posicionamento, face ao desenvolvido nas dimensões anteriores, era já esperado, sendo de salientar no entanto o seu elevado grau de aceitação.

Contudo são de destacar dois comentários da AG que vão no sentido de uma tentativa anterior que, mediante o discurso, não foi objeto de sucesso: *“Porque houve tentativas de fazer [...] através da*

Associação de Desenvolvimento da Serra d'Aire e Candeeiros [ADSAICA], na fase em que era Parque Natural das Serras d'Aires e Candeeiros que tinha a direção da ADSAICA e o que se chegou à conclusão é que as entidades estavam sempre à espera que o parque através da ADSAICA lhes resolvesse as situações.” [AG:UC341] e que se deve, em parte, ao posicionamento assumido pelos stakeholders face ao envolvimento do estado: “O parque natural [...], enquanto entidade que pertence ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, portanto um Instituto Público [...] pode ser parceiro, mas deve fundamentalmente estar na retaguarda deste tipo de processo porque a partir do momento e isto falo por experiência, a partir do momento em que as instituições públicas se metem elas próprias nestes processos, até porque têm pessoal, têm recursos humanos, têm técnicos razoavelmente preparados e com competências nas matérias e isso tende a que as outras entidades, as entidades privadas e associativas se retirem e considerem que a responsabilidade maior compete ao Estado” [AG:UC340].

Estas considerações remetem novamente para a figura 51 que demonstrava que, mediante a visão de alguns municípios, a “estrutura” deveria nascer no seio do ICNF. Aqui apresenta-se do lado do próprio estado uma visão algo contrária. Esta é uma discussão, cujos contornos e recomendações da nossa parte serão estabelecidos no final do trabalho de investigação razão pela qual não aprofundamos agora a discussão.

De acordo com a teoria determinada no capítulo 9, estes processos são dotados de vantagens e barreiras, cuja determinação, perceção e concordância entre os envolvidos são aspetos fulcrais (Jamal & Getz, 1995; Ladkin & Bertramini, 2002; Yodsuwan & Butcher, 2012). Na figura 57 juntámos as duas subcategorias (CQ e CR) numa tentativa de “pesar” a perspetivas dos indivíduos.

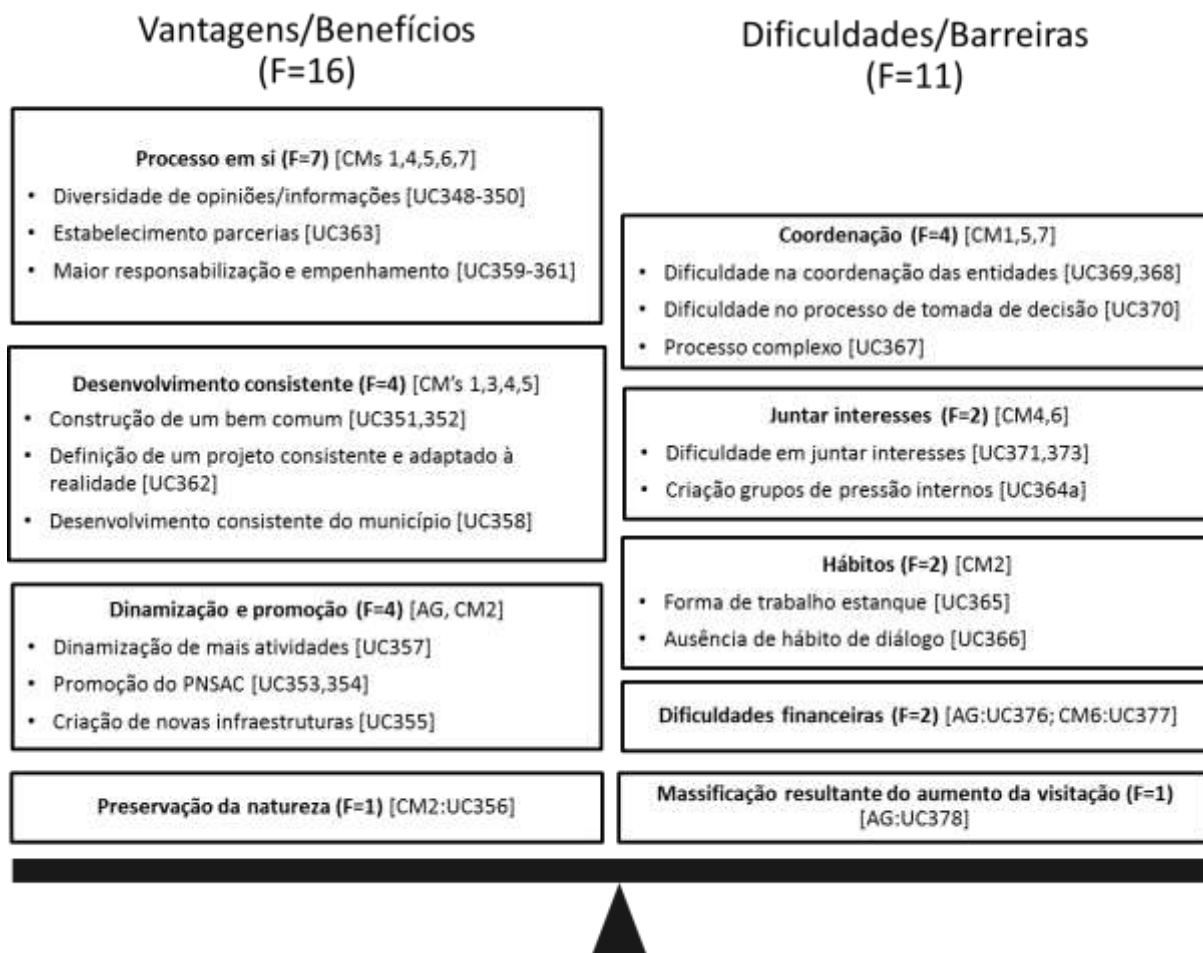


Figura 57. Vantagens/Benefícios Vs Dificuldades/Barreiras do PGP

Alguns aspetos positivos se destacam:

Em termos quantitativos, **existe maior perceção de benefícios do que barreiras** (F=16 vs F=11). A acrescentar a esta diferença, surgem comentários de Alcobaça e Santarém a afirmar que as desvantagens são praticamente inexistentes e que *“dificuldades são as pessoas que as criam, isto tem tudo a ver com pessoas”* [CM6:UC374].

Os benefícios percebidos e com maior acordo entre o grupo de inquiridos estão relacionados com **características do processo em si** (F=7), no que diz respeito à diversidade de opiniões, parcerias e corresponsabilização dos intervenientes. No seguimento dos resultados da dimensão anterior, surgem as vantagens face à definição de um projeto comum, consistente e adaptado à realidade (F=4) fazendo sobressair mais uma vez o acordo com a descentralização. Seguidamente surgem os restantes, e é interessante verificar que as vantagens/benefícios percebidos deste processo vão de encontro aos problemas anteriormente encontrados na dimensão 5, vindo assim reforçar a nossa compreensão da realidade em estudo.

Por sua vez, as principais dificuldades/barreiras surgem relacionados com a coordenação e organização do processo (F=4). É igualmente interessante verificar, que existe ligação entre as vantagens e as barreiras mais evidenciadas e que ambas se focam fortemente em aspetos processuais. Contudo, outros, como a capacidade de juntar interesses, a criação de grupos de pressão internos (favorecimento pessoal ou institucional) e hábitos de trabalho afincados e assentes na ausência de diálogo são reconhecidos como inibidores e já se incluem num campo mais pessoal e menos processual. As dificuldades financeiras são mais uma vez evidenciadas e revelam consistência no discurso dos inquiridos.

Muita da literatura existente é focada nesta dualidade benefício/barreira. Contudo, o foco na perceção de barreiras é menos habitual. Os resultados obtidos seguem a linha determinada por vários autores, e o problema que se coloca nesta fase de discussão dos resultados prende-se com a realidade da AP em estudo. Isto quer dizer que determinados pontos de vista, sugerem que um PGP é mais eficiente (Garrod, 2003; Jamal & Getz, 1995) e mais barato (B Bramwell & Lane, 2000; Garrod, 2003). Em contrariedade, sugere-se que estes podem levar mais tempo a atingir objetivos (Garrod, 2003; Pimbert & Pretty, 1995) e podem implicar aumento de *staff* e recursos financeiros (Swarbrooke, 1999; Timothy, 1999).

Por isso mesmo, uma compreensão mais ampla das posições agora assumidas tem de ter em conta a realidade do PNSAC (Aas et al., 2005; B Bramwell & Lane, 2000; L. Roberts & Simpson, 1999) a vários níveis, assim como a concordância entre os diversos atores em estudo, algo que só será atingido no final deste trabalho de investigação.

Posteriormente foram analisadas as condições (CS) para o desenvolvimento deste processo. As principais identificadas estão relacionadas com a necessidade de se definirem claramente as regras, o grau de capacidade e as áreas de atuação de cada envolvido [UC382-387]. Neste campo, Porto de Mós insiste na importância de se definir claramente uma estratégia e objetivos de forma clara [CM4:UC381], a participação de diferentes grupos de *stakeholders* [CM4:UC379,380] e a existência de uma comissão diretiva eleita [CM4:UC389]. Santarém reforça a importância da comunicação, assumindo que *“eu julgo que depende da forma que se encontrar para se comunicar o projeto digamos assim ou a ideia”* [CM6:UC390].

Embora exista uma perceção positiva e um apoio generalizado dos benefícios deste processo, os inquiridos estabelecem como condição à existência de limites e regras muito bem definidas. Esta forma de estar sugere a noção das dificuldades de coordenação de um projeto desta natureza, assim como, a possibilidade de existirem desvios (e.g. de pessoas, do processo) em vários momentos.

Relativamente à categoria Legitimação (CT) tentámos perceber a vontade e disponibilidade dos inquiridos para o envolvimento no PGP (CT1), assim como, as características que possuem que consideram ser uma mais-valia para o processo (CT2). Respeitante a CT1, os resultados são mais uma vez simples, pragmáticos e de concordância total, o que significa que todos os inquiridos revelam vontade e disponibilidade para a participação [UC339, 395-403].

No que diz respeito aos resultados de CT2, optamos por uma visualização gráfica apresentada na página seguinte (figura 58).

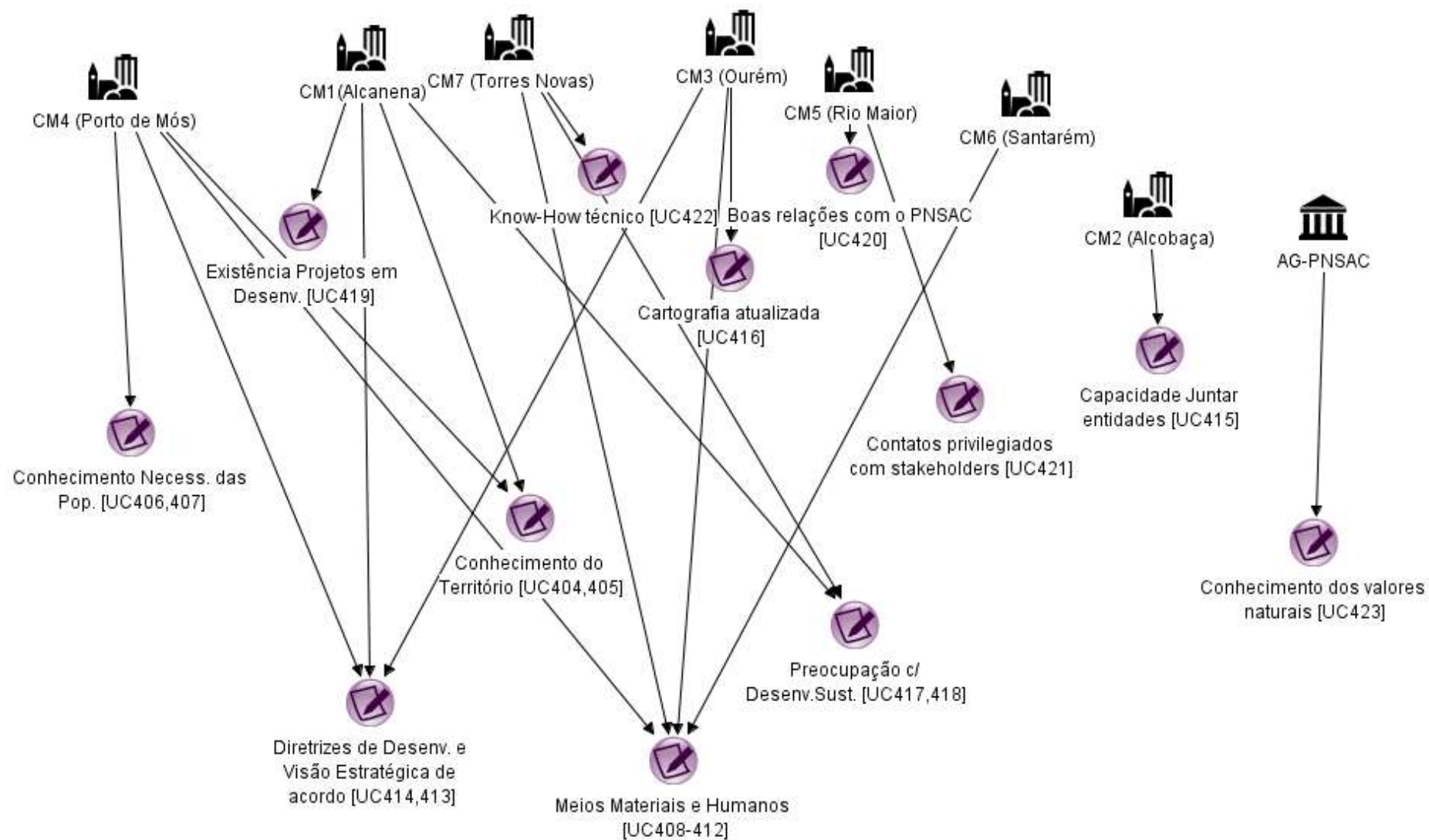


Figura 58. Mais-valias das instituições inquiridas

Em sintonia com os elementos gráficos da figura 51 podemos visualizar no topo os diferentes inquiridos. Os símbolos a cor violeta representam características consideradas mais-valias, acompanhadas das respetivas unidades de contexto para eventual consulta. As ligações entre as entidades e as características representam as tendências das respostas (cada seta representa $f=1$). Podemos assim constatar que na parte inferior da figura encontramos as características com maior frequência e correspondência entre entidades. Num sentido ascendente, vão diminuindo as ligações até chegarmos a características individuais.

O aspeto mais identificado tem um carácter bastante tangível e relaciona-se com a existência de meios técnicos, humanos e materiais ($f=4$). Outro dos resultados que se destaca, relaciona-se com um aspeto que tem vindo a revelar consistência e refere-se mais uma vez à importância atribuída pelos inquiridos à existência de uma visão estratégica para o desenvolvimento municipal, em parte associada ao D,R&T no PNSAC ($f=3$). Destaca-se ainda a AG, com o já esperado conhecimento aprofundado do meio natural.

Podemos constatar que as competências dos indivíduos acabam por assumir três perfis diferentes. Por um lado, características relacionadas com a própria missão e ideologia destas instituições. Exemplo disso é o conhecimento das necessidades e aspirações das comunidades locais, assim como, a ideologia de desenvolvimento sustentável, ou, nas palavras de Torres Novas, a “*sensibilidade política para as matérias em causa*” [CM7:UC417]. Por outro, encontramos aspetos bastante tangíveis, relacionados com os recursos humanos, cartografia, conhecimento do território, a existência de projetos em desenvolvimento ou o *know-how* técnico e este é, sem dúvida, aquele que mais se evidencia. Por último, traduz-se um grupo afeto à existência de boas relações e contatos privilegiados, assim como, a capacidade de juntar as entidades, aspetos personificados por Rio Maior e Alcobaça.

Estes resultados serviram de reflexão para uma importante componente deste processo e que de acordo com as perspetivas destes inquiridos, se traduz numa das condições para a sua execução. Falamos da definição clara de regras, o grau de capacidade e as áreas de atuação de cada envolvido. Estudos focados numa amostra semelhante à deste estudo não são evidentes na literatura, o que impede o confronto. Por isso, somente com base nas perceções dos inquiridos, e mantendo todo o conteúdo anterior, manipulámos as mais-valias e ligações. A figura seguinte (figura 59) demonstra esta reflexão.

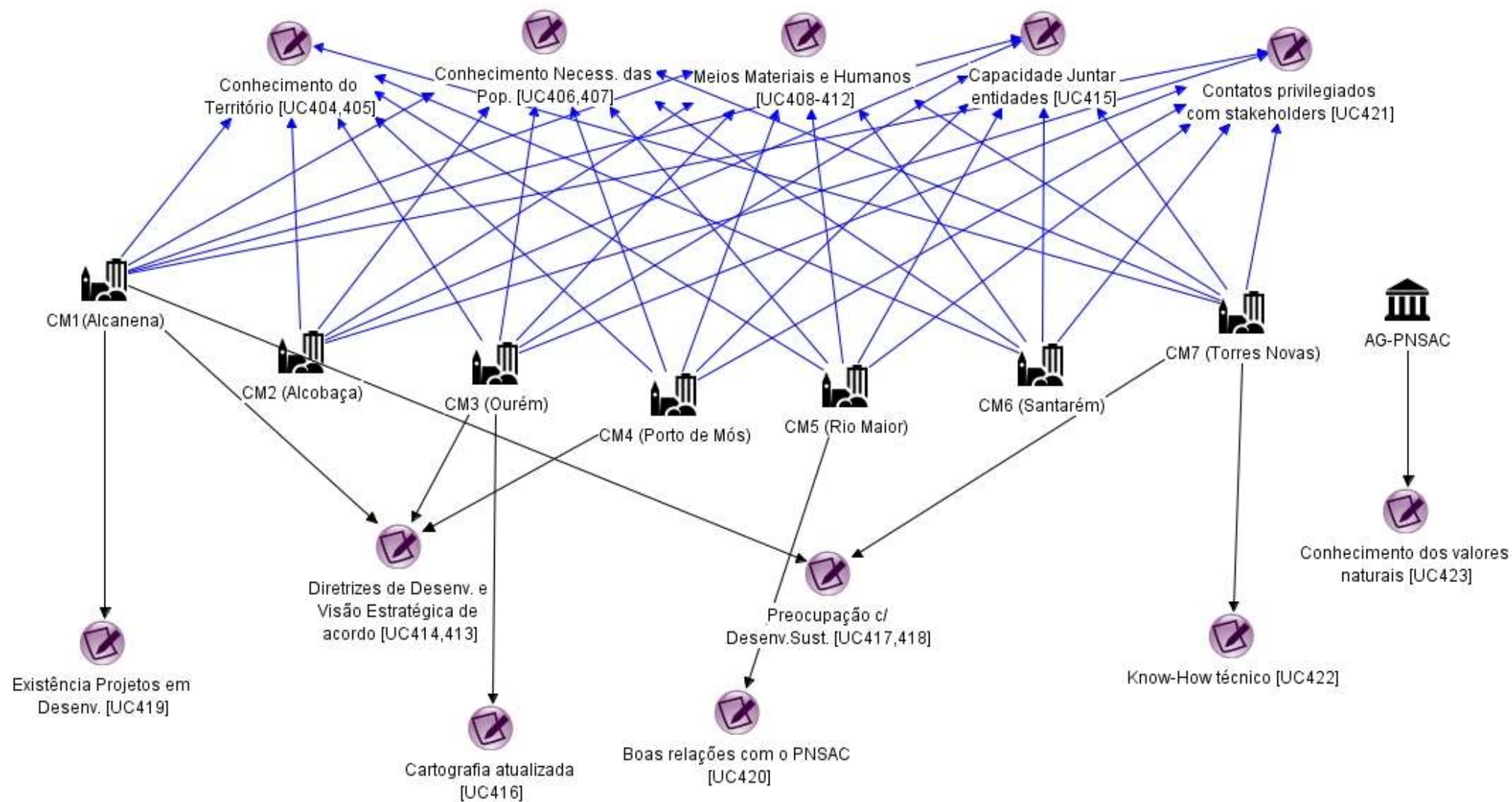


Figura 59. Mais-valias das instituições inquiridas: Possibilidade de competências comuns e específicas

Como resultado da reflexão, criámos novas ligações (a azul) e mantivemos as restantes originais (a preto). Estas ligações a azul (na parte superior) simbolizam o conjunto de competências/características identificadas anteriormente que, apesar de nomeadas individualmente, nos parecem transversais a qualquer município. Por isso, todos os municípios estão ligados a estas características.

Um primeiro dado que resulta desta reflexão é que mesmo existindo um conjunto transversal de competências, que devem e merecem ser identificadas e aprofundadas, podemos encontrar municípios que pela sua envolvimento com a AP, pelas suas características ideológicas ou pelo conhecimento dos seus recursos humanos, possuam características únicas que lhes concedam uma determinada função dentro do PGP. Estas são exemplificadas pelas linhas a preto e que se mantem da figura anterior.

Neste trabalho não nos propusemos a aprofundar esta temática e por isso mesmo não é nosso intuito fazê-lo de momento. Contudo, parece-nos que deverá ser um motivo de reflexão no futuro (do PNSAC e da investigação em geral), a capacidade de olhar para instituições públicas, não de uma forma estereotipada e transversal (“todos os municípios são iguais”) mas aproveitar determinadas características individuais que possam ser uma mais-valia na construção de uma equipa de coordenação. Como premissa, esta possibilidade tem de residir igualmente na capacidade de abstração de interesses locais ou regionais, políticos ou partidários.

A última categoria em análise refere-se à forma como os inquiridos vêem os outros *stakeholders* (CU) em termos de disponibilidade (CU1) e legitimidade (CU2) para participar. No que diz respeito à subcategoria CU1, verifica-se que à exceção de Ourém, que assume não ter dados disponíveis para responder à questão [CM3:UC431], todos os restantes reconhecem disponibilidade por parte dos restantes *stakeholders* [UC425-430,432,433]. Contudo, retomamos a importância da comunicação referida anteriormente por Santarém e que neste momento se transforma numa quase condicionante à disponibilidade dos *stakeholders* do PNSAC. Neste caso Porto de Mós e Alcanena assumem uma posição semelhante face a este fator. As palavras de Alcanena refletem esta nossa assunção: *“Julgo que todos sairiam a ganhar se fossem devidamente envolvidos e estivessem devidamente representados na estrutura responsável pela gestão deste projeto. Conseguindo transmitir esta vantagem, julgo conseguir dispor também da sua disponibilidade para o projeto.”* [CM1:UC429].

Posteriormente foi aferida a perceção dos inquiridos face a legitimidade de participação (CU2). À exceção de CM3, pelas mesmas razões anteriores, verificamos que existe um sentido inclusivo na legitimação, no sentido em que “todos” têm essa legitimidade. Duas posições se revelam: Torres

Novas, Rio Maior, Alcobaça e Porto de Mós, colocam-se numa posição indubitável, de que todas as pessoas têm legitimidade para participar [UC434,436,433,437, resp.]. Porto de Mós coloca ainda esta questão da seguinte forma: *“O facto de sermos os representantes dos nossos antepassados que nos deixaram este legado preservado, até aos dias de hoje, legitima a nossa participação. Por outro lado esta existência só se justifica se existirem pessoas e certamente as que vivem e sentem o seu território e conhecem a realidade local, serão os melhores representantes das suas comunidades.”* [CM4:UC437].

A segunda posição é igualmente inclusiva mas, através do discurso acabamos por estabelecer critérios de legitimação. Neste caso, Porto de Mós, com base na assunção anterior, considera que a pertença ao território é condição suficiente. Esta posição é parcialmente partilhada com a AG que acrescenta o facto de “pertencer ou trabalhar” no PNSAC [AG:UC438]. Por sua vez, Santarém coloca aqui a envolvimento no território e, dando o exemplo dos municípios, considera que esta legitimação deverá estar relacionada com a envolvimento do município no território geográfico, ou seja, maior área inserida no PNSAC=maior legitimidade [CM6:UC435].

Alcanena parece-nos mais cuidadosa, e embora claramente inclusivo, defende que o envolvimento deve contribuir de forma positiva para o projeto. A sua posição traduz-se no excerto seguinte: *“A legitimidade para participar neste processo, depende do grau de envolvimento e da ação de cada um no projeto. Um cidadão isolado, poderia certamente participar, desde que a sua participação enriquecesse o processo, devendo este ser um processo dinâmico, passível de alterar mediante a avaliação global do desempenho de cada um”* [CM1:UC439]. Estamos assim perante uma visão maioritariamente inclusiva de legitimação, onde pertencer, trabalhar ou enriquecer positivamente o PGP são as condições basais.

Mediante os resultados obtidos criámos TA que podem ser observados no anexo 19.

4. Conclusões

De acordo com os objetivos determinados no início deste capítulo, estabelecemos as nossas conclusões (parciais). O alcance das conclusões seguidamente apresentadas, partiu de um processo de triangulação confirmatória que teve como base de análise os 95 TA (de 1º grau) obtidos na interpretação e discussão dos resultados de cada dimensão (anexo 19). Neste processo, os TA foram novamente agrupados e cruzados entre si, fortalecendo assim a objetividade do estudo (criando TA de 2º grau). As redes constituídas para cada objetivo, por motivos de dimensão, podem ser

consultadas no anexo 21. O resultado deste procedimento, permitiu a criação de novos códigos (TA de 2º grau) que surgem no final de cada conclusão²⁰.

Relativamente ao objetivo específico 4,

Obj.Esp.4 (Parcial): Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

Verifica-se consistência na forma como os diferentes inquiridos concebem o PNSAC. Este é visto como um espaço de grande riqueza e diversidade ambiental, cujo estatuto de proteção lhe confere valor. Também é visto como um espaço de prática desportiva e é caracterizado pelo seu valor cultural, histórico e rural [E_04_1]. Por estas razões, e por já ter uma série de condições existentes, o PNSAC é visto como um espaço com potencial para o desenvolvimento do D,R&T e é possuidor, em termos regionais, de municípios com estratégias de desenvolvimento que coadunam com o subsetor do D,R&T e com o território protegido [E_04_2].

Os principais fatores que diferenciam esta AP das restantes são as suas características geomorfológicas, as boas acessibilidades e a proximidade a centros urbanos e rotas turísticas importantes [E_04_3]. Posteriormente diferenciadores são o seu património natural, a riqueza histórica e modos de vida das populações [E_04_4]. A existência de grutas, redes de trilhos pedestres e paredes de escalada em conjunto com os seus elementos naturais e culturais são as características que mais apetências atribuem a esta AP no que diz respeito à prática de DN [E_04_5].

Esta AP também é caracterizada por fatores menos positivos. A gestão do D,R&T é o principal fator negativo desta AP, em conjunto com a pouca efetividade de alguns projetos desenvolvidos no passado e a existência de poucas ações concretas no presente, levadas a cabo quer pela AG quer pelos municípios [E_04_6]. A Carta de Desporto de Natureza (CDN) é um instrumento de gestão reconhecido pela quase totalidade dos municípios envolvidos nos seus limites territoriais [E_04_7].

No que diz respeito ao objetivo específico 5,

Obj.Esp.5 (Parcial): Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

²⁰ Estes códigos não têm valor interpretativo para as conclusões deste capítulo. Foram apenas considerados como forma de evitar repetição de texto posteriormente.

Os limites geográficos do PNSAC abrangem sete municípios que em conjunto com a AG do PNSAC estabelecem um sistema de gestão complexo. Neste conjunto, características comuns e específicas são de destacar: Os inquiridos dão muita importância ao desenvolvimento do D,R&T no PNSAC e à pertinência de uma gestão específica focada neste subsetor. Reconhecem as novas tendências do mercado turístico e dos hábitos de prática desportiva em contato com a natureza como uma oportunidade para o desenvolvimento e que justifica a atenção do PNSAC [E_O5_8].

Revelam uma intenção clara de maior investimento no D,R&T no futuro, existindo em alguns casos municípios que congratulam este subsetor e território como parte da sua estratégia de desenvolvimento municipal (CM1,CM4) [E_O5_9].

Apresentam concordância entre si nos vários domínios em estudo potenciado a possibilidade de maior entendimento em momentos futuros de discussão relacionados com este subsetor [E_O5_10].

Revelam indícios de consciência ecológica e mais conhecimento dos problemas sociais do que ambientais existentes no PNSAC [E_O5_11]. Tendem a valorizar a existência de uma visão estratégica comum, como base para o desenvolvimento [E_O5_12].

Dão muito valor à participação vendo-a como a melhor forma de desenvolvimento. São inclusivos no que diz respeito à legitimidade de participação, no entanto reconhecem que devem existir regras bem definidas para o desenvolvimento de um PGP [E_O5_13].

Reconhecem mais-valias na sua orgânica que podem ser importantes para o desenvolvimento de um PGP a três níveis distintos e por ordem de importância: tangíveis, a missão/ideologia e as boas relações [E_O5_14].

As suas opiniões dividem-se quanto à natureza da estrutura participativa. Por um lado defende-se uma estrutura nascida do seio do ICNF, por outro, uma nascida do seio da sociedade civil. A AG do PNSAC revela concordância com a segunda [E_O5_15].

Os municípios são bastante críticos perante fatores relacionados com a gestão do PNSAC, contudo, a crítica é acompanhada de uma postura construtiva com sugestões/soluções de melhoria para o futuro [E_O5_16].

Apenas metade das instituições revelam uma ligação e conhecimentos mais profundos do PNSAC e com o subsetor em estudo (CM4,CM1,CM5,CM7) [E_O5_17] e menor é o número daquelas que referem a existência de ações concretas no PNSAC (CM1,CM4,CM5) [E_O5_18].

Individualmente podem-se destacar, por tópicos, as seguintes características: Alcanena (CM1): i) Muito valorizadora da comunicação como fator de sucesso do PGP; ii) Bastante crítica; iii) Reconhecedora das necessidades das populações e dos *stakeholders*; iv) Bastante envolvida e conhecedora da realidade (PNSAC e D,R&T); v) O PNSAC e o subsetor são parte integrante do plano de desenvolvimento do concelho; vi) Apresenta ações concretas face à realidade a que nos referimos [E_O5_19].

Alcobaça (CM2): i) Elevada crença no processo participativo; ii) A menos conhecedora do território do PNSAC e do subsetor em estudo; iii) Apresenta grande disponibilidade para o processo, de aprendizagem e até, vontade de maior envolvimento com o PNSAC [E_O5_20].

Ourém (CM3): i) Revela algumas perspetivas de desenvolvimento municipal associadas ao subsetor; ii) Revela contudo algum afastamento do PNSAC; iii) Forte crença no processo participativo; iv) Apresenta disponibilidade para o processo, para a aprendizagem e vontade de maior envolvimento com o PNSAC [E_O5_21].

Porto de Mós (CM4): i) Bastante crítica; ii) Reconhecedora das necessidades das populações e dos *stakeholders*; iii) A mais envolvida e conhecedora da realidade (PNSAC e D,R&T); iv) O PNSAC e o subsetor são parte integrante do plano de desenvolvimento do concelho; v) Apresenta ações concretas face à realidade (PNSAC e D,R&T); vi) Inseparável da visão estratégica como fator base para o sucesso do PGP; vii) Muito inclusiva face à participação no PGP [E_O5_22].

Rio Maior (CM5): i) Revela algum envolvimento com a AP e com o subsetor mas não aponta especificidades; ii) Revela algumas ações concretas; iii) Forte crença no processo participativo [E_O5_23].

Santarém (CM6): i) Revela algum afastamento da AP e do subsetor; ii) Tem um sentido estratégico apurado e conhecimentos de gestão; iii) Bastante crítica; iv) Reconhece necessidades para o futuro; v) Muito valorizadora da comunicação como fator de sucesso do PGP [E_O5_24].

Torres Novas (CM7): i) Revela algum envolvimento com a AP e com o subsetor mas não aponta especificidades; ii) Possui sensibilidade política para este subsetor; iii) Assume preocupação com o desenvolvimento sustentável [E_O5_25].

Agência gestão do PNSAC (AG): i) Revela aproximação e valorização do subsetor em estudo; ii) Reconhece fragilidades e erros do passado no que diz respeito à gestão do D,R&T no PNSAC; iii) Tende a atribuir novas responsabilidades à sociedade civil e menos ao estado; iv) Revela vontade de estar envolvida no processo como parceira e não como responsável [E_O5_26].

Face ao objetivo específico 6,

Obj.Esp6 **(Parcial)**: Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

Verificou-se uma atribuição total de importância à generalidade da R&T no PNSAC e em especial ao D,R&T, tendo em conta que o PNSAC é também visto como um espaço com potencial para o desenvolvimento deste subsetor através da importância que reside nos seus valores naturais e culturais, como elementos fundamentais e complementares ao desenvolvimento do D,R&T e pelo reconhecimento das novas tendências da sociedade e do mercado turístico [E_O6_27].

Existe consonância na perceção dos benefícios resultantes de um maior investimento no D,R&T de natureza económica, ambiental e social. Os benefícios económicos estão sobretudo conectados à indústria turística. Reconhece-se ainda que estes benefícios económicos podem ser encaminhados para a conservação da natureza e investimento local [E_O6_28].

O DN é visto sobretudo como uma fonte de vantagens/benefícios, associados à saúde e bem-estar, à fuga da rotina, à interação Homem/Natureza e como veículo para uma maior sensibilização ambiental [E_O6_29]. As desvantagens do DN estão relacionadas com a degradação dos recursos naturais, embora sempre dependentes de comportamentos prévios (desajustados) [E_O6_30].

Verifica-se a consistência na existência de uma intenção estratégica de maior investimento do PNSAC enquanto palco do D,R&T. Contudo, não se evidenciam muitas ações concretas de investimento [E_O6_31].

A legislação desenvolvida nos últimos anos é do conhecimento geral e considerada como importante na alavancagem e reconhecimento do subsetor [E_O6_31a]. No entanto é questionada a sua efetividade e insuficiência face à alienação com a realidade do território [E_O6_31b].

São apresentadas necessidades para o futuro, principalmente relacionadas com a necessidade de dados mais concretos (estatísticos) acerca do D,R&T no PNSAC, melhorias na comunicação entre a gestão da AP (AG) e os *stakeholders*, e um planeamento e estratégia globais de desenvolvimento [E_O6_32]

Relativamente ao objetivo específico 7,

Obj.Esp.7 **(Parcial)**: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

A nível ambiental: A perceção de problemas ambientais é reduzida e os principais problemas evidenciados conduzem para a existência de lixo e entulhos [E_O7_33]. A principal causa é atribuída ao DN e aos comportamentos dos praticantes [E_O7_34]. As soluções incidem sobretudo em

medidas indiretas associadas à sensibilização, enquanto que as medidas diretas são direcionadas para os industriais [E_07_35].

A nível social: Existe maior perceção de problemas de foro social (conflitos) do que ambiental, onde os principais conflitos acontecem com outras atividades industriais em especial a indústria da Pedra [E_07_36]. A Caça também é evidenciada [E_07_37]. Surgem ainda indicativos de conflito entre *stakeholders* e a AG mas o contrário não é evidenciado [E_07_38]. A perceção das causas é reduzida e em desacordo com os conflitos, sendo direcionadas para as atividades motorizadas [E_07_39].

Ao nível da gestão: Existe maior perceção de problemas e tecimento de críticas face a este atributo [E_07_40]. Verificam-se poucas ações concretas de investimento e pouca efetivação confirmada pela AG, com tentativas anteriores de pouco sucesso [E_07_41].

Existe um forte sentido crítico face a este atributo e incide sobretudo numa gestão complexa, que dificulta os processos, a burocratização, a falta de comunicação e a centralização [E_07_42]. Posteriormente, a ausência de uma estratégia, a carência de RH e RM e a legislação confusa são apontadas [E_07_43], assim como, a ausência de envolvimento participativo e a falta de divulgação [E_07_44].

Os principais problemas específicos da gestão afeta aos locais de prática desportiva foram a ausência de monitorização e a necessidade de infraestruturas e manutenção [E_07_45]. As principais soluções assentam na definição de uma estratégia global de desenvolvimento e na existência de dados estatísticos mais concretos [E_07_46]. A criação de uma equipa de monitorização através de um estatuto específico para o movimento associativo e maior divulgação através da internet [E_07_47].

Reconhece-se a importância da CDN, contudo, o seu principal problema reside na falta de adaptação e flexibilização [E_07_48] e as suas necessidades baseiam-se numa melhor adaptação à realidade e monitorização [E_07_49].

Respeitante ao objetivo específico 8,

Obj.Esp.8: Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsector em estudo;

Existe forte apoio para o desenvolvimento de um PGP, assim como uma concordância geral com a sua exequibilidade [E_08_50]. Existe vontade e disponibilidade por parte de todos os inquiridos em participar neste processo [E_08_51]. Deve constituir-se uma nova estrutura, embora com alguma divergência de opiniões quanto à sua origem [E_08_52].

Existe maior percepção de benefícios do que barreiras ao PGP [E_O8_53]. Os principais benefícios estão relacionados com o processo em si, no que diz respeito à diversidade de opiniões e maior responsabilização dos intervenientes [E_O8_54]. Posteriormente valoriza-se a construção de uma visão de desenvolvimento comum adaptada à realidade e a promoção do PNSAC [E_O8_55].

As principais barreiras assentam na dificuldade de coordenação do processo, dificuldades em juntar todos os interesses [E_O8_56], assim como, hábitos de trabalho pouco dados ao diálogo e dificuldade financeiras [E_O8_57]. A existência de tentativas anteriores, com pouco sucesso, pode ser importante para uma melhor adequação no futuro [E_O8_58].

São estabelecidas condições para o desenvolvimento do PGP, principalmente a definição clara das regras e o grau de atuação de cada envolvido [E_O8_59], a existência de uma estratégia prévia com objetivos bem determinados e a qualidade da comunicação [E_O8_60].

Existe uma visão inclusiva dos outros, no sentido em que “todos” têm o direito de participar sendo os principais critérios de legitimação o facto de pertencer/trabalhar no território e o contributo positivo para o processo [E_O8_61].

As entidades reconhecem mais-valias que podem ser úteis para o PGP, nomeadamente a existência de meios humanos e materiais, a existência de uma estratégia em sintonia com o subsector e o conhecimento do território [E_O8_62]. Existe a possibilidade de se poderem vir a valorizar características/competências específicas [E_O8_63].

5. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Alves, A. (2012). *Cartas de Desporto de Natureza: Contributo para um Modelo de Gestão e Monitorização*. Master, Escola Superior de Desporto de Rio Maior- Instituto Politécnico de Santarém, Rio Maior.
- Amuquandoha, F. (2010). Residents' perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(2), 223-238. doi: 10.1080/09669580903298531
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bramwell, B. (2011). Governance, the state and sustainable tourism: a political economy approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 459-477.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2000). *Tourism Collaboration and Partnerships: Politics, Practice and Sustainability*. Cleveland: Channel View.
- Carr, C. (2007). *Variation in Environmental Impact at Rock Climb Areas in Red River Gorge Geological Area and Adjacent Clifty Wilderness, Daniel Boone National Forest, Kentucky*. Master, University of Cincinnati, Cincinnati, Ohio.
- Cihar, M., & Stankova, J. (2006). Attitudes of stakeholders towards the Podyji/Thaya River Basin National Park in the Czech Republic. *Environmental Management*, 81(3), 273-285.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 231-248. doi: 10.1080/09669580802495725

- Figueiredo, M., Brito, Í., Santana, W., & Rocha, C. (2010). Compactação do solo em trilhas de unidades de conservação. *Mercator*, 9(19), 165-174. doi: 10.4215/RM2010.0919.0012
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Edições Monitor - Projectos e edições lda.
- Garrod, B. (2003). Local Participation in the Planning and Management of Ecotourism: A Revised Model Approach. *Journal of Ecotourism*, 2(1), 33-53. doi: 10.1080/14724040308668132
- Goeft, U., & Alder, J. (2001). Sustainable mountain biking: a case study from the southwest of western australia. *Journal of Sustainable Tourism* 9, 193-211.
- Gray, B. (2004). Strong Opposition: Frame-Based Resistance to Collaboration. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(14), 166-176. doi: 10.1002/casp.773
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- IUCN. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planning and Management*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: World Tourism Organization.
- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.
- Kaimovitz, D., Vallejos, C., Pacheco, P., & Lopez, R. (1998). Municipal Governments and Forest Management in Lowland Bolivia. *The Journal of Environment Development*, 7(1), 45-59.
- Kent, K., Sinclair, A., & Diduck, A. (2012). Stakeholder engagement in sustainable adventure tourism development in the Nanda Devi Biosphere Reserve, India. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 19(1), 89-100.
- Ladkin, A., & Bertramini, A. (2002). Collaborative Tourism Planning: A Case Study of Cusco, Peru. *Current Issues in Tourism*.
- Laranjo, J. (2011). *A Gestão do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas*. Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Larson, A. (2002). Natural Resources and Decentralization in Nicaragua: Are Local Governments Up to the Job? *World Development*, 30(1), 17-31.
- Larson, A. (2004). Formal decentralisation and the imperative of decentralisation 'from below': a case study of natural resource management in Nicaragua. *The European Journal of Development Research*, 16(1), 55-70.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Marion, J. (1998). *Recreation Ecology Research Findings: Implications for Wilderness and Park Managers*. Paper presented at the National Outdoor Ethics Conference, St. Louis, MO. Gaithersburg, MD.
- Marion, L., & Olive, N. (2006). Assessing and understanding trail degradation: results river and recreational area. Australia: National Park Service.
- Nault, S., & Stapleton, P. (2011). The community participation process in ecotourism development: a case study of the community of Sogoog, Bayan- Ulgii, Mongolia. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(6), 695-712.
- Palomo, I., Martín-López, B., López-Santiago, C., & Montes, C. (2011). Participatory Scenario Planning for Protected Areas Management under the Ecosystem Services Framework: the Doñana Social-Ecological System in Southwestern Spain. *Ecology and Society*, 16(1), 23.
- Pimbert, M., & Pretty, J. (1995). Parks, People and Professionals: Putting 'Participation' into Protected Area Management (pp. 65). Geneva: United Nations Research Institute for Social Development
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Roberts, L., & Simpson, F. (1999). Developing Partnership Approaches to Tourism in Central and Eastern Europe. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 314-330. doi: 0966-9582/99/03 0314-17
- Rosa, P. (2011). *Desporto de Natureza em Espaços Naturais: Contributo para o Ordenamento em Áreas Protegidas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior.
- Siedentop, D. (1991). *Developing Teaching Skills in Physical Education* (3rd ed.). Mayfield Publishing Company.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Wallingford: CABI.
- Takahashi, L. Y., & Milano, M. S. (2004, February, 4-6). *Visitors' Characteristics, Preferences and Perception of the Impacts of Public Use at Salto Morato Natural Reserve*. Paper presented at the Proceedings of the Fourth Social Aspects and Recreation Research Symposium, San Francisco, California.

- Timothy, D. (1999). Participatory Planning: A View of Planning in Indonesia. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 371-391.
- Yodsuwan, C., & Butcher, K. (2012). Determinants of Tourism Collaboration Member Satisfaction in Thailand. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 17(1), 63-80.
- Yuksel, F., Bramwell, B., & Yuksel, A. (1999). Stakeholder interviews and tourism planning at Pamukkale, Turkey. *Tourism Management*, 20, 351-360.

Capítulo 11. A Perspetiva dos *Stakeholders*: Os Promotores de Atividades de D, R & T no PNSAC (*Stakeholders* nível 3)

1. Introdução

No presente capítulo visamos a consulta ao grupo mais interno da cadeia que determinamos inicialmente, nomeadamente as entidades promotoras de atividades no território do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC). Estes são por nós identificados como *stakeholders* de nível 3 (de acordo com o enquadramento metodológico, Parte I) e constituídos por clubes, associações, instituições de ensino, empreendimentos turísticos entre outros. Representam as forças vivas do território e os principais dinamizadores das atividades em estudo (e de outras) no PNSAC.

Este capítulo surge no seguimento das análises anteriores o que permitiu uma abordagem específica da realidade do PNSAC e que teve igualmente em conta o somatório das várias evidências obtidas até ao momento, traduzindo-se num estudo longo, com muitas variáveis e categorias. No que concerne aos dados empíricos, este capítulo foi concebido em duas fases. Uma primeira respeitante a um estudo exploratório de carácter interpretativo (de forma a concorrer para uma ainda maior especificidade) e um estudo de carácter positivista através da aplicação de questionários. Apresentamos os objetivos específicos a que concorremos neste momento:

Obj.Esp.4 (**Parcial**): Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

Obj.Esp.5 (**Parcial**): Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Obj.Esp.6 (**Parcial**): Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

Obj.Esp.7 (**Parcial**): Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

Obj.Esp.8 (**Parcial**): Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo;

Primeiramente apresentam-se os procedimentos metodológicos do estudo exploratório assim como os principais resultados da análise efetuada. Posteriormente, a metodologia é focada no vertente positivista. Num segundo momento, apresentam-se e discutem-se os resultados provenientes da

abordagem positivista. Por fim, apresentamos as conclusões, limitações e referências bibliográficas utilizadas.

2. Metodologia

2.1. Introdução

Para este capítulo determinamos como adequada uma abordagem mista da temática, utilizando aproximações interpretativas (metodologias qualitativas) e positivistas (metodologias quantitativas). O método qualitativo teve aqui um caráter exploratório contribuindo essencialmente para uma construção mais objetiva do questionário a principal abordagem metodológica deste capítulo. Neste ponto descrevemos os procedimentos metodológicos, dividindo-o em duas partes principais: 1) Abordagem interpretativa, onde resumimos os principais procedimentos metodológicos e apresentamos os principais resultados da análise das entrevistas. A descrição da metodologia aqui adotada é em tudo semelhante à utilizada no capítulo anterior, razão pela qual a informação é resumida; 2) Abordagem positivista, onde incluímos todos os procedimentos metodológicos associados à seleção da amostra, construção e validação do instrumento, procedimentos de aplicação e tratamento dos dados.

2.2. Abordagem interpretativa: O Estudo exploratório

2.2.1. Objetivo

O estudo exploratório com recurso à utilização de entrevistas semiestruturadas, teve como objetivos permitir: 1) uma maior profundidade no conhecimento do perfil dos *stakeholders*; 2) uma maior profundidade na compreensão dos problemas e necessidades por eles identificados, específicos para a área protegida (AP) em estudo; 3) uma maior profundidade na compreensão das possibilidades de execução de um processo de gestão participativo (PGP); 4) permitir um teste à validade teórica do estudo através da análise dos dados e consequente verificação dos resultados face àquilo que o instrumento pretende medir; e, consequentemente 5) contribuir para a construção do questionário, tornando-o mais específico, mais adaptado à realidade do PNSAC e assim contribuindo para a sua validade.

2.2.2. Campo de estudo

A partir dos resultados obtidos até ao momento e com o contributo importante da revisão de literatura efetuada nos capítulos 8 e 9, foi-nos possível identificar as diferentes tipologias de instituições que se constituem como potenciais *stakeholders* dentro das AP e associados ao subsetor do desporto, recreação e turismo (D,R&T).Tendo em conta a especificidade do PNSAC, foram

definidos alguns passos metodológicos com vista à determinação do campo do estudo, seguindo-se posteriormente a utilização de critérios de seleção rigorosos que delimitassem claramente os casos que deviam ou não ser considerados.

Universo alvo e Universo inquirido: Critérios de seleção do campo de estudo

O Universo alvo do estudo é composto por potenciais *stakeholders* do PNSAC. No entanto, e tendo em conta a existência de um registo oficial por parte da agência de gestão do PNSAC (AG) das entidades que operam ou já operaram dentro desta AP, foi-nos possível determinar a dimensão do Universo inquirido (tendo em conta que poderão existir outras entidades exteriores a este registo). Para a obtenção deste, contribuíram dois documentos essenciais. Em primeiro lugar, foi-nos disponibilizado pela AG duas listagens referentes a entidades registadas nesta AP, correspondendo respetivamente a “Associações e Clubes”, com 84 entidades e “Empresas de animação turística”, com 26 entidades (n=110). De forma a evitar possibilidades de desatualização dos ficheiros fornecidos, consideramos ainda o trabalho de Alves (2012). A autora apresenta a sua amostra de *stakeholders* constituída por n=175 entidades incluindo Municípios, Juntas de freguesia, Associações e clubes, Associações de bombeiros, Estabelecimentos de ensino, Federações desportivas, Agrupamentos de escuteiros, Empreendimentos turísticos e Empresas.

Numa comparação posterior e tendo em conta que neste estudo pretendíamos apenas consultar os *stakeholders* mais diretamente relacionados com a promoção do D,R&T no PNSAC, consideramos a exclusão de algumas tipologias de entidades. A aplicação de critérios de seleção permitiu obter um Universo Inquirido composto por 122 entidades. No quadro 39 explicitamos os diferentes critérios de seleção.

Quadro 39. Critérios de seleção do Universo Inquirido

Fases de extração universo inquirido	Critérios de seleção (C)	N	Procedimentos de exclusão
1º) Consulta ao registo de entidades relacionadas com o TN disponibilizada pela AG-PNSAC	--	110	
2º) Consulta ao trabalho de Alves (2012)	--	175	
3º) Aplicação do 1º critério de seleção	C1- Entidades presentes no registo de TN do PNSAC	175+110	Não aplicável. Junção de ambos os documentos
4º) Aplicação do 2º critério de seleção	C2- Definição das entidades comuns em ambos os documentos	178	Desconsideração de entidades repetidas
5º) Aplicação do 3º critério de seleção	C3- Entidades diretamente relacionadas com a promoção do D,R & T	137	Exclusão de algumas tipologias: e.g. Bombeiros; Juntas freguesia e algumas empresas
6º) Aplicação do 4º critério	C4- Entidades com âmbito de ação local ou regional	124	Exclusão das federações desportivas
7º) Aplicação do 5º critério	C5- Exclusão de entidades envolvidas no estudo	122	Exclusão da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e Instituto Politécnico de Santarém
Universo Inquirido = 122 entidades			
Legenda: C: Critério de seleção			

O Universo inquirido foi constituído por 122 entidades. Posteriormente, procedemos à sua organização e classificação por concelho e tipologia. O conjunto final dos elementos pode ser verificado no anexo 22.

Campo de estudo das entrevistas exploratórias

Para a aplicação das entrevistas exploratórias consideramos como campo de estudo 5% do universo inquirido (n=6.25). Para garantir a representatividade social utilizamos o método de amostragem estratificada para obter conjuntos mais pequenos que representassem a realidade deste universo. A estratificação foi efetuada por tipologia de entidade sendo assim constituída por 1 município; 3 representantes do movimento associativo (Clubes, associações, cooperativas); 2 empresas de animação turística/alojamento e 1 instituição de ensino (n=7).

2.2.3. Instrumento

Os procedimentos metodológicos que dizem respeito à seleção do instrumento e à sua construção são análogos aos já referidos nos capítulos 6 e 10 razão pela qual não procedemos a nova descrição. É importante contudo referir que o guião final de entrevista foi constituído por três dimensões de

análise, nomeadamente: **Dimensão I:** Importância atribuída à AP, enquanto local de práticas desportivas, recreativas e turísticas (composta por 5 questões mais subquestões de controlo); **Dimensão II:** Identificação de problemas e necessidades (composta por 6 questões mais subquestões de controlo); **Dimensão III:** Possibilidades de um processo participativo (composta por 5 questões mais subquestões de controlo). A última questão tem um carácter geral e pretendeu obter um último comentário/sugestão por parte do entrevistado. O guião de entrevista está presente no anexo 23 e a identificação e objetivos das questões podem ser consultados no anexo 24.

2.2.4.Objetividade do instrumento: Validade e fidelidade

De forma análoga ao ponto anterior, também questões de validade e fidelidade seguem os mesmos parâmetros metodológicos dos capítulos 6 e 10, entre os quais: i) Entrevista piloto e análise dos resultados e verificação da estabilidade na codificação (com intervalo de 1 semana); ii) validação por peritagem; iii) consonância na construção da entrevista com pressupostos teóricos e resultados anteriores (Capítulos 8 e Capítulo 9).

2.2.5.Metodologia de aplicação

Para aplicação das entrevistas, adotámos os seguintes procedimentos: 1) Seleccionamos uma amostra com representatividade social do grupo a inquirir (n=7); 2) Foi estabelecido contato com os indivíduos (pessoal; telefónico) para agendar a aplicação da entrevista; 3) realizou-se o planeamento necessário à sua execução (equipamentos; deslocações); 4) Informaram-se devidamente os entrevistados acerca dos objetivos do trabalho de investigação e da entrevista em particular, assim como a identificação das entidades de ensino superior responsáveis pelo mesmo; 5) As entrevistas foram desenroladas num ambiente agradável, calmo, utilizando linguagem acessível; 6) Os locais seleccionados foram maioritariamente escolhidos pelos entrevistados, caracterizando-se pela ausência de ruído de forma a garantir a qualidade da gravação; 7) As entrevistas foram registadas com recurso a um gravador e transcritas num máximo de 48h após a sua realização.

2.2.6. Análise e tratamento dos dados

Para o tratamento dos dados da entrevista, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo, com base em processos de categorização e codificação (transformação dos dados brutos do texto). Para isso, e apoiados por resultados anteriores, estabelecemos uma categorização *a priori*, deixando em aberto a possibilidade de novos temas (ou subtemas) que surjam ao longo das análises poderem originar a criação de categorias ou subcategorias *a posteriori*. Primeiramente foram utilizadas unidades de contexto. Posteriormente, e dado o intuito da análise (obtenção de variáveis adequadas ao contexto em estudo), procedemos à obtenção de unidades de registo e respetiva enumeração.

2.2.7. Sistema Categorical

A construção do sistema categorial foi realizada *a priori*, com base em literatura e resultados anteriores, aperfeiçoado após a finalização do processo de validação das entrevistas (aplicação piloto) que permitiu aferir a validade e fidelidade das categorias utilizadas e *a posteriori* no decorrer do processo de análise. No anexo 25 apresentam-se as definições de cada uma das categorias em estudo.

2.2.8. Principais resultados

O tratamento e análise dos dados das entrevistas exploratórias foram fundamentais para a determinação das principais variáveis a incluir no questionário visto que contribuíram claramente para a transposição entre a teoria e a realidade empírica em estudo. Foram codificadas 680 unidades de contexto e por motivos de extensão, os resultados da análise são apresentados em anexo (unidades contexto no Anexo 26 e as unidades de registo e de enumeração no Anexo 27). De seguida apresentam-se os principais contributos da análise desenvolvida (por dimensão) para o desenvolvimento do questionário. Os quadros com os resultados obtidos e respetiva descrição podem ser consultados no anexo 28.

Dimensão I: Os resultados foram fundamentais para a definição de variáveis no que diz respeito à caracterização do PNSAC e apresentação dos fatores que o diferenciam. Sugeriu igualmente, que diferentes benefícios (sociais, económicos e ambientais) devem ser evidenciados no questionário com maior ênfase em fatores sociais; **Dimensão II:** Esta dimensão foi extremamente importante para a inventariação de problemas e soluções para inclusão no questionário, revelando igualmente a pertinência de se colocar uma dimensão específica acerca da Carta de Desporto de Natureza (CDN); **Dimensão III:** Esta dimensão foi importante no sentido em que possibilitou a especificação de vantagens, desvantagens e condições de exequibilidade de um PGP face à realidade da AP em estudo. Foi também importante, no sentido em que veio fortificar a opção de se estudar a gestão do D,R&T no PNSAC dentro do quadro participativo.

Em suma, a análise aprofundada das entrevistas exploratórias foi um passo decisivo para uma melhor compreensão do universo inquirido, contribuindo fortemente para a especificação das variáveis a incluir no questionário. Nos pontos seguintes, e tomando como base toda esta aproximação exploratória, são expostos todos os procedimentos metodológicos associados à implementação da abordagem positivista utilizada.

2.3. Abordagem positivista

2.3.1. Caracterização da amostra

Tendo em conta os procedimentos realizados no ponto anterior, apresentamos o quadro 40 que caracteriza o Universo Inquirido em função da Tipologia e Município.

Quadro 40. Caracterização do Universo Inquirido

Caracterização do Universo Inquirido					
TIPOLOGIA	n	%	MUNICÍPIO	n	%
Associações	62	50,82	Alcanena	22	18,03
EAT	23	18,85	Alcobaça	12	9,84
TER	13	10,66	Ourém	3	2,46
Escutismo	13	10,66	Porto de Mós	34	27,87
ET	4	3,28	Rio Maior	17	13,93
Ensino	4	3,28	Santarém	10	8,20
Empresas	3	2,46	Torres Novas	13	10,66
			Outros	11	9,02
N	122	100%	N	122	100%

Legenda: EAT= Empresa de Animação Turística; TER= Turismo no Espaço Rural; ET= Empreendimento turístico (Não TER)

Com base no quadro podemos verificar que o grupo com maior representação são as associações, divergindo amplamente na sua tipologia (e.g. Associações recreativas e desportivas; Associações para o desenvolvimento regional; casas do povo; etc). Posteriormente surgem as Empresas de Animação Turística (EAT), o Turismo em Espaço Rural (TER) e o Escutismo. As restantes tipologias apresentam valores mais residuais. Esclarecimento deve ser dado no que diz respeito à tipologia Empresas, que representa entidades privadas ou público-privadas que não são EAT, estando no entanto relacionadas com a promoção desportiva. No que diz respeito aos Municípios, Porto de Mós é aquele que apresenta maior número de entidades, seguindo-se de Alcanena e Rio Maior. Ourém apresenta um valor residual. Na categoria “Outros”, encontram-se entidades que pertencem a outros concelhos exteriores aos limites territoriais do PNSAC (e.g. Caldas da Rainha, Lisboa, Leiria).

Este quadro foi estabelecido antes de se iniciar o processo de recolha de dados. Por diversas razões, a amostra disponível para inquirição sofreu uma diminuição considerável face ao universo inquirido previsto (N=122). No anexo 29 pode ser observado o processo de triagem da amostra e respetivas justificações de diminuição.

Mediante os constrangimentos apresentados no anexo 29, a amostra foi constituída por n=26 entidades. No quadro 41 caracterizamos a amostra em estudo de acordo com o concelho e tipologia de entidade.

Quadro 41. Caracterização da amostra em estudo

CONCELHOS									
TIPOLOGIA	Alcanena	Alcobaça	Ourém	Porto de Mós	Rio Maior	Santarém	Torres Novas	Outros	TOTAIS
EAT				1	1			2	4
AV								1	1
Associação Recreativa	2			3		1	1		7
Clube Desportivo				1		3			4
Escutismo				1		1	1		3
TER				2	1				3
ET	1								1
Ensino					1				1
ONG			1						1
Outras Empresas								1	1
TOTAIS	3	0	1	8	3	5	2	4	26

Legenda: EAT= Empresa de Animação Turística; AV= Agências de Viagens; TER= Turismo no Espaço Rural; ET= Empreendimentos Turísticos (Não TER); ONG= Organização Não Governamental

No quadro podemos verificar a relação entre Tipologias de entidades e respetivos concelhos. A predominância de tipologias pertence às associações recreativas (n=7), seguindo-se dos clubes desportivos e Empresas de Animação Turísticas (EAT) (n=4).

2.3.2. Variáveis

As variáveis e respetivos objetivos foram agrupadas em dimensões de acordo com o quadro categorial obtido nas entrevistas exploratórias. Por motivos de extensão do texto, estas são apresentados no anexo 30.

2.3.3. Instrumento de medida- O questionário

Para a recolha dos dados fizemos uso ao questionário como instrumento de medida. Este é um instrumento composto por perguntas, com maior ou menor diretividade. Consideramos pertinente o complemento da abordagem interpretativa (através do uso das entrevistas) com o uso dos questionário no sentido em que permite (em termos de exequibilidade) obter dados provenientes de uma amostra de dimensão superior.

Construção do questionário

O questionário utilizado foi construído de raiz para este estudo. As razões que o justificam assentam sobretudo nos factos de: i) não termos encontrado nenhum instrumento semelhante que permitisse, de forma objetiva, responder aos mesmos objetivos em estudo; ii) O questionário visa o estudo “do caso”, neste caso o PNSAC. Por isso é um instrumento específico, adaptado à realidade

desta AP, podendo apenas ser aplicado neste contexto; iii) como foi já referido noutros momentos deste trabalho, a investigação científica neste âmbito em Portugal é muito reduzida o que dificulta uma procura mais intensiva de instrumentos. Neste caso e de forma contributária, julgamos pertinente a existência de um instrumento que possa servir de base, com as devidas adaptações à realidade empírica de cada AP, para outros estudos realizados em Portugal.

Em acordo com Hill e Hill (2005), tivemos em conta as seguintes preocupações: a) Identificamos as principais dimensões de análise; b) Listamos todas as variáveis incluídas em cada uma destas; c) Verificamos a sintonia entre cada uma das questões e os objetivos determinados para o estudo; d) Definimos as opções de resposta e respetiva escala de medida; e) Identificamos as instruções associadas a cada pergunta; f) Construímos o guião da forma que julgamos mais organizada e atrativa.

Para a construção do questionário, contribuíram decisivamente as fases de seguida identificadas: **a) Revisão da Literatura e enquadramento do estudo de caso** (criação de uma primeira versão do instrumento de medida, sujeita a avaliação nas fases seguintes); **b) Entrevistas exploratórias** (constituição da segunda versão do instrumento de medida, sujeito a avaliação nas fases seguintes); **c) Avaliação por peritagem nº1 (Avaliação da forma)** (constituindo-se uma terceira versão do instrumento); **d) Avaliação por representantes do Universo inquirido:** Nesta fase, tivemos a preocupação de proceder a uma avaliação dos questionários por representantes (representatividade social) do universo inquirido. De forma a garantir um procedimento sistemático e na linha da metodologia adotada no estudo exploratório procedemos a nova estratificação da amostra. Considerámos adequado 10% da Universo inquirido e procedemos com 3 estratificações: estratificação por tipologia de entidade (10% de cada tipologia), estratificação por concelho do PNSAC (10% de cada concelho) e finalmente, estratificação por concelho e tipologia (10%). Através do último procedimento (como exemplo), tendo em conta que os concelhos de Porto de Mós e Alcanena eram aqueles que tinham maior representatividade de associações (20 e 17 respetivamente), o grupo de representantes da tipologia “associações” também era em maior número nestes concelhos (2 em cada concelho respetivamente). A amostra constituinte para avaliação do questionário foi assim constituída por 10 entidades, excluindo-se o concelho de Torres Novas, 1 associação do concelho de Porto de Mós e 1 TER do concelho de Rio Maior (por incumprimento de prazos). Visto que as alterações efetuadas foram reduzidas, não consideramos nova avaliação por peritagem constituindo assim a **versão final** do instrumento de medida.

2.3.4. Objetividade do instrumento de medida

Validade

Segundo Hébert, Goyette e Boutin (2010) A validade levanta o problema de saber se o investigador “observa realmente aquilo que estar a observar”. Associada à validação de questionários estão quatro tipos de validade: validade lógica ou aparente, a validade de conteúdo, a validade prática (validade concorrente e validade preditiva) e a validade de construção.

Validade aparente

A validade aparente não parte de comprovações estatísticas. Neste caso, tivemos desde o início da construção do questionário a preocupação em objetivar da melhor forma as variáveis e a sua relação com os objetivos em estudo. Os ajustes e versões efetuadas ao longo das fases anteriormente apresentadas contribuíram no nosso entender para a aceitação deste tipo de validade.

Validade de conteúdo

Segundo Haynes, Richard e Kubany (1995) a validade de conteúdo entende-se como o grau em que os conteúdos incluídos na escala se referem de modo adequado àquilo que se pretende medir. Tal como para a anterior também não existe um procedimento matemático que permita comprovar esta validade. Para esta contribuíram sobretudo três momentos: 1) A revisão de literatura, no sentido em que reporta as principais variáveis para responder aos objetivos em estudo; 2) os resultados do estudo exploratório e do enquadramento do estudo de caso e 3) a reunião com os representantes da amostra, que acabou por servir como meio para expor a sua opinião e o seu entendimento acerca do setor social/profissional em que se inserem.

Validade prática

A validade prática, também denominada de validade de critério, diz respeito à intensidade com que um instrumento de medida se correlaciona com outros métodos já estabelecidos para estudar fenómenos iguais ou semelhantes. Dentro desta, concorremos para a validade concorrente.

a) Validade concorrente: Neste caso, o instrumento foi criado especificamente para este estudo. Isto implica que a comparação com outro método já utilizado é dificultada. De qualquer forma, foi possível verificar a correspondência entre os resultados obtidos através do questionário e os previamente obtidos com as entrevistas exploratórias.

Validade de construção

Os procedimentos utilizados para garantir este tipo de validade vão de encontro aos já referidos anteriormente, nomeadamente: Revisão da literatura, as reuniões de peritagem e a reunião com os representantes da amostra. Assim, consideramos que o questionário avalia as categorias a que se propõe no sentido em que foram surgindo alterações/reformulações resultantes das sugestões

académicas e profissionais. Outros procedimentos de validação, como é o caso da análise fatorial confirmatória, não foram preconizados dada a limitação em termos de amostragem.

Fiabilidade

A fiabilidade implica a consistência do instrumento. Hill e Hill (2005) e Moreira (2004) apresentam alguns métodos para estimar a fiabilidade de um teste, nomeadamente: consistência interna do tipo alfa de Cronbach, consistência em termos de estabilidade temporal (teste-reteste) ou a consistência em termos de equivalência de medidas. No que diz respeito à fiabilidade, alguns métodos como o método das versões equivalentes ou o método de estabilidade temporal (teste-reteste) (Carvalhinho, 2006) não foram preconizados. Tomamos esta opção por duas razões: 1) Uma amostra limitada, cujos processos de validação anteriores vieram reduzir ainda mais (sendo que os indivíduos inquiridos para a entrevista exploratória, assim como aqueles que participaram na revisão do questionário não foram incluídos na amostra final); 2) Uma construção objetiva do instrumento, adaptada à realidade e sujeita a vários momentos de refinamento e melhoramento.

2.3.5.Revisão final do questionário

A revisão final do questionário foi efetuada com o auxílio de um grupo de alunos do 3º ano da licenciatura em Desporto de Natureza e Turismo Ativo da Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Este grupo, constituído por 22 indivíduos, possui algumas particularidades que justificam a sua inclusão nesta fase: i) Estes, no âmbito de uma Unidade Curricular relacionada com o tema desta investigação finalizavam um processo de formação modular relacionado com a gestão das AP e teoria associada aos processos participativos, possuindo assim, algum conhecimento face ao objeto em estudo; ii) conhecem e frequentam a AP em estudo, quer em atividade letiva, quer nas suas rotinas de prática desportiva semanal; iii) existe uma relação de empatia e confiança entre o investigador e os alunos o que contribui para a seriedade dos trabalhos desenvolvidos.

Neste sentido, optamos pela sistematização de um método de revisão do questionário com os seguintes objetivos: 1) Testar a duração de preenchimento do questionário; 2) Verificar erros ortográficos e de formatação ainda existentes; 3) Verificar a compreensão das questões colocadas. Esta revisão revelou-se benéfica já que foram ainda detetados alguns erros de formatação e dois aspetos de compreensão das questões. No que diz respeito ao tempo de preenchimento os valores $25 \pm 1,3$ revelaram reduzida dispersão o que nos remeteu para um valor estimado e consistente de 25 minutos de preenchimento.

2.3.6. Finalidade e estrutura do Questionário

A finalidade do questionário está diretamente relacionada com os objetivos de cada uma das dimensões e variáveis (consultar o anexo 30). A sua estruturação é efetuada em grupos de questões denominadas dimensões. Estas dimensões de análise (temas gerais) estão maioritariamente em acordo com as dimensões e o sistema categorial desenvolvido no estudo exploratório. A versão final do questionário pode ser observada no anexo 31, contudo, apresentamos um resumo das principais dimensões e variáveis:

Um primeiro conjunto de dimensões, visa a caracterização geral do stakeholder e inclui as seguintes dimensões: **Dimensão I) Caracterização do representante da entidade:** Visa a caracterização socioprofissional do representante da entidade; **Dimensão II) Caracterização da entidade:** Visa a caracterização da entidade no que diz respeito à tipologia, residência e idade; **Dimensão III) Caracterização da atividade:** Visa a caracterização da atividade da entidade, no que diz respeito à utilização do PNSAC, sazonalidade e tipo de atividades desenvolvidas.

A **Dimensão IV) Caracterização do PNSAC:** visa compreender a forma como os indivíduos entendem o PNSAC, os fatores diferenciação desta AP e a importância que atribuem às atividades D,R&T no PNSAC. As Dimensões **V,VI e VII**, têm uma função principalmente informativa e visam a identificação de problemas, causas e soluções aos níveis ambiental, social e de gestão respetivamente. Na dimensão VII, encontramos ainda um conjunto de afirmações face à CDN do PNSAC. Por último, encontramos a **Dimensão VIII) Processo de Gestão participativo:** que visa compreender a aceitação geral face à introdução de um PGP no PNSAC, vantagens, desvantagens e condições, assim como, a apreciação face a um conjunto de afirmações que visam a compreensão da vontade, disponibilidade e critérios de legitimidade para se participar. O questionário termina com a identificação (em resposta aberta) de duas instituições que os respondentes considerem ter grande relevância neste processo. A estrutura do questionário, à exceção das dimensões de caracterização, segue uma estrutura semelhante às entrevistas exploratórias e às realizadas aos municípios.

2.3.7. Metodologia de aplicação do questionário

Foram constituídos dois formatos de preenchimento do questionário. Um formato para preenchimento através do computador, utilizando o programador do *software Microsoft Word*, que permite bloquear conteúdo e criar campos automáticos; e um formato em papel para impressão e posterior digitalização para novo envio. Ambas as versões têm o mesmo aspeto gráfico, reduzindo-se aqui, no nosso entender, o eventual viés resultante de preenchimentos de um mesmo instrumento em formatos diferentes. Optou-se por este sistema por dois motivos: 1) para facilitar o

envio por *e-mail*; 2) para permitir a pessoas que não tenham conhecimentos informáticos, a possibilidade de imprimirem o questionário e enviarem por correio ou digitalizado.

Não se optou por formatos de questionamento via internet (por exemplo através do *software Google Docs*), por duas razões: 1) o questionário era longo e poderia exigir vários momentos de preenchimento, sendo difícil a sua realização através deste *software* que implica preenchimento contínuo e não permite a gravação intermédia; 2) Porque exige acesso contínuo à internet, o que poderia dificultar o preenchimento; 3) Porque se reduz a possibilidade de engano no envio ou preenchimento por outros elementos que não o da amostra determinada para o estudo. O questionário foi aplicado pelo mesmo grupo de 22 indivíduos anteriormente referenciado.

2.3.8. Tratamento dos dados e procedimentos estatísticos

A base de dados foi inicialmente elaborada com recurso ao *software Microsoft Excel* para o sistema operativo *Windows 7* (Anexo 32). Para tratamento dos dados utilizou-se o *software IBM SPSS Statistics* (Versão 20) para o mesmo sistema operativo.

No que diz respeito aos procedimentos estatísticos, foram utilizados maioritariamente parâmetros descritivos, com representação de valores mínimos, máximos, média e desvio padrão. Por vezes, foram analisadas frequências e fez-se uso à mediana enquanto parâmetro de tendência central (sempre que a grande variabilidade dos dados impedia uma compreensão integral dos resultados). Recorreu-se ainda ao cálculo de testes de comparação para duas amostras independentes (*Mann-Whitney U*) e correlação entre variáveis (*Spearman rho*). Recorreu-se ao uso de métodos estatísticos não paramétricos pelas seguintes razões: 1) A aplicação de um teste prévio de normalidade (*Shapiro-Wilk*) para amostras reduzidas revelou diferenças significativas entre as distribuições das variáveis e os pressupostos da curva normal para a quase totalidade das variáveis; 2) A amostra é reduzida ($n < 30$); 3) A escala é ordinal e tem um carácter essencialmente qualitativo. Os *outputs* dos testes aplicados podem ser consultados no anexo 33.

3. Apresentação e discussão dos resultados

Os resultados são apresentados e discutidos de acordo com as dimensões presentes no questionário. Tendo em conta a diversidade de tipologias de entidades presentes na amostra, em paralelo com a sua reduzida dimensão, consideramos em muitos casos a criação de 2 grupos: Movimento associativo (MA) (setor associativo, incluindo uma entidade de ensino) e Movimento empresarial (ME) (setor privado). Estes dois grupos foram utilizados como fator de comparação de variáveis onde foram encontradas diferenças significativas através do teste de comparação utilizado. Sempre que isto não se verificou a análise foi realizada com base na amostra total.

3.1. Dimensões I, II e III: Caracterização do representante, da entidade e da atividade

Nesta dimensão, a primeira variável analisada visou a caracterização geral dos inquiridos no que refere às habilitações literárias. Neste sentido, encontramos 4 níveis de habilitações literárias, nomeadamente: 2º e 3º ciclo (n=3; 11,5%), Ensino Secundário (n=8;30,8%), Curso Técnico-Profissional (n=1; 3,6%), Licenciatura (n=9;34,6%) e Mestrado ou superior (n=5; 19,2%).

As áreas de formação superior não estão na sua maioria ligadas ao turismo ou ao desporto, sendo até bastante residuais no perfil destes indivíduos. Observa-se formação ligada às áreas do ambiente (engenharia e arquitetura paisagista) (n=5), às áreas da gestão e economia (n=3), às áreas da gestão do turismo, animação sociocultural, educação e desporto (n=4) e outras áreas (e.g. comunicação) (n=2). Estes resultados refletem a realidade do setor do turismo cuja obrigatoriedade de formação específica ainda não está vigente nos diplomas legais e vai inclusive, de encontro às estatísticas do TP realizadas no ano de 2013 que reportavam que cerca de metade dos colaboradores das EAT (52%) possuíam formação superior ou técnico-profissional. Estes correspondiam a 30% do total de colaboradores, dos quais apenas 9% na área do turismo e 21% noutras áreas de conhecimento (Turismo de Portugal, 2013). Apesar da reduzida amostra em estudo, os resultados apresentam alguma constância com estes indicadores.

Um primeiro dado estratégico se revela com estes resultados e que remete para a já evidenciada carência de formação específica ou interdisciplinar, quer dos municípios, quer dos institutos públicos envolvidos neste processo (cap.10). Tanto a generalidade da indústria turística como as práticas desportivas de natureza devem implicar formação específica, por motivos técnicos (em especial as segundas) e por motivos culturais e teóricos que mediante formação superior, poderão ter uma influência significativa sob a qualidade dos produtos turísticos desenvolvidos e sob a forma como os responsáveis pelas entidades encaram a gestão dos espaços naturais e a própria mudança e/ou inclusão de novos paradigmas de gestão.

Aquando da caracterização da amostra, verificamos a predominância de *stakeholders* pertencentes ao movimento associativo. De forma a permitir a comparabilidade dos resultados entre tipologias, e como referido na introdução desta discussão, criámos dois subgrupos, nomeadamente: Movimento Associativo (MA) (n=16; 61,5%) e Movimento Empresarial (ME) (n=10; 38,5%).

Respeitante à idade das instituições, a mais jovem tem 5 anos, a mais velha 81 e o valor mediano é de 22 anos de idade. A grande variabilidade nos resultados relativos à idade sugere que estamos perante *stakeholders* com existências no tempo muito diferenciadas, sendo que o setor associativo é representado por entidades com maior antiguidade. Esta realidade trás no nosso entender fatores positivos e negativos. De certa forma pode trazer experiência, um conhecimento mais profundo do

território e uma maior identificação com a sua génese, valores e interesse social. Por outro lado poderá trazer alguma relutância ao desenvolvimento. Perante a impossibilidade de generalização a toda a AP, este é um fator a ter em conta no futuro, se considerarmos a iniciação de um processo de gestão participado.

No que diz respeito à caracterização da atividade, o quadro 42 reflete os resultados obtidos para as variáveis em estudo.

Quadro 42. Caracterização da atividade: Utilização do território do PNSAC e Sazonalidade

Variável	Setor	Dentro dos limites do PNSAC (n)	Fora dos limites do PNSAC (n)	Dentro e fora dos limites do PNSAC (N)
<i>Utilização do território do PNSAC para o desenvolvimento de atividades (maioritariamente)</i>	Movimento Associativo	8	4	4
	Movimento Empresarial	4	4	2
TOTAIS		12	8	6
Variável	Setor	Caráter sazonal	Todo o ano	--
<i>Sazonalidade</i>	Movimento Associativo	1	15	
	Movimento Empresarial	2	8	
TOTAIS		3	23	

Com base nos resultados, podemos observar que o MA, de acordo com o esperado, desenvolve maioritariamente as suas atividades dentro dos limites do PNSAC (n=8) embora seja de considerar que os restantes 50% desenvolvem fora ou dentro e fora do PNSAC. O ME revela-se mais equilibrado. No que diz respeito à sazonalidade, é de destacar a atividade constante da generalidade das entidades ao longo de todo o ano (n=23).

Estes dados revelam, em especial ao nível do MA, a dinâmica social que existe nesta AP e que vem reforçar algumas das considerações tecidas na caracterização do estudo de caso (capítulo 8) que sugeriam uma elevada dinâmica associativa dada a existência de muitas entidades espalhadas por todo o território. Por sua vez, no ME os resultados são interessantes e contrariam a tendência sazonal que normalmente caracteriza o setor turístico e sugere que existe atividade comercial durante todo o ano e uma provável diversidade de públicos-alvo.

No final desta dimensão procedemos à análise dos resultados obtidos para a importância que determinadas atividades revelam no escopo da oferta da amostra estudada. Cada uma das atividades foi acompanhada de uma escala de apreciação *likert* com 5 níveis (1=Nada relevante; 5=Extremamente relevante) (quadro 43).

Quadro 43. Caracterização da atividade: Atividades desenvolvidas

Variável	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
1.Desporto de Natureza	1	5	3,73	1.116	0.933
2.Organização pacotes turísticos	1	5	2,62	1.551	0.003*
3.Animação ambiental (que não inclua o desporto)	1	5	2,88	1.107	0.529
4.Atividades de natureza educacional	1	5	3,19	1.201	0.180
5.Atividades de formação	1	5	3,04	1.216	0.382
6.Alojamento e/ou restauração	1	5	2,54	1.655	0.064**
7.Difusão do património cultural	1	5	3,58	1.102	0.597

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; *Significância estatística para $p \leq 0.05/0.01$; ** Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$

O primeiro destaque nos resultados deve ser dado à disparidade entre os valores mínimos e máximos para todas as categorias apresentadas, o que representa atividades bastante diferenciadas. Em segundo, devem ser salientadas as atividades 1 e 7 como as que apresentam as médias superiores ($M=3.73$; $M= 3.58$), aproximando-se do nível “Bastante Relevante” e demonstrando neste caso as atividades com maior importância na generalidade das instituições. O PNSAC revela através dos dados a primeira evidência de importância do DN. Pelo contrário e negativamente, atividades como a Animação Ambiental têm um foco aparentemente reduzido (revelando igualmente o segundo DP mais reduzido o que conduz para uma maior constância de opiniões).

Os resultados do teste de comparação não revelaram na sua maioria diferenças significativas nos resultados, até pelo contrário, valores relativamente elevados em especial para as atividades de DN ($p=0.933$). De acordo com o que se esperava, as diferenças ocorrem ao nível da organização de pacotes turísticos ($p=0.003$) e, muito próximo da significância estatística, o alojamento e/ou restauração ($p=0.064$). Estas são atividades típicas dos empreendimentos turísticos, representados na sua totalidade pelo ME, daí ser um resultado esperado.

Destaca-se ainda da análise desta variável, alguma similitude nas atividades próprias dos *stakeholders* empresariais e associativos. A análise e interpretação dos resultados agora obtidos geraram temas analíticos (TA) que podem ser consultados no anexo 34.

3.2. Dimensão IV: Caracterização do PNSAC

Nesta dimensão, tivemos como intuito a análise de três grandes grupos de variáveis: 1) As formas como os indivíduos concebem o PNSAC; 2) Fatores que diferenciam positivamente o PNSAC face às outras AP e 3) A importância do D,R&T no PNSAC.

A cada uma destas variáveis correspondem categorias avaliadas numa escala de concordância likert com 7 níveis (-3= *Discordo Totalmente*; -2= *Discordo*; -1= *Discordo em parte*; 0= *Sem opinião*; 1= *Concordo em parte*; 2= *Concordo*; 3= *Concordo Totalmente*). Para a primeira variável, os resultados

foram mais uma vez considerados em conjunto dada a inexistência generalizada de diferenças significativas entre os dois grupos. O quadro 44 reflete estes resultados.

Quadro 44. Conceção do PNSAC

Variável Forma como se concebe o PNSAC	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
1.1 Ótimo para o desenvolvimento de atividades desportivas	-3	3	2.08	1.412	0.109
1.2 Espaço sensível ambientalmente que merece proteção	2	3	2.73	0.452	0.132
1.3 Espaço que conduz para a reflexão e introspeção	0	3	2.08	0.796	0.121
1.4 Espaço ótimo para promover aprendizagem de crianças e jovens	1	3	2.62	0,571	0.751
1.5 Espaço de grande riqueza cultural e histórica	-2	3	2.15	1,120	0.221
1.6 Só pelo estatuto de “Áreas Protegida” tem um valor acrescido	-2	3	1.77	1,336	0.013*
1.7 Espaço ótimo para o desenvolvimento de atividades de recreação e turismo	-2	3	2.27	1,116	0.058**

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; *Significância estatística para $p \leq 0.05/0.01$; ** Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$

Cada uma das categorias expostas identifica uma visão do PNSAC. Esta visão é representada pela concordância do inquirido face ao uso/propósito do território. Em primeiro lugar, destacamos níveis de concordância elevada e generalizada (em função de um DP mais reduzido e valores mínimos mais altos), nomeadamente a sensibilidade ambiental e necessidade de proteção (2.73 ± 0.452), a aprendizagem de crianças e jovens (2.62 ± 0.571) e a reflexão e introspeção ($2,08 \pm 0.796$). Estes resultados, em especial os das categorias 1.2 e 1.4, sugerem níveis importantes de consciência ecológica dos indivíduos inquiridos e o reconhecimento da função social e educacional das AP. A teoria de *stakeholders* defende que se os residentes se sentirem diretamente responsáveis pelos seus recursos turísticos (naturais) estes vão procurar proteger o seu território (Mitchell & Reid, 2001). Resultados de alguns estudos posteriores, revelaram que as perceções face aos benefícios indiretos associados ao turismo, em especial fatores relacionados com a educação, mostraram associações mais robustas com perspetivas pro-ambientais mais fortes em detrimento de uma perceção meramente económica. Indiretamente os autores suportaram a hipótese de que a geração de benefício económico não é suficiente para encorajar a conservação (Stem, Lassoie, Lee, Deshler, & Schelhas, 2003). Resultados ainda mais recentes revelam a importância da consciência ambiental das comunidades residentes em AP como um fator importante para o seu apoio à implementação de projetos de ecoturismo (Patti, 2013).

Um segundo conjunto de resultados, com valores médios igualmente estabelecidos no nível 2 (“Concordo”) mas sujeitos a maior variabilidade, referem-se às categorias 1.5, 1.7 e 1.1. A primeira remete para o reconhecimento dos valores históricos e culturais presentes nas AP (2.15 ± 1.120). A

1.7 e a 1.1, são fundamentais face ao objetivo deste trabalho, no sentido que em que se direcionam numa eventual valorização da AP enquanto palco de prática desportiva (2.08 ± 1.412) e enquanto espaço de promoção da recreação e do turismo (2.27 ± 1.116). Contudo, estão são igualmente duas das mais polémicas. Numa análise dos resultados em função do setor, o ME apresenta para ambas uma média ligeiramente superior e um DP menor, o que nos leva a crer que estas atividades revelam maiores níveis de interesse e concordância neste setor, em especial para última, cujo valor do teste de comparação se aproxima da significância ($p=0.058$). Este resultado sugere uma maior adequação desta visão ao setor empresarial, cuja base de geração de receita assenta na economia turística e, em parte, na promoção do produto desportivo.

Finalmente surge a categoria 1.6. Esta vai de encontro ao conceito de “afinidade”, apresentado pelos autores Arnberger, Eder, Alex, Sterl e Burns (2012). Apesar de o estudo dos autores ter incidido em visitantes de AP, evidencia que um maior reconhecimento do estatuto de proteção de um território leva a atitudes mais positivas face a aspetos de gestão. A existência de diferenças significativas entre os grupos ($p=0.013$) levou à necessidade de analisar mais cuidadosamente os resultados dos dois setores. Mais uma vez, o ME revela um maior reconhecimento deste estatuto (2.50 ± 0.707) do que o MA (1.31 ± 1.448). Neste caso, julgamos que o próprio estatuto de AP possa trazer vantagens comerciais a este setor privado e daí deriva um julgamento mais positivo. Pelo contrário, o MA, residente neste espaço, parece não reconhecer esta importância de igual forma. De acordo com os autores citados anteriormente, este fator remonta ainda para a possibilidade de algum sentido crítico face à própria AP por parte do MA (algo que será posteriormente analisado).

Relativamente à variável 2), tivemos como intuito identificar os fatores que diferenciam positivamente o PNSAC em relação a outras AP. Esta variável é importante no sentido em que remete para um reconhecimento dos principais valores do território, pode contribuir como base para ações de divulgação do PNSAC no futuro e com alguns pontos fulcrais para a incidência de medidas de melhoramento. Os resultados obtidos neste quadro revelam maior estabilidade nos níveis de concordância (menores valores de DP) à exceção de três casos que serão posteriormente discutidos. Os resultados são apresentados no quadro 45.

Quadro 45. Fatores de diferenciação positiva do PNSAC

Variável	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
<i>Fatores que diferenciam positivamente o PNSAC</i>					
2.1 Natureza geológica/cársica	0	3	2.38	0.697	0.023*
2.2 Grutas e algares	2	3	2.69	0.471	0.947
2.3 Flora e Fauna	1	3	2.23	0.652	0.264
2.4 A diversidade e qualidades dos locais de prática desportiva	-2	3	1.27	1.511	0.705
2.5 O seu funcionamento e gestão	-3	3	0.04	1,509	0.405
2.6 Ter sido a primeira AP nacional a publicar a CDN	-2	3	1.04	1,341	0.462
2.7 Património histórico e cultural	0	3	2.08	0,845	0.285
2.8 As populações hospitaleiras	1	3	2.04	0,774	0.216
2.9 A localização	-1	3	2.04	0,916	0.566

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; *Significância estatística para $p \leq 0.05$

Os resultados para os fatores apresentados estão em parte de acordo com o que tem vindo a ser verificado em capítulos anteriores (i.e entrevistas aos municípios, entrevistas exploratórias e até, na breve revisão de literatura efetuada em torno da caracterização do PNSAC). Os valores reduzidos de DP sugerem constância nas opiniões e os valores médios, na sua grande maioria acima da apreciação “Concordo”, sugerem igualmente aceitação elevada da maioria dos fatores apresentados. De acordo com referências anteriores (Alho, 1997; Coelho, 2002; ICN, 2001, 2004), os fatores geológicos/cársicos (2.38 ± 0.697) e as grutas e algares (2.69 ± 0.471) são os valores que mais diferenciam o PNSAC face às restantes AP. Os fatores 2.3, 2.7, 2.8 e 2.9 surgem logo de seguida.

Estes resultados revelam que existe um reconhecimento integral (entenda-se em toda a cadeia de *stakeholders*, em consonância com outros documentos) dos valores distintivos desta AP. Esta concordância é um aspeto fulcral na definição de ações a implementar no futuro (Jamal & Getz, 1995; Selin & Myers, 1998) e na eventual valorização de uns valores em detrimento de outros, também em função da sua importância percebida.

Destaque deve contudo ser dado a dois conjuntos de resultados. O primeiro vai de encontro ao primeiro fator, cujo resultado da comparação entre os grupos ($p=0.023$) sugere uma grande disparidade de opiniões. Após nova análise sectorial, percebemos que esta diferença significativa se deve a uma ligeira diferença nas médias, acompanhada de valores de DP muito reduzidos (fatores que potenciam a existência de diferenças). O ME (2.60 ± 0.966) apresenta uma média relativamente superior (“Concordo Totalmente”) face ao MA (2.25 ± 0.447) (“Concordo”) que por sua vez apresenta menor variabilidade dos resultados, razão pela qual não aprofundamos discussão. O segundo conjunto de resultados refere-se a valores que em consonância com a variável anterior, vêm sugerir níveis de concordância bastante mais baixos face a aspetos que caracterizam a gestão deste

território (2.4 a 2.6). Valores mais elevados de DP e reduzidas médias, sugerem uma discordância geral, em especial para o fator “O seu funcionamento e gestão” (0.04 ± 1.509) que evidentemente não parece ser elemento distintivo do PNSAC. Embora seja de destacar a existência de percepções positivas face a este fator, ambos os setores relevam uma concordância negativa (ME) ou muito próxima de 0 (MA).

A terceira e última variável em estudo nesta dimensão, visou a compreensão dos diferentes fatores que atribuem importância às atividades D,R&T no PNSAC. Associada a cada uma das categorias, estão as iniciais do fator de sustentabilidade geral a que correspondem, nomeadamente: **SOC** e **CULT**: Social e Cultural ; **ECO**: Económico; **AMB**: Ambiental (quadro 46).

Quadro 46. Fatores de importância do D,R&T no PNSAC

Variável Fatores de importância do D,R&T no PNSAC	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
3.1 São importantes para o PNSAC	-1	3	1.85	1.287	0.102
3.2 Promovem o contato dos visitantes com as populações locais (SOC)	0	3	2.04	0.720	0.903
3.3 Aumentam a autoestima das populações locais (SOC)	-1	3	1.65	1.129	0.785
3.4 Promovem o desenvolvimento socioeconómico local (ECO)	-1	3	1.96	0.871	0.859
3.5 Contribuem para a divulgação das AP (ECO)	1	3	2.27	0.533	0.082**
3.6 Promovem as tradições e costumes (CULT)	-1	3	1.88	1.071	0.056**
3.7 Contribuem para o uso sustentável da natureza (AMB)	-2	3	1.58	1.238	0.458

Legenda: Min=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; **Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$

De forma análoga àquilo que tem vindo a ser obtido nas análises anteriores, os dois grupos não revelam diferenças significativas para nenhuma das categorias, embora seja de realçar os valores de p identificados com **. Considerando a amostra na sua globalidade, verificamos que a apreciação geral obtida na categoria 3.1 apresenta um valor médio=1.85 equivalente ao nível “Concordo”. Contudo, o valor de DP é bastante elevado (DP=1.287) o que revela disparidade nas opiniões. Um aspeto a realçar neste sentido é o valor mínimo não ser menor que “Discordo em parte” (-1), o que revela uma atribuição de importância com uma tendência claramente positiva.

A categoria 3.5 revela-se a de maior concordância e mais estável (2.27 ± 0.533) mas é consequentemente aquela que apresenta valor próximo da significância ($p=0.082$). Numa análise por setor verifica-se um ligeiro aumento na média do ME (2.50 ± 0.527) em comparação com o MA (2.13 ± 0.500) e este é o fator que concorre para esta quase diferença significativa.

Se considerarmos as médias dos grandes fatores de sustentabilidade (agrupamento das categorias pertencentes aos fatores SOC/CULT, ECO e AMB) podemos verificar os seguintes resultados:

ECO= 2.115 ± 0.702 ; **SOC/CULT**= $1,86\pm0.973$ e **AMB**= 1.58 ± 1.238 . Os fatores de natureza económica são aqueles que apresentam níveis de concordância mais elevados e ao mesmo tempo menor variabilidade, sendo por isso os benefícios mais facilmente percecionados entre os inquiridos. Este é um resultado vigente na investigação científica neste campo. Nault e Stapleton (2011) identificaram o aumento de emprego e capacitação económica como dois dos benefícios mais percebidos entre a comunidade com a implementação do ecoturismo seguindo-se, à semelhança dos nossos resultados, por fatores educacionais. Na investigação dos autores, benefícios ambientais ficam ausentes das perceções dos indivíduos e embora se verifiquem nos nossos resultados são igualmente a categoria (3.7) sujeita ao menor valor de concordância (Mín=-2) e a valores de DP superiores (DP=1,238).

O TA criados nesta dimensão podem ser observados no anexo 33.

3.3. Dimensão V: Identificação de problemas e soluções de foro ambiental

Esta dimensão (e as duas seguintes) tem um carácter essencialmente informativo e visam recolher as opiniões dos *stakeholders* face à existência de problemas, causas e possíveis soluções de foro ambiental. A cada um dos elementos deste processo “Problema - Causa - Solução” corresponde uma variável.

Para a primeira, não foi realizada distinção entre os grupos na medida em que as apreciações dependem da experiência de cada um dos indivíduos e visam a evidenciação dos problemas que estes conhecem no PNSAC. No que diz respeito às causas e numa tentativa de encontrar conflitos latentes entre *stakeholders*, considerou-se a análise comparativa entre os dois grupos. Contudo, os resultados não revelaram diferenças significativas e por isso consideramos igualmente uma visão geral. O quadro 47 seguinte reflete os resultados para as duas primeiras variáveis em estudo.

Quadro 47. Foro Ambiental: Problemas e Causas

Variável	Mín	Máx	M	DP
Problemas de Foro Ambiental				
1.1 Descaracterização da paisagem	-3	3	0.12	1.774
1.2 Lixo e detritos	-2	3	1.62	1.061
1.3 Trilhos degradados	-2	3	0.73	1.373
1.4 Pó no ar nos locais de prática	-3	2	0.23	1.608
1.5 Poluição de cursos água e aquíferos	-3	3	0.12	1.883
1.6 Ruído	-3	2	-0.42	1.748
1.7 Pesticidas	-3	3	-0.19	1.833
1.8 Degradação das paredes de escalada	-3	2	0.27	1.373
1.9 Destruição de Fauna e Flora	-3	3	0.54	1.679
1.10 Maus cheiros derivados das pecuárias	-3	3	0.77	1.773
Variável	Mín	Máx	M	DP
Possíveis causas para os problemas ambientais				
2.1 As atividades de Desporto de Natureza (DN)	-3	2	-1.42	1.748
2.2 Os praticantes de DN (falta de sensibilização/civismo) (DN)	-2	3	0.27	1.710
2.3 As populações locais (LOCAIS)	-3	2	0.31	1.543
2.4 Outras atividades: Pedreiras (OA)	-2	3	1.85	1.347
2.5 Outras atividades: Eólicas (OA)	-3	3	0.54	1.816
2.6 Outras atividades: Pecuárias (OA)	-2	3	1.62	1.359
2.7 As empresas que desenvolvem atividades D,R&T (ME)	-3	2	-0.77	1.728
2.8 Os clubes e associações que desenvolve atividades D&R (MA)	-3	2	-0.65	1.788
2.9 Outras atividades: Caça (OA)	-3	3	0.50	1.772
2.10 Má organização do território pelo ICNF (AG)	0	3	1.23	1.070

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão

Os resultados obtidos para as duas variáveis evidenciam duas tendências: i) Uma concordância de nível reduzido (tendencialmente centrada entre “Sem opinião” e “Concordo em parte”) e uma grande variabilidade dos resultados, o que revela alguma disparidade de opiniões. No que diz respeito aos problemas, se considerarmos os desvios típicos à média podemos encontrar valores entre os níveis “Discordo” e “Concordo” e, no que diz respeito às causas, algumas posições mais vincadas nos extremos da escala da concordância, nos níveis “Discordo Totalmente” e “Concordo Totalmente”.

De uma forma geral e de acordo com pressupostos da literatura, a concordância face à existência de problemas ambientais é reduzida, à exceção da categoria 1.2 “Lixo e Detritos” (1.62±1.061). Este tem sido um dos resultados mais consistentes na literatura, sobretudo focada na visitação das AP e que esclarece uma reduzida perceção de problemas ambientais à exceção da aqui identificada (Amuquandoha, 2010; Hardiman & Burgin, 2010; Manning et al., 2004; Takahashi & Milano, 2004). O segundo mais evidenciado são os “Maus cheiros derivados das pecuárias” (0.77±1.773), outro aspeto bastante evidente e de fácil perceção. Todos os restantes, embora considerando a variabilidade

retratada pelos valores de DP, não se aproximam de valores extremos. Contudo é importante realçar que à exceção dos “Pesticidas” e “Ruído” todas as categorias se encontram num limiar entre a não concordância e a concordância, o que sugere a existência de alguns problemas.

Curiosamente, e respeitante à segunda variável em estudo, os níveis de concordância aumentam. Um dos resultados que está em perfeito acordo com o que tem vindo a ser revelado nesta investigação (capítulos anteriores) refere-se ao maior nível de concordância obtido para “Outras atividades: Pedreiras” (1.85 ± 1.347) revelando o elevado criticismo que se tem vindo a evidenciar em torno desta atividade económica. Utilizámos anteriormente o termo “curiosamente” visto que não são identificados problemas diretamente relacionados com esta causa (e.g. 1.1, 1.4 ou 1.6, da primeira variável). Isto verifica-se igualmente no sentido contrário se consideramos o nível de discordância para as causas relacionados com o DN (2.1 e 2.2) (-1.42 ± 1.748 e 0.27 ± 1.710 respetivamente) e os maiores níveis de concordância face à existência de problemas que, tradicionalmente poderão estar mais relacionados com estes (resultados do parágrafo anterior, nomeadamente o lixo e detritos).

Isto remonta para um dado interessante que deverá merecer atenção da literatura no futuro e que nos remete para a teoria da perceção de impacto ambiental. Aparentemente, e embora os resultados aqui sejam incipientes devido à dimensão da amostra, os inquiridos poderão ter uma maior perceção da causa em detrimento do problema que dela deriva (provavelmente derivado até da falta de conhecimento). Poderemos igualmente estar perante uma conceção de conflito derivada de “Valores sociais”. Este fenómeno é apresentado na dimensão referente aos problemas sociais e uma analogia dessa discussão à presente será devidamente efetuada.

Ao considerarmos os agrupamentos de categorias identificados a negrito no quadro 47, obtemos os seguintes resultados (ordem decrescente de concordância): **AG (Agência de Gestão)** = 1.23 ± 1.070 ; **OA (Outras atividades)** = 1.13 ± 1.574 ; **LOCAIS** = 0.31 ± 1.543 ; **DN** = -1.15 ± 1.729 ; **ME e MA (Mov. Empresarial e Mov. Associativo)** = -1.42 ± 1.758 .

Estes valores médios dão ênfase à AG e as OA como principais responsáveis pelos problemas identificados. O resultado para a AG (1.23 ± 1.070) reflete uma vez mais um provável descontentamento com a generalidade da gestão decorrente no PNSAC e vem reforçar alguns dados obtidos anteriormente. Os praticantes e os promotores relacionados com o D,R&T são as fontes menos evidenciadas.

A última variável desta dimensão prendeu-se com os níveis de concordância face à aplicação de um conjunto alargado de possíveis soluções para as problemáticas. De acordo com a teoria vigente

(IUCN, 2002; Manning, 2007) estas medidas podem assumir duas naturezas diferentes, Direta (**D**) ou Indireta (**I**) (quadro 48).

Quadro 48. Foro Ambiental: Soluções

Variável	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
<i>Possíveis soluções para as problemáticas ambientais</i>					
3.1 Diminuição e/ou encerramento das pedreiras e pecuárias (D)	-3	3	0.23	2.084	0.391
3.2 Melhor articulação entre as várias entidades (Indústria, desporto, turismo) (I)	0	3	2.46	0.761	0.229
3.3 Sensibilização dos industriais (I)	1	3	2.62	0.571	0.326
3.4 Sensibilização dos praticantes de DN (I)	0	3	2.42	0.758	0.080**
3.5 Sensibilização das empresas e clubes (I)	0	3	2.38	0.752	0.195
3.6 Sensibilização da população local (I)	1	3	2.31	0.679	0.019*
3.7 Articulação entre o ICNF e as várias entidades do PNSAC (I)	2	3	2.69	0.471	0.356
3.8 Maior investimento no desporto e turismo ativo (I)	-1	3	2.08	1.164	0.214
3.9 Aplicação pontual de coimas a empresas e clubes (D)	-3	3	0.96	1.755	0.036*
3.10 Aplicação pontual de coimas a praticantes (D)	-3	3	0.46	1.860	0.081**
3.11 Interditar locais de prática(D)	-3	3	0.42	1.901	0.893
3.12 Interditar locais de caça (D)	-3	3	1.04	1.685	0.131
3.13 Criar novos locais de prática para promover dispersão (I)	-2	3	1.77	1.505	0.012*
3.14 Planeamento e ordenamento do território (I)	0	3	2.35	0.745	0.046*

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; *Significância estatística para $p \leq 0.05/0.01$; ** Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$

A generalidade dos resultados não sugere a consistência de diferenças nas opiniões dos grupos face às medidas apresentadas, e positivamente reflete alguma ligação com o quadro anterior (quadro 47). A medida mais amplamente aceite tem caráter indireto e está relacionada com a (3.7) “Articulação entre o ICNF e as várias entidades do PNSAC” (2.62 ± 0.571) o que poderá refletir uma carência sentida por estas entidades face à comunicação existente entre a agência de gestão e os *stakeholders*. Outras se seguem também com caráter indireto, com destaque para as medidas 3.3,3.4,3.5,3.6 e 3.14 que apresentam valores médios elevados (entre “Concordo” e “Concordo Totalmente”) e valores de dispersão que não atingem a unidade.

No outro extremo, encontramos o menor nível de concordância para a medida 3.1 (0.23 ± 2.084), sendo contudo de destacar o elevado valor de DP, o que retrata, neste caso, a medida de menor acordo entre todos os inquiridos. A esta seguem-se outras medidas com caráter direto (3.9 a 3.11) mais uma vez caracterizando-se por médias baixas e alguma discordância refletida na variabilidade. Mais uma vez é de destacar que não se encontram valores médios negativos.

De uma forma geral, os resultados coincidem com a generalidade da investigação em dois sentidos distintos. Por um lado, com base nos valores médios todos inseridos na concordância positiva, evidencia-se o apoio geral à introdução de soluções e medidas de gestão (Chin, Moore, Wallington, &

Dowling, 2000; Hardiman & Burgin, 2010). Por outro, no sentido em que revelam a preferência por medidas com carácter indireto, centradas na melhoria dos processos e na sensibilização dos intervenientes (Chin et al., 2000; IUCN, 2002; Manning, 2007; Marion & Reid, 2007; Park, Manning, Marion, Lawson, & Jacobi, 2008).

Para finalizar, merecem ainda destaque a análise das diferenças significativas encontradas nas medidas 3.9 e 3.13. Os níveis de concordância face à aplicação de coimas a empresas e clubes (3.9) é maior junto do movimento empresarial. Problemas relacionados com o incumprimento de regras por parte de elementos da concorrência podem dar origem a este resultado, sendo importante (re) considerar a forma como se desenvolvem os serviços empresariais neste AP. O mesmo acontece na medida 3.13, relativa à criação de novos locais de prática com vista à dispersão de praticantes e consequentemente a redução da intensidade de uso localizada. Pensamos que um espectro de promoção de atividades mais largo e menos focado no DN por parte do MA, não faça evidenciar esta carência, ao contrário do ME, cuja promoção de atividades com fins comerciais poderá estar intimamente relacionada e ao mesmo tempo dependente da qualidade e diversidade da oferta presente no espaço.

No anexo 33 podem ser consultados os TA gerados.

3.4. Dimensão VI: Identificação de problemas e soluções de foro social

À semelhança da dimensão anterior, tivemos o intuito de estudar variáveis relativas aos problemas, causas e soluções de foro social. Apresentamos o primeiro quadro (quadro 49) correspondente à existência de problemas e respetivas causas. Neste caso, e após efetuarmos os testes de comparação, verificamos a necessidade de evidenciar algumas diferenças entre os dois grupos.

Quadro 49. Foro Social: Problemas e Causas

Variável PROBLEMAS de foro social	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
1.1. Conflitos entre praticantes de pedestrianismo (IA)	-3	2	-1.19	1.415	0.068**
1.2. Conflitos entre praticantes de BTT (IA)	-3	2	-1.00	1.414	0.499
1.3. Conflitos entre praticantes de pedestrianismo e BTT (IA)	-3	2	-0.77	1.557	0.421
1.4. Conflitos entre praticantes de ped., BTT e atividades motorizadas (IA)	-3	3	0.15	1.804	0.283
1.5. Conflitos provocados pelas atividades motorizadas por si só (IA)	-3	3	0.38	1.699	0.294
1.6. Conflitos entre praticantes e população local (PvsPL)	-3	2	-0.23	1.505	0.217
1.7. Conflitos entre agentes (e.g. Empresas) e a população local (STvsPL)	-3	2	-0.38	1.577	0.018*
1.8. Conflitos entre agentes ligados ao D,R&T (ST)	-3	2	-0.31	1.668	0.015*
1.9. Conflitos entre as associações e a AG do PNSAC (STvsAG)	-3	3	1.15	1.567	0.387
1.10. Conflitos entre as empresas e a AG do PNSAC (STvsAG)	-3	3	0.88	1.818	0.226
1.11. Conflitos entre praticantes e/ou agentes com caçadores (C)	-3	2	0.38	1.416	0.032*
Variável Possíveis CAUSAS para os problemas sociais	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
2.1 Carência de locais de prática em número e diversidade (AG)	-2	3	0.92	1.440	0.570
2.2 Falta de sensibilização/Civismo dos praticantes (DN)	-2	3	1.12	1.532	0.718
2.3 O facto de se poderem realizar atividades motorizadas no PNSAC (MOT)	-3	3	-0.04	1.990	0.217
2.4 Entrada dos praticantes em locais privados (DN)	-2	3	1.19	1.234	0.299
2.5 As pop. Locais não aceitam as atividades D,R&T (PL)	-3	2	-0.96	1.732	0.767
2.6 Falta de aviso às pop. Acerca da organização de eventos D,R ou T (ST)	-2	3	0.96	1.455	0.419
2.7 As atividades são desenvolvidas fora das regras estabelecidas na CDN (ST&DN)	-3	3	0.19	1.497	0.587
2.8 A legislação associada aos clubes e animação turística é desajustada (LEG)	-2	3	0.85	1.488	0.214
2.9 Existe falta de comunicação e proximidade entre os agentes e a entidade gestora do PNSAC (AG)	-2	3	1.69	1.408	0.826
2.10 Pagamento de tacas para desenvolver atividades (AG)	-3	3	0.73	1.930	0.748
2.11 O PNSAC é punitivo e proibitivo (AG)	-2	3	0.35	1.810	0.587
2.12 As entidades (empresas e clubes) desenvolvem atividades fora das regras (ST)	-2	2	0.35	1.093	0.799
2.13 Regime ordenado de caça desadequado (C)	-2	3	0.62	1.472	0.290
2.14 Falta de fiscalização adequada (AG)	-2	3	1.04	1.685	0.936

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; *Significância estatística para $p \leq 0.05/0.01$; ** Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$

Os problemas de foro social foram concetualizados sob o fenómeno de “conflito”, quer do ponto de vista dos visitantes/praticantes (Marcouiller, Scott, & Prey, 2008; Vaske, Needham, & Cline Jr., 2007; Watson, 2001) quer do ponto de vista dos stakeholders (Gray, 2004; Jamal & Getz, 1995).

Mais uma vez encontramos valores de dispersão elevados e posições nos dois extremos da escala de concordância. Contudo, se considerarmos o desvio típico às médias, apenas o problema 1.1 e o problema 1.9, se aproximam dos níveis de concordância “Discordo Totalmente” ou “Concordo Totalmente” respetivamente. Esta realidade expõe uma baixa concordância face à existência generalizada de problemas, sendo que os resultados com maior destaque relacionam-se com a existência de conflitos entre (1.9) as associações e a AG do PNSAC (1.15 ± 1.567) e (1.10) entre empresas e a AG do PNSAC (0.88 ± 1.818) este último com um valor de DP mais elevado. Os resultados retratam a possibilidade de existir alguma situação problemática entre estes dois grupos de *stakeholders*. Este problema porém, merece uma contextualização com determinada(s) causa(s) (interpretação exposta posteriormente).

A existência de conflitos entre atividades desportivas **(IA)** não é preocupante face à experiência dos inquiridos, com exceção às referências 1.4 e 1.5, relacionadas com os desportos motorizados (0.15 ± 1.804 ; 0.38 ± 1.699 respetivamente). Estes valores de concordância mais elevados face à existência de conflitos relacionados com atividades motorizadas, é um dado já evidenciado na literatura desde os primórdios do estudo do conflito recreativo (Jackson & Wong, 1982; Knopp & Tyger, 1973; Vitterso, Chipeniuk, Skär, & Vistad, 2004) e resulta sobretudo da vertente “purista” das atividades de DN, que envolvem maior contato e interação com os elementos naturais. Os “motores” são por vezes entendidos como desvirtuadores deste purismo, para além de serem geradores de ruído e a sua categorização, ou não, como uma atividade de DN é discutida. Apesar da definição portuguesa do conceito de DN integrar estas atividades, a realidade escandinava por exemplo, não a considera (Pröbstl, 2010).

Este breve enquadramento teórico face ao problema que se manifesta é pertinente na realidade do PNSAC. Trabalhos anteriores realizados nesta AP revelaram a tradição por detrás da prática de Todo-o-Terreno turístico ou o *motocross*, mesmo sendo atividades que não estão identificadas na CDN (e por isso sujeitas a parecer prévio para realização). Por “imposição” desta mesma tradição, tem existido alguma flexibilidade por parte do PNSAC no desenvolvimento destas atividades e a sua relevância no espetro das atividades desenvolvidas nesta AP é de ressaltar (Rosa, 2011). Mesmo destacando a baixa concordância, não deixa de ser importante a sua consideração e a eventual necessidade de, numa fase de revisão da CDN do PNSAC, se considerar a prática destas modalidades em locais devidamente identificados e compatíveis com as suas características e impactos ambientais gerados.

Foi verificada ainda a existência de diferenças significativas entre os grupos para os problemas 1.7, 1.8 e 1.11. Os níveis de concordância face à existência destes problemas são baixos, mas

existentes, sendo superiores no MA para as três categorias. Por sua vez, o ME apresenta discordância nos três. Parece-nos que a justificação para estes resultados resida na origem dos próprios problemas sobretudo no 1.7 e 1.11. Ambos representam problemas que se fazem notar mais junto das populações, e a aproximação do MA às comunidades pode revelar maior conhecimento destes aspetos e consequentemente maior concordância. Sobressai ainda, relativamente ao problema 1.8, uma maior concetualização de conflito da parte do MA face ao ME. Estes três problemas têm naturezas diferentes, não sendo por isso fácil a definição ou justificação no padrão de respostas obtido, tendo em conta que os valores de DP se revelam relativamente elevados à semelhança dos dados gerais expostos no quadro.

Num segundo momento analisaram-se as possíveis causas para os problemas. Na interpretação da segunda variável do quadro 49, verifica-se, pela primeira vez, a inexistência de diferenças significativas entre os grupos para todas as causas identificadas. Em coerência com os problemas identificados e até com a tendência dos resultados da dimensão anterior (ambiental), verificamos novamente uma propensão para uma dispersão dos resultados elevada e médias que apontam para níveis de concordância maioritariamente positivos mas reduzidos.

O primeiro procedimento estatístico de interpretação consistiu na correlação entre os problemas e as causas, na procura por relações que revelassem significância estatística. Dada a inexistência de diferenças entre os grupos consideramos a generalidade da amostra. Desta análise ressaltam dois conjuntos de resultados que merecem atenção. O primeiro diz respeito a valores de correlação com significância estatística e que são refletidos no quadro 50 de acordo com a numeração das categorias do quadro anterior.

Quadro 50. Foro Social: Correlação Problemas-Causas

Problemas	Causas								
	2.3	2.5	2.6	2.7	2.8	2.9	2.10	2.11	2.13
1.5	0.039								
1.6				0.023					
1.7		0.020	0.020						
1.9					0.048	0.003**	0.015	0.010	
1.10						0.023	0.029	0.014	
1.11									0.030

*Legenda: Resultados do teste de correlação de Spearman Rho com significância estatística para $p \leq 0.05$ e **Significância estatística para $p \leq 0.01$*

Nesta análise é possível verificar alguma consonância entre as causas e os problemas identificados, ao contrário do que sucedeu a nível ambiental. A coocorrência entre variáveis permite, em primeira instância, verificar a existência de problemas que se relacionam com 1, 2 3 ou 4 causas.

O fator que evidência maior concordância remete para a (2.9) falta de comunicação entre a AG do PNSAC e os *stakeholders* destas áreas protegida (1.69 ± 1.408). Esta causa revela correlação significativa com os problemas 1.9 e 1.10 ($p \leq 0.001$ e $p \leq 0.05$). De salientar é a observância de correlação significativa destes mesmos problemas com outras causas originadas pela legislação (2.8, com $p \leq 0.05$) e com a AG do PNSAC (2.10 e 2.11, com $p \leq 0.05$).

Sobressai nestes resultados um dado fundamental e que compromete a relação entre estes *stakeholders*. Eagles (2009), num interessante trabalho sobre governança, refere que a capacidade de resposta efetiva num processo acontece quando as instituições e os processos servem todos os *stakeholders* através de uma forma proactiva de respostas a queixas e criticisms públicos e isto implica comunicação. Kent, Sinclair e Diduck (2012), referem ainda que a ênfase de um governo central no desenvolvimento de outras questões para além do turismo, deixou muitas regiões sujeitas a um planeamento turístico com pouca ajuda ou coordenação central e isto deve-se a má comunicação e planeamento. Outros autores reforçam a importância da comunicação e da clarificação de decisões/ações, sobretudo quando estas podem não estar de acordo com as expectativas ou desejos de um grupo inferior da cadeia participativa (Hall, 2000; Pimbert & Pretty, 1995). A carência de comunicação entre *stakeholders* de diferentes níveis revela-se aqui como uma das maiores problemáticas em estudo.

Porém, a AG não é o único elemento causal. As categorias 2.2. e 2.4., relacionados com os comportamentos dos praticantes merecem algum destaque face aos valores médios obtidos (1.12 ± 1.532 e 1.19 ± 1.234 respetivamente), no entanto a correlação não se verifica.

As atividades motorizadas revelam-se novamente num nível de discordância muito reduzido (2.3), embora sujeitas a uma grande dispersão de resultados (-0.04 ± 1.990). As correlações por sua vez revelam uma relação significativa entre esta causa e o problema 1.5 e fazem ressaltar a possibilidade de um conflito derivado de “valores sociais” e não interpessoal (Carothers, Vaske, & Donnelly, 2001; Vaske et al., 2007) o que vem reforçar de alguma forma os resultados referentes aos problemas. Isto quer dizer que se faz notar um conflito que não depende do contato direto entre os próprios promotores com estas atividades (interpessoal). Pelo contrário, podemos estar perante um problema que reside num determinado conjunto de normas ou preconceitos existentes, neste caso direcionado dos *stakeholders* para estas atividades. Reforça-se a discussão anteriormente reiterada relativamente a este assunto na dimensão ambiental.

Destaca-se ainda o (2.13) regime desordenado de caça, como causa com concordância positiva (0.62 ± 1.472) e correlacionada diretamente com o problema 1.11, que remete para conflitos entre praticantes/*stakeholders* e caçadores ($p \leq 0.05$). Ao contrário do conflito anterior, a causa parece

provir do contato direto, contudo, não é da responsabilidade do caçador mas sim do próprio regime ordenado de caça. Este é igualmente um problema sujeito a reflexão por parte da investigação científica (Reis & Higham, 2009) e referências anteriores obtidas num estudo desenvolvido nesta AP, vêm salientar a existência deste problema e causa (Rosa, Almeida, & Carvalhinho, 2013) revelando que, até então, poucas alterações têm sido implementadas.

Fazendo salientar os dados descritivos e agrupando os diferentes elementos causais (siglas a negrito), podemos obter as seguintes tendências (por ordem decrescente): **AG**: Agência de Gestão (0.946 ± 1.654); **LEG**: Legislação (0.85 ± 1.488); **DN**: Desporto de Natureza (Atividades ou praticantes) (0.83 ± 1.421); **C**: Caça (0.62 ± 1.472); **ST**: *Stakeholders* (0.5 ± 1.348); **MOT**: Atividades motorizadas (-0.04 ± 1.990); **PL**: População local (-0.96 ± 1.732). Face aos resultados, a AG do PNSAC revela-se a principal causadora de alguns dos problemas evidentes, seguindo-se da legislação desadequada e de alguns fatores relacionados com a prática desportiva. A população local surge como a menor causa de problemas. Em comparação com a dimensão ambiental, mantém-se a reticência para com a AG do PNSAC, contudo as atividades de DN surgem numa posição superior, numa troca (face aos resultados ambientais) com as populações locais.

Por último, analisamos as possíveis soluções para resolver os problemas. Na ausência de diferenças significativas entre os grupos e dada a maior homogeneidade verificada na generalidade dos resultados, optamos por não apresentar os resultados do teste de comparação. O quadro 51 reflete os resultados.

Quadro 51. Foro Social: Soluções

Variável <i>Possíveis soluções</i>	Mín	Máx	M	DP
3.1. Investimento em rotas/percursos bem sinalizados e identificados (INV)	1	3	2.50	0.583
3.2. Investimento em infraestruturas de apoio às atividades (INV)	1	3	2.38	0.752
3.3. Investimento em novos locais de práticas (INV)	-2	3	1.92	1.412
3.4. Melhorar a comunicação entre as empresas, clubes e as populações locais (I)	1	3	2.42	0.758
3.5. Maior cooperação entre agentes e a gestão do PNSAC (I)	0	3	2.35	0.892
3.6. Criação de eventos para reunir os agentes e resolver as problemáticas (I)	0	3	2.31	0.788
3.7. Impedir o desenvolvimento de atividades motorizadas no PNSAC (D)	-3	3	-0.15	1.912
3.8. Impedir o desenvolvimento da caça no PNSAC (D)	-3	3	-0.35	1.742

Legenda: Mín=Valor Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão;

A generalidade dos resultados revela maior homogeneidade do que tem sido observado até este momento. A maior prevalência de medidas relacionadas com novos investimentos (**INV**) e de medidas com carácter indireto (**I**) em detrimento de medidas diretas (**D**), revela-se uma tendência já

verificada nas soluções de foro ambiental. Assim optamos primeiramente por agrupar as medidas de acordo com a sua gênese (INV, I ou D) e analisar os valores médios de cada conjunto, obtendo os seguintes resultados: **I**= 2.36 ± 0.813 , **INV**= 2.26 ± 0.916 e **D**= -0.25 ± 1.827 . Os resultados médios estão de acordo com tendências anteriores, sendo importante salientar a maior homogeneidade nos valores de dispersão. Isto significa que os níveis de concordância ocorrem mais sobre medidas que implicam novos investimentos na AP e em medidas indiretas e menos sobre medidas de caráter mais restritivo. Porém, este conjunto de resultados aparentemente simplista permite ainda perceber dois aspetos interessantes.

Em primeiro lugar, os valores médios das medidas indiretas são superiores a medidas de investimento. Inicialmente seria de esperar uma tendência para a valorização do investimento, através de medidas que implicavam o apetrechamento efetivo do território (com ações concretas representadas por INV). Contrariamente surgem medidas indiretas que se focam na melhoria da comunicação e cooperação entre agentes e a AG do PNSAC, o que vem reforçar os problemas e as causas anteriormente representadas e que vem dar ênfase a uma problemática cada vez mais evidente nos resultados - a problemática da cooperação e comunicação. Numa tentativa de fortificar esta assunção, procedemos à correlação entre a categoria 2.9 (a de maior concordância nas causas do quadro 15) com as soluções 3.4, 3.5 e 3.6 agora discutidas. As duas primeiras apresentam valores elevados de correlação e reduzidos níveis de significância estatística ($\rho=0.627/p=0.001$ e $\rho=0.678/p=0.000$) respetivamente.

O segundo aspeto interessante está relacionado com a elevada dispersão de resultados associados às medidas diretas. Esta tendência já tinha sido refletida na análise das soluções de foro ambiental e a sua repetição sugere, que apesar de serem representadas sob níveis de concordância negativos ou muito baixos, são sempre sujeitas a apreciações nos dois extremos da escala e valores relativamente elevados de desvio padrão. Por isso, face aos resultados das duas dimensões, parece-nos provável a existência de *stakeholders* que tendem para visões mais extremas e que a aceitação de determinadas medidas diretas poderá não ser, ao contrário dos resultados da generalidade da investigação, tão negativa como se espera.

A cooperação e comunicação em detrimento da penalização parece ser a tendência nos resultados verificados, mesmo quando esta penalização não afeta os grupos em estudo.

Os TA gerados para esta dimensão podem ser consultados no anexo 33.

3.5. Dimensão VII: Identificação de problemas e soluções relacionadas com a gestão do PNSAC

Presentemente tivemos o intuito de analisar três variáveis relacionadas com a gestão do PNSAC. As primeiras duas, analogamente às anteriores, visam a compreensão da concordância face à existência de problemas e soluções (neste caso, excluímos as causas). A terceira variável visa a opinião dos inquiridos face à CDN do PNSAC. Os resultados das duas primeiras são apresentados seguidamente no quadro 52.

Quadro 52. Foro Gestão: Problemas e Soluções

Variável PROBLEMAS relacionados com a gestão do PNSAC	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
1.1. Falta de informação proveniente da gestão do PNSAC	-2	3	1.69	1.644	0.718
1.2. Gestão pouco participativa	-2	3	1.73	1.373	0.781
1.3. A gestão existente é castradora e punitiva	-2	3	0.88	1.505	0.745
1.4. Existe falta de alojamento e restauração	-3	3	0.69	1.644	0.607
1.5. Falta de infraestruturas de apoio às atividades	-3	3	1.50	1.304	0.093**
1.6. Falta de manutenção de espaços de prática	-2	3	1.35	1.355	0.683
1.7. Ausência de informação referente às diferentes possibilidades de espaços de prática	0	3	1.81	1.059	0.847
1.8. Ausência de monitorização das atividades	0	3	1.65	0.936	0.410
1.9. Falta de divulgação do PNSAC	-2	3	1.85	1.156	0.046*
1.10. Escassez de informação turística e interpretativa	-1	3	1.85	1.047	0.325
Variável Possíveis SOLUÇÕES para os problemas relacionados com a gestão do PNSAC	Mín	Máx	M	DP	MW-U (p)
2.1. Existência de uma base de dados que permita o registo das atividades realizadas	0	3	2.08	0.796	0.879
2.2. Criação de um Mecanismo de controlo da visitação	-1	3	1.62	1.169	0.322
2.3. Criação de um Mecanismo de monitorização dos espaços	1	3	2.19	0.749	0.088**
2.4. Criação de um mecanismo de divulgação do PNSAC	2	3	2.54	0.508	0.038*
2.5. Cumprimento de manuais de boas práticas por parte de praticantes e promotores	1	3	2.46	0.582	0.209
2.6. Melhorar o contato/comunicação entre a gestão do PNSAC e os stakeholders	0	3	2.31	0.884	0.705
2.7. Desenvolver atividades de sensibilização junto de escolas	0	3	2.35	0.745	0.638
2.8. Maior e melhor envolvimento participativo	0	3	2.31	0.736	0.480

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U;
*Significância estatística para $p \leq 0.05/0.01$; ** Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$

Numa visão geral dos resultados referentes à primeira variável ressaltam a quase inexistência de diferenças significativas entre os dois grupos, os valores médios relativamente elevados e valores de dispersão que embora superiores à unidade na sua grande maioria são tendencialmente menores que as análises de problemas anteriores. Isto significa que a concordância face a problemas

relacionados com a gestão é mais evidente e consistente para a amostra estudada do que nas dimensões anteriores. Os três problemas mais evidenciados (1.9; 1.7 e 1.10) relacionam-se com a divulgação e carência de informação interpretativa do PNSAC (1.85 ± 1.156 , 1.81 ± 1.059 e 1.85 ± 1.047 respetivamente). O primeiro (1.9) é ainda caracterizado por uma diferença significativa na opinião dos dois grupos ($p=0.046$), revelando um setor empresarial mais concordante e homogéneo (ME: Mín=2 | Máx=3 | 2.40 ± 0.516) do que o movimento associativo (MA: Mín=-2 | Máx=3 | 1.50 ± 1.317). Este resultado vem reforçar uma tendência que se tem vindo a manifestar e que sugere que as diferenças significativas entre os dois movimentos ocorrem em categorias que se relacionam diretamente com a natureza dos seus próprios setores (e.g. quando se refere a um problema da comunidade (MA) ou a problemas que condicionam a comercialização de serviços turísticos (ME)). Estes resultados revelam consequentemente a preocupação comercial dos agentes privados que dependem da projeção do PNSAC e dos seus valores como elemento valorizador do seu negócio.

Outros fatores merecem destaque: i) Os valores das categorias 1.1. e 1.2. vêm reforçar níveis de concordância anterior face a problemas de comunicação e consequentemente de participação ativa dos agentes no planeamento do D,R&T no PNSAC; ii) Falta de infraestruturas e necessidades de manutenção (1.5 e 1.6), retratam mais uma vez problemas bastante tangíveis, mas, embora sejam representados por valores situados no nível “Concordo”, voltam a ser inferiores a outros relacionados com a comunicação; iii) Apesar de um aparente sentido crítico face à gestão do PNSAC, a categoria 1.3., que refere de forma pejorativa uma “Gestão castradora e punitiva”, apresenta valores de alguma concordância (0.88 ± 1.505) superiores no setor empresarial mas que, face a tendências anteriores, fazia esperar resultados com maior sentido crítico e pejorativo.

O problema sujeito a menor concordância está relacionado com a necessidade de serviços turísticos essenciais para o desenvolvimento desta economia (0.69 ± 1.644) e vão em parte de encontro à caracterização do PNSAC realizada no capítulo 8, que demonstrava um conjunto considerável de recursos embora com uma tendência concentrada em algumas zonas do PNSAC. Por sua vez, a variável referente às soluções é representada por valores bastante elevados (Maioritariamente entre “Concordo” e “Concordo Totalmente” e reduzidos valores de desvio padrão. Estes valores serão com certeza condicionados pela natureza das próprias medidas (direcionadas na totalidade para a melhoria da comunicação, sensibilização e cooperação).

Com base no cruzamento “problemas-soluções”, tentamos verificar a existência de significância estatística através da correlação entre as variáveis, reforçando e aprofundando a análise descritiva. quadro 53 reflete os resultados obtidos.

Quadro 53. Foro Gestão: Correlação "Problemas-Soluções"

Problemas	Soluções			
	2.2	2.4	2.6	2.8
1.1			0.000**	0.000**
1.2			0.000**	0.008**
1.3			0.004**	0.022*
1.8	0.048*			
1.9		0.049*		

*Legenda: *Resultados do teste de correlação de Spearman Rho com significância estatística para $p \leq 0.05$ e **Significância estatística para $p \leq 0.01$*

A medida sujeita a maior nível de concordância remete mais uma vez, de acordo os problemas identificados, para a criação de um mecanismo de divulgação do PNSAC (2.4) (2.54 ± 0.508) e embora sejam enfatizadas diferenças significativas entre os dois grupos ($p=0.038$) as médias de ambos são próximas (Limiar entre “Concordo” e “Concordo Totalmente”), contribuindo neste caso para a diferença, a grande homogeneidade nas respostas de ambos os grupos. Verifica-se, com base no quadro anterior, uma correlação direta e significativa entre o problema 1.9 e a solução 2.4 ($\rho=0.389 / p=0.049$).

Outras soluções destacadas, são aquelas relacionadas com o fomento da (2.6) comunicação (2.31 ± 0.884) e (2.8) (2.31 ± 0.736) participação. Observando o quadro anterior, esta assunção ganha força ao considerarmos algumas correlações altamente significativas (com $p \leq 0.01$) entre os três primeiros problemas (1.1, 1.2. e 1.3.) e as duas medidas agora referidas.

Por sua vez, a solução sujeita a menor nível de concordância foi a 2.2., curiosamente, a mais “direta” de todas as apresentadas (1.62 ± 1.169), representando uma correlação direta e significativa ($p=0.048$) com o problema 1.8 que remontava para ausência de monitorização.

Por último e dada a pertinência que a CDN revelou nos resultados de estudos anteriores, considerámos pertinente a compreensão da apreciação deste instrumento, dos seus problemas e das suas necessidades (quadro 54).

Quadro 54. CDN: Apreciação, Problemas e Necessidades

Variável	Mín	Máx	M	DP
Carta de Desporto de Natureza do PNSAC				
Apreciação Geral				
3.1. É um instrumento de gestão essencial para o correto desenvolvimento das atividades	0	3	1.77	0.951
3.2. É uma mais-valia para os praticantes	0	3	1.54	0.859
3.3. É uma mais-valia para os operadores turísticos, clubes e associações	0	3	1.65	0.936
3.4. É um instrumento mal aplicado	-2	3	0.46	1.392
Problemas				
3.5. Está desatualizada e desadequada da realidade	-2	3	0.69	1.379
3.6. O acesso público à CDN é difícil	-3	3	0.58	1.391
Necessidades afetas				
3.7. Necessita de atualização constante	-2	3	1.46	1.421
3.8. Necessita de maior envolvimento participativo na sua melhoria	-1	3	1.73	1.185
3.9. Necessita de mais pareceres técnicos	-3	3	0.81	1.550
3.10. Necessita de ser mais divulgada	0	3	2.23	0.863

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão

Na ausência clara de diferenças significativas, procedeu-se à análise da amostra na sua generalidade. Um fator refletido no quadro foi complementado com uma análise das frequências de resposta, revelando um aspeto interessante e que vem contrariar de alguma forma os resultados das entrevistas exploratórias. Este refere-se a um elevado número de categorias “Sem opinião” com $f=60$ verificações entre todas as categorias (cerca de 23,07% das respostas constituem “sem opinião”). Este desconhecimento foi mais evidente nas tipologias “Clube Desportivo” ($f=14$), “Alojamento TER” ($f=10$) e “Ensino” ($f=10$). Contrariamente ao que foi relevado pelas entrevistas exploratórias, parecemos estar perante um considerável desconhecimento deste importante e destacado instrumento de gestão do PNSAC, aspeto que inicialmente se previa diferente. Todavia 76% das respostas obtidas revelam opinião. De uma forma geral, a CDN é vista como um instrumento importante (3.1.), uma mais-valia para os utilizadores do território (3.2.) e para os próprios operadores (3.3.). Esta valorização da CDN é ainda fortificada por uma baixa concordância face à existência de problemas relacionados com a sua adequabilidade (3.5.) (0.69 ± 1.379) e acesso público (3.6.) (0.58 ± 1.391), embora seja de realçar maior dispersão dos dados face às apreciações anteriores.

Não obstante o encaminhamento para uma valorização deste instrumento, são realçadas algumas necessidades. O destaque vai mais uma vez para a necessidade de divulgação (3.10) (2.23 ± 0.863) e, no seguimento de resultados anteriores, fomos constatar que o ME apresenta valores relativamente superior ao MA, com níveis de concordância situados no “Concordo Totalmente” e de considerável

homogeneidade (2.60 ± 0.516). O envolvimento participativo (3.8) continua a destacar-se como uma necessidade (1.73 ± 1.185) em linha com resultados anteriores.

A componente técnica (3.9) é a que está sujeita a maior variabilidade e média mais baixa (0.81 ± 1.550). A análise das frequências reflete um grande número de respostas “Sem opinião” ($f=10$) destacando-se claramente no setor associativo ($f=9$). Esta falta de conhecimento poderá ser um dos fatores que condiciona os resultados obtidos.

À semelhança das dimensões anteriores, os TA correspondentes à presente podem ser consultados no anexo 33.

3.6. Dimensão VIII: Processo de gestão participativo

A última dimensão em estudo remete para as possibilidades de implementação de um processo de gestão participativo (PGP) no PNSAC. A teoria que sustenta as variáveis e categorias correspondentes é manifestada no capítulo 9 e a sua especificação é derivada das entrevistas. Num primeiro momento, consideramos um conjunto de afirmações correspondentes às seguintes variáveis: **AG**: Apreciação geral; **V/B**: Vantagens/Benefícios; **B**: Barreiras; **C**: Condições e **I**: Iniciador do processo. A proporção de categorias em função de cada uma das variáveis foi estabelecida de acordo com as tendências de resultados anteriores (i.e Entrevistas exploratórias). Mais uma vez, a existência de diferenças significativas entre os dois grupos foi residual. No quadro 55 apresentamos os resultados obtidos²¹.

²¹ A categoria 1.14 (**C**) foi deslocada da lógica crescente em que se encontra a numeração, para permitir generalização de resultados na última coluna.

Quadro 55. PGP: Apreciação, Vantagens, Barreiras, Iniciadores e Condições

Variável	Mín	Máx	M	DP	Geral
Processo de Gestão Participativo					
Apreciação Geral (AG)					
1.1. Seria muito importante para o PNSAC	1	3	2.31	0.618	2.31±0.618
Vantagens/Benefícios (V/B)					
1.2. Promove maior responsabilização e envolvimento dos intervenientes e das comunidades	0	3	2.27	0.778	2.02±0.7635
1.3. Promove a possibilidade dos intervenientes se moldarem uns aos outros e de se conhecerem melhor	1	3	2.23	0.587	
1.4. Promove melhoria das condições de trabalho	0	3	1.81	0.801	
1.5. Tem uma forte componente educativa e de aprendizagem	1	3	2.15	0.675	
1.6. Permite perceber quem faz melhor o quê	0	3	2.08	0.744	
1.7. Promove a melhoria da oferta desportiva, recreativa e turística no PNSAC	0	3	2.08	0.796	
1.8. Reduz custos associados à manutenção e apetrechamento de espaços desportivos e recreativos	-1	3	1.35	1.093	
1.9. Promove uma melhor divulgação da Área Protegida	1	3	2.19	0.634	
Barreiras (B)					
1.10. Muitas pessoas a participar “desorientam” o processo	-3	3	0.65	1.441	0.73±1.386
1.11. Podem existir conflitos latentes entre intervenientes	-1	3	0.92	1.324	
1.12. Dá muito trabalho	-3	3	0.00	1.649	
1.13. É difícil reunir e motivar todos os intervenientes visto que não se tem a certeza do resultado final	-1	3	1.35	1.129	
Iniciadores de processo (I)					
1.15. O PNSAC deve coordenar o processo	-3	3	1.19	1.550	0.665±1.692
1.16. O PNSAC deve ser o iniciador do processo	-3	3	1.50	1.421	
1.17. A sociedade civil deve iniciar o processo	-3	3	0.12	1.862	
1.18. A sociedade civil deve coordenar o processo *	-3	3	-0.15	1.933	
Condições (C)					
1.14. As regras do processo devem ser bem definidas	1	3	2.38	0.637	2.03±0.924
1.19. Têm que existir mais recursos que os atuais	-2	3	1.65	1.325	
1.20. Têm que existir parcerias fortes	0	3	2.12	0.816	
1.21. Tem que existir um moderador forte **	0	3	2.15	0.732	
1.22. Os intervenientes envolvidos têm de estar numa posição de “dar sem receber” a curto prazo *	-3	3	1.46	1.392	
1.23. Têm de existir pessoas competentes e com formação	1	3	2.42	0.643	

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão; MW-U(p)= Significância estatística do teste Mann Whitney-U; * Valor próximo da significância estatística de $p \leq 0.05$ ** Significância estatística para $p \leq 0.05$

A apreciação geral (2.31±0.618) reflete desde logo a concordância geral com um PGP, sendo de salientar o valor mínimo (1=“Concordo em Parte”) e o reduzido valor de DP. Posteriormente foram apresentadas um conjunto de variáveis que, de acordo com a teoria, são elementos fundamentais na compreensão da visão de cada stakeholder face ao arranque de um PGP (Jamal & Getz, 1995; Yodsuwan & Butcher, 2012). Para além disso, a falta de consenso revela-se um importante inibidor ao desenvolvimento (Ladkin & Bertramini, 2002) e um primeiro aspeto positivo reside na quase

ausência de diferenças significativas entre os grupos, à exceção de três categorias destacadas com * e ** que serão posteriormente discutidas. Este fator remete para uma percepção semelhante entre *stakeholders* aos mais variados níveis.

Ainda numa perspetiva geral, verificamos que os maiores níveis de concordância acontecem ao nível da percepção de (V) vantagens ou benefícios (2.02 ± 0.7635) e nas (C) condições para o desenvolvimento do processo (2.03 ± 0.924). Níveis de concordância menores e com valores de dispersão superiores à unidade são verificados ao nível das (B) barreiras ao desenvolvimento do PGP (0.73 ± 1.386) e (I) aos iniciadores do processo (0.665 ± 1.692).

Especificando as vantagens, é interessante verificar maiores níveis de concordância face a fatores relacionados com o envolvimento entre *stakeholders*, fatores de aprendizagem e conhecimento mútuo (1.2, 1.3, 1.5 e 1.6), assumindo destaque a concordância com a 1.2. “responsabilização e envolvimento dos intervenientes e das comunidades” (2.27 ± 0.778). Num segundo patamar encontram-se benefícios relacionados com a melhoria da oferta, do trabalho e o aumento de divulgação da AP (1.4, 1.8 e 1.9), a última (1.9) que face a resultados anteriores mantém uma estabilidade na concordância ao longo das variáveis estudadas até ao momento (2.19 ± 0.634).

Uma percepção comum de benefícios é fundamental no arranque do processo (Khadka & Nepal, 2010; Ladkin & Bertramini, 2002) e um dado importante que surge relaciona-se com a valorização das questões de envolvimento entre *stakeholders* e aprendizagem mútua. Esta tendência sobrepõe-se a questões diretamente relacionadas com a melhoria da oferta e da divulgação que, do ponto de vista do ME, podiam ser sujeitos a maiores níveis de apreciação dado o seu intuito comercial. O PNSAC é um território com uma dimensão muito considerável e com padrões culturais que se fazem diferenciar até em função da localização das comunidades no território (Alho, 1997), o que poderá revelar diferenças de opinião bastante marcadas. Contudo, os dados aqui obtidos encaminham-nos numa direção diferente e teoricamente mais positiva.

Em contrapartida a um conjunto de vantagens ou benefícios, surgem igualmente barreiras ou dificuldades à participação. Aparentemente, a consideração de apreciações a estes constrangimentos não tem sido alvo de muita atenção na literatura, embora a sua importância seja referenciada por diversos autores (Aas, Ladkin, & Fletcher, 2005; Ladkin & Bertramini, 2002; Selin & Chavez, 1995). Tipicamente, tendo como base a revisão de literatura do cap.9, uma das principais barreiras surge quando a percepção de benefícios não é semelhante entre os vários grupos de *stakeholders*. Neste sentido, baseados nas fundamentações teóricas do cap.9 considerámos pertinente a sua consideração e, apesar de os níveis de concordância (no conjunto das 4 categorias) reduzirem consideravelmente face às vantagens (0.73 ± 1.386), também apresentam valores de

desvio superiores, o que representa maior variabilidade de opiniões. O intervalo de variação entre mínimo e máximo (de 1.10 a 1.13) representa esta realidade aparente ($\omega=6$). O fator com maior destaque (1.13) consiste na capacidade de reunir e motivar todas as pessoas (1.35 ± 1.129), já que este processo não garante um resultado previamente determinado. Na realidade, esta revela-se uma das principais dificuldades dos PGP (Garrod, 2003).

Contudo, e embora as restantes três categorias revelem dificuldades/barreiras evidentes na literatura, em especial os conflitos latentes entre *stakeholders* (Garrod, 2003; Gray, 2004; Selin & Chavez, 1995), a existência de concordâncias reduzidas leva a olhar de forma positiva para o cenário anterior e a acreditar que uma perceção comum (elevada) das vantagens e uma noção comum (reduzida) das dificuldades, pode atenuar a barreira definida em 1.13.

Posteriormente surgem categorias associadas à variável “Iniciadores do processo” (I). Não encontrámos literatura que se focasse de forma específica nesta variável e na realidade esta surge da especificidade dos resultados encontrados anteriormente e que indicaram alguma disparidade de opiniões entre os *stakeholders* de nível 2 (Capítulo 10). Esta disparidade revela-se novamente nestes resultados com valores de desvio que sobressaem. Na atribuição de responsabilidade ao PNSAC (1.15 e 1.16) os valores de concordância aumentam e reduz a variabilidade (1.19 ± 1.550 e 1.50 ± 1.421), o que sugere que a opinião dos inquiridos tende a responsabilizar a AG do PNSAC, embora mais na iniciação (1.16) do que na coordenação (1.15).

A desresponsabilização da sociedade civil reflete-se em valores de concordância reduzidos (0.12 ± 1.862) e de discordância (-0.15 ± 1.933). A última categoria (1.18) merece atenção por dois motivos. O primeiro porque a diferença de opinião entre o MA e ME aproxima-se da significância estatística ($p= 0.091$), e aqui o MA com concordância positiva, contraria o ME (concordância negativa). Porém ambos os grupos apresentam valores de dispersão bastante elevados o que não permite uma conclusão efetiva.

Embora os resultados anteriores nos encaminhem para uma defesa e aceitação de um PGP no PNSAC, a posição agora observada surge articulada com elementos históricos e culturais que se demarcaram no capítulo 4 (Estabelecimento do contexto I) revelando características de uma sociedade culturalmente pouco participativa e, simultaneamente, de uma política pública que pouco incentivou a participação em Portugal.

A última análise relativa a este quadro remete para níveis de concordância elevada face a um conjunto de condições que devem ser consideradas para que um PGP ocorra de forma profícua. Surgem em primeira estância níveis de concordância elevada e de reduzida variabilidade remetendo para um perfil de opinião mais robusto em todo o grupo (1.14, 1.20, 1.21 e 1.23). Positivamente, os

resultados para estas categorias favorecem elementos bastante específicos na determinação do sucesso de um PGP (Garrod, 2003; Gray, 2004; Jamal & Getz, 1995; Khadka & Nepal, 2010; Ladkin & Bertramini, 2002; Medeiros de Araujo & Bramwell, 1999). A categoria 1.23 volta a destacar a importância atribuída ao conhecimento e à formação como elemento fundamental para o desenvolvimento deste processo (2.42 ± 0.643). Na categoria 1.21, verifica-se o único caso de diferença significativa entre os grupos ($p=0.027$), embora esta aconteça pela reduzida variabilidade nos resultados, visto que as médias são bastante próximas (ambas situadas no nível “Concordo”).

Todavia, a concordância elevada dos dois restantes (1.19 e 1.22) é neste momento acompanhada de maior dispersão de resultados. Destaque deve ser atribuído ao fator 1.22, que reflete um menor nível de concordância por parte do ME ($M=0.70$), embora acompanhado de um desvio padrão muito próximo de 2 ($DP=1.947$). Poderíamos assumir, que a eventual natureza comercial destas instituições não se coaduna com uma posição de “dar sem receber”. No entanto, o valor do teste de comparação ($p=0.089$) contraposto com níveis de opinião extremos não nos permite assumir uma distinção no perfil.

Finaliza-se a interpretação e discussão dos resultados com o último conjunto de variáveis em estudo. Estas referem-se a um conjunto de critérios que visam legitimar a participação. Avaliaram-se as variáveis **(VD)** Vontade e Disponibilidade, **(C)** Características que a entidade reconhece em si que possam ser uma mais-valia para o desenvolvimento de um PGP e **(L)** a forma como vêm os seus pares em termos de legitimidade para participar. As variáveis VD tem um caráter mais apreciativo, permitindo estabelecer um padrão de interesse neste processo. As restantes vão de encontro à teoria exposta por Gray (2004) e por Donaldson e Preston (1995) e visam entender a forma como os *stakeholders* se veem a si próprios e aos seus pares (quadro 56).

Quadro 56. PGP: Fatores de legitimação

Variável Legitimação	Mín	Máx	M	DP
2.1. A entidade que represento tem vontade de participar (VD)	0	3	1.73	1.185
2.2 A entidade que represento tem disponibilidade para participar (VD)	-3	3	1.23	1.583
2.3. A entidade que represento não tem qualquer interesse no processo (VD)	-3	1	-2.00	1.200
2.4. Tem bastantes competências técnicas e experiência que podem ser úteis (C)	-3	3	1.15	1.461
2.5. Tem grande conhecimento do território (C)	-2	3	1.38	1.061
2.6. Temos forte ligação às comunidades locais (C)	-1	3	1.46	1.104
2.7. A participação ativa no melhoramento do território está na nossa génese e é um valor moral (C)	-2	3	1.81	1.297
2.8. Todos os agentes do território tem o direito de participar (L)	-1	3	1.77	1.032
2.9. Todos os agentes do território que conheço têm disponibilidade para participar (L)	-2	3	0.38	1.388
2.10. Só o movimento empresarial ligado ao turismo deveria participar (L)	-3	3	-1.77	1.704
2.11. Só o movimento associativo deveria participar (L)	-3	1	-2.04	1.341
2.12. Só aqueles com recursos materiais e financeiros deveriam participar (L)	-3	1	-2.15	1.156
2.13. Só aqueles com competências específicas e relevantes deveriam participar (L)	-3	3	-1.31	2.112

Legenda: Mín=Valor; Mínimo; Máx=Valor Máximo; M= Média; DP=Desvio Padrão

É importante destacar, em comparação com a categoria 2.3., a vontade dos indivíduos da amostra em participar no processo (2.1.) (1.73 ± 1.185), e que mesmo revelando níveis de concordância diferentes, não revela nenhuma apreciação negativa (Mín=0).

Porém, a vontade nem sempre coaduna com a disponibilidade (2.2) (1.23 ± 1.583) e este é um aspeto que tivemos o cuidado de diferenciar. Embora não seja muito evidente esta preocupação na literatura (mediante o nosso campo de pesquisa), Timothy (1999) refere que por vezes a população local pode sentir que não tem possibilidades de investir em tempo útil de participar no processo. Isto quer dizer, que em momentos de maiores dificuldades financeiras, os *stakeholders* podem estar mais preocupados em colmatar as despesas do presente ao invés do planeamento para o futuro. Duas possibilidades se evidenciam. O forte MA que se verifica no PNSAC pode contrariar a tendência apresentada por Timothy, no sentido em que falamos de entidades cujo intuito principal não é a geração de lucro e por isso, a pressão económica pode não se fazer sentir tão marcadamente. A outra possibilidade poderá relacionar-se com um desconhecimento do próprio processo em julgamento. O desenvolvimento de um PGP não tem de implicar investimento financeiro direto e imediato por parte dos *stakeholders*, podendo constituir-se com base nas capacidades e qualidades de cada interveniente e numa atribuição de responsabilidades de foro técnico, de monitorização ou outras. Não obstante, a variável “tempo disponível” pode ser um entrave à participação e pode ter sido tida em conta na apreciação realizada para esta categoria. Consequentemente, a iniciação de

um PGP no PNSAC deverá ser suportada por um planeamento prévio detalhado, que permita uma formulação clara do grau e tempo de envolvimento de cada um no processo e, se possível, prever o tempo despendido em sessões de informação, formação ou discussão.

Gray (2004), defende que os *stakeholders* devem ser capazes de olhar para si próprios e reconhecer as capacidades que possuem e que podem constituir-se uma mais valia para um PGP. Esse foi o intuito da análise das categorias identificadas com **(C)**. Os resultados obtidos satisfazem, no sentido em que representam apreciações positivas (entre “Concordo em parte” e “Concordo”), com níveis de dispersão superiores mas não demasiadamente afastados da unidade. Questões de (2.7) génese e morais para com o melhoramento do território (1.81 ± 1.297), de (2.6.) ligação com as comunidades locais (1.46 ± 1.104) e (2.5.) conhecimento do território (1.38 ± 1.061) são, por ordem decrescente, os fatores com níveis de concordância mais elevados. As competências técnicas e experiência surgem após estes valores (2.4.). A perceção de competência e experiência aqui demonstrados são dados relevantes. Vários trabalhos referem a importância desta dimensão no processo participativo e em alguns casos afirma-se que a colaboração acaba por torna-se num autêntico processo de aprendizagem social (Bouwen & Taillieu, 2004), num meio para o aumento de competências e circulação de ideias (Arnaboldi & Spiller, 2011).

Enquadrados pela sustentação teórica e numa tentativa de perceber melhor esta questão, procedemos à correlação entre esta categoria (2.4) e as afirmações 1.3 e 1.5 do quadro 21, que faziam sobressair a valorização da componente educativa e de aprendizagem, formulando a hipótese que a valorização destes benefícios (1.3. e 1.5) poderia resultar de uma carência (2.4.). Porém, os resultados do teste ($\rho=0.140|p=0.495$ e $\rho=0.175|p=0.393$) não evidenciaram esta relação.

Estes resultados conduzem ainda para duas reflexões importantes: i) O envolvimento dos *stakeholders* do PNSAC deve ser realizado de forma inclusiva tendo em conta as apetências de cada um, mesmo que se revelem competências ou conhecimentos pouco específicos; ii) a componente educativa dos processos participativos poderá ser complementada com elementos de ensino mais formal (e.g *workshops*), incluídos no próprio processo, e que permitam a obtenção de novo e mais aprofundado conhecimento que contribua para o desenvolvimento das entidades e consequentemente do PNSAC.

Por último, analisou-se a legitimação e a forma como os indivíduos vêem os restantes *stakeholders* **(L)**. Os resultados obtidos estão em consonância com a análise anterior, ou seja, reconhece-se o direito de participação (1.77 ± 1.032) mas igualmente se verifica uma redução no que diz respeito à disponibilidade para a participação (0.38 ± 1.388).

As categorias 2.10 a 2.13 refletem discordância e um sentido um pouco extremista da parte de algumas entidades. A tendência é inclusiva, visto que todos os níveis se encontram entre “Discordo em parte” e “Discordo”. Todavia, alguns valores de desvio (2.10 e 2.13) merecem atenção. Numa análise das frequências em função da tipologia (MA ou ME) verificamos que para as categorias 2.10 e 2.11 se totalizam $f=6$ respostas ($f=4$ na 2.10 e $f=2$ na 2.11) nos limites da escala. Estes valores individuais são residuais e poderão refletir posições mais extremistas de alguns indivíduos. Os recursos materiais e financeiros (2.12.) não parecem ser motivo para atingir a legitimidade, assim como (2.13) a existência de competências específicas (-1.31 ± 2.112) que apresenta contudo um valor de desvio padrão muito elevado. O valor mediano de -2 sugere contudo que esta apreciação é tendencialmente negativa, tendo em conta que apenas $f=6$ respostas se situam na concordância.

Um aspeto contraditório é aqui evidenciado. Por um lado, a existência de pessoas competentes e com formação é vista como uma condição para o desenvolvimento do processo (1.23, do quadro 55), por outro, não se evidencia como critério de legitimidade. Mediante algumas das tendências nas respostas pensamos que estas entidades poderão sentir necessidade de mais conhecimento, reconhecem que o conhecimento e a competência são fatores essenciais para o desenvolvimento do PGP mas a sua vontade em participar supera esta *décalage*.

A última variável em estudo no nosso questionário consistiu em duas possibilidades de resposta aberta e visava a identificação de duas instituições que no entender dos indivíduos, pela sua relevância, poderiam ter grande importância neste processo. Aqui, o nosso objetivo foi encontrar alguma tendência na resposta através da identificação de líderes ou entidades destacadas no meio do PNSAC. As respostas são apresentadas no quadro 57.

Quadro 57. PGP: Entidades relevantes

Entidades com relevância no processo		
	MA (n)	ME (n)
Entidades	5	4
<i>Camara Municipal de Porto de mós</i>	2	
<i>Pousada da Juventude de Alvados</i>	1	
<i>Entidade Regional de Turismo do Centro</i>	1	
<i>ADSAICA</i>	1	
<i>ICNF/PNSAC</i>	3	
<i>ADIRN</i>	1	
<i>Câmaras Municipais</i>	1	
<i>Escola Superior Desporto Rio Maior</i>	1	
<i>Cooking & Nature Hotel</i>	1	
<i>Grupo trabalho para o desenvolvimento turístico de Alcaria-Alvados</i>	1	
<i>Comité de sábios</i>	1	

Legenda: MA= Movimento associativo; ME= Movimento Empresarial

Assistiu-se, para esta variável, a uma taxa de respostas muito baixa (MA=5 e ME=4), não sendo assim possível estabelecer padrões nas respostas. Aquilo que parece sobressair é uma tendência para a nomeação de entidades de âmbito regional/Nacional em detrimento de entidades com ação local. Por um lado o desconhecimento, por outro, o facto de ser a ultima questão do questionário e de resposta opcional, podem ser os fatores que condicionam os resultados.

Os TA gerados nesta dimensão devem ser consultados no anexo 33.

4. Conclusões

Face à interpretação e discussão dos resultados previamente efetuada e de acordo com os objetivos estabelecidos no início deste capítulo estabelecemos as nossas conclusões (parciais). A sua redação foi sujeita a um processo de dinâmico de reflexão através de um procedimento de triangulação confirmatória que teve como base os 72 TA (de 1º grau) obtidos na discussão dos resultados. Os processamentos gráficos que estão na base deste processo podem ser identificados no anexo 35. Derivado do resultado deste procedimento foram criados novos códigos (TA de 2º grau) que surgem no final de cada conclusão.²²

Assim, relativamente ao objetivo específico 4,

Obj.Esp.4 **(Parcial)**: Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

As atividades promovidas pelos *stakeholders* do PNSAC são maioritariamente desenvolvidas dentro dos seus limites territoriais. O DN e a difusão do património cultural são as atividades com maior expressão. A animação ambiental (que não inclua o desporto) é a atividade com menor expressão. Com exceção a atividades muito próprias (e.g. alojamento) não existem diferenças significativas entre MA e ME no que diz respeito às diferentes atividades promovidas **[F_O4_1 (Atividades)]**.

Existe carência de infraestruturas e manutenção de espaços de prática. A concordância face à necessidade de alojamento e restauração é reduzida **[F_O4_2 (Recursos)]**.

O MA e o ME encaram o PNSAC de forma semelhante. O PNSAC é visto como uma espaço sensível ambientalmente, que merece proteção e que é ideal para a educação de crianças e jovens. Também

²² Estes códigos não têm valor interpretativo para as conclusões deste capítulo. Foram apenas considerados como forma de evitar repetição de texto posteriormente.

é visto (com menor intensidade) como um espaço para o desenvolvimento do DN e da generalidade do D,R&T **[F_04_3a (Conceção do PNSAC)]**.

As características geomorfológicas são o principal fator distintivo desta AP seguindo-se as populações, localização, fauna e flora, património histórico, a localização, a diversidade de locais de prática e o pioneirismo na criação da CDN. A gestão não é um fator distintivo desta AP **[F_04_3b (Conceção do PNSAC)]**.

A CDN do PNSAC é considerada um documento importante e uma mais-valia para praticantes e promotores. Contudo, revela-se algum desconhecimento mais específico deste instrumento. Reconhece-se a falta de monitorização **[F_04_4 (CDN)]**.

Relativamente ao objetivo específico 5,

Obj.Esp.5 (Parcial): Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Os *stakeholders* do PNSAC apresentam na sua maioria formação superior, embora em áreas não diretamente relacionadas com o turismo ou desporto. Têm uma grande disparidade de idades com tendências superiores a 10 anos de idade. As suas atividades são desenvolvidas maioritariamente dentro dos limites do PNSAC e durante todo o ano. O DN e a difusão do património são as atividades com maior expressão em detrimento da animação ambiental (que não inclua o desporto) **[F_05_5]**.

O MA e o ME não se distinguem na generalidade das opiniões. Revelam-se valorizadores do valor ecológico do PNSAC e veem-no, antes de mais, como um espaço adequado para o desenvolvimento de atividades educacionais para crianças e jovens. Também olham para o espaço como adequado para o desenvolvimento do DN e da generalidade da R&T embora de forma menos unanime **[F_05_6]**.

Embora a perceção dos benefícios gerados pelo desenvolvimento do D,R&T sejam em primeira estância económicos, também são reconhecidos outros benefícios socioculturais e ambientais **[F_05_7]**.

Apoiam a introdução de medidas de gestão sobretudo de carácter indireto e revelam que o fator comunicação é ainda mais importante que o próprio investimento em novas infraestruturas **[F_05_8]**. Sentem falta de comunicação e articulação com a AG do PNSAC. Este é o problema mais destacado em todos os resultados **[F_05_9]**.

Têm vontade de participar num PGP mas revelam-se menos disponíveis para isso [F_O5_10]. São positivistas, no sentido em que concordam mais com os benefícios/vantagens deste processo do que com barreiras. Contudo revelam condições importantes para que este aconteça [F_O5_11].

Revelam falta de conhecimento específico que possa ser útil para o PGP e por isso valorizam os fatores educacionais e de aprendizagens que deste resultam, embora, não considerem o conhecimento e a experiência como fatores legitimadores de participação. São inclusivos e olham de forma positiva para os seus pares no que diz respeito à legitimidade para participar [F_O5_12].

Apesar de não identificarem diretamente conflitos latentes entre *stakeholders* como uma barreira à participação, os resultados evidenciaram algumas possibilidades: Conflito com a AG do PNSAC (o mais evidente), conflito com outras atividades (em especial as pedreiras) e com atividades motorizadas [F_O5_13].

Apesar da sua referida similaridade é de destacar algumas potenciais diferenças a ter em conta no futuro: i) O MA revela alguns indícios de conflito com ME; ii) O ME tem maior apetência para a aceitação de medidas diretas com um caráter regulador; iii) O MA parece mais atento e conhecedor dos problemas das populações [F_O5_14].

Relativamente ao objetivo específico 6,

Obj.Esp6 (**Parcial**): Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

O D,R&T é importante para o PNSAC [F_O6_15]. Existe perceção comum de benefícios, resultantes do D,R&T pela seguinte ordem: Económicos, Sociais e Ambientais [F_O6_16]. O PNSAC é conotado e visto como um espaço adequado para o desenvolvimento geral do DN e da generalidade do D,R&T embora de forma menos unanime do que outras visões desta AP [F_O6_17].

Relativamente ao objetivo específico 7,

Obj.Esp.7 (**Parcial**): Compreender as problemáticas, as críticas e as necessidades e soluções de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

No que diz respeito às problemáticas, críticas e soluções, concluímos que:

Existe uma tendência de baixa concordância face à existência de problemas ambientais e sociais [F_O7_18]; A concordância face a problemas de foro de gestão é mais evidente do que para as restantes [F_O7_19]; Os níveis de concordância (a nível social e ambiental) incidem mais sobre as causas do que sobre os problemas [F_O7_20]; Existe aceitação geral para a introdução de medidas que visam a resolução/melhoramento das problemáticas [F_O7_21]; Existe preferência face à

introdução de medidas indiretas em detrimento de diretas, contudo, realça-se em alguns casos concordância face a medidas diretas que incidam sobre questões de fiscalização e controlo [F_07_22];

Em termos ambientais, podemos constatar que a concordância incide mais sobre as causas do que sobre os problemas não existindo relação direta entre estas [F_07_23]; Os principais problemas ambientais são a existência de lixo e o mau cheiro das pecuárias e as principais causas são as atividades industriais, em especial a indústria da pedra e a agência de gestão do PNSAC [F_07_24]; As menores fontes de problemas ambientais são os praticantes e os promotores de atividades [F_07_25]; As soluções incidem em medidas com carácter indireto e as preferidas estão relacionadas com questões de sensibilização e melhoria da articulação entre as várias entidades atuantes no PNSAC (ICNF- Promotores- Praticantes- Indústrias- Pop.Local) [F_07_26].

Em termos sociais, podemos concluir que as concordâncias face à existência de problemas sociais são baixas e mais relacionadas com as causas (em comparação com o foro ambiental) [F_07_27]; Os principais conflitos surgem entre *stakeholders* e a AG do PNSAC e remetem para a possibilidade de uma concetualização de conflito mais profunda [F_07_28]; Existem algumas evidências de conflitos com atividades motorizadas (valores sociais) e com a caça (regime ordenado) [F_07_29]; Os conflitos menos concordantes estão relacionados com conflitos entre as atividades de DN [F_07_30]; A principal causa para os problemas é apontada para a falta de comunicação entre *stakeholders* e a AG [F_07_31]; As principais causas são a AG do PNSAC, a Legislação e o DN [F_07_32]; Os menores causadores são as atividades motorizadas e a população local [F_07_33]; As soluções incidem em medidas de carácter indireto e de investimento, com prevalência das primeiras [F_07_34]; A principal medida indireta incide na melhoria da cooperação e comunicação entre *stakeholders* e a AG [F_07_35].

Relativamente à gestão, os principais problemas relacionam-se com a carência de informação proveniente da AG, a falta de divulgação e a escassez de informação turística e interpretativa [F_07_36]; Logo de seguida são evidenciados problemas de falta de comunicação, participação e monitorização do espaço [F_07_37]; Existem também problemas associados à falta de infraestruturas e manutenção dos espaços de prática embora num nível inferior aos anteriores [F_07_38]; A falta de alojamento e restauração são considerados um problema menor [F_07_39]; Existe uma grande concordância face à introdução de medidas de gestão indiretas [F_07_40]; A solução mais aceite vai de encontro à criação de um mecanismo de divulgação e logo de seguida, surgem questões relacionadas com a melhoria da cooperação e comunicação com a AG do PNSAC [F_07_41].

Dentro deste foro, e especificando a CDN do PNSAC, podemos constatar que existe algum desconhecimento da CDN [F_07_42]; É vista como um importante instrumento e uma mais-valia [F_07_43]; Os principais problemas da CDN, com um nível de concordância baixo mas positivo, são a sua adequabilidade à realidade e a facilidade de acesso. As necessidades são a divulgação e um maior envolvimento participativo [F_07_44].

Relativamente ao objetivo específico 8,

Obj.Esp.8 (**Parcial**): Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo;

Face à introdução de um PGP no PNSAC podemos concluir que:

O D,R&T é importante para o PNSAC [F_08_45]; Existe uma perceção comum dos benefícios resultantes do D,R&T no PNSAC pela seguinte ordem: Económicos, Socioculturais e ambientais [F_08_46]; Existe concordância geral face à introdução de um PGP associado ao desenvolvimento do D,R&T [F_08_47]; Existe maior concordância face aos benefícios e condições em detrimento de barreiras [F_08_48]; As principais vantagens estão relacionadas com fatores de aprendizagem, responsabilização e conhecimento mútuo, seguindo-se da melhoria da oferta e das condições de trabalho [F_08_49]; A principal barreira consiste na capacidade de reunir e motivar todos os *stakeholders* e contrariamente, verificam-se níveis baixos face à existência de conflitos latentes entre *stakeholders* [F_08_50]; A responsabilidade para iniciação e coordenação do processo são atribuídos à AG do PNSAC desresponsabilizando-se a sociedade civil [F_08_51]; A condição mais importante para o PGP ocorrer no PNSAC é a existência de formação e competências específicas dos participantes, assim como, uma definição clara das regras e parcerias fortes [F_08_52]; As condições menos concordantes são a existência de recursos materiais e financeiros e a adoção de uma postura de “dar sem receber” a curto prazo [F_08_53].

Considerando, dentro do PGP, a especificidade dos critérios de legitimação:

Existe vontade de participar num PGP e esta é superior à disponibilidade [F_08_54]; Questões de moral, génese, conhecimento do território e ligação com as comunidades locais são as principais mais-valias dos inquiridos [F_08_55]; As competências técnicas e experiência são as menores valias [F_08_56]; Os seus pares são vistos de forma inclusiva, no sentido em que todos têm o direito de participar [F_08_57]; Reconhecem nos seus pares menor disponibilidade do que vontade [F_08_58]; A existência de recursos materiais e financeiros assim como formação específica e conhecimento, não são elementos conferidores de legitimidade [F_08_59].

7. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Alho, J. (1997). *Guia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*: IPAMB – Instituto de Promoção Ambiental.
- Alves, A. (2012). *Cartas de Desporto de Natureza: Contributo para um Modelo de Gestão e Monitorização*. Master, Escola Superior de Desporto de Rio Maior- Instituto Politécnico de Santarém, Rio Maior.
- Amuquandoha, F. (2010). Residents' perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(2), 223-238. doi: 10.1080/09669580903298531
- Arnaboldi, M., & Spiller, N. (2011). Actor-network theory and stakeholder collaboration: The case of Cultural Districts. *Tourism Management*, 32, 641-654.
- Arnberger, A., Eder, R., Alex, B., Sterl, P., & Burns, R. (2012). Relationships between national-park affinity and attitudes towards protected area management of visitors to the Gesäuse National Park, Austria. *Forest Policy and Economics*, 19, 48-55. doi: 10.1016/j.forpol.2011.06.013
- Bouwen, R., & Taillieu, T. (2004). Multi-party collaboration as social learning for interdependence: developing relational knowing for sustainable natural resource management. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14(3), 137-153.
- Carothers, P., Vaske, J., & Donnelly, M. (2001). Social Values versus Interpersonal Conflict among Hikers and Mountain Bikers. *Leisure Sciences*, 23(1), 47-61. doi: 10.1080/01490400150502243
- Carvalhinho, L. (2006). *Os Técnicos e as Atividades de Desporto de Natureza - Análise da formação, funções, e competências profissionais*. PhD, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Chin, C., Moore, S., Wallington, T., & Dowling, R. (2000). Ecotourism in Bako National Park, Borneo: Visitor's Perspectives on Environmental Impacts and their Management. *Journal of Sustainable Tourism*, 8(1), 20-35. doi: 0966-9582/00/01 0020-16
- Coelho, R. (2002). *Aspectos geológicos do Parque das Serras de Aire e Candeeiros e a sua divulgação multimédia – um contributo para o ensino das Ciências da Terra*. Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 231-248. doi: 10.1080/09669580802495725
- Garrod, B. (2003). Local Participation in the Planning and Management of Ecotourism: A Revised Model Approach. *Journal of Ecotourism*, 2(1), 33-53. doi: 10.1080/14724040308668132
- Gray, B. (2004). Strong Opposition: Frame-Based Resistance to Collaboration. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(14), 166-176. doi: 10.1002/casp.773
- Hall, C. (2000). *Tourism Planning Processes and Relationships*. Harlow: Prentice Hall.
- Hardiman, N., & Burgin, S. (2010). Visit impacts and canyon management in the Blue Mountains, Australia: Canyoners' perspectives and wilderness management. *Managing Leisure*, 15(4), 264-278. doi: 10.1080/13606719.2010.508667
- Haynes, S. N., Richard, D. C. S., & Kubany, E. S. (1995). "Content validity in psychological assessment: A functional approach to concepts and methods". *Psychological Assessment*, 7, 238-247.
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- ICN. (2001). Turismo de Natureza: Enquadramento Estratégico do Parque Natural das Serras de Aires e Candeeiros, from <http://portal.icn.pt/ICNPortal>
- ICN. (2004). *A, b, c das áreas protegidas – parques, reservas, paisagens protegidas e monumentos naturais de Portugal continental*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- IUCN. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planning and Management*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: World Tourism Organization.
- Jackson, E., & Wong, R. (1982). Perceived Conflict Between Urban Cross-Country Skiers and Snowmobilers in Alberta. *Journal of Leisure Research*, 14(2), 47-62.
- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.

- Kent, K., Sinclair, A., & Diduck, A. (2012). Stakeholder engagement in sustainable adventure tourism development in the Nanda Devi Biosphere Reserve, India. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 19(1), 89-100.
- Khadka, D., & Nepal, S. (2010). Local Responses to Participatory Conservation in Annapurna Conservation Area, Nepal. *Environmental Management*, 45, 351-362. doi: 10.1007/s00267-009-9405-6
- Knopp, T., & Tyger, J. (1973). A Study of Conflict in Recreational Land Use: Snowmobiling vs. Ski-Touring. *Journal of Leisure Research*, 5(3), 6-17.
- Ladkin, A., & Bertramini, A. (2002). Collaborative Tourism Planning: A Case Study of Cusco, Peru. *Current Issues in Tourism*.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Manning, R., Lawson, S., Newman, P., Budruk, M., Valliere, W., Laven, D., & Bacon, J. (2004). Visitor perceptions of recreation-related resource impacts. In R. Buckley (Ed.), *Environmental impacts of ecotourism* (pp. 259-271). Wallingford, UK: CABI Publishing.
- Marcouiller, D., Scott, I., & Prey, J. (2008). Outdoor recreation planning: a comprehensive approach to understanding use interaction. *CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources* 3(090), 12. doi: 10.1079/PAVSNNR20083090
- Marion, L., & Reid, S. (2007). Minimising visitor impacts to protected areas: the efficacy of low impact education programmes. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(1), 5-27.
- Medeiros de Araujo, L., & Bramwell, B. (1999). Stakeholder Assessment and Collaborative Tourism Planning: The Case of Brazil's Costa Dourada Project. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 356-378. doi: 0966-9582/99/03 0356-23
- Mitchell, R., & Reid, D. (2001). Community Integration: Island Tourism in Peru. *Annals of Tourism Research*, 28(1), 113-139.
- Moreira, J. M. (2004). *Questionários Teoria e Prática*. Coimbra: Almedina.
- Nault, S., & Stapleton, P. (2011). The community participation process in ecotourism development: a case study of the community of Sogoog, Bayan- Ulgii, Mongolia. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(6), 695-712.
- Park, L., Manning, R., Marion, L., Lawson, S., & Jacobi, C. (2008). Managing visitor impacts in parks: a multi-method study of the effectiveness of alternative management practices. *Journal of Park and Recreation Administration*, 26(1), 97-121.
- Patti, S. (2013). Sustainability and Support for the Ecotourism within Etna Park Area. *American Journal of Tourism Research* 2(1), 124-129.
- Pimbert, M., & Pretty, J. (1995). Parks, People and Professionals: Putting 'Participation' into Protected Area Management (pp. 65). Geneva: United Nations Research Institute for Social Development
- Pröbstl, U. (2010). *Natura 2000: Outdoor Recreation and Tourism: A Guideline for the application of the habitats directive and the birds directive*. Germany: Natura 2000.
- Reis, A., & Higham, J. E. (2009). Recreation conflict and sport hunting: moving beyond goal interference towards social sustainability. *Journal of Sport and Tourism*, 14(2-3), 83-107. doi: 10.1080/14775080902965025
- Rosa, P. (2011). *Desporto de Natureza em Espaços Naturais: Contributo para o Ordenamento em Áreas Protegidas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior.
- Rosa, P., Almeida, M., & Carvalhinho, L. (2013). The importance of data triangulation in nature-based sport management in protected areas: The study of the Natural Parks of Serras de Aire e Candeeiros. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, 4(3), 147-180.
- Selin, S., & Chavez, D. (1995). Developing a Collaborative Model for Environmental Planning and Management. *Environmental Management*, 19(2), 189-195.
- Selin, S., & Myers, N. (1998). Tourism marketing alliances: Member satisfaction and effectiveness attributes. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 7(3), 79-94.
- Stem, C., Lassoie, J., Lee, D., Deshler, D., & Schelhas, J. (2003). Community Participation in Ecotourism Benefits: The Link to Conservation Practices and Perspectives. *Society and Natural Resources*, 16, 387-413.
- Takahashi, L. Y., & Milano, M. S. (2004, February, 4-6). *Visitors' Characteristics, Preferences and Perception of the Impacts of Public Use at Salto Morato Natural Reserve*. Paper presented at the Proceedings of the Fourth Social Aspects and Recreation Research Symposium, San Francisco, California.

- Timothy, D. (1999). Participatory Planning: A View of Planning in Indonesia. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 371-391.
- Turismo de Portugal, I. P. (2013). Agentes de Animação Turística 2012. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Vaske, J., Needham, M., & Cline Jr., R. (2007). Clarifying Interpersonal and Social Values Conflict among Recreationists. *Journal of Leisure Research*, 39(1), 182-195.
- Vitterso, J., Chipeniuk, R., Skär, M., & Vistad, O. (2004). Recreational Conflict Is Affective: The Case of Cross-Country Skiers and Snowmobiles. *Leisure Sciences*, 26(3), 227-243.
- Watson, A. (2001, 2000 June 1-3). *Goal Interference and Social Value Differences: Understanding Wilderness Conflicts and Implications for Managing Social Density*. Paper presented at the Visitor use density and wilderness experience: proceedings, Missoula, MT.
- Yodsuwan, C., & Butcher, K. (2012). Determinants of Tourism Collaboration Member Satisfaction in Thailand. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 17(1), 63-80.

Capítulo 12. Triangulação da fase *micro*

1. Introdução

Os resultados dos vários capítulos desenvolvidos ao longo da fase *micro* permitiram a obtenção de temas analíticos (TA) de 1º e 2º grau, que representaram a resposta parcial aos objetivos específicos determinados. Neste momento, procedemos ao processo de triangulação desses mesmos TA, e incluímos ainda os TA obtidos no capítulo 6 (fase meso), por responderem parcialmente a alguns dos objetivos desta fase.

A triangulação agora apresentada é primeiramente desenvolvida numa perspectiva confirmatória (entre TA de objetivos coocorrentes). Este primeiro passo originou temas inferenciais dentro de cada objetivo que, através da execução gráfica, foram novamente triangulados numa perspectiva inferencial ou explicativa, permitindo a obtenção de conclusões finais.

De seguida, apresentam-se os objetivos que caracterizaram esta fase *micro*

Obj.Esp.4: Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

Obj.Esp.5 : Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Obj.Esp.6 : Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

Obj.Esp.7: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

Obj.Esp.8: Compreender a posição dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo;

Apresentam-se igualmente, na figura 60 a relação entre os diferentes capítulos e a coocorrência de objetivos. Voltamos a salientar a presença do capítulo 6 (C).

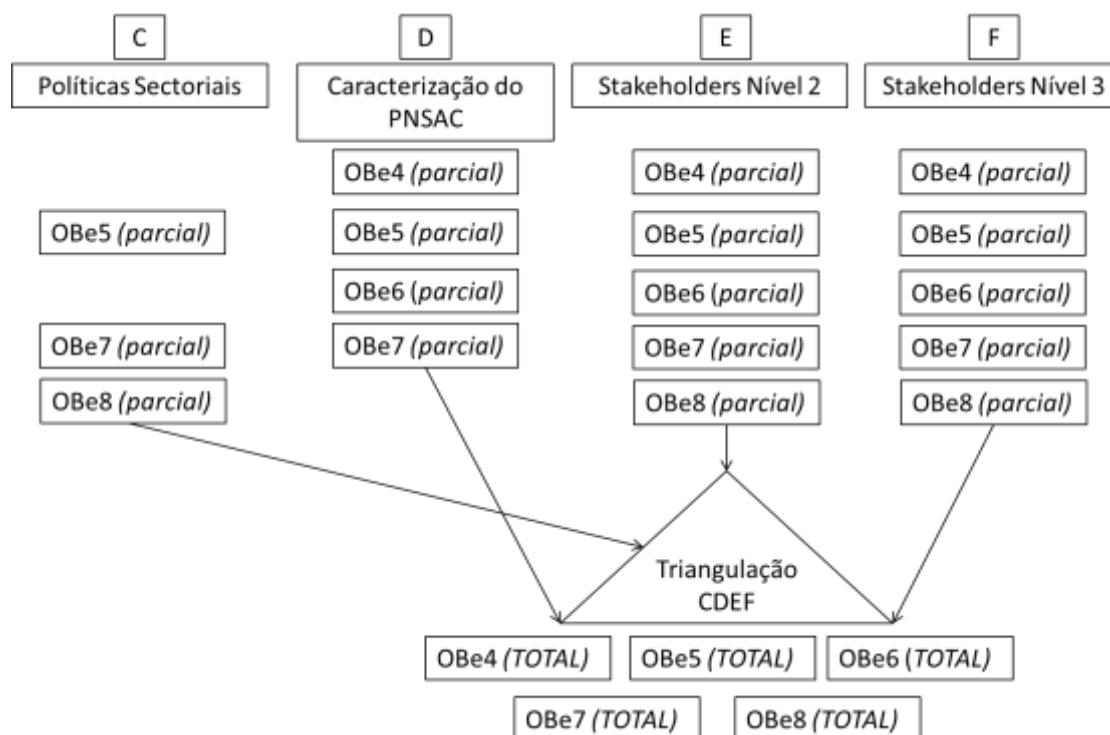


Figura 60. Coocorrência de objetivos na fase *micro*: triangulação [CDEF]

Na figura podemos observar de forma resumida e articulada os três capítulos desenvolvidos nesta parte, identificados por letras (D,E.,F), em acordo com o modelo de análise definido na parte I. e complementados com o capítulo 6 (letra C). Posteriormente, os processos de triangulação confirmatória e inferencial são realizados independentemente por objetivo.

2. Processo de triangulação e conclusões

Para cada objetivo o processo divide-se em duas fases. Numa primeira fase, procedemos ao cruzamento dos diferentes TA resultantes da conclusão parcial de cada objetivo entre capítulos, com o auxílio do *software* ORA-NetScenes (versão 3.0.9.3). Esta triangulação dá origem a temas inferenciais (TI) que permitem a triangulação numa perspetiva inferencial, através da visualização gráfica de figuras elaboradas com o auxílio do *Software* SmardDraw 2013. No final desta segunda fase é enunciado e respondido o objetivo específico a que diz respeito.

Como referido, a triangulação foi primeiramente realizada intraobjetivo (confirmatória), através dos TA de 1º ou 2º grau que foram codificados na apresentação das conclusões de cada um dos capítulos em estudo. Apresentamos no quadro 58, e em termos quantitativos, a quantidade de TA criados de acordo com o objetivo e capítulo.

Quadro 58. Temas analíticos utilizados na triangulação confirmatória

Objetivo	Código p/capítulo	Nº de TA
Obj. Específico 4	[D_O4]	8
	[E_O4]*	7
	[F_O4]*	5
Obj. Específico 5	[C_O5]	9
	[D_O5]	5
	[E_O5]*	19
	[F_O5]*	10
Obj. Específico 6	[D_O6]	4
	[E_O6]*	8
	[F_O6]*	3
Obj. Específico 7	[C_O7]	11
	[D_O7]	10
	[E_O7]*	16
	[F_O7]*	27
Obj. Específico 8	[C_O8]	3
	[E_O8]*	14
	[F_O8]*	15
TOTAL de TA		174

*TA de 2º grau

Estes TA foram expostos numa matriz de dupla entrada através do *software Microsoft Excel* e posteriormente processados no software ORA-NetScenes. Com base numa leitura atenta às várias conclusões obtidas, e sempre que necessário com recurso à discussão dos resultados, foram criadas nesta matriz ligações entre TA. Estas representam elementos de confirmação ou reforço²³ entre temas.

Seguidamente, e para cada objetivo, organizamos a exposição dos resultados da seguinte forma: Triangulação confirmatória (apresentação dos resultados) procedida da Triangulação inferencial (Discussão).

²³ Utiliza-se a expressão “reforço” no sentido em que, nalguns casos, a conclusão não é exatamente a mesma semanticamente, mas direciona-se no sentido da confirmação.

2.1. Triangulação confirmatória: Objetivo específico 4

A figura seguinte (figura 61) reflete o resultado da matriz de ligação entre os diferentes TA.

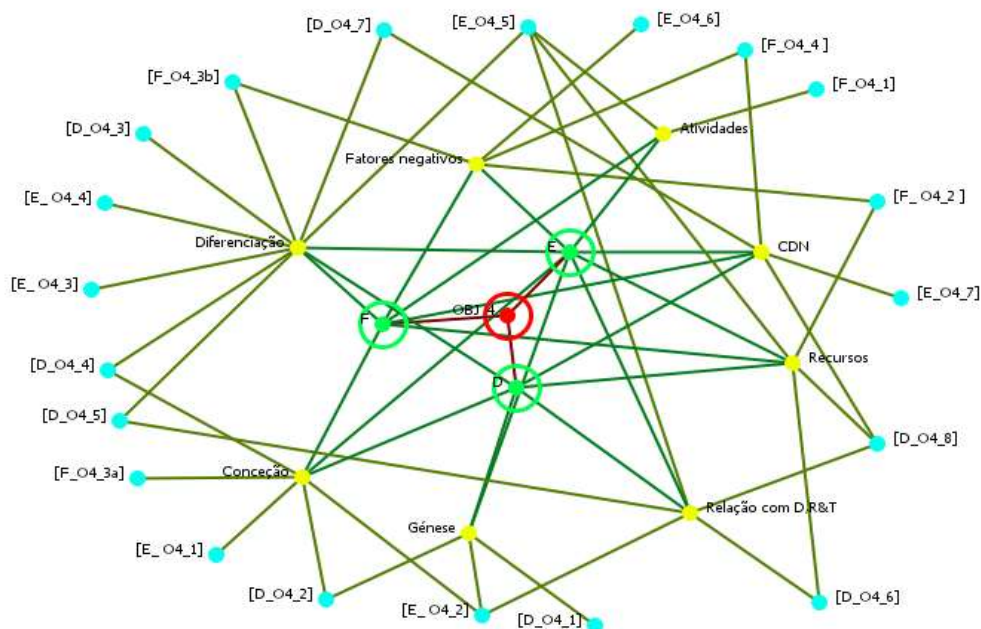


Figura 61. Triangulação confirmatória: OE.4

Na figura, pode observar-se o objetivo 4 ao centro (vermelho), unido primeiramente com cada um dos capítulos (pontos verdes com anel em seu torno). Posteriormente, estes ligam-se a cada um dos TI originados (pontos amarelos) pelas ligações com os diferentes TA criados ao longo dos três capítulos (pontos azuis).

Com base na análise dos TA de 1º e 2º grau, e em acordo com os sistemas de categorias e variáveis referidos ao longo dos vários capítulos, estabelecemos os seguintes TI associados à caracterização do PNSAC: **Génese**; **Conceção**; **Fatores diferenciadores**; **Relação com D,R&T**; **Recursos**; **Atividades**; **CDN**. Seguidamente apresentamos os resultados para um destes.

Génese: O PNSAC é uma das AP mais antigas em Portugal (1979), caracterizada pela relação que estabeleceu com as autarquias locais, impulsionadoras da sua criação, envolvidas na gestão de alguns recursos turísticos, e três destas (Porto de Mós, Alcanena, Rio Maior) com estratégias mais evidentes de desenvolvimento municipal que coadunam, em parte, com o subsector das atividades desportivas, recreativas e turísticas (D,R&T). Caracteriza-se por ser uma área socialmente ativa e, mesmo qualificada pela sua forte ruralidade, é sujeita ao desenvolvimento socioeconómico através

das alterações demográficas e económicas verificadas ao longo do tempo. Com maior população na sua periferia, tem vindo a observar um abandono das economias de subsistência em prol da proliferação de grandes economias (e.g. indústria da pedra, curtumes, pecuárias).

Conceção: A documentação relacionada com o PNSAC acrescenta à génese anterior a peculiaridade da vida das populações serranas, que, dada a escassez de água à superfície, foram obrigadas a criar métodos de vida muito particulares, traduzidos no seu património construído e nas suas tradições. Além disto, destaca-se a valorização da grande diversidade ambiental em termos de fauna e flora, assim como a unicidade paisagística resultante do fenómeno cársico. A figura 62 representa (por ordem de importância mediante os resultados obtidos) a forma como se concebe o PNSAC em cada uma das fontes de dados.



Figura 62. Conceção do PNSAC

A triangulação das diferentes concepções permitiu olhar para o PNSAC sob uma perspetiva mais unitária. Antes de mais, o território é visto como rico e sensível em termos ambientais, cujo estatuto de proteção é reconhecido e merecido. É um espaço de grande riqueza cultural e histórica, quer pela sua ruralidade intensa, quer pelo modo de vida peculiar das suas populações que, pelos constrangimentos anteriormente referidos, criaram um património cultural e construído muito particular. É um espaço adequado para a educação de crianças e jovens, em parte através do D,R&T.

Por isso, é também concebido como um espaço com potencial recreativo, turístico e um palco de prática desportiva. Enquanto espaço natural, tem a potencialidade de conduzir o indivíduo a momentos de introspeção e reflexão pessoal ou grupal.

Fatores diferenciadores: Os fatores que diferenciam o PNSAC das restantes AP portuguesas estão parcialmente em consonância com a forma como é concebido pelos indivíduos em estudo. A figura seguinte (figura 63), semelhante à anterior, reflete os resultados.



Figura 63. Fatores diferenciadores do PNSAC

A geomorfologia é indubitavelmente o principal fator de diferenciação do PNSAC. Posteriormente distingue-se pelo seu património natural com espécies de fauna e flora únicas no país, a par com o seu património cultural e histórico. O PNSAC tem algumas vantagens em termos de localização, pela qualidade dos acessos (estradas) e proximidade com centros urbanos e rotas turísticas de relevo (e.g. Fátima). Aquilo que menos o diferencia, mas que é igualmente fator de concordância, são as suas apetências para o DN e o pioneirismo na criação da CDN.

Relação com D,R&T: O PNSAC conta com um histórico profícuo na sua relação com a visitação e este aspeto traduz a envolvência desta AP com este fenómeno. Consequentemente possui recursos infraestruturais, naturais e sociais que potenciam e lhe dão apetência para o fenómeno do D,R&T. O

facto de possuir uma CDN (e derivada desta a existência de espaços de prática pré-definidos) revela-se um fator positivo.

O PNSAC caracteriza-se ainda pelo envolvimento municipal e existência de pelo menos três autarquias com estratégias de desenvolvimento do D,R&T, assentes no usufruto deste território. Por isso, esta é uma AP que tem uma relação estreita com o D,R&T e o potencial para o seu desenvolvimento.

Recursos: Face aos recursos, apresentamos a figura 64 que congrega os resultados obtidos nos três capítulos.



Figura 64. Recursos do PNSAC

Os principais recursos no PNSAC potenciadores do D,R&T são a existência de espaços de prática desportiva, em especial a existência de grutas, redes de percursos pedestres (PP's) e paredes de escalada. Posteriormente, outros recursos se estabelecem, ressaltando-se de novo os naturais (e.g. fauna, flora, paisagem) e os culturais.

Por fim, a existência de alojamento, polos de animação e infraestruturas de apoio são essenciais para o desenvolvimento de programas de visitação mais completos. No entanto, permanece a dúvida quanto à sua suficiência e resultados mais detalhados deverão ser futuramente obtidos.

Estes resultados remetem para uma consideração mais ampla daquilo que pode e deve ser o fenómeno desportivo associado   recreação e ao turismo. Isto significa que os recursos naturais e culturais são elementos significantes na elaboração de programas de índole comercial ou

associativa, e que o Desporto de Natureza (DN) não tem de acontecer por si só ou apenas com o intuito desportivo, mas sim como forma de conhecimento do meio e da cultura.

Atividades: As atividades promovidas pelos *stakeholders* do PNSAC são maioritariamente realizadas dentro dos seus limites territoriais e de forma constante durante o ano. O DN e a difusão do património são as atividades com maior expressão no grupo consultado. Isto leva a crer que os recursos existentes (triangulação com recursos) e a apetência e envolvimento desta AP com o fenómeno (triangulação com relação com D,R&T) deverão corresponder, em parte, às necessidades evidenciadas pelos *stakeholders*. A animação ambiental (que não inclui desporto) é a atividade com menor expressão. Este resultado revela contrariedade face à conceção do PNSAC estabelecida pelos *stakeholders* N1 (triangulação com conceção).

CDN: O PNSAC foi a primeira AP do país a publicar a CDN. Esta permite reconhecer as aptidões desta AP para a prática, e é considerada uma mais-valia pela generalidade dos *stakeholders*. Todavia é um instrumento cujas características específicas revelam algum desconhecimento, e é sujeito a críticas que evidenciam necessidades de melhoria.

2.1.1. Triangulação inferencial: Objetivo específico 4

A discussão agora apresentada partiu de um processo de triangulação inferencial entre os diversos TI criados anteriormente, e visou a resposta total ao objetivo determinado. Na figura 65 refletimos a correlação dos vários elementos agora apresentados²⁴.

²⁴ A base estrutural que origina a figura foi utilizada pela sua adequação geométrica e não respeita os princípios teóricos dos autores. A figura advém da metodologia *Performance Prism*, criado pelo *Centre for Business Performance* da Universidade de Cranfield (Reino Unido) (Neely, Adams, & Kennerley, 2002)

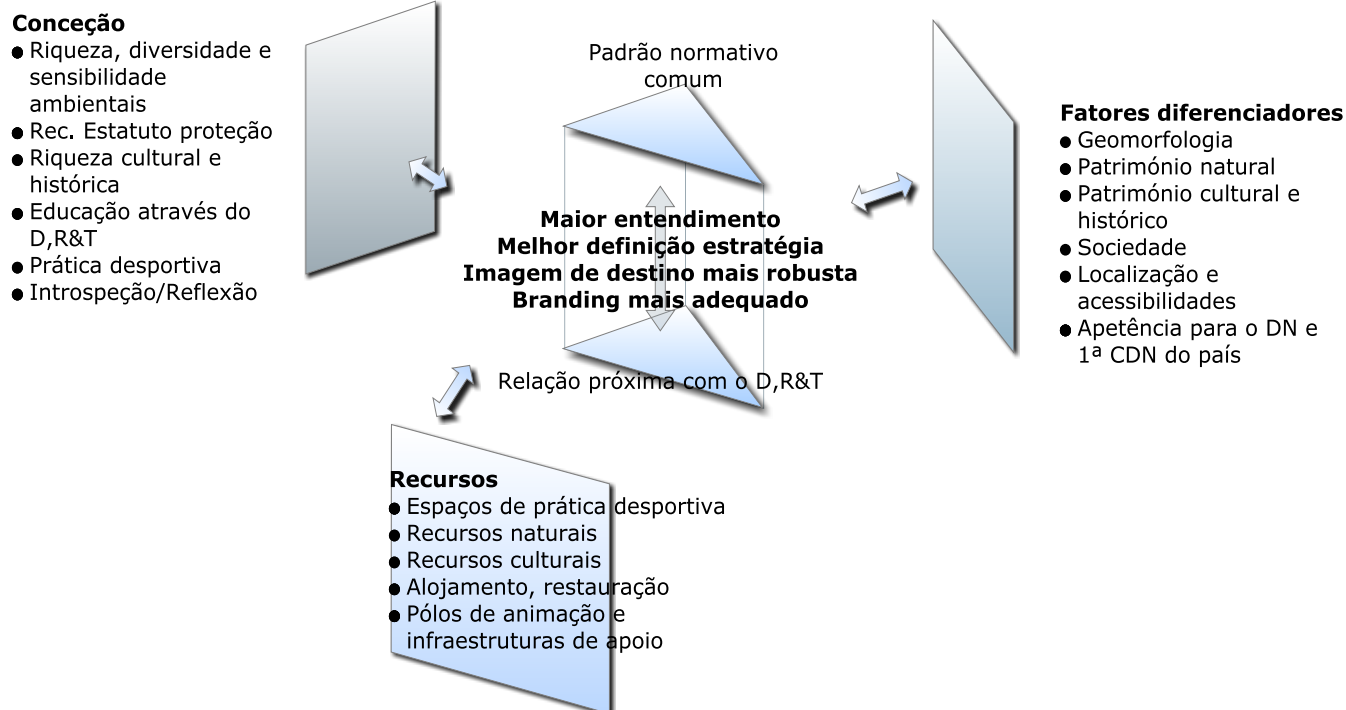


Figura 65. Triangulação Inferencial:OE4

O cruzamento entre os diferentes elementos caracterizadores do PNSAC faz surgir um elemento fulcral: **a formação de uma identidade**, aspeto fundamental na definição de um posicionamento e imagem do PNSAC enquanto espaço de visitação. O que dá origem a este prisma são as faces que representam os temas evidenciados no ponto anterior, e que revelam aquilo que de mais semelhante existe entre os grupos inquiridos. Neste campo, podemos ainda observar que as três laterais do prisma se complementam e revelam uma tendência lógica. Por exemplo, os indivíduos concebem o PNSAC como um espaço de elevada riqueza e diversidade ambiental, consideram a geomorfologia e os recursos naturais como diferenciadores e, simultaneamente, olham-nos como recursos potenciadores da visita o e frui o do espaço.

É fundamental a compreensão de que a imagem de um determinado destino se constitui como uma impressão que resulta de uma avalia o afetiva e cognitiva individual (Hosany, Ekinci, & Uysal, 2007). Consequentemente, o processo de *branding* deve incluir estas componentes cognitivas e afetivas (Qua, Kimb, & Im, 2011). Resultados recentes dos autores anteriores revelam que a imagem cognitiva (e.g. crenças e conhecimento dos atributos do destino)   o principal influenciador na formula o de uma imagem geral do destino.

Neste sentido, o prisma central da figura representa a eficácia. Esta (a negrito) resulta de dois fatores fundamentais situados nos extremos inferior e superior do prisma, ou seja, um padrão

normativo comum (que resulta da congruência das faces do prisma) no sentido em que estas instituições olham de forma semelhante para o PNSAC (respondendo à teoria de Gray, 2004 e Donaldson e Preston, 1995) e, ao mesmo tempo, no extremo inferior, uma relação profícua entre esta AP e o fenómeno em estudo.

Os nossos resultados surgem em acordo com a posição de Nistoreanu, Dorobantu e Tuclea (2011), no sentido em que é por estes defendido que a consonância entre os elementos de uma comunidade é um fator fundamental para serem obtidos mais benefícios face ao uso sustentável dos recursos naturais e culturais. Para isso devem ser identificados os principais fatores/atrações culturais, históricas ou outras, que são importantes para o desenvolvimento sustentável do turismo.

2.2. Triangulação confirmatória: Objetivo específico 5

A figura seguinte reflete o resultado da matriz de ligação entre os diferentes TA (figura 66).

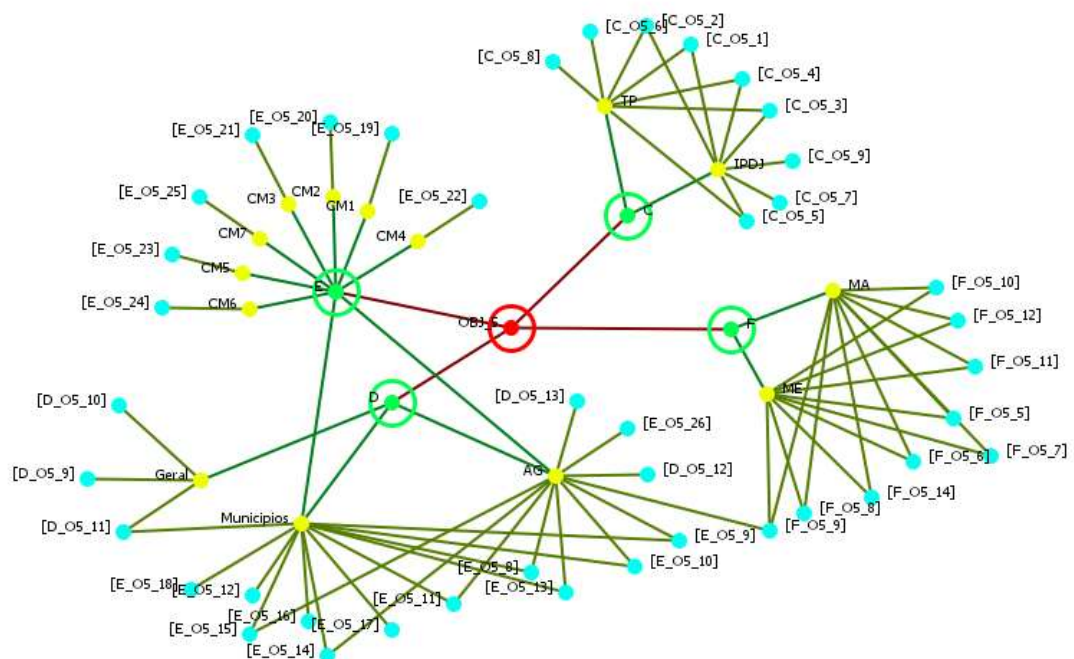


Figura 66. Triangulação confirmatória: OE5

À semelhança da imagem relativa ao objetivo anterior, o ponto central (vermelho) representa o objetivo, por sua vez ligado com os pontos verdes com anel em torno que representam cada um dos capítulos. Chamamos a atenção para a existência de mais um capítulo (cap.6), visto que respondia parcialmente a este objetivo. A partir das ligações, foi-nos possível traçar um perfil grupal (por tipologia) e individual:

Stakeholders N3: Os dois institutos públicos inquiridos revelam opiniões convergentes, sejam elas semelhantes ou complementares, mas nunca completamente opostas. Revelam respeito pela natureza, no sentido em que a consideram o elemento primordial em jogo, cuja sustentabilidade não deve ser afetada pelo desenvolvimento das suas missões. Reconhecem o potencial socioeconómico que pode advir do desenvolvimento do D,R&T nas AP portuguesas.

Reconhecem a pouca articulação entre institutos no passado e revelam vontade de melhoria da comunicação no futuro. Estão igualmente disponíveis para se envolver em conjunto, em prol do desenvolvimento. Respeitam o trabalho desenvolvido pelo ICNF e reconhecem algumas das dificuldades deste instituto.

IPDJ: Vê as AP como locais de excelência para o cumprimento da missão desportiva. Está e esteve aparentemente mais ausente da evolução do subsetor e acusa um desconhecimento mais aprofundado desta realidade. Revela ainda interesse no envolvimento e na melhoria da comunicação entre setores.

TP: Vê as AP como locais de excelência para o cumprimento da missão turística; olha para o IPDJ como um “representante do desporto competitivo”, uma visão incompleta da missão deste instituto;

Stakeholders N2: Este grupo, constituído pelas sete autarquias abrangidas pelo território do PNSAC e pela AG, revelam, positivamente, um vasto conjunto de características comuns. Revelam níveis de concordância na maior parte dos domínios em estudo. Atribuem importância ao D,R&T no PNSAC, à pertinência de uma gestão específica para este subsetor e revelam interesse de maior investimento no futuro. A perceção de benefícios resultantes do desenvolvimento do D,R&T tem uma tendência económica, social e ambiental (por esta ordem). São extremamente valorizadores da participação ativa de *stakeholders*, são inclusivos e reconhecem mais-valias próprias que podem ser úteis para o desenvolvimento de um processo de gestão. Tendem para a defesa de medidas de gestão baseadas na sensibilização e melhoria da comunicação. São positivos no sentido em que creem mais nos benefícios do que nas barreiras resultantes da implementação de um novo projeto, mas não esquecem a importância de serem definidas regras.

AG: Possui um histórico profícuo na relação com a visitação em geral e D,R&T em particular. Tende a reconhecer mais problemáticas ambientais do que sociais e tende a responsabilizar a sociedade civil pelo desenvolvimento futuro do D,R&T. Isto significa que revela vontade de se envolver num PGP, mas como parceira e não como responsável. Ao mesmo tempo, revela humildade e reconhece erros/fragilidades do passado e as dificuldades atuais em gerir o PNSAC (em especial o D,R&T).

CM²⁵: Estão historicamente envolvidas com a gestão da AP, embora apenas metade destas revele um conhecimento mais aprofundado do subsector e do próprio PNSAC. Em menor número são aquelas que evidenciam ações concretas nesta AP. Revelam traços de consciência ecológica e tendem a reconhecer melhor as problemáticas sociais do que ambientais. Reconhecem a importância e valorizam a existência de uma visão estratégica para o desenvolvimento do PNSAC. São bastante críticos face ao estado da gestão do D,R&T no PNSAC, mas ao mesmo tempo construtivos, evidenciando soluções e medidas para a melhoria. As suas opiniões dividem-se no que diz respeito à responsabilização pelo desenvolvimento do D,R&T no PNSAC (Estado ou sociedade civil). Evidenciam algumas possibilidades de conflito com a AG , nomeadamente Porto de Mós e Alcanena.

Stakeholders N1: São representados pelo Movimento Associativo (MA) e Movimento Empresarial (ME) e não se distinguem na maior parte das opiniões. No grupo de inquiridos, a maioria tem formação superior, embora em áreas não diretamente relacionadas com o turismo ou o desporto. Apresentam disparidade de idades institucionais.

Revelam traços de consciência ecológica e tendem ainda a reconhecer mais problemas de foro ambiental que social. Valorizam a educação dos jovens e das crianças através da fruição do espaço protegido.

Atribuem importância ao D,R&T no PNSAC e tendem a reconhecer os benefícios resultantes do desenvolvimento deste subsector pela seguinte ordem: económicos, sociais e ambientais. São críticos face à gestão do subsector, mas concordam com a introdução de medidas com vista à sua melhoria, sobretudo de carácter indireto. Valorizam mais a comunicação, como uma necessidade de melhoria para o futuro, do que o próprio investimento em novas infraestruturas.

Revelam vontade de participar num PGP, mas menos disponibilidade. São otimistas no sentido em que creem mais nos benefícios do que nas barreiras resultantes da implementação de um novo projeto, mas sugerem condições e regras. São inclusivos no que diz respeito à legitimidade para participar. Tendem a desresponsabilizar a sociedade civil da iniciação de um PGP, atribuindo essa missão ao estado. Evidenciam algumas possibilidades de conflito com a AG.

Mesmo revelando mais-valia próprias, úteis para o PGP, sugerem a falta de conhecimento específico que possa ser útil, reconhecendo neste caso a própria educação como um elemento beneficiador resultante do processo.

²⁵ As características específicas de cada CM foram enunciadas nas conclusões do capítulo 10, nomeadamente nos códigos [E_O5_19] a [E_O5_25]

MA: Sugere ser mais atento e conhecedor dos problemas das populações; revela alguns indícios de conflito com ME.

ME: Sugere ser mais adepto de medidas diretas com caráter regulador.

2.2.1. Triangulação inferencial: Objetivo específico 5

O processo de triangulação inferencial, entre os diversos temas criados anteriores, visou a resposta total ao objetivo determinado (figura 67).

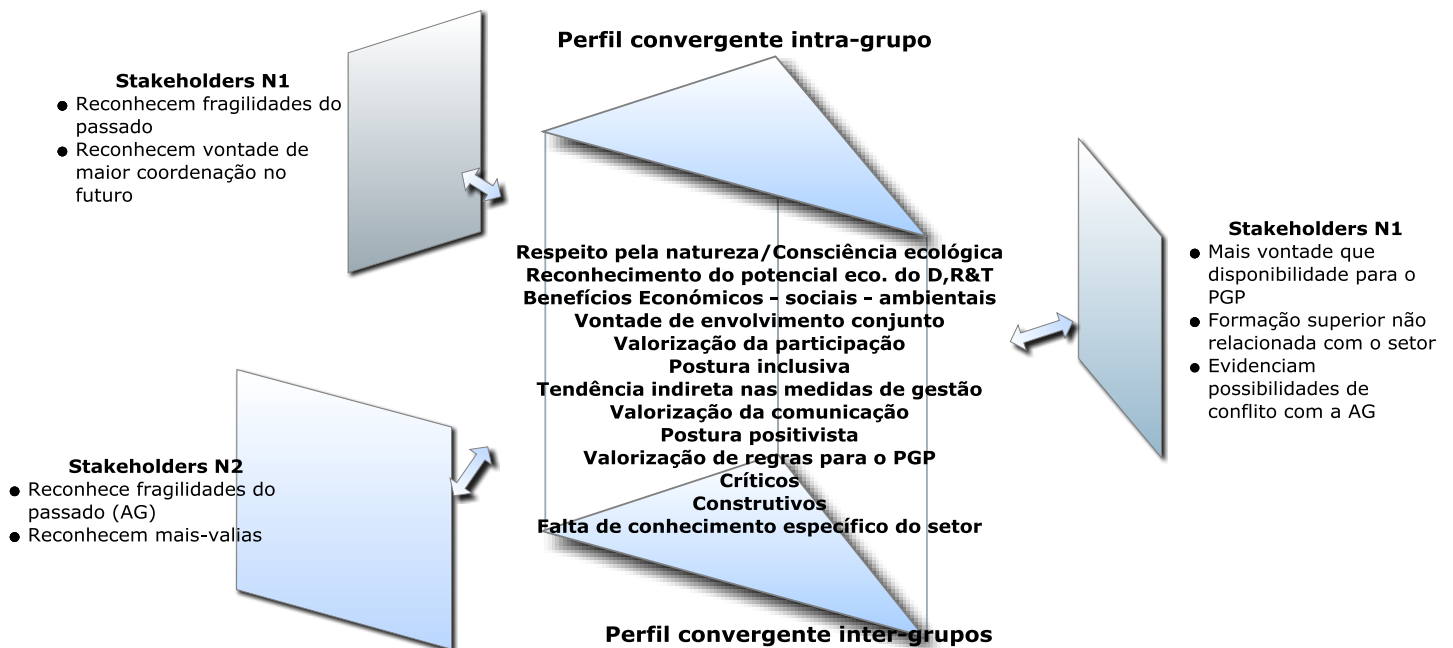


Figura 67. Triangulação Inferencial: OE5

Uma parte crítica e complexa da implementação de um planeamento colaborativo é a identificação de *stakeholders* (Ladkin & Bertramini, 2002; Roberts & Simpson, 1999). De acordo com Reed (1997), em destinos turísticos mais emergentes e onde os interesses não estão coletivamente organizados, a identificação de *stakeholders* legítimos pode ser difícil. Complementarmente, Gray (2004) critica a ênfase que é dada aos aspetos processuais da participação, em detrimento de uma componente mais pessoal ou moral.

Por isso mesmo, a figura representa a nossa tentativa de valorizar o perfil dos *stakeholders* em estudo, tendo em conta que um conhecimento prévio das suas características é, não só um elemento essencial, como pode ser um facilitador do próprio processo.

As duas primeiras evidências são representadas nos extremos superior e inferior do prisma e representam os perfis convergentes intra e inter grupos de *stakeholders*. No centro do prisma são

representados os aspetos em comum. Isto representa a similitude e complementaridade de perspetivas e opiniões observadas ao longo da análise dos vários capítulos. Como já referido por várias vezes, uma visão comum, a concordância no reconhecimento de benefícios, o acordo em aspetos muito específicos do perfil (e.g. postura inclusiva; construtivos), são elementos de elevada importância para o sucesso de um PGP (Jamal & Getz, 1995; Ladkin & Bertramini, 2002).

É por isso que o prisma central representa mais uma vez a efetividade ou, por outras palavras, “potencial para a efetividade”, e origina resultados muito positivos que vêm atenuar problemáticas identificadas no panorama investigativo geral. O primeiro que se apresenta (consciência ecológica) é, de acordo com Gray (2004), um dos aspetos normativos de maior importância quando determinado processo se desenrola no meio natural. A perceção comum de benefícios pela mesma ordem (terceiro aspeto a negrito) revela que existe algum conhecimento sobre a própria indústria da visitação, e contraria a problemática formulada por Simmons (1994, cit. in Tosun, 2000) ou Timothy (1999). A própria valorização da participação (quinto aspeto a negrito) parece contrariar problemas relacionados com a falta de entusiasmo público a que muitas vezes se assiste no desenrolar destes processos (Stringer et al., 2006).

Esta transferibilidade de características entre os diferentes níveis de *stakeholders* traduz-se ainda num aspeto interessante, que remete para o último aspeto em comum (falta de conhecimento específico). Embora com algumas exceções, os inquiridos revelaram alguma falta de conhecimento sobre aspetos mais específicos do D,R&T. Ao nível dos inquiridos de N3, foi salientada a carência de conhecimentos específicos úteis para o PGP e, simultaneamente, uma perceção das vantagens direcionadas para fatores de aprendizagem e de conhecimento mútuo. Este fator vem revelar a pertinência da formação enquanto elemento constituinte deste processo, não só fundada nas bases da aprendizagem social, aspeto caracterizador da participação (Arnaboldi & Spiller, 2011; Bouwen & Taillieu, 2004), mas também da formação numa perspetiva formal, que inclua não só os *stakeholders* de N3, mas até elementos constituintes dos municípios. Stringer et al. (2006), por exemplo, com base num série de estudos de caso que envolviam participação ativa, vêm ressaltar a necessidade de se enfatizar o processo de aprendizagem para todos os participantes e que, em alguns casos, esta necessidade não foi verificada no início do processo, obrigando a adaptações a meio dos trabalhos. Os nossos resultados são neste campo bastante positivos, no sentido em que permitem reconhecer, *a priori*, a eventual necessidade de programar uma série de momentos de carácter formativo e em temas específicos que seriam determinados no início das conversações.

Por fim, salientamos os lados do prisma. São estas faces (representantes de cada um dos níveis) que o constituem. Nestas encontramos ainda características que não entram no prisma, por não serem

concorrentes nos três grupos, representando aspectos mais específicos de cada um. Nos *stakeholders* de N1, salientamos o reconhecimento de algumas fragilidades do passado, traduzidas na falta de coordenação, aspecto este que se coaduna com a realidade do discurso da AG (no N2). Ainda o reconhecimento de mais-valias (competências) (N2) e algumas possibilidades de conflito entre *stakeholders* de N1 e a AG (aspecto que será evidenciado em discussão posterior) são aqui ressaltados.

Permanece ainda o único tema alvo de elevada discordância: A origem de uma nova estrutura de gestão, cuja discussão será posteriormente abordada.

2.3. Triangulação confirmatória: Objetivo específico 6

Em conformidade com os objetivos anteriores, apresentamos a figura 68 que representa o processo de triangulação.

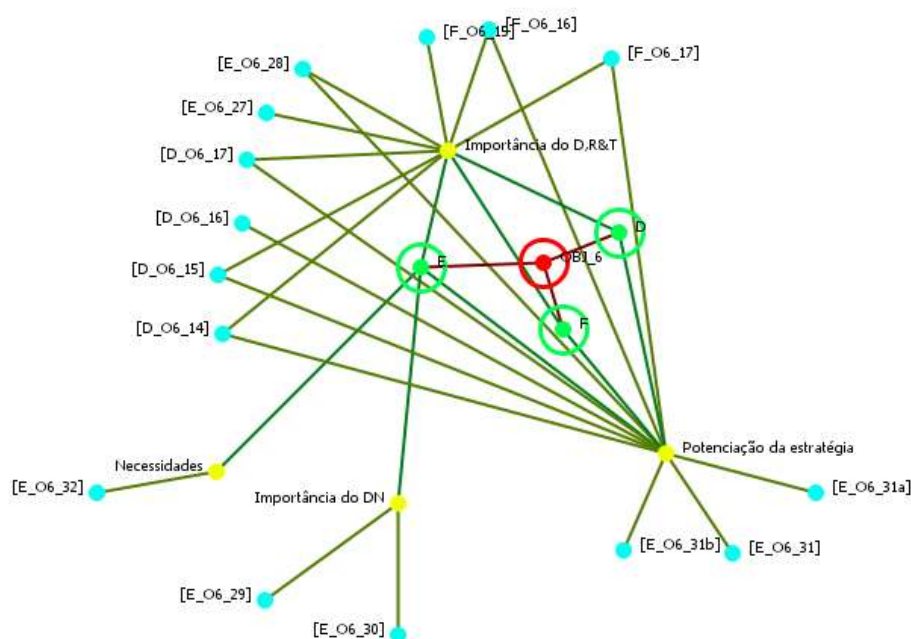


Figura 68. Triangulação confirmatória: OE6

A imagem volta a ser constituída pelos mesmos elementos anteriormente identificados (objetivo a vermelho, capítulos a verde, TI a amarelo e TA a azul). Da análise conjunta dos dados foi-nos permitida a criação de quatro TI que visam a compreensão deste objetivo, nomeadamente: **Importância do D,R&T**, **Importância do DN**, **Potenciação da estratégia** e **Necessidades**. São apresentados, seguidamente, os resultados para cada um destes.

Importância do D,R&T: O PNSAC revela desde cedo uma relação próxima com a visitação e fruição turística e recreativa do seu território, o que revela traços de uma ideologia muito própria dentro da

RNAP. A reforçar esta posição, encontramos elementos estatísticos compilados pelo ICNF, que demonstram níveis elevados de visitação (comparativamente à generalidade da RNAP), assim como elementos de revisão de literatura e resultados que evidenciam um grupo alargado de *stakeholders* e de atividades organizadas.

Do ponto de vista dos seus *stakeholders* (N2 e N3), o D,R&T é importante para o PNSAC. A acrescentar, temos de ter ainda em conta que o próprio território é visto por estes como um espaço adequado e com apetência para a visitação em geral e para o DN em particular. Existe uma perceção clara dos benefícios deste setor, primeiramente económicas e posteriormente sociais e ambientais. Os benefícios económicos associam-se fortemente à indústria turística. É ainda de salientar a possibilidade de os benefícios económicos serem canalizados para a própria conservação da natureza e investimento local.

Importância do DN: O DN é importante para o PNSAC, sendo uma das atividades com maior expressão no leque da oferta dos *stakeholders* em estudo. É considerado uma fonte de benefícios relacionados com a saúde e bem-estar, a fuga à rotina, a interação Homem-Natureza e com potencial para a educação ambiental. A publicação da CDN evidencia-se como uma mostra da pertinência destas atividades nesta AP.

As desvantagens destas atividades estão sobretudo relacionadas com a degradação dos recursos naturais, derivada de um uso desadequado dos espaços ou da massificação. Contudo, a perceção geral é a de que este efeito negativo não deriva das atividades em si, mas dos comportamentos dos seus praticantes.

Potenciação da estratégia: Uma série de elementos que se revelam potenciadores de uma estratégia de desenvolvimento são evidenciados nos resultados. Estes são revelados na figura 69.

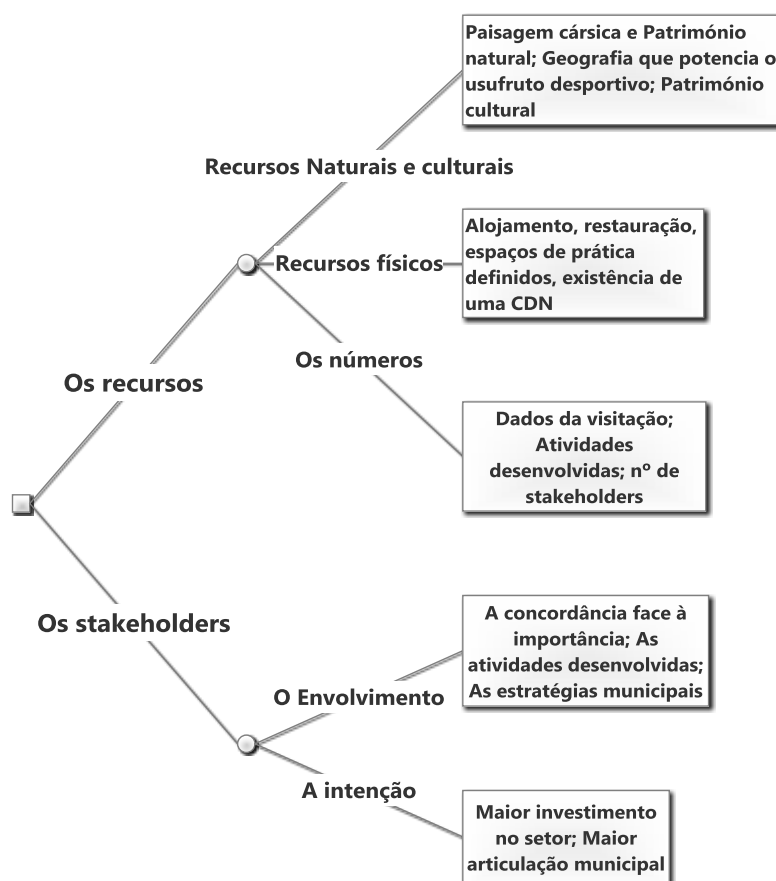


Figura 69. Fatores potenciadores da estratégia

De acordo com a figura, a evidenciada existência de recursos naturais e patrimoniais de relevo, a existência de recursos físicos (e.g. alojamento, restauração, pólos de animação), os dados estatísticos da visitaçāo nesta AP e a publicaçāo de uma CDN congratulam-se como elementos importantes para o potenciamento de uma estratégia de desenvolvimento (Os recursos).

Em segundo lugar, a relaçāo do PNSAC com o subsetor, o envolvimento dos municípios com a existência de estratégias de desenvolvimento que se coadunam com o subsetor em estudo, a concordância face à importância deste e dos seus benefícios, a conceçāo que dele é feita e que coloca estas atividades num patamar importante congratulam-se como elementos que revelam envolvimento com o D,R&T (Os *stakeholders* - O Envolvimento).

Por fim, em complemento a estes dois elementos anteriores, verificamos vontade por parte dos municípios e da própria AG num maior investimento futuro neste subsetor e do reconhecimento das novas tendências da sociedade e do mercado turístico (Os *stakeholders* – A intenção).

Este conjunto integrado revela, no nosso entender, aquilo a que denominamos inicialmente de “potenciaçāo da estratégia”, no sentido em que congratula de forma consonante, os recursos, um envolvimento atual e uma intençāo futura de investir no subsetor.

Necessidades: Por fim, são identificadas necessidades para que o desenvolvimento possa ocorrer. A necessidade de dados estatísticos mais concretos e explicativos da realidade, melhorias na comunicação entre a AG, os municípios e os restantes *stakeholders*, e a existência de um planeamento prévio de acordo com uma visão global e integrada, são os fatores mais evidenciados.

2.3.1 Discussão: Objetivo específico 6

Neste momento procedemos a um cruzamento dos dados, com vista à resolução do objetivo. A figura 70 revela este cruzamento.

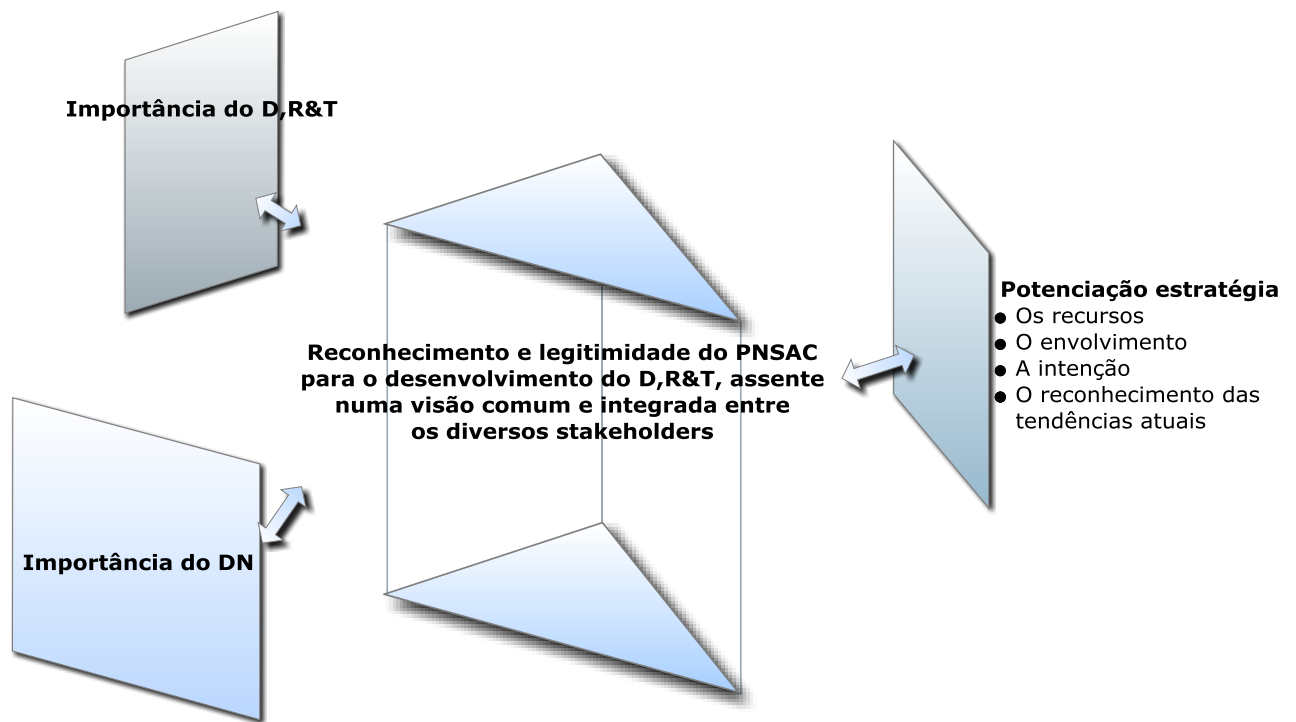


Figura 70. Triangulação Inferencial: OE6

Embora se reconheça a importância do turismo enquanto indústria global, Ladkin e Bertramini (2002), ressaltam a existência de muitas críticas a esta indústria pelos impactos negativos que podem ser gerados a nível económico, ambiental e sociocultural. Inclusive, surgem críticas a aproximações de gestão dos espaços recetores, desenvolvidas muitas vezes a curto prazo e sem uma direção estratégica definida. No outro lado do espetro, Khadka e Nepal (2010) revelam que a conservação da natureza, no que diz respeito à sua filosofia, políticas e aproximações de gestão, tem vindo a sofrer alterações profundas nas últimas décadas, estas tendentes para uma inclusão progressiva de fatores sociais.

De alguma forma, estas duas posições iniciais colocam frente a frente dois setores que não se pautaram historicamente pela harmonia, e o caso português estudado na segunda parte deste trabalho é reflexo disso. Referimo-nos ao desenvolvimento económico (neste caso através do turismo) e à conservação da natureza e dos recursos culturais. A verdade é que, de acordo com Folke (2006), as pessoas não podem ser separadas da natureza. Isto significa que uma nova forma de pensar deve ser incutida, onde a conservação deixa de ser oposta ao desenvolvimento e passa a ser fator de desenvolvimento.

Do nosso ponto de vista, a figura que se apresenta vem contrariar estas críticas gerais. Castellani (2010) desenvolveu um conjunto de indicadores cuja medição visava a avaliação do desenvolvimento sustentável. Destes fazia parte uma consulta a *stakeholders*, no sentido de serem verificadas visões/informações acerca da identificação dos principais fatores que poderiam levar a um desenvolvimento sustentável das áreas em estudo. Os nossos resultados revelam um entendimento face à importância deste subsector para o desenvolvimento do território e, para além de responderem aos critérios formulados por Castellani, respondem ainda a barreiras evidenciadas por Timothy (1999), referentes à falta de compreensão do próprio setor por parte dos *stakeholders* (contrariado pela associação verificada entre os benefícios económicos e a indústria turística), por Ladkin e Bertramini (2002) no que diz respeito à falta de consenso (contrariado pela consonância na perceção sobre a importância do D,R&T para o PNSAC e a vontade de maior investimento) e vão de encontro a fatores essenciais salientados por Selin e Chavez (1995) e Graci (2013), evidenciados pela noção conjunta e sintonizada dos benefícios aos três níveis e pela mesma ordem e uma perceção positiva dos impactos do desenvolvimento, fator que se defende encorajador de um desenvolvimento mais ativo (Patti, 2013). Também a perceção de benefícios económicos em primeiro lugar são um resultado comum (Kalamandeen & Gillson, 2007; Nault & Stapleton, 2011).

Neste sentido, os temas anteriores que representam a complementaridade de perspetivas unem-se mais uma vez e formam o prisma central, demonstrando e dando legitimidade ao D,R&T enquanto subsector importante para o desenvolvimento do PNSAC e dos territórios que nele se inserem (a negrito). Não esperamos nem defendemos, com estes resultados, que a indústria da visita se sobreponha a outras com elevada importância para o desenvolvimento socioeconómico local (e.g. Indústria de extração de inertes). Porém, novas perspetivas de desenvolvimento (encaminhadas no sentido da sustentabilidade) só farão sentido se se tornarem uma prioridade no conjunto (Nistoreanu et al., 2011).

Para além da consonância nas perspetivas, principalmente no que se refere à importância do D,R&T, verifica-se outro aspeto específico que poderá, no nosso entender, potenciar este desenvolvimento

estratégico. Este está relacionado com a posição dos inquiridos face ao encaminhamento dos recursos financeiros, gerados pela visitação, para aplicação em projetos de conservação e recuperação local. Este é um resultado que vem amenizar ou contrariar a proposição Desenvolvimento vs Conservação, estabelecida no início da discussão e, simultaneamente, reforçar a já evidenciada consciência ambiental dos inquiridos.

A conceção deste aspeto não é nova no panorama investigativo e evidências contraditórias são identificadas. Sukserm, Thiengkamol e Thiengkamol (2012) verificaram que, num grupo de *stakeholders* de natureza empresarial, não era prestada muita atenção aos efeitos da sua ação sob o ambiente e os recursos naturais, mas antes sobre os benefícios económicos. Contrariamente, e de acordo com a nossa posição, Aas, Ladkin e Fletcher (2005) verificaram que uma das visões mais tangíveis, referenciadas por *stakeholders* num projeto em estudo, foram o estabelecimento dos benefícios económicos derivados da visitação para aplicação na conservação da natureza, recursos culturais e melhores serviços entre a comunidade.

Este é um aspeto muito importante, que pode servir de força motriz face às imposições e culturas de gestão das AP portuguesas. Muitas vezes, as barreiras colocadas aos sistemas de gestão participativos são-no pelo próprio estado (Pimbert & Pretty, 1995), no sentido em que os profissionais da conservação colocam limites claros na forma e grau de participação tolerado na gestão das AP. Isto acontece, de acordo com os autores, porque as agências precisam e receiam a participação popular, ou seja, precisam de apoio popular mas receiam perda de controlo e precisão do processo. Se esse receio do estado se centrar na ideia de que os *stakeholders* se envolvem apenas em busca do benefício económico, então julgamos que os resultados aqui demonstrados podem contrariar essa perceção inicial, neste caso desajustada.

2.4. Triangulação confirmatória: Objetivo específico 7

De seguida apresentamos a figura 71 que reflete o processo de triangulação confirmatória para o presente objetivo. Reforça-se novamente para a existência do capítulo 6, visto que respondia parcialmente a este objetivo.

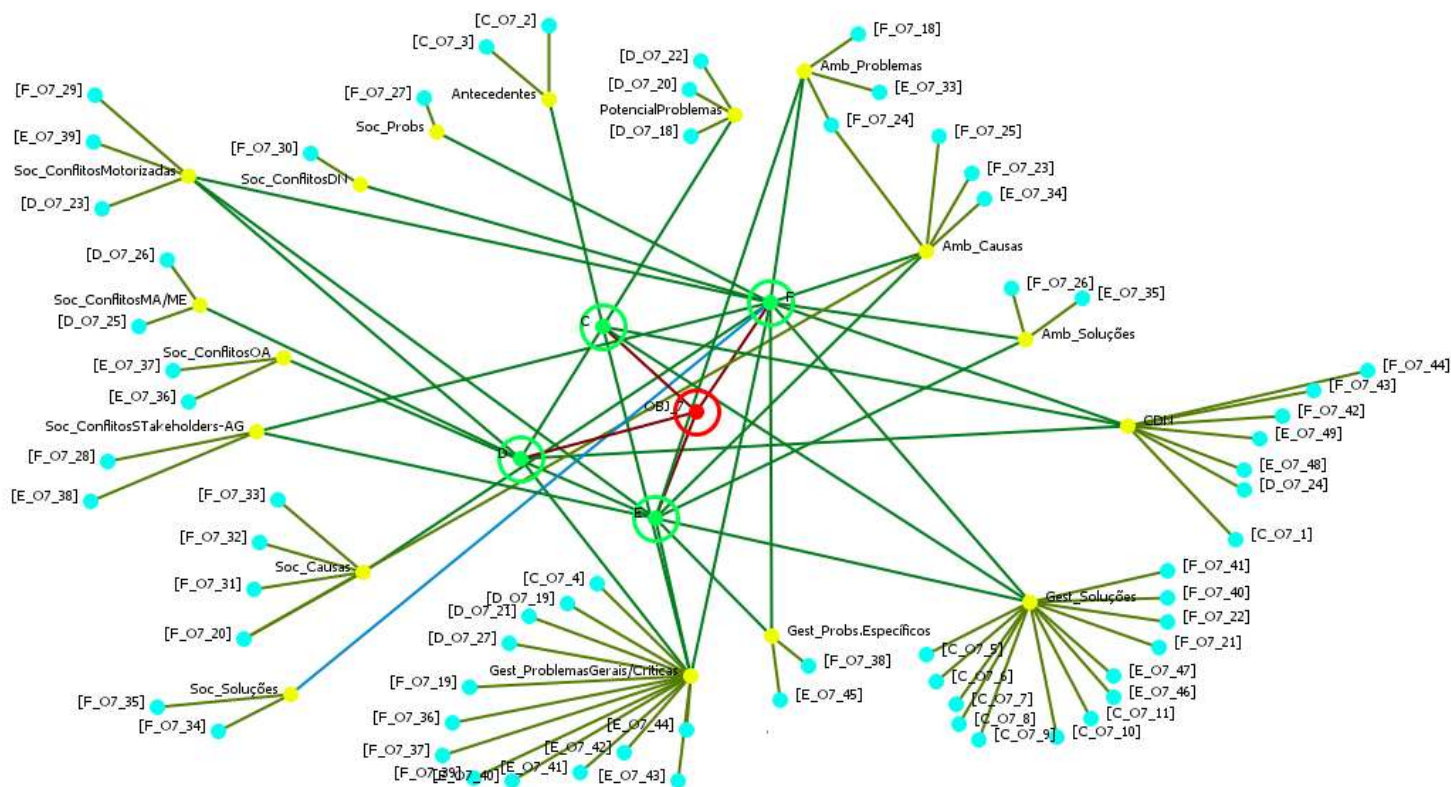


Figura 71. Triangulação Confirmatória: OE7

Os resultados da triangulação para este objetivo permitiram compreender de forma mais ampla e congruente, entre os vários inquiridos, um conjunto de problemáticas que se revelam bastante importantes. Deste processo, foram criados vários TI, nomeadamente: **Antecedentes**, **Foro ambiental (Problemas, causas e soluções)**, **Foro Social (Problemas, causas e soluções)**, **Foro gestão (Principais críticas/problemas gerais, Problemas específicos, causas e soluções)** e **CDN**.

Antecedentes: Alguns antecedentes apresentam-se como reveladores de problemáticas e de alguma forma responsáveis pelo estado atual do subsetor. Neste caso, uma entrada “repentina” e pouco antecipada do turismo de natureza na realidade nacional, e evidências de desarticulação entre as entidades responsáveis (IPDJ, TP e ICNF), veio comprometer o sucesso e desenvolvimento profícuo deste subsetor em Portugal.

Foro ambiental: A perceção dos problemas ambientais é reduzida. Neste caso permanece a dúvida se tal acontece por motivos de desconhecimento, se por inexistência, se por razões inerentes à própria sensibilidade dos indivíduos, possibilidade esta bastante evidenciada na investigação (Amuquandoha, 2010; Takahashi & Milano, 2004). Os principais problemas estão relacionados com a existência de lixo, entulhos e o cheiro das pecuárias. Com menores níveis de concordância, surge a degradação dos espaços de prática.

As causas para os problemas ambientais são, principalmente do ponto de vista dos *stakeholders* de N3, confusas e pouco articuladas com os problemas, o que vem reforçar o desconhecimento referido anteriormente. As tendências nas respostas conduzem para as atividades industriais (em especial a indústria da pedra) e, curiosamente, a própria AG do PNSAC. As causas menos referidas são os praticantes de DN e as entidades promotoras.

As soluções assentam em medidas com carácter indireto, direccionadas para a sensibilização dos vários intervenientes e melhorias na comunicação e coordenação entre os vários *stakeholders* (AG-Municípios – Industriais – Promotores-Praticantes). As medidas diretas são direccionadas para as atividades industriais e não para o praticante ou promotor.

Foro Social: A perceção de problemas de foro social continua a ser baixa, contudo é superior ao foro anterior. Existe maior perceção sobre causas do que sobre os problemas em si. Os problemas sociais foram concetualizados sob o fenómeno do conflito recreativo e algumas possibilidades surgem nos resultados. A menor ocorrência remete para conflitos entre atividades de DN, revelando que este não deverá ser um problema preocupante nesta AP. Surgem evidências de conflitos com base nos valores sociais com as atividades motorizadas (Vaske, Needham, & Cline Jr., 2007; Watson, 2001). O PNSAC é uma área com tradição no desenvolvimento de atividades motorizadas, em especial o Todo-o-Terreno, e os resultados fazem sobressair o conflito com estas atividades. Contudo, são vistas como um problema e não como uma causa, o que remete para um sentimento de depreciação destas práticas por motivos que não se relacionam diretamente com o contato interpessoal (Marcouiller, Scott, & Prey, 2008). Também surgem possibilidades de conflito entre o MA →ME (e não ao contrário), derivadas essencialmente da legislação. Os dados recolhidos não são suficientes para assumir este fenómeno com maior assertividade.

Os principais conflitos identificados acontecem com outras atividades industriais, em especial para a indústria da pedra e a caça. Igualmente preocupante é a evidência de conflitos com a própria AG, sobretudo ao nível dos *stakeholders* de N3 (embora se possa também denotar esta tendência em algumas CM's). Este último verifica-se pela constante crítica que é feita à agência em todos os domínios em estudo, desde a falta de estratégia à responsabilidade sobre alguns problemas que se verificam e que, de forma direta, não seria expectável a sua influência (caso dos ambientais).

A falta de comunicação, a AG e a Legislação são as principais causas dos problemas. As menores causas evidenciadas são a população local.

Mais uma vez, as principais soluções incidem sobre medidas de carácter indireto e de maior investimento em infraestruturas. Volta a salientar-se a importância da cooperação e comunicação entre *stakeholders*.

Foro Gestão: Com base na observação da figura seguinte (13), podemos em primeira instância verificar que a percepção face à existência de problemas de gestão é nitidamente superior aos restantes atributos. É neste sentido que percebemos facilmente que os principais problemas revelados no conjunto total dos resultados estão relacionados com a gestão desta AP, e é neste foro que se revela maior sentido crítico e, em alguns casos, pejorativo. Neste campo, as problemáticas dividem-se em grandes críticas/problemas de carácter geral e problemas mais específicos.

No que diz respeito às grandes críticas, a figura seguinte (figura 72) reflete os resultados.

Principais críticas	IP	AG	CM	DOC	MA	ME
Falta de comunicação e desarticulação						
Pouco envolvimento participativo						
Gestão centralizada, afastada da realidade, burocrática e complexa						
Falta de divulgação						
Ausência estratégia						
Carência/Ausência de monitorização						
Carência RH & RM						
Ausência de dados estatísticos						
Escassez de informação turística e interpretativa						
Poucas ações concretas e efetividade						
Carência alojamento e restauração						
Distribuição de recursos não uniforme						

Legenda: IP= Institutos Públicos; AG= Agência Gestão; CM= Municípios; DOC= Documentos; MA= Mov.Associativo; ME=Mov. Empresarial

Figura 72. Principais críticas à gestão do PNSAC

No quadro valorizou-se a visualização gráfica, através de símbolos que representam cada uma das fontes de dados. Neste caso, a documentação (DOC) não comprova a realidade presente, mas serviu como aviso para uma série de possibilidades que se vieram a confirmar.

A crítica que mais se evidencia ao longo de toda a análise é a falta de comunicação e a desarticulação entre as várias entidades. Esta foi realçada em muitos domínios (e.g. problemas ambientais, sociais, de gestão, PGP). Os restantes seguem por ordem de importância, com um

caráter subjetivo, colocadas de acordo com o número de confirmações intergrupos, número de repetições no discurso ou valor médio e de desvio padrão.

Realçam-se os três primeiros e o quinto problemas identificados, que remetem para características da gestão do PNSAC, aspetos que revelam alguma concordância entre os inquiridos (nos três primeiros) e uma opinião bastante firme por parte dos municípios (no quinto). É ainda importante a consideração de problemas que envolvem uma visão nacional (considerações dos IP's) e a transferência desta realidade para o PNSAC (1º, 6º e 8º).

Relativamente aos problemas específicos dos espaços de prática, a perceção é menor e remete para a necessidade de infraestruturas, manutenção e monitorização.

Face às soluções encontramos mais uma vez a perspetiva nacional, regional e local, estabelecendo algumas relações de correspondência. Estas soluções têm caráter sobretudo indireto, evidenciando-se, no entanto, algumas medidas diretas relacionadas com a fiscalização e o controlo (atividades de D,R&T e industriais). Na figura 73, e por cores, identificamos os principais resultados. O triângulo central representa aquilo que de mais comum se fez notar nos resultados. Os restantes representam cada uma das perspetivas por grupo de respondentes.

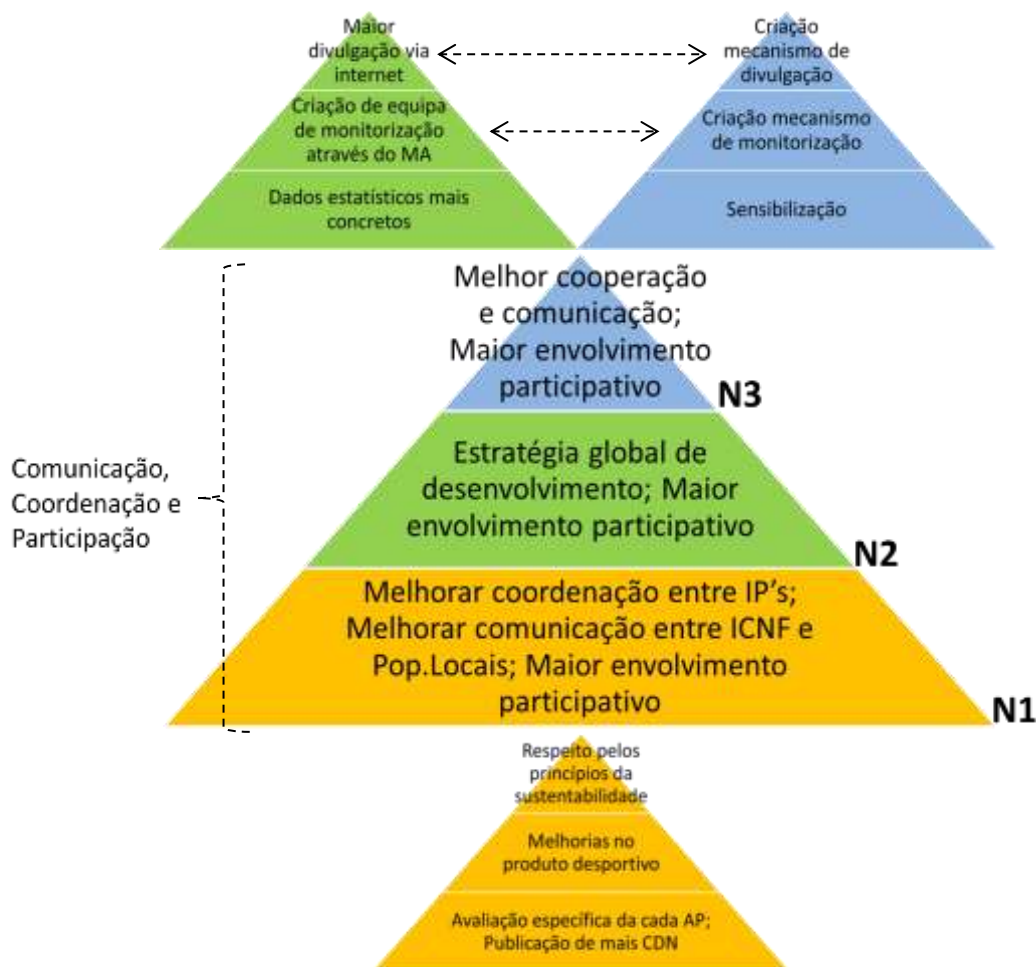


Figura 73. Soluções para a gestão do PNSAC

Realça-se mais uma vez a importância de três fatores centrais, comuns e/ou complementares: as melhorias na comunicação, coordenação entre *stakeholders* e maior envolvimento participativo. Destaca-se ainda a congruência entre as respostas dos municípios e AG (verde) e promotores (azul), identificadas com setas bidirecionais a tracejado.

CDN: A confirmar os resultados da revisão de literatura e de estudos anteriores, a CDN é um instrumento de reconhecida importância em todos os níveis de *stakeholders*. Os seus problemas residem na sua ausência na generalidade da RNAP (visão nacional) e, ao nível do PNSAC, na falta de adaptação à realidade, de flexibilização e dificuldades de acesso público. As necessidades assentam numa melhor adaptação à realidade, monitorização, divulgação e maior envolvimento participativo.

2.4.1. Triangulação inferencial: Objetivo específico 7

Na figura 74 apresentamos a discussão deste objetivo.

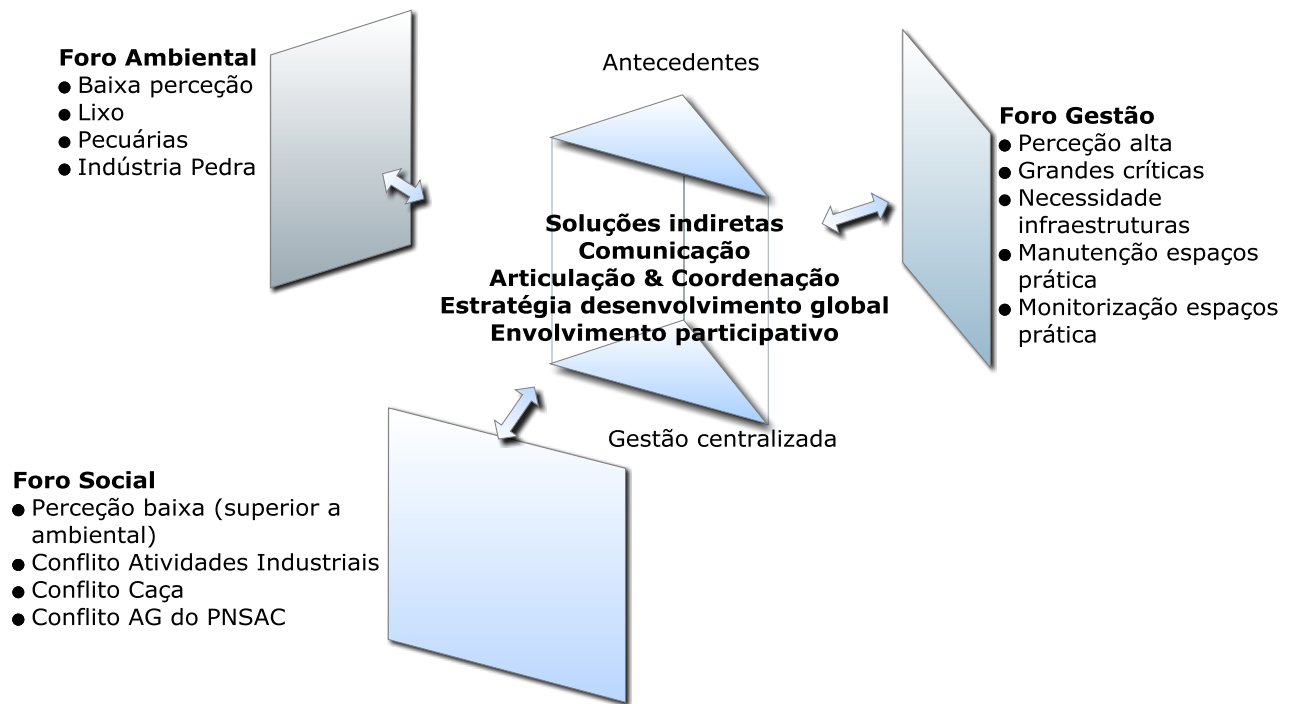


Figura 74. Triangulação Inferencial:OE7

Os resultados anteriormente analisados conduzem a uma percepção reduzida de problemas a nível ambiental e posteriormente social. Os resultados para o atributo ambiental refletem aspetos visíveis e facilmente identificáveis. Esta tendência, caracterizada pela baixa percepção de problemas, é um resultado já bastante marcado na literatura (Amuquandoha, 2010; Hillerya, Nancarrowb, Griffinc, & Symed, 2001; Manning, 2007; Takahashi & Milano, 2004). Julgamos, contudo, que estes não devem ser menosprezados no sentido em que resultam de uma correspondência entre os dois níveis de *stakeholders* estudados no PNSAC. Qualquer um dos três mais evidenciados não está relacionado com o DN, o que revela uma visão positiva do efeito destas atividades. Infelizmente, as referências são focadas em problemáticas fortemente enraizadas na socioeconomia da AP em estudo, já que refletem problemas (lixo e cheiro de pecuárias) e causas (pecuárias e pedreiras) relacionadas com atividades económicas com grande expressão. A percepção de *stakeholders* face a problemas derivados de outras indústrias/atividades não é muito evidente na investigação, embora se possam encontrar resultados análogos em Bruyere, Beh e Lelengula (2009), relacionados com o pastoreio ilegal. Apesar de se enunciar a necessidade de medidas mais reguladores (diretas), a opinião dos inquiridos recai sobretudo na sensibilização.

Estas campanhas ou elementos de sensibilização nas AP acontecem sobretudo junto dos visitantes e é sobre estes que incide a maior parte da investigação nesta temática (Marion & Reid, 2007). Mesmo assim, parece-nos que um esforço da atual estrutura de gestão do PNSAC deve incidir na sensibilização dos industriais.

Face aos problemas de foro social a situação repete-se. Verifica-se uma perceção reduzida de conflitos, sendo contudo de salientar os ocorrentes com outras atividades industriais e caça e com a AG. Face às primeiras, a nossa análise e recomendação é análoga à anterior, no sentido da sensibilização para a coexistência entre as atividades económicas já existentes no território e uma “nova” economia resultante da visitação. No que diz respeito à caça, o regime ordenado revela interseção com alguns locais de prática (Rosa, 2011), o que poderá potenciar esta opinião. Por outro, valores morais contra o próprio ato de caçar podem ser os causadores destas opiniões menos positivas (Reis & Higham, 2009). Parece-nos, no entanto, que a principal solução deverá residir numa revisão do regime ordenado de caça, no sentido de impedir, por razões experienciais e de segurança, a possibilidade de encontros entre indivíduos em ambas as práticas (DN e Caça).

O maior problema do nosso ponto de vista acontece com os conflitos com a AG. Um conjunto vasto de variáveis indicou esta possibilidade no sentido em que a AG é constantemente criticada e culpabilizada pela existência de determinados problemas. Quer as frequências de respostas dos *stakeholders* de N3, quer algumas das posições estabelecidas pelos municípios, evidenciam uma posição bastante crítica. Esta é uma realidade vigente na realidade das AP na medida em que são reconhecidas as tensões desenvolvidas entre grupos sociais e as ações/regulações impostas pelos estados, no que diz respeito à conservação da natureza e ao desenvolvimento turístico em AP (B. Bramwell, 2011). Resultados empíricos exemplificadores deste fenómeno são apresentados por Yuksel, Bramwell e Yuksel (1999) e Mosimane, MCCool, Brown e Ingrebretson (2013).

A origem deste conflito pode ser traduzida pelos resultados do atributo mais crítico de todos: a gestão. Os resultados revelam um forte sentido crítico com um carácter mais geral em detrimento de aspetos específicos da gestão de espaços de prática desportiva (infraestruturas, manutenção e monitorização) cuja perceção foi mais reduzida.

Estes três atributos em conjunto permitiram compreender as principais críticas/grandes problemas existentes no PNSAC, e reconhecer ainda que alguns deles podem ser contextualizados na realidade nacional. No centro do prisma surgem estas críticas, resultantes quer das três grandes faces laterais (atributos), quer de dois fatores que se revelaram nos resultados e que se encontram na base e topo (gestão centralizada e antecedentes, respetivamente).

Estes resultados significam que, à parte de pequenas problemáticas nos vários atributos, o cerne do descontentamento e dos problemas evidenciados está no 2º, 3º, 4º e 5º enunciados, remetendo para fatores que vão muito para além da tangibilidade, da dimensão infraestrutural, económica ou social. Estes fatores estão intimamente relacionados com critérios de boa governança (e.g. *public*

participation, consensus orientation, strategic vision, effectiveness, entre outros) publicados pelo *Institute on Governance* (Canadá) (Graham, Amos, & Plumptre, 2003) e sujeitos a uma reflexão algo recente de Eagles (2009), o que demonstra a sua pertinência e adequabilidade na atualidade.

Em primeiro lugar verifica-se a influência dos antecedentes. Portugal não estava devidamente preparado para a entrada do turismo de natureza na realidade nacional. Consequentemente, legislação produzida para a regulação do setor traduziu esta falta de *know-how*, com uma base essencialmente regulamentadora, restritiva e pouco articulada com a realidade que, ainda em 2006/2007 (quase 10 anos após a publicação do Plano Nacional de Turismo de Natureza), era apontada como um dos problemas da gestão do turismo no território protegido (Turismo de Portugal, 2007). A acompanhar esta realidade, a falta de coordenação entre os diferentes institutos públicos com responsabilidades no subsector não permitiu um desenvolvimento mais profícuo, criativo e fundamentado. Estes dois fatores com abrangência nacional revelam-se na realidade do PNSAC e a falta de comunicação, articulação e coordenação, estratégia global de desenvolvimento e o envolvimento participativo surgem como os principais problemas associadas a esta AP.

Estas perspetivas dos *stakeholders* são reforçadas se tivermos em conta que a gestão do PNSAC é atualmente centralizada num departamento que envolve outras AP. A descentralização, por definição, é um processo político que envolve a redistribuição de poder e dos recursos e, para ser responsável e democrática, implica a realização de processos locais (Larson, 2004). A crítica estabelecida nos nossos resultados é a de que esta conduziu a um afastamento por parte das chefias e da realidade do próprio território através da assunção de mais responsabilidades, mais AP e uma redução de recursos humanos, materiais e financeiros que, desde 2004, se fazem sentir no seio da administração do território protegido português (Pinto, 2008). Por conseguinte, parece-nos normal a carência de envolvimento participativo revelada nos resultados.

A par de outras realidades com resultados análogos (Kent, Sinclair, & Diduck, 2012; Palomo, Martín-López, López-Santiago, & Montes, 2011) evidencia-se ainda a carência de planeamento sistemático, estratégico e responsável, traduzindo-se na falta de estratégia global de desenvolvimento.

Daqui resulta o problema da comunicação, aquele que foi o elemento mais evidenciado nos resultados. O Município de Santarém (capítulo 10), especificando o envolvimento popular num processo participativo, refere que *“Isto tem tudo a ver com pessoas...”*, afirmação complementada com outras dos seus pares que defendiam a comunicação como elemento primordial do processo. A comunicação está relacionada com um importante critério de boa governança, denominado de *Responsiveness*. Esta ocorre quando as instituições e os processos são desenvolvidos numa tentativa

de servir todos os *stakeholders* através de uma forma proactiva de lidar com queixas e criticismos públicos (Eagles, 2009).

Face a este critério, colocamos algumas questões. Até que ponto um praticante ou outro stakeholder entende determinada restrição à sua atividade? Até que ponto (saindo da esfera da visitação) determinado habitante local reconhece determinada condicionante a uma atividade que viu ser desenvolvida ao longo de gerações? Em que medida as necessidades dos *stakeholders* são ouvidas de forma atenta, pouco burocrática e efetiva? Em que medida é que uma estratégia de desenvolvimento para o D,R&T no PNSAC (aparentemente inexistente) é comunicada e partilhada nos vários níveis de envolvimento?

A comunicação e coordenação entre vários níveis de intervenientes são um ponto fulcral, mas uma tarefa igualmente complicada (B. Bramwell, 2011), sobretudo em realidades como a que estudamos, que não se pautou historicamente por esta tendência.

2.5. Triangulação confirmatória: Objetivo específico 8

Para o presente objetivo, o processo de triangulação confirmatória gerou a figura 75 apresentada de seguida.

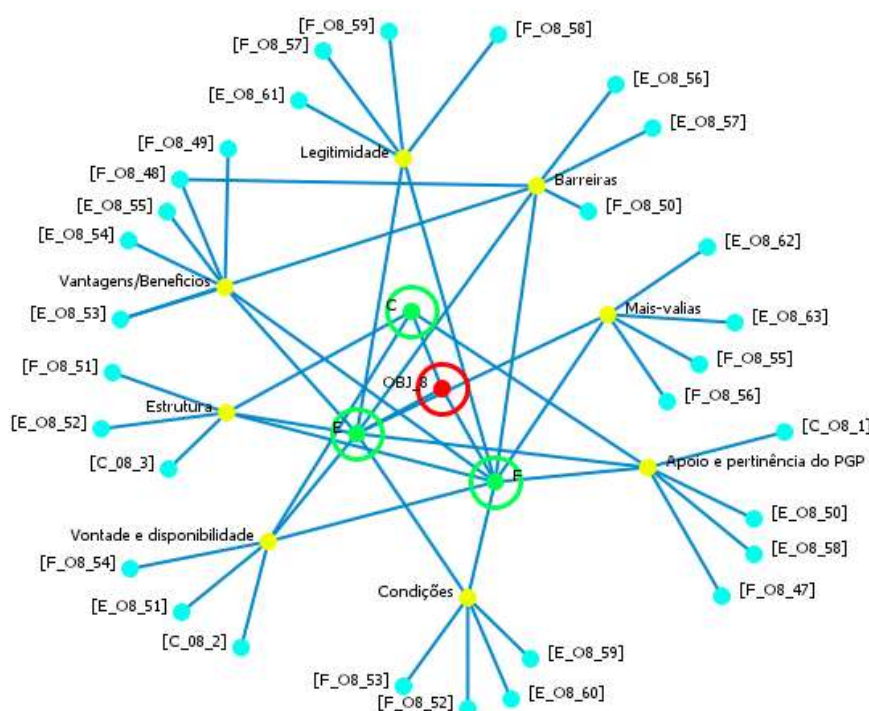


Figura 75. Triangulação Confirmatória: OE8

Para este objetivo, concorreram os capítulos 6, 10 e 11. De acordo com a análise, resultaram TI (a amarelo) através dos diversos TA criados ao longo dos vários capítulos, nomeadamente: **Apoio &**

Pertinência de um PGP, Vontade e disponibilidade, Vantagens/Benefícios, Barreiras, Condições, Legitimidade, Mais-valias e Estrutura.

Apoio & Pertinência: Observa-se um apoio inequívoco e transversal (entenda-se entre os três níveis de *stakeholders*) à existência de um processo de gestão específico para o D,R&T fundado numa estrutura participativa. Esta é considerada a forma mais adequada para providenciar o desenvolvimento do subsetor nas AP, em particular no PNSAC. Existe concordância quanto à sua exequibilidade. Observou-se ainda, da parte da AG do PNSAC, tentativas anteriores de promover uma estrutura semelhante, mas com pouco sucesso. Estas tentativas do passado devem ser utilizadas como forma de aprendizagem e melhoria de novos processos.

Vontade e disponibilidade: A vontade e disponibilidade são transversais a todos os níveis em estudo. Os institutos públicos revelaram interesse e disponibilidade para uma melhor articulação no futuro e maior investimento neste subsetor (N1). Os municípios revelaram vontade e disponibilidade ao mesmo nível sem distinção entre ambos (N2). Ao nível dos promotores, existe a mesma vontade, mas esta é ligeiramente superior à disponibilidade (N3).

Vantagens/Benefícios: Os respondentes são otimistas neste campo, no sentido em que creem mais nas vantagens dos que nas barreiras do PGP. As visões são complementares nos três grupos. Ao nível central, os IP's revelam os benefícios para as entidades envolvidas (numa perspetiva geral) e a melhoria da comunicação. Posteriormente, nos dois níveis inferiores, destacam-se algumas perceções comuns, nomeadamente a diversidade de opiniões, traduzida num fator de aprendizagem social, maior responsabilização e conhecimento mútuo.

Em termos individuais, verificamos que o N2 reconhece a possibilidade de se iniciar uma estratégia de desenvolvimento comum e adaptada à realidade, sobressaindo ainda a promoção do PNSAC como outro benefício resultante. O N3 reconhece a melhoria da oferta e das condições de trabalho.

É interessante verificar que a perceção de benefícios do PGP se afasta mais uma vez de aspetos económicos (à semelhança das críticas), e voltam a centrar-se em aspetos basais da gestão do PNSAC, nomeadamente a estratégia, a comunicação e a responsabilização. É igualmente interessante verificar que, dentro do próprio nível ou entre níveis, a perceção destes benefícios vai de encontro às críticas realizadas anteriormente, nomeadamente a falta de comunicação, de estratégia e de promoção. Este resultado reforça a nossa assunção na discussão do objetivo anterior face aos problemas basais do D,R&T no PNSAC.

Barreiras: A percepção de barreiras é inferior aos benefícios. Ao nível dos IP, identifica-se a atual estrutura organizativa do ICNF como dificultadora do processo. Nos níveis inferiores, verificamos um aspeto comum: A dificuldade em juntar todos os interesses.

Seguidamente, apresentam-se as dificuldades de coordenação, financeiras e hábitos de trabalho pouco dados ao diálogo (N2). Os *stakeholders* de N3 dão pouca importância a problemas comuns identificados na literatura como o “trabalho” que implica este processo, a existência de conflitos latentes ou a “desorientação” causada por muitas pessoas envolvidas. Mais uma vez, encontramos correspondência com as características da organização atual do ICNF (centralizada em departamentos) e a dificuldade em juntar interesses, que remete mais uma vez para a importância da comunicação.

Condições: Verifica-se novamente uma correspondência nas várias opiniões expressas pelos indivíduos. No N2 e N3 ressalta aquela que parece constituir a principal condição deste processo: uma definição clara das regras e dos graus de atuação dos envolvidos. Posteriormente, os IP remetem para a necessidade de a estrutura ter capacidade de decisão e capacidade efetiva de resposta face a problemas concretos da AP (de encontro a uma das características positivas da descentralização). O N2 defende mais uma vez a existência de uma estratégia prévia com objetivos pré-definidos e a qualidade da comunicação. O N3 defende a existência de formação, competências específicas e a existência de parcerias fortes. Outras condições menos concordantes no N3 foram a existência de meios materiais e humanos e a postura de “dar sem receber” a curto prazo.

Legitimidade: A este nível os inquiridos revelam-se inclusivos, no sentido em que defendem que todos têm o direito de participar. Os principais critérios de legitimação são pertencer ou trabalhar no território e o contributo positivo para o processo. Aspetos mais específicos como o conhecimento/competências ou recursos financeiros e materiais não são elementos detentores de legitimidade.

Mais-valias: Ambos os grupos inquiridos (N2 e N3) reconhecem mais-valias que podem ser úteis para o PGP. Ao nível dos municípios encontramos a existência de recursos humanos e materiais, bem como de estratégias de desenvolvimento municipal em consonância com o subsetor em estudo, com o PNSAC e o conhecimento do território. Os de N3 reconhecem a génese, a questão moral, a ligação com as comunidades e o conhecimento do território.

É vantajoso verificar que entre os municípios surgiram mais-valias específicas (ver cap.10) que podem e devem ser consideradas no PGP. Outro aspeto importante é o reconhecimento, por parte dos *stakeholders* de N3, da carência de competências técnicas e experiência que, por sua vez, poderão ser colmatadas pelo reconhecimento oposto por parte dos municípios.

Estrutura: No que diz respeito à melhor estrutura, e relacionada com esta, a responsabilidade pela iniciação e coordenação do processo, as opiniões dividem-se. O Turismo de Portugal (N1) defendeu uma estrutura dentro da orgânica do próprio ICNF. As opiniões dos municípios (N2) dividiram-se entre a responsabilização da sociedade civil (com concordância da AG) e a responsabilização do estado. Já os *stakeholders* de N3 responsabilizam também o estado pela iniciação e coordenação deste processo.

2.5.1. Triangulação inferencial: Objetivo específico 8

O cruzamento dos resultados anteriores permitiu a formulação da figura 76.

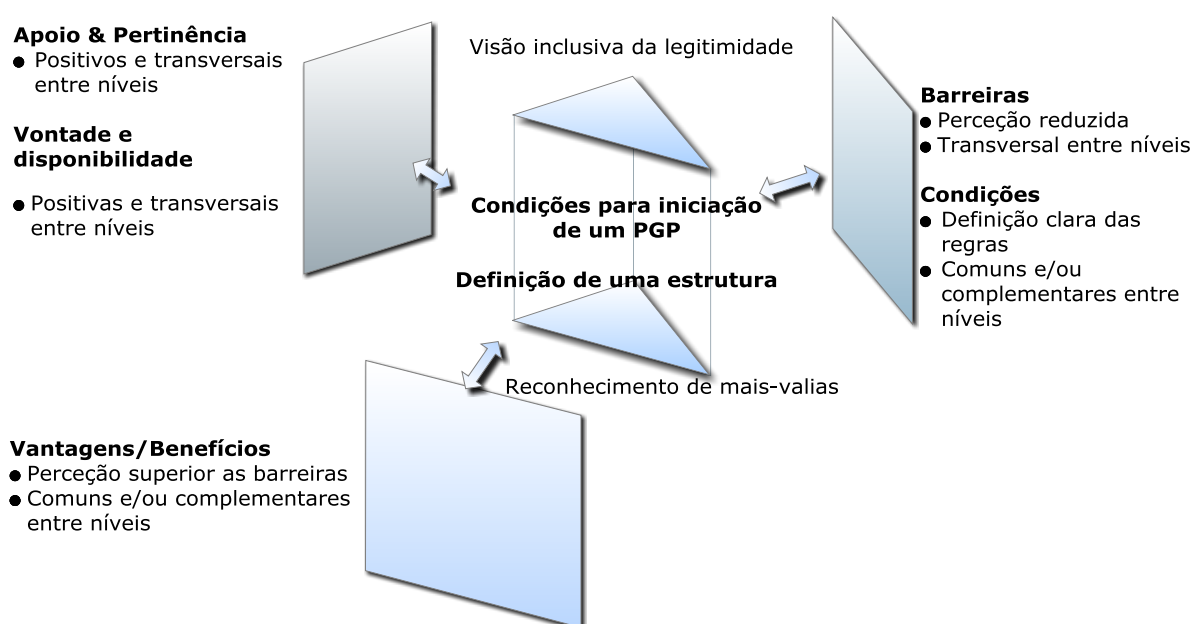


Figura 76. Triangulação Inferencial: OE8

Os sistemas socio-ecológicos são incertos e plurais, e partem do princípio de que, para se criarem estratégias de desenvolvimento sustentável, é necessária a participação de *stakeholders*, num processo constante de constituição de relações, caracterizado pela alteração, adaptação e aprendizagem (Stringer et al., 2006). O resultado deste novo processo de triangulação revela resultados muito positivos que potenciam a posição argumentada por Stringer e ainda se enquadram com as bases teóricas da teoria participativa.

Em primeiro lugar, a consonância no apoio e vontade de participação num PGP a todos os níveis traz, no nosso entender, consistência a todos os resultados anteriores, no sentido em que determina a vontade dos inquiridos em efetivar as opiniões e perspetivas nos vários domínios. Esta partilha conjunta de uma determinada posição congratula-se como um dos mais importantes princípios básicos para o desenvolvimento (Jamal & Getz, 1995; Ladkin & Bertramini, 2002). Tendo em conta o

elevado criticismo que se verificou em resultados anteriores, seria de esperar uma inibição ou pessimismo face à vontade de estar envolvido. Os resultados contrariam positivamente esta expectativa.

Logicamente, o envolvimento num PGP faz esperar benefícios e consequentemente a perceção de barreiras e condições à sua implementação e desenvolvimento. A perceção superior de benefícios revela otimismo por parte dos inquiridos e potencia o envolvimento (B Bramwell & Lane, 2000; Garrod, 2003; Hall, 2000; Jamal & Getz, 1995) principalmente ao nível do benefício mais enunciado: a melhoria da coordenação e da comunicação.

Outro fator que se fez notar entre os *stakeholders* de N3 foi a perceção da componente de aprendizagem em consonância com a necessidade e desejo de maior conhecimento. Xu, Lü, Chen e Liu (2009) referem que um capital de conhecimento e competência limitados são os principais fatores que inibem a participação das comunidades na indústria turística. Os nossos resultados, ao nível dos *stakeholders* de N3, vão de encontro a esta problemática. Em acordo com os autores anteriores, e perante esta constatação, é importante que a própria estrutura participativa seja capaz de gerar formação e conhecimentos específicos que possam auxiliar os *stakeholders* a melhorar os seus serviços, de forma a poderem responder a uma economia competitiva como é a visitação em geral e o turismo em particular. Este planeamento pode e deve ser feito *a priori* com base num levantamento das necessidades de formação dos envolvidos, em estreita sintonia com a natureza e objetivos do projeto a implementar, e as características do PNSAC potenciadoras dessa mesma visitação.

Contudo, a perceção de barreiras e condições para que o PGP ocorra é também fundamental e refletida nos nossos resultados. As barreiras identificadas (dificuldade em juntar interesses, dificuldades de coordenação e financeiras) são comuns às já identificadas por outros autores (Aas et al., 2005; Garrod, 2003; Swarbrooke, 1999; Timothy, 1999) e extravasam o campo do otimismo, revelando também aqui alguma contenção e noção de responsabilidade.

Se estas considerações prévias podem ser condicionantes do envolvimento, então a própria estrutura de coordenação do PGP deverá iniciar o trabalho nesta direção, tentando minimizar estes problemas através da adoção de estratégias. Julgamos que a qualidade de comunicação, humildade, e proximidade com os *stakeholders* se podem traduzir numa melhor compreensão do processo em si e gerar maior confiança na própria coordenação.

O mesmo acontece com o estabelecimento de condições. Apesar da demonstrada postura inclusiva dos vários inquiridos, a colocação de regras e níveis de atuação bem definidos são clarificados como condições essenciais para o arranque do processo. A perceção destas condições não deve ser vista

como um sinal negativo ou uma previsão de entraves a colocar pelos próprios *stakeholders*, mas antes como uma posição de responsabilidade e noção da complexidade deste processo. Nault e Stapleton (2011), por exemplo, observaram o interesse de uma comunidade em participar no planeamento do turismo, salientando, porém, a condição de estes reconhecerem que uma participação total da população na tomada de decisão seria um fator difícil de alcançar. No nosso caso, o estabelecimento de condições tem um carácter mais transparente e responsável, no sentido em que permitiria a cada potencial envolvido uma autoavaliação do seu estado, interesse e acordo com as condições impostas, neste caso e de forma mais construtiva, colocadas pelos próprios *stakeholders*.

Estes fatores, em conjunto com uma visão inclusiva dos restantes *stakeholders*, da qual se destaca a discordância com a existência de conflitos latentes (Garrod, 2003; Selin & Chavez, 1995) e o reconhecimento de mais-valias, dão origem a um prisma central que representa a reunião de condições para que se desenvolva um PGP. Este PGP depende da definição de uma estrutura de base, cuja discordância entre a atribuição de responsabilidades à sociedade ou ao estado permanece até ao momento incontornável.

Esta dúvida pode ser confrontada de duas formas. No que concerne ao estado, podemos observar o receio nesta atribuição à sociedade civil (Pimbert & Pretty, 1995) e, no respeitante à sociedade, podemos observar a tendência de atribuir a responsabilidade ao estado. Esta posição é em si contraditória. Por outro lado, podemos observar o reconhecimento, pelo próprio estado, da sua incapacidade em melhorar a gestão do D,R&T no PNSAC, atribuindo responsabilidades à sociedade civil e uma sociedade que se sente capaz e deseja assumir esta coordenação. Esta posição é congruente.

O problema que se coloca nos nossos resultados é o de que ambas as possibilidades se fazem notar entre os inquiridos. O Turismo de Portugal considera a estrutura dentro do ICNF, a par com dois municípios e níveis de concordância elevados dentro dos *stakeholders* de N3. Neste caso prevalece a responsabilidade do estado. Contrariamente, a própria AG do PNSAC defende que o estado deve participar como parceiro, posição partilhada com outros dois municípios, e que esta estrutura deve nascer do seio da sociedade civil.

3. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Amuquandoha, F. (2010). Residents' perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana. *Journal of Sustainable Tourism*, 18(2), 223-238. doi: 10.1080/09669580903298531

- Arnaboldi, M., & Spiller, N. (2011). Actor-network theory and stakeholder collaboration: The case of Cultural Districts. *Tourism Management*, 32, 641-654.
- Bouwen, R., & Taillieu, T. (2004). Multi-party collaboration as social learning for interdependence: developing relational knowing for sustainable natural resource management. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 14(3), 137-153.
- Bramwell, B. (2011). Governance, the state and sustainable tourism: a political economy approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 459-477.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2000). *Tourism Collaboration and Partnerships: Politics, Practice and Sustainability*. Cleveland: Channel View.
- Bruyere, B., Beh, A., & Lelengula, G. (2009). Differences in Perceptions of Communication, Tourism Benefits, and Management Issues in a Protected Area of Rural Kenya. *Environmental Management*(43), 49-59. doi: 10.1007/s00267-008-9190-7
- Castellani, V. (2010). *Development of methodologies and indicators to assess sustainability in tourism and agriculture*. PhD, University of Milano - Bicocca, Milão.
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 231-248. doi: 10.1080/09669580802495725
- Folke, C. (2006). The economic perspective: conservation against development versus conservation for development. *Conservation Biology* 20(3), 686-688.
- Garrod, B. (2003). Local Participation in the Planning and Management of Ecotourism: A Revised Model Approach. *Journal of Ecotourism*, 2(1), 33-53. doi: 10.1080/14724040308668132
- Graci, S. (2013). Collaboration and Partnership Development for Sustainable Tourism. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 15(1), 25-42.
- Graham, J., Amos, B., & Plumptre, T. (2003). *Governance principles for protected areas in the 21st century*. Ottawa, Ontario: Institute on Governance.
- Hall, C. (2000). *Tourism Planning Processes and Relationships*. Harlow: Prentice Hall.
- Hillerya, M., Nancarrow, B., Griffinc, G., & Symed, G. (2001). Tourist perception of environmental impact. *Annals of Tourism Research*, 28(4), 853-867. doi: 10.1016/S0160-7383(01)00004-4
- Hosany, S., Ekinci, Y., & Uysal, M. (2007). Destination image and destination personality. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 1(1), 62-81.
- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.
- Kalamandeen, M., & Gillson, L. (2007). Demything “wilderness”: implications for protected area designation and management. *Biodiversity Conservation*, 16, 165-182. doi: 10.1007/s10531-006-9122-x
- Kent, K., Sinclair, A., & Diduck, A. (2012). Stakeholder engagement in sustainable adventure tourism development in the Nanda Devi Biosphere Reserve, India. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 19(1), 89-100.
- Khadka, D., & Nepal, S. (2010). Local Responses to Participatory Conservation in Annapurna Conservation Area, Nepal. *Environmental Management*, 45, 351-362. doi: 10.1007/s00267-009-9405-6
- Ladkin, A., & Bertramini, A. (2002). Collaborative Tourism Planning: A Case Study of Cusco, Peru. *Current Issues in Tourism*.
- Larson, A. (2004). Formal decentralisation and the imperative of decentralisation ‘from below’: a case study of natural resource management in Nicaragua. *The European Journal of Development Research*, 16(1), 55-70.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Marcouiller, D., Scott, I., & Prey, J. (2008). Outdoor recreation planning: a comprehensive approach to understanding use interaction. *CAB Reviews: Perspectives in Agriculture, Veterinary Science, Nutrition and Natural Resources* 3(090), 12. doi: 10.1079/PAVSNNR20083090
- Marion, L., & Reid, S. (2007). Minimising visitor impacts to protected areas: the efficacy of low impact education programmes. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(1), 5-27.
- Mosimane, A., MCCool, S., Brown, P., & Ingrebretson, J. (2013). Using mental models in the analysis of human–wildlife conflict from the perspective of a social–ecological system in Namibia. *Fauna & Flora International, Oryx*, 1-7.
- Nault, S., & Stapleton, P. (2011). The community participation process in ecotourism development: a case study of the community of Sogoog, Bayan- Ulgii, Mongolia. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(6), 695-712.

- Neely, A., Adams, C., & Kennerley, M. (2002). *The Performance Prism: The Scorecard for Measuring and Managing Business Success*. UK: Pearson Education Limited.
- Nistoreanu, P., Dorobantu, R., & Tuclea, E. (2011). Strategic Directions in Sustainable Tourism Development Through Rural Tourism Activities. *Forum Ware International (Special issue)*(1), 116-122.
- Palomo, I., Martín-López, B., López-Santiago, C., & Montes, C. (2011). Participatory Scenario Planning for Protected Areas Management under the Ecosystem Services Framework: the Doñana Social-Ecological System in Southwestern Spain. *Ecology and Society*, 16(1), 23.
- Patti, S. (2013). Sustainability and Support for the Ecotourism within Etna Park Area. *American Journal of Tourism Research* 2(1), 124-129.
- Pimbert, M., & Pretty, J. (1995). Parks, People and Professionals: Putting 'Participation' into Protected Area Management (pp. 65). Geneva: United Nations Research Institute for Social Development
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Qua, H., Kimb, L., & Im, H. (2011). A model of destination branding: Integrating the concepts of the branding and destination image. *Tourism Management*, 32, 456-476.
- Reed, M. (1997). Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 566-591. doi: 10.1016/S0160-7383(97)00023-6
- Reis, A., & Higham, J. E. (2009). Recreation conflict and sport hunting: moving beyond goal interference towards social sustainability. *Journal of Sport and Tourism*, 14(2-3), 83-107. doi: 10.1080/14775080902965025
- Roberts, L., & Simpson, F. (1999). Developing Partnership Approaches to Tourism in Central and Eastern Europe. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 314-330. doi: 0966-9582/99/03 0314-17
- Rosa, P. (2011). *Desporto de Natureza em Espaços Naturais: Contributo para o Ordenamento em Áreas Protegidas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior.
- Selin, S., & Chavez, D. (1995). Developing a Collaborative Model for Environmental Planning and Management. *Environmental Management*, 19(2), 189-195.
- Stringer, L., Dougill, A., Fraser, E., Hubacek, K., Prell, C., & Reed, M. (2006). Unpacking "Participation" in the Adaptive Management of Social-ecological Systems: a Critical Review. *Ecology and Society*, 11(2), 39.
- Sukserm, T., Thiengkamol, N., & Thiengkamol, T. (2012). Development of the Ecotourism Management Model for Forest Park. *The Social Sciences*, 7(1), 95-99.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. Wallingford: CABI.
- Takahashi, L. Y., & Milano, M. S. (2004, February, 4-6). *Visitors' Characteristics, Preferences and Perception of the Impacts of Public Use at Salto Morato Natural Reserve*. Paper presented at the Proceedings of the Fourth Social Aspects and Recreation Research Symposium, San Francisco, California.
- Timothy, D. (1999). Participatory Planning: A View of Planning in Indonesia. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 371-391.
- TurismodePortugal. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- Vaske, J., Needham, M., & Cline Jr., R. (2007). Clarifying Interpersonal and Social Values Conflict among Recreationists. *Journal of Leisure Research*, 39(1), 182-195.
- Watson, A. (2001, 2000 June 1-3). *Goal Interference and Social Value Differences: Understanding Wilderness Conflicts and Implications for Managing Social Density*. Paper presented at the Visitor use density and wilderness experience: proceedings, Missoula, MT.
- Xu, J., Lü, Y., Chen, L., & Liu, Y. (2009). Contribution of tourism development to protected area management: local stakeholder perspectives. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 16(1), 30-36. doi: 10.1080/13504500902757189
- Yuksel, F., Bramwell, B., & Yuksel, A. (1999). Stakeholder interviews and tourism planning at Pamukkale, Turkey. *Tourism Management*, 20, 351-360.

Fase *micro*: Conclusões

Face aos resultados da triangulação realizada no capítulo anterior, estabelecemos a resposta total aos objetivos determinados nos vários capítulos constituintes desta fase.

Face ao objetivo específico 4,

Obj.Esp.4: Caracterizar o PNSAC com vista à compreensão das suas características e consequentemente os fatores que podem causar influência sobre a estrutura de gestão mais adequada ao subsetor em estudo;

O PNSAC caracteriza-se pela riqueza natural, sociocultural e pela sua apetência para o D,R&T. Ressaltam os valores geomorfológicos como o seu principal elemento diferenciador. A caracterização do PNSAC permite verificar uma concordância tendente para o respeito e valorização do meio natural, e para uma evidenciação semelhante dos vários fatores que o caracterizam. Estes são aspetos fulcrais para o posicionamento desta AP no panorama nacional, para o arranque de um projeto de desenvolvimento da visitação, e sugerem que níveis de algum entendimento entre as visões de diferentes níveis de *stakeholders* podem resultar em discussões mais profícuas e maior fortalecimento.

Respondendo ao objetivo 5,

Obj.Esp.5 : Conhecer os diferentes atores (nos vários níveis de intervenção/influência) relacionados com as AP nacionais e, mais especificamente, com o PNSAC;

Os *stakeholders* em estudo apresentam traços comuns no seu perfil, sobretudo no que se refere a aspetos mais relacionados com a própria personalidade, a forma com encaram a natureza, o PNSAC, os seus pares e o subsetor do D,R&T. Esta realidade revela-se muito importante para um desenvolvimento mais profícuo de um processo de gestão participativo (PGP) no PNSAC, no sentido em que ficamos a conhecer melhor quem participa e com que sustentação o faz, tornando-se possível um melhor reconhecimento e aceitação das diferentes perspetivas que possam vir a ocorrer dentro do processo.

Face ao objetivo 6,

Obj.Esp.6 : Conhecer a importância atribuída ao D,R&T no PNSAC, assim como as potencialidades de desenvolvimento de uma estratégia integrada do subsetor nesta AP.

Concluímos que o D,R&T é importante para o PNSAC, no sentido em que é vítima de uma perceção geral da importância e benefícios gerados. Concluímos ainda que estão reunidas condições para que

se possa potenciar o desenvolvimento estratégico, na medida em que se associam recursos que merecem mais atenção e conhecimento específico no futuro, um envolvimento atual dos *stakeholders* e da AP com o subsetor que revela alguma dimensão, e uma intenção futura de maior investimento, em parte pelo reconhecimento comum da apetência do PNSAC e, por outro, pelo reconhecimento das alterações que se fazem evidenciar nas sociedades atuais no que diz respeito ao desporto, ao turismo e ao usufruto do espaço natural em geral.

Perante o objetivo específico 7,

Obj.Esp.7: Compreender os problemas existentes, as críticas e as necessidades de melhoria face à gestão do subsetor em estudo;

Assiste-se no panorama nacional a antecedentes de falta de *know-how*, relacionados com a gestão dos espaços naturais para a visitação e fruic o desportiva e turística, em parte pela entrada tardia e não antecipada desta realidade no panorama português, bem como por uma desarticula o evidente entre os institutos com responsabilidades na conserva o da natureza, turismo e desporto. O PNSAC, apesar de se revelar uma AP com um histórico diferenciado, revela o rastilho desta tendência administrativa. Problemas ambientais, sociais ou de gestão com caráter específico não são muito evidenciados.   exce o da prática de desportos motorizados e da caça, o DN e a generalidade do R&T não se revelam causadores destes problemas nos vários níveis. A aten o recai sobretudo sobre as atividades industriais existentes no PNSAC (pecuárias e indústria da pedra), pelos impactos ambientais gerados e pelos conflitos que exercem sobre a prática de visita o.

As grandes críticas e problemáticas centram-se em fatores mais gerais relacionados com aspetos de governança e não tanto de gestão, considerada praticamente inexistente por alguns respondentes. Neste sentido, a ausência de comunica o, de articula o e de coordena o entre os diversos atores, a falta de estratégia global e de envolvimento participativo são os principais problemas verificados no PNSAC.

As principais necessidades de melhoria são traduzidas sob a forma de técnicas indiretas, com caráter pouco restritivo ou punitivo, e associadas à melhoria da comunica o e   sensibiliza o. A necessidade de maior divulga o do PNSAC, de dados estatísticos mais completos e de monitoriza o, são os aspetos mais concretos resultantes dos dados analisados. Contudo, as principais necessidades são aquelas que respondem às grandes críticas anteriormente apresentadas.

Respondendo ao objetivo específico 8,

Obj.Esp.8: Compreender a posi o dos *stakeholders* face à adequabilidade e efetividade de se desenvolver uma estrutura de gestão participada para o subsetor em estudo;

Um PGP é alvo de grande aceitação, apoio e adequabilidade face ao subsector do D,R&T no PNSAC. Esta visão é ainda suportada pelo apoio verificado ao nível dos institutos públicos consultados, que o consideram a melhor forma de desenvolvimento (a nível nacional). É demonstrada vontade e disponibilidade para o envolvimento a todos os níveis consultados. Este é considerado exequível, existindo perceção de benefícios, barreiras e condições à sua implementação, com prevalência dos primeiros em número e concordância. As entidades consultadas possuem mais-valias que podem ser úteis para o PGP, mas, ao mesmo tempo, reconhecem necessidades de mais formação.

Este elevado nível de aceitação é ainda complementado com uma visão inclusiva dos restantes *stakeholders*, sendo que os critérios de legitimação estão relacionados com a pertença ao território e o contributo positivo que cada elemento pode fornecer.

Não existe consenso quanto à origem da estrutura que deve ser criada (i.e. do seio do estado ou da sociedade civil).

PARTE V | Conclusão do estudo

Capítulo 13. Modelo de iniciação à gestão participativa do D,R&T no PNSAC

1. Introdução

As triangulações de dados, efetuadas nas considerações finais, das partes *meso e micro*, permitiram uma compreensão ampla e integrada dos vários objetivos e da forma como estes se podem interligar e contribuir para a definição de um modelo geral. Ao procedimento metodológico que desenvolvemos de seguida denominamos de triangulação múltipla (em consonância com o referenciado na parte I).

O modelo que agora se propõe deriva de uma consideração integrada dos vários objetivos anteriormente respondidos, e responde ao objetivo geral deste trabalho de investigação, nomeadamente,

A formulação de um modelo de iniciação à gestão participada do D,R&T adaptado à realidade do PNSAC.

Começamos por apresentar os pressupostos inerentes ao modelo. Posteriormente apresentamos cada uma das suas componentes e discutimos os resultados.

2. Pressupostos inerentes ao modelo preliminar para a execução de um PGP (MP-PGP)

2.1. Componente Social: Intrínseca e subjetiva

Este modelo é caracterizado por uma forte componente pessoal e subjetiva, ou seja, é suportado pelas opiniões, pontos de vista e níveis de concordância dos *stakeholders*, bem como pelo seu perfil. Trabalhos de vários autores remetem para a assunção de que uma das principais dificuldades inerentes ao processo colaborativo está relacionada com a existência de diferentes pontos de vista e interesses, e que a identificação e legitimação destes *stakeholders* é uma tarefa complicada (Ladkin & Bertramini, 2002; Reed, 1997; Roberts & Simpson, 1999). Como resposta a esta posição, o trabalho de Gray (2004) veio realçar (de forma crítica) a incidência de muitos trabalhos no campo da participação em aspetos processuais, em detrimento de um campo mais pessoal e social.

Apesar de a prática da visitação nas AP visar o estabelecimento mútuo de benefícios entre comunidades locais, a AP e a indústria em si, este ideal é difícil de realizar quando confrontado com quadros complexos, em termos naturais, sociais e económicos. A discrepância entre a

teoria e a prática no turismo em AP pode ser atribuída a uma compreensão limitada das pessoas envolvidas, do seu estatuto, das suas condições, heterogeneidade e relação com a conservação da natureza (Xu, Lü, Chen, & Liu, 2009).

Assim sendo, esta opção é parcialmente suportada nos pressupostos de Gray (identidade; caracterização; gestão do conflito; formas de ver/entender a natureza) às quais juntamos aspetos que, mesmo tendo um cariz mais processual, são avaliados em função das próprias perceções dos indivíduos. Referimo-nos à identificação de problemas, soluções, necessidades, críticas, vontade de envolvimento, entre outros.

2.2. Ocorre antes da formalização

Na nossa proposta este modelo deve ocorrer antes da formalização do PGP em si. Isto quer dizer que funciona como um antecedente à própria decisão de arrancar com um PGP, e pode ser promovido por instituições ou indivíduos que reconhecem determinado conjunto de potencialidades num território relacionadas com o D,R&T. Podemos estar a falar de um município, uma ONG, uma associação de desenvolvimento local ou um grupo de investigadores que, tal como nós, reconheceram, numa determinada realidade com a qual estão envolvidos, um conjunto de apetências para o desenvolvimento de um setor específico, neste caso o D,R&T.

Os resultados advindos desta fase preliminar, apesar de refletirem um trabalho intenso e algo moroso, são do nosso ponto de vista importantes na medida em que: a) Deverão servir de suporte à decisão de iniciação, ou não, de um PGP; b) São responsáveis, no sentido em que poderão evitar desvios e desajustes à realidade que, a médio e longo prazo, podem implicar a desagregação do PGP; c) Julgamos que poupam tempo em reuniões, *workshops* e outros encontros desnecessários porque, na realidade, visam a compreensão do indivíduo/instituição individualmente. Só após a análise dos resultados é que emerge a possibilidade de se poderem criar grupos com perfis e posições semelhantes; d) Implica apresentação dos resultados aos intervenientes, de forma clara e transparente.

3. O processo adaptado à realidade do PNSAC: Modelo preliminar para a execução de um PGP (MP-PGP)

Seguidamente apresenta-se o resultado final da conjugação dos diferentes objetivos discutidos e respondidos anteriormente. Começamos por demonstrar o modelo (figura 77) e posteriormente justificamos cada uma das suas componentes.

1.1.Análise PEST

1.2.Análise Legislação

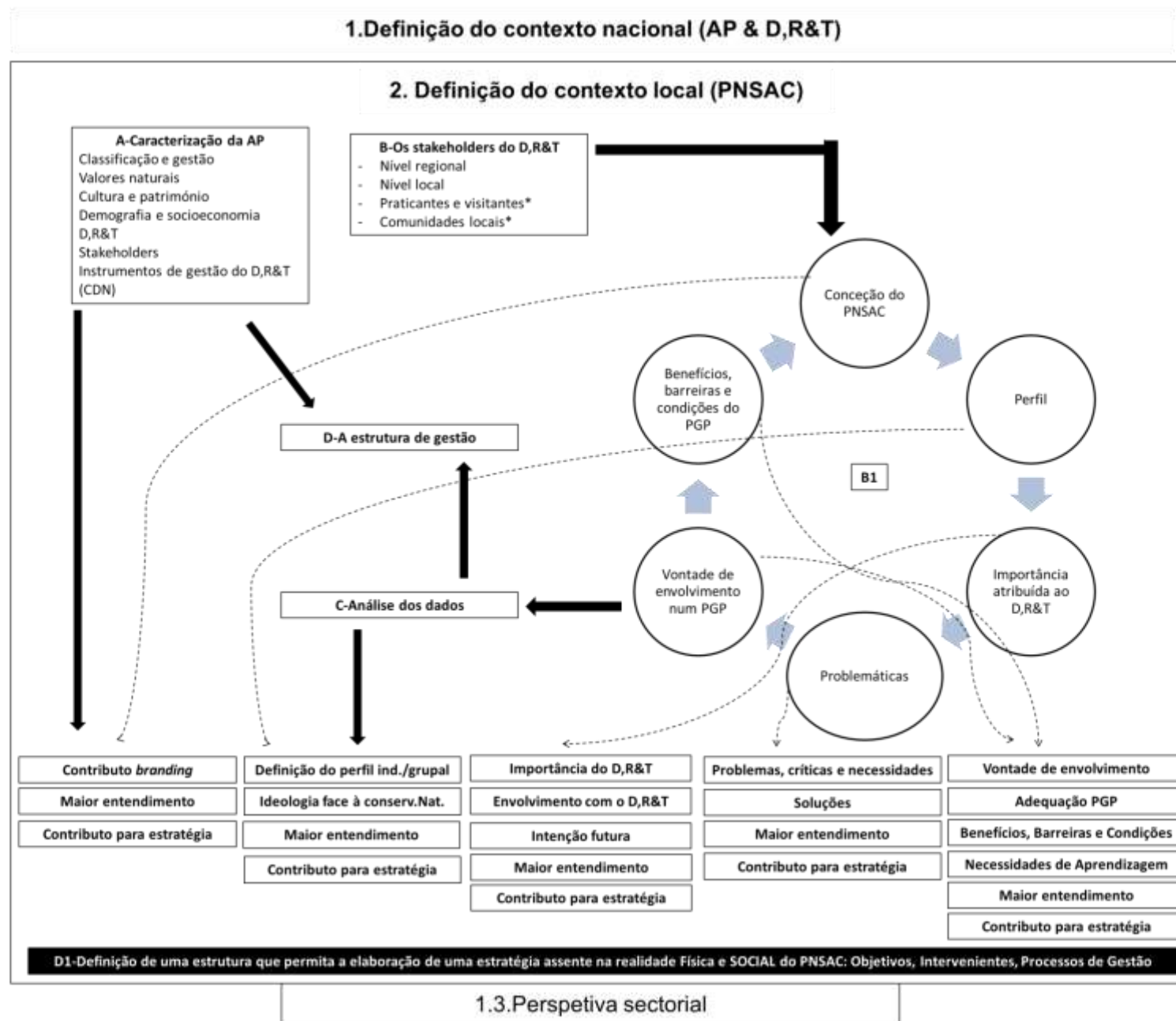


Figura 77. Proposta do MP-PGP

O modelo é intitulado de “Modelo Preliminar para a execução de um PGP” (MP-PGP). Na sua generalidade, é constituído por dois grandes momentos de análise (pontos 1 e 2), que consistem numa contextualização do subsetor (D,R&T nas AP) a nível nacional e, posteriormente, ao nível regional/local.

De seguida, cada uma das componentes do modelo é analisada de acordo com os seguintes fatores (quando aplicáveis): **Contextualização da componente; Respostas à literatura; Resultados; Consequências para a definição do estudo de caso/Recomendações para o PNSAC.**

3.1. Definição do contexto nacional (AP e D,R&T)

Contextualização: Esta fase do modelo consiste numa contextualização do subsetor a nível nacional. Neste caso, o subsetor define-se como “O D,R&T nas AP”. Esta definição torna o subsetor por si só complexo, vasto e abrangente, já que implica dois níveis de definição. Num primeiro, tem em consideração três setores, nomeadamente: O Desporto, o Ambiente e o Turismo. É neste que se avaliam as políticas e ideologias ao longo da história, no sentido de ser definido o denominado “estado atual”. Num segundo nível de definição, abandonam-se os setores e entramos na esfera destas práticas em contato com a natureza, nomeadamente: O Desporto de Natureza, o Turismo de Natureza (na sua vertente ativa e de aventura) e a Conservação da Natureza. A cada um dos subsectores anteriores estão associados institutos públicos (IP) com missões bem determinadas. Esta segunda fase de definição visa a compreensão da posição destas vertentes nas políticas de desenvolvimento de cada um dos subsectores e, consequentemente, do seu estado atual.

A nossa proposta metodológica para a resolução desta fase consiste em três momentos distintos que, face à realidade nacional, se revelaram produtivos. Em primeiro lugar utilizámos o modelo PEST (1.1., lado esquerdo da figura), como forma de averiguar as variáveis macroambientais inerentes a cada um dos setores. Posteriormente, e entrando no segundo nível de definição anteriormente referido, procedemos a uma análise de documentos legais, estratégias de desenvolvimento e resultados atuais (1.2., lado direito da figura), que permitissem compreender melhor as vertentes do DN e do TN nas AP portuguesas. Por último, e numa perspetiva confirmatória e enriquecedora, procedemos à realização de entrevistas a dois dos três setores públicos envolvidos no processo (1.3., lado inferior da figura).

É de realçar que esta primeira fase de contextualização tem um carácter longitudinal, no sentido em que os resultados de 1.1 contribuem para uma melhor definição da abordagem a 1.2, e assim sucessivamente. Uma compreensão ampla deste estado deve conciliar resultados dos três momentos de recolha.

Respostas à literatura: As AP não podem ser geridas como “ilhas” em isolamento das regiões adjacentes (McCuaig, 2012). Alguns autores têm vindo a identificar a influência (negativa e/ou positiva) de determinadas políticas nacionais no sucesso e desenvolvimento de AP (Kent, Sinclair, & Diduck, 2012; McCuaig, 2012), enquanto outros têm defendido que a adaptação de um modelo de gestão a uma AP não deve ser realizada de forma direta sem uma consideração prévia da própria realidade em causa (Aas, Ladkin, & Fletcher, 2005; Jamal & Getz, 1995; Li, 2006), correndo-se o risco de desajustes à realidade social, económica, política ou legal.

Em termos processuais, alguns modelos, focados na gestão de AP para a visitação, consideram uma avaliação deste contexto como um primeiro passo essencial (Hockings, Stolton, Leverington, Dudley, & Courrau, 2006; Tonge, Moore, Hockings, Worboys, & Bridle, 2005). Contudo, as aproximações metodológicas para a sua realização parecem-nos escassas na literatura. Neste sentido, julgamos que o modelo proposto responde a esta necessidade.

Resultados: Evolutivamente, o subsetor do D,R&T nas AP em Portugal teve um surgimento tardio e uma evolução lenta, caracterizada acima de tudo pela falta de articulação entre institutos públicos. Revela-se atualmente falta conhecimento na generalidade das AP portuguesas, no que diz respeito à gestão deste subsetor, e uma política tendencialmente vertical, pouco caracterizada pelo envolvimento público. A própria sociedade não se pauta por um histórico de envolvimento e participação ativa profícuos noutros domínios o que vem piorar esta realidade. O D,R&T não foi, nem é, uma prioridade na gestão das AP em Portugal. Existe ainda carência de dados concretos que permitam aferir o peso deste subsetor nas economias locais/regionais ou nacional.

Contrariamente a esta tendência negativa assiste-se a um crescimento acentuado do turismo de natureza em Portugal (em termos de procura e oferta), a um aumento na prática desportiva na natureza e, simultaneamente, a uma maior oferta turística baseada na comercialização do produto desportivo (turismo ativo e de aventura). Complementarmente, os IP reconhecem as fragilidades do passado e as tendências em crescendo do presente, assumindo que este subsetor é de elevada importância, e que maior atenção e articulação entre estes deverá ser assumida no futuro. Assim, não obstante a existência de fragilidades, julgamos que estão reunidas as condições para a alavancagem deste subsetor em Portugal²⁶.

Consequências para a definição do estudo de caso: Esta fase alertou para a pertinência de uma consulta à administração regional envolvida com o PNSAC (Municípios), para a importância da

²⁶ Uma consulta mais detalhada às conclusões desta fase pode ser efetuada nas considerações finais referentes à Parte 3 (Fase *meso*).

caracterização detalhada da AP, para a possibilidade de a própria participação e subsetor em estudo não serem do conhecimento geral e um hábito entre os *Stakeholders* desta AP. Por consequência desta percepção, a abordagem à participação assumiu um caráter mais de base, centrado nas perspectivas e opiniões dos *stakeholders* sobre aspetos elementares da participação²⁷.

3.2. Definição do contexto local (PNSAC)

Contextualização: Esta fase do modelo centra-se no estudo de caso e é preconizada através da recolha de dados empíricos em articulação com dados documentais. Aqui, e de acordo com o primeiro pressuposto anteriormente enunciado, esta definição é caracterizada pela componente social, através da recolha de dados junto dos vários *Stakeholders*. Esta divide-se em duas componentes, nomeadamente a caracterização do PNSAC (Caixa de texto A) e os *Stakeholders* do D,R&T (Caixa de texto B). Revela-se útil uma abordagem longitudinal e por ordem alfabética.

A fase A consiste numa revisão de literatura com vista à caracterização do PNSAC em vários domínios (identificados na caixa), com dois objetivos distintos: 1) Definir o contexto local, de forma a encontrar variáveis que possam condicionar um conhecimento adequado do caso e ajudar à construção dos instrumentos de medida; 2) Permitir a comparabilidade, a confirmação e inferência com as perspectivas dos *Stakeholders* realizadas na segunda componente (B).

A fase B constitui o cerne desta investigação e consiste na consulta a dois grupos de *stakeholders* com influência regional, nomeadamente os Municípios e a Agência de gestão do PNSAC (AG), denominados de *stakeholders* de N2, e aos agentes do território relacionados com a promoção do D,R&T, constituídos por clubes, empresas, associações, alojamento, entre outros, os quais foram divididos em dois grupos, o movimento empresarial (ME) e o movimento associativo (MA) (denominados de *stakeholders* de N3). A estes grupos são aplicados instrumentos de recolha de dados, nomeadamente entrevistas (N2) e questionários (N3). Toda esta componente do modelo é caracterizada pela valorização do perfil dos *stakeholders* e parte do princípio de que um conhecimento aprofundado deste perfil, da sua visão, dos problemas que identificam, entre outros, são essenciais para a iniciação de um PGP e para a determinação da melhor estrutura para o efeito.

O Diagrama circular (B1) representa as várias dimensões de informação (em consonância com os objetivos específicos desta investigação) e as linhas curvas a tracejado apontam para a tipologia de resultados obtidos após a análise dos dados (Caixa C). Isto significa que esta última, realizada com recurso à metodologia científica, é uma componente de extrema importância no modelo proposto.

²⁷ Mesma consideração anterior.

Chamamos ainda a atenção para a pertinência de se considerarem outros grupos, nomeadamente a comunidade local ou praticantes/visitantes (identificados com *) e ainda, como referido em recomendações anteriores, outras instituições com importância regional.

Para analisar os fatores seguintes constituímos a figura apresentada de seguida (figura 78).

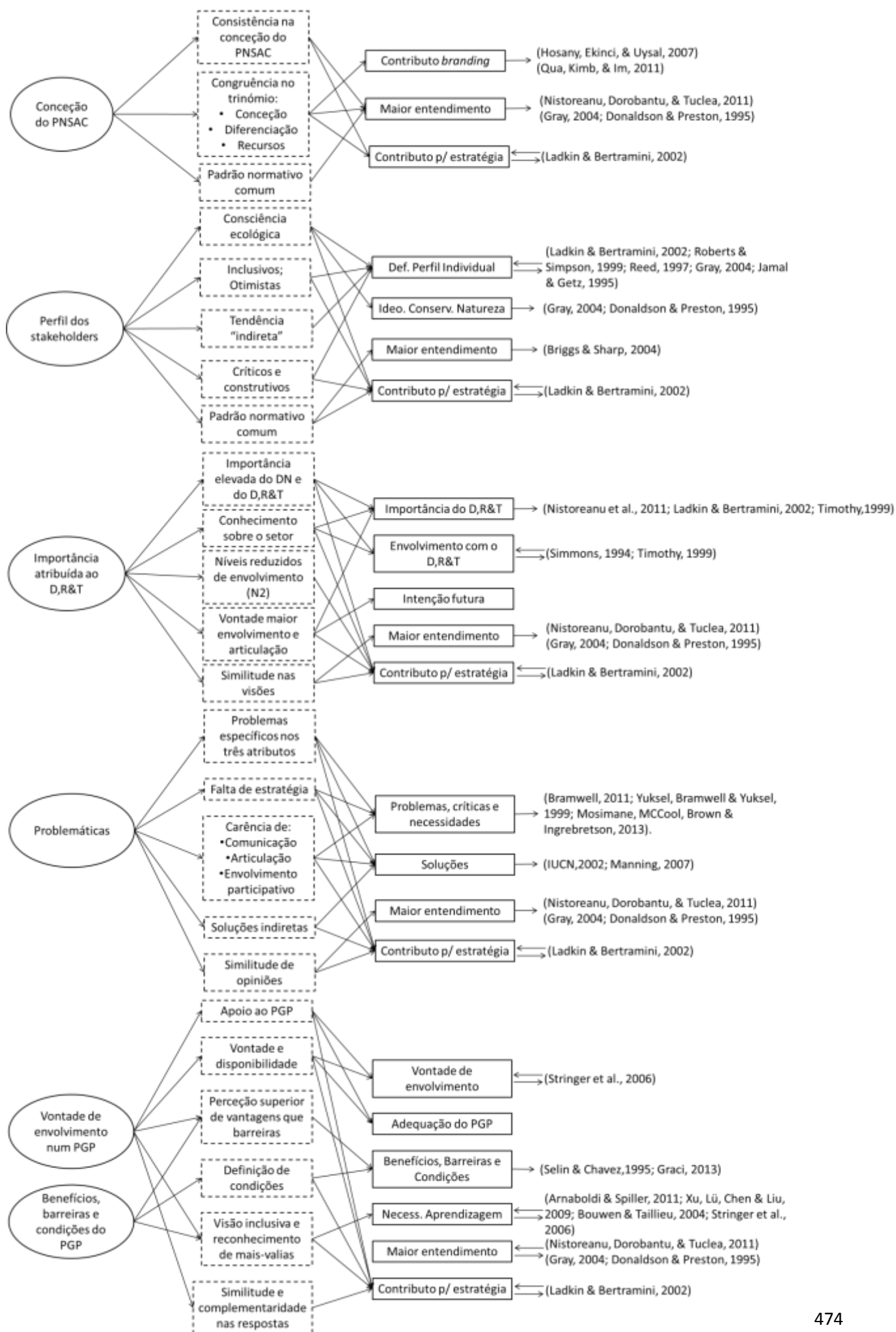


Figura 78. Fatores de informação provenientes dos *stakeholders* do PNSAC

A figura é composta por elementos geométricos diferentes a que correspondem os fatores em discussão. Nos círculos encontramos as dimensões de informação constituintes da consulta aos *stakeholders* (em acordo com o modelo geral). Os quadriláteros a tracejado representam os **resultados** gerais obtidos neste domínio e representam a realidade do PNSAC ²⁸. Estes são posteriormente unidos às informações que se esperam obter com aplicações noutros contextos (quadriláteros em linha tracejada, de acordo com as presentes na parte inferior do modelo geral). Posteriormente, as informações obtidas dão as **respostas à literatura** em dois sentidos diferentes: as setas unidirecionais informam que os nossos resultados foram de encontro aos resultados de outras investigações; as setas bidirecionais significam que os nossos resultados poderão ter a capacidade de atenuar problemáticas apresentadas pelos autores. Por exemplo, Stringer et al. (2006) verificaram a necessidade de adaptações no decorrer de um PGP, no que dizia respeito às necessidades de formação dos indivíduos. Este aspeto resultou da falta de consideração prévia deste fator na fase de planeamento. Através da nossa abordagem, constatamos a necessidade de se considerarem questões de formação.

Resultados: Os resultados obtidos permitem olhar positivamente para a possibilidade de desenvolvimento de um PGP no PNSAC, associado ao D,R&T.

Um resultado que nos permite defender esta posição está relacionado com a constante verificação de padrões normativos comuns, similitude de opiniões (mesmo a nível transversal), uma forma comum de pensar e de conceber o PNSAC. Embora estejamos a falar de resultados que não representam a totalidade dos stakeholder do PNSAC, julgamos que se evidenciam características muito importantes para que este processo possa ocorrer. Se observarmos a figura 78, verificamos que este fator se evidencia em cada um dos últimos quadriláteros tracejados de cada dimensão.

Face à primeira dimensão (**Conceção do PNSAC**), a correspondência entre a documentação e as visões comuns dos inquiridos dá força à construção de uma imagem do PNSAC, mais robusta e criada a partir de uma visão comum e inclusiva. Os resultados permitem a associação dos valores naturais e culturais do PNSAC, com especial ênfase para a geomorfologia e a sua apetência para o D,R&T.

Julgamos que uma aposta no geoturismo, através de um conhecimento e apreciação ativos (entenda-se desportivo) dos valores geológicos e geomorfológicos desta AP, pode ser uma estratégia desta AP. Reflexões na literatura nacional neste campo já existem (Estêvão, 2010; Ramos, Cunha, & Cunha, 2013) e verificam-se referências ao Maciço Calcário Estremenho como um dos locais de maior interesse em Portugal (Barbosas, Ferreira, & Barra, 1999; Brandão, 2009). Para além disso, os

²⁸ Uma consulta detalhada a estes resultados deve recorrer às considerações finais da fase *micro*.

já existentes GeoParques portugueses (Arouca e Naturtejo) poderão servir de exemplo para esta estratégia.

Ainda no que diz respeito à geomorfologia, é de salientar que esta extravasa o campo natural e paisagístico, ressaltando-se a importância dada, nos resultados, aos patrimónios histórico e cultural, intimamente relacionados com as características geológicas do PNSAC.

A dimensão **Perfil dos stakeholders** constitui-se como uma das mais importantes dentro do conjunto dos resultados. Para além de ser constituída por resultados provenientes da triangulação (e consequentemente dos vários objetivos), vem de encontro à teoria normativa estabelecida por Gray (2004) e Donaldson e Preston (1995) e colmatar muitas das problemáticas identificadas na literatura. A falta de conhecimento do perfil dos *stakeholders* tem sido uma das principais falhas no sucesso das implementações destes processos. Através dos resultados pudemos reconhecer elementos comuns do perfil (inter e intra grupos). Parece-nos, assim, que o PNSAC deverá aproveitar a disponibilidade, o envolvimento atual e a vontade futura de melhoria por parte dos diferentes inquiridos, os quais, mesmo revelando-se críticos face à gestão do D,R&T nesta AP, não deixam de apresentar sugestões de melhoria e de identificar necessidades, estando igualmente dispostos ao envolvimento e participação num PGP.

A envolvimento de vários atores na gestão do D,R&T no PNSAC pode contribuir para a construção de uma identidade comum, aspeto essencial para se atingir a sustentabilidade (Palomo, Martín-López, López-Santiago, & Montes, 2011). Palomo et al. (2011), por exemplo, retratam o caso Espanhol (Parque Nacional de Doñana), referindo que as relações entre os 12 municípios inseridos nesta AP são problemáticas, no sentido em que competem por recursos naturais escassos (água) e orçamentos reduzidos, e acrescentando que a inexistência de uma identidade comum é um dos fatores que impede a melhoria das relações. Nos nossos resultados, problemas análogos entre municípios não se evidenciaram, mas situações semelhantes poderão surgir entre grupos diferentes de *stakeholders*.

“O PNSAC é uma área humanizada e socialmente ativa”. Esta foi uma frase por nós referenciada mais do que uma vez ao longo desta investigação e, após um melhor entendimento dos resultados, torna-se mais pertinente do que nunca neste trabalho. O PNSAC é composto por pessoas que humanizaram a paisagem, que desenvolveram as suas atividades económicas, outrora de subsistência, e que, mesmo face às dificuldades do ambiente em que vivem, foram capazes de dar identidade ao território. Hoje é também constituído por visitantes que, em busca das suas qualidades e características, ocupam o seu tempo de lazer ou as suas férias através do usufruto da natureza.

O DN revelou-se nos resultados como a atividade mais desenvolvida pelos *stakeholders* em estudo. Isto reflete o seu estado enquanto fenómeno social em crescendo. Neste sentido, deve ser encarado como uma fonte de rendimento para as populações locais e, simultaneamente, como uma forma de educação para uma vida mais ativa, com programas que envolvam e aproximem as pessoas dos seus valores naturais. Para isso acontecer é necessária maior proximidade e consideração social. Repetimos a assunção assumida anteriormente, aquando da discussão relativa à Estratégia Nacional de Conservação da Natureza (2001): A conservação da natureza a longo prazo acontecerá se o Homem for capaz de reconhecer o seu valor para além dos benefícios (materiais, financeiros) que dela pode retirar. Isto implica consciência ambiental, e esta, por sua vez, implica envolvimento com o meio (Rosa & Carvalhinho, 2012; Sandell & ÖÖhman, 2010). O DN não tem de ser encarado como a única, nem tanto a forma mais adequada de potenciar o que referimos, mas certamente tem o seu lugar no escopo de atividades possíveis.

As autarquias têm aqui um papel de destaque. O perfil destas entidades revela sensibilidade ecológica, atribuição de importância ao subsector e o reconhecimento do potencial da natureza para a visitação. Por isso mesmo, e em articulação com a AG, deverá ser promovida uma aproximação a esta AP, através da dinamização de atividades para as populações dos seus concelhos.

Face à dimensão **Importância atribuída ao D,R&T**, revelam-se níveis elevados de atribuição. Os próprios resultados revelam uma envolvimento passada desta AP com este subsector, conferindo-lhe alguma diferenciação face à generalidade da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e, mais uma vez, o DN é a atividade com maior expressão no quadro da oferta dos inquiridos. O apoio verificado nos resultados, o reconhecimento da apetência desta área para o desenvolvimento destas atividades e a vontade de maior envolvimento e articulação entre entidades no futuro traz legitimidade para que o D,R&T possa ocorrer.

Verifica-se, contudo, por parte de alguns municípios, algum afastamento da realidade do subsector e da AP. As razões para tal facto são, por um lado, apontadas à burocratização associada à promoção de atividades no PNSAC. Julgamos que, a acrescentar a isto, poderá existir alguma falta de conhecimento (inclusive técnico) dentro destas instituições, que potencie uma maior aproximação ao PNSAC.

Apesar desta lacuna, quer a nível nacional, quer a nível regional, denota-se uma maior vontade de envolvimento e de articulação entre os vários atores no futuro.

A visitação sob a forma recreativa e turística tem um peso relevante em algumas AP mundiais, sendo até uma das principais fontes de financiamento das atividades de conservação da natureza (Eagles, 2009). No PNSAC, a realidade socioeconómica assenta sobretudo nas grandes indústrias. Neste

sentido, tecemos duas recomendações: 1) é necessária uma compreensão mais concreta do peso da economia do D,R&T nesta AP, dos seus recursos e da oferta existente; Posteriormente, 2) é necessária estimulação desta economia, através de programas de incentivos numa tentativa de fixar jovens nos seus territórios. Face às impossibilidades de financiamento, a formação nas áreas do turismo e do desporto é de extrema relevância, seja a nível profissional ou superior, de forma a potenciar novas visões e competências nos vários domínios a que nos temos vindo a referir.

No que diz respeito às **Problemáticas**, evidenciou-se algum desconhecimento com problemas específicos de foro ambiental, social ou de gestão (por esta ordem crescente de conhecimento e perceção). Em termos específicos, um dos maiores problemas evidenciados vai de encontro aos conflitos do D,R&T com outras atividades industriais. Repetimos aquilo sobre que já discurremos em capítulos anteriores e acrescentamos uma recomendação ao parágrafo anterior: A sensibilização e maior articulação dos elementos das grandes indústrias para a coexistência com o D,R&T. Ao nível da extração de inertes, por exemplo, poder-se-á considerar o aproveitamento das pedreiras desativadas para fins recreativos, cujo apetrechamento pode ser financiado por estes mesmos industriais (visto que estão legalmente obrigados a apresentar planos de recuperação dos espaços). Este fator, além de aumentar as possibilidades recreativas e desportivas no PNSAC, pode contribuir para a diminuição de uma evidente apreciação negativa da existência desta própria indústria.

Apesar da carência de problemas de caráter mais específico ressaltaram fortes críticas de âmbito mais geral à gestão do D,R&T. Este sentido crítico revela ainda a possibilidade de existirem traços de conflito entre *stakeholders* (em especial de N3) com a própria AG.

A falta de estratégia, de comunicação, de articulação e envolvimento participativo são os elementos mais destacados, seguidos da falta de monitorização e divulgação.

Tendo em conta que a falta de estratégia será discutida no final, focamo-nos em três dos problemas basais encontrados: Comunicação, articulação e envolvimento participativo. Tosun (2000) faz sobressair estes três problemas na generalidade da participação, em especial em países em desenvolvimento, atribuindo a principal causa para estes problemas à centralização e à dificuldade/receio destes governos em promover a distribuição do poder.

Nos nossos resultados, a comunicação foi o problema/necessidade mais enunciada, com níveis superiores de concordância e número de referências superiores ao próprio investimento em novas infraestruturas ou apetrechamentos.

Contraditoriamente, os serviços descentralizados do ICNF (em departamentos) vieram centralizar a gestão individual das AP e este fator é dificultador da comunicação no PNSAC. A carência de recursos

humanos, materiais e financeiros a que esta instituição é atualmente sujeita, associada a uma cultura administrativa portuguesa vertical e pouco participativa, vem piorar esta situação.

Por isso a falta de comunicação é, no nosso entender, um problema fortemente instaurado na génese da governança e gestão das AP portuguesas, incluindo no PNSAC.

Consequentemente, antes e depois do problema da comunicação estão respetivamente a falta de articulação e a carência de envolvimento participativo. A falta de articulação foi já evidenciada por várias vezes e é transversal à esfera nacional e local do PNSAC. A carência de envolvimento participativo resulta dos dois anteriores.

Seria ingénuo da nossa parte pensar que a proposta de participação para o desenvolvimento que apresentamos é solução suficiente para alterar toda esta estrutura/tendência dominante. Neste campo, Tosun (2000) acrescenta e refere que a participação local no desenvolvimento não se pode tornar uma realidade, a não ser que estratégias específicas e deliberadas a nível local e nacional sejam desenvolvidas de forma a contornar limitações como as que ressaltamos anteriormente. No final desta discussão, e no seguimento da reflexão sobre o restante problema evidenciado (falta de estratégia), estabelecemos a nossa posição sobre este assunto.

Restam ainda referências constantes às necessidades de monitorização e divulgação. No que diz respeito à monitorização, os nossos resultados indicam que esta é praticamente inexistente, o que se deve sobretudo às características do próprio território (e.g. grande dimensão; ausência de limites físicos) e à carência de recursos humanos por parte da AG. É neste campo que a própria participação ativa dos vários atores pode atuar. Stringer et al. (2006) referem que as atividades de monitorização representam um dos passos do ciclo do processo em que a literatura revela bastante sucesso. Neste campo, Porto de Mós sugeriu como solução a atribuição de um estatuto especial ao MA, responsabilizando-o pela monitorização. A proposta tem sentido e exemplos semelhantes têm sido observados em vários locais do globo. Selin (1999), por exemplo, refere o caso americano, onde a parceria entre o Appalachian Mountain Club e o USDA Forest Service (desde 1908) tem sido transposta através da construção e manutenção de trilhos pedestres por parte deste clube. Eagles (2009) faz referência aos denominados *Friends Groups*, instituições não lucrativas que, inicialmente nos EUA e posteriormente no Canadá, têm assumido responsabilidades sobre a promoção de serviços e manutenção de espaços.

Parece-nos que situação semelhante pode concorrer através da execução de um PGP, com distribuição de responsabilidades e espaços de prática específicos entre os vários *stakeholders*, de acordo com a sua residência, missão ou conhecimento técnico. Esta situação já acontece parcialmente no PNSAC, com a responsabilidade das autarquias na gestão de espaços.

Esta distribuição de tarefas que propomos deve ser realizada de forma equitativa e, repetimos, de acordo com as capacidades de cada envolvido. A acompanhar esta atribuição devem estar dois elementos: i) Uma metodologia transversal de monitorização, recuperação e apetrechamento de espaços que permita a posterior centralização e análise dos dados para obter uma visão geral da AP. Perante esta recomendação, casos provenientes da Nova Zelândia ou Canadá demonstram como a combinação do método científico e tradicional pode contribuir para a produtividade da monitorização, assim como para uma maior aproximação e consenso entre os envolvidos (Stringer et al., 2006); e a ii) formação específica, sobretudo de foro técnico, e associada ao campo desportivo, que aumente ou melhore o escopo de competências dos envolvidos.

Por fim, encontra-se uma posição “indireta”, o que significa que as soluções/medidas sugeridas pelos *stakeholders* não apresentam uma tendência reguladora, punitiva ou restritiva, mas antes baseada na conversação e sensibilização. Este era um aspeto esperado (IUCN, 2002; Manning, 2007) e reforça o perfil inclusivo e consciente dos inquiridos, assim como o seu desejo por mais e melhor comunicação.

As dimensões “**Vontade de envolvimento num PGP**” e “**Benefícios, Barreiras e Condições de um PGP**”, como referido anteriormente, e no nosso entender, vêm contribuir para a melhoria dos problemas basais relacionados com a comunicação, articulação e falta de envolvimento participativo. A clara vontade de envolvimento num PGP espelhada por todos os inquiridos (em todos os níveis) a sua adequação enquanto processo e a visão inclusiva que têm dos seus pares, são aspetos que legitimam a possibilidade desta aproximação no PNSAC.

Posteriormente, é de salientar a forma como revelam uma perceção comum de benefícios mas ao mesmo tempo de barreiras e condições para a execução do PGP. Esta realidade trás vantagens já enunciadas por várias vezes nos nossos resultados e o contraponto com a literatura é novamente evidenciado na figura anterior.

Voltamos a enfatizar um aspeto importante que se refere à identificação de condições pelos próprios *stakeholders*. Apesar de não encontrarmos resultados na literatura passíveis de serem confrontados, parece-nos que esta pode ser uma abordagem complementar no início do PGP, no sentido em que, de forma inclusiva e participada, as limitações/condições são impostas (em parte) pelos próprios intervenientes. Isto pode causar um sentido de maior pertença, envolvimento e responsabilização, no sentido em que todos deverão aceitar as condições que foram impostas por si mesmos, ou seja, de forma descentralizada.

Finalmente centramo-nos nos dois últimos elementos do modelo, a definição de uma estrutura (D) e, associada a esta, a definição de uma estratégia (D1).

Como visto anteriormente, a ausência de estratégia é um problema de base e vai de encontro ao resultado geral ressaltado no início desta discussão, representando, do nosso ponto de vista, as evidências da falta de investimento e conhecimento sobre este subsetor em Portugal. Contudo, salienta-se mais uma vez, nos nossos resultados, o contributo que todos os elementos dão à definição de uma estratégia.

Prahalad e Hamel, conhecidos autores da área da gestão, afirmaram em 1990 que as “*Core competencies*” (ou competências nucleares) são o manancial do novo desenvolvimento de negócios (Prahalad & Hamel, 1990). Os autores defenderam que o desenvolvimento de uma estratégia deveria partir das competências de uma corporação. Para isso, deveria criar-se um forte sentido de comunidade entre as pessoas e valorizar o seu conhecimento. Só assim, uma determinada empresa poderia inovar e manter-se competitiva no mercado.

Embora fora do mundo empresarial, os nossos resultados coincidem com a assunção dos autores, e é por isso que quase todas as informações e pontos de vista dos principais atores de um PGP, no PNSAC, são tidas em conta enquanto contributos para a definição de uma estratégia. Por essa mesma razão defendemos claramente que os recursos físicos (visão física, evidenciada na caixa de texto negra na base do modelo geral) são insuficientes, porque a estratégia depende claramente das pessoas. Assim, os resultados revelam uma visão comum e integrada, assente na realidade do próprio território, e é a partir desta que se gera uma missão. A partir da missão são definidos objetivos estratégicos que, por sua vez, vão necessitar de processos bem definidos para o seu alcance.

Como tal, defendemos que, independentemente da estrutura que possa vir a assumir este compromisso (embora estejamos já a colocar a possibilidade de esta ter uma base não lucrativa), julgamos não existir impedimento para que se possa considerar uma abordagem mais comercial ao seu funcionamento e posicionamento.

Os autores Neely, Adams e Kennerley (2002) apresentaram uma metodologia adaptada à realidade empresarial, baseada nos princípios do *Balanced Scorecard*. Esta foi inovadora e distintiva no sentido em que considerou a importância dos *stakeholders*. Definiram-na como *Performance Prism*²⁹. Estes, em consonância com Prahalad e Hamel (1990), defendem que a melhor forma de as organizações (lucrativas ou não lucrativas) sobreviverem e prosperarem a longo prazo é através da consideração dos desejos e necessidades de todos os seus *stakeholders*, esforçando-se para distribuir valor de

²⁹ Execução gráfica utilizada na apresentação dos resultados das considerações gerais da face micro, embora não respeitando os princípios teóricos do modelo dos autores.

forma apropriada a cada um destes. Neste sentido, deve-se ter em consideração aquilo que os *stakeholders* desejam em estreita consonância com aquilo que a estrutura deseja dos *stakeholders*. Esta ponderação integrada permite a criação de uma visão estratégica e o desenvolvimento de soluções, além de que contribui para a satisfação das várias partes envolvidas.

Esta aproximação acerca-se do objetivo que propomos no modelo na caixa negra (D1), no sentido em que se considera um fator físico (Capacidades/recursos) apoiado num fator social, o qual depende claramente do perfil e da vontade dos nossos *stakeholders*.

Na figura 79 estabelecemos a nossa perspetiva e salientamos o contributo dos nossos resultados:

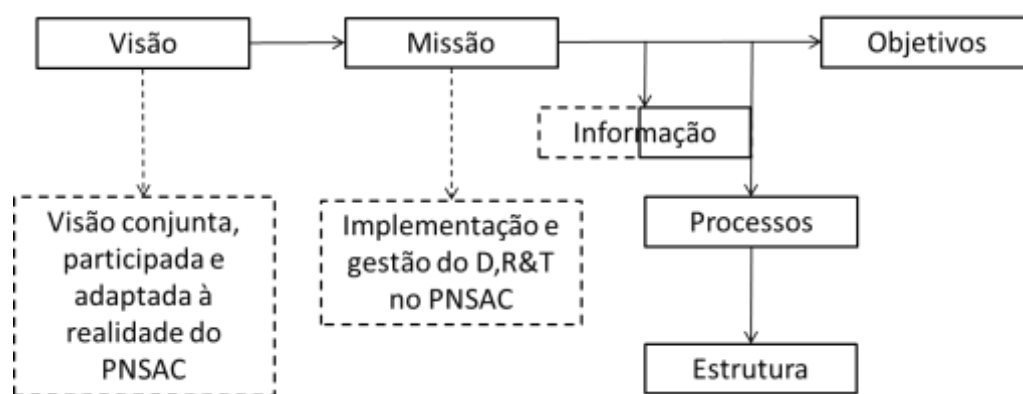


Figura 79. Estabelecimento da estratégia

O estabelecimento de uma estratégia implica uma Visão, uma Missão e Objetivos claramente definidos. Entre a Missão e os objetivos, encontram-se os processos pelos quais nos propomos atingir esses objetivos, os quais dependem *a priori* de informação e, *a posteriori*, de uma estrutura que os leve a cabo. Os nossos resultados, apresentados nos quadros a tracejado, contribuem para o primeiro elemento no sentido em que providenciam uma visão comum, adaptada à realidade do próprio território, e de acordo com as necessidades daqueles que o habitam. A missão também é estabelecida no sentido em que consiste num investimento no D,R&T, no PNSAC, de forma a potenciar os benefícios que dele podem ser resultantes e que são reconhecidos quer pela generalidade da literatura, quer, mais uma vez, pelos próprios representantes locais. A caixa da informação está parcialmente tracejada, sendo que, a par da evidenciada necessidade de dados mais concretos acerca dos recursos do PNSAC (parte com linha contínua), já revela através dos dados obtidos, informações provenientes dos seus atores (parte com linha tracejada).

Por fim, os processos e objetivos devem ser estabelecidos no início das conversações. A nossa aproximação traz um elemento importante, na medida em que vem precaver as problemáticas resultantes da ausência de uma visão e vontade conjuntas de envolvimento.

3.3. A proposta de uma estrutura

O elemento mais discordante entre todos os inquiridos centrou-se na definição de uma estrutura que pudesse levar cabo o PGP. Nos resultados, a responsabilização do estado, com uma estrutura nascida no seio do ICNF, foi contraposta com a necessidade de se responsabilizar a sociedade civil. Eagles (2009) discorre sobre este aspeto, afirmando que a própria investigação no desenvolvimento sustentável do turismo em AP apresenta ainda uma lacuna no que diz respeito a aspetos de governança e gestão. Por isso, e tendo em conta que este é um trabalho relativamente recente, julgamos que este é um assunto complexo, o qual merece ainda atenção e reflexão. No entanto, o autor avalia de forma algo subjetiva as estruturas mais comuns de acordo com critérios de boa governança (i.e. *Public participation; Consensus orientation; Strategic vision; Responsiveness to stakeholders; Effectiveness; Efficiency; Accountability to the public and stakeholders; Transparency; Equity; Rule of law*) e atribui pontuações de acordo com esses mesmos critérios. A melhor pontuação vai de encontro à nossa expectativa inicial e responde a uma combinação estatal e não lucrativa (*Public and nonprofit combination model*). De acordo com o autor, este modelo foi classificado entre forte e muito forte para todos os critérios, exceto para a transparência, à qual foi atribuída uma pontuação média. O *ranking* elevado sugere que, de acordo com os critérios, esta combinação se aproxima dos ideais de boa governança. Esta opção é, de facto, aquela que melhor se associa às diferentes visões dos inquiridos.

Dados os constrangimentos observados a nível nacional (i.e. falta de articulação entre institutos públicos; ausência de estratégia nacional para o desenvolvimento do D,R&T nas AP; centralização das AP em departamentos), parece-nos que a melhor estrutura de gestão para levar a cabo um PGP deve ter origem local e participação governamental.

O PNSAC é uma AP constituída essencialmente por terrenos privados; é uma área de grande dimensão, com diferentes instituições governamentais locais (municípios); um departamento que gere o espaço (AG) e um número relativamente elevado de *stakeholders*, em diversidade e quantidade (MA e ME). Possui ainda nos dois distritos que o envolvem, duas instituições de ensino superior (Instituto Politécnico de Santarém e Instituto Politécnico de Leiria), assim como escolas profissionais em quase todos os concelhos. Esta base humana, em número, diversidade e competências, é a razão da estrutura que sugerimos de seguida (figura 80).

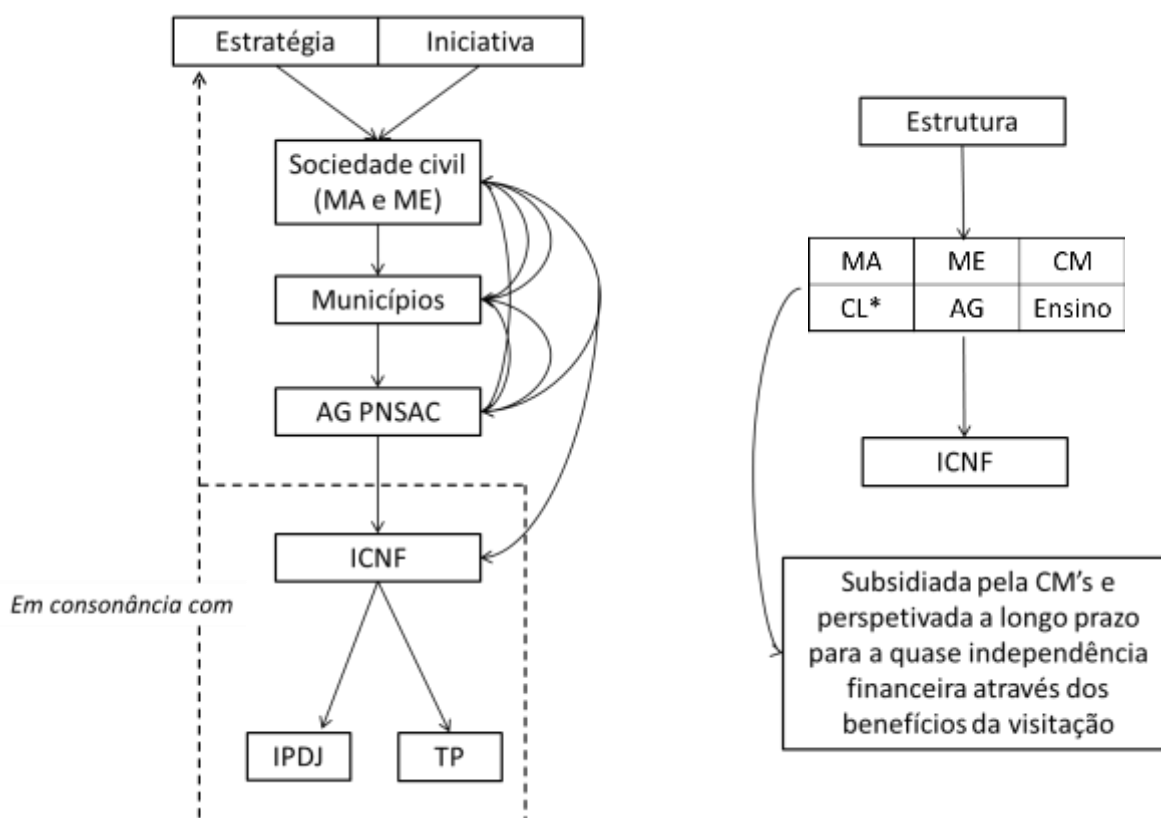


Figura 80. Proposta de uma estrutura para o PGP

Na nossa proposta, a estratégia e a iniciativa surgem lado a lado e devem partir da sociedade civil, em consonância com os municípios e a AG do PNSAC (daí as setas curvas bidirecionais entre estes três elementos). São estes os indivíduos que melhor conhecem o território, tal como as suas particularidades, e são os principais beneficiários ou prejudicados com o desenvolvimento do D,R&T. Todavia, a estratégia deve ser fundamentada, inteligente e de acordo com as estratégias globais dos institutos públicos e das tendências dos setores em Portugal. Isto significa que é necessário uma fundamentação prévia que, embora assente nas necessidades das populações, deve ser suportada pelos dados referentes ao crescimento da prática desportiva, do turismo e do usufruto da natureza para a generalidade da recreação e do lazer (componente a tracejado).

É numa fase posterior que esta estratégia é apresentada ao ICNF (entenda-se a administração central das AP portuguesas). As setas que se seguem resultam da análise dos dados das entrevistas aos dois setores públicos. Neste âmbito referimos novamente a posição do TP, que assumia que a principal vontade de investimento estratégico neste subsector deveria partir do ICNF, e que este participaria como parceiro no desenvolvimento. Por esta razão, esta é uma das fases mais sensíveis da proposta, no sentido em que coloca o ICNF como um decisor central de todo este processo.

A segunda parte da proposta inclui a estrutura. Esta tem, indubitavelmente, um fundamento participativo e deve ser constituída por elementos representantes das várias tipologias de *stakeholders*. Embora esta caixa (com 6 células) seja dinâmica, ou seja, permita a entrada de mais tipologias, julgamos que não poderá ser demasiadamente abrangente, devendo centrar-se nos principais elementos relacionados com o D,R&T, neste caso o MA, ME, CM, a AG e o Ensino. Acrescentamos um elemento que não foi estudado por nós e que remete para representantes das comunidades locais (CL). A esta estrutura é atribuída a responsabilidade da gestão do D,R&T no PNSAC, em estreita consonância com o ICNF, no sentido de serem reportadas condições dos recursos, novos investimentos, etc., para que seja garantida a conservação dos recursos naturais.

Esta ligação implica comunicação e abertura entre a estrutura de base e este instituto. Esta é a segunda fase mais sensível desta proposta no sentido em que junta entidades que revelaram algum descontentamento com a estrutura do ICNF e, por sua vez, um instituto (ICNF) que não se pauta pela valorização deste subsector nas AP. É por isso que a AG do PNSAC se encontra no grupo nuclear da estrutura, de forma a facilitar a comunicação e amenizar problemas/conflitos que possam eventualmente surgir.

Tendo em conta que esta estrutura não deve nascer no seio do ICNF, julgamos que deve ser subsidiada pelas autarquias, as quais, por sua vez, participaram previamente na construção da estratégia (1ª parte do modelo). Consideramos que, se as autarquias participarem ativamente na definição da estratégia, estarão mais habilitadas a reconhecer os benefícios resultantes e, conseqüentemente, mais dispostas ao apoio financeiro.

Todavia e defendendo a nossa posição anterior (postura comercial), julgamos que esta estrutura se deve encaminhar para a sustentabilidade (ou quase) financeira. Este é um aspeto difícil de julgar ou prever de momento, mas julgamos que de forma responsável esta será a postura mais adequada a assumir. Esta sustentabilidade financeira deverá derivar dos próprios objetivos estratégicos, fontes de financiamento, taxas, ou outros elementos que se venham a considerar no futuro.

4. Referências

- Aas, C., Ladkin, A., & Fletcher, J. (2005). Stakeholder Collaboration and Heritage Management. *Annals of Tourism Research*, 32(1), 28-48. doi: 10.1016/j.annals.2004.04.005
- Barbosas, B., Ferreira, N., & Barra, A. (1999). Importância da Geologia na Defesa do Património Geológico, no Geoturismo e no Ordenamento do Território. *Geonovas*, 13, 22-33.
- Brandão, J. (2009). Grutas turísticas: património, emoções e sustentabilidade. *GEONOVAS*, 22, 35-43.
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The Stakeholder Theory of the Corporation: Concepts, Evidence, and Implications. *The Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Eagles, P. (2009). Governance of recreation and tourism partnerships in parks and protected areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(2), 231-248. doi: 10.1080/09669580802495725

- Estêvão, C. (2010). *O Património Geológico em Áreas Protegidas no Maciço Ibérico: Inventariação de Geossítios baseada em pesquisa bibliográfica*. MsC, Universidade do Minho.
- Gray, B. (2004). Strong Opposition: Frame-Based Resistance to Collaboration. *Journal of Community and Applied Social Psychology*(14), 166-176. doi: 10.1002/casp.773
- Hockings, M., Stolton, S., Leverington, F., Dudley, N., & Courrau, J. (2006). *Evaluating Effectiveness: A framework for assessing management effectiveness of protected areas* (2nd ed. Vol. 14). United Kingdom: IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK.
- IUCN. (2002). *Sustainable Tourism in Protected Areas - Guidelines for Planning and Management*. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK: World Tourism Organization.
- Jamal, T., & Getz, D. (1995). Collaboration Theory and Community Tourism Planning. *Annals of Tourism Research*, 22, 186-204.
- Kent, K., Sinclair, A., & Diduck, A. (2012). Stakeholder engagement in sustainable adventure tourism development in the Nanda Devi Biosphere Reserve, India. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 19(1), 89-100.
- Ladkin, A., & Bertramini, A. (2002). Collaborative Tourism Planning: A Case Study of Cusco, Peru. *Current Issues in Tourism*.
- Li, W. J. (2006). Community decision making: participation in development. *Annals of Tourism Research*, 33(1), 132-143.
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- McCuaig, J. (2012). "Government knows best" to "Yes!" Lessons learned from the relationship between the staff of Gros Morne National Park, Canada and regional actors. *Environments Journal*, 38(1), 1-18.
- Neely, A., Adams, C., & Kennerley, M. (2002). *The Performance Prism: The Scorecard for Measuring and Managing Business Success*. UK: Pearson Education Limited.
- Palomo, I., Martín-López, B., López-Santiago, C., & Montes, C. (2011). Participatory Scenario Planning for Protected Areas Management under the Ecosystem Services Framework: the Doñana Social-Ecological System in Southwestern Spain. *Ecology and Society*, 16(1), 23.
- Prahalad, C., & Hamel, G. (1990). The Core Competence of the Corporation. *Harvard Business Review*(May-June), 78-90.
- Ramos, A., Cunha, L., & Cunha, P. (2013). *Geopatrimónio e Recursos Minerais na Região da Figueira da Foz-Nazaré (Portugal Central)*. Paper presented at the VI Congresso Nacional de Geomorfologia, Coimbra.
- Reed, M. (1997). Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 566-591. doi: 10.1016/S0160-7383(97)00023-6
- Roberts, L., & Simpson, F. (1999). Developing Partnership Approaches to Tourism in Central and Eastern Europe. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3&4), 314-330. doi: 0966-9582/99/03 0314-17
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, 18(3), 259-280.
- Sandell, K., & Öhman, J. (2010). Educational potentials of encounters with nature: reflections from a Swedish outdoor perspective. *Environmental Education Research*, 16(1), 113-132. doi: 10.1080/13504620903504065
- Selin, S. (1999). Developing a Typology of Sustainable Tourism Partnerships. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3-4), 260-273. doi: 10.1080/09669589908667339
- Stringer, L., Dougill, A., Fraser, E., Hubacek, K., Prell, C., & Reed, M. (2006). Unpacking "Participation" in the Adaptive Management of Social-ecological Systems: a Critical Review. *Ecology and Society*, 11(2), 39.
- Tonge, J., Moore, S., Hockings, M., Worboys, G., & Bridle, K. (2005). Developing indicators for the sustainable management of visitor use of protected areas in Australia. In C. Cooper, T. De Lacy & L. Jago (Eds.). Australia: CRC for Sustainable Tourism Pty Ltd.
- Tosun, C. (2000). Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. *Tourism Management*, 21, 613-633.
- Xu, J., Lü, Y., Chen, L., & Liu, Y. (2009). Contribution of tourism development to protected area management: local stakeholder perspectives. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 16(1), 30-36. doi: 10.1080/13504500902757189

Conclusão geral, Limitações e Recomendações

Conclusão geral

Enunciando o objetivo geral desta investigação,

A formulação de um modelo de iniciação à gestão participada do desporto realizado nos âmbitos da recreação e do turismo, adaptado à realidade do PNSAC.

Concluimos que é possível a formulação de um modelo que permita a iniciação de um processo de gestão participativo (PGP) no PNSAC. Esta AP é reconhecida pelos seus valores naturais e culturais, bem como pela sua apetência para o desenvolvimento do D,R&T. De igual forma, possui um largo, consensual e disponível suporte social aos mais variados níveis e diversidade de instituições. A par da pouca cultura nacional face a este subsector, da falta de estratégia, de articulação entre entidades e do reconhecimento da incapacidade de melhor intervenção no passado, verifica-se em entidades governamentais nacionais (Institutos Públicos), regionais (Autarquias) e da Agência de Gestão (AG) do PNSAC, uma vontade comum de maior investimento e de articulação no futuro. Esta vontade é consonante com os *stakeholders* do território (movimento associativo e empresarial).

A legitimidade para este processo deve-se ao crescimento do D,R&T no panorama nacional, ao estatuto que o desporto de natureza (DN) ocupa no leque de atividades dos indivíduos inquiridos, à valorização que lhe é atribuída, às vontades e visões comuns e ao reconhecimento dos benefícios que deste podem advir, não obstante o igual reconhecimento de barreiras, condições ou outros problemas derivantes destas atividades e de um PGP.

A participação parece-nos a forma mais equilibrada, equitativa e responsável de desenvolver este processo, cuja estrutura se propõe nascer da sociedade civil, de forma fundamentada e adaptada à realidade, em estreita parceria com a tutela e subsidiada inicialmente pelos municípios.

O DN não deve acontecer isolado. Este faz sentido, não só por ser valioso enquanto prática puramente desportiva, mas porque se constitui como uma forma de dar a conhecer o meio natural, as culturas das populações locais e de educação para a sustentabilidade, assim como, um produto comercial com potencial de crescimento no âmbito da recreação comercial e do turismo. É por isso que nesta investigação e no modelo proposto não se considerou unicamente o DN, mas o D,R&T.

A opção por uma exploração de dados baseada nos atributos da conceção da experiência recreativa (ambientais, sociais e de gestão) revela-se pertinente e adequada aos objetivos propostos. Todavia, em locais onde o desporto, a recreação e o turismo são pouco reconhecidos ou explorados, pode tornar-se demasiado específica e ultrapassar o conhecimento dos *stakeholders*. É por isso que uma

abordagem a críticas, problemas e soluções de caráter mais geral deve ser preconizada e servir de complemento a esta aproximação.

Concluímos ainda, perante o elevado número de respostas à literatura, em especial na provável mitigação de alguns problemas associados aos PGP, que o modelo proposto poderá ser aplicado noutros contextos, de preferência naqueles em que se esteja a considerar a iniciação efetiva de um PGP e que o mesmo deve proceder as fases de envolvimento já defendidas por outros autores (Jamal & Getz,1995; Selin & Chavez,1995; Mitchell & Reid,2001; Graci,2013).

Considerações finais

O desenvolvimento do D,R&T de forma participada não deve ser entendido como uma tarefa simples e facilitada em termos processuais. A positividade dos nossos resultados não deve ser utilizada como justificação única e isolada da pertinência deste processo. Entre várias necessidades, é muito importante a existência de dados estatísticos mais concretos que permitam fortificar e justificar esta vontade.

É necessária multidisciplinaridade. A formação é um elemento fundamental para que este subsetor se possa desenvolver, quer no PNSAC quer no nosso país. Da parte do ICNF, é necessária a consideração de pessoas com formação em áreas sociais, como o desporto, o turismo, a sociologia ou a economia. Na ausência de possibilidades financeiras deve ser fomentada a parceria. A mesma recomendação é feita ao TP e ao IPDJ, em especial ao último, cujo afastamento desta realidade pode também dever-se a esta constatação.

Daqui deriva a “Problemática das Missões” referida no capítulo 6. A missão do INCF é uma, a do IPDJ é outra, a do TP é outra. De quem é a missão do D,R&T nas AP? Maior articulação e definição de estratégias em conjunto são novamente as nossas recomendações. Julgamos que, enquanto este trabalho conjunto não ocorrer, dificilmente veremos Portugal destacado na oferta turística de natureza, nas vertentes do turismo ativo e de aventura. De igual modo, continuaremos a identificar uma população com baixos níveis de prática desportiva, quando o meio natural oferece tão grande leque de possibilidades (e gratuitas); as AP permanecerão como locais reguladores e restritivos, em vez de santuários naturais que devem ser respeitados, apreciados e preservados de forma próxima e ativa.

Em relação à especificidade do PGP e à gestão do D,R&T em geral, o fator humano é essencial. Se existe um fator humano tem de existir comunicação. Para que esta aconteça, é necessária a descentralização e para que esta se institua, a proximidade à realidade é condição fundamental.

Tudo isto implica uma alteração bastante profunda na postura administrativa portuguesa em especial ao nível da conservação da natureza.

A gestão participada não pode ser conduzida de um patamar superior. Esta implica humildade, transparência e uma descida que se caracterize pelo envolvimento conjunto com as populações e com os *stakeholders* que moldam o território. Nunca devemos esquecer que o território é constituído por pessoas e estas têm a capacidade de fazer o bem e de fazer o mal. Uma estrutura muito burocratizada e centralizada não é a melhor aproximação ao indivíduo que hoje se sente prejudicado pela existência de uma AP. É por isso que os responsáveis por este processo têm de se envolver nesta estrutura, como participantes e com base na proximidade, e isto, não revela descuido ou falta de mérito do indivíduo ou da instituição coordenadora, até pelo contrário, revela uma posição responsável, inovadora e que respeita os princípios de boa governança.

Por isso, uma das principais premissas do sucesso deste processo reside na comunicação, principalmente numa fase inicial, onde a exposição de ideias e objetivos aos diferentes *stakeholders* do território deve ser real, transparente, motivadora e baseada na proximidade.

Face ao PNSAC, julgamos que de momento não é adequada uma divulgação massiva dos seus valores. Perante uma monitorização deficiente, um desconhecimento do estado atual dos locais de prática desportiva e carência de informação acerca das diferentes oportunidades de D,R&T, julgamos que esta AP não está em condições plenas de receber os seus visitantes e de gerar momentos de elevado poder experiencial. Depois de garantida esta situação, pensamos que uma tentativa de inclusão em redes europeias (e.g. Pan Parks) pode ser uma possibilidade, assim como, o estabelecimento de parcerias para atingir os mesmos objetivos coletivos.

Neste sentido, é importante que se proceda à determinação de um processo de monitorização dos espaços desportivos e de visitação em geral. Embora a realidade desta AP (humanização; ausência de limites físicos) dificulte este processo, parece-nos que a responsabilização dos *stakeholders*, em função da sua localização, apetência e conhecimentos, possa ser uma solução viável a médio-longo prazo. Para isto deve concorrer, em primeiro lugar, um maior conhecimento dos impactos ambientais gerados pelos DN e, posteriormente, a criação de metodologias normalizadas de implementação e monitorização de espaços de prática desportiva.

É ainda importante considerar uma aproximação às indústrias desta AP, em especial as de extração de inertes, cuja imagem perante os *stakeholders* é negativa e pejorativa. Se o intuito for gerar uma nova indústria relacionada com o D,R&T, então é importante a conversação, a parceria e sensibilização destes para a coexistência de diferentes economias nesta AP.

Por último, cabe-nos ressaltar a ausência do ICNF (serviços centrais) nesta investigação. Esperamos ter a possibilidade no futuro de promover o diálogo, aberto, criativo e multidisciplinar, que concorra para a melhoria das AP nacionais, para a recreação e turismo em geral e para o desporto em particular.

Reflexões sobre a metodologia utilizada

De forma a contribuir para a sistematização e objetividade do tratamento e interpretação dos resultados obtidos ao longo de toda a investigação, considerámos uma aproximação metodológica pouco comum na literatura científica. Referimo-nos à criação de unidades analíticas (temas analíticos e temas inferenciais) como forma de uniformizar a métrica associada ao método misto (qualitativo-quantitativo) e permitir triangulação. Da sua utilização, fazemos uma reflexão que aponta para alguns pressupostos e aspetos mais e menos positivos.

Um primeiro pressuposto, é que esta, embora procure a objetividade e sistematização, continua a ser caracterizada pela subjetividade inerente ao próprio processo interpretativo. Este pressuposto ganha sentido sobretudo ao nível do processo inferencial. Por esta razão, outro pressuposto, é que esta depende de um conhecimento teórico relativamente profundo implicando uma grande quantidade de leituras prévias e, ao mesmo tempo, a revisão constante dos resultados obtidos.

Esta aproximação revelou-se benéfica em termos da objetividade da análise, ou seja, permitiu uma análise bastante aprofundada e detalhada reduzindo a possibilidade de “viés” ou de, perante quantidades avultadas de dados, deixar de parte informação pertinente. Permitiu ainda a uniformização da métrica, reduzindo a subjetividade que muitas vezes está subjacente aos processos de triangulação. O último aspeto positivo prende-se com a visualização gráfica como forma de interpretação dos resultados. Não obstante a adequabilidade de outras representações, julgamos que a construção de redes com as ligações entre os diversos temas se revela adequada a uma interpretação mais completa, mais objetiva e menos sujeita ao erro.

Por outro lado, caracteriza-se pela existência de algumas fragilidades. A primeira prende-se com a morosidade da análise dos dados. Destacamos que nesta investigação estivemos sujeitos a grandes quantidades de dados que foram sendo transformados através deste processo. Um *corpus* de estudo composto por n=113 (entre documentos e inquiridos com exclusão de n=26 questionários) gerou 1493 codificações de texto (excluindo a análise efetuada no capítulo 5), que por sua vez deram origem a 266 temas analíticos. Dada a inexistência de apoio informático para aferição do erro, todo este processo se tornou extremamente cansativo para o investigador, implicando muito tempo de leitura e interpretação, assim como, níveis bastante elevados de concentração.

Carece ainda de mais objetividade na formulação dos próprios temas, sobretudo no que se refere aos dados quantitativos.

Consideramos esta primeira tentativa positiva e bem-sucedida. Contudo, julgamos que maior trabalho deve ser realizado em seu torno. Dever-se-á proceder a uma tentativa de publicação da metodologia utilizada, no sentido de ser julgada por outros investigadores e noutros contextos de investigação. Desta forma, esperamos contribuir para a melhoria do processo investigativo.

Limitações

Algumas limitações poderão ser identificadas neste estudo, seja por fatores metodológicos, humanos e ou temporais e que de alguma forma criaram dificuldade ao desenvolvimento da investigação.

Em primeiro lugar, e por motivos exteriores ao nosso controlo, cabe-nos ressaltar a ausência do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P. do *corpus* de estudo. Este fator implicou uma visão incompleta ao nível institucional, impossibilitando uma compreensão mais profunda da realidade em causa no que diz respeito ao contexto nacional.

Em segundo, as restrições temporais verificadas, causadas pelas demoras nas respostas provenientes das autarquias, nos sentiu em que algumas respostas implicaram sete meses de espera. Reconheceu-se, em alguns casos, a falta de conhecimento e envolvimento com o subsector por parte dos inquiridos, o que dificultou a inquirição. Por isso, alguns dos guiões foram preenchidos por escrito, implicando o envolvimento de mais do que uma pessoa (das autarquias). Se este processo tem a vantagem de originar uma entrevista mais completa e coesa em termos de conteúdo, por outro contribui para a demora no preenchimento.

Por isso, a terceira limitação assentou na dualidade de protocolos utilizados (escrito e gravação áudio). Consideramos que, em termos de informação (entenda-se conteúdo mais concreto e sujeito a codificação) a diferença no protocolo poderá não ter influenciado os resultados. Contrariamente, características mais profundas do perfil dos indivíduos, determinadas reações ou expressões identificáveis no protocolo de entrevista *in loco* tendem a ficar ausentes do protocolo escrito.

No que diz respeito à abordagem positivista, a principal limitação esteve relacionada com a reduzida amostra face ao que estava inicialmente previsto e que provocou condicionamentos na qualidade dos resultados e, por conseguinte, a impossibilidade de uma compreensão mais completa do caso no final desta tese. Esta redução da amostra foi causada por diferentes constrangimentos: i) a desatualização da base de dados fornecida pela AG do PNSAC com a existência de entidades com atividade encerrada; ii) a dificuldade em encontrar contactos de todas as entidades; iii) restrição

temporal face ao não cumprimento das datas previstas para preenchimento dos questionários por parte das entidades contatadas; iv) identificação de alguma resistência e até desconfiança face ao preenchimento de questionários (em geral e não relacionado com esta investigação).

Outro aspeto prendeu-se com o resultado de algumas diferenças significativas entre grupos e correlações entre variáveis. Estes sugeriram a necessidade de se aprofundar alguns aspetos para os quais o instrumento de medida não estava preparado. Contudo julgamos que estas evidências preliminares poderão converter-se em recomendações mais ricas para o estudo de novas variáveis.

Por último referimo-nos à extensão. Estamos perante uma temática bastante abrangente e pouco explorada no contexto investigativo nacional o que implicou uma compreensão mais ampla de todo o contexto em que o D,R&T em AP acontece. A acompanhar este fator, criámos instrumentos de medida muito longos e consequentemente, a análise dos dados, o processo interpretativo e a discussão acabaram por ser igualmente extensos, morosos e provavelmente cansativos para o leitor.

Recomendações

Face ao trabalho desenvolvido, tecemos algumas recomendações. Em termos metodológicos consideramos que a realização de entrevistas às tipologias de entidades constituintes do *corpus de estudo*, em especial os municípios, deve ser antecipada de uma reunião que permita um contato presencial, o estabelecimento de alguma empatia e responsabilização. Sem influenciar o respondente, deve-se igualmente, neste momento, falar um pouco sobre o subsetor, permitindo a este iniciar um processo de reflexão que, julgamos nós, se poderá refletir em respostas mais completas na fase de recolha de dados. Julgamos que esta opção pode levar a um maior envolvimento do respondente com a entrevista, atenuando aqui, a diferença entre o protocolo escrito e áudio anteriormente salientado.

Outras entidades devem ser consideradas no futuro, como por exemplo as delegações regionais de turismo, associações ou outras instituições com influência regional.

Em estudos de caso com uma amostra significativa e onde se preveja o uso de questionários, é importante uma noção bastante antecipada da amostra efetivamente disponível para o estudo. Este procedimento deverá inclusive ser antecipado à própria escolha e construção de determinado instrumento de medida.

Ao pretender-se estudar uma determinada realidade (caso), pouco conhecida no panorama investigativo e através do uso de questionários, as entrevistas exploratórias são do nosso ponto de vista, um passo essencial e quase obrigatório para o aumento da objetividade dos instrumentos de

medida. Recomenda-se que em estudos semelhantes e enquadrados num estado de arte pouco vigente, se proceda a este passo metodológico.

Em termos dos resultados obtidos e possíveis contributos para o conhecimento, consideramos que em AP que se caracterizam por uma gestão territorial complexa (como é o PNSAC), é muito importante a consideração de estudos como o que foi agora realizado e que aparentemente, surgem menos evidenciados na investigação. A consideração de uma fase *meso* que permita definir o contexto em que o caso se insere é, no nosso entender, muito relevante.

A governança tem sido alvo de atenção na literatura associada ao turismo e AP, embora ainda careça de maior investimento. Neste sentido, e mediante os resultados obtidos, consideramos que instituições como as que foram aqui inquiridas poderão, em parte, ser tratadas como “indivíduos”, ou seja, numa tentativa de revelar conhecimentos específicos, características e ideologia próprias. Para isso, recomenda-se a utilização de entrevistas que incidam sobre estes fatores.

Dentro da temática da perceção ambiental, recomenda-se um foco na diferença entre “problemas” e “causas”. Poder-se-á evidenciar aqui uma tendência para uma maior perceção das causas em detrimento dos próprios problemas. Neste caso, julgamos que a perceção tem um carácter mais social/interpessoal do que propriamente ambiental como sugere a literatura. A compreensão deste aspeto será importante, do nosso ponto de vista, para o setor empresarial que promove atividades desportivas no espaço natural e até para os próprios gestores das AP aquando da adoção de medidas de gestão de espaços de prática desportiva e visitação em geral.

Recomenda-se também uma maior atenção sobre as diferenças dos pontos de vista entre os movimentos empresarial e associativo.

Por fim, recomendamos que a investigação incida com maior ênfase na valorização do perfil dos *stakeholders*, nos seus desejos, críticas e preferências, como base para a tomada de decisão neste tipo de processos e aproximações de gestão.

Tendo em conta o trabalho que aqui se apresenta, esperamos em primeiro lugar ter contribuído para o conhecimento. Em segundo, esperamos poder contribuir com os nossos resultados para a melhoria do Parque Natural das Serras d’Aire e Candeeiros, através do envolvimento futuro em projetos de investigação e desenvolvimento, baseados numa metodologia de investigação-ação. Que a nossa posição aqui estabelecida seja um reflexo da nossa igual vontade e disponibilidade de envolvimento num PGP nesta AP.

Esperamos ainda que o setor desportivo tenha ficado mais rico com este trabalho e que uma prática pouco considerada pelo setor público com responsabilidade neste âmbito possa vir a revelar a sua pertinência para o meio ambiente, para a sociedade e para a economia.

Anexos

Por motivos de quantidade e dimensão, os anexos podem ser consultados em formato digital de acordo com o índice apresentado no início deste trabalho.